

ANTÓNIO ALVES DO REGO

***CRIANÇAS E JOVENS MALTRATADOS E SUAS FAMÍLIAS
UMA ABORDAGEM CLÍNICA E DA SAÚDE***

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM PSICOLOGIA
ESPECIALIDADE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

Orientação

ORIENTADORA : PROFESSORA DOUTORA NATÁLIA RAMOS

CO-ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR CARLOS M. LOPES PIRES

Universidade Aberta

Lisboa, Maio, 2008

**À memória de meus pais,
e de minha irmã,
Aos meus filhos Luísa Rego,
António José Rego e
Raquel Rego**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho representa a concretização de aspirações que, há 50 anos foram cortadas durante 30 anos e retomadas há 20 anos, quando pude reiniciar do zero o gosto de estudar organizadamente e candidatar-me ao Curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1991/96.

Este trabalho seria o “presente” que gostaria de ter podido oferecer ao meu pai, à minha mãe e a minha irmã, em vida, para seu gáudio e “vingança”.

Contribuíram para que este trabalho fosse feito, todos os professores de quem fui aluno. A todos agradeço seus ensinamentos mas, ficaria de mal comigo se não citasse, por ordem alfabética, os nomes mais marcantes e que, por isso, não esquecerei: Carlos Amaral Dias, Carlos Lopes Pires, Coimbra de Matos, Eduardo Sá, Eurico de Figueiredo, Frederico Pereira, Isabel Leal, Margarida Pedroso Lima, Mário Simões, Miranda Santos, António Mónica e Adriano Vaz Serra.

Agradeço à Dr^a Teresa Cunha Rodrigues a possibilidade de integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco (CPCJ) de Torres Novas; à Câmara Municipal de Torres Novas na pessoa do seu Vice-presidente, Senhor Pedro Paulo Ramos Ferreira, presidente da CPCJ a autorização para a realização do estudo; à Comissão Restrita da CPCJ de Torres Novas, na pessoa da Dr^a Marisa, agradeço toda a colaboração prestada, nomeadamente o trabalho de rever os pedaços de histórias de vida; à Dr^a Fernanda Aparício, à Dr^a Tília Nunes, à Dr^a Sílvia Gomes e ao Dr Gonçalo Reis a autorização para realizar o trabalho de campo, nas suas empresas, bem como agradeço aos Conselhos Executivos das Escolas Maria Lamas, Manuel Figueiredo e “Escola dos Riachos”, concelho de Torres Novas.

Os meus agradecimentos ao Senhor Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em risco, Meritíssimo Juiz Armando Leandro e ao Professor Doutor Fausto Amaro pelas indicações técnicas prestadas e à Dr^a Luísa Rego pela colaboração na distribuição do questionário feito a Jornalistas.

Agradeço a todas as pessoas, adultos e crianças que responderam aos questionários, e a todos os amigos que, de diversas formas, me foram dando alento.

Porém, este trabalho não teria existência, se a minha filha Raquel, jovem recém-doutorada, não me tivesse “desafiado” a fazê-lo e o Professor Carlos Pires, meu co-orientador e amigo, em tempos diferentes, não me tivesse feito o mesmo “desafio” e encorajado a tentar vencê-lo – o meu muito obrigado.

À Professora Doutora Natália Ramos, minha orientadora, agradeço-lhe todo o trabalho que teve comigo, a paciência, a disponibilidade, a dedicação e delicadeza, o entusiasmo contagiante que sempre demonstrou, os esclarecimentos e o encorajamento em momentos de desânimo.

Agradeço aos meus filhos a força que me deram e o gosto demonstrado pela minha decisão.

À Deolinda Pires, minha companheira, o meu obrigado pela compreensão e tolerância de minhas irritações, pela paciência na revisão gráfica e pelo encorajamento para acabar a tarefa começada.

Obrigado!

Resumo

Múltiplos factores pessoais, familiares, sociais, económicos, políticos e culturais estão na origem da emergência da violência e maus-tratos contra crianças, jovens e mulheres. São factores que actuam, frequentemente de forma associada, perturbam a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

À sociedade actual, globalizada e plena de recursos humanos e materiais, científicos e técnicos, mas também plena de precaridades e de injustiças, tem o dever de criar, aplicar, desenvolver e controlar mecanismos eficazes de equilíbrio entre liberdade e segurança, individuais e colectivas, tendo em vista o bem-estar dos seus cidadãos.

Admitindo-se que as perturbações psicopatológicas se podem encontrar aquém e além (como causa ou consequência) do acto violento, o presente estudo investiga em que medida os pais maltratantes de seus filhos são indivíduos com tais perturbações e em que medida as crianças e jovens maltratados sofrem de depressão. Para isso, apoiámo-nos em testes aferidos e válidos, de reconhecido mérito.

Avaliamos um conjunto de dados que nos permitem compreender hábitos, atitudes e valores e, deste modo, distinguir famílias sinalizadas como maltratantes, das famílias não sinalizadas e, para isso apoiámo-nos em inquéritos.

Dos dados da investigação, concluímos: os pais maltratantes de seus filhos apresentam perturbações psicopatológicas com significativo índice de mal-estar; as crianças e jovens maltratados não apresentam sintomas de depressão; os hábitos, atitudes, valores e cuidados educacionais e familiares, influenciam o comportamento das famílias maltratantes.residentes no concelho de Torres Novas, onde se desenvolveu o estudo.

Abstract: sociedade, família, violência, maus-tratos infantis, educação e cultura

Résumé

Il y a des multiples facteurs personnels, familiaux, sociaux, économiques, politiques et culturels qui sont à l'origine de l'émergence de la violence et des maltraités pour les enfants, des jeunes et des femmes. Ils sont des facteurs qui sont en activité fréquemment de forme attelée dérangeant la santé et la qualité de vie des gens.

La société actuelle, globalisée, pleine de ressources humaines, matérielles, savantes et techniques mais aussi pleine de précarités, d'injustices, a le devoir de créer, appliquer, développer et contrôler des mécanismes efficaces de l'équilibre entre la liberté et la sécurité, individuels et collectifs, pour le meilleur bien-être de tous ses citoyens.

On admettant que des dérangements psychopathologiques se trouvent déjà et de l'acte violents, la présente étude recherche quel la mesure dans laquelle les parents maltraitants de ses fils sont des personnes troublées et quel la mesure dans laquelle des enfants maltraités souffrent de dépression.

L'autre objectif de la présente étude c'est évaluer un ensemble de résultats pour comprendre et différencier des familles signalées comme maltraitantes et des familles non signalées. Pour le premier objectif nous nous appuyons sur des tests étalonnés valides et pour le second objectif nous nous appuyons sur des enquêtes.

Des données recherchées nous tirons à sa fin: les parents maltraitants de leurs fils présentent des troubles psychopathologiques avec un indice significatif de malaise; les enfants et les jeunes gens maltraités ne présentent pas de symptômes de dépression; les habitudes, les attitudes et les soins éducatifs et familiaux influencent les comportements des familles maltraitantes.

Abstract: société, famille, violence, enfants maltraités, éducation et culture

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I – REVISÃO TEÓRICA / CONCEPTUAL.....	26
CAPÍTULO I – SOCIEDADE E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....	27
1 – DA SOCIEDADE.....	27
1. 1 – O conceito.....	27
1. 2 – Das mudanças.....	29
1. 3 – Da globalização ou o mundo como um todo.....	36
1. 4 – Contributos da família para a sociedade.....	44
1. 5 – Contributos da sociedade para a família.....	50
CAPÍTULO II – FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E CULTURA.....	56
2. 1 – DA FAMÍLIA.....	56
2. 2 – DA EDUCAÇÃO.....	70
2. 3 – DA CULTURA.....	83
Síntese.....	89
CAPÍTULO III – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MAUS-TRATOS À CRIANÇA... 92	92
3. 1 – DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	92
3. 1. 1 – O conceito.....	92
3. 1. 2 – Dados da violência doméstica.....	107
3. 1. 3 – Sensibilização para a problemática da violência doméstica.....	113
3. 1. 4 – Violência doméstica e cultura	127
3. 2 – DOS MAUS-TRATOS À CRIANÇA.....	138
3. 2. 1 – Resenha histórica.....	138
3. 2. 2 – Dos maus-tratos.....	149
3. 2. 2. 1 – Maus-tratos físicos.....	157
3. 2. 2. 2 – Abuso emocional.....	159
3. 2. 2. 3 – Negligência.....	162
3. 2. 2. 4 – Abuso sexual.....	163
3. 2. 3. 5 – Dos riscos dos Maus-tratos a menores.....	170

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO.....	180
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	180
Introdução.....	180
4.1 – Dificuldades metodológicas.....	182
4. 2 – Objectivos e conceptualização do estudo.....	184
4. 3 – População.....	186
4. 4 – Procedimentos e instrumentos de colheita de dados.....	187
4. 4. 1 – Questionário relacionado com circunstâncias da vida das crianças e jovens (Anexo III).....	188
4. 4. 2 – Questionário relacionado com acontecimentos de vida dos adultos (Anexo II).....	191
4. 4. 3 – Questionário relacionado com percepções dos adultos sobre seus familiares.....	193
4. 4. 4 – Questionário a Informadores Qualificados (Anexo I).....	195
4. 4. 5 – Passagem dos Instrumentos.....	196
4. 5 – Instrumentos de avaliação.....	199
4. 5.1 – Escala de Auto-avaliação da depressão de Birleson	199
4. 5. 2 – <i>Children’s depression inventory</i> – CDI-Kovacs (1985).....	200
4. 5. 3 – Inventário de Auto-resposta – SCL-90-R (Derogatis, 1993).....	200
4. 5. 4 – Escala de Auto-estima de Rosenberg (1989).....	201
4. 5. 5 – Questionário para avaliação psico-sociobiográfica dos sujeitos adultos (Anexo II)	201
4. 5. 6 – Questionário para avaliação psico-sociobiográfica das crianças e jovens (Anexo III)	201
4. 5. 7 – Questionário a Informadores Qualificados (Anexo I).....	202
 CAPÍTULO V – PEDAÇOS DE HISTÓRIAS DE VIDAS	 203
Introdução.....	203
5. 1 – Paula da Caridade.....	206
5. 2 – Cândida Beleza.....	207
5. 3 – Julião Perdido.....	209
5. 4 – Victor Avoenga.....	213
5. 5 – Júlio Trovão	215
5. 6 – Teresa da Cruz	217
5. 7 – Eufémia e Sofia	220
5. 8 – Brites de Almeida e Bartolomeu.....	222

5. 9 – Túlio e Paquito de Almeida.....	224
CAPÍTULO VI – ANÁLISE DOS DADOS.....	226
6.1 – Estatística descritiva.....	226
6.1.1 – Adultos.....	226
6. 1 .1 .1 – Caracterização das subamostras.....	227
6. 1. 1. 2 – Companheiro/a.....	236
6. 1. 1. 3 – Maior desgosto e maior alegria.....	240
6. 1. 1. 4 – Definição de filho, companheiro/a, mãe, pai, sogro, sogra e si mesmo.....	242
6. 1. 1. 4. 1 – Definição de filho.....anexo V.....	457
6. 1. 1. 4. 2 – Definição de companheiro/a.....anexo VI.....	461
6. 1. 1. 4. 3 – Definição de mãe.....anexo VII.....	464
6. 1. 1. 4. 4 – Definição de pai.....anexo VIII.....	468
6. 1. 1. 4. 5 – Definição de sogro.....anexo IX.....	471
6. 1. 1. 4. 6 – Definição de sogra.....anexo X.....	473
6. 1. 1. 4. 7 – Definição de si mesmo...anexo XI.....	477
6.1. 1. 5 – Dimensões.....	243
6. 1. 1. 6 – ISG – Índice geral de Sintomas.....	250
6. 1. 1. 7 – TSP – Total de Sintomas Positivos.....	251
6. 1. 1. 8 – PSDI – Índice de Mal-estar.....	252
6. 1. 1. 9 – Escala de Rosenberg.....	252
6. 2 – Adultos – variáveis em estudo (Índice Geral de Sintomas-ISG, Total de Sintomas positivos – TSP, Índice de mal-estar – PSDI, Escala de Rosenberg.	253
6. 2. 1 – Relação das variáveis ISG, TSP e PSDI com as subamostras.....	253
6. 2. 2 – Relação da variável Rosenberg com as subamostras.....	259
6. 3 – Compreensão dos fenómenos: Adulto.....	262
6 . 3. 1 – Relação entre o número de filhos que têm e os que queriam ter.....	262
6 . 3. 2 – Relação entre o número de filhos que têm e os que queriam ter para cada subamostra.....	265
6 . 3. 3 – Relação entre o grande desgosto e a grande alegria e as subamostras.....	268
6 . 3. 4 – Definição das pessoas próximas.....	271

6 . 3 . 4 . 1 – Frequências, na totalidade, de cada sigla, nas várias pessoas próximas.....	271
6 . 3 . 4 . 2 – Frequências e diferenças dentro de cada subamostra.....	272
6 . 3 . 4 . 3 – Frequências, na totalidade, por grupos de siglas, nas várias pessoas próximas.....	283
6 . 3 . 4 . 3 . 1 – Determinação de diferenças significativas.....	284
6 . 3 . 4 . 4 – Frequências e diferenças, por grupos de siglas, dentro de cada subamostra.....	285
6 . 4 . – Crianças.....	294
6 . 4 . 1 – Caracterização das subamostras.....	294
6 . 4 . 2 – Agregado familiar.....	296
6 . 4 . 3 – Refeições e hábitos.....	301
6 . 4 . 4 – Afectos.....	309
6 . 4 . 5 - Escala de Kovacs.....	317
6 . 4 . 6 – Escala de Birlerson.....	318
6. 5. 1 – Crianças – variáveis em estudo (Escala de Kovacs e Birlerson).....	319
6 . 5 . 1 . 1 – Relação das variáveis Kovacs e Birlerson com as subamostras.....	319
6. 6. 1 – Compreensão dos fenómenos: Crianças.....	322
6 . 6 . 1 . 1 – Relação entre com quem tomam o pequeno almoço, com quem jantam e quem acorda, com as subamostras.....	322
6 . 6 . 1 . 2 – Relação entre quem ajuda nos TPC, quem dá colo, quem pune e quem critica, com as subamostras.....	325
6 . 6 . 1 . 3 – Relação entre com quem brinca e as subamostras.....	331
6 . 6 . 1 . 4 – Posição/frequência do pai e da mãe	332
6 . 6 . 1 . 5 – Relação entre os castigos e elogios com as subamostras	335
6 . 7 – Questionário aos Informadores qualificados.....	338
 CAPITULO VII – ANÁLISE, DISCUSSÃO E SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	342
Introdução.....	342
7. 1 – Sujeitos adultos.....	343
7. 2 – Crianças	373
7. 3 – Informadores Qualificados.....	389
CONCLUSÃO	396

BIBLIOGRAFIA.....405

ANEXOS.....449

Anexo I – Questionário a Informadores Qualificados.....	450
Anexo II – Questionário feito aos Adultos.....	452
Anexo III – Questionário feito às Crianças e Jovens.....	452
Anexo IV – Categorização / Análise de Conteúdo / Definições sobre familiares feitas pelos adultos.....	453
Anexo V – Tabela de frequências – Definições dos filhos.....	458
Anexo VI – Tabela de frequências – Definições do/a companheiro/a.....	462
Anexo VII – Tabela de frequências – Definições da mãe.....	465
Anexo VIII- Tabela de frequências – Definições do pai.....	469
Anexo IX – Tabela de frequências – Definições do sogro.....	472
Anexo X – Tabela de frequências – Definições da sogra.....	475
Anexo XI – Tabela de frequências – Definições de si próprio.....	478

QUADROS

	Página
Quadro 1 – Categorização das punições.....	212
Quadro 2 – Categorização dos elogios.....	213
Quadro 3 – Categorização do grande desgosto.....	214
Quadro 4 – Categorização da grande alegria.....	215
Quadro 5 – Categorização das percepções familiares.....	216
Quadro 6 – Conceitos associados a violência.....	338
Quadro 7 – Tipos de violência.....	338
Quadro 8- Incidência da violência.....	338
Quadro 9 – Causas da Violência.....	339
Quadro 10 – Causas do abuso sexual.....	339
Quadro 11 – Motivos de pais maltratantes.....	340
Quadro 12 – Motivos da negligência dos pais.....	340
Quadro 13 – Factores dos maus-tratos.....	340
Quadro 14 - Para a redução dos maus-tratos.....	340
Quadro 15 – Representação afectiva dos Adultos Sinalizados	360
Quadro 16 – Representação afectiva dos Adultos Não Sinalizados	361
Quadro 17 – Representação afectiva dos Elementos da Comissão.....	362
Quadro 18 – Representação afectiva da amostra.....	363
Quadro 19 - Caracterização das Famílias Sinlizadas e das Famílias Não Sinalizadas.....	404

SIGLAS

- A1A** – Afecto positivo do tipo “eu sinto”, é terno, meigo, eu gosto dele.
- A1B** – Afecto positivo na relação do tipo “vejo-o como”, “considero-o como”, “a função dele é ser para mim”, amigo, amante, mãe, eu gosto dela e ela gosta de mim.
- A2** – Afecto negativo.
- AI** – Amnistia Internacional.
- AMCV** – Associação de Mulheres Contra a Violência Doméstica.
- ANS** – Adultos não Sinalizados.
- APA** – American Psychology Association.
- APAV** – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- AS** – Adultos Sinalizados.
- B1** – Comportamentos censuráveis/atribuídos.
- B2A1** – Comportamentos sociais/elogiosos do trabalho/perante o trabalho.
- B2A2** – Comportamentos sociais/elogiosos do ser ou estar pessoal.
- B2A3** – Comportamentos sociais/elogiosos perante os outros.
- B2C1** – Comportamentos sociais/elogiosos referentes ao aspecto físico do corpo.
- B2C2** – Comportamentos sociais/elogiosos referentes à estética corporal.
- B2D1** – Comportamentos sociais/elogiosos referentes ao temperamento/extroversão.
- B2D2** – Comportamento sociais/elogiosos referentes ao temperamento/introversão.
- B2D3a** – Comportamentos sociais/elogiosos referentes ao temperamento/estável.
- B2D3b** – Comportamentos sociais/elogiosos referentes ao temperamento/instável.
- B2E** – Comportamentos sociais/elogiosos referentes a capacidades cognitivas.
- C1A** – Comportamentos não observáveis – qualidades/perante os outros.
- C1B** – Comportamentos não observáveis – qualidades / perante si mesmo.
- C2** – Comportamentos não observáveis – sentimentos.
- C3** – Comportamentos não observáveis – disposições.
- CAT** – Centro de Atendimento à Toxicodependência.
- CE** - Conselho da Europa.
- CNPCJ** – Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.
- CNS** – Crianças não Sinalizadas.
- COM** – Elementos da CR da CPCJ.
- CPCJ** – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

CR – Comissão Restrita (da CPCJ).
CS – Crianças Sinalizadas.
D1 – Papel familiar/relação na família/adequado.
D2 – Papel familiar/relação na família/inadequado.
EU – União Europeia.
EUA – Estados Unidos da América.
FNS – Família Não Sinalizada
FS – Família Sinalizada
GAF – Gabinete de Atendimento à Família.
GNR – Guarda Nacional Republicana.
IGS – Índice Geral de Sintomas.
INE – Instituto Nacional de Estatística.
OMS – Organização Mundial de Saúde.
ONG – Organização não governamental.
ONU – Organização das Nações Unidas.
OTL – Ocupação dos Tempos Livres.
PIB – Produto Interno Bruto.
PSDI – Índice de Sintomas Positivos ou Índice de Mal-estar.
PSP – Polícia de Segurança Pública.
SPSS – Statistical Package for the Social Sciences
SU – Serviço de urgência hospitalar.
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação.
TPC – Trabalho para casa.
TSP – Total de Sintomas Positivos.
UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta.
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural
UNICEF –United Nations Children’s Fund

INTRODUÇÃO

Todos sabemos um pouco sobre o mundo em que vivemos e, se em algumas matérias nem todos estão de acordo, quando falamos de violência colhemos uma certa unanimidade, dando como exemplo as guerras, o terrorismo, os assaltos, a insegurança pessoal, os roubos, os homicídios, a violência doméstica ou familiar, os maus-tratos a crianças e idosos, pais contra filhos e de filhos contra pais e avós.

A violência física é a que mais nos impressiona, sobretudo quando há sangue, mutilações ou homicídios, enquanto que os outros tipos de violência, porque são mais subtis, valorizamos-os menos e quase nos escapam. Contudo, porque só identificamos qualquer tipo de violência quando sentimos, em graus diversos de intensidade, medo, parece que toda a violência é psicológica e, assim sendo, está em todos os outros tipos de violência.

Não há unanimidade quanto ao sermos actualmente, mais violentos do que o que fomos: disso não há registos credíveis e as opiniões que são emitidas demonstram o grau de optimismo ou de pessimismo perante a vida de quem as emite ou, talvez, o seu medo.

Na leitura que frequentemente fazemos da violência na sociedade, na família ou na interacção pessoal, somos influenciados pela nossa capacidade de lidar com aquilo que nos é desagradável, com o que nos perturba e contraria o nosso bem-estar, com as frustrações.

O nosso bem-estar não é compatível com o *stresse*, com a ansiedade, com a falta de tempo, com certos conflitos e mudanças de humor, com dores físicas, com a violência. O nosso bem-estar não é compatível com as frustrações e por isso, muitas vezes, negamo-las, ignoramo-las ou arranjam pseudo soluções farmacológicas para resolver os problemas, nem sempre de forma mais adequada já que, resolvendo por vezes problemas do cérebro, não resolvemos os problemas da mente, nem os sociais. Talvez por isso muitas frustrações, agressões e violências são aceites e toleradas por largas franjas da sociedade. Muitas das frustrações, agressões e violências acontecem e são aceites ou toleradas porque, quem as exerce, frequentemente obtém sucesso. Embora os crimes de violência tenham, actualmente, mais visibilidade e contestação, de que

são prova as crescentes, mas ainda insuficientes denúncias, impõe-se que, com realismo e honestidade, se tomem medidas adequadas para combatê-los e prossigam no esclarecimento das pessoas em geral e não só se fique pelas denúncias e punições das situações mais gravosas, mas também se exercite uma pedagogia eficaz junto dos/as preveridicadores, já que todos nós desejamos ser melhores e/ou os melhores no que quer que seja: filho, namorado, companheiro, amante, pai/mãe, profissional ou cidadão.

A sociedade somos todos nós, somos todos nós que a fazemos resultar no que é: máximo divisor comum das nossas atitudes, acções e omissões. A violência é pois um fenómeno universal da humanidade, ou seja é comum em qualquer cultura, classe social, regime político e religião. Urge a educação para a cidadania e solidariedade.

Sendo a violência, pelos seus reflexos, um factor importante no adoecer psicossomático e um atentado contra os Direitos Humanos, parece contudo que queremos acreditar que vivemos num universo de legalidades e que os actos de selvajaria são apenas de outrora

Os maus-tratos infantis acontecem exercidos directamente ou quando a violência contra as mulheres tem lugar, bastando para tal que os filhos assistam às discussões acesas e ofensivas entre seus pais. Assim extensa, a violência doméstica tornou-se num grave problema social, mundialmente preocupante para as organizações da sua defesa, para os governos, para o Conselho da Europa, para as Nações Unidas, o que levou a Organização Mundial de Saúde a considerá-lo problema de saúde pública.

Em rigor, não é fácil definir violência, nem mau-trato, nem família. Na perspectiva médica a violência refere-se a lesões orgânicas; na perspectiva sociológica refere aspectos culturais e sociais; na jurídica trata da intencionalidade do agressor e, na perspectiva psicológica trata da intencionalidade do agressor, da percepção da vítima, do seu sofrimento e consequência no seu desenvolvimento., enquadrada nas circunstâncias do seu contexto.

A nossa opção pelo tema do presente trabalho fundamenta-se no interesse pessoal e profissional e na necessidade de compreender o fenómeno: interesse pessoal pelo gosto e curiosidade intelectual; interesse profissional para poder

contribuir de forma mais eficiente nas análises e decisões que são tomadas na CPCJ de Torres Novas de que fazemos parte, há cerca de 7 / 8 anos. A causa próxima da minha decisão e opção pelo tema aconteceu quando, em 2004, a CR analisou o caso de uma criança, vítima de “terrorismo psicológico”, descrito no trabalho, denominada Paquito, nome fictício.

O meu interesse pelo tema reside ainda no facto do trabalho desenvolvido pela CPCJ de Torres Novas ser um trabalho onde a interdisciplinaridade dos técnicos proporciona leituras diversas de um mesmo caso – o que é pessoalmente enriquecedor – e, deste modo, se procura encontrar uma visão abrangente e por isso uma decisão adequada ao superior interesse e bem-estar de crianças vítimas de maus-tratos de todos os tipos, crianças que, no fundo, são a razão de ser das próprias CPCJ.s.

A Comissão Restrita da CPCJ-TN analisa e intervém, anualmente em mais de uma centena de casos de crianças e jovens maltratados e em risco. É composta, à semelhanças da Comissão Alargada, por técnicos de diversas formações e diferentes sensibilidades: representantes da Autarquia, da Segurança Social, do Centro de Saúde, das Escolas, da GNR e da PSP, das IPSS e de outras organizações e outros profissionais como técnicos da Acção Social, psicólogos e juristas. A precaridade de meios e o número excessivo de processos dificulta a acção da CR: condicionamentos da mobilidade dos técnicos quanto a transporte para acorrer a situações mais urgentes; a inexistência de local/habitação para, em certos casos recolher, temporariamente, a vítima, se não na mesma localidade da sua residência, pelo menos dentro do âmbito dos concelhos vizinhos do seu; o número demasiado excessivo de processos a cargo de alguns técnicos, nomeadamente da Segurança Social; a inexistência de uma rede actualizada em permanência onde constassem as vagas das instituições de acolhimento de crianças – evitar-se-iam perdas de tempo, preocupações acrescidas com a urgência de resolução de certos casos e, no final, menos gastos com telefones.

O meu interesse tem por base o sentimento de solidariedade para com todos os que são vítimas de maus-tratos e de todos quantos, a seu modo procuram combater as injustiças sociais e potenciar estilos de vida e de desenvolvimento dignos do ser humano.

O tema que abordamos, “Crianças e Jovens maltratados e suas Famílias” é um tema actual, daí que a sua pertinência seja relevante: é um tema relativamente novo e do qual se fala e escreve abundantemente na nossa sociedade que parece ter recentemente despertado, não só envolta em moralismos, mas também em princípios éticos, para o facto dos maus-tratos em crianças.

De um modo geral, todos sentimos necessidade de conhecer e combater as injustiças para com as crianças e jovens, nomeadamente. Talvez por isso, muitos de nós, individualmente sinto, sobretudo quando obtem sucesso, que vale a pena lutar por uma vida melhor, uma vida onde seja possível a auto-realização. Sem essa crença qualquer esforço não teria lugar ou seria inglório. No entanto, essa mesma crença num mundo justo, quando considerada no plano social, leva-nos frequente e inconscientemente a criar “bodes expiatórios” justificando e como que culpabilizando, desse modo, o comportamento das próprias vítimas inocentes, uma vez que, em tais casos se torna insuportável a dissonância cognitiva e a dor mental gerada. Vejamos através de um hipotético caso de abuso sexual: um sujeito, franzino, de 18/20 anos forçou uma jovem de 14/15 anos, bem constituída, a ter relações sexuais. Crime, diz a lei, mas o julgamento social não atribuirá a culpa à jovem vítima, pondo inclusivamente a hipótese de que foi ela quem seduziu o sujeito ou que, se não o seduziu também não se lhe opôs e consentiu?

Com os fenómenos da globalização e da democracia muitos conceitos foram sujeitos a transformações como é o caso da noção de família ou de escola ou ainda, de educação. A família deixou de ser o lugar da “criação” que o provérbio “*Quem dá o pão, dá a criação*” significou. Com a globalização e a democracia tais alterações deram origem a novos tipos de famílias e de intervenções familiares, de lealdades entre os seus membros, de estruturas, de comunicação, onde a interculturalidade pontifica como exigência que não pode ser negligenciada.

A pertinência do tema, se bem que fundamentado na actualidade, vai para além de uma hipotética e passageira moda sustentada por uma qualquer onda de moralismo social e de circunstância, pois inscreve-se nas preocupações manifestadas pela sociedade, na construção de um futuro com e para as crianças e jovens, com mais justiça, mais lucidez, mais segurança, liberdade, co-responsabilidade, desenvolvimento pessoal e sentimento de autonomia e auto-

realização das pessoas. A propósito de um certo moralismo e das exageradas atitudes que muitos pais, por vezes tomam para com suas crianças, ora abandonando-as, negligenciando-as até à indiferença, a coberto de um discurso progressista e democrático, ora mostrando-se seus implacáveis carrascos ditatoriais, Abreu (2008) adverte para a responsabilização dos adultos porque, em nome da criança surge um estranho quotidiano que por vezes se observa e, começa por dizer que, é próprio da natureza humana viver em função de alguma coisa superior a si e que ,Deus, Pátria e Família foram valores míticos em nome dos quais se praticaram as maiores barbaridades. Entretanto o espírito crítico destruiu a ideia de Deus e, as pátrias como as famílias, estão actualmente em crise, seguindo-se-lhe valores substitutos, tais como a ideologia, a ciência, o amor, a saúde e várias crendices menores que também, rapidamente foram destruídas pela crítica e globalização. Deste modo, os nossos contemporâneos já não encontraram o sol mas a Criança, viver pelas crianças e em nome das crianças, e quem o pode contestar, se a dedicação às crianças é lógica e instintiva, de outro modo acabar-se-ia a espécie humana. Por vezes, as crianças, actualmente, tendem a ocupar o lugar de Deus mas, para além da sua candura, são implacáveis - dêem-lhes uma arma para as mãos e ver-se-á o resultado. Precisam de ser educadas, mas como pode isso ser feito se as tornámos divinas? Abreu (2008) termina a advertência: "*Em nome da criança, estamos a destruir os cidadãos do futuro*" (Abreu, 2008, p.31) .

Ainda sobre o tema dos maus-tratos, e do como educar as crianças, Leandro (1988), há 20 anos, um dos pioneiros e estudiosos sobre o tema, defendia o desencorajamento dos castigos físicos e contrapropunha atitudes pedagógicas apelando a que, com critério, se fizesse a distinção entre aquilo que entra na categoria do castigo admissível e o que entra na categoria dos maus-tratos, tendo em vista a realidade sócio-cultural. Para Leandro (1988) " *a indiferença é, por vezes, bem mais grave do que a palmada a tempo e com amizade*" (Leandro, 1988, p.63). Este autor como que prevendo os efeitos negativos que teria, ao longo do tempo, a proibição dos castigos físicos pois que tal proibição teria como consequência a indiferença dos educadores, propôs a via pedagógica como solução a incrementar. Parece-nos contudo que perante a situação actual, à "desaceleração" dos castigos físicos tem correspondido uma "aceleração" da indiferença, negligência e abandono, sem que se possa constatar substancial diferença na totalidade dos maus-tratos.

A pertinência do tema radica, por outro lado, na literatura de ficção e, em particular, na literatura da especialidade produzida em teses de mestrado e doutoramento, quer em artigos científicos, editados em revistas das universidades portuguesas e estrangeiras e por associações de profissionais das áreas sociais e da saúde e outras associações, pelo IAC (Instituto de Apoio à Criança), etc. É o caso de Fausto Amaro que em 1987 publicou “A Criança maltratada”; de “Criança em Perigo e em Situação de Rua” de Maria da Conceição Pinto; de “Maus-tratos em Crianças e Jovens” de Teresa Magalhães; de “A Construção Social do Mau trato e Negligência Parental – do Senso Comum ao Conhecimento Científico” de Maria Manuela de Amorim Calheiros e de diversos artigos da mesma autora; de “La Construction Social de la violence” de Maria Benedita Monteiro e dos projectos de investigação que coordena; de “Crianças (e Pais) em Risco” de António Pires; de “Maternage en milieu portuguais autochtone et immigré” de Natália Ramos e de vários artigos científicos da mesma autora; de artigos científicos de Bárbara Figueiredo, de Carla Machado em publicações “Psicologia – Teoria, Investigação e Prática”.

Para além da literatura especializada e publicada, diversas acções de formação foram promovidas pelas próprias CPCJs. De salientar também os Seminários e Ciclos de debate que têm ocorrido, como os debates da Victória, no Porto, no Centro Social e Paroquial N^a S^a da Victória, com o tema “Mau Trato Infantil” e, nos Açores, “O Congresso da Cidadania” ocorrido em diferentes ilhas, durante vários meses e iniciado em Janeiro de 2005, subordinado ao tema “A Família, a Sociedade e o Estado” com diversos subtemas, entre os quais “Violência Doméstica e Responsabilidade Comunitária”, “A Criança e os seus Direitos”, “Comunidade Educativa e Participação Democrática” e vários outros.

Os conceitos de Criança e de Jovem são relativamente recentes, no tempo e, localizados nas sociedades ditas evoluídas mas, a noção de Maus-tratos ainda é mais recente e mais discutível, razão pela qual se deduz ser de difícil operacionalização, não obstante os contributos dados no sentido de se encontrar um consenso, em diversos Colóquios, Seminários, Congressos e outras reuniões científicas.

O Congresso Europeu “Crianças Maltratadas e Negligenciadas”, de 1991, em Praga, definiu o conceito como sendo todo o caso em que há uma ruptura

relacional e uma vontade deliberada por parte da pessoa que maltrata de humilhar e de agredir a criança, seja de maneira física ou psicológica.

Podendo, inconscientemente, o nosso interesse pelo tema ter origem em maus-tratos sofridos, ou imaginados e interiorizados pela fantasia infantil, podemos então admitir que, se aí for ou é fundamentado, o nosso interesse pelo tema e o trabalho apresentado, em tal hipótese, seriam catarse pessoal. Conscientemente o interesse pelo tema é efectivamente bem real e a sua pertinência tem o testemunho e prova na literatura da especialidade produzida.

Para nos situarmos no trabalho, procurámos enquadrá-lo na sociedade, na violência e na família. Porque a realidade social, por vezes não é consonante, no todo ou em parte, com os fenómenos que nela e também por ela são gerados, recolhemos informação qualificada para contrapor dados e factos a divergências opinativas. Procedemos ao levantamento de um conjunto de dados que nos permitisse atingir os principais objectivos e aconteceu que, à medida em que prosseguíamos no trabalho, sentimos necessidade de aproveitar a oportunidade de recolher e recolhemos informações com vista à caracterização de usos, costumes ou hábitos da vida familiar dos sujeitos.

A estrutura do trabalho é apresentada em duas partes e em sete capítulos:

Na Parte I é apresentada, em quatro capítulos, a revisão teórica/conceitual que enquadra e legitima a investigação:

O Capítulo I é dedicado à Sociedade e Família Contemporânea por ser a rede de fundo onde se circunscrevem todas as mudanças económicas, sociais, culturais, religiosas e políticas e “o mundo como um todo” que contribui para que a família seja, actual e resistentemente ainda, o lugar de suporte e de mudança interna, bem diferente da do passado mas que continua como referencial marcante em todos nós, como matriz humana e de humanização. É a dinâmica da família que de forma mais directa e outras vezes de forma menos directa ou perceptível, que contribui para que a sociedade seja actualmente melhor, mais produtiva, organizada e apetrechada de meios e potencialidades, mais livre e democrática, que a do passado, detendo também, por outro lado, maiores riscos e inseguranças a vários níveis. Vivemos num tempo de mudanças rápidas na sociedade e na família, de transformações e de insegurança onde tudo é precário e de difícil aceitação

No Capítulo II abordamos os conceitos de família, de educação e de cultura porque são fundamentais para se compreender e não tolerar os maus-tratos e a violência. A família é a ponte entre o passado e o futuro e, se perde alguns conteúdos também vai adquirindo outros e, por isso serve de veículo cultural. Efectivamente as transformações sofridas e geradas pela família são muitas e a diversos níveis, nomeadamente no atinente à intracomunicação, com reflexos na e da cultura. A independência económica da mulher e a igualdade efectiva dos seus direitos geraram diferentes formas de viver da família, diferentes formas de ser ou de constituição familiar, nomeadamente em uniões de facto, monoparentalidade e outras. Traduzidas em vantagens familiares, as transformações da família arrastam consigo desvantagens, nomeadamente problemas como: escassez de tempo para proporcionar uma educação eficaz de seus filhos perante uma sociedade que, a ritmo mais lento, demora a criar condições satisfatórias às reivindicações familiares; mais desemprego que remete milhares de famílias ao desespero, factor propício à violência familiar e crime de maus-tratos, maioritariamente também radicados numa tradição cultural de violência familiar, e outras desvantagens

Devido às alterações sofridas pela família, esta apresenta-se hoje menos revestida de obediências e regras impostas pelo seu exterior e, por isso mais livre e autêntica nas suas manifestações e também mais aberta a disputas, ainda que inconscientes, de poder/saber/valer entre os seus intervenientes.

A educação, para o bem segundo uns, e para o mal segundo outros, certo é que se tem alterado: o seu modelo já não é o que era, sobretudo desde há uma década, pois sofreu várias as repercussões, nomeadamente do Relatório da UNESCO, conhecido por relatório Delord, onde educar significa aprender a conhecer, aprender a viver com os outros, aprender a fazer e, aprender a ser autónomo, solidário, assertivo, intelectual e afectivamente honesto. Por seu lado, a cultura manifesta-se sempre onde estiver ou tenha estado a presença humana, a família; a cultura expressa-se em mitos familiares, em preconceitos e estereótipos, em crenças diversas, em formas de operar, em costumes e atitudes a que não são alheios os provérbios, enquanto testemunho do sentir e saber colectivo dos povos.

O Capítulo III é dedicado à violência doméstica e aos maus-tratos à criança. Apresentamos o conceito de violência doméstica, dados que a testemunham e

aos quais não é possível ficar indiferente. É um crime público que urge combater com mais formação humanística e mais exercício efectivo de cidadania, melhorando para tal a educação das crianças e a educação ao longo da vida, com temáticas úteis e adequadas à idade, circunstâncias e capacidade de cada um, tendo como referência os Direitos Humanos e a Constituição da República Portuguesa.

A violência doméstica sendo maioritariamente considerada como a violência que é exercida contra a mulher, tem um âmbito maior, não se resume à violência de género, pois engloba a violência conjugal, parental, contra idosos e outros familiares. É um fenómeno transversal à sociedade e sabe-se que 95,3% dos casos de violência doméstica são presenciados por crianças, sendo 75% daquela violência exercida, das mais diversas formas, sobre as crianças. Não basta ficar na compreensão passiva de argumentos que justificam ou toleram a violência doméstica como acontece frequentemente ouvir-se: desculpas na bebida alcoólica ou nas drogas consumidas pelo agressor, ou na de que é um fenómeno que é “herdado” de pais para filhos, ou na desculpa de que as pessoas, em causa, agressores e ofendidos, não sabem comunicar entre si. Qualquer dos argumentos aludidos contribui para se perceber o fenómeno mas, para combatê-lo e anulá-lo, para além da denúncia que a todos nós compete fazer às autoridades competentes, urge uma nova política social e de educação.

Abordamos ainda os maus-tratos infantis nos seus diferentes tipos ou arrumações: maus-tratos físicos, psicológicos, negligência e abandono, o abuso sexual e ainda os riscos que as crianças vítimas deles correm a nível do seu desenvolvimento psicossocial, cognitivo, escolar e da saúde. A classificação dos maus-tratos infantis nos diversos tipos apresentada, não ilude por certo o leitor, já que, como referimos, a violência reside sempre no lugar do medo e da frustração que são território psíquico do humano. A referida classificação serve tão só para arrumação mental compreensiva do processo criminoso. As estatísticas realçam a negligência e abandono como os maus-tratos mais frequente. Contudo, o abuso sexual e o mau-trato físico são os maus-tratos que mais indignação social despertam.

A Parte II é dedicada à investigação empírica e é composta por quatro capítulos:

O Capítulo IV apresentamos a metodologia seguida no trabalho: descrevemos algumas dificuldades sentidas na investigação, enunciamos e explicamos os objectivos do estudo, a constituição da população, amostras e subamostras, descrevemos os procedimentos que tiveram lugar quer na elaboração de instrumentos e sua categorização, quer na sua passagem e recolha e, por fim apresentamos, de forma sumária, os instrumento de medida efectivamente utilizados.

No Capítulo V relatamos alguns pedaços de histórias de vida, verídicas e identificadas com nomes falsos, mantendo-se as idades e outros dados aproximados, por razões de ética e deontologia profissional. Este Capítulo tem como objectivo revelar um pouco do quadro da problemática com que a CPCJ de Torres Novas se debate e, simultaneamente permitir que uma leitura atenta possa inferir a aplicabilidade dos aspectos teóricos abordados e como a sua justeza faz sentido. Tentou-se fazer uma narrativa sem a emoção que, os factos narrados ao vivo, possuem e tantas vezes são matéria onírica dos técnicos que os trabalham. São casos exemplares e demonstrativos de que nem sempre a situação de pobreza económica nem as reduzidas habilitações literárias são factores decisivos para os maus-tratos

O Capítulo VI é totalmente dedicado à estatística descritiva: apresenta a caracterização dos adultos e das crianças, valores médios, valores do desvio padrão para cada escala, coeficientes de variação e gráficos ilustrativos conducentes à clarificação dos primeiros objectivos enunciados quer para adultos quer para crianças que são os da significância estatística e, seguidamente a compreensão dos fenómenos. No que diz respeito às crianças em estudo o processo foi o mesmo do dos adultos. É um capítulo subdividido em seis pontos: três pontos respeitantes às subamostras dos adultos e três pontos que dizem respeito às subamostras de crianças, assim distribuídos - estatística descritiva, primeiro objectivo/adultos para as variáveis ISG, TSP, PSDI e Rosenberg e o terceiro ponto destinado à compreensão dos fenómenos:adultos; segue-se a caracterização das crianças, o primeiro objectivo/crianças para as variáveis Kovacs e Birleson e finaliza com compreensão dos fenómenos:Crianças. onde se apresentam, a par e passo, as operações realizadas de forma explicativa. Um conjunto de páginas de frequências são colocadas em anexos devidamente sinalizados, para não dificultarem a leitura rápida, se inseridas no corpo do

trabalho. O capítulo é finalizado com quadros e percentagens dos dados do questionário a informadores qualificados.

No Capítulo VII é dedicado à análise, discussão e síntese dos resultados e estes apresentam-se sob a formato gráfico -“arial normal” com letra tipo 10 -, para que se distingam dos nossos comentários. Analisámos ponto por ponto todos os resultados obtidos a partir do seu cálculo. É um capítulo que apresenta alguma densidade que não pudemos suavizar dado o rigor a que nos propusemos obedecer. Concluimos que, nos adultos sinalizados efectivamente há perturbações, que as crianças sinalizadas superam-nas e que a opinião da sociedade, quanto à percepção da violência, não é totalmente coincidente com os dados científicos, o que nos remete para uma reflexão sobre a intervenção possível, no sentido de reduzir a sua permanência/ocorrência.

Concluimos, fazendo uma pequena síntese, inclusive das limitações do estudo e apresentamos o contributo que se pretende dar ao estado da arte como ponto de partida para investigações ulteriores, mais alargadas

Estamos cientes das limitações do nosso estudo mas também crentes que , algum dia, terá continuidade pois o tema e a importância que lhe é e será mais e mais atribuída, vai exigir da sociedade científica a fundamentação necessária para que haja uma resposta mais eficaz ao crime dos maus-tratos e para o benefício da saúde pública (e privada).

PARTE I

Revisão Teórica / Conceptual

CAPÍTULO I

SOCIEDADE E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

1 - DA SOCIEDADE

1. 1 Conceito

Olhando para o mundo em que se nasceu, para as fotografias e outras recordações da época, ainda que, eventualmente, tudo isso se restrinja a uma grande ou pequena cidade nortenha envolta de campo, serra, rio e mar e o caldo de sua gente, não é possível deixar de, por contraste, contemplar as grandes transformações que caracterizam o mundo de hoje, as grandes mudanças que se operaram. Havendo diversos conceitos de sociedade, optou-se, não pelo menos conciso, mas pelo que, sendo claro, permite uma boa compreensão.

“A sociedade tem origem no conjunto de relações do homem com os seus semelhantes. Todas as relações humanas estão afectadas tanto por factores biológicos e físicos, como pela hereditariedade e meio ambiente, como pelas ideias religiosas e filosóficas, as técnicas artísticas, a tecnologia e a ciência. A sociedade está organizada, isto é, os seus componentes aparecem relacionados uns com os outros por uma grande diversidade de enlaces. Não caminham independentemente uns dos outros, mas estão em constante cooperação ou competição. Os principais factores que determinam a organização da sociedade são o parentesco, o sexo, as profissões, as organizações religiosas e sociais, as classes sociais e o governo...” (Grande Enciclopédia Universal, 2004, p.12277).

Parece óbvio que, sem se conhecer a dinâmica e as estruturas da sociedade actual, não será fácil compreender as mudanças que tem sofrido e as que estão em curso, ou seja, o seu passado e o seu percurso, bem como o das famílias que a compõem, visto que, todo o passado, é indissociável do estado actual e dos valores dos dias de hoje.

Os acontecimentos sociais, desde sempre, puseram à prova a capacidade de adaptação das famílias.

Olhando as narrativas da história, uma das múltiplas perspectivas possíveis de abordagem da sociedade, constata-se que as principais e porventura as maiores mudanças sociais ocorreram a partir da revolução industrial, nos finais do século XVIII e início de século XIX, e nos finais das duas Grandes Guerras Mundiais, sobretudo após a segunda. O ritmo das mudanças começou em aceleração na década de 60, 70 e 80 do século passado, para atingir, hoje, um ritmo “esquizofrenizante”, fruto dos avanços técnico e científico, da abertura e dinâmica social que o provocou, assimilou e exigiu.

Vive-se, hoje, um momento histórico que urge ser compreendido, porque as mudanças, até hoje sofridas, atingiram profundamente a família, propondo-lhe novos desafios, não isentos de riscos, mas também de perdas e ganhos.

Vive-se um tempo de globalização, de hipermodernidade, de individualismo, de exagero, do hoje, do agora, do já e da instabilidade, da insegurança, da incerteza, do efémero e o futuro ainda não existe.

Em todas as áreas do mundo do trabalho, a gestão exige dos trabalhadores flexibilidade, “flexitempo”, polifuncionalidade, disponibilidade total, abertura à mudança, produção e produtividade, supercompetição, propondo, em contrapartida, “flexissegurança” de duvidosa efectivação e proveito. Entretanto, o desemprego e o emprego precário impossibilitam um plano de carreira e a concretização de projectos de vida individuais e familiares. Como confiar na flexissegurança? Quem se arrisca? Mas “ *quem não arrisca, não petisca*”, diz o provérbio português. Como é que tudo isto aconteceu e acontece, que implicações tem nas famílias e que transformações potencia?

Que caminhos foram percorridos para se chegar onde se está hoje, preocupado? É óbvio que os indivíduos e as famílias influenciam a sociedade e esta exerce grande influência recíproca.

“Um dos méritos desse pioneiro dos antropólogos que foi Lewis Henry Morgan foi chamar a atenção para o papel da propriedade na formação da família moderna. Ele salientou que o significado primitivo do latim “família” era lar e património, não descendência ou parentesco, que estavam associados a “gens”.

Sugere que uma cedeu a sua importância à outra no mundo antigo, uma vez atingido um certo grau de desenvolvimento económico” (Casey, 1996, p.141).

O caminho percorrido foi o de desenvolvimento, como se depreende da definição de sociedade acima referida, onde o parentesco é factor determinante, o qual, para Morgan, passou a integrar o conceito de família só quando foi atingido um certo grau de desenvolvimento económico. Sendo consensual que, tanto a sociedade como as famílias mudam, se transformam e desenvolvem, em ritmos diferentes de mudança, conforme as épocas.

1. 2 Das Mudanças

Sendo embora diversos os tipos, os modelos e as estruturas das famílias, ao longo das épocas históricas e locais em que se encontraram e encontram, relevam-se, sucintamente, algumas notas, da idade média até à contemporaneidade.

Na idade média, ou seja, na época entre a queda do império romano do ocidente e do império romano do oriente, havia, de um modo geral, dois tipos de família, na Europa - a família aristocrata e a família camponesa - correspondendo, respectivamente, à nobreza e ao povo.

A família aristocrata vivia nos seus castelos e casas senhoriais, era muito numerosa, rodeada de familiares, parentes, dependentes e clientes que incorporava. Da sua organização destacava-se o pai. Este era o patriarca, de autoridade absoluta e ocupava o lugar cimeiro da hierarquia, sendo os papéis de cada um, os fixados pela tradição. Família muito numerosa, com largas dezenas de pessoas, vivendo em seus castelos que eram os lugares e centros políticos e públicos. Em tais circunstâncias, logicamente, a privacidade familiar era muito reduzida ou mesmo impossível. A dama aristocrata e esposa do “senhor” ocupava-se na organização da vida social e em ter os filhos. Nascidos estes, eram entregues a amas-de-leite para serem amamentados, ou seja, os primeiros vínculos da criança eram estabelecidos com alguém que não pertencia à família biológica. Cuidar dos filhos não era para a dama aristocrata uma preocupação,

porque um tal cuidado não lhe dava o estatuto social que tradicionalmente lhe era atribuído, que ela procurava manter e que, por isso, lhe competia.

Bem diferente da família aristocrata era a família camponesa da idade média, tantas vezes desbastada por pilhagens, guerras e escaramuças, pelos maus anos agrícolas, pela peste e pela mortalidade infantil. A autoridade social já não estava no pai da família, como acontecia com a família aristocrata, mas sim na aldeia. Por vezes, viviam três gerações na mesma casa, mas isso não fazia com que a família fosse considerada uma família extensa.

Como a autonomia social pertencia ao lugar e à aldeia, dado que o pai não podia garantir a sobrevivência da família, a privacidade familiar não tinha valor ou era coisa que se desconhecia. Uma das tarefas incómodas das mães camponesas era amamentar os seus filhos. E, assim sendo, era mínimo ou nulo o envolvimento emocional entre mãe e filho.

Quanto a maus-tratos às crianças e jovens, uma das características desta época, era o espancamento das crianças pequenas que tivessem um comportamento considerado desobediente e que indiciasse autonomia ou desafio à autoridade. Assim, a criança era punida/batida e a sua família censurada, ou seja, a criança era punida/batida e envergonhada e com ela a sua família, perante as pessoas do seu meio, por não ter cumprido as normas da sua comunidade. Assim sendo, a criança desenvolvia um sentido de vergonha e de obediência à autoridade externa, às normas sociais da comunidade, inibidoras do seu eu.

Curioso é ter-se constatado que, volvidos alguns séculos, permanece sobretudo no campo, uma tal cultura, que se manifesta, em tom triunfante, em costumeiras declarações como *“nunca as mãos lhe doam, porque eu levei muitas, mas fizeram de mim um homem”* e *“só se perderam as que foram pelo ar”*.

Os hábitos higiénicos, tanto na família aristocrata como na camponesa, eram reduzidos e a vida sexual na fase genital era pouco controlada.

Tanto na família aristocrata, patriarcal, como na família camponesa, mas sobretudo nesta, as crianças, pela educação que recebiam, identificavam-se mais com o meio do que, propriamente com os pais, mais com o ambiente dos

palácios, das casas grandes, onde viviam ou das aldeias onde “sobreviviam”, do que com os seus pais.

E assim, todo um processo paulatino de enfraquecimento da autonomia, a par de outros factores, de depauperamento do ego, se foi desenvolvendo e preparando, de algum modo, a mentalidade das populações para a aceitação do futuro estado absolutista e sistema mercantilista. Entretanto, a miséria era muita, sobretudo nos campos e, na luta pela sobrevivência, ocorreram as migrações para as cidades, na busca de melhores condições de vida.

As cidades cresceram e as vinculações familiares decresceram, devido às ausências de familiares que ficaram nos campos, pelas distâncias que separava uns dos outros. Por outro lado, as notícias entre uns e outros, a comunicação com outros familiares, algures ainda no campo, era inexistente. Neste contexto nasceu industrialização e desenvolveu-se outro tipo de organização familiar: a família proletária.

Inicialmente, a família proletária foi sendo constituída pelos migrantes provenientes dos campos que, famintos, se sujeitaram aos trabalhos mais duros, em pequenas oficinas e fábricas, sujeitos a extensos e desumanos horários de trabalho, em troca de salários muito baixos e em péssimas condições de vida, de alojamento e de higiene (as instalações sanitárias, por exemplo, ou eram inexistentes ou deploráveis). Em tais condições e, na generalidade, toda a família tinha de trabalhar para garantir o seu sustento. As mulheres, tal como os homens, trabalhavam fora de casa, nos mais diversos trabalhos e assumiam, com frequência, o papel de sustentáculo familiar. Para além disso, em casa, desempenhavam os seus afazeres domésticos.

Desta forma, as mulheres começaram a neutralizar a supremacia do homem no lar. Os filhos, em tais circunstâncias, não podiam usufruir dos cuidados constantes da mãe, exausta, subalimentada, “escravizada”. Contudo, estas mães subalimentadas, exaustas, alimentavam ao peito os seus bebés.

O interesse da família proletária, nesta época e circunstâncias, não era o de se tornar proprietária e, também por isso, os trabalhadores casavam mais cedo do

que os burgueses, pois não havia dotes a juntar ao património familiar que fosse decisivo na escolha do cônjuge. A sociedade de então, tratava estas famílias com indiferença, quando não mesmo com brutalidade. A autoridade dos pais, esgotados pelas longas e duras horas de trabalhos, não se fazia sentir, em casa.

Até meados do século XIX, a autoridade estava na fábrica e era contra ela que o jovem proletário mostrava a sua rebeldia, devido à indiferença social de que era alvo. Estava-se no rescaldo da Revolução Francesa e das suas repercussões sociais de “liberdade, igualdade e fraternidade” que se expandiram Europa fora. Entretanto, conseguidas algumas, ainda que escassas melhorias de vida, após longa exploração do proletariado, a burguesia liberal que se foi formando, tentou impor os seus padrões morais e o modelo de família burguês. Deste modo, progressivamente, a mulher proletária adoptou o estilo de família burguesa, dando prioridade aos filhos e à família como refúgio.

A família emergente, agora, burguesa ou nuclear, começou por interessar-se pela acumulação de capital, pela poupança, pela propriedade privada e, assim sendo, logicamente, pela individuação e valorização das escolhas individuais, circunstâncias propícias ao crescimento do amor romântico e amor maternal, à privacidade e ao isolamento, à divisão de papéis sexuais, onde o pai era o provedor da família e a autoridade parental era, para com a criança, total.

A mãe, agora “doméstica”, passou a dar atenção e a cuidar dos filhos, bem como da sua alimentação, amamentando os seus bebés e zelando pela sua higiene e saúde, assumindo total responsabilidade e para que tudo decorresse bem.

Com a industrialização, grande parte da família nuclear da classe média perdeu o controlo das suas propriedades e tornou-se mão-de-obra trabalhadora, ou seja, proletarizou-se enquanto, por outro lado, muitos dos senhores feudais se juntaram aos novos industriais. A estrutura da família, de que adiante se falará, foi ao longo dos tempos e locais assumindo formas adaptativas ao desenvolvimento económico, social e político, religioso e cultural, que influenciou e foi influenciada.

Assim, as mudanças sociais reflectiram-se nas famílias, arrastando-as para todo um processo de industrialização e urbanização, como nova realidade, tal como, reciprocamente, a industrialização e a urbanização se viram obrigadas a fazer cedências às exigências e necessidades das famílias.

No início do século XX, a Europa deparou-se com a primeira grande guerra mundial que a deixou destruída e, economicamente, profundamente abalada. Este abalo durou até aos finais da segunda grande guerra, não obstante ser adoptada, de forma genérica, pelos diversos estados, a orientação económica da teoria de John Maynard Keynes, que preconizava como função dos estados a de investidor financeiro e interventor na correcção dos mercados, do desemprego e da inflação, quando a conjuntura fosse de crise. Não se pode dizer que, no fim da segunda guerra mundial, o nosso país tenha tido o mesmo número de mortos, ou o mesmo número de famílias órfãs de filhos e de pais que teve na primeira grande guerra, porque Portugal sofreu apenas as consequências, mais ou menos indirectas, dessa guerra: fome, racionalização dos bens essenciais, mortalidade infantil, tuberculose, ausência ou incipiente assistência médica.

Nas aldeias, entregavam-se as crianças “à criação” a pessoas que, solidárias com as dificuldades dos pais, as alimentavam e lhes davam abrigo, em troca de trabalhos agrícolas, quer das crianças, quer de seus pais.

Nas vilas e cidades, muitas das crianças de oito, dez ou doze anos iam para pequenas oficinas “aprender um ofício” que, umas vezes era gratuito e outras vezes era pago pelos pais em dinheiro, trabalho ou géneros. As escolas eram reduzidas, sobretudo nas aldeias e o “mestre-escola” que ensinava a ler, era pago em géneros pelos pais, o mesmo acontecendo com os/as “regentes escolares” a quem o estado pagava o equivalente, hoje, a um euro mensal. Eram pessoas que possuíam já alguma instrução académica (o mínimo era a “4ª classe”). Havia poucos professores primários e ainda um menor número de licenciados. O absentismo e o insucesso escolar, tal como o analfabetismo, era muito elevado em ambos os sexos, mas sobretudo no sexo feminino.

Crianças pobres e abandonadas eram colocadas em asilos, chamados orfanatos, onde aprendiam a ler e, eventualmente, aprendiam um “ofício”. Os

filhos de pais mais abastados podiam ter perspectivas um pouco melhores, frequentando o liceu e posteriormente as universidades. Os filhos das famílias mais desfavorecidas, como projecto de vida, ou ingressavam em seminários, que só excepcionalmente eram de ensino gratuito, ou sujeitavam-se a dar continuidade à actividade profissional de seu pai ou parente próximo.

O casamento era a única forma não censurável de constituir família. A mulher tinha de manter virgindade até ao casamento e o homem, de uma forma bastante frequente, era iniciado na cópula, com prostitutas, em casas próprias que, não obstante serem sujeitas a medidas sanitárias, eram também focos de doenças, como a sífilis, por exemplo.

O casamento tinha como objectivo a procriação e, fundamentalmente, era casamento religioso e indissolúvel.

O trabalho da generalidade das mulheres era o trabalho de casa e do campo, o de cuidar dos filhos e do marido e, eventualmente, dos idosos, seus pais e/ou sogros. As crianças brincavam nos campos e nas ruas, criavam seus brinquedos e conviviam com os avós e com a morte dos seus familiares.

A religião, sobretudo a religião católica, teve uma grande importância pela acção social e educativa que exerceu e prestígio que conquistou.

Os finais dos anos 50 e os anos 60 e 70 do século passado, foram um tempo de grandes mudanças sociais: descolonizações em diversos continentes, sobretudo em Africa; a emigração portuguesa para a Europa e a guerra no então ultramar português; o retorno de emigrantes e a emigração, tantas vezes clandestina, trouxeram para as famílias portuguesas, além de valiosas poupanças económicas, muitas perdas de vidas, instabilidade e destruturação.

O avanço tecnológico nos meios de comunicação social, o movimento feminista internacional, reivindicando a emancipação da mulher, a divulgação dos meios anticoncepcionais e a entrada da mulher no mercado de trabalho, os reflexos do Maio de 68, em França, a generalizada contestação das guerras e da instituição familiar, trouxeram um conjunto de transformações sociais e familiares

que facilitaram a implantação da democracia e consequente queda dos regimes ditadores e abertura ao mundo.

As ideologias, que na primeira metade do século contribuíram para a melhoria das condições de vida da generalidade das populações e, logicamente, das famílias, nomeadamente no incremento associativo e do estado providência para os mais desfavorecidos começaram, gradualmente, a perder entusiasmo em favor da autonomia das pessoas e do neoliberalismo.

"Com os choques nos preços do petróleo em 1973 e 1979, toda esta concepção entrou em desequilíbrio. Os governos não conseguiam frequentemente manter o défice do estado e a inflação sob controlo. Não era possível manter estáveis as cotações cambiais das moedas.

É por essa razão que os conservadores, após as suas vitórias eleitorais de 1979, na Grã-Bretanha e de 1980 nos EUA, elevaram um outro dogma político-económico, fundamentalmente diferente, a fio de prumo da sua política: o chamado neoliberalismo de economistas como Milton Friedman – conselheiro de Reagan – ou Friedrich August von Hayek – mentor de Thatcher – que, na sua variante político-financeira, também é denominado por monetarismo. Estes teóricos consentiam ao Estado apenas o desempenho do papel de supervisor da ordem e asseguravam que quanto mais livres as empresas privadas fossem nos seus investimentos e actividades, maiores seriam, o crescimento e a propriedade, para todos. É partindo deste pressuposto que a maioria dos governos do ocidente afectos ao liberalismo económico desenvolveu, nos anos 80, uma espécie de luta de libertação para o capital. (...) Desregulação, liberalização e privatização: este tríptico transformou-se no instrumento estratégico da política económica europeia e americana, que promoveu o programa neoliberal a ideologia prescrita pelo Estado" (Martin e Schumann, 2000, p. 120 e 121).

A situação económica das famílias é um factor muito importante para a harmonia e desarmonia familiar como acentua o ditado português: *"Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão"*. Assim sendo, as orientações seguidas pelos agentes económicos, não foram nem são despiciendas, quer para a sociedade, quer para as famílias, pelas consequências que têm. Mercê das novas tecnologias e da abertura ao mundo, vivemos hoje a metáfora da "Aldeia Global" de Mc Luhan, ou seja, o fenómeno da globalização, do mundo como um

todo, onde parece já não fazer sentido que tudo continue a girar à volta da construção do futuro – futuro que fora sonhado por toda uma geração contestatária dos anos 60, apoiada em ideologias de paz, liberdade, solidariedade e prosperidade, de luta de classes e nacionalismos.

1.3 Da Globalização ou o mundo como um todo

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades (as ideias)”, escreveu Camões.

A globalização tem proporcionado a muitos indivíduos e famílias coisas e progressos desejáveis e bem aceites pela sua utilidade e conveniência, desde a livre circulação de pessoas, de mercadorias e de capitais, até aos meios de informação e de comunicação múltiplos, sofisticados e céleres, impensáveis, há duas ou três décadas. Parece que, quanto mais e melhor estruturada estiver a sociedade, mais e maiores serão os benefícios que esta poderá usufruir da globalização. Caso contrário, serão menores ou menos os benefícios a usufruir.

A livre circulação de pessoas, diz respeito a todos, a todas as famílias, a todas as sociedades, basta pensar em coisas tão simples e importantes como os produtos que se come e as roupas que se veste e nos preços respectivos que se pagam, por virtude da concorrência; basta pensar na facilidade de cruzar fronteiras entre países e não ser obrigado a declarar o valor fiduciário que se transporta; basta pensar na incomensurável quantidade de informação gerada e disponível, por exemplo na Internet; pensar na comunicação, em tempo real, de um canto ao outro do mundo.

Contudo, como *“não há rosas sem espinhos nem bela sem um senão”*, a globalização também tem proporcionado coisas indesejáveis como o desemprego, a desigualdade na distribuição das riquezas, em que, à acumulação crescente de capital, por uns, corresponde à progressão geométrica, do empobrecimento de outros.

Transportando consigo vantagens e desvantagens, a globalização é fruto do desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias (serão estas, as novas enxadas feudais) e, por isso, não foi nem é propriamente uma opção da

sociedade, mas algo disponível e de inevitável que foi e é imposto, pela evolução da ciência e das tecnologias, aos indivíduos, às famílias, ao mundo de hoje. A ciência analisa e explica o facto, cria a ideia e, a tecnologia para o bem ou para o mal, dá-lhe aplicação.

Com vantagens e desvantagens, a globalização tem adeptos e fervorosos defensores, mas tem também fervorosos detractores, o que é compreensível dado que, não se limitando a uma questão teórica, tem implicações na vida concreta do dia-a-dia das pessoas e das famílias e no grau do seu bem estar. “*Nem tudo ao mar, nem tudo à terra*”. Neste contexto social, económico e cultural, a informação tem um papel nuclear e, por isso, ultrapassa o poder económico e tecnológico, pois está antes destes e na sua base.

Dir-se-á que a globalização está a fazer emergir um outro tipo de sociedade, a sociedade do conhecimento, apoiada pelas novas tecnológicas da comunicação, pelo incremento e divulgação científica e pelo imperativo da concorrência competitiva da produtividade, da qualidade e do emprego.

A informação conquista-se através da leitura e estudo dos livros, das revistas, dos jornais especializados, da procura e selecção dos temas na internet e intranet, das viagens que se fazem, na interacção e inter relação das pessoas e da reflexão sobre experiência vivida, dos erros cometidos por outros e por si mesmo, no convívio interpessoal.

E como “*nem tudo o que vem à rede é peixe*”, em termos de informação, é imperioso cuidar da “malha da rede” com que “se pesca”, adaptando-a (grelha mental) ao tamanho do peixe que se deseja pescar. Isto é, o diferencial competitivo, hoje, em termos de informação, estará na capacidade para saber procurar e seleccionar a informação útil e desejada para, com ela, enquanto conteúdo, dar-mo-nos forma ou formarmo-nos, aplicando-a de forma eficaz.

A globalização não se propõe nada, em si mesma não traz soluções dos problemas, é uma fatalidade a ser pensada e compreendida para, através dela, podermos resolver problemas e não cairmos em destruturação.

A globalização não é, para já, uma unificação ou perda de culturas regionais ou de características próprias de cada um, individualmente. Isso seria perda da identidade, perda da própria história, ofuscando o passado e a cultura. No entanto, não havendo uma unificação, constata-se que a vida e as estruturas familiares se têm transformado e os pais de hoje, modernos, já não são os pais modelo que foram outrora, para seus filhos. No entanto e, para além de tudo isso, a família ainda continua a ser o primeiro grupo com as funções, biológica de procriação e social.

Diversos autores têm publicado seus estudos sobre o fenómeno, de entre os quais se refere Edgar Morin, Gilles Lipovetsky e Anthony Giddens.

Para Edgar Morin (2004) a Terra é movida, simultaneamente, pela associação de quatro grandes e potentes motores descontrolados: a ciência, produzindo novos conhecimentos, a compreensão e explicação de novos e velhos fenómenos; a técnica, que permite concretizar e aplicar na prática os dados científicos; a indústria, que extrai, transforma matérias e fabrica produtos, instrumentos e outros meios necessários à produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas e, finalmente, o capitalismo, enquanto um dos sistemas de valorização económica e social, de acumulação de capital (moeda e património), o qual constitui um factor importante de motivação humana, extrínseca.

A globalização é, ainda, a emergência caótica e desigual de um embrião da sociedade-mundo e, porventura, a última fase de uma planetarização tecno-económica. Tem um território e um sistema de comunicação. Este encurta distâncias e tempo, como se verifica nas viagens de avião, no uso de telefones, satélites, internet, intranet, televisão, rádio, além de outros meios de comunicação e tecnologias; tem uma economia diversificada com expansão mundial, que interessa e prende a atenção de todas as pessoas: as subidas e as descidas das cotações das bolsas de valores financeiros, por exemplo, interessa a todos e a todas as famílias porque, reflectindo os jogos económico-financeiros das principais empresas, podem-se revelar quer como causa, quer como consequência, da subida ou descida da taxa de juros e isso tem implicações tanto nos créditos dos empréstimos a pagar, como no rendimento de poupanças e na generalidade dos preços, o que afecta os orçamentos familiares e todos os seus

elementos. À economia actual, que é mundial, falta-lhe, no pensamento de Morin (2004) leis, direito e controlos.

Efectivamente, parece não haver leis, nem direito, nem controlos, para se evitar que, em 1995, a elite mundial dos 500 homens políticos, líderes económicos e científicos de primeiro plano, de todos os cantos do mundo, reunidos por Mikhail Gorbatchev no Presídio a sul do Golden Gate, Fairmont, São Francisco, EUA, sem pudor, mas com enorme poder e conhecimento de causa, se manifestassem.

“ Quanto ao futuro, os pragmáticos de Fairmont resumem-no numa fracção e num conceito – dois décimos e tittytainment. (...) no próximo século, para manter a actividade da economia mundial, dois décimos da população activa serão suficientes.... E os restantes?... no futuro, a questão será “to have lunch or be lunch”, ou seja, ter algo para comer ou ser devorado... uma sábia mistura de divertimento estupidificante e de alimentação suficiente manterá de bom humor a população frustrada do planeta” (Martin e Schumann, 2000, p.10).

E assim se vive, hoje, uma época em que a globalização nos impõe viver *“com um olho no burro e outro no cigano”* porque *“É um erro pensar-se que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não é apenas mais uma coisa que “anda por aí”, remota e afastada do indivíduo. É também um fenómeno “interior” que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas. Por exemplo, o debate que decorre em muitos países acerca dos valores da família parece ter muito pouco a ver com as influências da globalização. Mas tem. Os sistemas tradicionais da família estão a transformar-se, ou estão sujeitos a grandes tensões, em diversas partes do mundo, em especial sempre que as mulheres exigem maior igualdade de direitos”* (Giddens. 2000, p. 23 e 24).

A nossa civilização ocidental é pautada por valores padronizados, por múltiplas culturas e nichos culturais. Ora, como a globalização cultural não é, já que, nas actuais circunstâncias, ainda não pode ser, homogeneizadora, por ser constituída de grandes ondas transculturais, só pode, pelo contrário, facilitar a expressão e expansão das originalidades locais e nacionais no seio da sociedade-mundo ou do mundo como um todo multicultural.

O desenvolvimento do(s) país(es) é orientado e calculado na perspectiva da técnica e da economia, pressupondo-se que, o desenvolvimento humano é arrastado por aqueles factores. Se tal fosse o bastante, sentir-nos-íamos todos felizes e contentes. Talvez por isso, Morin (2004) entende que o desenvolvimento, do modo como é concebido, ignora aquilo que não é calculável nem mensurável – a vida, o sofrimento, a alegria, o amor, e o único critério pelo qual mede a satisfação é o crescimento (da produção, da produtividade, da receita monetária). Ou seja, o desenvolvimento é definido apenas em termos quantitativos, ignora as qualidades, as qualidades da existência, as qualidades da solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade de vida.

Um tal desenvolvimento ignora que o crescimento tecno-económico produz subdesenvolvimento moral e psíquico: a hiperespecialização generalizada, a compartimentalização de todas as áreas de actividade, bem como o hiperindividualismo e espírito de lucro, e gera a perda de solidariedade. *“Não há bela sem um senão”*.

É um desenvolvimento incapaz de apreender os problemas multidimensionais. É um desenvolvimento que, trazendo conhecimento, gera contudo, incapacidade intelectual de reconhecer os problemas fundamentais e globais. Mas, *“quando o mar briga com a praia quem apanha é o caranguejo”*, e porque assim é, depara-se, na actualidade, com criminalidade não só nacional mas com criminalidade intercontinental, globalizada (tráfico de droga, redes de prostituição, tráfico de armamento, corrupção e assassinatos em massa).

O 11 de Setembro de 2001, que pôde ser visto em tempo real, mostrou, à evidência e à saciedade, a existência de uma rede terrorista mundial, a qual pode ser vista como um exemplo e prova dessa criminalidade.

A globalização permite que o ser humano, hoje, se sinta mais vulnerável e inseguro do que em qualquer outra época da sua história, razão pela qual se justifica a decisão política tomada, a nível nacional, sobre a *“polícia de proximidade”* e a cooperação internacional de serviços policiais.

Segundo Gilles Lipovetsky (1989) a sociedade dos anos 60 e 70 do século passado estava centrada no consumo, na libertação sexual, no prazer, no hedonismo e eivada de crenças políticas. Em sequência disso, as mudanças sociais entretanto ocorridas trouxeram liberdade, a valorização da democracia e do indivíduo, do mercado e da tecnociência. A dinâmica social tem hoje uma velocidade superior e tudo é levado ao exagero: hipertexto, hiperconcerto, hipermercado, hiperterrorismo, hiperpotência, hiperocupação, etc.

O tempo e o espaço, os “a priori” ou intuições de E. Kant, parece estarem em risco de questionamento: *“O tempo e o espaço comprimindo-os para tempo-espaço, ou seja, queda de barreiras espaciais. Tornou-se menor o mundo, aproximaram-se distâncias e substituiu-se o tempo de longa duração pelo tempo da velocidade e assim, as qualidades objectivas do tempo e do espaço foram revolucionadas e foi alterada a nossa percepção do mundo* (Siqueira, 2001, p. 3).

Vive-se o mundo como um todo, agora e aqui, sentado ao computador ou vendo televisão que mostra a calamidade que está a acontecer agora com as cheias, algures na Ásia. Falamos via intra e Internet com “desconhecidos” e, paradoxalmente, na realidade, estamos “sós”, a viver “sós” com a fantasia de viver acompanhado! Não estaremos todos nós sós e desamparados? No entanto o tempo e o espaço, hoje está reduzido a um presente perpétuo em que somos levados a viver, a sentir e a pensar o mundo como um todo, num simultâneo, sem relação no tempo. Tudo é presente o que, perfigura, de algum modo, o mundo da esquizofrenia com o seu amontoado de significantes distintos mas não relacionados.

Como ser autónomo neste contexto? Se o indivíduo globalizado exerce em plenitude a sua cidadania numa sociedade mais democrática, pois a autonomia opõe-se ao autoritarismo (Siqueira, 2004), algo de paradoxal estará na autonomia enquanto capacidade de se reger por si mesmo, com autodeterminação e independência, capaz de uma actividade reflectida e própria. Reconhece as leis e o seu poder na sociedade.

A evidência mostra que a sociedade é hoje um mundo de riscos, de preocupações e de múltiplas motivações: riscos e preocupações com a sida e

doenças infecto-contagiosas, com a poluição, com as epidemias, com os transgénicos, com o aquecimento global, com a fome, com o controlo da água e das jazidas petrolíferas, com as políticas de justiça e da saúde, com a política da “não política”, com o consumo telecomandado pelo Marketing dos grandes grupos económicos, com a apatia e a indiferença:

” O indivíduo pede para ficar só, cada vez mais só e, simultaneamente não se suporta a si próprio. Aqui o deserto já não tem começo nem fim... quanto mais os políticos se explicam na TV mais as pessoas se marimbam. Quantos mais comunicados são distribuídos menos lidos são. Quanto mais os professores se esforçam por que os alunos leiam, mais estes deixam os livros de lado. Indiferença, profunda indiferença, por saturação em todos nós: excesso de informação pueril e de isolamento, indiferença, “anemia emocional” que também chega com a desestabilização dos comportamentos e juízos “flutuantes” na opinião pública (...). A apatia já não é uma ausência de socialização, é a nova socialização” (Lipovetsky, 2004, p. 8).

Efectivamente, quanto mais esforços os políticos parece despenderem com as mais elaboradas mensagens de apelo à aceitação das suas propostas, mais as abstenções se fazem sentir. Os professores esforçam-se por que os alunos leiam mas os livros sugeridos não lhes vão resolver os seus problemas nem os deslumbra pelas descobertas.

“A nova estratégia já não é o primado das relações de produção mas o das relações de sedução. Em nenhum lado é tão visível como no ensino. O discurso do mestre encontra-se banalizado, em pé de igualdade com o dos media. É esta desafecção do saber que é significativa. Perante o desinteresse dos jovens as autoridades propõem mais do mesmo: dizem ser necessário inovar a todo o custo, mais liberalismo, participação, investimento pedagógico... E o escândalo está nisso mesmo... Quanto mais a escola se põe a ouvir os pais, e os alunos, mais estes desabitam sem ruído nem conclusões esse lugar vazio (Lipovetsky, 2004, p. 9).

A globalização ou mundo como um todo, é o resultado a que chegou o desenvolvimento tecnológico que, dia-a-dia, não pára de nos surpreender e

seduzir. Não será o desenvolvimento tecnológico, em si mesmo, que traz para a sociedade actual a mais preocupante incerteza e instabilidade, mas possivelmente o aproveitamento e utilização da globalização que, não sendo ingénua, ainda não tem regulamentação, nem controlo, nem governo.

O poder das novas tecnologias da comunicação é incomensurável. De facto as TIC, porque nos desvendam perspectivas que não controlamos assustam-nos. Abreu (2001) distingue entre as TIC: as “tecnologias *broadcasting*” das “novas tecnologias emergentes” e revela-nos que:

- nas primeiras tecnologias, nomeadamente na imprensa, na rádio e na televisão, há um número de cidadãos produtores de informação, os quais são as grandes empresas do sector ou instituições que detêm o capital e dimensão para possuir e controlar as estações emissoras, as redacções de imprensa e respectivas audiências, tendo em vista a rentabilidade da publicidade e uma maioria de cidadãos que são os consumidores de informação;
- nas segundas, nas novas tecnologias, as emergentes, (sobretudo microcomputadores em rede mundial), tal distinção não existe ou não é intrínseca à natureza da tecnologia. Aqui, o consumidor de informação pode ser também produtor. Esta distinção das TIC permite-nos pensar na sociedade que temos e na que queremos ou seja, permite-nos pensar muito para além do carregar no botão do televisor ou de abrir o computador, como divertimento ou passatempo.

O neoliberalismo económico, que reivindica sempre mais e mais desregulamentação, liberalização e privatização, esse sim gera incerteza, instabilidade, o empobrecimento progressivo da maior parte das famílias, em proveito de um cada vez mais reduzido número de outras.

1. 4 Contributos da Família para a Sociedade

A família é a célula base ou unidade base da sociedade, ou seja, é o primeiro grupo social. Os seus membros têm, habitualmente, residência comum, colaboram economicamente e têm relações interpessoais. A função da família é a de reprodução. “ *Mudam os ventos, mudam os pensamentos*”.

Ao longo dos tempos, a família mudou a ritmos diversos, os quais tinham a ver com o grau de desenvolvimento da sociedade, de cada época. Assim, o ritmo das mudanças era mais agitado ou menos agitado conforme estavam presentes e desenvolvidos os diversos factores económicos, sociais, culturais e tecnológicos. O aspecto social da família prende-se com o relacionamento bilateral ou multilateral que é estabelecido entre dois dos seus elementos ou grupos, prende-se com os valores socioculturais, socioeconómicos, e com a capacidade de socialização, da adaptação e da comunicação, dos seus intervenientes.

O ritmo de adaptação às mudanças, umas mais rápidas do que outras, depende da capacidade dos indivíduos ou dos grupos interiorizarem e acomodarem, aceitando ou rejeitando, de entre a multiplicidade dos aspectos, o agora, novo, e da pressão e premência com que este é apresentado. As mudanças, positivas ou negativas, são influenciadas pelas pessoas, pelos grupos, pelas organizações e, nos tempos actuais, também pelos meios de comunicação social. A influência destes verifica-se não só internamente, no país, mas também, mundo fora, pelos quatro cantos do mundo, cumprindo um dos seus papéis: informar e formar as pessoas, narrar factos, descrever realidades, ampliar perspectivas de observação, expandir conhecimentos e induzir mudanças.

As mudanças reflectem-se na vida das pessoas, das famílias, das instituições e na sociedade, diariamente, favorecendo ou não a sua vida e os seus interesses. Por exemplo, actualmente, havendo em certas zonas do país, um certo sentimento de insegurança, as actuais e recentes alterações ao código penal português, trouxe implicações no sentimento de segurança das pessoas e um questionamento sobre direitos humanos. As mudanças sociais permitem e favorecem novas percepções dos acontecimentos, das relações interpessoais, familiares e grupos, bem como a mudança, em geral, e a evolução tecnológica.

O que é que a família dá à sociedade, o que é que lhe propõe, quais os seus interesses, ou seja, de um modo geral, como é que a família influencia a sociedade hoje?

A família, procriando, permite que a sociedade não se extinga e se renove. A família faz escolhas diversas: escolhas económicas, para não pôr em causa o direito à vida e a viver dignamente, bens primários e essenciais para sobreviver e ter estabilidade económica e psicológica. A harmonia familiar passa por uma alimentação saudável e suficiente, “...*uma família que come bem junta irá viver bem e muito tempo junta*” (Handy, 2006, p. 220), por uma boa educação e normas de civilidade, por dispor de alojamento condigno. A partir destes e de outros factores, promotores de vida, saúde e harmonia, a família intervém na economia da sociedade para que esta satisfaça as suas necessidades e sirva o seu desenvolvimento e promoção económica justa, igualitária e mais humana.

A família faz escolhas específicas e inovadoras que têm influência social, em função do seu progresso e da sua estabilidade; faz escolhas no âmbito da comunicação social ao adquirir este jornal e não aquele, ao assistir a este programa televisivo e não àquele – as estatísticas das sondagens de audiência, podem traduzir as escolhas da família – é o seu contributo para modificar a mentalidade reinante na opinião pública; faz escolhas na programação e actuação das leis e prescrições sociais; faz escolhas de projectos urbanísticos para melhorar as suas condições de vida e de alojamento.

A família não fica alheia aos programas que lhe surgem, via rádio, televisão ou cinema nem aos espectáculos de teatro, ou outros, pois tem o direito e até a obrigação de seleccionar aquilo que mais contribui para o seu enriquecimento mental e a torna mais feliz ou menos triste. A comunicação social deve adequar-se e responder positivamente aos interesses da família e, para isso, deve compreender melhor o que mais atrai esta, a sua população alvo.

Tendo em vista critérios que respeitem a sua dignidade, e responsabilidade, a família deve interessar-se por programas que dignificam e não a destruam. Por um lado, no processo de mudança da sociedade é importante o contributo que a

família dá para a defesa dos valores que lhe são caros e, por outro lado, é imperioso que a comunicação social tenha programações, controladas por critérios de qualidade e por leis e normas sociais, válidas e capazes de desempenhar um bom serviço à família.

As condições e a qualidade de alojamento da família são extremamente importantes, razão pela qual a sociedade deve planejar projectos habitacionais e de construção que respondam às necessidades da família, inclusive, que permitam uma saudável convivência dos seus elementos – crianças, jovens, adultos e idosos – em espaços verdes e arejados para uso e usufruto nos seus tempos livres, de lazer, em segurança e liberdade.

A família, não só manifesta as suas necessidades à sociedade, como também, pro-activamente, procura ajudar a sociedade a encontrar soluções, tomando diversas iniciativas no seu interesse e no interesse da própria sociedade, de que são exemplo, as intervenções participativas da família na escola, no sector produtivo de bens e de serviços, na vida económica das empresas, no sistema de saúde, na segurança social, nos serviços públicos e na vida religiosa, entre outros.

A família intervém na escola, desde os jardins de infância até às escolas de escolaridade mais avançada, assumindo aí um papel muito importante, pela influência social que exerce e de que são exemplo as diversas associações de pais. Estas, não só fazem sugestões para uma melhor qualidade de ensino e de acompanhamento escolar, junto de pais e professores, como também levam as reivindicações da família junto das direcções escolares e outras instâncias governamentais.

É que, na escola, são transmitidos não só saberes diversos, uns mais e outros menos operacionalizáveis, o que tem a ver com os conteúdos dos respectivos programas, mas também todo um conjunto de valores, de normas, de atitudes e de comportamentos, fazendo dela um agente social fulcral.

É na escola que as crianças e jovens fazem as suas escolhas pessoais, formam os seus juízos, interiorizam normas e decidem, muitas vezes, a sua vida,

sobretudo quando a família não tem capacidade e/ou possibilidade de lhes dar esse apoio. Por diversas razões, o tempo que as crianças e jovens passam com a família é reduzido e, também por isso, é na escola que adquirem valores e comportamentos, uns maus e outros bons, suficientes ou não. No entanto, serão esses valores e princípios que recebem na escola que os acompanharão vida fora.

A família tem, ainda, um papel muito importante na organização educacional de seus filhos. Papel importante pelas consequências positivas que tem a médio e a longo prazo. No entanto, a sua importância tem diminuído, na medida em que cresce e se desenvolve o papel da escola. A família influencia o sistema produtivo, ao determinar a natureza e a qualidade daquilo que consome, quer seja no que diz respeito aos produtos alimentares, quer seja no que diz respeito ao vestuário, ao calçado, aos produtos de higiene e de limpeza ou outros, e que têm a ver com a melhoria das suas condições de vida.

A família participa na produção e isso permite e incentiva a concorrência em todas as áreas da actividade económica, ou seja, porque a família escolhe o que quer consumir, a indústria procura adaptar-se ou adequar-se às suas exigências ou solicitações, em termos de quantidade, qualidade e preço. A influência da família na sociedade exerce-se ainda nos hospitais, nos serviços de segurança social e outros serviços que sejam potenciadores da manutenção ou optimização do seu bem estar social e familiar.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), a família faz parte da equipa de saúde e, quando assim é, efectivamente, todas as partes implicadas na saúde/doença ganham em conforto: o doente sente-se mais protegido, apoiado e melhor cuidado e, por outro lado, a instituição – hospital, centro de saúde e clínica – sente-se reconhecida, prestigiada pelo seu trabalho, cuidados e competência demonstrada, o que se traduz no reforço para o desempenho dos seus profissionais e respectivos órgãos de gestão. Por outro lado, a família estrutura-se melhor em função disso, o que lhe permite um desempenho mais eficaz. Podem servir de exemplos do acima exposto, a acção que têm as Ligas dos Amigos dos Hospitais junto dos doentes das instituições hospitalares por um lado e, por outro, a onda de manifestações recentes e de descontentamento, um pouco por todo o

país, em que as famílias se uniram manifestando-se contra o encerramento de maternidades e outros serviços.

A família influencia também os transportes colectivos, quer quanto ao seu número, percursos, qualidade e horários, quer quanto a novos transportes como sejam a construção de aeroportos e o comboio ou transporte de grande velocidade conhecido por TGV, influência esta largamente divulgada pela comunicação social e pelos debates parlamentares. Também a indústria hoteleira e turística, as festas e romarias, muitas destas de carácter religioso são influenciadas pela família. Todas estas indústrias e serviços têm de se estruturar e organizar para poderem desempenhar as suas funções e satisfazer as exigências das famílias.

Muitas vezes, a família faz com que a sociedade corresponda aos seus próprios objectivos, ou seja, a família leva a que a sociedade faça *feed-back* dos seus deveres, dos seus direitos e obrigações. A família introduz princípios, valores e mecanismos que potenciam alterações na vida social de que vem a beneficiar. A pressão de influências que a família exerce sobre a sociedade corresponde à pressão da sociedade na família. Talvez assim, nesta interacção, família – sociedade – família, se possa encontrar um ponto de compreensão para a constatação de que, aquilo que, num determinado tempo e local fora, ou venha a ser, classificado como marginalidade ou até, aberração social, de degradação familiar, de princípios e de cultura, seja considerado como normalidade, numa outra época.

A abertura da família à mudança, à tolerância e aceitação do diferente, à interculturalidade, alicerçada no respeito e cumprimento dos Direitos humanos, mostra como o que fora “marginal” pode ser aceite e vivenciado como normalidade.

Os regimes políticos ditatoriais vão ruindo na medida em que, família após família, então marginalizadas, opositoras a regimes, se expandindo em contestação até à independência e democratização da sociedade. Aqui chegados, os inicialmente classificados de terroristas e/ou revolucionários passam, organizados, a movimentos de libertação e a combatentes, de traidores passam a

heróis nacionais. São pessoas e famílias a propor mudança à sociedade. *"Atrás de mim virá quem de mim bom fará"* porque *"a vida continua"*.

É dentro desta interacção, família – sociedade – família, que esta prossegue, dentro da sua natureza e finalidade, a lutar contra a sua destruição, contra a perda da consciência de valores humanos e sociais, preocupando-se com o bom funcionamento das instituições sociais. Assim, os diversos sectores da vida social devem mostrar a sua capacidade e sensibilidade para edificar a sociedade desejada.

A sociedade mudou, muda e faz mudar a família. Cabe a esta, projectar a sua mudança e criar um espaço novo para os seus elementos, em ordem a influenciar a sua própria família e a contribuir para a estrutura da sociedade.

A família é fruto de um conjunto, complexo e dinâmico de variáveis intra e extrafamiliares que passam pela evolução, que atravessa o mundo de hoje. Daí decorre que a família não pode ser vista fora do contexto desta mesma realidade.

Apesar de todas as mudanças, Ramos (2004), reportando-se a Langouet (1998) refere *"Apesar das dificuldades, fragmentação e mudanças, a família continua a constituir um espaço e valor importante para os jovens, Por exemplo, uma investigação em França mostrou que para 87% dos jovens franceses interrogados, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, a família constitui o valor e espaço principal para o desenvolvimento e equilíbrio psíquico, devendo premanecer a célula base da sociedade"* (Ramos, 2004, p.186).

Sem dúvida que, sendo a família, historicamente, um produto da sociedade, está ligada a todas as mudanças desta, influenciada nas suas diferentes fases, pelos aspectos políticos, económicos, sociais, culturais e religiosos, que atravessaram a humanidade e lhe deram diversas formas e características específicas. Assim sendo, as mudanças familiares são influenciadas, por um lado, pela dinâmica interna e externa da família e, por outro lado, pelos diversos modelos que, em diferentes épocas a descrevem.

1. 5 Contributos da Sociedade para a Família

O estatuto social dos membros da família, no contexto interno desta, está relacionado com a posição que cada um ocupa, com as diferentes relações que estabelece e com as funções que desempenha, com o poder que tem e com a autoridade que lhe é atribuída e reconhecida: relação pai/mãe e filhos e com outros familiares e vice-versa. Embora haja e se verifiquem orientações muito diversas na identificação e nas mudanças e funções familiares, é consensual que, das funções principais, em todas as sociedades, são tidas e geralmente aceites como importantes as seguintes: as funções biológica, económica, de protecção, a função religiosa. As funções educativa, cultural e religiosa, serão tratadas mais extensamente no ponto seguinte.

Devido à mobilidade social e profissional, que são aspectos já atrás referidos e implicados no fenómeno da globalização e na crescente exigência de flexibilidade e flexitempo, a família perdeu e continua a perder o seu papel de estratificação, tornou-se menos sólida, relacionalmente menos rica e menos eficaz no controlo social dos comportamentos dos seus elementos. O seu carácter institucional e estrutural empobreceu e os seus papéis são agora mais débeis e mais frágil o exercício das funções que lhe são atribuídas. Há pois uma redução acentuada e efectiva das suas funções, o que permite interrogar e reflectir se seria correcto atribuir à família, nas circunstâncias de hoje, as funções atribuídas, desde há 40 ou 50 anos.

A função económica da família está mais limitada ao consumo do que à produção, ou seja, a família consome mais do que produz, por razões diversas, e de que é prova o saldo negativo da Balança Comercial do país. A função biológica da família mantém-se, mas a tendência é para a redução do número de filhos, o que aliás vem na sequência de outras reduções do número de filhos, como foram as épocas da transição, da família camponesa para a família da revolução industrial e urbana, da família dos anos 50, para a família da globalização.

A função protectora que, inicialmente, pertencia à família, pertence, hoje, maioritariamente a diversas organizações. A emigração, sobretudo a dos anos 60 e 70, a ausência dos pais de família (sobretudo nas famílias piscatórias) em

consequência da empregabilidade da mulher e de flexibilidade e flexitempo, contribuíram e contribuem para a redução do número das presenças humanas mais significativas, na família, o que é corroborado, como se verá, pelos resultados do presente estudo.

Os momentos que caracterizam o desenvolvimento, como sejam, o nascimento, a dor, a doença, o sofrimento, a velhice e a morte são afastados cada vez mais e cada vez mais são entregues a agências especializadas ou instituições que não dão, nem podem dar, o contributo protector que a família, então, dava. O apoio e ajuda das famílias, hoje, está nas organizações, jardins de infância, escolas, nos hospitais, nos OTLs (ocupação dos tempos livres), nos centros de dia, nos lares de idosos.

Não obstante o desregramento, eventualmente, mais aparente do que real, da instituição família, esta ainda continua a ser reconhecida como sendo o primeiro lugar de socialização e de transmissão de valores que nenhuma outra instituição pode substituir inteiramente. O actual modelo de família, enquanto “caixa de ressonância” da dinâmica social, reflecte os mesmos perigos e crises da sociedade: instabilidade, permissividade, problemas de (des)equilíbrio e marginalização, com dependências de drogas, de álcool, insegurança e delinquência, para além da disfuncionalidade comunicacional. Perante as crises de famílias constituídas, muitas vezes a saída da situação é o divórcio, a separação, como refúgio da instabilidade e saturação.

Ao autoritarismo e rigidez reinantes na família de outrora, a democratização da sociedade trouxe e reflecte-se, muitas vezes, na família de hoje, numa nova forma de abandono dos seus elementos, que é o excesso de permissividade, geradora de irresponsabilidade e de afrontosa onipotência.

A concepção materialista permite que, entre humanos, se obnubilem princípios e valores e que as suas relações sejam funcionais, como se de objectos se tratasse, ou se se tratasse, pura e simplesmente, de disputa de poder e de importância, como troféu do conflito na família ou na sociedade. A marginalização e o desamparo são susceptíveis de produzirem, muitas vezes, o desequilíbrio que leva à crise de identidade, existencial.

Valorizam-se, frequentemente, mais as funções que se desempenham e enquanto se desempenham, do que as pessoas.

“Porque mais vale só do que mal acompanhado”, as gerações mais novas, de um modo bastante generalizado, optam por novas formas de família, por relacionamentos de livre convivência, rejeitando qualquer tipo de formalidade jurídica, no sentido de que, assim actuando, o sentimento de amor se concretize e a nova forma de família aconteça. Partem da atracção, para a acção, na busca do sentimento que será ou não confirmado e que será *“eterno enquanto dure”*, de Vinicius de Moraes, e já não *“até que a morte vos separe”*, da igreja católica.

A sociedade, é óbvio, contribuiu para que a instituição familiar enfrente agora novas formas de viver em família, com problemas, porventura, não menos graves do que os de outrora. Dessas novas formas de viver em família, salientam--se as “uniões de facto” que são as mais conhecidas, a monoparentalidade, as “uniões livres” e as “uniões abertas” ou “comunitárias” que são as menos conhecidas: vários homens e várias mulheres que vivem debaixo do mesmo tecto, e de um modo geral estão ligados a uma ideologia particular.

Estas novas formas de família, frequentemente, têm uma duração variável, de dias, meses ou anos e onde os cuidados preparatórios não existem ou quase desapareceram. Colocam a ênfase na realização individual dos seus elementos e, a partir daí controlam o nascimento de um ou dois filhos. Perante esta nova tendência, não é estranho que volte a questão polémica da “morte da família” dos anos 60 do século passado. Contudo, *“Aqueles que vaticinam o declínio da família acabarão por reconhecer-se errados. Poderá mudar o formato, mas não desaparecer”* (Handy, 2006, p. 209).

Apesar de todas as transformações e mudanças da instituição familiar, mantêm-se os principais fundamentos que garantem a sua unidade e continuidade. Sendo certo que as suas estruturas e funções não desapareceram, certo é também que a enfraqueceram e reduziram a sua capacidade, na sequência e consequência do próprio processo e dinâmica social, que se reflecte,

tanto na estrutura como nas relações que definem a família. “*Não há mal que sempre dure, nem bem que não acabe*”, ditado português.

Vimos que nas sociedades pré-industriais, as famílias, tendo embora enormes dificuldades e privações, riscos e perigos de vária ordem, usufruíam de uma estrutura social, que hoje se poderia chamar, rede de apoio, equilibradora: a solidariedade, que as acolhia nas situações mais difíceis da vida.

Nas sociedades industrializadas e modernas, na sequência das grandes transformações sociais, as famílias, desaparecida aquela solidariedade, desintegraram-se. Actualmente, “*Grandes árvores dão mais sombra que fruto*”, em plena globalização que não é inocente, nem neutra, nem inofensivo fruto da tecnologia, basta pensar-se que são os grandes grupos económicos que detêm essa tecnologia, nomeadamente a comunicação social, as famílias vivem divididas entre a dinâmica do passado, da tradição e a dinâmica do presente que rompe com aquela e a faz boiar, à deriva, sem rumo à vista; em liberdade, mas ancorada num medo sem objecto.

E é neste flutuar de mudança social de “*Guardado está o bocado para que o (no) há-de comer*”, que a família parece ser forçada a viver, enquanto que, ela mesma, pela sua acção, força e empenho, determina aquela mudança, num jogo de equilíbrio sempre instável, onde os problemas se agravam: são mudanças na composição da família, no seu funcionamento, nas funções e poder dentro da família, na dinâmica das relações e comunicação intrafamiliar, na divisão de papéis e funções dos seus membros. É notória a influência da sociedade na família e desta, naquela. Contudo, ainda não é fácil saber tudo o que muda e o que vai permanecendo. “*Nevoeiro de mais de três dias, dura oito*”.

Para Octávio Medeiros, (2005), o cenário do mundo contemporâneo é o de transformações rápidas, profundas no domínio da economia, da ciência, da tecnologia, das relações sociais, dos valores e das normas, é uma sociedade aberta às mudanças e à variabilidade. As formas de conjugalidade são distintas da vida familiar, a sexualidade autonomizou-se da família, perdendo o carácter instrumental da reprodução, tornando-se afectiva ou forma de comunicação.

A mobilidade geográfica, profissional e social, hoje, conduz à perda do sentido doméstico da família e à alteração do *status* e do seu papel na sociedade e na família. Falta saber como moderar e humanizar o ritmo alucinante das mudanças e transformações na sociedade e na família.

Será inútil a resistência às mudanças, mas será útil todo o esforço que se faça no sentido se corrigir a rota que tem sido prosseguida. Aqui cabe um papel fundamental à família: pelo exercício da solidariedade, da cidadania activa, pela cultura e valores éticos e morais, para levar a sociedade a ser mais justa, equilibrada e humanizada.

A responsabilidade das circunstâncias em que a família se encontra é devida à dinâmica que a si mesmo tem imprimido, cabendo aos Estados toda a responsabilidade política relativa às condições gerais, aos instrumentos legais que tem e que não tem produzido, condicionando a acção da família.

Síntese

Sendo certo que a família é um elemento constitutivo e influenciador da sociedade, também esta exerce sobre aquela influências várias, que mais não são do que poderosos factores de mudança de que a história da humanidade e, nomeadamente a história da família, nos dá conta.

A interacção estreita, umbilical e dinâmica entre a família e a sociedade constitui o gérmen de inevitáveis e permanentes mudanças que se verificam, desde sempre, quer a nível da família, quer a nível da sociedade.

Como fracção da humanidade, cada sociedade tem valores que lhe são próprios, estilos de vida e hábitos peculiares, políticas e estruturas que a diferenciam de outras sociedades e, concomitantemente, também aí, a família se diferencia, não só entre si, mas também da família de outras sociedades.

Como é pressuposto, no presente estudo, referimo-nos, fundamentalmente, à sociedade ocidental e europeia de que o nosso país é parte integrante.

Ao longo dos tempos, a sociedade teve diversos tipos de organização, o mesmo acontecendo com a família que, desta forma se adaptou àquela. A sociedade passou pelas fases: feudal, senhorial, absolutista, industrial e sociedade capitalista e a família passou então pela fase dita aristocrata, camponesa, proletária e burguesa.

O impacto na sociedade e na família, das duas Grandes Guerras Mundiais e as crises económicas que as envolveram, sob regimes políticos ditatoriais, além de frustrantes, paralisaram a Europa, fizeram de algum modo regredir a sociedade e a família, que tiveram de se ocupar com a sua reconstrução.

Contudo, *"Tarde é o que nunca chega e o que chega nunca é tarde"*, diz o provérbio português. Na segunda metade do século passado, diversos movimentos libertadores trouxeram à sociedade regimes democráticos onde começaram a florescer o desenvolvimento técnico e científico, o neoliberalismo e neocapitalismo, a globalização e o hiperindividualismo.

Em tais circunstâncias, a família encontrou novas formas de se constituir e adaptar, não sem exclusões sociais e miséria para largos milhares de famílias e cidadãos. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), em 2005, havia cerca de dois milhões de pobres no nosso país.

O mundo como um todo, fruto das novas tecnologias de comunicação, precisa de ter o controle da família, exigindo meios, legislação para o efeito e, em simultâneo, a prática da cidadania pelas famílias e todos os cidadãos. Os Direitos Humanos, a cidadania, a solidariedade não necessitam de autorização para serem exercidos.

Exercidos tais direitos diluir-se-á o pessimismo gerado sobre a globalização.

CAPÍTULO II

FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E CULTURA

2 . 1 Da Família

São múltiplos os conceitos de família. Esse facto, só por si, é elemento de prova da sua complexidade, de que não há família ideal, de que, não obstante serem diferentes, quanto ao tipo de família e às suas novas formas, quanto à sua estrutura, normas e regras que a regem, aos subsistemas que a suportam, quanto às funções, poderes e limites que apresentam, ou seja, não obstante a sua diversidade, algo de comum lhe dá perenidade e importância vital: a família é a fonte das gerações, a célula germinal da sociedade e o suporte fundante do psiquismo humano. Estudiosos do tema, buscam incessantemente instrumentos adequados que permitam explicar e compreender toda a complexidade da génese e a necessidade da família, o seu desenvolvimento, transformações e potencialidades.

”A família é uma rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são possíveis de ser pensados com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados. (...) A simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e a complexidade relacional desta estrutura” (Gameiro, 1992, p. 167).

A família tem sofrido e operado, ao longo dos tempos, influências e modificações diversas, como forma de se adequar, em cada momento, às circunstâncias sociais e de local que a rodeiam. As transformações por que tem passado e que ela mesmo tem produzido, atestam o evoluir da sociedade, da ciência e da cultura dos povos, da dinâmica social. O seu papel produtor e reprodutor, aliado à economia, tem sido o gerador da sua organização e organização social, do seu bem estar e do seu descontentamento.

A partir dos anos sessenta do século passado, operaram-se modificações profundas na família, como já foi referido, na dinâmica da sociedade e nos

paradigmas da ciência, nomeadamente das ciências sociais. No que a estas diz respeito, Relvas (2002) afirma: *“A complexidade impôs-se à linearidade, o multiversus ao universus, o construído ao descoberto, a auto-referência à neutralidade, a história ao aqui e agora, o qualitativo ao quantitativo, a perspectiva contextual ao individualismo, a intersubjectividade à objectividade, a linguagem, a semântica e a estética, ao pragmatismo. Estas são algumas das novas dicotomias que, ao proporem a revisão de outras antinomias internas ao próprio positivismo, opõem os paradigmas positivista e pós-positivista”* (Relvas, 2002, p. 306 e 307).

O positivismo, movimento científico, iniciado por August Comte, continuado e aprofundado por diversos outros autores, pretendia formular leis objectivas e gerais capazes de decodificar e explicar os problemas da sociedade e de predizer acontecimentos futuros. Nessa perspectiva, a família seria um dado da realidade e o observador ou estudioso da família, seria neutro, isento de seus próprios valores, exterior ao fenómeno que observava. Assim sendo, os estudos sobre a família enquadravam-se no modelo holístico e na perspectiva sistémica tendo por foco a interacção dos seus elementos, visando a homeostase familiar.

A partir de meados dos anos oitenta, a perspectiva pós-moderna assumiu-se como alternativa no estudo da família, baseada numa perspectiva sistémica influenciada pelo construcionismo e pela cibernética de segunda ordem, onde o observador já não é considerado exterior ao fenómeno que observa, não é neutro ou não é isento, ou seja, a realidade social é uma construção e não um dado. Constata-se, por exemplo, em terapia familiar, que os terapeutas, quando no exercício da sua profissão, assumem-se como elementos da família que observam e não como observadores externos à mesma e, deste modo, o problema que a família traz para a terapia apresenta contornos diferentes se os terapeutas forem outros, porque é “outra” a família, é outra a construção da família. Assim sendo, a família não pode deixar de ser uma construção social.

Dito de outro modo: antes, o observador era colocado perante os factos, o fenómeno, o objecto a observar, a que ele era estranho; actualmente, a observação tem em conta a subjectividade do observador, ou seja, muito do caminho percorrido pela ciência e estudos da família vai, desde a descoberta “ao acaso” e, sobre os seus “achados”, se construírem teorias, até ao pós-positivismo

onde a teoria precede a observação, e daí que se diga e demonstre que não há factos mas sim teorias as quais são validadas ou não, num dado contexto histórico, pelo consenso entre cientistas. Neste contexto - “ *Da discussão nasce a luz*” -, o conflito é fundamental no processo do conhecimento e o cientista, o teórico, (o terapeuta familiar) passa a ser um agente responsável de potenciais mudanças, a partir da investigação produzida.

Hoje, a investigação parte de uma hipótese, de uma teoria, para a sua verificação. O investigador define o que pretende investigar, pondera os meios disponíveis e o contexto da investigação, antes de iniciar o seu trabalho. Pelos mais variados motivos e influências, a família tem-se modificado e adaptado à realidade que a envolve, de forma gradual, aos ritmos e compassos circunstanciais, tentando ligar o passado ao futuro, ou seja, sem perder as suas raízes, olhando o devir de cada dia.

Para Relvas (2002) as linhas de influência, fundamentais, nos estudos sobre a família que, a partir dos anos noventa, se fazem sentir, foram anunciadas na década de oitenta, do século passado. Aquela autora, reportando-se a Doherty et al, (1993), apresenta algumas das influências que os estudos da família sofreram: o impacto das teorias feministas e de grupos minoritários, a transformação das estruturas familiares e a tendência para uma maior inclusividade profissional da mulher, a tendência para uma maior diversidade teórica e metodológica, uma maior preocupação com a linguagem e com o significado, um movimento no sentido de abordagens mais construtivistas e contextuais, uma maior preocupação com questões éticas, valores e religião, a tendência para romper com a dicotomia entre esferas pública e privada da vida familiar, tal como entre ciência social da família e intervenção familiar e, por fim, maior reconhecimento por parte dos estudiosos da família, dos limites contextuais das teorias da família e do conhecimento baseado na investigação.

Na perspectiva construcionista a família deixa de ser um dado da realidade para ser concebida como uma construção social, em que são criadas as nossas crenças: é um projecto em construção, no qual se descrevem e transmitem ideias e valores sobre o tudo e o nada da vida, se descrevem e estabelecem relações interpessoais e vínculos, como por exemplo, os vínculos parentais, através dos

termos como o de pai, mãe, ou filiais, através dos termos, filho, filha, etc. De facto, as palavras não são a coisa mas o seu símbolo, a sua abstracção e é nesta intersubjectividade de linguagem e de atribuição de significados, que surgem os nossos conceitos e credos acerca de nós, do meio que nos rodeia, do mundo e do universo.

“Estamos inseridos numa sociedade e numa cultura num dado momento histórico; aí surgem aspectos auto-organizados que designamos realidades, ou seja, tudo o que por nós é aceite como real sem sombra de dúvida. (...) A família é assim algo que todos (sociedade) e cada um (indivíduo), define; como tal, aparece consensualmente isolado em confronto com outras realidades sociais que também construímos e às quais atribuímos diferentes designações, ou seja descrevemos por meio de outros termos” (Relvas, 2002, p. 310).

Na sequência da explosão contestatária e reivindicativa, sobretudo dos jovens dos anos sessenta, continuada pelo movimento feminista dos anos setenta (mais recentemente, pelo avanço tecnológico e pela globalização) e a consequente abertura das sociedades ao espírito democrático, a atitude dos homens e das mulheres face ao casamento, como forma aceitável de constituição de família, sofreu transformações profundas a diversos níveis: social, económico, cultural e jurídico. Assim sendo, Silva e Relvas (2002) dão realce às mudanças nas práticas e concepções da vida familiar, à crescente autonomia e liberdade individual na vida privada, à mudança irreversível na forma de encarar a sexualidade e a privacidade conjugal.

São ainda práticas e concepções, contemporâneas, de vida familiar, as transformações sociais na forma de encarar o casamento como percurso ou não da conjugalidade e, a baixa taxa de nupcialidade – *“Os casamentos não são sempre os acontecimentos felizes que aparentam. Podem surgir coloridos conflitos culturais à medida que cada facção tenta sobrepor-se à outra, ficando os recém casados com a missão de reduzir o hiato. Este hiato nunca se fechará totalmente”* (Handy, 2006, p. 211).

Salienta-se ainda o protagonismo positivo da mulher na sociedade, trabalhando fora de casa e maior número de licenciados – protagonismo negativo pela mais elevada taxa de desemprego e pior salário; segurança individual e

assumpção de compromissos não duradouros e flexíveis; aumento da idade de casamento e do nascimento do primeiro filho.

Na generalidade das transformações operadas e sofridas pela família, esta apresenta-se menos revestida de obediências a regras impostas pelo exterior e mais desligada dos valores tradicionais, ou seja, mais livre e autêntica nas manifestações do seu sentir e viver o dia a dia. O casamento já não é uma imposição geral, social e jurídica para a constituição de família, mas é sim uma opção livre de homens e de mulheres não casados.

Isto significa que a democracia se estendeu até à família, visto que homens e mulheres detêm direitos iguais, que o divórcio é aceite socialmente como saída das eventuais incompatibilidades entre os elementos do casal e a tradicional dependência económica, geralmente da mulher, então *“fada do lar, doméstica, esposa e mãe”*, de um modo geral, deixou de existir, embora a tradição não tenha sido completamente erradicada.

Os conflitos culturais – *“ Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”* e *“Casa que não é ralhada, não é governada”* – emergem por vezes, devido a infidelidades conjugais, ao ritmo dessincronizado do desenvolvimento e dos interesses dos elementos do casal, outras vezes devido à surda e inconsciente disputa de poder, de/saber e do /valer, entre os intervenientes, enfim, os conflitos culturais conjugais surgem por um infindável número de motivos, inclusivamente também porque numa lógica empresarial, tão em voga, o casal atingiu os objectivos iniciais sonhados e não tem outros para alcançar – *“dele só queria um filho”* – ou *“quem me dera um velho limpo e rico”* ouve-se, vozes femininas, por vezes em discotecas, cafés e restaurantes.

“Entrar numa nova família não é diferente de ir viver para outro país. É preciso aprender os seus usos e costumes e ganhar o direito de residência, mas mantendo a própria identidade. Tal como os países, as famílias têm as suas histórias que moldam as suas culturas. (...) Toma cuidado, não vais apenas casar com o amor da tua vida, mas também com uma família totalmente nova. É melhor saberes onde te vais meter – os assuntos de família são algo que vais descobrir.

(...) *As famílias são importantes, mas precisam de ser alimentadas. A comunicação é essencial*" (Handy, 2006, p. 209 e 211).

A democracia estendeu-se até à família, potenciando a decisão livre e autêntica de homens e mulheres se casarem ou não, de optarem por viverem em união de facto ou por outras formas de família.

A democracia existe dentro do espaço familiar, entre todos os seus elementos quando, por exemplo, devido à parentificação dos filhos, com a consequente demissão das funções e da autoridade dos pais, a vontade, o querer e as decisões familiares são tomadas pelas suas crianças.

As uniões de facto parece pressuporem a rejeição da formalização legal, civil e/ou religiosa da conjugalidade e a valorização da liberdade individual para a intimidade afectiva e sexual. As uniões livres ou informais, designação onde cabem as uniões de facto, as coabitações juvenis e o casamento informal, apresentam problemas idênticos aos do casamento formal, sendo a sua pedra de toque da qualidade de vida dos seus intervenientes, a reciprocidade amorosa. Assim sendo, para além dos aspectos legais, as uniões de facto, as coabitações juvenis ou os casamentos informais, parece facilitarem e desburocratizarem os processos de separação do casal, sobretudo o de divórcio, sempre moroso e público, entre as partes: quando *"divorciados por dentro"*, na expressão de Sá,(2007) não precisam da decisão jurídica para se *"divorciarem por fora"*.

Com que problemas se debate a família, constituída com base no casamento, família nuclear, na união de facto, na monoparentalidade, pois são estas as formas de família mais frequentes no nosso país?

A grande tormenta familiar é, para grande parte das famílias: a sua pobreza económico-financeira, decorrente do desemprego, dos baixos salários, da precaridade de emprego, a qual está, frequentemente, associada ao baixo nível de instrução e formação profissional; a degradação habitacional e a consequente marginalização a que é lançada, donde a degradação de hábitos, costumes e outras conquistas civilizacionais; a proliferação do consumo de drogas e de álcool, a falta de cuidados higiénicos e sanitários, que é facilitadora de várias doenças

físicas, como a sida e outras mais, e de distúrbios mentais graves, como depressões e stresse, donde a delinquência e a insegurança de pessoas e de bens, enfim, donde os recursos à prostituição, ao trabalho escravo, à violência familiar, aos abusos sexuais, o descontrolo com a frequência e aproveitamento escolar dos filhos, as longas horas de solidão, de raiva, de indignação e de impotência em perspectivizar a esperança de um futuro melhor.

Se os problemas acima enunciados se prendem grandemente com a sobrevivência da família e dos seus elementos, outros problemas podem ser generalizados a todas as famílias pois dizem respeito à manutenção e optimização relacional e de equilíbrio emocional entre todos os seus elementos: são os problemas decorrentes das fases pelas quais a família passa - a fase da preparação e decisão de constituir família, fase que relativamente poucos estudos a relevam, a fase do nascimento dos filhos e enquanto estes são pequenos, a fase em que os filhos são jovens, a fase dos filhos adultos e deixam a casa dos pais, a meia idade dos pais, dos pais/avós, da menopausa e do envelhecimento.

A decisão de constituir família, em grande parte das situações, decorre da experiência relacional que os/as jovens colheram durante o tempo em que “*andaram com*” o/a companheiro/a. Noutras situações, a constituição de família corresponde à oportunidade de realizar um sonho, concretizar um objectivo, a uma estratégia mais calculada do que afectiva. Tomada a decisão, o par vai-se descobrindo mútua e aprofundadamente na vertente afectiva e sexual, seleccionando um novo e comum grupo de amigos, desligando-se paulatinamente, dos amigos pessoais de cada um e desenhando formas de entreajuda nos afazeres domésticos, enquanto que, por norma, se resguardam das “intromissões” abusivas dos seus ascendentes.

A aceitação de intromissão de ascendentes na vida do casal, frequentemente põe um dos elementos “*entre a espada e a parede*” ou seja, perante o conflito interno de decidir entre cumprir com a lealdade para com os pais, ou cumprir com a lealdade para com o/a companheiro/a, sendo certo que, em tais circunstâncias, qualquer que seja a opção tomada, há sempre lugar a sofrimento que, umas vezes é mais decalcado e outras vezes menos “*para mais tarde recordar*”.

Segue-se o (des)encanto e estranheza do primeiro filho e dos cuidados e carinhos que lhe são dados, as preocupações que exige e a (in)disponibilidade sexual e de atenções para com o companheiro. A jovem mãe receia não saber tratar do seu bebê. O jovem pai tenta desajeitadamente ajudar e cuidar. Dividem-se tarefas. A sexualidade perde o lugar cimeiro que ocupava, depois vem as idas e vindas do infantário, depois vem a escola e os empregos exigem destes pais trabalho, responsabilidade e empenho, horas extraordinárias, sacrifícios e conclusão do curso.

Mais tarde, quando se perspectiva afirmação profissional destes pais, surge a adolescência dos filhos, as suas reivindicações, as afrontas e exigências de autonomia a expensas parentais. Segue-se a *“fase do ninho vazio”*, ou seja a fase em que os filhos deixam a casa dos pais porque *“quem casa quer casa”*. E os pais que durante tantos anos focaram a sua atenção nos filhos, filhos que lhes serviram de suporte emocional e afectivo, são deixados sós, a braços com ambíguas expectativas sobre a felicidade dos filhos e de si mesmos perante o vazio sentido na vida familiar. Custa a estes pais lidar com o afastamento ou “perda” sofrida (Barudy, 1998). Numa época da vida em que, já com alguma frequência surgem problemas existenciais, o “abandono” dos filhos e o consequente “aumento” do espaço habitacional pelos quartos vazios e iniciada a degradação do aspecto físico do casal, este tem de adaptar-se à mudança.

“ Disse a meu filho para que não se baseasse na paixão ou atracção física, para justificar uma relação a longo prazo, mas que procurasse alguém que um dia seria o seu melhor amigo, cuja amizade poderia fortalecer-se com o passar do tempo. (...) Um dia disse ao meu crédulo rebento que não seria bom sexo que ele queria na cama, mas sim abraços e carinho” (Handy, 2006, p. 209). Surgem os netos e os avós voltam a sonhar que são novamente pais cuidando de filhos, mas são netos.

Os problemas decorrentes das fases pelas quais a família passa e de que apresentamos um esboço, exigem de todos os elementos da família uma permanente vigilância e capacidade de adaptação de todo o sistema familiar.

A família como sistema aberto que é, à sociedade, não pode viver fechada sobre si mesma.

A família tem regras de funcionamento umas são conhecidas dos seus elementos, outras são regras implícitas e outras ainda são regras secretas.

As famílias ditas problemáticas e maltratantes, de um modo geral apresentam-se carecidas de sensibilidade para organizar o relacionamento dos seus elementos de forma civilizada e harmoniosa. São famílias privadas, tantas vezes do essencial para sobreviver, onde a educação, porque a não têm, não a têm para dar, transmitir.

São pais e mães que dizem que amam os filhos, mais do que ninguém e que a seu modo os educam, como foram educados. São famílias pobres, excluídas, marginalizadas, desestruturadas, desvalorizadas mas que, a todo o custo tentam camuflar a exclusão, recorrendo a aquisições de bens e comportamentos que a generalidade da sociedade valoriza para, desta forma, de algum modo, se sentirem tão importantes quanto os que imitam. Regra geral administram mal os fracos recursos que recebem da Segurança Social e de organizações de beneficência.

São famílias onde, de um modo geral, o desemprego é, comparativamente, maior do que nas outras famílias, porventura devido ao baixo nível de escolaridade dos seus elementos e à deficiente formação profissional. Por estas razões e outras, constata-se uma maior rotatividade de emprego e emprego precário nestas famílias, tendo como consequência também mais elevada rotatividade nas suas habitações devido à insuportabilidade do custo das rendas de casa, em ocasiões de maior carestia e eventuais mudanças de localidade do trabalho.

Assim sendo, estas famílias apresentam, nas suas histórias de vida, um maior número de companheiros/as e de filhos que são gerados, para além do seu desejo. São pais e mães que educam seus filhos como foram educados onde o amor, dito, exaltado, se manifesta de forma menos frequente, no acompanhamento escolar dos filhos e restantes cuidados sanitários, de higiene e regras de boa conduta.

São famílias onde o pai é muito ausente, os avós interferem na vida do casal e da família (seus filhos e netos). Os filhos destas famílias, ao contrário dos filhos de famílias mais abastadas e instruídas que se mantêm em casa dos pais para além da sua maioridade, deixam a casa paterna mais cedo, ou seja, mais cedo buscam a sua autonomia. São famílias ora fusionadas ora dispersas, com graves problemas de comunicação interpessoal, disfuncionais e onde falta, por vezes, a consciência dos problemas e, outras vezes, a capacidade e possibilidade de os resolver. Assim, é frequente nestas famílias haver, de forma mais notória, abuso de álcool e de drogas.

As famílias têm regras de funcionamento, diferentes de família para família, Não são regras de fácil percepção: são inferências, metáforas, que só observadores atentos e treinados conseguem detectar através das redundâncias comunicacionais entre os elementos da família. São acordos relacionais que permitem e limitam determinados comportamentos, sem que disso os indivíduos tenham consciência; são regras aprendidas através do tempo, transmitidas de geração em geração, através de ajustamentos por ensaio e erro.

À semelhança da observação de um jogo de xadrez, o observador tenta descobrir as repetições que um determinado jogador põe em prática, para então perceber as regras de jogo que utiliza.

A comunicação intrafamiliar é um aspecto muito importante e fundamental da família. Poder-se-ia fazer uma analogia da estrutura, dos sistemas e subsistemas familiares, das funções, da dinâmica comunicacional e das regras que regem o funcionamento familiar, se se conseguisse abstrair, na visão de um qualquer jogo de futebol, os nomes dos jogadores e se observasse as linhas ou rastros das trajectórias desenhadas pelas deslocações da bola (comunicação intrafamiliar). Ficar-se-ia com uma ideia aproximada do que acontece na família, a sua organização, as funções de cada elemento e, as “jogadas recorrentes ou redundantes”, diriam das regras que funcionam na família.

As regras ditas secretas não são fáceis de conhecer porque são subtis, são modos de fazer que um elemento utiliza, por exemplo para bloquear as acções de outro elemento, são actos, comportamentos de um elemento que tendem a

desencadear atitudes, que ele deseja, noutro elemento, são como que uma manipulação. Constata-se que há famílias onde os conflitos são muito frequentes, famílias nas quais parece não haver a mínima tolerância do outro e, pelo contrário, há famílias onde a tolerância é máxima. Não é fácil identificar as suas regras.

Efectivamente: se os elementos da família são/estão, relacionalmente, demasiado próximos ou fusionados, a família tende a criar conflitos ou problemas relacionados com essa proximidade, com o espaço que cada um ocupa, com o direito à intimidade e identidade dos seus elementos, ou seja, problemas relacionados com a (in)dependência individual; se os elementos familiares são/estão demasiado dispersos, tende a criar problemas de desapego, e de solidão; se os elementos familiares não (re)conhecem funções, responsabilidades diversificadas, nem limites, a autoridade familiar tende a ser nula ou inexistente e, em tais circunstâncias, o desentendimento instala-se com a paradoxalidade comportamental dos seus elementos, em alianças e coligações.

A família, em sentido lato, é a ponte entre o passado e o futuro da humanidade. Vive um tempo em permanente transformação e sempre procurou explicações para as dúvidas que sentia e sente, respostas para resolver os seus problemas e medos. As regras familiares que são estabelecidas na família, muitas vezes sem que esta tenha consciência disso, provêm, frequentemente, da geração anterior dos seus elementos. Muitas regras secretas na relação familiar, são míticas, isto é, têm origem na vida em comum, na experiência de uma comunidade e transportam consigo a cultura acumulada de crenças, valores, tradições e ditados populares, que passa e faz passar de geração para geração (Barudy,1998).

Os mitos familiares têm uma estrutura simbólica e procuram explicar a origem de uma situação a qual determina a situação presente e o futuro. A nível familiar os mitos têm também uma função de defesa e de protecção dos membros da família: a função de defesa, quando, para evitar sofrimentos ou conflitos devidos a desvios comportamentais dos seus membros, negam, encobrem o que entre si fizeram ou sabem, racionalizam; a função de protecção, quando criam a

ilusão, quando enganam ou confundem o mundo exterior acerca do acontecimento na família.

A função dos mitos familiares é a de, a um só tempo, defender e proteger a homeostasia familiar. Assim sendo, o mito familiar é comum e necessário a todas as famílias. Contudo, se excessivos e profundos, eles que têm a função de defesa e de protecção, por certo farão emergir patologias na família.

Há diversos mitos familiares entre os quais:

- o mito, *“até que a morte vos separe”*, ligado ao casamento. Não quer dizer que não haja casamentos que duram muito tempo, nem tão pouco é apelo a que terminem em curto prazo. É sim uma forma de pressão para que o casal não conflite de forma radical, seja tolerante entre si e dê ambiente seguro e estável a suas crianças. Porque este mito existe em muitas famílias, quando se divorciam, os seus elementos experimentam a sensação de terem falhado em algo;
- há o mito familiar em que a família refere o seu passado e o seu presente como tendo sido e seja o de uma família muito feliz, ou então muito infeliz;
- há o mito que se fundamenta na crença de que os problemas que a família tem, de que o sofrimento por que passa, de que as injustiças que algum dos seus elementos sofre, serão ultrapassados por uma determinada personagem, onipotente, logo que esta consiga atingir os seus objectivos.

O mito é assim, pedra de toque da homeostasia da família ou do grupo que o produziu, sendo que, por vezes, é o termóstato da família e, outras vezes, é um desvio da realidade e, nestes circunstâncias, é patológico.

Os mitos são transmitidos pelas pessoas, de geração em geração e se, por um lado, ligam as pessoas à sua família de origem, por outro lado, chocam-se com as necessidades e expectativas do presente, não deixando de realçar emoções, sentimentos e necessidades psíquicas e, por isso, os mitos não desaparecem facilmente no tempo.

As transformações da família, seja na forma como é percebida, sua estrutura, fases, regras ou mitos, têm sido operadas a um ritmo sempre em crescendo. Dos

diversos problemas internos com que se debate, além dos já referidos, o problema da autoridade é um dos mais graves, pelas consequências que arrasta e que compromete o desenvolvimento equilibrado dos filhos e, consequentemente, a sociedade, no curto, médio e longo prazo (Haley, 1980).

Constata-se que os pais, de um modo bastante generalizado, não conseguem, ou só com muitas dificuldades conseguem, exercer a função protectora, que é devida aos filhos, através da sua autoridade: os filhos, cada vez mais precoces, tem mais capacidade de receber e assimilar a informação que lhes chega, via televisão e demais meios de comunicação, o que lhes permite enfrentar, com mais conhecimentos os pais; as melhorias económicas da família, por muito reduzidas que sejam, permitem dar aos filhos mais coisas, mais objectos cuja necessidade, nem sempre é reivindicada, o que, frequentemente, serve para os pais compensarem do tempo e da atenção, não dispensados, os filhos; é frequente também que o trabalho dos pais os impede de cuidar melhor, de brincar e conviver com os filhos.

Há uma decadência da função do pai, muitas vezes devida ao desfasamento e mistura de funções dos progenitores. A decadência da autoridade dos pais é observável na indefinição dos limites do sistema e subsistemas comunicacionais da família. Contudo e de algum modo, a função do pai ainda continua a representar segurança para o filho/a; o aumento dos divórcios, as recomposições familiares, a monoparentalidade e outras formas de expressão familiar, têm contribuído para a decadência do poder paternal.

A família, hoje, época em que a regra parece ser a de ser feliz já, aqui e agora, em que cada um tem o direito de ser livre e de se realizar à parte do colectivo ou bem comum, continua a ser apoio, referência fundamental, fonte e meio de transmissão de valores e de conhecimentos de que os filhos/crianças necessitam para, mais tarde, seguirem seus próprios rumos. A família está em transformação mas não em extinção.

Face à solidão, ao individualismo, ao desemprego, à precaridade de emprego, à flexissegurança e flexitempo, ou seja, face à insegurança, fonte de ansiedade e stresse, as pessoas vão descobrindo novas formas de se amar, de

se ajudar, de fazer face às adversidades da vida e querem unir-se em família, desde que seja à sua maneira, em diversos arranjos familiares: família conjugal ou nuclear, união de facto, monoparental ou família recomposta.

A família monoparental, porventura mais que as outras formas de família, tem mais dificuldades em termos de tensões, inseguranças, (des)organização na gestão do tempo e de apoio ao filho/a. Não raro nestas famílias, mais que nas outras, se verifica o apoio avoengo.

A fase da adolescência é de grande confrontação no ambiente familiar e social. Na medida em que a família se debate com inseguranças e desorganização, por certo que as suas crianças ou o seu adolescente irão fazer repercutir isso no seu comportamento, de diversas formas: com problemas de violência, de adição, com conflitos com os pais, com a autoridade civil, com os professores, através da delinquência, com transtornos alimentares, casos de incesto, com o suicídio.

Dado que o sentimento filial tem a ver com os vínculos de filiação, a ausência dos pais, pai e mãe, e também as muitas mudanças nas figuras parentais e as mudanças de uma casa para outra, de um lugar para outro, uma e outra, e outra vez, potenciam a confusão com figuras distintas dos pais e assim crescem as dificuldades, quando não a impossibilidade de formação dos vínculos com as figuras de vinculação.

“O que sabemos é que a criança normal ou neurótica imagina uma novela familiar, mas há duas variantes. Na primeira, imagina que seus pais a adoptaram e, na segunda variante, imagina que a sua mãe teve relações com outro senhor. No caso da novela familiar do negativo, a criança não chega a imaginar, a fantasiar uma novela familiar, quer dizer, como não pode imaginar que os pais a adoptaram de outra família, tem que roubar coisas, já que lhe roubaram uma parte da sua infância, que lhe roubaram o pai e a mãe. Como não pode imaginar que a sua mãe a teve com outro senhor, então mente em relação à sua própria identidade, o que dá lugar a diferentes variações de imposturas. No caso da delinquência, as duas situações estão presentes, tanto as dificuldades em construir uma identidade como a ideia de que foi lesado, roubado na sua infância”

(Eiguer, 2006, p. 170 e 171). Esta citação é uma perspectiva psicanalítica que releva o processo de construção da identidade e da vinculação.

O que é importante é que a criança se sinta identificada com o pai, que sinta que o pai a identifica como filho/a e que este/a, identifica o pai e a mãe, como pai e como mãe, para lhe facilitar o desenvolvimento de forma harmoniosa.

Sendo a família uma construção social e já não um dado da realidade, importa educar os comportamentos dos pais, das famílias, construindo práticas sadias, responsáveis e responsabilizáveis perante a sociedade, ainda que isso possa ferir algo do individualismo dos pais, em favor dos direitos específicos e superiores das crianças/seus filhos, sem pôr em causa a necessária autoridade parental.

2. 2 Da Educação

Uma das grandes preocupações do homem, ao longo da sua história, foi a educação. Hoje, o homem preocupa-se de forma notória com a educação, devido às profundas, rápidas e contínuas transformações de todo o tipo, económicas, sociais, políticas, culturas e educacionais, que lhe são impostas pela dinâmica social e pelos avanços da ciência e das novas tecnologias que permitem e aceleram o fenómeno da globalização. De facto, vive-se um tempo que é de crise e de crítica, preocupante, cheio de insegurança e de angústia.

Acredita-se que a ciência e as novas tecnologias se desenvolvem a um ritmo alucinante, em progressão geométrica, enquanto que o desenvolvimento humanista cresce em progressão aritmética, apesar dos esforços científicos das ciências sociais e humanas no sentido de melhor compreender o homem e lhe proporcionar condições de mais fácil adaptabilidade. O empenho e até algum desespero, na procura de melhor rumo e de adaptação, que é traduzido na dinâmica social, só são contidos pela esperança no sucesso na educação para a cidadania, das novas gerações.

Época plena de individualismo, hoje, não é utópica aquela esperança. De facto, é utópico aquilo que, não sendo real – a educação para a cidadania,

enquanto projecto – é realizável, ou seja, não é impossível, é provável e, por isso, a concretizar.

A educação é, frequentemente, abordada numa perspectiva filosófica ou na perspectiva científica, enquanto ciência da educação. São abordagens de elevado interesse académico mas que reputamos de menos objectividade face ao que nos propomos, tendo por base a investigação que realizámos. Assim, teremos em consideração “*os quatro pilares da educação*” que Jacques Delors, apresentou à UNESCO, em 1996, sem deixar de referir que a educação é de todos os tempos, pois já na antiga Grécia, a paixão de Sócrates era a educação, era “*a missão divina de educar*” (Fonseca, 1997).

O conceito de educação tem sofrido alterações de acordo com a evolução sócio-cultural de cada época. Etimologicamente, educação procede da palavra latina *educatio* que significa acção de criar, alimentar, cultura, instrução, educação. De acordo com uma enciclopédia e diversos dicionários encontramos educação como: “*a transmissão e o aprendizado de técnicas de uso, de produção, de comportamento, mediante os quais um grupo de humanos é capaz de satisfazer as suas necessidades e proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico, biológico e trabalho*”...(Dicionário de Filosofia, 1960) . É uma definição que coloca a tónica na transmissão da técnica de trabalho e de comportamento.

A educação é “*acção ou efeito de educar... conjunto de valores e práticas instiladas em cada indivíduo, em particular criança ou jovem, visando orientá-lo e formá-lo*” Grande Enciclopédia Universal, 2004). Aqui, é o conjunto de valores e práticas instiladas sobre a criança ou o jovem, com vista à sua formação, que define educação.

“*Acção planeada e intencional sobre uma pessoa jovem, com a finalidade de formar-lhe a vontade, muitas vezes identificar o seu carácter e mentalidade, em oposição à instrução do intelecto (= ensino); acção dos mais velhos sobre os mais novos, dentro de determinadas normas ou metas pedagógicas (- educação, metas de) com o propósito de ajudar os mais novos a levar uma vida com responsabilidade própria; toda a acção social que influi nas disposições psíquicas*

de outra pessoa num sentido considerado positivo, visando estabilizá-las ou transformá-las para melhor. assim, o processo não termina mas dura toda a vida o seu modelo básico abrange também outras formas de acção social. É necessário como processo de complementação, ampliação e personalização do processo de socialização” (Dicionário de Psicologia, 2001, pp. 287 e 288). Nesta definição, a educação é concebida como acção positiva e planeada exercida pelos mais velhos para formar a vontade, o carácter e a mentalidade dos jovens, para os estabilizar ou transformar, por meio de acções sociais que complementem a sua socialização de forma personalizada.

Temos assim, a partir daquelas definições que, ao conceito de educação estão ligados vários aspectos: técnicas de trabalho e do comportamento; valores e práticas dirigidas aos mais jovens para sua formação; planos de integração e de socialização dos mais jovens, pelos mais velhos, ou seja, a educação englobando a acção dos mais novos e dos mais velhos, significando que educação será feita ao longo da vida.

Constata-se, pelo exposto, que o conceito de educação abrange os conceitos de instrução e de ensino. Efectivamente, com relativa frequência, usam-se estes termos como sinónimos. No entanto parece confundir e perturbar a comunicação entre a generalidade dos falantes. Com as distinções que a seguir se apresenta daqueles termos, pretende-se, mais do que realçar a substância das diferenças dos seus conteúdos, dar relevo à circunstância em que os contextos ocorrem. São distinções porventura de menor relevância operacional mas que, em rigor, se apresentam:

- Ao conceito de instruir associa-se o de saber fazer, operar, saber executar, construir, edificar, a destreza corporal.

A responsabilidade de instruir é do mestre ou do instrutor que, ao instruir, normalmente, demonstra, ele próprio, como se faz; o tempo do processo da instrução, normalmente é descontínuo, pois não se está permanentemente a fazer o que quer que seja; o local, são as fábricas, as oficinas, o campo, os quartéis e escolas de instrução, os *ateliers*.

- Ao conceito de ensinar ou de ensino associam-se os saberes teóricos; os responsáveis por ensinar são os professores ou quem desempenha tais funções e sobre quem se supõe ter mais conhecimentos específicos da matéria a ensinar; o local privilegiado e tradicional é a escola, sendo que, recentemente está a ganhar adeptos o *E-learning* via Intranet.

Cabe tornar claro que esta distinção dos conceitos, instruir, ensinar e educar, é mais evidente tendo em conta o espaço onde ocorre o facto, o tempo do processo e quem assume a responsabilidade de ensinar, instruir e educar. De facto, um instrutor de condução automóvel não só diz como se conduz, começando por ele próprio conduzir o automóvel, como, quase certo, ensina o código da estrada. Por outro lado, o instrutor de judo demonstra primeiro como se faz e será omissos no ensino daquela actividade desportiva.

Pela sintonia encontrada nos dicionários quanto ao conceito de educação, constatámos que é um conceito amplo, onde cabem valores, atitudes, costumes, regras de conduta, comportamentos sociais, ou seja, cabe o educar e os diversos aspectos do ensinar e da instrução.

Acontece que a educação não tem local específico, recebe-se, dá-se e mostra-se em qualquer local onde se esteja, sendo que, ainda se pode considerar como local, de algum modo privilegiado, o seio familiar; os responsáveis pela educação são muito diversos, a começar por ter lugar no seio da própria família, pai, mãe, amigos, vizinhos, educadores de infância, a televisão, o cinema, etc. e o tempo do processo de educação, é um tempo contínuo, permanente, quer para educar quer para ser educado.

Os mecanismos educativos são, entre outros: a fala normativa, com realce para a palavra dever, o exemplo que é dado pelo educador de modo consciente ou inconsciente, recolhido ou não pelo educado, a imagem do educador, a coerência e convicção que mostra no seu discurso, o tom de voz e o recurso que faz, e como o faz, da recompensa/punição. A educação, como que pede aceitação do modelo que apresenta. Exige interiorização e acomodação das normas e valores, quer sejam estes respeitantes a obediências, a solidariedade, a responsabilidade, a civilidade, a delicadeza ou urbanidade, quer respeitantes à

higiene, à ecologia ou à educação: cívica, aberta, de adultos ou infantil, natural ou libertária, de carácter ou funcional, pré-escolar ou permanente, religiosa ou sanitária. Isto é, a educação propõe-se orientar e ajudar os indivíduos e, paradoxalmente, para que seja eficiente, exige submissão da parte do educando e, tanto mais submissão, quanto menos ensino existir no processo educacional.

Na educação está a assumpção do respeito pelo outro, pelas diferenças culturais, políticas, de cor e/ou de género, respeito pelas diferenças religiosas. A cedência e a obediência ou submissão acima enunciadas, dizem respeito à natural e sempre esperada resistência que o indivíduo a educar manifesta diante o desconhecido, que, no caso, são as normas e valores objecto da educação.

A educação tem sido e é o recurso de que o homem se serve para se aproximar, de forma não violenta, do tipo de vida que quer.

As normas de disciplina e de civilidade, quando utilizadas de forma adequada, permitem, muitas vezes, remover resistências ao contacto interpessoal e estabelecer um princípio agradável de diálogo, sem cedência ou submissão imposta pela necessidade ou por alguém. “*Sê breve e delicado e agradarás*”, diz o provérbio.

A sociedade humana não teria podido sobreviver se a sua cultura não fosse transmitida, de geração em geração pela educação.

Sendo um problema de sempre, a educação, como veículo cultural que é, colhe hoje, porventura mais intensamente do que em qualquer outra época, a atenção e a preocupação de todos os sectores da sociedade. Já em 1996, o relatório que foi entregue pela Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, à UNESCO, conhecido como *Relatório Delors*, por ter sido Jacques Delors, então presidente daquela comissão, quem o coordenou, elencava muitas dessas preocupações, sugeria propostas para melhorar a educação.

O relatório “... *Não podia ignorar o impacto da revolução nas tecnologias da informação, nem o impacto que as opções de política de educação têm no tipo de sociedade que vamos construir*” (Abreu, 2001).

Para uma educação eficaz e sem paternalismos, o *Relatório Delors* propõe “Quatro Pilares”:

- aprender a conhecer, através do desenvolvimento do raciocínio lógico, de compreensão, da dedução e da memória, despertando no aluno o desejo de aprender, a sede de conhecer, o desejo de saber lidar com a sua própria intuição, estimulando no aluno o pensamento crítico, o gosto e até o prazer de estudar e de se capacitar para a descoberta daquilo que o rodeia;
- aprender a fazer, ou seja, aprender a aplicar as bases teóricas que aprendeu à prática, ao fazer, ao construir, ao executar, ao edificar, o que passa por saber comunicar, saber interpretar e seleccionar a informação que até ele chega ou que ele procura.;
- aprender a viver com os outros, através da descoberta respeitosa e progressiva do outro, o que passa pela aprendizagem de atitudes e de valores como sejam, a tolerância, a compreensão, o auto-conhecimento. Aprender a participar activamente, em tarefas e projectos colectivos. Aprender a viver com os outros passa por viajar e conviver com os outros, com o que é diferente. Muitas atitudes ditas racistas não são mais do que neuroses do estranho, do que se desconhece. Quando se conhece o outro e se convive ou se está perto dele, a tendência que se têm, só por si, é de menos agressividade para com ele;
- aprender a ser, através da delicadeza, da sensibilidade estética. Aprender a ser autónomo e solidário, assertivo, intelectual e afectivamente honesto, consigo próprio e com os outros, estabelecendo e desenvolvendo relações interpessoais correctas, amigáveis, sadias, ou seja, valores que proporcionam atitudes de tranquilidade e de paz, consigo e com os outros.

As novas tecnologias de informação trouxeram ao tema, educação, problemas novos e vantagens apreciáveis. Problemas e vantagens relacionados com a economia de tempo, com o acesso tendencialmente generalizável e liberto de controlos e com a produção galopante da informação e, concomitantemente, com a dificuldade de selecção da que interessa a cada um. Todos somos consumidores de informação mas, comparativamente, muito poucos são os produtores, mas são poderosos.

“O Relatório Delors aponta, correctamente, para o perigo das tecnologias, como a Internet, podem agravar o fosso que separa países desenvolvidos dos países em desenvolvimento, classes favorecidas v.s. classes desfavorecidas, se não existir um esforço deliberado, resultante de uma opção estratégica, no sentido de promover e facilitar a acessibilidade “ (Abreu, 2001).

Se existir esse esforço, pessoas e países mais desfavorecidos poderão saltar etapas e progredir e obter o sucesso compensatório que será o de poderem usufruir, em igualdade de circunstâncias dos mesmos bens e serviços. A Internet é já hoje um importante meio difusor de conteúdos de aprendizagem.

Muito pais britânicos e encarregados de educação, cerca de 25%, não se sentem competentes para acompanhar as crianças nos trabalhos que estas desenvolvem via Internet, embora 75% dos pais reconheçam a Internet como sendo um bom recurso para as crianças fazerem os seus TPC (trabalhos para casa). Por isso, o governo britânico encorajou os pais que não utilizam ou que não dispõem de acesso à Internet a descobrir o mundo da realidade virtual e a adquirirem também eles competências no âmbito das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Falar em educação, em aprendizagem, é falar mais do que em matérias básicas e lectivas ou em instalações escolares e seus suportes ou apoios logísticos, da extensão das turmas, enquanto grupos de trabalho, ou da indisciplina na sala de aulas, perturbando a relação pedagógica professor/aluno ou ainda e cargas excessivas de disciplinas: é falar das competências, das habilidades, da capacidade de discernimento e do poder de resolução de problemas, da capacidade produtiva, do poder de decisão coerente com o objecto a ser decidido.

Por outro lado, falar da educação para a cidadania, é falar da solidariedade, da responsabilidade individual e colectiva, dos direitos e deveres de cada um e de todos. É importante falar dos problemas mas é imperioso exercer os direitos e assumir os deveres. Não é fácil mudar de hábitos que, podem ser cómodos e nem sempre desejáveis, não é fácil romper os comodismos e passar à pró-actividade,

quer enquanto indivíduos para consigo próprio, quer enquanto cidadãos para com a sociedade porque a lei do menor esforço é inerente a toda a espécie animal.

As implicações reais e potenciais do salto qualitativo tecnológico são enormes tanto para a sociedade em geral, nas diversas áreas, como, especificamente, no ensino (Abreu,2001). Importa referir que uma coisa é a existência da tecnologia e a capacidade de a criar e outra é a sua concretização, no sentido de a expandir e a aplicar – não é só a natureza da tecnologia que determina um modelo de sociedade e muito menos um modelo de educação; o relatório deloriano deixa claro que os desafios dos nossos dias só serão ultrapassados através da participação democrática dos indivíduos pela educação para a cidadania.

Vive-se numa época em que as famílias, por motivos vários, se mostram demitidas, ou descuidadas com muitas das suas funções, inclusive com a de ser o primeiro meio de socialização das suas crianças, ficando aquela função a cargo da escola. A sociedade de hoje, contém apelos e seduções contraditórios, é complexa: apela ao individualismo e realça a solidariedade; requer e exige a competição, que enaltece com distinções várias, e apela à paz e à concórdia; implementa o consumo excessivo, por meio do *marketing* e da promoção de produtos desnecessários, servindo-se de imagens sedutoras e de mensagens de bem estar, de “ser como os outros” e de bem parecer, enquanto as famílias vão empobrecendo e legitimando o poder dos mais fortes sobre os mais fracos. Portugal, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, tem cerca de dois milhões de pobres – cerca de 19% a 20% da população portuguesa.

Assim sendo, a educação para a cidadania terá de germinar a partir do diálogo entre a escola e a família, entre o professor e o aluno, a começar do jardim de infância, perdendo os pais parte do controlo e do acompanhamentos das suas crianças.

Se por um lado há muitas famílias que se demitem em grande parte da sua função socializadora, função que é delegada à escola, por outro lado, assiste-se a um elevado número de famílias que se esforçam em acompanhar o

desenvolvimentos de seus filhos, por vezes aprendendo com eles, atitude que serve de incentivo às crianças e é uma forma de mostrar aos filhos a importância da aprendizagem. São estas famílias as que com mais frequência vão às reuniões escolares saber do andamento das suas crianças e colaboram nas iniciativas da escola. São famílias interessadas e otimistas na questão da educação para a cidadania.

Com esse optimismo, a partir do jardim de infância, serão criados hábitos de higiene e limpeza dos espaços e corporal, regras de convivência, tempos de recreio e de descanso, hábitos de partilha, de justiça, de verdade, de respeito por si e pelos outros, pela diferença e pelo bem comum.

A partir da escola e desde o jardim de infância, a criança vai aprender na prática: a expor as suas próprias ideias de forma organizada, controlando por vezes o seu impulso de imediatismo; vai aprender a ouvir e a escutar os outros que, como ela tem iguais direitos e deveres; vai desenvolver a capacidade de tolerância. Ou seja, vai aprender e exercitar todo um conjunto de comportamentos e de atitudes fundantes de um cidadão correcto, autónomo e livre, auto-confiante e verdadeiro, sem o que, não saberá dizer não, ao consumismo e à intolerância.

O gosto de aprender não está, por vezes, presente no ambiente familiar, por razões diversas, culturais, económicas, falta de incentivos, de interesse e de valia, etc. A forma de resolver problemas, em muitas famílias, é a de praguejar e do uso da violência física ou outra, ou seja, é a de vencer e não a de convencer o outro. São famílias geralmente pobres, desestruturadas que, a braços com múltiplas carências e privações, ficam sem iniciativa ou capacidade de decisão e na dependência assistencial. Seus filhos, a partir do jardim de infância, irão desenvolver o gosto de aprender, a capacidade de resolver problemas, sem violência e a de tomar decisões e fazer escolhas.

A educação para a cidadania passa pela educação para a justiça, para a solidariedade, para a liberdade, para a democracia e diversidade, pela distinção e decisão entre o que é necessário e o supérfluo.

“A educação para a cidadania constitui um complexo que abarca, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimento e aprendizagem de práticas na vida pública. Não pode pois ser considerada como neutra do ponto de vista ideológico” (Paixão, 2000, p. 12).

A educação para a cidadania é assim uma adesão a valores e princípios demonstráveis no comportamento social dos indivíduos, valores e princípios que estruturam uma ideologia ou derivam dela, como forma de conceber o mundo e a sociedade. *” Cidadania é o vínculo jurídico de um indivíduo a um Estado através de direitos e de deveres”* (Enciclopédia Universal, 2004. p. 3142).

Esta definição resume aqueles valores e princípios a direitos e deveres dos cidadãos. São, entre outros, o direito ao voto, quando em regime democrático, o direito à protecção e de defesa das liberdades e os deveres, são os de respeito pelas leis vigentes e o apoio económico ao estado (os impostos). Dito de uma forma mais abrangente, os direitos e deveres são os consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e os da Constituição de República Portuguesa.

A cidadania adquire-se pelo nascimento, ou pela residência, por laços familiares, e conforme os acordos legislativos celebrados entre os diferentes estados. Dizem respeito ao direito de cada um, no espaço da vida colectiva, e aos deveres que cada um tem de assumir, para com a sociedade, onde é cidadão. Direitos e deveres são verso e reverso da mesma moeda, isto é, correspondem-se.

Assim, a educação para a cidadania é um instrumento para a formação, sobretudo de crianças e jovens, a fim de se tornarem cidadãos responsáveis e activos da sociedade que os envolve.

São consideradas como características de um cidadão activo e responsável:

- a auto-confiança, porque o indivíduo, confiando em si, acredita nas suas capacidades, no seu valor intrínseco, o que lhe permite ser e mostrar-se assertivo, ou seja, sendo assim afirmativo da sua pessoa, do seu pensar e sentir, disponibiliza-se para, pelo diálogo, contribuir para o esclarecimento dos problemas que surjam, manifesta-se criticando as acções, sem agressividade, e não a pessoa que as executou. Para fazer valer seus

direitos e pontos de vista, afirma-se, não se acomoda a falsas humildades de submissão;

- a disciplina e o respeito pelas regras da democracia, porque indivíduo, sendo respeitador das leis vigentes e regras da democracia, tem um comportamento esperável, respeitoso dos direitos dos outros, mostra sentido de ordem, da ordem estabelecida que não fira a democracia;
- o rigor e respeito pela verdade, caracteriza o cidadão activo e responsável, porque o rigor, enquanto atributo de exactidão ou precisão, é um factor importante na busca da verdade e, o respeito por este comportamento correspondendo a uma norma de conduta é valorizado socialmente, apesar da mentira ser moeda corrente, na mesma sociedade;
- outra característica desse cidadão é a iniciativa, ou seja, a capacidade que o indivíduo tem de por em prática, ou de iniciar acções, porventura inovadoras no sentido de proporcionar a si e aos outros, melhor bem estar, mais saúde, mais oportunidades de substantivar seus direitos e de reduzir suas necessidades;
- a liderança, enquanto arte e saber conduzir-se e conduzir os outros, como equipa, exige o conhecimento das capacidades do outro e da equipa que integra, clareza de objectivos a atingir e uma comunicação interpessoal correcta, de verdade, mobilizadora e de entusiasmo;
- uma outra característica tipifica o cidadão activo e responsável que é o seu gosto pelo risco e a sua sede de realização pessoal e profissional: todo o indivíduo e, nomeadamente, o cidadão activo e responsável, deseja ser bom no desempenho de qualquer actividade, função ou situação - deseja-se ser bom filho/a, bom pai/mãe, mais conhecedor, mais simpático, deseja-se ser bom na profissão que se desempenha e, tudo isto porque todos somos narcísicos, uns mais que os outros, naturalmente.
- O gosto pelo risco, aqui é sempre o risco calculado, exige consciência das capacidades próprias, das contingências das tarefas e a motivação para

correr esse risco é interna e externa, sendo o seu limite de acção esgotar todo o realizável, o provável até ao impossível.

Encontram-se famílias que, por razões várias, parece acomodar-se em passividade, enquanto outras exorbitam nas suas responsabilidades familiares e sociais o que mostra a necessidade de educação urgente e permanente, necessidade de serem integradas na educação para a cidadania; - a liberdade, enquanto *“faculdade natural que o homem tem de agir ou não, de actuar ou não de uma maneira ou de outra e pela qual assume responsabilidade dos seus actos”* (Grande Enciclopédia Universal, 2004, p. 7861), constitui o objectivo ou farol máximo, orientador das acções do cidadão activo e responsável a conquistar dia a dia.

A liberdade absoluta, incondicional, sem limites e sem graus, é quimérica, impossível de concretizar, mas não é desta abstracção que se trata mas sim da liberdade do cidadão, a qual se obtém, sempre que aprende algo, sempre que avança no auto-conhecimento, no conhecimento dos outros, da sua cultura e do seu modo de ser, dos seus valores e costumes, pois é aí que está a situação de eleição para aprender a tolerância e a relatividade da nossa sapiência e concepção de vida; - a tolerância e a lealdade permitem ao cidadão criar vínculos sociais que não o prendem às suas convicções de forma obsessiva mas o tornam, pelo contrário, num humano mais aberto, individual e socialmente, mais predisposto a mudar de hábitos, a viver e lutar por melhores condições de vida, para si e para os outros.

A tolerância como atitude, demonstra inteligência e desperta nos outros confiança e reciprocidade.

A lealdade diz respeito à autenticidade com que o cidadão actua e se comunica com os outros, fiel aos seus ideais de paz, de felicidade e progresso para todos, sem se trair consciente ou inconscientemente.

A solidariedade é uma outra forma de dizer, lealdade activa ou responsabilidade recíproca entre os membros de um grupo, de uma comunidade, da sociedade em geral, em que o cidadão se insere actuando porque sabe que o homem só não transforma o mundo.

O cidadão consciente dos seus direitos e dos seus deveres toma iniciativas ou adere a iniciativas tomadas por outros, que sejam conducentes a resolver problemas humanitários. Contudo, não se confina a tentar compreender as necessidades e o sofrimento dos outros e a apoiar as iniciativas que visam contribuir para a satisfação daquelas necessidades ou anular aquele sofrimento.

O cidadão activo e responsável actua também, conforme pode, sabe e é capaz, no sentido de evitar que necessidades idênticas àquelas e àquele sofrimento se repitam e, para tal, procura elucidar-se e elucidar os outros sobre as causas do sofrer.

Ainda que a família pareça estar a delegar na escola muitas das suas funções, certo é que, a família, a escola e os “*midia*” são factores fundamentais para a promoção da educação cívica e para uma cultura democrática e de solidariedade. Os jovens, de um modo bastante generalizado, andam afastados da coisa pública, talvez porque a generalidade dos nossos políticos não lhes transmite credibilidade, tal como a muitos adultos.

A educação/formação para a cidadania é influenciada de forma consciente ou menos conscientemente pela ideologia do poder instituído, em cada época, pela ideologia dos agentes de ensino/formadores e pelo meio envolvente e época histórica em que as acções educativas/formadoras têm lugar.

Coexistem hoje, fundamentalmente, duas tendências de evolução opostas nas sociedades modernas:

- uma, preconiza a redução de poderes e funções do estado e a crescente autonomia da sociedade civil, da iniciativa privada para a criação de riqueza e, à sua maneira, a distribuir;
- a outra preconiza que, os poderes do estado, devem garantir os serviços essenciais de saúde, justiça, segurança e de defesa, de educação e controlo da política social e distributiva aos cidadãos, sem que a iniciativa privada deixe de ter o seu lugar no desenvolvimento social e económico do país.

É entre as duas tendências de evolução das sociedades, acima citadas, que a educação para a cidadania não se limita a propor a defesa dos direitos e deveres de votar e de pagar impostos mas também procura influenciar comportamentos sociais e morais, ou seja, ajudar os outros a que se tornem pessoas responsáveis, informadas e activas no processo político.

Sendo importante e respeitável a experiência dos mais velhos na formação dos mais novos, essa experiência não chega, nos dias de hoje, de mudanças rápidas e intensas, para formar pessoas, pois é necessário uma educação integral, actualizada e feita ao longo da vida.

Não podem ser esquecidos, pela educação para a cidadania, os grandes temas da educação na actualidade, pois são questões reais e actuais: os maus tratos a crianças e jovens, tráfico e abuso sexual de crianças e de mulheres, a violência familiar, a droga, o desemprego, a saúde, a educação e o ensino, a segurança, a justiça, o ambiente, as migrações, a economia, a qualidade de vida e bem estar dos idosos, etc..

Se a democracia exige educação para a cidadania, também esta, exige democracia, ou seja, cidadãos conscientes, informados e activos, preocupados com a qualidade de vida dos próprios e dos outros, cidadãos coerentes, influentes e responsáveis pelos seus actos, em liberdade e actuates.

2. 3 Da Cultura

O conceito de cultura é muito amplo. A cultura refere-se aos mais diversos modos de viver dos indivíduos, das famílias e das sociedades, no seu dia a dia. Cada sociedade tem a sua cultura e seus nichos culturais.

Um observador atento pode constatar, por exemplo, nos restaurantes, nas ruas e avenidas, nos aeroportos, ou em contactos directos e diversos, nos templos religiosos, rituais e ritos diversos, hábitos alimentares e modos de

confeccionar alimentos. As pessoas de uma determinada cultura surgem-nos como sendo diferentes na sua forma de estar, na sua sensibilidade perante determinados acontecimentos, na sua forma de vestir, na distância que guardam na interação e intercomunicação, diferentes na interpretação de um mesmo gesto, etc.

Diferenças no modo de pegar, segurar e transportar uma criança de colo; na forma mais aberta ou expressiva, ou não, de expressar emoções e sentimentos; diferenças nas modalidades desportivas e da ginástica que essas pessoas praticam, etc.; as diferentes concepções do mundo que têm, globalmente, como sendo distintas das de pessoas de outras culturas.

Todas estas e outras diferenças culturais encontram explicação nas relações sociais que se estabelecem num determinado tempo e espaço.

Cultura é o “ *Resultado ou efeito de cultivar o conhecimento e de se desenvolver por meio do exercício das faculdades intelectuais. Estado de quem tem desenvolvimento cultural. Conjunto de valores e formas de vida materiais e espirituais de um grupo étnico. Crenças artísticas de um povo. Hábitos e valores, quer materiais, quer sociais que fazem parte de uma civilização*” (Grande Enciclopédia Universal, 2004).

Esta mesma fonte atribui a Taylor a definição de cultura como sendo “ *um conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a lei, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem, enquanto membro de uma sociedade*” e esclarece que ela ainda é bastante envolvente, não obstante ter sido produzida em 1913.

Deste modo, uma cultura é, a um só tempo, global, partilhada, transmissível e evolutiva:

- global, porque contém um conjunto de comportamentos distintos, desde o modo como falamos, amamos ou vestimos;
- partilhada, porque é repartida por um todo homogéneo de pessoas que se enquadram nessa mesma cultura;
- transmissível, porque, naturalmente, passa de geração em geração, através da família, da cultura literária ou de índole erudita, popular e dos costumes;

- evolutiva, porque uma cultura não pára, desde a inovação tecnológica a que ela se encontra ligada, até ao progresso das ideias e ao desenvolvimento dos meios de comunicação.

A cultura não é herdada porque, é aprendida. É o modo comum de pensar organizado e de o indivíduo e grupo social de pertença se pensarem, é a expressão dos valores, das crenças, dos mitos e dos ritos vividos, pelo indivíduo e pelo grupo, da tradição e da história colectiva de um povo que, de família em família, atravessa o tempo, do passado até ao presente e que prosseguirá no futuro.

É no percurso que faz, servindo a família de ponte entre o passado e o lançamento até ao futuro, que vai perdendo uns conteúdos e adquirindo outros novos, novas aquisições.

A cultura é tão antiga e tão actual quanto o homem pois, onde estiver uma, está o outro e vice-versa. A cultura contém traços e registos na expressão artística de todos os tempos, na expressão oral e escrita, enquanto relato, conto, mito, poema ou outro escrito. É feita através de ditos, de presságios, de preconceitos e de estereótipos, de provérbios, testemunhando o sentimento colectivo, nem sempre de uma forma de racionalidade linear, mas sim complexa.

Expressão artística de um povo, através da pintura, da escultura, através de determinados símbolos e não de outros, de preferência de determinadas cores e formas e não de outras, características de um povo; através da música e da dança, de que são exemplos, as músicas e danças populares e folclóricas, os jogos tradicionais de cada comunidade ou região

A cultura é manifesta no sentir colectivo de um povo que se expressa como que num inconsciente colectivo religioso. É esse imaginário cultural, com todos os significados e significantes dos ritos e mitos, do presente e do passado, fazendo parte do presente e da tradição que é transmitido de geração em geração, pela família como meio privilegiada de socialização.

Socialização porque as pessoas e grupos entram em contacto com outras pessoas e instruem-nas nas técnicas de se relacionarem com os outros, com o

mundo exterior, com o divino. Assim as pessoas se consciencializam da realidade, do novo e do modo homogeneizado de o representar e experienciar.

Para que haja homogeneidade é necessário que o acto se repita, ou seja, não é uma acção isolada que é considerada socializada mas sim, quando é repetida e exibida, como fazendo parte de si, intrínseca e natural na pessoa. As trocas, no processo de socialização, implicam transformação no meio ambiente, no homem e na relação deste com os outros, inclusive, na produção de bens materiais e/ou de serviços.

Há cerca de cem anos, a maioria das pessoas viajava pouco devido a vários factores, entre os quais, os transportes particulares e colectivos que havia eram poucos e muito lentos, o analfabetismo era muito elevado, não existiam os meios de comunicação rápidos de que hoje se dispõe e, a maioria das pessoas vivia em aldeias, vilas e cidades, nas quais não se via um estrangeiro – como no nosso país, também o estrangeiro viajava pouco – isto é, não se tinha facilmente contacto com nenhuma cultura de povos distantes.

Hoje, pelo contrário, o contacto com pessoas de outras culturas é diário e generalizado, tanto naquelas aldeias, vilas e cidades, mas também, concretamente, nas escolas, nos empregos, nos campos de futebol, nas conferências ou congressos e outras reuniões científicas.

Hoje há mesmo uma indústria turística, em franco progresso económico, apoiada por transportes diversos, cómodos e rápidos e está vulgarizado o caravanismo. Hoje, por outro lado, as imagens de outras culturas entram-nos diariamente em casa, via televisão e Internet. Vemos as pessoas nas ruas, vindas dos quatro cantos do mundo, como visitantes, imigrantes ou refugiadas, falamos com elas.

Volvidos cerca de cem anos, as interacções culturais aumentaram, expandiram-se e, conseqüentemente, a tensão gerada pelo novo e desconhecido, fenómeno que é inerente à espécie, entre a homogeneização e a heterogeneização cultural aumentou também, aumentaram as relações

interculturais, as correntes políticas como o multiculturalismo, mas também os sistemas de discriminação, de que o racismo pode ser um exemplo, etc..

Em cem anos aumentaram exponencialmente as trocas directas, pela presença física das pessoas, e as trocas indirectas, através dos meios mediáticos e informáticos, entre as diferentes culturas. Hoje, as trocas entre culturas diferentes são múltiplas: são trocas comerciais, da indústria turística, de programação televisiva e cinematográfica, etc..

Estamos na época da globalização. A sociedade contemporânea, fundamentada na globalização levada ao extremo, sem controlo, de forma selvática ou anárquica, onde grassa o individualismo, ou o salve-se quem puder, dependendo da ganância mercantil, sem regras, abre e dilata o fosso entre ricos e pobres e o consequente aumento da marginalização e da insegurança, social e no emprego, com o desemprego e emprego precário galopantes e outras injustiças que mais agravam as desigualdades e a desatenção sanitária, educacional e social, minando negativa e gravemente a estrutura social com o consequente aumento da violência, do racismo e do medo.

É de extrema importância e urgência o ensino de valores morais e humanos e não só, de forma mais relevante, o ensino de regras de civilidade e convivência. Estas regras são necessárias, são úteis, mas a prioridade deve ser dada aos valores morais. É urgente que sejam criadas e incentivadas medidas de humanização do homem sem tempo, dos nossos dias.

Para que haja trocas culturais podem utilizar-se quaisquer meios, desde viagens, intercâmbios de professores e alunos ou de outros profissionais, até aos meios informáticos, desde que acessíveis e generalizados, aos congressos, conferências e convívios.

Nas trocas culturais, à semelhança da ciência, os resultados avaliam-se pelo que, efectivamente, são e não pelo caminho que percorreram para chegar ao que são, ou seja, à eficácia atingida.

Dito de outro modo, é como resolver uma equação matemática em que interessa mais o resultado do que a forma pela qual este foi conseguido, salvaguardada que seja a ética, no caso da relação humana. Como numa terapia, interessa a cura, a resolução do problema do cliente/paciente e não tanto a perspectiva teórica que o psicólogo utilizou.

Face às condições de (in)segurança, quanto ao futuro, próximo ou remoto, da crise/crítica e do multiculturalismo em que se encontram as sociedades, nos últimos tempos, é necessário que os senhores do mundo, ou seja, os vinte por cento dos mais ricos, e que têm mais do que os oitenta por cento dos portugueses, que os políticos e gestores económicos, a começar pelos colocados no topo da escala, mas também os outros, tomem boa consciência e ponham em prática medidas adequadas às necessidades do homem, enquanto ser humano inteligente e sensível.

É necessário uma saída que torne a unir o homem consigo mesmo, que lhe devolva o valor que sempre encontrou na natureza, não só para poder afrontar a coisificação de que é alvo num jogo de mercado, mas também para lhe devolver a segurança e a confiança em si e nos outros (Gallagher, 2004).

“A ausência da ordenação de valores, as rupturas das tradições, das lendas e da história cultural podem contribuir para a ausência de estruturação de limites e de introjecção da lei, na representação de convivência com grupos familiares e extrafamiliares, é provável que as novas gerações rompam também com a tradição, mitos e lendas, histórias e ritos culturais, favorecendo, assim, a perda da sua história, sua identidade cultural” (Melo, 2002, p. 4).

Ser distinto dos outros não é nenhuma maldição porque, fazer parte de um grupo, por pequeno que seja, é parte da raiz de um povo, de uma sociedade e é cultura tão válida como qualquer outra e cada qual deve estar orgulhoso do que é, do grupo de que faz parte, da língua que fala, da religião que professa ou não, do seu estilo de vida, da sua profissão, o quer que seja.

Os direitos humanos são para serem exercidos e não para serem manipulados ou negociados.

A crise da sociedade de hoje, passa também pelo excesso de crítica. De facto, a época e circunstância do pensamento uniforme, atribuído à idade média, vai longe. Aí, o pensador, di-no-lo a história, opinava tendo em conta uma cultura limitada.

O nosso país, ao tempo, só poderia sonhar com os Descobrimentos e conhecimentos que daí advieram. Hoje, a crítica está onde estiver uma opinião diferente: basta que alguém mostre determinado ponto de vista do quer que seja, para que, rápida e facilmente, seja criticado.

Sem etnocentrismos, critiquem-se os actos, respeitem-se os seus autores se não estiver em causa o crime, porque da crítica/crise pode nascer a luz/desenvolvimento.

Síntese

A família, enquanto teia de relações e de emoções que é, tem sofrido modificações ao ritmo das mudanças sociais e tem sido percebida de acordo com a cientificidade de cada época.

A perspectiva sistémica da família, datada sobretudo após os anos 90 do passado século, apresenta-se como um sistema relacional aberto e de espírito democrático em que cada elemento tem funções e papéis a desempenhar na “equipa”, tem direitos, obrigações e valores que apontam para um desenvolvimento pessoal, harmonioso e afectivo, rumo à sua autonomia e liberdade individual na vida privada e na forma de encarar a sua sexualidade.

Para a constituição de família, o casamento já não é a forma única nem a imposição social e jurídica mas é apenas uma opção livre do homem e da mulher.

Diversas formas de família foram encontradas, na nossa sociedade e nos últimos anos, para a realização afectiva, sexual e de procriação, continuando a família a apresentar diversidade, eventualmente, de forma mais autêntica e selectiva, a ser ponte entre a tradição e o presente, entre o passado e o futuro da sociedade.

São diversos os conflitos e também os mitos que a família suporta e alimenta como defesa e protecção termostática e de estabilidade relacional e afectiva.

Os problemas surgem na família e a sua responsabilidade no seu meio e na sociedade merecem ser resolvidos pela educação, a partir do próprio seio familiar onde são gerados – família, escola, trabalho, etc. – e pela assumpção do estado que deve legislar, criar meios e normas que possibilitem a resolução dos problemas, ou seja, tais problemas serão resolvidos através da educação efectiva e generalizada.

A educação surge assim como um processo global, de todos e de todas as idades, integrando o ensino e a instrução, ou seja, as aprendizagens do conhecer, do viver com os outros, do fazer e do ser, apoiada nos afectos e pelas novas tecnologias da comunicação, desenvolvendo o sentido de justiça, a solidariedade, da liberdade e da democracia.

Posta em prática, a educação conduzirá à auto-confiança, à capacidade de iniciativa e de liderança, de disciplina e de tolerância; conduzirá à paixão pela verdade, ao gosto pelo risco calculado e pela vida.

A educação é um contributo e um factor da qualidade de vida individual e colectiva. De quem a possui se pode dizer que é culto porque, cultura são valores e ela está onde estiver o homem em interacção.

Há culturas que pela localização e dimensão territorial onde se expressam, mais não são que nichos culturais quando comparadas com outras culturas, dados os seus usos e costumes, valores, etc, especificidades próprias. Mesmo no nosso país, rincão pequeno, se encontram formas de ser e de expressão específicas de região para região.

Nas cidades, mas sobretudo nas grandes cidades, há bairros cuja expressividade dos seus habitantes se distingue pelas suas raízes culturais. Hoje, mais do que nunca, fruto da globalização, vive-se num ambiente multicultural, não sem problemas sociais de toda a natureza, sendo que os Direitos Humanos nem sempre são concretizados em comportamentos e atitudes.

Será a partir do seio familiar, berço civilizacional do homem, da escola, da educação permanente que o sentido de justiça se expandirá e, sem esforço se interiorizará que os hábitos, as formas de se apresentar, de estar e de agir do outro, são tão válidas, correctas e dignas como as nossas, tendo como limite o campo de liberdade nossa e do outro.

A partir da educação, da educação para a cidadania, enriquecer-se-ão as mentalidades e as consciências e aceitar-se-ão naturalmente as crenças, os mitos, os rituais, o sentir colectivo de outros povos cuja proximidade só pode ser enriquecedora pelo conhecimento mais aprofundado de nós mesmos e dos outros.

A cultura engloba tudo o que é feito pela natureza do próprio homem, tanto o que tem de negativo como de positivo: de negativo temos múltiplos exemplos de entre os quais a violência familiar, tantas vezes radicada na tradição cultural das famílias de origem, no *modus operandi* de antanho, que urge remover; de positivos temos a multiculturalidade que nos permite aferir a validade dos nossos credos e valores por comparação com os dos outros e respeitá-los.

CAPÍTULO III

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MAUS TRATOS À CRIANÇA

3. 1. DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

3.1.1 Conceito

Há acontecimentos na vida familiar dos indivíduos que põem à prova a sua capacidade de adaptação, perturbando, por vezes, o delicado equilíbrio na sua interacção com os demais membros da família. O nascimento de um filho, desejado e planeado ou não, um adolescente que confronta os seus pais, quando ensaia laivos de sua autonomia, uma filha que engravida e abandona a escola, sem completar a escolaridade obrigatória, um companheiro/a que se tornou num consumidor compulsivo de drogas e/ou álcool são alguns dos numerosíssimos acontecimentos que implicam e exigem uma adaptação e articulação de fronteiras, de papéis e de funções parentais, conjugais e de todos e de cada um dos elementos da família, no sentido de tornar suportável o stress, a angústia e a hostilidade geradas por tais acontecimentos, *a priori*, incontrolados.

A forma como os problemas referidos são sentidos, vivenciados, interpretados e resolvidos, depende da capacidade de cada indivíduo, da sua cultura, dos seus valores, da sua personalidade e capacidade, da sua história de vida e experiência colhida, do contexto relacional e demais circunstâncias da ocorrência. Daí que, de forma mais rigorosa, não se pode analisar a violência familiar sem se ter em conta, não só os seus autores, o agressor, o agredido e o tipo de violência, como também o contexto social, familiar, económico e cultural em que a mesma ocorre.

Admite-se que, no nosso país, determinados actos ou omissões possam ser considerados, socialmente, como violência familiar, o não sejam noutras paragens. Assim sendo, põe-se a questão de saber qual ou quais os valores de referência que suportam o presente estudo, ou seja, qual a perspectiva que se advoga. Esta é a Declaração dos Direitos Humanos por ser, até ao presente, uma

bandeira internacional de democracia, candeia de democratização e de respeito pela dignidade humana, não obstante a recorrência feita, tantas vezes de forma abusiva e contraditória, dos Direitos Humanos, dos seus princípios, dos seus valores, para legitimação de invasões político-militares e de outras acções de prepotência, embora de menor impacto social.

Estamos no início do século XXI. Há cerca de trinta anos de investigação, cujo objecto de estudo é a violência familiar e, quando seria de esperar que a família fosse, hoje, um contexto de amor e de afectos positivos, de protecção e promoção de desenvolvimento sadio de todos os seus elementos, mas sobretudo, da criança e de cuidados com os mais idosos e progressiva qualidade de vida do todo familiar, depara-se, a cada passo, com a constatação, veiculada pela literatura e pela comunicação social, de actos de violência familiar, que parece assemelharem-se aos tempos bíblicos em que, Abraão, cede a sacrificar seu filho Isac, para agradar a seu Deus.

Como se poderá explicar que a violência familiar esteja hoje tão distante e, simultaneamente, tão próxima dos primeiros séculos da nossa era, havendo, no presente, numerosas instituições de apoio às vítimas, apoio abnegado, esforçado, no nosso país e por essa Europa fora, com polícias, advogados e tribunais, disponíveis e interessados na defesa da causa, com tanta divulgação informativa e legislação para denunciar, julgar e punir os autores de tais crimes?

Até há pouco tempo, a argumentação plausível era a de que, o que a tal respeito se passava na família, pertencia ao foro privado, razão pela qual a investigação era interdita, ao contrário do que se verificava com a outra violência criminal, praticada fora de portas.

O crime de violência doméstica, foi tipificado pela primeira vez, no Código Penal do nosso país, em 2000 e é crime desde esse ano.

É certo que existem e persistem numerosas lacunas que limitam o completo conhecimento do fenómeno, em termos de uma concepção estruturada e consistente, por motivos que, adiante, serão expostos.

O sistema familiar ainda se caracteriza, de um modo geral, como um sistema patriarcal, isto é, um sistema em que o poder do homem é proeminente e o da mulher é secundarizado. Os resultados de numerosas investigações, feitas com todo rigor científico, vão nesse sentido, e concorrem para que a ideia prevalecente seja a de que o homem é o agressor, obnubilando-se as estratégias diferentes utilizadas por mulheres já que, também muitas delas, são violentas (Ben-David, 1993 in Costa e Duarte, 2000).

Quando em diferendo com sua companheira, situação de separação ou divórcio, é ao homem que é atribuído, frequentemente, o poder paternal, ainda que, tal prática, esteja a modificar-se, devido à crescente formação dos juízes. Sendo aceite o poder patriarcal, pela sociedade, as relações de poder e de controlo, na interacção familiar, como que legitimam o uso da força pelo homem, como sendo eficaz e normativa.

A violência familiar é um fenómeno complexo e importante, devido à sua extensão e profundidade de sofrimento que provoca. Ao pôr-se em causa o rigor e a profusão das suas definições, as relações de poder e de controlos, nas interacções dos elementos que compõem as famílias, mais imperioso se torna que a sua avaliação não seja feita de forma dicotómica: de um lado, o homem e, do outro, a mulher, de um lado o agressor e do outro o agredido, já que, cada um a seu modo, ambos são vítimas e co-responsáveis pelo clima de violência. "*Não há um só teimoso*", dito popular.

De que se fala, quando o assunto é violência familiar?

De violência familiar, porque o âmbito em que acontece, implica os elementos da família, de violência doméstica, se o âmbito é a (*domus* = *casa*) habitação dos contendores, violência conjugal, se acontece entre os cônjuges, violência parental se se refere a violência para com os filhos, e violência filial, expressão por vezes referida, se a violência é de filhos para pais ou avós.

Como definir violência familiar?

Na comunicação social e também na literatura, são frequentes expressões do tipo, marido agrediu esposa com uma faca, Joana foi muito violenta para a sua criança, o aluno agrediu a professora, criança vítima de maus-tratos, deu entrada no hospital etc.

Importa distinguir então, os conceitos de violência e de agressão.

Consultando enciclopédias e dicionários, encontra-se, como sinónimo de violento, “*o que age com violência, que utiliza a força física, de forma intensa*” e, violência, palavra derivada do latim, “*violentia*”, como “*Acto ou efeito de violentar(-se), força, fúria, crueldade, tirania*”. *Juridicamente, significa “Coacção física ou moral”* (Grande Enciclopédia Universal, 2004).

O conceito de violência provem, de facto, do latim, com raiz em *vis, vis* (força) que deu *violentia* e, em português, violência, a qual “*Consiste no uso da força, não apenas física, que se opõe a algo ou alguém (dinamismo natural, tendência, vontade). Força que se opõe a doçura, à espontaneidade ou liberdade do violentado, e tendencialmente, a suprime. Segundo a finalidade, distinguem-se diversos tipos de violência: violência legítima ou pelo menos legal, violência de legítima defesa, violência da guerra, violência estrutural. A violência situa-se no binómio força-razão e é irredutível ao discurso. Manipulação, terrorismo, discriminação, marginalização, etc.*” (Enciclopédia Logos Luso-Brasileira, 1992, p. 537).

Esta definição de violência é mais complexa que a anterior, nomeadamente, quando refere força, mas não apenas força física e, por outro lado, lhe confere legitimidade, quiçá aceitação, como violência legítima ou pelo menos legal, e ainda, violência como invasão da liberdade do violentado. Violência legal, violência legítima, são conceitos que sugerem reflexão, por não se saber qual a violência que não é legítima, na perspectiva de quem violenta.

Não se encontra o conceito de violência nos dicionários de Psicologia consultados, apesar de ser uma palavra ou símbolo de uma realidade que, a todo o momento, de certo modo, se sente. Nestes dicionários encontra-se sim o conceito de agressividade e de agressão: agressividade como sinónimo de

*“Atitude agressiva que se torna hábito” e, agressão, (do latim *aggredi* = agredir) como sendo “O comportamento com que se pretende, directa ou indirectamente, prejudicar um indivíduo, quase sempre da mesma espécie” (Merz in Dietrich e Walter, 1978, pp. 25 e 26).*

Parece que a distinção entre violência e agressão, nas definições apresentadas, está no facto de, à violência se associar a ideia de acção e de força e, à agressão, se associa a intencionalidade.

Assim sendo, há violência sem agressão, há agressão sem violência e há violência com agressão. Quando, sem querer, me desequilibro e, ao cair, dou uma cotovelada numa pessoa, que está junto a mim, eu sou violento para com essa pessoa, porque exerço força, mas não sou agressivo porque não tenho intenção de a magoar; mas se, por outro lado, me dirijo a alguém de forma sobranceira, desafiadora ou cínica, dizendo-lhe, você é um génio, eu sou agressivo mas não, violento. Por fim, se dois indivíduos, se ofendem, discutindo, em alta voz, enquanto se batem, dir-se-á que aí há violência e agressão.

Na agressão, o ponto de vista do agressor, porá em causa, certamente, a intencionalidade do agredido e, na perspectiva deste, o sentir-se magoado, prejudicado e agredido e, o ponto de vista do observador, basear-se-á na sua neutralidade possível, nos seus sentimentos críticos, na sua intencionalidade subjectiva, na sua projecção/isenção nos contendores, na envolvimento das circunstâncias do acto, sendo que, actores, vítimas e observadores percebem a realidade, através dos valores que lhe são próprios, das suas crenças, costumes, ideologias e cultura, no tempo e espaço em que vivem e se comportam.

Os conceitos de violência e de agressão possuem tantas conotações que, na realidade, parece terem perdido ou diluído os seus significados. Enquanto processos de comportamento, podem ser entendidos como traços de personalidade, como reflexos estereotipados de determinadas pessoas, ou como

manifestações psicopatológicas, ou ainda, como respostas aprendidas no meio e demais circunstâncias que envolvem os seus actos.

A agressividade, como descarga de energia e na sua forma máxima, visa o dano e a destruição por desintegração. Pode ser exercida como ataque directo ou indirecto, de forma velada ou declarada, em ataques corporais ou de rebuscada intencionalidade; pode ser exercida de forma “socializada” como ataques verbais, como ameaças e insultos, como calúnias e difamações, como agressão velada, oculta, simbólica, antitética, pois, grande parte destas formas de agressão, são as mais frequentes.

Alguns autores distinguem a agressão impulsiva, espontânea, da agressão instrumental: aquela, como resposta condicionada a estímulos-chave e, esta, como forma de obter poder, posse, defesa, etc..

Há diversas teorias que procuram explicar a origem do fenómeno agressão: a teoria dos impulsos de S. Freud (1921) e a dos instintos de K. Lorenz (1992) são explicadas, respectivamente, pela Psicanálise e pela Etologia, e têm uma perspectiva endógena, enquanto predisposição hereditária, enquanto impulso espontâneo inato e, como consequência do impulso, ou seja, modos de comportamento primários, ou como instinto ou derivação instintiva, porque há, no indivíduo, uma hostilidade primária, uma inclinação para o mal, para a agressão, para a destruição e crueldade.

Na perspectiva etológica de Darwin (1872), a agressão é considerada como acto instintivo e para Konrad Lorenz, é um carácter comportamental inato, cuja função é a sobrevivência que resulta da selecção natural (Rego, 1999).

Há, também a respeito da fundamentação da agressão, uma perspectiva exógena, cuja influência provem do meio e dos seus efeitos, ou seja, a agressão surge sempre como reacção a um bloqueio ou ameaça, pelas forças do meio

ambiente. Nesta perspectiva, a agressão é sempre uma consequência da frustração e toda a frustração leva à agressão (Dollard, in Cloninger, S.C. 2003).

Assim sendo, a agressão reactiva, depende de determinadas condições ambientais vg. influências educativas.

Há ainda a teoria da agressão da aprendizagem social de (Bandura e Walters in Hall, Lindzey e Campbell, 2000) suportada por diversas investigações, como por exemplo, a relação entre a agressão observada e o comportamento agressivo.

Um estudo rigoroso confirmou que, crianças de nove anos que assistiram a numerosos programas violentos de televisão, ficaram mais agressivas, após 10 anos. Uma verificação subsequente, após 20 anos, registou que os mesmos avaliados, ainda expressavam um alto nível de agressão e esses resultados foram confirmados em vários países, inclusive nos Estados Unidos, na Inglaterra, Bélgica, Finlândia, Polónia e na Austrália (Schultz e Schultz, 2002).

A teoria neurofisiológica explica a agressão através do “centro das emoções” ou seja das zonas tálamo-hipotalâmicas e do bulbo olfactivo e toda a rede de neurotransmissores e glândulas neuroendócrinas, sendo que as anfetaminas e, de um modo geral, todos os “tónicos cerebrais” bem como a testosterona, potenciam e/ou exacerbam as reacções agressivas nos indivíduos (Rego, 1999).

Para Coimbra de Matos, ninguém é agressivo numa ilha deserta, isto é, a agressividade depende de diversos factores, entre os quais, a disposição ou predisposição do sujeito, o grau de proximidade/intimidade com outros indivíduos do meio, o grau de conhecimento, a densidade populacional e as condições económicas e sociais, segundo as quais, o sujeito avalia o grau de satisfação da sua vida (Rego, 1999).

Afigura-se como razoável que, o nível de agressividade depende da conjugação de um ou mais dos factores referidos. De facto, quando se está com uma forte dor de cabeça (cefaleia), por exemplo, parece ter-se reduzida paciência ou tolerância, para com as pessoas e seus problemas – a má disposição interfere nas relações interpessoais; quando se viaja de metro e o trem vai superlotado, pode ser notória a irritação das pessoas, a desconfiança, a intolerância e mostram a agressividade latente, tantas vezes estampada nas expressões faciais: a agressão física exige, na generalidade dos casos, proximidade; as grandes cidade, densamente povoadas apresentam-se com maior agressividade do que as pequenas cidades, aldeias ou campos. Famílias com muitos filhos são, por vezes, exemplo de agressividade intrafamiliar. Quanto ao factor, condições económicas e sociais, ele faz jus ao ditado popular, *“casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”*.

Agressividade é a tendência ou conjunto de tendências que se actualizam em comportamentos reais ou fantasmáticos, visando estes prejudicar outrem, destruí-lo, constrangê-lo, humilhá-lo (Laplanche & Pontalis, 1970).

Aqui, agressividade implica intencionalidade de prejudicar outrem. De facto, constata-se que a grande agressividade que algumas crianças, jovens e adultos expressam, por vezes, é manifestada de forma destrutiva mas, acontece que a agressividade não é necessariamente violenta ou destrutiva (Reguera, in Barra da Costa, 2003).

As diferentes formas de violência, de agressão ou de abuso, são aceites, vulgarmente, como sinónimos e, esse facto concorre para dificultar a construção de uma definição clara daqueles conceitos. Para alguns autores, o abuso ou violência significa, o uso da força física, verbal ou emocional, bem como os ataques, para controlar e manter o poder, através de ameaça e da intimidação, junto de alguém, durante um determinado período de tempo.

Na avaliação da violência ou do abuso, há que ter em conta o facto dos actos de violência ou abuso terem sido determinados intencionalmente, condição esta que é determinante naqueles conceitos.

“O mais importante é saber que ninguém nasce violento, embora o impulso agressivo faça parte da natureza humana. É preciso construir, firmemente, a mentalidade de que a violência é inaceitável, tanto por parte dos adultos, quanto por parte de crianças e jovens. A violência é um comportamento aprendido nos processos sociais entre pessoas, instituições e sociedade. Portanto, a violência também pode ser desaprendida” (Barra da Costa, 2003, p. 191).

Em termos de investigação de violência familiar, geralmente, não se discrimina o tipo de comportamento, uma vez que, seja ele violento, agressivo ou de maus-tratos, é justamente tido como abusivo e como violência familiar.

Inerente à definição de violência e de maus-tratos estão as noções de frequência, de severidade e de intencionalidade, ou seja, um comportamento só é considerado violento, em função da sua frequência. Significará isso que uma tarefa, dada ou sofrida, uma vez na vida, de um pai num filho, não se enquadra no conceito de violência familiar ou parental? Como operacionalizar a frequência? Uma vez por semana, duas? Todos os meses?

Quanto à severidade há, por vezes, maior visibilidade visto que, é frequente a vítima ficar com sinais físicos, que requerem cuidados médicos e, por isso também, visíveis, observáveis. A visibilidade não é possível na avaliação da intencionalidade, embora seja esta, um factor determinante do comportamento violento.

A violência, como representação mental, não pode ser observada pois, fazendo apelo ao conceito de força física, emocional ou verbal, carrega em si grande subjectividade e, concomitante dificuldade de operacionalização.

Como definir a violência emocional ou verbal, de uma mãe que dá uma bofetada à filha que, tendo sido avisada para não mexer no porta-moedas da mãe, mexeu e dele retirou algum dinheiro? Esta mãe não pretendeu ser violenta mas tão só impor determinada regra de convivência familiar e exercer o seu papel de educadora da sua filha. E quando um homem bate numa mulher porque esta deitou ao lixo a sua comida, por ele chegar tarde a casa? Ele não pretendeu ser violento, mas sim, impor o seu estatuto de patriarca, de justiceiro, o seu poder, segundo as suas normas de conduta e ensinamentos ancestrais e ela, tão só pretendeu “ensinar” o marido a respeitar as horas de refeição como momentos agradáveis de convívio familiar, pois assim foi educada essa era a sua noção de vida em família.

A frequência do abuso, é difícil de operacionalizar, pois, para além da dificuldade de se encontrar critérios consensuais, para a sua quantificação e distribuição temporal, acresce o facto de haver diferentes formas de violência/abuso.

Constata-se que, em termos sociais, o abuso emocional é mais aceitável porque, em muitas situações, é uma estratégia, vulgarmente utilizada, para lidar com alguns problemas. Contudo, as suas consequências poderão ser tanto ou mais graves que o abuso físico e/ou verbal.

As dificuldades de operacionalização da violência, vão para além da sua frequência, da sua severidade e da sua intencionalidade, quando, no acto violento, se sobrepõem os conceitos de agressividade, violência, maus-tratos e abuso, de forma indiscriminada, para definir um mesmo comportamento.

Alguns autores fazem distinções que poderão parecer um pouco arbitrárias: para uns, o termo violência, refere-se a situações conjugais e, abuso designa a violência física, sexual ou psicológica, contra crianças. Para outros, mau trato familiar é usado para designar aquilo a que vulgarmente é chamado, violência

normal ou ordinária; por sua vez, violência familiar, é a expressão utilizada para designar o acto abusivo e severo.

Seja como for, violência ou mau trato, as fronteiras são muito ténues, são uma forma de comunicação, cuja compreensão e análise só pode ser adquirida e realizada, não na perspectiva do agressor, nem na do agredido mas sim, na interacção da dinâmica familiar e do seu contexto no tempo e no espaço, sociopolítico, económico, cultural, no contexto das histórias de vida e das capacidades cognitivas e emocionais dos seus actores.

Há diversas definições de violência familiar e, tal facto, aliado à diversidade de instrumentos de avaliação utilizados, não poderão deixar de enviesar a investigação e o sistema jurídico sancionatório.

Para a American Psychology Association (APA) (1996), a violência familiar *“É o padrão de comportamentos abusivos que incluem uma variabilidade de maus-tratos possíveis, desde físicos, sexuais e psicológicos, usados por uma pessoa contra outra, num contexto de intimidade, em ordem a adquirir poder ou manter essa pessoa controlada”* (Costa e Duarte, 2000, p. 19).

Esta definição, ao referir “contexto de intimidade”, permite ficar sem se saber, se é possível ou não, haver violência familiar, por exemplo, quando um ex-marido que, não tendo feito o luto da separação, volvidos que sejam, 10 ou 15 anos desta, resolve esperar a ex-esposa à saída da fábrica onde esta trabalha e dá-lhe uma tarefa. Tal acto criminoso é enquadrável no crime de violência familiar, ainda que a intimidade entre agressor e agredida, tenha deixado de existir, há 15 anos? Está-se perante um conceito que levanta vários problemas de operacionalização.

Para o Conselho da Europa, a violência doméstica é “ *Qualquer acto, omissão ou conduta que sirva para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo por objectivo intimidá-la, puni-la ou humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou*

recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais” (Moraes, 2007, p. 2).

É uma definição extensa que se refere a violência para com mulheres, “qualquer mulher”. Pode-se questionar se é violência doméstica, uma agressão física a uma mulher, eventualmente amiga do casal, na situação de visita ao mesmo e na casa deste que, ao intervir para separar os cônjuges da agressão mútua em que se envolveram, “apanha por tabela”. Quantos crimes de violência doméstica serão considerados? Pode-se pensar que a violência sobre a amiga que estava de visita ao casal amigo, não é propriamente violência doméstica. O conceito, adoptado pelo Conselho da Europa, apresenta-se extrapolado da violência doméstica para o plano social da violência sobre as mulheres.

Em Portugal, a Comissão de Peritos do primeiro Plano Nacional Contra a Violência Doméstica definiu o seu conceito de violência doméstica como sendo *“Qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto, a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-companheiro, bem como ascendentes ou descendentes” (Moraes, 2007, p. 2).*

Sufrimento económico parece ser uma expressão relativamente pouco adequada para se referir a sofrimento, a menos que seja uma metáfora de baixo salário, salário em atraso ou desemprego, de médio ou longo prazo, motivos estes que estimulam sofrimento psicológico e de graves consequências.

Para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a violência doméstica é *“qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge*

ou ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou ex-namorado, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga, ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade” (APAV, 2006, p. 1).

É uma definição abrangente no que diz respeito à natureza criminal da violência doméstica. Refere a conduta de natureza criminal que inflija sofrimento. E se for um comportamento não “criminalizado” que provoque intenso sofrimento, o que tantas vezes acontece, como por exemplo, o daquela esposa que saiu de casa, pela 5ª ou 10ª vez, para outra relação, deixando os filhos de tenras idades, a chorar e com fome, à guarda do pai que é alcoólico e incompetente na função de paternal, será crime? É. Mas, crime de violência doméstica, a partir de que saída de casa? Da primeira vez, a partir da terceira saída de casa? Se o sofrimento que é provocado, é fulcral para a criminalização do acto, ter-se-á de adaptar a criminalização, ou otimizar uma formulação existente, de forma a abranger outras formas de violência doméstica que satanizam a vida de muitas famílias, as disfuncionalizam e, muitas vezes, as ameaçam na sua frágil e difícil sobrevivência ou as tornam mesmo incapazes de sobreviver.

“A violência familiar, também designada doméstica, constitui uma realidade complexa e multiforme que envolve a violência física, psicológica, sexual (abuso sexual), a negligência e abandono. A violência familiar é aquela que é exercida na esfera privada, no espaço familiar, sendo este espaço considerado como aquele onde ocorrem mais actos de violência, ficando esta violência, frequentemente na obscuridade e escondida por medo, constrangimento, vergonha, factores culturais e económicos, dependência afectiva e baixa auto-estima” (Ramos, 2004, p. 57).

Admite-se que o espaço onde é exercida a violência familiar é aquele onde ocorrem mais actos de violência, não obstante não se concordar com Gelles (1994) que considera a família como uma das instituições sociais mais violentas, na medida em que todos os seus elementos conhecem os pontos fracos uns dos outros e, portanto, sabem, estrategicamente, como e onde atacar (Costa et al, 2000). A definição de Ramos (2004) deve ser pensada à luz da sua noção de

família: *"A família é o espaço de protecção, de desenvolvimento, de afecto, de organização estrutural, emocional e identitária, mas é também espaço de opressão, de conflito, de destruturação e de violência, podendo constituir factor de protecção ou de risco"* (Ramos, 2004, p. 56).

O conceito de violência doméstica, concebida pela APAV implica e refere-se, efectivamente, a vários crimes: maus-tratos físicos e/ou psíquicos, ameaça, coacção, difamação, injúria, subtracção de menor, violação de obrigação de alimentos, violação, abuso sexual e homicídio, entre outros. Parece ser uma boa definição pois parece tentar cobrir grande parte da violência doméstica, mais frequente no nosso país.

As várias definições referidas, representam o valor ou valores que são atribuídos pelas respectivas entidades, às interacções familiares, no sentido de humanizar os intervenientes na violência, responsabilizando-os pela construção da sua quota parte de qualidade de vida do todo familiar, ou seja, são o contributo daquelas entidades para a preservação da família num esforço de oposição e desconstrução da tese de Cooper (1971), que preconizava a decadência da família.

A família não está em decadência mas, como sempre, em mudança, em adaptação ao contexto social de cada época e lugar.

Todo o acto dos pais ou de quem tem essas funções, que lese os direitos das crianças, as suas necessidades afectivas, relacionais, intelectuais, o seu desenvolvimento psicomotor, constitui violência parental.

A violência conjugal, exercida na presença dos filhos, como inúmeras vezes acontece constitui uma forma grave de maus-tratos à criança.

A violência sobre as mulheres, esposas, namoradas ou companheiras continua a ser algo de banal, mas não banalizado por toda a comunidade, tantos são os casos de violência conjugal, perante uma sociedade ainda pouco

sensibilizada para o facto de, não obstante o direito das mulheres, no mundo ocidental, democrático e dito civilizado, ter sido reconhecido há um século, ou seja, no início do século passado.

A violência entre cônjuges, a par da violência parental, são dois tipos de violência que constituem os mais graves problemas da violência familiar, onde os comportamentos abusivos que aí têm lugar seriam considerados crimes de extrema gravidade, se cometidos por estranhos.

Há vários conceitos de mulher agredida e as suas definições vão desde a mulher que sofre repetidos e severos ataques físicos por parte do homem com quem vive, até àquela que, deliberadamente, é alvo de repetidas injúrias do marido, companheiro ou namorado.

O uso da força física, verbal ou emocional, exercidos para controlar e manter o poder através de ameaças e da intimidação junto de alguém, durante um determinado tempo, define o abuso ou violência. Significa então, que um tal acto, para ser considerado abuso ou violência tem de ser deliberado e não acontecer acidentalmente, o que põe a salvo todos aqueles ou aquelas, diagnosticados ou não, de hiperactivos.

A violência doméstica, enquanto violência conjugal, parental ou familiar, é um fenómeno de todos os tempos, de todos os países, classes sociais, de todos os níveis culturais e etnias. Portugal não é excepção: mas, embora não configure uma catástrofe, a violência doméstica atinge proporções preocupantes.

As vítimas de violência doméstica, como é óbvio, não são só as mulheres, e os homens adultos, mas também os idosos e, sobretudo as crianças que assistem, confusas e impotentes, aos abusos de seus pais e outros familiares, sendo certo que, 75% dessas crianças, são vítimas directas desses abusos, ou seja, são vítimas de maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais, negligência e abandono.

A violência doméstica, quer directa, quer indirectamente, tem consequências negativas em todo o agregado de pessoas que vive numa mesma casa.

“A violência familiar (física, psicológica ou sexual) está pois na origem de múltiplos traumatismos, com grandes implicações na vida e no futuro da criança e do adulto, da mulher e n saúde física e mental, podendo considerar-se um grava problema de saúde pública e um atentado aos Direitos Humanos”(Ramos,2004 p.69).

3.1.2 Dados de violência Doméstica

Os dados estatísticos sobre a violência familiar são, geralmente, parcelares, não dando a dimensão total do problema: são dados recolhidos por várias organizações e não existe uma centralização dos mesmos, de forma a permitir uma consciencialização e avaliação correcta, rigorosa e útil para o investigador. Por outro lado, as referidas organizações têm diferentes concepções de violência doméstica o que, a par da diversidade dos instrumentos de avaliação utilizados, não permitem uma avaliação cientificamente fidedigna.

Mesmo assim sendo, algumas ideias avaliativas da gravidade do fenómeno, podem ser retidas, como contributo para alguma compreensão do mesmo.

A importância social deste, sugere e exige que seja criada uma centralização dos dados e sejam criados instrumentos devidamente aferidos, válidos e a utilizar em amostras significativas da respectiva população, a fim de ser possível explicar a violência doméstica, através de dados estatísticos fiáveis, que realcem as suas causas e consequências, em ordem a uma intervenção eficaz.

Estima-se que são agredidas pelos seus companheiros, cerca de 1,8 milhões de mulheres, em média, e que, cerca de 50% dos assassínios de mulheres são cometidos por homens com quem estão relacionadas intimamente (Marshall 1993; Walker, 1979)

Os dados da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres apontam para 30% das suas utentes serem vítimas de violência familiar e em 98% desses casos, o agressor é o respectivo marido ou companheiro. Estima-se que, a nível nacional, 19,3% das mulheres são vítimas desse tipo de maus-tratos.

A A.P.A.V. refere, no seu balanço anual de 2006 que, os números que denuncia, pouco esclarecem sobre o números de casos realmente verificados visto que tudo leva a crer que serão muitos mais. Contudo, são uma lamentável mas também uma boa panorâmica da situação, embora nem todas as vítimas de violência doméstica, solicitem apoio da APAV e nem esta Associação, dispõe dos meios que permitiriam esse apoio a nível nacional, da forma mais pronta, mais adequada e eficaz. Assim, a APAV, nas suas estatísticas relativas ao ano de 2006, refere:

- Dos 15 758 crimes registados, cerca de 86% são crimes de violência doméstica, sendo destes, 32,2% de maus-tratos psíquicos e 31,1% de maus-tratos físicos.
- Em 90,6% dos casos, as vítimas são mulheres e em 90,3% dos casos, os autores dos crimes são homens.
- Mais de 50% das vítimas e 59,45 dos agressores são casados.
- Quanto à nacionalidade, 74,2% das vítimas e 65,7% dos autores dos crimes, são de nacionalidade portuguesa, havendo um relativo equilíbrio na escolaridade entre vítimas e agressores (vítimas: 7,4% com ensino superior, 7,2% com o 1º ciclo, 6,4% com o 3º ciclo de escolaridade; autores, 5,6% com o 1º ciclo, 5,1% com ensino superior e 4,8% com o 3º ciclo).
- De pais para filhos, a violência familiar registada foi de 17%.
- Quanto às profissões, quer das vítimas, quer dos autores dos crimes, a APAV registou como vítimas: 17% como desempregados, 9,3% como

reformados, 8,7% como trabalhadores dos serviços e comércio e, como autores dessa violência doméstica, 13,3% nos desempregados, 6,7% nos reformados, 4,4% no pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança, e 4% em trabalhadores não qualificado dos serviços e do comércio.

- Quanto ao género: em 88% dos casos a vítima era do género feminino e, em 90% dos casos, o autor era masculino.
- Quanto à população idosa, durante o 1º semestre de 2006, os crimes assinalados, na APAV, como crimes de violência doméstica, representam mais de 70% do total. Importa ainda assinalar os crimes contra as pessoas e a humanidade, 13,6%, nomeadamente as ofensas à integridade física e as ameaças/coacção.
- Quanto aos locais em que os crimes são cometidos: 57% dos casos é na residência comum, 29,3% na residência da vítima e, 2,8% é na residência do autor do crime.
- Os reformados (22,7%) e os desempregados (12,4%) têm particular destaque no que diz respeito à ocupação dos autores de crime.
- Nos que se mantêm profissionalmente activos, estão tanto os especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde, como os trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio com 3,2% respectivamente. 80% dos utentes visados são mulheres e a faixa etária mais frequente situa-se entre os 65 e os 75 anos (65,4%) das vítimas de maus-tratos.
- Das vítimas, 46,5% são casadas e 28,1% são viúvas e, geograficamente, as vítimas distribuem-se pelos seguintes distritos: Lisboa com 30,8%; Porto com 11,9%; Faro com 9,2%; Setúbal com 6,5%; Braga e Coimbra com 5,9% cada.

- Quanto à idade dos autores de crimes, 20% têm 65 anos ou mais de idade; 11,4% tem 26-35 anos; 9,7% tem 36-45 anos; 8,1% tem 56-64 anos; 4,9% tem 46-55 anos; 2,7% tem 18-25 anos; 1,1% tem 11-17 anos. (Morais, 2007).

Dados, ainda parcelares são os que foram colhidos e detectados nos Institutos de Medicina Legal, em Coimbra e no Porto, referentes ao ano 2000 e publicados em 2003, pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres:

- Um total de 11 406 mulheres recorreram àqueles institutos que organizaram 2 160 processos os quais serviram de base do estudo realizado
- Em 83,3% dos casos, houve violência física, da qual, 14% dizem respeito também a violência psicológica e 1,6% foi de abuso sexual.
- A violência física referida foi exercida pelos próprios meios do agressor que, para além de usar objectos contundentes, fez uso de armas brancas e de fogo, de produtos tóxicos e inflamáveis. A maior parte dos actos foi praticado em casa de família mas em 23,2% deles o local foi a rua e 6% no local de trabalho.
- Apurou-se que, em 44,9% dos casos, existe um percurso de violência de mais de dez anos e que, em 95,3% dos casos de agressão, os filhos assistem à agressão, sendo que, em 75% das agressões são exercidas também, directamente, sobre os filhos.
- A faixa etária, quer das vítimas, quer dos agressores, situa-se entre os 25 e os 44 anos, ou seja, trata-se de indivíduos ainda bastante jovens que, se a situação em que se encontram, não for trabalhada em ordem a uma

mudança positiva de comportamento, faz prever a continuidade da violência, quando não o seu agravamento.

- Quanto ao estado civil, a vítima, em 59,1 % dos casos, é casada e, em 49,6% dos casos o agressor é o respectivo marido. Em 19,4% dos casos, a vítima é solteira e, em 7,5% das situações, o agressor é o namorado da vítima.

Pelo Ministério da Justiça, com base nos registos da Polícia Judiciária, da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, foram registados, em 2003, 10 254 crimes de maus-tratos ou sobrecarga de menores, incapaz ou cônjuge.

A Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens (CNPCJ) salienta no seu Relatório anual de 2006, dados recolhidos nas diversas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, espalhadas pelo país, os quais reflectem violência doméstica, enquanto maus-tratos a crianças. Destes, salienta-se, apenas alguns: 2 813 casos de exposição a comportamentos desviantes; 2 000 casos de maus-tratos físicos, 502 casos de abuso sexual, 70 casos de prostituição infantil.

Branco (2007), refere dados curiosos sobre a violência doméstica na União Europeia dos 15, na Holanda, Bélgica, Finlândia e Suíça. Assim, um estudo de 1999 do Lobby Européenne des Femmes (LEF) revela que 20 a 25% das mulheres são vítimas de violência física pelos maridos, que na Holanda, em 1989, 20,8% das mulheres já tinham sofrido violência dos maridos ou dos ex-companheiros e, destas mulheres 13% tinham não só sofrido violência física mas também violência sexual; na Bélgica e no mesmo ano de 1989, 48,4% das mulheres tinham sofrido igualmente violência física e sexual; na Finlândia, ainda no mesmo ano, 22% das mulheres casadas ou em co-habitação tinha sofrido aquelas violências; na Suíça, 12,5% das mulheres a viver com parceiros masculinos, sofriam violência física, 11,1% violência sexual e, 40,3% violência psicológica; ainda na Suíça, em 1997, 20% dos casos de violência física e/ou sexual era sobre mulheres divorciadas no ano anterior, pelos ex-maridos.

Segundo Ramos (2004), o *British Crime Survey*, em 1992, apontava para pelo menos 80% de casos de violência ser da autoria dos maridos ou ex-maridos; referindo um estudo de Romito (2000), esta autora refere que em Itália 6% das mulheres que tinham acorrido aos Serviços de Urgência, foram vítimas de violência física e sexual, nos últimos 12 meses e que 16% estavam separadas ou divorciadas, no ano seguinte ao da ruptura conjugal; ainda na Itália, em 1998, 14,5% das violações foram feitas por maridos e noivos; em 1996, 77,7% das mulheres vítimas de violência, esta era exercida pelos maridos e companheiros.

Branco (2007), referindo-se a Ferrer Pérez; Bosch Fiol & Riera Madullali (2006), salienta que em Espanha o Instituto de la Mujer denunciou em 2003, 50090 casos de violência conjugal, em 2004 denunciou 57577 e, em 2005, os casos denunciados foram 59758.

Os dados estatísticos apresentados pelas várias instituições, mostram como a nossa sociedade está empenhada em resolver o problema da violência doméstica. Pode pensar-se que, de dia para dia, este tipo de violência está a aumentar. Há quem pense que, de facto, hoje, a sociedade está mais violenta. Por outro lado, a divulgação dos casos de violência, de qualquer tipo de violência, é mais abrangente e as pessoas, por isso, estão mais informadas. Talvez por isso, pelo maior grau de liberdade de expressão e pelo inconformismo ditado pela consciencialização do problema, há uma maior exigência social perante os poderes instituídos para que resolva o problema que gera enorme sofrimento nas pessoas e nas famílias e que, consigo, arrasta consequências gravosas a verificar num futuro mais ou menos próximo.

Contudo, admite-se que, ao ser mais e mais estudado o problema da violência, dos abusos familiares, consubstanciados em maus-tratos lesivos dos Direitos Humanos e dos Direitos da Criança e que, sensibilizadas as comunidades para a sua denúncia, estarão a ser criadas condições para a sua erradicação. Muitas foram as vontades, os movimentos sociais e as organizações que, desde os anos 70, sobretudo, do século passado, se propuseram lutar pelos Direitos Humanos, pelos Direitos das Mulheres, pelos Direitos das Crianças, pelo fim da violência e pela igualdade de género.

3.1.3 Sensibilização para o problema da Violência Doméstica

A nível internacional, os movimentos feministas, da segunda metade do século passado, sensibilizaram, pela sua militância e dinâmica social, a comunidade em geral, para a causa da violência do género e levaram a que, as Nações Unidas, o Conselho Europeu, a União Europeia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa reagissem, de forma positiva, ao tema da violência sobre as mulheres e consagassem o princípio da igualdade de género. Todas estas organizações internacionais produziram documentação e tomaram outras tantas iniciativas, das quais se salienta, sem pretensão de ser exaustivo:

- A qualificação da violência de género, enquanto violação dos direitos fundamentais humanos das mulheres, resultou da Conferência Mundial das Nações Unidas, para os Direitos humanos, em 1993, em Viena;
- No mesmo ano, mas em Roma, organizada pelo Conselho Europeu, realizou-se a 3ª Conferência Ministerial Europeia, sobre a igualdade entre mulheres e homens;
- Em 1994, foi criado um Relator Especial, para a violência sobre as mulheres, suas causas e consequências;
- A Plataforma de Acção de Pequim, em 1995, resultante da 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as mulheres, incitou os Estados membros a tomarem medidas de prevenção e de combate a esta violência;
- Em 1997, o Comité para a Igualdade entre Mulheres e Homens, no âmbito do Conselho da Europa, aprovou um Plano de Acção Para o Combate à Violência Doméstica contra as mulheres.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa produziu diversas Recomendações aos governos dos países membros: A Recomendação 1450, no

ano 2000, sobre a violência contra as mulheres na Europa; A Recomendação 1582, no ano 2002, sobre a violência doméstica contra as mulheres e a Recomendação 1681, em 2004, Campanha de Combate à violência doméstica contra as mulheres na Europa.

Na União Europeia, são já muitas as iniciativas neste domínio, afirmou Moraes (2007) e realçou dois Programas Daphne: o primeiro entre 2000 e 2003 e o segundo, aprovado em Abril de 2004, para vigorar entre 2004 e 2008, destinados a prevenir a violência contra crianças, jovens e mulheres.

De facto, parece que são já muitas as iniciativas neste domínio.

Serão já muitas as iniciativas tomadas a nível europeu, contudo, tanto a nível internacional como a nível nacional, as consequências daí resultantes, para além de uma maior mediatização do fenómeno – estamos numa sociedade globalizada – não são satisfatórias, mas indicativas do muito que há a fazer e como o fazer, tida em conta os anos de experiência dos problemas surgidos no trabalho já feito.

No nosso país, têm sido tomadas diversas iniciativas, nomeadamente, as múltiplas optimizações legislativas, na área do código penal. Mais se esperam, no sentido de agilizar os processos sinalizados às entidades, cujas funções, de entre outras, têm a de prevenir e intervir junto das vítimas e dos autores de violência doméstica.

Outras iniciativas de organização e de reorganização, de divulgação e de formação, com vista à prevenção, ao estudo e à intervenção, têm sido tomadas, nomeadamente, a criação de cento e setenta CPCJ no ano 2000, sessenta e nove no ano de 2003, vinte e seis em 2005 e quatro em 2006 o que perfaz um total de duzentas e sessenta e nove comissões espalhadas por todo o país. Para além disso, são múltiplas as acções de divulgação que as comissões fazem junto das comunidades em que estão inseridas; são múltiplas as conferências organizadas quer por iniciativa da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens, quer por iniciativas das comissões locais. Tem sido dada e incentivada

formação, de forma programada, aos elementos das diversas CPCJ. Será utópico sonhar com o fim da violência doméstica, com o fim dos abusos e maus-tratos?

Contudo, apesar de serem já muitas as iniciativas tomadas no sentido de radicar a violência doméstica, os resultados mostram, por vezes, muita ineficácia, o que sugere que é urgente fazer-se uma reformulação das medidas tomadas e reforçadas, para uma intervenção mais consistente e eficaz. Será que o problema está bem definido e é sentido, sem ambiguidade, pela população alvo e pela população que com aquela interage?

Os números de casos de violência familiar e de maus-tratos sobretudo à criança não são satisfatórios nem abonatórios de provas da eficácia do trabalho e iniciativas internacionais e nacionais, como seria esperado.

Um problema muito concreto que, a cada passo, surge nas CPCJ é o de, a pretexto de geralmente o agressor ser o homem, o pai de família e, como tal, por regra, ser a principal fonte de sustento, numa situação de ocorrência de violência grave, é retirada a vítima, ficando o agressor no seu lar, ou seja, à vítima, (frequentemente, mulher ou criança) que sofre o abuso, impõe-se-lhe ainda maior sofrimento, retirando-a do seu habitat, com tudo que isso para ela representa, em termos de deslocação do meio conhecido para meio ambiente estranho (duplo sofrimento/castigo, injusta e indevida punição).

Consideramos este problema como típico das diversas dificuldades com que os agentes de prevenção da violência e abuso se deparam no terreno e das quais se aproveitam os agressores/abusadores.

A violência doméstica é um fenómeno transversal, na sociedade, verifica-se em todas as classes sociais, em todos os níveis económicos e grupos profissionais e académicos, muito embora seja dado maior realce, quando acontece nas camadas mais desprotegidas das populações. As classes mais evoluídas e favorecidas têm meios e formas de se proteger do “escândalo” do

crime público violência doméstica. Sendo crime, e havendo provas e denúncia, é lógico e esperável, que haja condenação, como punição.

Se assim é, coerentemente, pode ser pertinente discutir-se se as intervenções nos casos denunciados às CPCJs e que estas organizações confirmam haver violência doméstica, ou seja, crime, não estarão a fazer passar a subtil mensagem pública de que, afinal a violência doméstica é um crime tolerável – as CPCJs não aplicam penas, mas tão só propõem acordos, cujo cumprimento fiscalizam – sobretudo nas classes mais desfavorecidas, pois são, essas classes, as mais denunciadas e com as quais as CPCJs mais trabalham, no sentido pedagógico, em ordem à mudança positiva de atitudes agressivas, de violência doméstica, dos seus autores e vítimas.

Nem sempre se poderá advogar que, a violência doméstica que é sinalizada nas CPCJ, não é severa, não é frequente, nem é intencional, no sentido da sua desculpabilização. Ainda que os casos mais frequentes, que chegam às CPCJ, sejam os casos de negligência e de abandono escolar, outros, como acima foi referido, são de extrema gravidade, como é público, pelos relatos feitos pela comunicação social – situações confrangedoras para qualquer mente sadia. Por outro lado, se se advogasse que os casos que chegam às CPCJs não são casos graves, nem são casos alusivos a actos repetidos e praticados com intenção de fazer sofrer, ter-se-ia de admitir, se eles existem, que alguém os seleccionaria, reservando a sinalização de uns para as comissões e os outros para os tribunais.

Uma tal hipótese, nos dias de hoje e, no nosso país, não tem consistência. A violência doméstica, se objecto de sinalização às CPCJs, é atendida e trabalhada, no sentido de salvaguardar as crianças, que porventura haja no agregado familiar, dos riscos ou perigos que essa violência doméstica representa ou pode representar para elas.

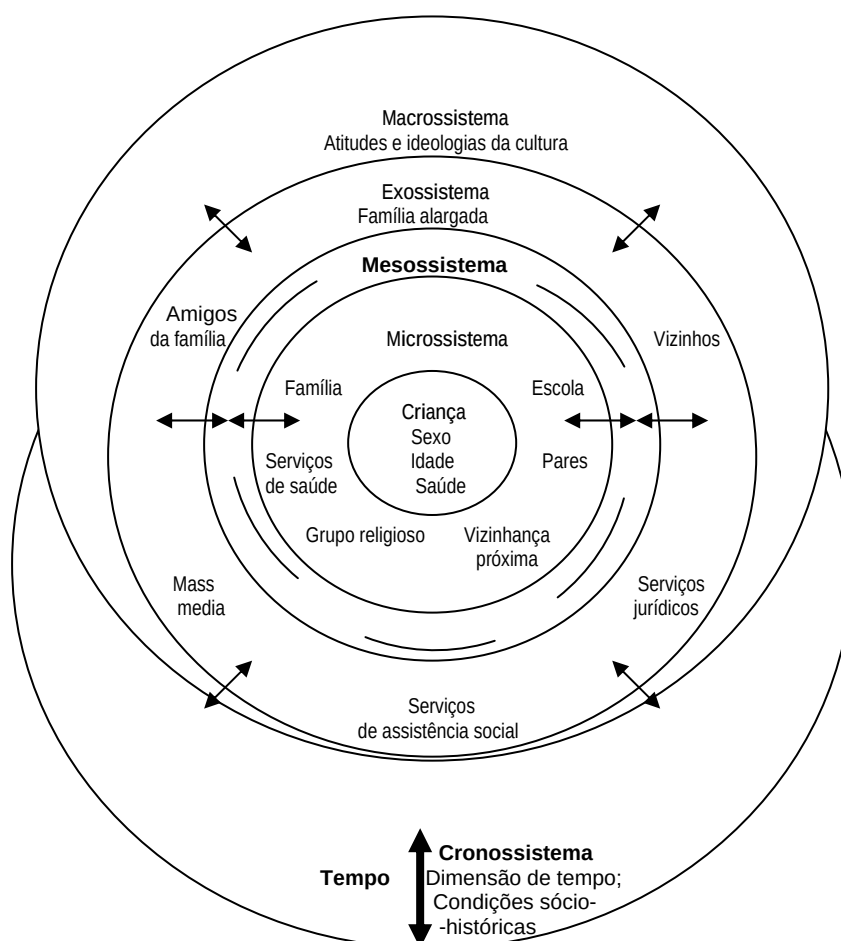
Sabe-se que em cerca de 95,3% dos casos de violência familiar são presenciados pelas crianças e que 75% delas são vítimas directas. Não é indiferente para um filho ver os seus pais agredirem-se, como também não é indiferente ser agredido pelos pais. Contudo, a indiferença e a irresponsabilidade de alguns pais para com as suas crianças, perspectiva pouco estudada, consubstanciará, por omissão, um dos mais graves problemas de violência familiar e de maus-tratos.

A visibilidade da violência doméstica tem aumentado, devido à sua cada vez maior mediatização e ao crescente número de estudos sobre o tema. São estudos baseados em diversas teorias, desde a perspectiva sociológica e da abordagem psicodinâmica, até à sistémica e à centrada na patologia individual do agressor.

O desenvolvimento humano, do modelo ecológico de Uric Bronfenbrenner, coloca o ser humano no centro. À sua volta e em relação consigo, dispõem-se diferentes níveis do contexto (individual, familiar, comunidade, cultural e social e cronológico), pelo que proporciona uma imagem abrangente dos factores, que influenciam o comportamento e o desenvolvimento humano. Este desenvolvimento só se pode entender se se considerar o indivíduo como detentor de capacidade de crescimento.

Cada um dos sistemas (criança/indivíduo, micro, meso, exo, macro e crono) interage, sendo que todas estas relações influenciam cada um dos sistemas. A mudança do ser humano e os problemas que o afectam, só podem ser percebidos se enquadrados no contexto ecológico que o circunda.

Modelo ecológico de Uric Bronfenbrenner (1979)



Grande parte das investigações feitas sobre violência doméstica, centram-se ora nas características dos pais e maridos abusadores, ora sobre as vítimas, mulheres e crianças, ou ainda, sobre as respectivas famílias de origem, ou então, sobre os motivos que levam, grande parte das mulheres agredidas, a manterem-se na relação com o agressor. Também há investigação sobre as características da relação conjugal capaz de facilitar ou de impedir a violência doméstica.

Dos muitos estudos realizados, salientam-se alguns resultados que vamos apresentar:

Na década de 60, houve grande interesse na identificação das características dos pais e dos maridos abusadores mas, os resultados foram inconclusivos. Associava-se, então, a autoria de tais actos de violência, a doença mental, a quadros psicóticos, à agressividade descontrolada.

As perturbações psicopatológicas severas são pouco comuns entre os pais que maltratam os seus filhos, o mesmo acontecendo com a associação entre perturbações psiquiátricas e o abuso conjugal (Edleson et al. 1991).

Porque a associação de causa-efeito, não explicava o fenómeno, houve necessidade de compreender a violência doméstica, na confluência entre a história de vida dos intervenientes, com a depressão, com as características relacionadas com as suas personalidades, no respeitante ao nível de neuroticismo, de dependência, de imaturidade, rigidez, de baixa auto-estima; na confluência com os défices de competências respeitantes ao auto-controlo da agressividade, à disciplina e capacidade de resolver problemas; com o consumo excessivo de álcool ou drogas e com as expectativas inapropriadas, quanto à idade da criança, o *stress*, e o contexto socio-económico e cultural (Belsky, 1993; Cicchety & Toth, 1995; Vondra, 1990, in Olds et al. 1995)

A violência é percebida como um contínuo que se desenvolve através das influências sociais (e da comunicação social), desde a infância. Assim sendo,

a associação entre ter sido vítima de abuso, em criança, e ser agressivo na idade adulta, continua a ser um modelo etiológico da agressão.

Vários estudos constataram que, o facto de os abusadores terem sido vítimas de maus-tratos, em criança, torna-os abusadores, quando adultos.

Segundo vários autores, a separação precoces de figuras significativas, a disciplina rígida, a violência emocional, a ausência de ternura, os abusos físico e sexuais, a negligência, a comunicação paradoxal e a violência conjugal, são indicadores da predisposição para a reprodução de abusos e violência.

Tudo isto quer dizer que os maus tratos na infância são, no mínimo, potenciais factores que subjazem, na violência adulta, parecendo mesmo haver semelhança entre o tipo de abuso sofrido e o tipo de abuso exercido em adulto, sobretudo, quando o abuso sofrido foi de nível baixo ou médio, porquanto, quando o abuso sofrido em criança foi de nível elevado, cruel, a tendência será para ter reduzidos comportamentos punitivos. Frases que, a cada passo se ouvem na população de meia idade, ilustram uma e outra posição dos agressores, no acima exposto: *"também eu apanhei muito pancada e só me fez bem, só se perderam as foram pelo ar"* e *"não quero que meus filhos sofram o que eu sofri com meu pai"* – referindo-se esta frase, a agressões severas.

A violência fora de casa parece que se constitui a partir do modelo de violência doméstica, mais para os rapazes do que para as raparigas. Assim sendo, compreende-se melhor os maiores índices de vandalismo e delinquência dos rapazes (Kruttschnigh et al., 1993).

No entanto, nos casos mais graves de criminalidade, o peso da relação entre a violência doméstica e essa criminalidade, não está suficientemente ponderado, segundo vários estudos.

Os homens com problemas de alcoolismo, estejam ou não sóbrios, são mais violentos para com suas companheiras, do que os que não abusam do álcool.

Deste modo, parece que alguma violência ou punição física são tidas como legítimas, (Gelles. 1993).

O facto de o homem agressor, ter sido violentado em criança, estar mais predisposto a ter histórias de psicopatologia, na família de origem, não está directamente relacionado com a psicopatologia no próprio, mas sim com o tornar-se agressor.

Paradoxalmente, algumas investigações, são suportadas por premissas que revelam que, a agressão física entre recém-casados está correlacionada com antecedentes, como a violência na família de origem e características de personalidade; outras investigações revelam, por exemplo, que homens violentados na infância não abusam, em adultos, das suas mulheres.

Um estudo junto de cinco sub-grupos de homens violentos – violentos face à parceira e sem acompanhamento, violentos face à parceira e com acompanhamento e, violentos mas não face à parceira, e dois grupos de homens não violentos (um, de homens satisfeitos na relação e o outro de homens não satisfeitos na relação) – constatou que, os homens violentos para com suas mulheres, apresentam também níveis de hostilidade superiores aos de outros grupos, (Booker et al. 1991).

A violência conjugal, sobretudo, quando é violência severa, está significativamente associada a desordens do tipo stress pós-traumático dos agressores. E como características associadas aos agressores, são apontadas psicopatologias, depressão, défices comportamentais, papéis sexuais rígidos e problemas de alcoolismo e de droga, (Tolman e Bennett, 1990).

Embora não exista diferenças ao nível da auto-estima, entre homens abusadores comparados com homens não abusadores, os homens abusadores apresentam maiores problemas de alcoolismo, atitudes mais rígidas, face às mulheres, menor satisfação conjugal e consideram as suas parceiras pouco atraentes (Hurlbert et al. 1991).

Face ao exposto, de um modo geral, pelas características reveladas na relação, homens abusadores *versus* homens não abusadores, pode-se concluir que há diferenças quer ao nível do comportamento, quer ao nível cognitivo-comportamental, apresentando aqueles, baixa tolerância à frustração, maior isolamento social e, também, talvez por isso, falta de redes sociais de apoio para ocultar do exterior a violência intrafamiliar e apresentarem expressões inapropriadas de raiva aos estímulos provocatórios.

Alguns estudos revelam que os homens, cuja vinculação é ansiosa, são potencialmente mais agressivos emocionalmente, nas relações de intimidade, face às mulheres, do que os homens cujo estilo de vinculação não é ansioso (Dutton et al. 1994).

Pela lógica do agressor, parece razoável que assim seja, já que se admite que os homens agressores são reforçados nos seus actos abusivos (pela aceitação e até pelos louvores de bravura que por vezes recebem), sempre que tais actos os conduzem ao êxito, nos seus propósitos, à satisfação das suas inconfessadas necessidades de poder capaz de subjugar quem se lhes opõe (os agredidos). É a manifestação da afirmação do seu EU, da sua pessoa, e do “*como é ser homem*”, segundo o seu credo de valores, a sua cultura e experiência. Ou seja, a vergonha de assumir determinadas necessidades (“*quem tem poder não tem necessidades*” e “*dos fracos não reza a história*”) é um factor precipitante para a agressão, pelo medo de serem abandonados.

No entanto, se assim fosse, não existiria contradição nos estudos feitos sobre a relação, entre a vinculação ansiosa que, potencialmente, dita maior agressividade, sobretudo emocional, e o estudo que comparou os estilos de vinculação e hostilidade, nas relações íntimas.

Este estudo (Pistole, 1993) constatou a não existência de diferenças. entre a população violenta e a não violenta, mas tão somente diferenças significativas nas dimensões, ressentimento, desconfiança e culpa.

É compreensível, mas não é tolerável, que os homens violentos recorram a estratégias violência, como formas de coping para lidar com a situação, porque demonstram pobreza de recursos de outras formas de comunicação, de assertividade e de outras competências.

As mulheres alcoólicas, segundo um estudo, estarão mais predispostas a experimentar situações de violência conjugal do que as mulheres em geral e, assim sendo, pode-se concluir que o estigma associado à mulher alcoólica pode contribuir para que ocorra violência entre os parceiros porque essas mulheres “alcoólicas” estão, geralmente envolvidas em relações com homens que, igualmente, abusam do álcool (Miller, 1990).

Acontece, porém que outros investigadores segundo (Costa e Duarte, 2000) consideram falaciosas as correlações feitas e, por exemplo, Finn (1985), referiu que a relação, entre o uso de álcool e a violência conjugal, tem a ver com problemas outros, como o desemprego e outros problemas económicos, com o ciúme, com a desigualdade de estatuto no casal, com problemas com as crianças e que serão, estes sim, os factores que estarão na origem do abuso de álcool.

Seja como for, cerca de 25% dos casos de álcool, é assumido por ambos os parceiros, sendo que, a maior parte das ocorrências de abuso acontece, quando ambos estão sóbrios, o que leva a supor que serão outros factores que estarão em causa porque, de facto, parece existir uma associação entre o alcoolismo e a agressão física, em amostras clínicas e não clínicas (Strauss, 1993).

O estudo das variáveis ou características das vítimas de agressão conjugal, um dos aspectos da violência familiar, não tem apresentado resultados conclusivos. De facto, as variáveis estudadas sobre o alcoolismo das vítimas de agressão, não têm apresentado resultados conclusivos. O uso do álcool, não será condição necessária nem suficiente, para que ocorra abuso pois, trabalhos mais recentes, junto dos homens, estes apontam como motivo (ou desculpa, pode-se interrogar) para a violência sobre as mulheres, o terem, eles, consumido álcool e/ou outras substâncias (Cookl, 1997).

Resta reflectir sobre os motivos e processo que sugerem e seduzem homens e mulheres ao consumo excessivo de álcool e/ou outras substância como forma de resolver problemas.

Quanto ao isolamento, aos papéis sexuais e ao controlo das mulheres agredidas, os estudos sugerem que elas são tidas, no sentido tradicional do termo, como mais femininas, no seu papel sexual e, mais tolerantes, ao controlo externo, ou seja, mais aptas a submeterem-se a regras definidas por outrem, mesmo contra o seu desejo, do que as outras mulheres.

Outros estudos, porém, mostram que, as mulheres abusadas, apresentam menores níveis de intimidade e de compatibilidade com os seus companheiros, que assumem papéis sexuais, de uma forma mais tradicional, e que têm uma atitude negativa da sexualidade, mas que, apesar disso, dizem ter uma maior frequência de interacções sexuais dos que as outras mulheres (Hurlbert et al., 1991).

O primeiro destes dois estudos refere que as mulheres agredidas são tidas como mais femininas, mas fica-se sem saber se a feminilidade, tradicional ou não tradicional, acontece por terem sido agredidas (e, eventualmente, não responderem com agressão) ou, se tal acontece, por simples opinião do agressor.

Não sendo explicitado o significado do que é ser feminina no sentido tradicional v.s. não tradicional, pode ter-se algumas reservas sobre a fundamentação do primeiro estudo referido, acerca do qual, Dutton 1996, diz que, sendo assim, (tais mulheres) são desprotegidas por não possuírem qualidades instrumentais, tais como a independência e a assertividade.

O segundo estudo refere que, as mulheres abusadas assumem papéis sexuais de forma tradicional, com menores níveis de intimidade e compatibilidade.

Outros estudos referem a não existência de homogeneidade no grupo das mulheres agredidas, nomeadamente quanto aos seus níveis de auto-estima, nem quanto a outras variáveis, tais como, o tipo de abuso, a ocasião e o contexto em que ocorre, nem quanto à sua periodicidade.

Dos quatro tipos de abuso, (abuso físico, abuso emocional/controlo, abuso/emocional/sexual e abuso misto), apenas o abuso emocional/controlo está, por regra, significativamente correlacionado com a baixa auto-estima.

O mais ansiogénico dos abusos, na relação doméstica e, nomeadamente, para as mulheres, é o abuso emocional, ainda que seja dada maior ênfase ao abuso físico (Aguilar & Nightingale, 1994).

O tipo de abuso que, na sua natureza, é controlador, tem um papel central no desespero e sentimentos de inferioridade das mulheres agredidas e contribui para dificultar o fim da relação.

É compreensível, que a ruptura de uma relação, implique mudanças psicológicas e situacionais, sempre difíceis de concretizar e, tanto mais difíceis, quanto mais negativa for a opinião que o sujeito tenha de si próprio e dependente do outro se sinta, por falta de competências e a isso, por vezes, é adicionado o sentimento de culpa. Para além disso, ocorre, com frequência, o sentimento de vergonha social pelo falhanço da relação.

Efectivamente, há diversas perspectivas que apontam razões para a compreensão do fenómeno do abuso conjugal da mulher, como vítima. Assim: as mulheres agredidas, de algum modo, provocam o abuso (Brandon, 1976); as mulheres são masoquistas e adoram ser objecto de abuso (Scutt, 1993 in Young & Gersen, 1991); as mulheres que têm predisposição para a violência, foram expostas, enquanto crianças, a padrões inconsistentes e combinados de amor e agressão – Melanie Kleine diria, amor e ódio – resultando que, em adultas, buscam um relacionamento similar, de amor e abuso (Shapiro, 1982, in Willis et al, 1996).

Válidos que sejam estes estudos, para uma minoria de mulheres, não serão motivo para levar alguém, consciente e respeitador dos direitos humanos, até à despenalização social do abuso familiar: se as mulheres provocam o abuso, isso pressupõe também fazer do homem um algo ou alguém que está impedido de agir, alguém que só tem capacidade de reagir ou de reflectir, embora da pior maneira. O facto de, em criança, ter sido exposta à ambivalência de amor e abuso, de forma repetida, compreende-se que esse facto tenha reflexos na atribuição de significado de uma relação mimetizada, imitada, aprendida e tolerada, mas ignorando-se a capacidade de resiliência do ser humano.

Válidos que sejam os referidos postulados sobre algumas mulheres agredidas, eles não são razão bastante para que sejam despenalizadas as agressões, primeiro que tudo porque, os postulados referidos não dizem respeito a todas as mulheres e, em segundo lugar, porque, coerentemente, diversos outros estudos nos dizem que não há um perfil psicológico ou sócio-cultural, pré-existente, nas mulheres agredidas (Sprenkle, 19929).

Por outro lado, os estudos também não confirmam diferenças consistentes entre as mulheres vítimas e as que não são vitimadas, nem no que diz respeito à personalidade prévia, nem quanto ao contexto de pertença ou da família de origem.

De facto, há mecanismos de *coping* específicos, que contribuirão para a manutenção de um relacionamento disfuncional, porém forte, mas agressivo, são ligações difíceis de alterar. Que significado é atribuído ao acto, pelo agressor? Que significa para a vítima, esse mesmo acto? Para o estudioso/observador, será agressão, será crime?

Sabe-se que há uma prevalência alta, de sintomas depressivos, na população vítima, muito embora, as mulheres agredidas passem por experiências comuns ou similares, nem todas apresentam depressão. Ora, assim sendo, há que analisar outro tipo de variáveis, tais como, recursos económicos, as relações

conflituais, o isolamento social e falta de reforços sociais e, também muito importante, falta de suporte.

Um estudo com uma amostra de mulheres agredidas procurou saber quais são as variáveis associadas à depressão e concluiu que as mulheres com fracas competências de auto-reforço, com histórias de perdas importantes, com depressões anteriores e que, de forma realista, estão conscientes da situação, da sua relação, estão em risco de virem a sofrer de depressão. Conscientes da realidade da situação, estão mais aptas a atribuir a agressão ao parceiro e a assumir a responsabilidade de romper a relação para com ele (Azevedo e Maia, 2006).

Ora isto parece inconsistente com outros estudos, de resto, importa avaliar sim, em que medida, estas mulheres agredidas, deprimidas mas com conhecimento realista da sua situação, estão mais ou menos preparadas para abandonar este tipo de relação, do que as outras mulheres.

Nas perspectivas de análise da violência doméstica, quer enquanto violência conjugal quer como violência parental, ou seja, na análise dos sistemas familiares, há uma evidência em como as variáveis interpessoais são úteis para distinguir casais violentos de casais não violentos. Porém, só será possível perceber o processo da violência na família, processo que não é linear, de causa e efeito, mas sim, que se desenvolve numa dialéctica de coesão, adaptabilidade e da comunicação entre os seus membros, ou seja, procurando compreender as causas da violência doméstica (conjugal e/ou parental) fazendo uso dos princípios da teoria geral dos sistemas, que põem a tónica no processo de interacção dos diversos elementos dentro da família.

A qualidade da relação conjugal/parental, o seu nível de prazer e de intimidade na relação, são dimensões importantes na análise de conflitos e outros problemas, como a partilha de responsabilidades, a atribuição e desempenho de papéis na educação filhos, limites e condutas, objectivos e projectos de vida. A satisfação na relação está associada com a qualidade de comunicação entre o casal e intra e entre todos os sub-sistemas existentes.

As mulheres, quando em relações violentas, apresentam níveis baixos de satisfação com o companheiro e acontece com frequência que este companheiro, já no tempo de namoro, manifestava um tipo de comunicação associado à violência física. É consistente a constatação de que casais violentos exibem comunicação negativa, expectativas irrealistas e acentuado criticismo verbal, face ao parceiro e aos que lhe são próximos ou significativos (Edleson 1991, Margolin et al, 1985, 1988).

Em tais circunstâncias, o nível de angústia e de ansiedade parece ser variável significativa, na mediação entre conflito e existência de violência na díade parental (Lloyd, 1990).

3. 1. 4 Violência Doméstica e Cultura

“Quem tem filhos, tem cadilhos, quem os não tem, cadilhos tem”, ditado português para significar que todas as pessoas têm problemas e, também por isso, parece que se pode considerar que os conflitos familiares são uma inevitabilidade em qualquer família, que os conflitos fazem parte da relação conjugal e das relações familiares e, assim sendo, o maior contributo, para pôr em marcha um processo de desafeição dos elementos do casal, ou da família, é a ineficácia em resolvê-los e/ou contribuir para o seu agravamento.

A dificuldade em resolver problemas está relacionada com uma comunicação ineficaz, devido a vários factores: paradoxalidade comunicacional, rigidez de atitudes, fraca competência para verbalizar pensamentos e sentimentos, incapacidade de escuta, relutância em assumir compromissos, ausência de comunicação, timidez, incapacidade de investir na relação, quiçá por investimento de afeição outra, incompatível com a primeira.

Não raro a insatisfação conduz ao abandono emocional e físico, bastando para isso saber-se do crescimento das taxas de separação e de divórcios no nosso país. A acumulação de conflitos não resolvidos produz raiva, agressão e contribui para a tensão do casal que atribui, frequentemente, as causas a factores exteriores à relação, ou ao parceiro, através de distorções negativas da sua imagem e menos a factores interactivos, ou seja, as causas dos conflitos são percebidas como estando fora do controlo do casal. Como se demonstrará, na investigação feita, a insatisfação conjugal permite atribuir ao outro membro do casal não só as culpas dos conflitos como também, concomitantemente, todo um conjunto de expressões de uma acutilância extremamente ofensiva e, emocionalmente, destruidora.

Serão então, já não as variáveis individuais e relacionais que concorrem para a disfuncionalidade do relacionamento do casal, ou na família, mas as variáveis do contexto: as condições de vida stressantes, o estatuto socioeconómico, a pobreza, o desemprego, a precariedade no emprego, contextos estes que, numa perspectiva sociológica, predispõem a maior violência familiar.

Acontece porém que este não é um problema de classe, pois surge em todas as classes: é antes um problema de violência familiar, de mulheres e crianças de qualquer nível socioeconómico e cultural, sujeitas a violência. As condições socioeconómicas contribuem, em grande parte, para o abuso mas, dele, não são a causa.

Estudos realizados em instituições revelam que os maus-tratos familiares estão correlacionados com a existência simultânea de diferentes tipos de abuso e não só com a dominância masculina. Por outro lado, revelam que os elevados níveis de conflito conjugal e o baixo estatuto socioeconómico, são os principais antecedentes do abuso contra as mulheres.

Estas teorias parece estarem de acordo com as análises feministas porquanto, umas e outras assumem, que as relações familiares, se fundamentam na diferença de poderes entre a mulher e o homem, em que as mulheres são as

vítimas e, por outro lado, os factores económicos são muito relevantes na génese da violência.

Parece que o casamento e/ou as relações em que os homens possuem menor poder do que as mulheres, os tende a tornar abusivos contra elas. Assim, a violência poderá ser um comportamento compensador da falta de poder em algumas áreas do casamento (Babcock et al., 1993).

Surpreendentes são os resultados de uma investigação, realizada pela Universidade de Iowa, EUA, relatada pela Agência Lusa, em Julho de 2007. Foi observado o comportamento de 72 casais, com uma idade média de 33 anos e sete anos de casamento. Os cônjuges participantes no estudo responderam, individualmente, a um questionário, sobre o nível de satisfação geral, no seio do casal e identificaram um problema que não podia ser resolvido, sem a cooperação do outro. Seguidamente, os casais foram reunidos para falarem, durante 10 minutos, sobre os problemas abordados.

Os resultados provaram que *“As mulheres, não só tomavam mais vezes a palavra, como chegavam mesmo a trocar dos argumentos apresentados pelos maridos”, “...As mulheres assumem a responsabilidade de velar pela relação, assegurando que tudo funcione bem e que toda a gente esteja contente”,* ou seja, as mulheres do estudo, dominam no seio familiar.

Ora, se as mulheres dominam no meio familiar, o presente estudo corrobora a investigação feita por Malpique (1984), onde foi estudada a comunidade piscatória da freguesia de S. Pedro da Afurada, Vila nova de Gaia, pois também aí o poder na família residia na mãe, mulher. Sendo certo que seria ilegítimo generalizar os resultados de um e outro estudos, os resultados dos mesmos são de matéria, não dispicienda, para a compreensão do fenómeno, violência familiar v.s. poder.

O papel social da mulher e os estereótipos que lhe estão associados, são duas questões centrais para o estudo do fenómeno, ou seja: a força física do homem, por contraste com a da mulher, a dependência económica e social da mulher, e os tradicionais papéis e funções da mulher na família, como mãe, esposa e dona de casa. Estas questões devem ser conjugadas com o estereótipo do homem, como companheiro e pai, seus papéis e funções, e sua dinâmica relacional, no contexto socioeconómico e político.

“Na casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, outro ditado português importante. A pobreza, a ausência de serviços de apoio, o isolamento social e a sua relação com a violência familiar, têm sido bem documentadas por diferentes estudos (Drake & Pandey, 1996).

No entanto, esta relação não é linear porque, a ajuda mútua na comunidade e a coesão social, sendo factores muito importantes e que reduzem (ainda que temporariamente) a probabilidade de violência, esta, em muitas situações, acontece para lá da sua eficiência ou seja, sendo factores eficientes, nem sempre são eficazes.

Uma investigação realizada junto de jovens de diferentes países, revelou que os mesmos consideram o estabelecimento da igualdade socioeconómica entre os sexos como uma estratégia prioritária no combate ao fenómeno da violência familiar (Reichert, 1991).

Um estudo recente sobre a violência nas relações de intimidade, realizado na Universidade do Minho, mostra que num universo de cerca de 318 estudantes, entre os 19 e 39 anos, a agressão psicológica é a predominante e revela ainda que a perpetração de actos de violência, por parte de ambos os elementos da relação, é numericamente superior à perpetração por um só dos sujeitos dessa mesma relação (Morais, 2007).

É necessário combater a ideia habitualmente veiculada de que a violência é pertença de um grupo específico de “más pessoas”, esquecendo a restante população que “comete actos de violência de tempos a tempos” (Hackler, 1991).

Há crenças, valores e normas culturais que toleram a existência da violência, embora não a incentivem, mas muitas outras crenças, valores, normas culturais e políticas tendem a promover e a perpetuar a existência de violência, por alegada defesa dos Direitos Humanos e até pelo romantismo, por vezes associado a artes, cinema e televisão.

Sendo verdade que a comunidade em que nos inserimos, o desemprego, a pobreza económica, os valores e as crenças culturais e a falta de apoio são factores que contribuem para a promoção e manutenção de comportamentos de violência, não será menos verdade que não se pode deixar de fazer uma análise mais ampla do problema, para se compreender, não só as reacções da vítima de violência doméstica mas também para se perceber a mudança da análise do eixo teórico, individual, para o sistémico.

Por que é que algumas mulheres vítimas de maus-tratos se mantêm na relação? É uma questão que surge, com relativa frequência, à mente de quem se interessa pelos problemas da violência familiar.

Embora haja investigação que revela que mulheres entrevistadas em centros de saúde ou em instituições parecem fortes, assertivas e criativas e sem patologia, acontece que as mulheres agredidas são, por vezes, encaradas com suspeição, acusadas de masoquismo, de provocarem o comportamento agressivo, fazendo jus ao ditado popular *“quanto mais me bates mais gosto de ti”* – ditado que, se é mantido como tal, será pela força cultural que encera. Encaradas com suspeição, raramente são percepcionadas como inocentes e indefesas e, se decidem romper a relação, são logo acusadas de falhar na sua missão central que, em tal perspectiva, é a de manter a família unida, ou seja, o rompimento da relação, funciona como “desculpabilizante” da violência que até então sofreu – *“Afinal, merecia-as, mas foram bem dadas”*.

Acontece porém, que alguns autores consideram que estas mulheres sofreriam da “síndrome das mulheres agredidas”, mas que as suas respostas à violência, deixando a relação, são sobretudo estratégias de sobrevivência.

Abandonam e retornam à relação, num processo interior que tem a ver com o fim da mesma, enquanto vão testando, intencionalmente, os recursos internos e externos para serem autónomas. Trata-se assim de um processo de crescimento pessoal, que inclui um processo de luto e de identificação de apoios exteriores (Sullivan, 1992).

Ora, se assim é, parece que a decisão de permanecer numa relação abusiva segue regras, porventura de cariz irracional, num processo de decisão que não é patológico, ou seja, a mulher permanece na relação mas, interiormente e conscientemente, para avaliar a forma mais adequada e o momento mais oportuno de abandonar o companheiro. Dito de outra forma, divorciada por dentro, parece casada por fora – “*Amor (de mim) a quanto obrigas*”, dito popular.

A estratégia seguida por estas mulheres denuncia que actuam com reserva mental e, se assim é, interrogámo-nos se esse comportamento não teve influência nos motivos que levaram à violência, sem que tal justifique esta.

Até que ponto a comunicação familiar deixou de ser paradoxal, nessas circunstâncias? E no caso de haver crianças no casal, a violência eventualmente contra a mãe, é maltrato aos filhos pela insegurança e medo da separação dos pais, mas é duplo mau trato pela paradoxalidade da comunicação na interacção familiar. Aqui, a reserva mental da mãe, acarreta sofrimento para as crianças, no presente e futuro, com consequências eventualmente gravosas.

Strube, (1991), apresenta quatro modelos explicativos para a decisão de abandonar ou não a relação abusiva:

- A mulher permanece na relação devido a *handcaps* individuais – fica na relação por impedimentos psicológicos.

Efectivamente, muitos podem ser os impedimentos psicológicos, desde as disfuncionalidades patológicas, mais ou menos consideradas graves ou incapacitantes, até ao muito reduzido auto-conceito de si ou, eventualmente, obedecendo a um imperativo de cariz religioso, como forma de redimir seus pecados, em rituais de auto-flagelação;

- A mulher interioriza uma atitude de passividade e culpabiliza-se a si própria. É o abandono aprendido, cuja origem radicar-se-á em sua infância e meio em que cresceu, humilhada, desvalorizada e dependente, traço este de personalidade, que é inibidor, não propriamente de ter iniciativas, mas sim inibidor de tomar decisões. Passividade que é aprendida como forma de sobreviver, culpabilizando-se, como forma de “justificar” a violência sofrida, como sendo merecida, desculpabilizando o agressor. A mulher assim agredida espera que o comportamento do marido se altere para melhor. Não toma decisão de se mudar mas espera que o marido mude;

- A mulher encontra-se num dilema entre continuar a relação, ou tornar-se numa cidadã marginal, sem apoios pessoais e comunitários – é teoria da troca.

Aqui, a mulher pondera, como quem faz um balanço contabilístico, entre o Deve e o Haver, cujo saldo da sua relação é Nulo, ou seja, o “empate”. É o dilema do “negócio”, “*do ut des*”, dou para que me dê. Mas como “*quem dá o que tem, a mais não é obrigado*”, diz o povo, há que fazer contas na rubrica Perdas e Lucros, e projectar o “negócio” para o futuro. Nesta perspectiva, a relação mantêm-se, enquanto que, aquilo que pode perder, é igual ou superior ao que pode ganhar. Junta-se também a avaliação do hábito da relação, ao desconforto inicial de eventual mudança, o custo que poderá ter de ser pago se “*cair nas bocas do mundo*”, às incertezas da decisão do juiz na atribuição do poder paternal, guarda dos filhos, pensões atribuídos e o desfecho da candidatura ao rendimento mínimo garantido, a precaridade de emprego ou desemprego e outras circunstâncias. É na

hesitação de escolher entre a violência que sofre e a violência que, fora da relação, perspectiva encontrar.

- Por fim, é a teoria do comportamento planeado, que se entende como sendo do comportamento por objectivos. Estes podem ser os mais diversos, como as tarefas mais diversas: desde o estabelecer uma relação para fazer um filho, comprar um carro, uma casa com o esforço financeiro de um ou de ambos e, atingido os objectivos (e não havendo outros), tarefa cumprida e separação.

O planeamento na e da relação, pode não expressar a crueza do acima referido, mas tão só a resolução de problemas mais ligeiros, como seja, o preparar a separação de forma a não sofrer surpresas que agravem, o já de si fragilizado processo agressivo. Uma outra relação pode estar nos planos da pessoa, e a moratória na actual relação, poderá obedecer a determinado plano estratégico.

Esta moratória, tal como na teoria do abandono aprendido, pode ter como fundamento o que a literatura nos diz ao referir que, frequentemente, os casais experienciam períodos de “lua de mel” de três ou quatro meses, entre episódios de violência, ou seja, depois da fase de tensão, da ocorrência do acto violento, vem a fase de reconciliação ou de lua de mel, na qual a violência parece ter sido esquecida, ou não ter existido. Estes períodos de lua de mel, têm duração variável, em função do tempo de vitimação, podendo ter uma longa duração.

Talvez porque o tempo de lua de mel seja mais ou menos longo e agradável para o casal, muitas mulheres que, em tempo oportuno, levaram a queixa de violência a tribunal, à PSP ou GNR, se apressam a retirar a queixa, na esperança ou íntima convicção de que a agressão não se repetirá.

Admite-se que, alguns dos modelos apresentados, possam parecer ocultar algo como o fenómeno da prostituição feminina.

Outra variável para a compreensão da atitude de algumas destas mulheres é o significado que é atribuído quer pelas próprias, quer pelos companheiros ou até pelos vizinhos e comunidade em geral, ao seu comportamento. Não raro, a comunidade em geral, mostra-se permissiva face à violência familiar, no pressuposto de que, alguma violência é legítima e permitida, pois tem valor educativo e disciplinador. Por isso, muitas vítimas sentem-se envergonhadas por terem, na sua perspectiva, falhado na relação e missão de serem a salvaguarda da família.

Dois estudos, feitos junto de estudantes universitários, de ambos os sexos, corroboram as perspectivas descritas:

No primeiro, pretendeu-se observar a função dos estereótipos de papéis sexuais, na atribuição de responsabilidades na violência conjugal. Os resultados, consistentes com anteriores investigações, revelam que os indivíduos com uma visão tradicional dos papéis, percebem os homens como menos abusadores, que a violência ocorre pontualmente, e menosprezam a sua gravidade. Nos casos de um casal, efectivamente casado, os tradicionalistas consideram o homem ainda menos abusador. Nos sujeitos com uma visão igualitária dos papéis atribuídos a ambos os sexos, verificou-se o contrário (Willis, Hallinan & Melby, 1996).

No segundo estudo, pretendeu-se observar como os estereótipos de género e o poder, se associam com as percepções dos papéis em casais violentos. Os resultados foram: Os homens, habitualmente, tem desempenhos elevados em actuação, são assertivos, e tem motivação para tarefas e para liderança; as mulheres, por seu turno, são muito dotadas para a comunhão, para a acomodação e preocupação com os outros, são altruístas e vulneráveis.

Este segundo estudo expôs os sujeitos a duas condições: Uma, em que o marido é violento contra a sua mulher e a outra, em que a mulher é violenta contra o seu marido. Resultados observados: Tanto os homens como as mulheres violentas, são percebidos como tendo valores altos em actuação e baixos em

comunhão. Para as vítimas, homens ou mulheres, aqueles valores são alterados, apesar destas mulheres serem percebidas como mais pobres em actuação, do que estes homens (Gerber, 1991).

Acresce realçar ainda, sobre a questão que leva as mulheres a manterem-se numa relação de violência que, algumas teorias fortemente psicodinâmicas assentam na patologia da vítima: As mulheres agredidas, de alguma forma induzem, incitam ou provocam o abuso, ora são masoquistas e adoram ser objecto de abuso, ora têm uma predisposição para a violência, ora são co-dependentes: são por vezes, assumidas como ainda mais perturbadas que os seus companheiros agressores.

Socialmente, estas leituras parecem algo perigosas por, de alguma forma, parecerem branquear os comportamentos violentos. Em vez de apelarem para as características individuais, põem a tónica nas questões estruturais, de natureza sociopolítica, e referem o isolamento dos amigos e dos familiares, sobretudo, nas grandes cidades, e a inoperância e/ou alheamento da comunidade, como as principais razões que conduzem as mulheres a adoptar tais mecanismos, para lidar com a violência e para a evitar (Kennedy et al., 1991).

Como já se referiu, outros motivos porém, podem ser apresentados, para justificar as mulheres abusadas a manterem-se na relação de violência: o desejo de preservar a família unida, o desejo de proteger o companheiro e a sua própria reputação social, a sua baixa auto-estima e a ausência de redes de apoio, por factores emocionais e pessoais, por motivos económicos e, finalmente, mas que, frequentemente, é o primeiros dos motivos aludidos, para não “perderem” os filhos, ou então, por temerem a responsabilidade monoparental, pela sua educação.

Ao receio de ficar só, e mais responsabilizada, e à difícil decisão de separação, junta-se outro risco e temor que advém do facto de cerca de 50% dos maridos continuarem a aterrorizar as suas mulheres, após a separação. Com frequência, a comunicação social relata assassínios de mulheres pelos ex-maridos e ex-namorados, a maior parte das vezes, quando o casal se encontra

em processo de separação ou de divórcio. *“Mulher minha não é de mais ninguém”* e *“Quem me come(u) a carne, tem de me roer os ossos”*.

No que diz respeito à atribuição de causalidade, grande parte das mulheres agredidas consideram que as suas vidas são mais controladas por factores externos, do que as mulheres não agredidas. Contudo, isto não é consensual e quem lida de perto com casos de violência doméstica, frequentemente constata o que diversas investigações apuram: o facto dos agressores tenderem a atribuir, também, o seu comportamento a causas externas mas, ao mesmo tempo, projectarem os seus efeitos negativos nos maus-tratos dados às mulheres e apresentarem desculpas “esfarrapadas”, culpabilizando factores temporais e de contexto. As mulheres vítimas, por seu turno, atribuem o abuso aos seus próprios defeitos ou a certas situações que afectam os seus companheiros.

Outros estudos referem que tanto homens como mulheres, atribuem o comportamento violento destas ao homem. A curiosidade deste estudo está no facto de tender a atribuir a responsabilidade da violência, aos actos violentos das mulheres (Holtzworth et al., 1992).

Ainda um outro estudo, comparou um grupo de homens agressores com um grupo de homens agredidos e concluiu que tanto um grupo como o outro apresentavam uma característica similar, que era a existência de problemas de álcool e drogas, para além de pertencerem a classes baixas e terem presenciado violência conjugal e/ou parental, na família de origem (Bergman, 1993).

Assim sendo, o mesmo tipo de antecedentes, quando associado a outros factores precipitantes, levaram estes homens a serem agressores ou agredidos/vítimas ou, mais provavelmente, a ambos.

A violência por parte das mulheres sobre seus companheiros está pouco estudada e é quase inexistente. Contudo, as mulheres agredidas também cometeram, pelo menos uma vez, um acto abusivo contra o companheiro, quer

seja de natureza defensiva quer ofensiva. A variabilidade de tais estudos situa-se entre os 23 e os 83% (Sanders 1986 in Doerner, 1995).

“Quem vai à guerra dá e leva”, diz o ditado popular.

A correlação entre infligir e experienciar violência, sugere que a vítima também agride, embora a atribuição de maior força física ao homem o potencie para usar maioritariamente a violência física, enquanto que a mulher, é dita mais frágil fisicamente e por isso, recorra a outras formas de agressão, porventura de mais gravosas consequências. Por outro lado não está demonstrado que as mulheres não são capazes de escolher a violência física para resolver conflitos conjugais como os homens.

Na medida de forças entre os conflitantes, na violência doméstica, as crianças são as mais desprotegidas e prejudicadas, injustiçadas e ofendidas, ora directa ora indirectamente e cujas consequências se projectam num tempo mais longo. São os maus-tratos que só a resiliência da criança pode superar, rumo a um futuro esperançoso, assente num projecto de vida.

3. 2 DOS MAUS -TRATOS À CRIANÇA

3. 2. 1 Resenha histórica

Os maus-tratos à criança, a par da violência conjugal e parental, onde as mulheres são, também, as grandes vítimas, ocorrem, predominantemente, no seio familiar.

Não é possível uma compreensão fundamentada da evolução da sociedade, sem analisar as etapas ou fases dos, julgados, principais aspectos do caminho percorrido pelo ser humano, suas interacções e criações, num contexto cronossistémico. Por isso também, para se compreender os maus-tratos à criança, deve recuar-se no tempo, através dos relatos históricos, e avaliar a importância que, em tempos idos, as famílias e as sociedades de então atribuíam ao fenómeno e à criança.

Dois autores citados por Magalhães, (2002), De Mause e Diáz Huertas, dão sobre a matéria de maus-tratos infantis sínteses interessantes.

De Mause estabelece seis fases na história da criança: a fase do infanticídio, até ao século III; a fase do abandono, do século IV até ao XIII; a fase da ambivalência, entre os séculos XIV e o XVII; a fase da intrusão no século XVII, a fase da socialização, do século XIX até meados do passado século e, finalmente, refere que, a fase actual, é a fase de ajuda:

- Na fase do infanticídio, a ideia base era a de que as crianças existiam para a comodidade e atender às necessidades dos adultos. Ora, como as crianças defeituosas não satisfaziam aquelas finalidades e como eram consideradas as responsáveis pelos seus defeitos e suas desgraças, os pais “livravam-se” delas;
- Na fase do abandono, eram tidas como possuidoras do mal e por isso eram duramente batidas, mantidas emocionalmente afastadas dos pais e abandonadas ou então vendidas como escravas;
- Seguiu-se a fase da ambivalência caracterizada por uma ligação emocional maior aos pais que ainda as temiam como se estivessem perante o mal, mas também caracterizada pela tarefa dos pais em moldá-las e para isso, eram reprimidas e batidas;
- Na fase de intrusão, as crianças já eram consideradas menos malignas, menos ameaçadoras e os pais procuravam conquistar a sua atenção, controlando o seu comportamento, contrariando a sua vontade, através de punições, ameaças e de culpabilizações;
- Na fase de socialização os pais tentavam guiar e ensinar boas maneiras, bons hábitos aos filhos, corrigir o seu comportamento público de modo a que eles correspondessem às expectativas, quer da sociedade, quer dos próprios pais e, para isso batiam-lhes quando se mostravam

desobedientes. Nesta fase, contudo, as crianças já não eram consideradas intrinsecamente más;

- Na fase de ajuda, a tarefa dos pais passou a ser a de empatizar com a criança e dar as respostas adequadas às suas necessidades, em cada fase do seu desenvolvimento. Porque nesta fase, se acreditava que, se a criança desenvolvesse todas as suas potencialidades, em cada estágio, ela cresceria para ser alegre, autêntica, gentil, talentosa e criativa e sem medo da autoridade, as punições e a disciplina, foram reduzidas (Sanderson, 2005).

Diáz Huertas estabelece cinco períodos na historia dos maus-tratos à crianças:

- um longo período, o do desconhecimento que, durou e perdurou, até aos finais da segunda Grande Guerra Mundial;
- um período que diz ter sido período da descrição de síndromas, sem contudo as identificar, entre 1946 e 1961;
- o período de identificação, que foi desde 1962 até meados da década de 70 do passado século;
- o período do reconhecimento, entre meados dos anos 70 e meados dos 80;
- e, finalmente, desde meados de 80 até hoje, o período da prevenção.

Não se verifica qualquer contradição de relevo nas sínteses apresentadas, sendo de relevar sim, que se está hoje, e na prática, numa fase de ajuda e de prevenção e com uma consciencialização social mais generalizada do fenómeno.

Há a ajuda às vítimas no sentido de minorar, tanto quanto o possível, o seu sofrer e o risco a que eventualmente possam estar expostas e, ajuda às famílias, no sentido de lhes dar a racional dos precipitantes da atitude maltratante e, de forma pedagógica, lhes sugerir alguma correcção e expansão das funções

parentais, mostrando-lhes que as crianças, todas e cada uma, são sujeitos de direitos e direitos específicos que têm de ser respeitados.

Prevenção, nos seus três níveis: de prevenção primária, secundária e terciária, ou seja, na prestação de serviços, respectivamente, à população em geral, para evitar a ocorrência do fenómeno; aos grupos específicos de risco, para tratar e evitar novas ocorrências e, finalmente, às vítimas, para reduzir a gravidade das consequências do abuso e evitar que, o mesmo tipo de abuso, ou outro, se repita.

O passado, narrado pela história dos maus-tratos à criança, mostra quão desvalorizada e maltratada foi a criança pelos seus familiares e poderes políticos e sociais, de então.

No antigo Egipto, era prática corrente e aceite como prática religiosa, manter-se relações sexuais com meninas da classe alta, até ao aparecimento da menarca. Era uma prática religiosa, nos templos. Também na Babilónia, as crianças eram usadas nos templos, para a prostituição.

Na Pérsia, na Índia e na China, de então, a venda de crianças para a prostituição, era prática corrente. Na China, ter filhas era considerado uma fatalidade, por serem seres inúteis e, muitos pais, matavam-nas, ao nascer, ou atavam-lhes os pés e vendiam-nas a quem mais dava. A atadura dos pés moldava-os de forma a representarem a flor de lótus e, ao mesmo tempo, tivessem a aparência de um pénis substituto que seria utilizado como fetiche durante o acto sexual. As crianças do sexo masculino eram castradas para se tornarem eunucos sexuais. Hoje, quando não as matam as meninas, muitas delas são vendidas para a prostituição (Reis, 1993) e, sobretudo em Africa, são mutiladas.

Em muitas partes da Índia, as meninas são frequentemente masturbadas para “dormirem bem”, enquanto que os rapazes são masturbados “para se tornarem masculinos”(Mause, 1976, 1991, 1993, 1998, 2002 in Sanderson, 2005).

O incesto constituía uma regra e não uma excepção, donde o provérbio indiano que diz: *“Se uma garota ainda é virgem aos 10 anos, é porque ela não tem nem irmãos, nem primos, nem pais”* (Sanderson, 2005).

“Os baigas, uma tribo indo-europeia da Índia, ainda praticam o casamento incestuoso entre pai/filha, mãe/filho, irmãos, avós/netos. Em alguns casos, crianças com cinco ou seis anos mudam das camas das famílias incestuosas para dormitórios sexuais nos quais crianças mais velhas ou homens as usam sexualmente por até três dias seguidos sob a ameaça de curra”... “Na realidade, a prostituição infantil represente até 14% do PIB (produto interno bruto) de países asiáticos” (Sanderson, 2005, p. 8).

Na antiguidade, quer da Grécia, quer de Roma, o infanticídio, que perdurou quer a oriente quer a ocidente até ao século IV, não era condenado, era prática corrente, e até se aceitava que os adultos usassem, sexualmente, crianças e jovens e, para isso, havia casas de prostituição. O direito à vida era outorgado num ritual, pelo pai, uma vez que era ele quem tinha e detinha direitos ilimitados sobre os filhos: o pai, tomava o recém nascido nas suas mãos e, caso lhe parecesse que não era ou não podia ser seu filho, por ser ilegítimo, ou por ser prematuro, ou deficiente, ou porque era frágil, excluía-o ou sacrificava-o, em altar próprio para isso, para acalmar a fúria dos deuses, ou para obter graças divinas, para controlar a natalidade ou, então projectava-o contra as paredes ou lançava-o às intempéries, para o jardim.

Platão concordava com a prática do infanticídio, era partidário do abandono dos inválidos e dos deficientes, à “boa” maneira espartana. No entanto, recomendava um ensino sem punições, aos professores de então.

Para Aristóteles, o filho, tal como o escravo, era propriedade dos pais e, assim sendo, nada do que se fizesse com ele ou com o escravo, **nunca** poderia ser injusto porque, não pode haver injustiça com a propriedade do próprio.

Na Mesopotâmia, havia deuses para defender os humanos dos espíritos maléficos, inclusive, uma deusa protectora das crianças e mesmo os gregos e

romanos criaram instituições para acolher órfãos e, onde se dizia defender um tratamento menos severo.

Também o grande orador e retórico romano, Marco Fábio Quintiliano, que viveu no século primeiro (d. C.), era defensor de castigos suaves para as crianças porque considerava o castigo humilhante e contraproducente e que, o mesmo, seria mais apropriado se aplicado aos escravos do que a homens livres, pois teria um efeito de curta duração e dele resultariam traumas psicológicos consideráveis, (Rawson, 2003).

O surgimento do cristianismo despertou diversos movimentos de perseguição aos cristãos que se viram na necessidade de se defender e organizar, utilizando para o efeito as catacumbas, como local de reunião e oração. É tristemente célebre a matança dos inocentes, por Herodes. Contudo, o cristianismo foi-se multiplicando em adeptos e o imperador Constantino converteu-se ao cristianismo. Conversão histórica, pois permitiu uma mudança substancial na atitude da sociedade de então, a partir da primeira lei contra o infanticídio, lei criada por aquele imperador. Facto histórico que influenciou decisivamente o percurso da violência infantil, reconhecendo e consagrando às crianças, o direito a viver.

Pouco se conhece da infância na Idade Média. Sabe-se que foi uma época de guerras, de precariedade e misérias onde as crianças sofriam castigos humilhantes e eram vítimas de abandono e de infanticídio, sobretudo as pertencentes a populações mais carenciadas. Nas classes mais abastadas, o abandono que se verificava era mais o abandono afectivo e a manifestação de poder do pai, dono da criança. Eram admitidas as práticas sexuais com adolescentes.

No século X, surgiu, numa monografia sobre fracturas de “criança chorona”, que foi a primeira documentação médica, sobre maus-tratos infantis. Criança chorona, devido às fracturas sofridas serem dolorosas (Magalhães, 2002).

“Se não varreres o lixo, pelo menos, mete-o debaixo do tapete”, dito popular.

Do século XIV ao século XVII, as crianças começaram a fazer parte da vida afectiva dos pais mas, entretanto, proliferavam também os órfãos e os mutilados

das guerras. Havia que “limpar” as comunidades da marginalidade e dar-lhes mais ordem e organização.

É um tempo em que foram criadas instituições, à semelhança com o que se fez com os quartéis e conventos. Criaram-se universidades e grandes cadeias, sobretudo no século XIII, mas é entre os séculos XIV e XVII, que mais proliferam. O recolhimento das crianças nas instituições obedecia mais aos interesses da sociedade de então, do que ao interesse das crianças. Era um mal menor, pois aí, as crianças tinham algumas condições higieno-sanitárias. Era recomendado às instituições, a limitação ou moderação da prática de castigos físicos e, deste modo, o infanticídio diminuiu, tal como a mortalidade infantil.

No entanto, quer nos lares, quer nas instituições, os maus-tratos à criança conhecia novas formas: era costume enfaixar as crianças irrequietas de modo a que elas tivessem de se manter de pé e com reduzidos movimentos.

Daí, a palavra rapaz, de origem latina, *rapace* (ladrão), para designar a irrequietude das crianças que mexem em tudo e tudo desorganizam e estragam, à semelhança dos ladrões,

S. Vicente de Paulo, para acolher e recolher crianças abandonadas, criou, em 1638, o “*Hôpital des Enfants Trouvés*”. Foi uma ideia generosa, positiva, que foi posta em prática. Aconteceu porém que, por falta de condições logísticas e falta de pessoal preparado para função, falhou e a falha redundou numa elevada taxa de mortalidade infantil. Posteriormente, foi criada a irmandade com o nome do santo, a qual se dedicava e dedica ainda hoje, a ajudar caritativamente, os mais necessitados e, pontualmente, com trabalho positivo.

No século XVIII, a institucionalização das crianças passou a ser considerada como uma forma de arrumação de crianças e de infanticídio a longo prazo. É neste mesmo século que é criada a Roda dos Expostos onde, as crianças recolhidas eram expostas à caridade pública, acabando, muitas delas, por morrer, a não ser que alguém as tomava para a sua “criação”. Dir-se-ia, hoje, expostas à adopção.

Jean Jacques Rousseau, na segunda metade do século XVIII, na sua obra “*Émile*”, defende a preservação da liberdade natural da criança e a promoção da sua liberdade moral. Declarou que a criança é um ser com valor próprio e é digna de respeito, com direitos (direitos nos quais incluía o de não ser punida, fisicamente), com múltiplas capacidades e que é necessário conhecer as suas necessidades.

Em Portugal, Pina Manique, nos finais do referido século, oficializou a Roda dos Expostos e as crianças aí depositadas que, apesar de todas as privações, sobreviviam ao abandono, chegada a idade de aprendizagem, davam entrada na Casa Pia de Lisboa.

O interesse da protecção infantil, embora trazendo consigo a exploração infantil, surgiu no século XIX, como consequência da Revolução Industrial.

Em 1860, em França, o professor de medicina legal, em Paris, Ambroise Tardieu fez a primeira grande descrição científica da síndrome da criança maltratada, estabeleceu as bases científicas dos maus-tratos. No seu estudo, evidenciou o contraste entre os dados clínicos de 32 crianças gravemente traumatizadas e as justificações apresentadas pelos respectivos pais. Devido à crescente pressão social, de então, as famílias começaram a disfarçar a violência física que exerciam sobre as suas crianças (tal como hoje ainda acontece). Contudo, a comunidade científica, demorou cem anos para valorizar o seu trabalho.

Em 1874, o caso Mary Ellen foi o primeiro reconhecimento oficial de um caso de maus-tratos, do qual resultou a criação em NY a “*Society for Prevention for Cruelty to Children*” e, daqui se conclui, coisa estranha, que é o facto de uma sociedade de defesa dos direitos das crianças, ser criada, seis a nove anos após a criação de uma sociedade protectora dos animais.

Mary Ellen era uma menina de nove anos, subnutrida que frequentemente era agredida, golpeada e presa à cama pelos pais. Aconteceu que uma mulher, que prestava serviços de caridade, teve conhecimento do facto e tentou junto de algumas instituições que fosse dada protecção à menor. Mas como não havia leis que contemplassem o mau trato infantil pelos seus pais, qualquer tipo de ajuda

era recusada. Foi então que, através de uma lei que contemplava a protecção dos animais e considerando que uma criança era, também, um animal, se admitiu que Mary Ellen tinha pelo menos os mesmos direitos (Costa e Duarte, 2000).

Ferreira de Castro conta, no seu livro “A Volta ao Mundo” que, algumas mulheres hindus, afogavam os seus filhos para que eles não demorassem com a sua vida na terra, a obtenção de uma nova encarnação.

Dois nomes marcaram, no passado século, o interesse pela história da criança, ao longo dos séculos: Phillipe Ariés e Loyd De Mause.

Segundo Ariés, até ao século XVII, o conceito de infância, era desconhecido: as crianças eram adultos em miniatura, participavam nos mesmos passatempos e festas que os adultos, começavam a trabalhar muito cedo, vestiam-se da mesma forma dos adultos. Nos séculos XVIII e XIX, a concepção da infância, já era outra: era um período distinto de vida, que levou ao surgimento de preocupações dos pais pelo desenvolvimento dos seus filhos. Na sociedade ocidental, os pais começaram a ser confrontados com perguntas acerca da educação e criação das crianças, perguntas essas que teriam respostas óbvias, em gerações anteriores (Gleitman, 1993).

Para De Mause, o que, inicialmente, acontecia, não era a falta de amor dos pais para com os seus filhos, mas sim uma falta de maturação emocional, impeditiva de poderem ver a criança como pessoa, sujeitando-a a situações menos dignas pelos abusos praticados contra a sua integridade física e moral.

E estas atitudes eram tanto mais negativas, quanto mais recuarmos na História da Humanidade.

Poder-se-ia dizer que o caso Mary Ellen, é exemplo concreto do pensamento de De Mause: “ *A história da infância é um pesadelo do qual só recentemente começamos a acordar. Quanto mais longe vamos na história, mais baixo e deficiente é o nível de cuidados para com a infância, maiores são as probabilidades de morte, abandono, espancamento e abuso sexual*” (De Mause, 1991, in Soares, 1997, p. 39).

A primeira Grande Guerra Mundial teve uma influência notável nesta matéria; pois foi criada, em Genebra, a União Internacional de Socorros às Crianças, dotada da Carta dos Direitos da Criança, que a 5ª Assembleia da Sociedade das Nações aprovou em 1924.

A segunda Guerra Mundial, por sua vez, deu novo impulso a esta matéria:

- em 1947, foi criada a UNICEF, fundo internacional de Socorro à Infância;
- em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem e,
- em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança.

“De 1929 a 1953 desenvolveu-se um grande debate médico sobre diferentes síndromas com lesões características, que segundo uns eram prova de violência física, e segundo outros eram inconclusivos” (Pinto, 2001, pag. 34).

Em 1961, Henry Kempe começou a usar a expressão *“battered child”* e, em 1962, previa a multidisciplinaridade para a intervenção e o afastamento, temporário, dos pais maltratantes. Começou aí a sensibilização da opinião pública e da comunidade científica para os maus-tratos à criança.

Os EUA começaram a legislar no sentido de obrigar a denunciar qualquer suspeita de maus-tratos às crianças e o mesmo aconteceu na Europa.

Em 1963, Fontana, introduziu o conceito de criança maltratada, incluindo no conceito, não só a violência física por ela sofrida, mas também a violência emocional e a negligência.

A partir de 1965, através de Kempe, surgiu na literatura a designação “criança abusada”, conceito extenso que incluía os maus-tratos físicos, os emocionais, o abandono, a negligência e abuso sexual.

Os movimentos de emancipação feminina, sobretudo nos anos 70 do passado século, deram um novo incremento ao tema, porquanto aí e a partir daí, as mulheres revelaram as suas experiências e abuso sofridos na infância.

Em 1979, a Suécia legislou no sentido de ilegalizar os castigos físicos às crianças, mas os resultados da ilegalização, apontam para a ineficácia legislativa. Contudo, são já mais 13 países que ilegalizaram os castigos físicos (Simões, 2007).

Em 1986, Fausto Amaro apresentou o primeiro estudo epidemiológico feito em Portugal abrangendo o Continente: “Crianças Maltratadas, Negligenciadas ou Praticando Mendicância”, realizado pelo gabinete de Estudos Judico-Sociais em colaboração com a ANTROPOS – Sociedade de Estudos de Sociologia e Antropologia – sendo, desde então, matéria de formação dos magistrados judiciais e dos estudiosos do tema.

Em 1988, foi realizado por aquele Gabinete novo estudo da temática, mas agora centrado nas cidades do Porto e de Lisboa, por Fausto Amaro, Eliana Gersão e Armando Leandro.

Em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, constitui, sem dúvida, em marco histórico, que Portugal ratificou em 1990.

Em 1991, foram criadas as Comissões de Protecção de Menores.

Em 1992, o Parlamento Europeu aprovou a Carta Europeia dos Direitos da Criança, onde é pedido aos estados membros para nomearem um defensor desses direitos.

Em Portugal, em 1998, para a Comissão Interministerial para o estudo e articulação entre Ministérios da Justiça e da Solidariedade e da Segurança Social,

as crianças em risco, ou sujeitas a maus-tratos, são aquelas a quem os pais não prestam cuidados necessários ao seu desenvolvimento e, as que, pelo seu comportamento, ponham, elas próprias, em causa o seu crescimento.

Em 1999, foi criada a lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo a qual substituiu as Comissões de Protecção de Menores, pelas actuais C.P.C.J. (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo) que entraram em vigor, em Janeiro de 2001.

Vimos algumas notas de um percurso dos maus-tratos infligidos à criança, desde o infanticídio à imolação de filhos, ao seu abandono, à criação da Roda, até ao despertar dos direitos da criança e à sua protecção, apoiada na legislação criada. Foi um percurso lento, não uniforme nem síncrono, demasiado penoso.

“O consenso internacional que se verifica em torno desta questão, está claramente consagrado na Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Protecção e o Desenvolvimento da Criança e no Plano Mundial para a Década de 90, ambos aprovados no Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado sob o patrocínio da ONU, em 30 de Setembro de 1990. O consenso então verificado entre os 71 Presidentes e Primeiros Ministros presentes, decorreu da tomada de consciência da gravidade da situação em que se encontram actualmente as crianças e adolescentes em muitos países.” (Carmo, 2000 in Pinto, 2001, p. 19).

Será suficientemente eficaz a via legislativa para erradicar os maus-tratos?

3. 2. 2 Dos Maus-tratos

Os maus-tratos constituem um fenómeno que, através dos tempos, tem vindo a obter visibilidade, na Europa, como em toda a parte: as novas tecnologias da informação e a sensibilização das pessoas para o problema, têm contribuído para o aumento do seu interesse e preocupação, generalizados.

Silva (1995), atribui essa preocupação com os maus-tratos às crianças ao reflexo de vários factores sociais, nos quais destaca o reconhecimento, não só da importância da infância na personalidade adulta, mas também a sensibilização ao fenómeno da violência e a aceitação da responsabilidade da organização social, nos fenómenos de desvio.

Referindo o contexto histórico da emergência da criança como valor nos sistemas de vida do ocidente, o professor Cândido Agra interroga-se “ *Afinal porque é que as primeiras leis de protecção de menores, um pouco por todos os países ocidentais, associaram no mesmo ordenamento jurídico e institucional menores em perigo e menores delinquentes? É que uns e outros eram interpretados como sinais visíveis de degenerescência, manifestações da persistência ou de regressão a formas primitivas da espécie. Protegê-los era um imperativo de defesa social contra uma mesma fonte de perigosidade. “A protecção é apenas a face de um dispositivo que, sob o excesso da sua visibilidade filantrópica, oculta uma profunda vontade de excluir... Foi lento o acordar de uma consciência colectiva... A nova lei de protecção não é mais uma reforma de direito de menores. É uma revolução. É um novo paradigma”* (Agra, in Magalhães, 2002, p. 6)

De facto, estamos num tempo novo, em que as crianças são detentoras dos direitos de cidadania, dos direitos humanos como qualquer outro cidadão adulto mas, pela sua condição de fragilidade, têm direitos específicos, são seres em formação, em crescimento e desenvolvimento para a vida.

Assim sendo, o conceito de maus-tratos não é fácil de definir e de ser aceite de forma consensual, porque não representa um juízo neutro, mas sim e sempre, um juízo de valor sobre um determinado comportamento.

Um comportamento pode ser ajustado para uns e não o ser para outros, por não respeitar as normas sociais aí vigentes, segundo o tempo, o lugar, a idade e o sexo do observado e circunstâncias envolventes. De igual modo, uma família é considerada normal ou disfuncional, dependendo de quem assim a classifica, da

sua cultura e normas sociais. As consequências de uma tal avaliação, terão provavelmente influência no seu projecto de vida e de apoio.

O conceito de maus-tratos à criança e jovem, pois é disso que se trata, é complexo, difícil de definir e operacionalizar pelas inúmeras variáveis que implica quer ao nível das vítimas, quer ao nível dos maltratantes: são condicionantes socioeconómicas, culturais, condições de vida e de saúde, baixa escolaridade, alcoolismo, droga, recursos, disponibilidade, área de formação e experiência de vida do avaliador, dos diversos tipos de maus-tratos e de abordagens, instituições cooperantes, eficazes ou não, capacidade, idade e sexo, atributos pessoais, prevenção, intervenção e stresse, para além de problemas éticos e deontológicos que levanta.

O conceito de maus-tratos difere, segundo a perspectiva e contexto em que é considerado. Assim, divergem as perspectivas, de investigação, legal, estatística, de prevenção e de intervenção, sendo que, diferentes definições levam a diferentes classificações e a grandes diferenças na investigação e a resultados incomparáveis.

A investigação dos maus-tratos, no passado, fundamentou-se na urgência e necessidade de acorrer à prevenção e tratamento, no curto prazo e não num corpo teórico coerente que permitisse a compreensão da sua etiologia e consequências.

Existem, hoje, diversos estudos científicos, segundo perspectivas psicológicas, sociológicas, históricas, psicanalíticas e jurídicas mas, a variabilidade das definições e dos instrumentos de avaliação utilizados, impedem que os mesmos fenómenos, possam ser comparados. São questões metodológicas inultrapassadas, para uma compreensão global. Esta, exige não só uma definição consensual e operacionalizada, instrumentos adequados, validados e aferidos, mas também amostras representativas da população alvo, que permitam credibilidade nas comparações dos resultados obtidos.

A maior parte dos estudos longitudinais são escassos e baseiam-se em amostras clínicas e em memórias dos adultos. Estas, nem sempre oferecem a fidelidade dos factos passados relatados e, não raro, são readaptações e reconstituições, optimizadas ou não, do então, experienciado. São relatos que exprimem as interpretações, nas circunstâncias de hoje, atribuídas ao passado experienciado, nas circunstâncias de então.

Assim sendo, os dados disponíveis e fornecidos pelas diversas instituições e estudos não permitem a interpretação quer da incidência, quer da prevalência do fenómeno dos maus-tratos a crianças e jovens (jovens até aos 18 anos).

Será possível uma definição única que contemple todas as funções que importam à investigação?

Os vários tipos de maus-tratos verificam-se nas famílias disfuncionais e estas fazem parte de todas as camadas sociais: as mais desfavorecidas, com mais visibilidade; as mais favorecidas, as ditas famílias acima de qualquer suspeita, essas surgem mas com pouca visibilidade, dado se revestirem de contornos de camuflagem sofisticados.

Há muitos pais (pais e mães) que não controlam as suas emoções e, perante algo incomodativo ou de desagrado, partem para a agressão física de seus filhos e seu cônjuge. Outras vezes, por falta de espaço, de higiene pessoal e habitacional e de princípios e valores, vivem num caldo de promiscuidade e aí surgem muitos dos abusos sexuais.

Não raro se encontram pais e educadores agarrados a costumes e valores tradicionais, com toda a carga negativa que a expressão pode ter. Frequente também, é encontrar-se pais e educadores, pretensamente “modernos”, avançados, informados, instruídos. Uns e outros porém, manifestam visões erradas do papel e das funções educativas, ora porque se mostram demasiado rígidos e autoritários, ora porque se apresentam demitidos das funções e

responsabilidades que têm e invertem a relação hierárquica familiar e colocam-se no lado das crianças, como seus pares ou até parenteficando-as, não lhes servindo de modelo coerente e firme, não lhes dando a protecção e segurança de que necessitam e a que têm direito. De tão modernos que estes educadores querem mostrar ser, chegam, por vezes, a usar o vocabulário que está na moda juvenil, perdendo a oportunidade pedagógica que têm para com suas crianças.

“Sem nos darmos realmente conta, permitimos que se acabasse com as referências familiares necessárias ao estabelecimento da identidade da criança, pondo em causa continuamente e publicamente, em todos os média e sobretudo na televisão, o lugar dos pais e a sua autoridade. Aqueles desistiram do seu papel de adultos autoritários, para iniciarem o de pais amigos e compreensivos. Já não há pontos de referência e, muitas vezes, nem pais.” “...De alguns tempos a esta parte, existem campanhas sobre os direitos das crianças e os deveres dos pais, de forma que, no seio de algumas famílias, o equilíbrio inverteu-se. O direito passou a estar do lado da criança que tudo rege, recorrendo à chantagem, enquanto os pais se descrevem a si próprios como ultrapassados por um movimento sociológico inevitável, perante o qual não querem passar por pais retrógrados. O princípio fundamental da dissimetria da posição dos pais e dos filhos na família é hoje posto em causa com demasiada frequência pelos próprios pais.” (Olivier, 2001, p. 54).

A propósito dos maus-tratos serem uma realidade complexa, Armando Leandro afirma que eles são de facto, uma realidade humana complexa e que, por isso mesmo, exigem que se faça uma abordagem interdisciplinar, sistémica e global, quer no domínio do estudo do fenómeno, quer das acções para os prevenir ou no das respostas aos casos que não foi possível evitar. Esta interdisciplinaridade pressupõe que, cada uma das ciências perca a unilateralidade da sua perspectiva específica, a favor de uma visão mais global, integrada, e deste modo, mais próxima da realidade porque, a referida interdisciplinaridade não implica perda de identidade dos diversos profissionais, mas antes uma conjugação de esforços interligados que valorizarão os papéis e funções de cada um. Desligada das outras e desinserida de um projecto de

intervenção que envolva uma estratégia global e coordenada, nenhuma das perspectivas será suficientemente compreensiva do fenómeno (Leandro, 1988).

Os maus-tratos, são uma realidade complexa que exige uma definição clara e o mais próximo possível do que efectivamente se passa na realidade. Também Barudy reconhece essa exigência e interroga-se sobre o limite entre aquilo que são e não são maus-tratos e até que ponto se deve considerar os costumes e a dimensão cultural, no momento de os diagnosticar, reconhecendo, como se disse, a necessidade de se estabelecer uma definição de maus-tratos infantis como base não só da compreensão do problema, bem como do seu tratamento e prevenção (Barudy, 1998).

Não obstante as dificuldades e complexidades referidas, certo é que, para atempadamente se poder prevenir e intervir, com o conhecimento possível de causa e bom senso, é indispensável e urgente clarificar, uma definição de maus-tratos, que seja operacionalizável, a fim de ser possível a compreensão das suas causas e consequências.

Seleccionaram-se, de diversos investigadores, definições para uma breve reflexão das suas diferenças.

Uma primeira refere que, uma criança é sempre uma criança. Esta, para Barudy, é um ser único mas é, ao mesmo tempo, ser único e igual a todas as outras crianças e, por isso, todas devem receber os cuidados necessários à sua saúde e bem estar e desenvolvimento, sendo-lhes garantido, simultaneamente, que os seus direitos sociais, económicos e cívicos lhes serão respeitados. Tendo por base estes princípios, toda a acção ou omissão praticadas pela sociedade em geral, ou por indivíduos em particular, que prive as crianças desses cuidados, que não lhes garanta os seus direitos e liberdades, entrarão na categoria dos chamados maus-tratos (Garudy, 1998).

A segunda refere que, *“...baseada no princípio de que uma criança será sempre uma criança com as suas necessidades e interesses próprios, independentemente do lugar e cultura em que se insere e, deste modo, os*

acontecimentos que coloquem em causa ou violem as suas necessidades e interesses constituem maus-tratos” (Azevedo e Maia, 2006, p. 20).

Para outros investigadores *“As lesões físicas ou psicológicas não acidentais ocasionadas pelos responsáveis do desenvolvimento, que são consequência de acções físicas, emocionais ou sexuais, de acção ou omissão e que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança”*(Roig e De Paul, 1993, p. 23)

Para Teresa Magalhães, 2002, é *“Qualquer forma de tratamento físico e(ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e(ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e(ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e(ou) afectos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e(ou) dignidade”* (Magalhães, 2002, p. 33).

Não se rejeita nenhuma das definições referidas mas importa reflectir que, se por um lado, é impossível não comunicar, segundo Watzlavick, por outro, a comunicação interpessoal é cheia de pressupostos e representações mentais, nem sempre comuns ao emissor e receptor, como se verifica nas referidas definições. Que há de comum entre o emissor e o receptor para que se possa dizer, com rigor, que entre ambos há comunicação efectiva? A palavra, como é óbvio, não é a coisa, mas o seu símbolo e, por isso, não é fácil comunicar.

Assim sendo, qualquer definição de maus-tratos à criança e ao jovem, rigorosa, operacionalizável e consensual, como se pretende, entre os investigadores, é susceptível de apresentar uma complexidade inultrapassável, a menos que a ela se sobreponham atitudes e comportamentos adequados a valores, efectivamente, comuns, quiçá de filantropia e da cultura ocidental, com base judaico-cristã.

Das definições referidas, umas, expressam os princípios em que se baseiam e defendem: cuidados necessários à saúde, ao bem estar e desenvolvimento da criança ou jovem; outras, referem as necessidades e interesses próprios, em qualquer cultura, no pressuposto de que, criança é criança em qualquer parte.

Há definições que declaram como finalidade, a garantia dos direitos sociais, económicos e cívicos das crianças.

Quanto ao conceito de maus-tratos, ele é expresso, por umas, como acções ou omissões, por outras, como sendo acontecimentos que violem ou ponham em causa aqueles interesses e necessidades, por lesões físicas ou psicológicas, não acidentais, ora por comportamentos activos ou passivos, não acidentais, inadequados, repetidos, concretos ou então, potenciais.

Nem todas as definições referem os autores/actores dos maus-tratos. No entanto, umas, referem os responsáveis do desenvolvimento da criança ou jovem, outras, referem a sociedade ou o indivíduo e, outras ainda, referem o contexto de responsabilidade, de confiança, de poder.

Finalmente, nem todas as definições enunciam os efeitos dos maus-tratos. Umas prevêm, como efeitos, aquelas consequências que privam as crianças e jovens dos cuidados que lhes são devidos e ainda os que não garantam os seus direitos e liberdades, ou então que decorrem de acções ou omissões que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico ou emocional, enquanto considerado normal para a criança, ou ponham em causa a sua saúde.

Múltiplas controvérsias são susceptíveis entre investigadores, sobre maus-tratos e sua definição. Não raro, são devidas aos modelos teóricos a que se referem, à clareza e precisão conceptual, à mensurabilidade da recolha e análise de dados; enfim, devidas à indefinição dos limites que se pretendem claros, entre

o que são maus-tratos e o que não são, devido à ausência ou insuficiência de dados sobre a frequência, duração e intensidade do fenómeno.

O que parece ser consensual e é importante, entre os investigadores, é o reconhecimento da necessidade de superar a tendência para definições vagas e genéricas, dos maus-tratos. Soares (1997), refere a tal respeito que, quanto mais vaga for a definição, maior será a possibilidade de detectar casos.

Efectivamente, quanto maior extensão tiver uma definição, menos compreensão conterá. O contexto em que os maus-tratos ocorrem com maior frequência, é o contexto familiar mas, não só na família, pois ocorrem também, embora com menor incidência, em diversas instituições e na restante sociedade – aqui, porventura, os de maior gravidade

Para uma melhor compreensão deste tema, é necessário estabelecer critérios operacionais, para o seu estudo. Com frequência, constata-se que muitas crianças que foram sujeitas a maus-tratos físicos, também foram sujeitas a maus-tratos emocionais, ou seja, há que estabelecer critérios operacionais dos diversos tipos de maus-tratos e não reduzir estes, àqueles que são, sem dúvida, os mais visíveis, os quais são os maus-tratos físicos. Não será que, em determinadas circunstâncias, a indiferença dos progenitores para com um seu filho, não causará neste, um maior sofrimento do que se tivesse levado uma bofetada?

Os maus-tratos à criança ou ao jovem, indiciam possíveis riscos futuros, dependendo de vários factores, simples ou acumulados, de protecção e de risco e de vulnerabilidade de que mais tarde falaremos.

A generalidade dos estudos divide os maus-tratos em quatro tipos: Maus-tratos físicos, abuso emocional, negligência e abuso sexual.

3. 2. 2. 1 Maus-tratos físicos

Os maus-tratos físicos, sendo embora o tipo de maus-tratos mais conhecido pela população em geral, constata-se que, não é o tipo mais frequentemente

sinalizado às CPCJ, pelo que não tem uma distribuição geográfica homogênea no nosso país. Entre as diversas definições de maus-tratos físicos e para além das controvérsias a seu respeito, entre investigadores, a de Magalhães (2002) parece ser bastante consensual:

“Esta forma de maus tratos corresponde a qualquer acção, não accidental, por parte dos pais ou pessoa com responsabilidade, poder ou confiança, que provoque ou possa provocar dano físico no menor. O dano resultante pode traduzir-se em lesões físicas de natureza traumática, doença, sufocação, intoxicação ou síndrome de Munchausen por procuração. Pode tratar-se de uma ocorrência isolada ou repetida” (Magalhães, 2002. p. 34).

É uma definição que caracteriza o acto de maus-tratos como sendo voluntário, ou seja, praticado com intenção de fazer sofrer. Contudo, algumas dúvidas se podem colocar quando se trata da síndrome de Munchausen, devido à dificuldade de se distinguir se, por exemplo, os comprimidos que um mãe dá ao seu filho, ela o faz porque está conscientemente convicta (ou crente) de que o deve fazer em prol da saúde do filho, ou se, o referido acto, obedece a um inconsciente mórbido, capaz de adoecer ou mesmo matar o filho.

Com que rigor se poderá dizer que um tal comportamento, desta mãe, é “não accidental”? A definição é clara na identificação dos responsáveis que provoquem o sofrimento. Admite-se porém que, alguns comportamentos de certos pais, podem ocasionar ou provocar dano físico no menor, sem que tal acto ocorra intencionalmente para provocar dano no filho. Pode de facto haver maus-tratos cuja motivação não seja para magoar mas por disciplina demasiado rígida ou severa e o agressor não dispõe de outros recursos mais adequados para o fazer.

Reis (1993), considera este tipo de maus tratos representam 95% dos maus-tratos e que são característicos das classes menos favorecidas, ou seja, das pessoas com baixa instrução, mais desfavorecidas socioeconomicamente, mal remuneradas, desempregadas, com tendências para o alcoolismo, pessoas agressivas e que vivem em condições degradadas e degradantes, quando não, em promiscuidade. Admite-se contudo que pessoas de classes mais favorecidas também utilizem o mesmo tipo de maus-tratos mas, como têm mais recursos e

nível cultural mais alto, conseguem ocultar os abusos praticados, por vezes, prepositadamente, em zonas do corpo cobertas com a roupa.

Perguntar-se-á como é que se sabe desses maus-tratos, se eles são ocultados ou de difícil revelação? São casos em que a vítima, por vezes, é levada aos Centros de Saúde e Hospitais para tratamento de traumatismos de vária ordem, cuja justificação os respectivos pais procuram iludir os técnicos de saúde, com falsas quedas e acidentes sofridos por descuido.

Para a operacionalização da referida definição de maus-tratos físicos, pode-se ir além das lesões físicas de natureza traumática, da doença, da sufocação e da síndrome de Munchausen, expandindo os abusos ou, de outro modo, fazendo incluir no conceito, os castigos físicos, o bater, sacudir, empurrar, esbofetear, o morder e/ou pontapear a criança, o envenenar, queimar ou escaldar, sufocar, o atirar com objectos sobre ela, o sujeitá-la a trabalhos pesados e não adequados para a sua idade, o asfixiá-la ou mesmo afogá-la. Muitos destes maus-tratos físicos podem não deixar marcas ou sinais muito evidentes, visíveis exteriormente como por exemplo, lesões internas.

Constata-se, com frequência, que quando os maus-tratos têm uma frequência continuada, os mesmos sobem de violência, por exemplo, à bofetada, segue-se o murro, o pontapé, a cintorada, o pau, o traumatismo craniano e, no limite, a morte. Por outro lado, constata-se que, historicamente, quando o abuso físico começa a ser denunciado e punido, a reacção mais generalizada dos pais abusadores é o abandono e o abuso emocional que, no contexto dos maus-tratos, não é o menor dos males, como pode parecer.

3. 2. 2. 2 Abuso emocional

O abuso emocional é o tipo de maus-tratos mais frequente e de difícil detecção devido à sua complexidade e ausência de sinais. É o abuso mais frequente, porque está presente em todos os outros maus-tratos.

Geralmente, é manifestado em ameaças, insultos verbais, ridicularizações, desvalorizações, discriminações, humilhações não só em privado, mas também e, sobretudo, em público, indiferença e também hostilização, rejeição e abandono temporário, aterrorizações, críticas excessivas para afectar a auto-estima da criança ou jovem, exposição e envolvimento a situações repetidas de violência doméstica, criando na criança, medo de abandono do suporte parental, culpabilização, falta de afecto e rejeição explícita, abandono ou falta de preocupação com o bem estar da criança, isolamento da criança de experiências sociais, retirar-lhe os brinquedos ou estragá-los, atribuir-lhe culpas por algo que não é da sua responsabilidade.

São atitudes e comportamentos que se verificam num contínuo de acções ou omissões (activos ou passivos), intencionais, persistentes ou significativas. Pelas suas características, este tipo de maus-tratos só deve ser estudado isoladamente quando for a única forma de abuso, razão pela qual, Magalhães (2002) propõe que, em tais circunstâncias, seja feita uma análise sistemática a este tipo de abuso, tendo em consideração o grau e o impacto que tem na criança ou jovem e se são todas ou apenas algumas formas de abuso presentes. Constata-se que os abusadores deste tipo de maus-tratos, frequentemente, negam o seu comportamento para com os filhos e não se preocupam com o seu bem estar, ao contrário do que se verifica com os pais de crianças perturbadas mas que não são abusadores, pois estes, aceitam a situação dos filhos e preocupam-se com o seu bem estar.

É constatação frequente que, pais abusadores, questionados sobre o sofrimento psicológico atribuído aos maus-tratos de seus filhos, quando não “podem” negar o seu acto, negam sim aquele sofrimento para, de imediato, se “destaparem” perante a necessidade de um projecto de vida, do controlo do absentismo escolar ou da sugestão de prestar mais atenção aos problemas do filho, respondendo que o filho tem de se “desenrascar”, que já lhe disse para não faltar à escola e que a criança não tem problemas: “ele é mesmo assim, não adianta dizer-lhe nada, porque ainda faz pior”.

Diversos autores agruparam os abusos emocionais em categorias. Assim, para Melo (1995), o comportamento dos abusadores é enquadrado como:

- rejeição, impedindo a proximidade e vinculação da criança, excluindo-a das actividades familiares, não lhe dando atenção, impedindo-a de brincar com outras crianças, não lhe dando afecto mas sim a responsabilidade de, por exemplo, cuidar dos irmãos;
- isolamento, privando a criança de estabelecer relações sociais, não falando com ela, proibindo-a até de falar e, por vezes, fechando-a para não falar nem interagir com ninguém;
- terror, provocando medo intenso à criança, com ameaças e chantagens de que se não fizer algo o pai a abandona ou a interna num qualquer colégio;
- ignorar a criança através da total ausência de disponibilidade de um ou de ambos os pais, ignorando-a mesmo;
- corrupção na relação e educação da criança através de atitudes de suborno, de desonestidade, de depravação, ou seja, ignorando o bem estar da criança, esta é compensada com qualquer coisa material, objecto, brinquedo se, e só se, tiver determinado êxito desejado pelos pais.

Outros autores consideram a superprotecção como uma camuflagem de maus-tratos, uma vez que a criança superprotegida, em que os pais, para sua própria consolação, a privam de ensaiar a sua autonomia, a vão tornando dependente, insegura. “Mães intoxicantes” na expressão de Barudy (1998).

“A superprotecção pode transformar-se numa consolação para os pais e num desastre para os filhos, uma vez que as consequências de uma educação norteada por uma quase completa ausência de esforço podem ser graves” (Azevedo e Maia 2006, p. 35).

Uma outra categorização dos maus-tratos emocionais/psicológicos atribuída por Figueiredo (1998) a Burnet (1993), identifica dez situações para este tipo de abusos, os quais vão desde limitar os movimentos da criança, até ao encorajá-la à delinquência; desde não lhe permitir o crescimento social e emocional, até exigir-

lhe um comportamento imoral, desde humilhá-la em público até não lhe proporcionar um lar seguro, obrigá-la a fazer tarefas desagradáveis, recusar-lhe a possibilidade de tratamento psicológico, quando recomendado, finalmente, punindo a criança ou abandonando-a e agredindo a criança verbal e severamente.

3. 2. 2. 3 Negligência

A negligência é um comportamento muito frequente e de repercussões graves.

Tendo em conta as diferentes culturas, o contexto familiar e os seus recursos, é um comportamento regular de omissão dos cuidados a ter com um menor, criança ou jovem, não lhe proporcionando a satisfação das suas necessidades em cuidados básicos: de higiene, de segurança, de alimentação adequada, de vestuário apropriado as condições atmosféricas, de educação (formação e instrução), de saúde, de apoio por parte da família ou de quem tem a responsabilidade dos seus cuidados, de estimulação, de cuidados médicos, de abrigo e condições habitacionais, de vigilância e protecção em situações potencialmente de risco e perigo, de acompanhamento escolar, da não exposição a perigos diversos, de afecto.

A negligência é um comportamento que pode ser intencional ou involuntário. Este é, por vezes, resultante da ignorância ou da incompetência dos cuidadores da criança. Do comportamento negligente podem resultar danos para a saúde de criança, para o seu desenvolvimento físico, emocional, (intra ou extra-uterino, baixo peso e estatura, dificuldades psicomotoras), emocional, escolar e social. Constata-se que, muitas vezes, famílias negligentes, ainda que beneficiando de apoio social diversificado, dificilmente modificam os seus comportamentos, devido à sua incapacidade de resolver seus problemas.

A negligência é um tipo de maus-tratos, que pode conduzir ao abandono, temporário ou definitivo, à mendicidade, ao roubo, à delinquência.

“Quando não se pode ou não se sabe atender à criança, embora não se trate de algo intencional, está-se a levá-la a mamar desconfiança e insegurança. Mama-se caos e abuso como se mama organização e respeito. Não se trata de que muitas crianças precisem de atenção porque são indisciplinadas ou roubam, mas, ao contrário, roubam e são rebeldes porque estão necessitadas de atenção. Se fosse o primeiro, a personalidade estaria radicada no seu comportamento; mas realmente seu comportamento tem origem na perversidade de submetê-las a tanta privação e confusão. Poderiam estar bem legitimadas para (roubando) mamar e devorar (destruindo) o que não mamaram de equidade e respeito. Não se trata de que nasceram taradas por algum cromossoma rebelde ou vicioso, mas simplesmente são rapazes que, como todos os demais, precisam de que se imprima orientação nos seus impulsos e se dê interpretação razoável para seus comportamentos, mas, diversamente dos satisfeitos, só recebem como resposta abandono e descuido, ofensas e abuso” (Reguera, 2005, p. 87).

Efectivamente, os riscos que corre uma criança vítima de maus-tratos parece serem imprevisíveis, podendo mesmo serem fatais. A negligência, enquanto gestos de omissão, torna-se difícil de detectar pela invisibilidade do fenómeno. Contudo, essa invisibilidade permite que o fenómeno se agrave e perpetue e, assim podendo ser, não se deve esperar ver na crianças os efeitos da negligência a que foi sujeita para actuar.

A negligência é fácil de negar, corresponde a gestos não tidos, a falta de acção por indiferença e por isso a negligência é insidiosa e com repercussões graves.

3. 2.2.4 Abuso sexual

O abuso sexual de menores é um tipo de maus-tratos que pode ser estudado segundo várias perspectivas, nomeadamente, na perspectiva legal, médica, social e psicológica. Há várias concepções de abuso sexual e tantas quantos os contextos socioculturais e perspectivas em que se inserem. Por isso, a unanimidade e universalidade da sua definição é problemática, se não for impossível de concretizar.

O abuso sexual acontece quando há um envolvimento da criança em práticas que têm por finalidade proporcionar gratificação e satisfação sexual do adulto ou jovem mais velho, detendo estes, uma posição de poder ou de autoridade sobre aquela. O abusador, frequentemente, é do sexo masculino talvez porque, socialmente se aceite mais facilmente a proximidade da mulher a um menor do que o homem.

Concorrem para operacionalização do abuso sexual, comportamentos como: obrigar a criança a tomar conhecimento e a presenciar conversas ou escritos obscenos, telefonemas eróticos, objectos ou filmes ou espectáculos pornográficos, ou mesmo actos de cariz exibicionista, gravações e fotografias pornográficas, ou ter práticas sexuais, tais como, carícias nos órgãos genitais e nas mamas da menor, manipulação dos órgãos sexuais do abusador, beijos na boca, contacto entre os órgãos genitais de ambos e realização do coito com penetração oral, anal e(ou) vaginal ou digital, usar o corpo da criança para a prostituição, para obter satisfação sexual.

O abuso sexual pode ser extrafamiliar mas, frequentemente, acontece dentro do ambiente familiar e, não raro, os abusadores são os próprios pais ou pessoas muito próximas da família. O abuso sexual é uma prática, ocasional ou repetida, que viola não só a lei e os tabus sociais mas também as normas familiares, em que a criança, dado o seu estado de desenvolvimento, é incapaz de o compreender, não está preparada para dar o seu consentimento, consciente e informado.

Das dificuldades encontradas para se poder fazer um diagnóstico crível e rigoroso do abuso sexual, (que em rigor, só aos profissionais da medicina compete fazer) para além da dificuldade de uma definição clara, objectiva, operacional e consensual na comunidade científica, de que adiante se tratará, salienta-se que, o abuso sexual, de um modo geral, não deixa lesões físicas.

Não deixando lesões físicas deixa sofrimento psíquico, porventura mais traumático do que aquelas lesões provocariam, sobretudo pela exposição a exames periciais. Santos (1991), refere que dos 460 casos de abusos sexuais

analisados no Instituto de Medicina Legal de Lisboa, 380 (63,1%) não apresentavam sinais físicos ou outros indicadores porque, quando a criança é pequena ou muito pequena, não é frequente haver penetração anal ou vaginal e quando a criança é mais crescida e há penetração, a ejaculação acontece, muitas vezes, fora das cavidades. Por outro lado, a criança e as suas roupas são rápida e facilmente lavadas e o tempo que medeia entre o abuso e o exame médico-legal, quando é superior a 48 horas, cria dificuldades para detectar vestígios de esperma. Acontece, sobretudo com crianças mais novas, relatarem a relação com o abusador, como manifestação afectiva “normal” e/ou “especial”, por estarem (ou não) submetidas ao segredo imposto pelo abusador, por medo ou por vergonha, constituindo o facto um “segredo do lar”, segredo que se fosse revelado, o lar desfazer-se-ia.

Para além da imposição do segredo e do silêncio que é imposto à criança, é-lhe inculcada a ideia de que ela é “especial” e que por isso foi a escolhida para receber tal “apreço” e que, o eventual sofrimento, decorrente do acto, deve ser interpretado como um acto de amor.

É curioso que, sendo o sexo, inerente a todas as espécies, para a espécie humana, a sexualidade tenha passado por um longo período de condicionamento da sua expressão, socialmente consentida, não sendo suficiente então, vivenciá-la na intimidade de cada um pois, mesmo aí, a masturbação, por exemplo, era “pecado mortal” e um simples pensamento erótico recorrente, era pecado e não raro o pecado representava imperfeição, lascívia e “crime”. Pecava-se por pensamentos, palavras e actos.

Diversas expressões que de algum modo aludem à sexualidade, são ou podem ser, ainda hoje, consideradas injúria punível em determinados contextos, enquanto que noutros contextos representam elogio e reforço. É o nosso sistema de valores a regular o nosso comportamento, o nosso direito à intimidade e dignidade. Mistérios e mitos que nos povoam.

Os mitos ocupam, de um modo geral, o lugar vazio do conhecimento científico, ou seja, são explicações da realidade eivadas de crenças e alimentadas de temor e de desejo. Fávero (2003) recolheu, de vários autores, um conjunto de

mitos e ideias erradas sobre abusos sexuais de menores, que podem servir de matéria de reflexão e de confronto com o que, efectivamente, se passa na realidade, com o abuso sexual de menores.

Assim, *“Os abusos sexuais não são frequentes, Os abusos sexuais aumentaram, Quando contam ou denunciam os abusos sexuais, as crianças ou não contam a verdade ou estão a fantasiar; Só acontece às meninas; Os menores são culpados da vitimização; As crianças aprendem a proteger-se com êxito; O agressor é sempre desconhecido; O agressor tem uma doença psiquiátrica grave; O abuso sexual vem sempre acompanhado de violência física; Uma mãe quando toma conhecimento de que o seu filho/a foi sexualmente abusado/a, denuncia o abuso à polícia; Não devem denunciar porque prejudica a terapêutica; Se uma criança “nossa” fosse abusada, nós saberíamos; Só ocorre em ambientes muito especiais – pobreza. Alcoolismo, toxicodependência, pouca cultura”* (Fávero, 2003, p. 84-88).

Quanto à não frequência dos abusos sexuais de menores, poder-se-ia estar de acordo, se não se tivesse em conta, não só a vasta literatura epidemiológica que faz prova do contrário, mas também os relatos veiculados pela comunicação social do nosso país, que todos os dias, dá conta da existência e frequência desse tipo de abuso. Finkelhor (1984), verificou alta prevalência deste tipo de abuso, em países não ocidentais ou com religiões, raças e culturas diferentes das da Europa, EUA, Japão, China e África do Sul.

Para se poder dizer que os abusos sexuais aumentaram, era necessário haver um ponto de referência que permitisse fundamentar a comparação. Acontece que não há dados seguros do fenómeno, que se reportem a antes de meados da década de 70. Por outro lado, Lopes (1996), referem que os estudos retrospectivos que se fizeram com amostras de pessoas mais velhas revelam elevada frequência de abusos sexuais. Perante o exposto, pode ter cabimento perguntar-se, se o argumento apresentado não provém de quem pretende justificar o agravamento do número de casos de abuso, com a liberdade sexual.

Sem dúvida que a contabilização do abuso sexual e dos maus-tratos em geral, depende muito das influências culturais de cada momento e isto remete para as dificuldades e importância de definir o respectivo conceito.

É uma falsa crença a de que as crianças quando denunciam os abusos sexuais de que foram vítimas não dizem a verdade ou estão a fantasiar. Por norma, não o fazem e esta ideia é partilhada por muitos autores que referem que as falsas denúncias por parte das crianças são extremamente raras, que as crianças raramente mentem sobre a sua experiência de abuso sexual. Admitem-se exceções, sim, como o daquela menina que o tribunal decidiu entregar aos cuidados da mãe, porque “o pai lhe batia e tentara abusar dela”. Volvidos escassos anos, a mãe da menina iniciou uma relação com um companheiro e, esta menina com 12 ou 13 anos, queixa-se desta vez, do mau ambiente em que vive. O juiz ouviu a menina e esta confessou em audiência “invente aquela história do meu pai porque o que eu queria era viver com a mãe, mas ela agora, não quer saber de mim”.

Não tem consistência afirmar-se que o abuso sexual só ocorre com as meninas, porquanto os dados evidenciam que o abuso sexual acontece em ambos os sexos. Contudo, os dados evidenciam que as raparigas são vitimizadas uma vez e meia mais que os rapazes (Finkelhor,1994).

Acreditar que os menores são culpados da sua vitimização, não tem fundamento consistente porque, as relações de poder, de autoridade, de força entre abusador e criança são díspares – seria fazer regredir o adulto à infância – e, por outro lado, ainda que o melhor dos advogados no caso, não consiga provar que o abusador é o culpado, ou que não consiga provar que realmente houve abuso sexual, o menos nunca é culpado (Alves, 1997).

O sentimento de culpa é insidioso: a criança que, através de qualquer estratégia do agressor, sofre abuso sexual, sente-se culpada pela acção sofrida, por ter estado no local e momento errado – “*se não tivesse estado lá, se não tivesse ido para lá brincar, nada tinha acontecido*”. É a noção de que é responsável pelo abuso que gera o seu sentimento de culpa. A criança entende que está a transgredir normas, mesmo que eventualmente tenha sentido algum prazer no abuso. É frequente ouvir-se arrependimentos em adultos, que mais não são do que revelações do sentimento de culpa “*se não me tivesse casado... não tinha de me divorciar*”.

Tanto a sociedade como o próprio abusador, de um modo geral, reforçam o sentimento de culpa da criança, ora porque a sexualidade infantil é considerada transgressão e algo negativo, ora porque o abusador obriga a criança a manter segredo, o que mais reforça a sua culpabilidade.

As crianças podem aprender e aprendem muitas coisas com êxito, inclusive a defenderem-se de alguns perigos mas, aprender a proteger-se com êxito, só seria possível se não fossem inúmeras as situações que as transcendem e ameaçam. É da responsabilidade do adulto ou do abusador controlar e inibir os seus impulsos sexuais face a menores e não é da responsabilidade destes defender-se dos abusos.

Quanto ao pensar-se que o agressor é sempre desconhecido ou sempre conhecido e que é doente psiquiátrico grave, não corresponde à realidade e basta dar conta dos casos relatados pela comunicação social para se concluir que os abusos sexuais ocorrem com abusadores conhecidos da criança e até por vezes são amigos da família, mas outras vezes, os abusadores são desconhecidos. Não se conhecem estatísticas referentes à ocorrência que permitam uma comparação para se poder afirmar o predomínio de uns sobre os outros, no nosso país mas, Barudy (1998), refere que diversas investigações mostram que, em mais de 80% dos casos, os autores destes abusos são do conhecimento da criança e que, em mais de 70% dos casos são membros familiares.

Curiosa a crença de que os abusadores são doentes psiquiátricos porque, na generalidade, antes do abuso, e até que este seja participado aos tribunais, são consideradas pessoas normais. Como em outros casos, rotular uma pessoa com uma qualquer classificação do foro psíquico corresponde a admitir-se e a desculpabilizá-la pelo comportamento irresponsável que manifesta.

O contexto em que ocorrem os abusos sexuais de menores é um contexto transversal, pois ocorre em todas as sociedades, culturas, classes sociais e níveis socioeconómicos.

Contudo, *“... enquanto o pedopsiquiatra Pedro Strecht salienta que os abusos sexuais sobre menores, ao contrário da prostituição, são transversais às diversas camadas sociais, o trabalho coordenado por Ana Nunes de Almeida*

acentua o proveniência de uma origem social desfavorecida, conclusão partilhada pelo psiquiatra Francisco Allen Gomes e pela jornalista Tereza Coelho num livro sobre pedofilia e igualmente corroborada por um estudo realizado em 1979 por uma das maiores autoridades mundiais sobre a matéria, o sociólogo David Finkelhor, director do Crimes Against Children Research Center e professor da Universidade de New hampshire” (Araújo, 2005, p. 52 e 53).

Mas para cumprir o dever cívico de denunciar os maus-tratos em geral e o abuso sexual, em particular, é necessário encontrar o conteúdo adequado ao conceito, ou seja, a sua definição.

A dificuldade de definir o conceito de abuso sexual passa pelas divergências entre investigadores quanto aos critérios de idade, quer da vítima, quer do abusador, do tipo de relações entre ambos, do tipo de coercibilidade exercida sobre a vítima, do grau de liberdade, capacidade e maturidade do menor para decidir. Para além disso, a questão de fundo é que os pressupostos culturais e de cada momento, são quem diz se determinado acto é abuso ou é aceitável, se é punível ou não. Por outro lado, o abuso sexual, enquanto processo, tem um contínuo comportamental que, a par da intencionalidade do agressor, mais dificulta a sua operacionalização e o consenso entre investigadores.

Veja-se “Se estas divergências ocorrem no âmbito das ciências sociais, na definição de conceitos jurídicos ainda existem maiores ambiguidades. Assim, enquanto uns sustentam que a introdução violenta de todo e qualquer objecto no ânus ou na vagina corresponde a uma agressão sexual, outros exigem que esse objecto tenha “natureza sexual”, caso contrário estaremos perante uma ofensa à integridade física” (Araújo, 2005, p. 54).

Por isso se aceitam, não uma mas várias definições legais, mas com diferenças relativas às situações consideradas crime, idade de consentimento e infância (Giarretto, 1982) e se contabilizam dados de abuso sexual, e de maus-tratos em geral, segundo as diferentes sensibilidades e perspectivas dos investigadores inseridos em diferentes caldos culturais.

A pedofilia, a indústria da pornografia e o acesso desorganizado e vulgarizado da Internet, a prostituição organizada de crianças e a droga, constituem motivo de preocupação de pais e educadores, pela ameaça que representam, pelo perigo que oferecem hoje, e pelo risco que projectam para amanhã, em seus filhos e educandos.

3. 2.2.5 Dos Riscos dos Maus-tratos a Menores

A definição do conceito de risco, tal como a de maus-tratos, não reúne consenso entre os investigadores, devido a diferenças de perspectivas, de amplitude e ambiguidade. O risco pode referir-se a uma criança ou jovem vítima de mau-trato físico que corre o risco de se tornar um delinquente, ou a um jovem que pede esmolas nas ruas e que, por hipótese, corre o risco de amanhã se tornar num perito assaltante bancário, ou ainda, a um menino da rua que pode correr o risco de ir parar a um seminário para ser padre. Que riscos envolver na definição de risco?

O conceito de risco é inseparável das ideias de incerteza e de probabilidade, de cálculo e de futuro de algo, desejado ou não, num contínuo temporal e de espaço, opondo-se ao conceito de seguro, ou de segurança. O conceito de risco implica sempre uma relação entre dois fenómenos: um algo do contexto actual e um algo possível e (ou) provável que venha a acontecer no futuro. Não é correcto dizer-se que alguém enfrenta um risco, se o resultado do seu comportamento está absolutamente garantido, se é certo. Se, quem se lança de um 30º andar, em queda livre para a rua, não corre o risco de morrer, pois tem a certeza da morte, uma criança maltratada, hiperactiva, exposta à violência familiar directa, abandonada, sujeita à mendicidade e ao tráfico de droga corre o risco de se tornar num delinquente, anti-social, a menos que, (incerteza) em momento oportuno seja envolvida num conjunto de circunstâncias que a protejam (e ela aceite) do comportamento, socialmente indesejado.

“A palavra “risco” parece ter chegado ao inglês através do espanhol ou do português, línguas em que era utilizada para caracterizar a navegação em mares

ainda desconhecidos, ainda não descritos nas cartas de navegação. Por outras palavras, na origem, a palavra incluía a noção de espaço. Mais tarde, quando usada pelo sistema bancário e em investimentos, passou a incluir a noção de tempo, inseparável, indispensável para o cálculo das consequências prováveis de determinado investimento, tanto para credores como para devedores. Acabou por se referir a uma enorme diversidade de situações onde existe incerteza”(...)" O risco não é o mesmo que acaso ou perigo. O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras" (Giddens, 1999, p. 32 e 33).

Sem se definir os perigos a evitar, ou seja, as situações que ameaçam a existência das pessoas e (ou) coisas, perigos que podem ser ou não, controlados pelo próprio, torna-se difícil, improvável, ou até mesmo impossível controlar os comportamentos de risco (e de ousadia). Sabe-se, não por experiência própria, que o grande perigo é a morte e a destruição da identidade pessoal, a loucura. No primeiro caso, é a não existência para o próprio e para os outros e, no segundo caso, é a pulverização existencial de si mesmo. Loucura e morte serão, então, os dois grandes perigos e sobre os quais há um amplo consenso. Por isso, a grande tarefa humana será, por um lado, comportar-se de forma a não precipitar a ocorrência daqueles perigos e, por outro lado, fruir do bem estar próprio, o que implica o relacionamento interpessoal, saudável e socialmente adaptado, ser reconhecido e solidário e ter um desenvolvimento normal e não ameaçado.

" A noção de risco implica a possibilidade de sofrer uma perda ou um dano, a possibilidade de ser submetido a um perigo ou exposto a uma ferida com consequências na adaptação e em patologias futuras" Ramos (2004, p.119). Esta autora refere que o risco aumenta com a acumulação dos seus factores, os quais Garnezy (1991) agrupou em três categorias: - factores centrados na criança , havendo prematuridade, sofrimento neonatal, patologia somática com baixo peso à nascença e deficiências, défices cognitivos, gemealidade e separação maternas precoces; - factores centrados na família, como desentendimentos familiares, separação parental, violência familiar, doença crónica, mental e/ou física de um dos progenitores, deficiências cognitivas, alcoolismo, monoparentalidade, mães adolescentes e/ou imaturas, depressão materna, ou morte de um familiar; - factores sócio-ambientais, tais como pobreza, precariedade socioeconómica, desemprego, habitação degradada, migração, isolamento social e

institucionalização. Assim sendo, são comportamento de risco todos aqueles que potenciem a ocorrência daqueles perigos.

“Por outras palavras, a expressão “crianças e jovens em risco”, acaba por ser utilizada, muitas vezes, como sinónimo de crianças e jovens em dificuldades ou com múltiplos problemas que, em consequência dessa situação, podem ver o seu desenvolvimento normal ou o seu nível de adaptação social seriamente comprometidos. Note-se, todavia, que embora a expressão “crianças e jovens em risco” seja geralmente utilizada com uma conotação negativa, de “per se” ela não nos diz nada sobre a natureza do risco envolvido. Em rigor, pode referir-se tanto ao risco de cometer suicídio como ao risco de ganhar o totoloto...” (Fonseca, 2004, p. 12).

Diversas circunstâncias concorrem para que uma criança ou jovem seja considerada em risco: uma paternidade ou maternidade na adolescência, o uso e abuso de drogas, de álcool, os maus-tratos físicos, emocionais, de negligência e abuso sexual, como vítimas de pedofilia e de incesto; em risco, por abandono escolar, por exposição a ambientes degradantes, por ser obrigada a prostituir-se, ser forçada a trabalhos impróprios, ser sequestrada para a extracção de órgãos, ser obrigada a servir exércitos e fazer a guerra.

Contudo, não é possível garantir que os referidos abusos sejam causa necessária e suficiente para produzirem os eventuais riscos porque, felizmente, muitos casos se verificam que crianças assim maltratadas, conseguiram e conseguem ter uma vida perfeitamente considerada normal e adaptada. De facto, considerando isoladamente a situação, não se pode estabelecer uma relação de causa-efeito porque outras variáveis podem interferir, de forma eficaz, no processo, como sejam, os factores de protecção e a resiliência da criança ou adolescente, ou seja, todo um conjunto de influências que permitem predispor e otimizar as resposta da vítima às dificuldades encontradas.

Canha, (2003) propõe que a criança disponha do apoio de um adulto como suporte o qual designa *“pessoa de referência”* (Canha, 2003, p. 45).

No entanto, considerando grupos de crianças maltratadas e comparando-os com grupos de crianças que não sofreram maus-tratos, pode-se falar de correlações ou de associações entre os referidos grupos. Poder-se-á,

eventualmente, dizer, por exemplo, que o primeiro grupo sofre mais de ansiedade, de depressão, que tem mais baixa auto-estima, pior aproveitamento escolar, menos gravidezes indesejadas, ou seja, que o primeiro grupo corre mais riscos do que o segundo.

É que, não é certo que determinado abuso produza um determinado perigo, porque é necessário contar com a capacidade da criança em ultrapassar as dificuldades, bem como com a eventual rede de suporte e apoio de que a criança dispõe e aceita, que lhe pode servir de colo.

Ramos (2004), reportando-se a Anthony (1982), afirma, "*As crianças, quando submetidas aos mesmos factores de risco, desenvolvem-se diferentemente, apresentando um resultado variável no que diz respeito à vulnerabilidade, sendo necessário ter em conta outras variáveis na análise desta, como sejam: predisposições genéticas, diferenças constitucionais, doenças físicas, problemas de reprodução, traumatismos ambientais e crises de desenvolvimento*" (Ramos, 2004, pp. 125-126).

Ao contrário dos factores de protecção, os factores de risco actuam a infernizar as situações já de si negativas e estas são tanto mais negativas quantos mais factores de risco ocorrerem. Diversos investigadores, (Fonseca, 2004) agruparam características comuns de indivíduos com histórias de vida e problemas de saúde mental, de criminalidade e com problemas de inadaptação, em cinco categorias factores de risco:

- Indivíduos com grandes défices de competências escolares e que a longo prazo os levam ao absentismo e insucesso escolar, a problemas de emprego, a baixo salário, e à delinquência;
- Indivíduos com incapacidade de se avaliarem de forma positiva e realista, com tendência para verem tudo negativo, depressivo e hostil e para quem o crime compensa, desde que não seja denunciado,
- Indivíduos com défices de competências sociais, de resolução de problemas, incapazes de ver o ponto de vista dos outros, o que os leva a conflitos no trabalho e na família; relativamente à maneira como lidam com as suas experiências negativas, com o insucesso e a frustração, ou seja,

indivíduos com estratégias de *coping* inadequadas, e que recorrem, frequentemente, ao isolamento, à inibição social, ao *acting out*, e à negação;

- Indivíduos com défice de auto-controlo, para planearem a sua actividade, sobretudo a médio e longo prazo, défices de reflexão e de introspecção, défices para medir as consequências dos seus actos, de adiar a satisfação imediata das suas necessidades, de persistir nas tarefas, quando há dificuldades: são indivíduos impulsivos e de baixo auto-controlo.

“Naturalmente, estes cinco conjuntos de características das crianças e jovens em risco não são exclusivos e estão longe de constituir um inventário exaustivo das dificuldades dessa população. Várias outras características de natureza social (v.g., nível educativo dos pais, características da zona residencial, taxas locais de desemprego, etc.), biológica ou cultural são referidas na literatura e parecem afectar, negativamente, o processo de desenvolvimento da criança. A ênfase posta numa ou noutra dessas características dependerá, em grande parte, do quadro teórico ou disciplinar de cada investigador e dos objectivos específicos de cada estudo ou de cada investigação. Mas, em geral, admite-se que as crianças em maior risco apresentam défices em vários desses domínios e que, muitas vezes, os défices numa área aparecem associados a défices noutra área”(Fonseca, 2004, p. 24 e 25).

Este autor, na obra citada, interroga-se sobre o que se tornam as crianças em risco e apresenta quatro estudos que estão em curso: dois na Nova Zelândia, (Caspi, 2000 e Fergusson & Lynsky, 1998), um na ilha Kauai, (Werner, 1993), outro nos EUA (Pitsburgo-Pensilvânia), de Loeber & Farrington, 2001, os quais demonstram como a fundamentação científica é central na psicopatologia do desenvolvimento e exige estudos longitudinais, pois só estes permitem conclusões com relativa segurança se há ou não sequência (note-se que não se refere causa-efeito) dos problemas observados na infância e os observados na vida adulta, dos mesmos indivíduos.

No estudo de Caspi, participaram 477 rapazes e 447 raparigas de um corte de idade. Estas crianças que agora são adultos, têm sido avaliadas desde os três

anos, através de vários instrumentos e os resultados da avaliação feita aos 20 anos de idade, evidenciam que, na vida adulta, as crianças com temperamento difícil têm mais problemas em diversas áreas da sua actividade, são mais impulsivas, mais agressivas e descontroladas, têm mais problemas de relacionamento e mais elevada taxa de criminalidade, do que as crianças de temperamento mais fácil, afável e que agora mostram ter um desenvolvimento mais harmonioso. Uma outra evidencia que o referido estudo apresenta é a de que os indivíduos que na infância se apresentavam muito medrosos ou inibidos, aos 20 anos, mostravam tendência para a depressão, maior risco de suicídio e falta de assertividade, do que os que não tinham aquele comportamento na infância.

No estudo de Fergusson & Lynskey (1998), são seguidas desde o nascimento cerca de mil crianças. Pais e professores identificaram, aos oito anos de idade, um pequeno grupo com problemas de comportamento. Avaliados novamente aos 18 anos de idade, este grupo evidenciava uma taxa mais elevada de delinquência juvenil, mais problemas de saúde mental, maior consumo de drogas e toxicodependência.

O estudo de Werner (1993), refere que, dois terços das crianças de alto risco, que aos 10 anos apresentavam graves problemas de aprendizagem, aos 18 anos, evidenciavam uma taxa mais elevada de problemas de saúde, de gravidez na adolescência e de delinquência e que, aos 30 anos de idade, continuavam com mais problemas de saúde, com taxa mais elevada de casamentos desfeitos, auto-conceito mais baixo, a mais alta taxa de criminalidade. Contudo, um terço das crianças de alto risco apresentavam no *follow-up* um desenvolvimento e um nível de adaptação normais, pois beneficiavam de factores de protecção biológicos, psicológicos, familiares, escolar e sócio-económicos, desde cedo.

Várias centenas de rapazes que, desde 1987, têm sido seguidos no estudo de Loeber & Farrington, 2001, inicialmente a frequentar o 1º, 4º e 7º ano de escolaridade, têm sido avaliados, em diversos domínios, a intervalos curtos e, os resultados têm evidenciado que quanto mais numerosos e diversos foram os factores de risco por eles sofridos, pior prognóstico de delinquência.

Pelos estudos acima referidos, parece legítimo, se não ocorrerem factores de protecção, retirar-se algumas ideias: a de que o temperamento difícil em criança é prognóstico de mais impulsividade, agressividade e criminalidade, na idade adulta; que crianças medrosas e inibidas serão adultos mais depressivos e com tendências para o suicídio e com falta de assertividade; a ideia de que crianças com problemas de comportamento, na idade própria para a frequência do 1º ciclo escolar, poderão tornar-se delinquentes juvenis, ter mais problemas de saúde mental e ter maior consumo de drogas em adultos do que a generalidade das outras crianças; que das crianças com problemas de aprendizagem se pode esperar adultos com mais problemas de saúde, com maior taxa de gravidez na adolescência, mais delinquência, maior taxa de casamentos desfeitos e de criminalidade e mais baixo auto-conceito, do que das crianças sem aqueles problemas e, finalmente, a ideia de que quantos mais factores de risco sofrer uma criança, pior prognóstico de delinquência na idade adulta.

Os factores de risco são tanto mais graves quanto maior for o seu número, a fragilidade da criança, seus recursos e reduzidos sejam os factores de sua protecção. Ramos (2004), referindo (Rutter (1991) que identificou quatro tipos de processos como actuantes na situação de risco: *“processos que promovem a auto-estima, a auto-confiança e a auto-eficácia, através de relações de vinculação seguras e estáveis ou do sucesso na realização de tarefas; processos que reduzem o impacto do risco, através da alteração do significado do risco e do desenvolvimento e exposição à situação de risco; processos que diminuem a probabilidade de aumento de reacções negativas à exposição de risco; processos que promovem novas situações e oportunidades de desenvolvimento pessoal* (Ramos, 2004, pp.135 e 136).

Para a compreensão e prevenção dos maus tratos é pertinente analisar o problema segundo um modelo sistémico, por ser mais abrangente como é o caso do modelo de Barudy que nos dá uma dimensão histórica, dinâmica e holística da violência: analisa os factores familiares, os socioeconómicos da família e os factores sócio-culturais, ou seja, analisa as características da vítima e do agressor, o contexto familiar nomeadamente os papéis do pai/mãe/conjugal, a sua interacção e a comunidade e, por fim, os factores sócio-culturais.

O modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979) é porventura o mais abrangente sobretudo a partir dos contributos de Belsky (1980) que acrescentou o factor ontogenético aos factores enunciados por Bronfenbrenner: interacção familiar no

respeitante à disciplina e educação; pessoais e comportamentos da criança que podem facilitar ou causar os maus-tratos dos pais; o ambiente social, no que diz respeito à instrução, profissão e estatuto socioeconómico da família; aprendizagem do comportamento agressivo. Para Belsky (1980), os maus-tratos infantis são um fenómeno psicossocial multideterminado por factores de ordem individual, ou seja pelo desenvolvimento ontogenético, pela família (microsistema), pela comunidade (exo-sistema) e pela cultura ou macrosistema.

Síntese

Expressão cultural negativa, a violência familiar, também dita violência doméstica, acontece em grande parte dos lares portugueses, sendo que se verifica, em grau de incidência variável, de um modo generalizado, em todas as outras sociedades e países.

Havendo violência com agressão, violência sem agressão e agressividade sem violência, quando falamos de violência doméstica, de que é que falamos?

Para Ramos (2004), *“A violência familiar, também designada violência doméstica constitui uma realidade complexa e multiforme que envolve aa violência física, psicológica, sexual (abuso sexual), a negligência e o abandono”*. Sendo certo que o que é violento para uns não será violento para outros, dependendo da cultura de cada sociedade, colocam-se várias questões como são a de saber se determinado acto é de violência para o agressor, ou para o agredido, para ambos ou para nenhum, admitindo que o seja para o observador.

Se *“Quanto mais me bates, mais gosto de ti”*, ditado popular português, parece que a agressão física não é desprezível, para certas mentalidades.

Efectivamente, o critério avaliativo que nos permite distinguir se um determinado acto é violento, encontra-se inscrito no respeito e cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos (1948) e na Constituição da Republica Portuguesa (1976).

Embora a investigação da violência familiar tenha já cerca de trinta anos e alguns estudos consequentes nos seus resultados, este tipo de violência só

passou a ser considerado crime público, em Janeiro de 2000 (Lei 7/200). Entretanto, são já numerosas as pessoas sensibilizadas e as instituições de apoio à vítima. A investigação sobre a violência familiar e a sua denúncia às instâncias devidas, encontra várias dificuldades devido a diversos factores mas um sobressai em importância: o respeito efectivo pela intimidade da família, pois é uma questão deontológica e ética a respeitar. É de salientar contudo que a maior visibilidade da violência familiar se deve sobretudo à mediatização dos casos.

A agressividade está presente em todo o ser humano e a ela associa-se a noção de descarga de energia que visa causar dano e destruição, ou seja, a agressividade implica a intenção de prejudicar. Várias teorias concorrem para a sua compreensão, de que são exemplo a teoria de Freud (1921), de Lorenz (1992), de Darwin, de Bandura e outros autores, de entre os quais Coimbra de Matos.

Na violência familiar, o agressor mais frequente é o homem que parece dar prioridade à agressão física, a mais visível, não querendo isto significar que, neste tipo de agressão não haja, simultaneamente, agressão psicológica. Esta, contudo, e mormente sem aquela, é atribuída à mulher no seu relacionamento.

A maior parte das vítimas de agressão familiar, tal como a maior parte dos agressores são casados. Nos casos que chegam à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Torres Novas (CPCJ-TN) constata-se que na generalidade o agressor é homem, pai de família e principal fonte de sustento.

São referidas no texto cerca de uma dezena de investigações com resultados curiosos. São casos que colocam em risco as crianças das famílias e é sobretudo dentro das famílias e das instituições que lhes dão tecto que as crianças sofrem maus tratos.

A história dos maus tratos à criança, efectivamente não é de hoje, pois já vem desde os primórdios da humanidade e a sua prática nem sempre foi considerada crime. Foi e continua a ser transversal em todas as sociedades e extractos sociais, sendo que as classes ou grupos sociais mais poderosos encontram formas de camuflar aquela realidade. Resulta deste facto que se pense

que os maus tratos têm sede apenas nos lares mais desfavorecidos, pois são estes os que colhem a atenção generalizada do fenómeno e que a comunicação social relata.

Este é um problema complexo, é frequentemente subdividido em maus tratos físicos, psicológicos, negligência e abuso sexual. Os maus tratos físicos são os mais visíveis e ocorrem em simultâneo com os psicológicos; estes nem sempre são fáceis de perceber; a negligência tem limites que podem não ser consensuais e, o abuso sexual é um tipo de maus tratos cuja gravidade das sequelas potenciam a incapacidade de vir a ter uma vida saudável e psicologicamente equilibrada, sobretudo se não encontrar um lar de afecto e uma pessoa "de referência", na expressão de Canha (2003), para facilitar e desenvolver a sua capacidade de resiliência.

Pelo sofrimento e danos que provocam, os maus tratos merecem a atenção de todas as pessoas e a sua denúncia pois constituem um problema de saúde que urge prevenir.

PARTE II
ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Introdução

Na revisão da literatura foram realçadas diversas formas de maus-tratos dos quais muitas crianças e jovens são vítimas: maus-tratos físicos, psicológicos, por negligência, abuso sexual. Dependendo da capacidade de resiliência dessas crianças e jovens vítimas, a exclusão social tem sido saída de grande parte dessas vítimas, para a marginalidade e insegurança social. A montante desses maus-tratos, encontra-se, frequentemente a violência doméstica, a disfuncionalidade familiar como facilitadora e consequência das dificuldades intercomunicacionais de muitas famílias.

Os maus tratos às crianças e jovens e a violência familiar podem ser tidos como acontecimentos marcantes e factores de risco conducentes a estados depressivos, ao abaixamento da auto-estima e a diversas disfunções psíquicas, nos dias de hoje, como o foram outrora, em todas as sociedades que, evoluíram, porventura em graus diferentes.

A sociedade actual, a ocidental é considerada a mais evoluída, não deixando de apresentar melhores condições de vida, é também e paradoxalmente, face aos avanços da ciência e das novas tecnologias, fonte de graves e múltiplas injustiças e desrespeito pelo ser humano, coisificando-o.

Nesta parte do presente trabalho dedicado ao estudo empírico procuramos levantar algumas questões de análise dos maus-tratos. Começamos pela metodologia adoptada, onde descrevemos as dificuldades de investigação, os objectivos nucleares a investigar, o tipo de estudo, a população e as amostras, os procedimentos, os instrumentos de avaliação, seguidos de um capítulo com a descrição estatística para apuramento dos dados e os resultados.

4. 1 - Dificuldades metodológicas

As dificuldades na investigação sobre maus-tratos e a violência familiar são complexas devido à não menor complexidade das pessoas e dos seus comportamentos, em aspectos e circunstâncias diversas.

Na prevenção e na intervenção, as dificuldades surgem a nível metodológico: são dificuldades na clarificação dos conceitos, nas questões de ética e no acesso às famílias violentas e aos agressores. Muito embora possa haver, como há, suporte legal para prevenir e intervir sobre as famílias violentas e sobre os agressores, a tarefa não é fácil, apesar de haver uma progressiva consciencialização de tais crimes.

O investigador depara-se com dificuldades nas definições dos conceitos, nas questões éticas, no acesso às fontes e na constituição de amostras representativas das populações alvo. Por essas razões as amostras, frequentemente, são amostras de conveniência pois são pequenas devido à sua acessibilidade. Tal é o caso do presente estudo.

Em tais circunstâncias – há poucos estudos longitudinais – muitas investigações são feitas junto de abusadores e/ou de vítimas institucionalizadas, hospitais, cadeias, Instituições de Reinserção Social, lares, grupos de toxicodependentes e são baseadas em relatos, por vezes contraditórios dos próprios indivíduos.

Por outro lado, não são tidos em conta aspectos importantes como os relacionados com a família, relações familiares, números e caracterização dos filhos comuns e não comuns, ligações anteriores, sua duração e outros. A violência familiar (doméstica ou parental) e os maus tratos às crianças e jovens acontecem num contexto de intimidade e proximidade.

Seria de esperar que em tais situações, porque há grande intimidade e proximidade, todos os elementos contribuíssem para a investigação, permitindo uma boa percepção do problema. Contudo não é isso que frequentemente acontece, bem pelo contrário, e as consequências são ficar-se sem uma visão alargada da família e da sua dinâmica, que assim funciona em “segredo familiar” que a amordaça em cumplicidades.

Ainda quanto ao acesso às pessoas, às fontes de informação e comunicação que se colocam ao investigador salienta-se que muitas famílias violentas preferem ocultar a violência por vários motivos: por vergonha social; para não ficarem estigmatizadas; para não serem “faladas” na comunidade.

Outras vezes, a investigação coincide com uma fase de divórcio, de separação do casal, com o estado de “lua de mel” que porventura se segue ao acto violento, com a proximidade temporal da decisão do Tribunal quanto ao poder paternal.

A investigação pode coincidir com a fase em que, por exemplo, tendo sido participado o conflito à GNR ou à PSP por um dos cônjuges, face à esperança de que a violência não mais volte, pois o agressor pediu desculpa ao agredido e prometeu não mais violentar a vítima, esta rapidamente vai à esquadra retirar a queixa que fizera, para que não chegue a tribunal. Em tais casos e casos semelhantes, é possível que o investigador não obtenha respostas ou, obtenha respostas ou informações deturpadas porque *“Entre marido e mulher não metas a colher”* e *“nas brigas de irmãos não metas as mãos”* dizem os ditados populares portugueses.

Constata-se que as famílias mesmo em diferendo interno, se fecham, frequentemente, perante a curiosidade de quem lhes é alheio, ou então deturpam as informações e tanto mais o fazem quanto mais valor cultural, social ou religioso atribuem, consciente ou inconscientemente, ao conceito de família.

Para além destas situações, outras prendem-se com o tipo de personalidade do informador: a personalidade dependente e/ou masoquista do informador leva-o a procurar “defender-se” falseando a informação.

São múltiplas e complexas as dificuldades da investigação sobre violência familiar e de maus-tratos às crianças e jovens de uma maneira geral, mas sobretudo na investigação de abusos sexuais porque congregam em si todas as dificuldades referenciadas, mais as que lhe são específicas: o carácter coercivo, as dificuldades relacionadas não só com a idade do abusador e da vítima e capacidade desta para avaliar, negociar e defender-se, mas também o acto sexual em si e parte do corpo usada, a exibição e/ou produção de pornografia, o

secretismo de que se reveste, sobretudo quando não deixa marcas visíveis e ainda as dificuldades resultantes da síndrome de acomodação.

Nos estudos longitudinais crescem as dificuldades pela possibilidade do tempo em que a ocorrência aconteceu ser susceptível de inexactidão propositada ou não do informador e, por outro lado, é frequente que as vítimas façam pedidos de coligação a filhos ou a outros familiares no sentido de deturpar a realidade.

Em tais casos, a investigação não considera tais pedidos como violência emocional sobre a criança. A operacionalização da violência emocional, só é constatada, em situação de consulta psicológica, daí a maior parte dos estudos se reportarem a amostras clínicas específicas.

Perante tais dificuldades de pesquisa e a inviabilidade presente de se fazer uma pesquisa interdisciplinar e trabalho em rede dos investigadores sobre o tema, procura-se suplantar as dificuldades, recorrendo a várias fontes de informação e de instrumentos para a recolha e análise de dados.

Os dados foram colhidos ao longo dos anos 2005 e 2006 e tiveram análise quantitativa através do tratamento estatístico apoiado no programa informático SPSS.12 e análise qualitativa através de análise de conteúdo.

4. 2 - Objectivos e conceptualização do estudo

O nosso estudo é uma pesquisa de *design ex post facto* (feito, adquirido ou formulado depois do facto), dado que a selecção dos sujeitos em estudo é condicionada pela experiência de vida de sujeitos maltratantes e maltratados. É um estudo que se inscreve no modelo multimétodo, ecológico e misto contendo duas vertentes:

- uma vertente quantitativa e
- uma vertente qualitativa.

Trata-se de um estudo transversal junto de: adultos sinalizados e de crianças sinalizadas à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ); de adultos não sinalizados e de crianças não sinalizadas; de elementos da Comissão Restrita de Protecção de Crianças e Jovens em risco, de Torres Novas.

Procuramos compreender, pela vertente quantitativa, as seguintes questões:

- 1 – Em que medida os sujeitos adultos sinalizados à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) evidenciam sintomas de psicopatologia e níveis de auto-estima?
- 2 – Em que medida as crianças sinalizadas à CPCJ apresentam sintomas de depressão?

Procuramos compreender, pela vertente qualitativa, as seguintes questões:

- 1 – Como é que as crianças sinalizadas percebem os cuidados e apoios que os adultos sinalizados lhes prestam?
- 2 – Como é que os adultos sinalizados percebem e definem os seus familiares e os acontecimentos importantes das suas vidas?

Ou seja:

- 1 – Há ou não diferenças significativas entre os adultos sinalizados, os adultos não sinalizados e os elementos da comissão, quanto às variáveis IGS (Índice Geral de Sintomas), Total de Sintomas Positivos (TSP), Índice de Mal-estar ou Índice de Sintomas Positivos, e quanto à variável Auto-estima?

Hipótese colocada: há diferenças significativas nestes adultos e as variáveis assinaladas

- 2 – Há ou não diferenças significativas entre as crianças sinalizadas e as crianças não sinalizadas, quanto à variável depressão?

Hipótese colocada: não há diferenças significativas entre as crianças e a variável em questão.

- 3 – Procurou-se saber quem cuida e educa as crianças, ou seja, com quem as crianças tomam o pequeno-almoço, com quem jantam, quem as acorda, quem as ajuda nos TPCs, quem lhes dá mais colo, quem as pune, quem as critica, com quem brincam, quem as castiga, que castigos sofrem e quem as elogia e com que elogios.

- 4 – Procurou-se conhecer, nos adultos em estudo, alguns significados e dinâmicas familiares, ou seja, o número de filhos que têm e os que

queriam ter; acontecimentos negativos que sofreram e acontecimentos positivos que tiveram; com que palavras definem o seu filho/a, o seu companheiro/a, a mãe, o pai, o sogro, a sogra e a si próprios/as.

Com os dados referentes aos pontos 3 e 4 pretende-se compreender e tipificar alguns significados, valores, formas de estar e sentir, de organização e dinâmica familiar das famílias (adultos/crianças) sinalizadas.

4. 3 – População

Os sujeitos do nosso estudo correspondem à população de crianças e adultos residentes no concelho de Torres Novas. A nossa intenção inicial era a de estender a investigação à população do distrito de Santarém, contudo, a falta de apoio levou-nos a limitar o campo de pesquisa ao concelho de Torres Novas, por ser aquele a cuja Comissão (CPCJ) pertencemos, há cerca de sete anos, como psicólogo. Este facto permitiu-nos o contacto pessoal e efectivo com a casuística dos maus-tratos a crianças e jovens do concelho.

Da população constituímos as seguintes amostras e subamostras:

- 1 - Crianças e Jovens sinalizados (CS) à CPCJ como crianças e jovens vítimas de maus-tratos (30 sujeitos);
- 2 - Adultos sinalizados (AS) à CPCJ, como autores de Maus-tratos (25 sujeitos);
 - O critério de inclusão destas subamostras fundamenta-se no facto de se tratar de sujeitos que foram sinalizados, respectivamente como vítimas e como autores de maus-tratos e a quem prestamos apoio psicológico, por isso acessíveis;
 - O critério de exclusão baseou-se na inacessibilidade ou não disponibilidade em participar, independentemente de prestarmos ou não apoio psicológico.
- 3 – Crianças e jovens não sinalizados (CNS) como subamostra de controlo (31 sujeitos);
- 4 – Adultos não sinalizados (ANS) como subamostra de controlo (33 sujeitos).
- 5 – Dos elementos da CPCJ, como segunda subamostra de controlo,(COM).

A residência dos sujeitos em estudo situa-se na cidade e no concelho de Torres Novas. O estatuto sócio-económico dos sujeitos é baixo, na maioria dos sujeitos das subamostras de estudo. Predominam os sujeitos da classe média-baixa nas subamostras de controlo. Estes sujeitos estão todos empregados, com um leque de vencimentos que vão do ordenado mínimo ao de técnico superior da administração pública, não sendo correcto considerá-los todos de baixos recursos.

4. 4 – Procedimentos e instrumentos de colheita de dados:

De acordo com os objectivos que traçámos para o presente estudo e porque um exame psicológico, quer de crianças, quer de sujeitos adultos deve integrar instrumentos de medida fidedignos e válidos – *“Os Inventários, Questionários ou escalas de Auto-Avaliação (Self-Report Questionnaires) constituem instrumentos essenciais na avaliação de um problema internalizante (o afecto depressivo) que pode não ser facilmente observado pelos outros”* (Simões, 1999, p. 37), procuramos aplicar aqueles que nos parecendo ser os mais indicados, se caracterizam por conjuntos de itens, standardizados, de aplicação simples, de fácil cotação e possibilitam uma análise objectiva. São instrumentos aferidos e de reconhecida validade psicométrica que integram um conjunto de folhas de pergunta e resposta, como sendo um só instrumento.

A elaboração dos questionários foi precedida de uma reflexão tendo em vista a cultura ocidental, nomeadamente os costumes e valores que a generalidade das pessoas valorizam, dado os mesmos não são valorizados por outras sociedades: o cuidar dos filhos e o procedimento educacional generalizado na Europa por certo são diferentes dos Africanos ou de algumas regiões brasileiras, por exemplo.

Os questionários por nós elaborados faziam parte do conjunto de folhas nas quais constavam as perguntas e os espaços para as respostas e foram passados e respondidos pelos sujeitos das amostras.

Era importante que os itens dos instrumentos fossem de fácil compreensão e resposta e que o tempo de resposta a todos eles não fosse superior, em média, atendendo à idade e disponibilidade dos sujeitos, a 30/40 minutos.

Para salvaguardar a confidencialidade dos dados, os instrumentos foram anónimos, respondidos directamente na presença do investigador e passados aos sujeitos das subamostras: Adultos Sinalizados, Adultos não Sinalizados, Elementos da Comissão e Crianças Sinalizadas.

As crianças não sinalizadas, responderam na presença dos directores de turma, em virtude de não ter sido dada autorização para a presença, em aula, do investigador.

Os sujeitos consumiram um tempo médio de 30 minutos a responder aos instrumentos que lhes foram apresentados.

Ainda de acordo com os objectivos do presente estudo e para nos ajudar na compreensão dos fenómenos, construimos alguns questionários destinados aos sujeitos adultos, às crianças e jovens e aos informadores qualificados que passamos a descrever.

4. 4. 1 – Questionário relacionado com as circunstâncias de vida das crianças e jovens. (Anexo III)

Este questionário é composto por questões fechadas e abertas e de escolha múltipla: por um lado, perguntas que permitem classificar os sujeitos quanto a dados como idade, sexo, escolaridade e, por outro lado, que permitem aos sujeitos expressar as suas percepções, por exemplo, quanto ao pior castigo que sofreram ou o elogio de que foram alvo. Para não limitar o conjunto de eventuais castigos e de elogios, utilizamos perguntas abertas e assim as respostas abertas tiveram de ser analisadas e classificadas quanto ao seu conteúdo em diversas categorias, como se segue:

Quadro 1 – CATEGORIZAÇÃO DAS PUNIÇÕES

Categorias	Subcategorias
Condicionar actividade (ACT)	Andar de bicicleta (a)
	Praticar desporto (b)
	Ouvir música (c)
	Aprender dança (d)
	Brincar com o cão (e)
	Cavalgar (f)
Condicionar espaços (ESP)	Não sair de casa (a)
	Não sair do quarto (b)
Condicionar convívios (CON)	Com colegas (a)
	Não usar telemóvel (b)
	Não ver televisão (c)
	Não navegar na Net (d)
	Não jogar Game boy (e)
	Não ir ver o Benfica (f)
Fazer trabalhos domésticos (TRAB)	
Condicionar atribuição de prendas (PREN)	
Nenhum, nada, não lembro (N)	

Quanto às punições, dada a diversidade das respostas agrupamo-las nas seguintes categorias e subcategorias, conforme quadro supra, tendo em conta as várias limitações impostas como castigos ou punições às crianças e jovens:

A - Limitação ou condicionamento de actividade (ACT) com as subcategorias – Bicicleta (a), Desporto (b), Música (c), Dança (d), Brincar com o cão (e), Cavalgar (f);

B - Limitação ou condicionamento do espaço (ESP) com as subcategorias: – não sair de casa (a), Não sair do quarto (b);

C - Limitação ou condicionamento do convívio (CON) com as subcategorias – Colegas (a), Telemóvel (b), Ver televisão (c), Internet (d), Game Boy (e), Ver o Benfica (f);

D - Limitar ou condicionar prendas (PREN);

E - Imposição de trabalhos domésticos (TRAB), e nenhum, nada e não me lembro (N).

Quadro 2 – CATEGORIZAÇÃO DOS ELOGIOS

Categorias	Subcategorias
Actividades /Capacidades (ACT)	Escolares (a)
	Artísticas (b)
	Desportivas (c)
Afecto (AFEC)	Sobre capacidade, o querer (c)
	Prova de confiança, amor (b)
	Receber mensagens elogiosas (a)
Dar objectos desejados (OBJ)	
Sobre o comportamento (COM)	

Quanto aos elogios, dada a diversidade das respostas das crianças e jovens do nosso estudo, agrupámo-las nas seguintes categorias e subcategorias, tendo em conta o conteúdo da sua expressão:

A - Elogio da capacidade ou actividade da criança (ACT) com as subcategorias:

– Escolar (a), Artística (b), Desportiva (c);

B - Elogio expressando afecto (AFEC) com as subcategorias:

– Mensagens de afecto via telemóvel (a), Provas de confiança e de amor (b), Elogiar o querer, a capacidade, o orgulho (c);

C - Elogio do comportamento (COM);

D - Elogio de objectos desejados, da aspiração, do desejo (OBJ).

Quanto às questões de escolha múltipla, colocámos questões tais como: com quem o sujeito toma o pequeno almoço, o jantar; quem em casa o acorda habitualmente de manhã; quem o ajuda mais ou menos a fazer os trabalhos escolares; quem o pune, o elogia e o critica, com quem brinca, quem lhe dá colo e com quem confia.

Todas as questões deste questionário foram feitas tendo como finalidade tipificar aspectos do ambiente familiar dos sujeitos, a sua organização e as funções parentais.

4. 4. 2 – Questionário relacionado com acontecimentos de vida dos adultos (Anexo II)

Questionário sobre circunstâncias de vida dos adultos e percepções de familiares. É um questionário elaborado com o objectivo de caracterizar alguns antecedentes de vida de sujeitos adultos, pais e mães, e de analisar o seu sentir familiar. Contém perguntas fechadas e abertas: para além da idade, sexo e profissão, analisa-se qual o maior desgosto e a maior alegria, como definem, com três ou quatro palavras, seus familiares, nomeadamente, filhos, companheiro/a, mãe, pai, sogra, sogro e a si próprio.

No respeitante ao maior desgosto dos sujeitos adultos em estudos, agrupámos as respostas dadas pela afinidade de conteúdo nas seguintes categorias:

Quadro 3 – CATEGORIZAÇÃO DO GRANDE DESGOSTO

Categorias	Subcategorias	
Família (FAM)	Morte de familiar (a)	
	Separação (b)	Do casal (1)
		Do filho/a (2)
Saúde (SAU)	Acidente (a)	
	Doença (b)	
Não ser rico (NRI)		
Ter nascido (NAS)		
Não ter educação (NED)		
Começar a beber (BEB)		

A – Família (FAM) com as subcategorias:

– Morte de familiar (a), Separação (b) e, dentro desta subcategoria subdividimos, Separação do casal (b1), Separação do filho (b2), v.g. Não ter meus filhos comigo (FAMb2);

B – Saúde (SAU), com as subcategorias:– Acidente (a), Doença (b);

C – Não ser rico (NRI);

D –Ter nascido (NAS);

E – Não ter educação (NED);

F – Começar a beber (BEB).

No respeitante às grandes alegrias dos adultos, agrupámos as respostas dadas segundo a afinidade de conteúdo das mesmas, nas categorias seguintes:

Quadro 4 – **CATEGORIZAÇÃO DA GRANDE ALEGRIA**

Categorias	Subcategorias
Família (FAM)	Filhos (a)
	Irmãos (b)
	Marido (c)
	Família em geral (d)
	Ser pai (e)
	O casamento (f)
	Mãe (g)
Saúde no lar (SAU)	
Objectivos (OBJ)	Tirar um curso (a)
	Trabalho/Honestidade (b)
Minha gata (GAT)	
Jogo futebol (JF)	
Sentir-se feliz (FEL)	

A – Família (FAM), com as subcategorias:

– Filhos (as), Irmão/s (b), Marido (c), Família em geral, mais de um elemento (d), Ser pai (e), Casamento (f), Ser mãe (g);

B – Saúde no lar (SAU);

C – Objectivos/projectos de vida (OBJ), com a subdivisão:

– Tirar Curso (a); Trabalho/honestidade (b);

D – Gata (GAT), v.g. “a minha maior alegria é a minha gata”.

E – Jogo de futebol (JF) v.g. “... ter visto o jogo do Benfica-Porto, no estádio”;

F – Sentir-se feliz (FEL).

4. 4. 3 – Questionário relacionado com as percepções dos adultos sobre os seus familiares. (Anexo II)

Quadro 5 – CATEGORIZAÇÃO DAS PERCEPÇÕES FAMILIARES

Categorias	Subcategorias			
Afectos (A)	Positivos (A1)	“Eu sinto” (A)		
		Na relação (B)		
	Negativos (A2)			
C.º Observável (B)	Censurável (B1)			
	S/elogioso (B2)	S/trabalho (A)		
		Ser pessoal (B)		
		S/ corpo (C)	Físico (1)	
			Estético (2)	
		S/temperam.(D)	Extrov. (1)	
			Introv. (2)	
			Const.cia(3)	Estável (a)
				Instáv. (b)
		S/Cognições (E)		
C.º Não Obs. (C)	Qualidades (C1)	Perante out. (A)		
		Perante si (B)		
	Sentimentos (C2)			
	Disposições (C3)			
P. Familiar (D)	Adequado (D1)			
	Inadequado (D2)			

A – Os afectos (A), foram subdivididos em Positivos (A1) e Negativos (A2). Os afectos positivos (A1) foram ainda divididos em (A1A) para o afecto sentido pelo próprio, e (A1B) para o afecto existente na relação ou interacção. Do afecto negativo (A2) não apresentámos subdivisões.

Exemplo (A1A) – Paixão, tudo, vida, amor/amoroso, ternura, etc.; (A1B) – Amante, camarada, companheiro, mãe, meus meninos, simpático, etc; (A2) – Antipático, ambicioso, egoísta, insensível, falo quando se precisa, ruim, etc.

B – Comportamentos observáveis (B), foi subdividido em comportamento socialmente censurável (B1) e em comportamento socialmente elogioso (B2).

Este comportamento socialmente elogioso é subdividido em: comportamento socialmente elogioso referente ao trabalho ou perante o trabalho (B2A); referente ao saber estar ou ser do sujeito (B2B); se referente ao corpo do sujeito (B2C) e quando se refere ao corpo, enquanto aspecto físico (B2C1) e, se a

referência for ao corpo mas ao aspecto estético, temos (B2C2). Temos ainda dentro do comportamento socialmente elogioso a divisão respeitante ao temperamento do sujeito (B2D), que é subdividido em (B2D1) para expressar extroversão; (B2D2) para a expressar introversão; (B2D3a) para a expressão designando equilíbrio estável do sujeito e, (B2D3b) para as expressões de comportamento elogioso por actuações que denotam instabilidade do sujeito:

A sigla B2E é a correspondente às expressões do comportamento observável, socialmente elogioso e referente ao aspecto cognitivo ou intelectual;

São exemplos: (B2D1) - agradável, bem disposto, boa vida, etc., (B2D3a) – calma, tranquilidade, estabilidade, etc.

C – Uma terceira categoria da organização das palavras expressas pelos adultos, referentes a seus familiares e a si próprios é a de comportamentos não observáveis mas atribuídos (C): Quanto dizem respeito a qualidades (C1); se as qualidades são perante os outros (C1A) e se as qualidades são perante si próprio (C1B); (C2) se se refere a sentimentos e (C3), se se refere a disposições;

São exemplos (C1B) – honrada, simples, tolerante etc; (C2) – satisfação, gratidão, preenchimento, etc.

D – Uma quarta categoria (D1), refere uma expressão de relação familiar ou papel familiar adequado e (D2), quando se refere a relação ou papel familiar inadequado.

São exemplos: (D1) – boa mãe, cuidadoso, avô, presente, etc.. (D2) – ausente, terror, distante, etc.

Perante as cerca de 1500 palavras com que os adultos em estudo perceberam seus familiares e si próprios, num primeiro momento tentámos enquadrá-las de modo significativo, na expectativa de tipificar de alguma maneira, a família de cada adulto, ao que se seguiria uma categorização das famílias desses mesmos adultos. Posteriormente, constatámos que para isso teria sido necessário mais informação a colher em fontes familiares mais alargadas.

Optámos então por ordenar por ordem alfabética todas as palavras. Grande parte delas eram palavras repetidas. Quanto ao significado ou conteúdo, encontrámos convergência que, não sendo total variava em grau de referência. Assim, arriscamos as referidas categorizações: Afectos; comportamentos observáveis; comportamentos não observáveis; relação na família ou papel na família.

4. 4. 4 – Questionário feito a informadores qualificados (Anexo I)

Desde o início do nosso estudo elaborámos um questionário destinado a um conjunto de sujeitos que, pela sua profissão, estão em contacto directo ou muito próximo dos agressores e das vítimas de maus-tratos, da violência em geral e que também por esse facto tem um conhecimento apurado do fenómeno: são “*opinion maker’s*”, fazem opinião sobre o tema. Pensámos pois, ser de todo o interesse dar conta dos seus testemunhos a fim de sobre eles ser possível reflectirmos no fenómeno de uma maneira, se não mais consciente, seguramente mais coerente e centrada entre a teoria, os dados e a opinião da sociedade, ou seja, de uma forma porventura mais consentânea com a realidade.

Assim, dos 50 questionários enviados pelo correio e entregues por nós em mão, recebemos 24 questionários: da PSP (Polícia de Segurança Pública); da GNR (Guarda Nacional Republicana); de médicos; de psicólogos; de educadores de infância; de jornalistas; de formadores; de juristas; de magistrado; de uma associação de imigrantes.

O questionário foi elaborado com onze questões, de entre as quais se perguntava a cada sujeito; se hoje somos mais violentos; como definia a violência; quais os tipos de violência que realçava; como se poderia explicar os abusos sexuais em crianças; a causa dos maus-tratos; se os factores implicados nos maus-tratos se devem à sociedade em que vivemos ou às famílias, à índole do agressor ou se se devem à tradição, entre outras questões.

Não optámos por uma discriminação mais ou menos fina das categorias sócio-profissionais, porque as subamostras são pequenas e, ao serem

distribuídas pelos grupos sócio-profissionais, a informação colhida não teriam significado relevante.

Optámos por constituir um segundo grupo de controlo com sujeitos que fazem parte da CPCJ, em virtude de se tratar de profissionais empenhados na resolução dos problemas relacionados com maus-tratos e cuja intensidade, natureza do trabalho e as experiências vividas são consideráveis, pelo que se nos impôs tomá-los em estudo.

4. 4. 5 – Passagem dos instrumentos

Pensadas as escolas onde haveria a possibilidade de passar os testes às crianças não sinalizadas e as empresas onde trabalhavam os adultos não sinalizados, contactamos, respectivamente, os conselhos executivos e os gestores das empresas, no sentido de nos autorizar a passagem dos instrumentos de avaliação.

Foram quatro as escolas do 2º e do 3º ciclo, do concelho de Torres Novas, contactadas, sendo que uma não autorizou a passagem de testes porque um item do teste da grelha se Marie Kovacs questiona: *“eu não penso em matar-me”, “eu penso em matar-me mas não o faria”, “eu quero matar-me”*. Como não poderíamos aceitar alterar a constituição do teste, o que foi explicado àquele conselho executivo, não passamos nenhum teste naquela escola.

Foram também quatro as empresas contactadas (três delas sedeadas no concelho de Torres Novas, desenvolvendo actividades, respectivamente, em carnes, ferragens, papel e, a quarta empresa, com actividade no fabrico de pasta de papel, localizada no limite deste concelho), que se prontificaram a ceder cerca de meia hora dos empregados que estavam em cursos internos de formação ou hora de mudança de turnos.

Uma vez autorizados, à hora marcada estivemos presente, nas escolas e empresas.

Nas escolas, o investigador não esteve nas salas de aulas por serem diversas as turmas/ano que, no mesmo dia e à mesma hora, dentro de cada escola foram passados os testes. As turmas foram seleccionadas de forma arbitrária, em cada ano e escola, incluindo-se uma turma do ensino profissional. O investigador explicou aos professores que voluntariamente aderiram ao solicitado e que tinham aula naquela turma e àquela hora, a forma de passar os testes, a maneira de proceder, declarando que a participação no teste era voluntária e o objectivo que os testes tinham, pelo que os alunos deveriam responder sem qualquer preocupação de dar a resposta julgada mais conveniente, pois tratava-se de um teste fácil e rápido. Feita a recolha imediata dos testes, após a sua feitura, os mesmos foram entregues ao investigador que agradeceu a colaboração.

Perguntamos aos respectivos professores se tinha havido qualquer anomalia e os mesmos disseram que correu tudo na normalidade e que, enquanto os que faziam o teste estavam embebidos no trabalho, os colegas deixaram de falar alto e de se meterem com eles. Assim, foram recolhidos 62 testes de crianças não sinalizadas.

Quando conseguimos ter uma subamostra de crianças sinalizadas de 30 sujeitos, subamostra que durou cerca de dois anos a construir, deparamos que tínhamos, uma subamostra relativamente pequena e outra relativamente grande, a das CNS.

Para evitar envisamento estatístico e menor rigor nos resultados, fizemos o seguinte: baralhámos os 62 testes CNS, como se de cartas de jogar se tratasse e, alternadamente recolhemos teste sim, teste não, constituindo a subamostra CNS com 31 sujeitos.

Nas empresas o investigador esteve presente, explicou o objectivo dos testes, garantiu a confidencialidade dos mesmos, aceitou apenas os sujeitos que livremente desejaram colaborar, disponibilizou-se para qualquer eventual esclarecimento, disse que não estava em causa qualquer avaliação individual, que não havia respostas certas nem erradas, pediu uma atitude de franqueza e

informou do tempo provável que o teste levaria a responder. Recolhidos os testes, agradecemos a colaboração aos sujeitos e à gestão.

Tendo recolhido um excesso de testes ANS em relação aos testes conseguidos de AS, usamos de forma análoga o processo utilizado com as CNS, acima exposto.

Ao contrário das subamostras de controlo acima referidas, em que não foi demorado passar os testes às CNS (crianças não sinalizadas) nas escolas e, aos ANS (adultos não sinalizados), nas empresas, as subamostras de CS (crianças sinalizadas) e dos AS (adultos sinalizados) foi um trabalho mais demorado, realizado durante os anos de 2005 e 2006, pelas seguintes razões: nem sempre os casos sinalizados à CPCJ merecem como decisão da comissão restrita o acompanhamento especificamente psicológico.

Para uma intervenção da comissão junto de famílias e de crianças, de uma maneira geral, exige-se que haja acordo prévio entre as partes e este nem sempre é possível. Por outro lado, nem em todos os acompanhamentos psicológicos é viável passar qualquer teste, ora pela probabilidade de ser recusada autorização da família, respeitante a si mesma ou a suas crianças, ora pelo tempo necessário para o estabelecimento da relação de confiança entre cliente e psicólogo, ser insuficiente. Na generalidade, as pessoas sinalizadas, pela sua condição, são pessoas com muitas carências pessoais e familiares, pertencem a uma faixa da sociedade desfavorecida e que facilmente apresenta reserva mental e desconfiança, face ao apoio gratuito que não seja material.

Acresce salientar que ninguém ajuda quem não quer ser ajudado e a nossa participação na comissão restrita resume-se a uma ou duas tardes por semana, o que condicionou também as sessões de acompanhamentos psicológico a crianças e adultos sinalizados. Pelas razões apontadas que, de forma isolada ou associada, limitaram no tempo a passagem de testes para o nosso estudo, o número de sujeitos das referidas subamostras constitui uma amostragem pequena e de conveniência.

As subamostras de CS e de AS são constituídas por sujeitos que mereceram a decisão do CR (comissão restrita) da CPCJ de acompanhamento psicológico.

A passagem de testes à subamostra de CS processou-se da forma seguinte: depois de se ter recebido a necessária autorização dos pais e a confiança da criança, apresentámos as folhas de teste à criança, na sala de sessões da CPCJ, explicando-lhe antes a finalidade dos mesmos, a sua facilidade, o pouco tempo que levava a responder, dizendo-lhe que não há respostas certas ou erradas, que não estava em causa a avaliação pessoal e prontificámo-nos a esclarecer qualquer dúvida ou questão que eventualmente não compreendesse. Feitos os testes os mesmos eram recolhidos e prosseguíamos a sessão de acompanhamento. Os testes foram respondidos isoladamente.

A passagem de testes à subamostra de AS obedeceu de forma análoga ao processo utilizado com as CS.

A passagem de testes à subamostra constituída por elementos da Comissão Restrita da CPCJ, foi feita num dia de reunião. Foram dadas as devidas explicações e esclarecimentos e foram respondidos isoladamente a fim de ser mantida a confidencialidade.

4. 5 – Instrumentos de Avaliação

4. 5. 1 – Escala de auto-avaliação da Depressão de Birlleson.

Para avaliação e quantificação da depressão das crianças em estudo, utilizamos a escala de auto-avaliação da depressão de Birlleson (1981) – DSRS – *Depression Self-Tating Scale* (1º, 2º e 3º ciclos). “... a DSRS é um intrumento com qualidades aceitáveis de fidelidade e validade” (Fonseca, A. C.; Ferreira, A. G.; Rebelo, J. A.; Simões, M. D. F.; Pires, C. L. & Gregório, M. H., 2002, p. 113). A versão portuguesa é constituída por 23 itens e as respostas (nunca, às vezes, muitas vezes) são dadas numa escala de 0 a 2, de acordo com a frequência do sintoma que sentiu durante a semana passada, em relação a cada um dos itens.

4. 5. 2 – Children´s Depression Inventory – CDI - Kovacs (1985).

Para avaliação e quantificação da depressão das crianças em estudo, utilizamos ainda o inventário de depressão para crianças (Children`s Depression Inventory – CDI - Kovaks, 1985). *“...constituído por 27 itens que procuram avaliar os sintomas depressivos em crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos. É um dos instrumentos mais comuns e mais citado na literatura da depressão na infância e adolescência.”* (Cunha, M.; Gouveia, J. P.; Salvador, M. C. & Alegre, S., 2004, p. 200). De acordo com a frequência do sintoma as respostas aos itens têm uma cotação de 0 a 2.

4. 5. 3 – Inventário de Auto-resposta, versão abreviada do BSI (Derogatis, 1993), (versão de M. C. Canavarro, 1995).

Para avaliar os sintomas psicopatológicos das subamostras dos sujeitos adultos em termos de nove dimensões sintomatológicas e três índices globais, utilizamos o inventário de auto-resposta, versão abreviada do BSI. É um instrumento que colhe boas referências psicométricas e é constituído por 53 itens, de fácil cotação e nove dimensões: somatização, que reflecte o mal estar resultante da percepção do funcionamento somático; obsessões e compulsões, que inclui cognições, impulsos e comportamentos persistentes, ou seja, sintomas identificados com o síndrome do mesmo nome; sensibilidade interpessoal, dimensão que se centra em sentimentos de inferioridade e outros; depressão, dimensão que reflecte muitos indicadores clínicos; ansiedade, dimensão com indicadores de nervosismo e tensão; hostilidade, que inclui pensamentos, comportamentos e emoções do estado afectivo negativo; ansiedade fóbica, como resposta ao medo persistente, irracional; ideação paranoide, dimensão do comportamento paranoide, pelo funcionamento cognitivo perturbado; psicoticismo, dimensão do estilo de vida esquizoide, sintomas primários de esquizofrenia, como controlo do pensamento e alucinações.

4. 5. 4 – Escala de Auto-estima de Rosenberg (1989).

Para avaliar a auto-estima dos adultos em estudo, utilizamos a Escala de Auto-estima de Rosenberg, 1989. É um instrumento conhecido internacionalmente como sendo uma medida unidireccional, com 10 itens em forma de Likert, para avaliar globalmente a atitude positiva ou negativa de si mesmo: *na globalidade, estou satisfeito com a minha pessoa; por vezes penso que nada valho; por vezes sinto-me realmente inútil; tenho uma ideia positiva acerca da minha pessoa*, etc. As respostas aos itens são “ concordo totalmente”, “concordo”, “discordo”, “discordo totalmente”.

4. 5. 5 – Questionário para avaliação psico-sociobiográfica dos sujeitos adultos (Anexo II).

É um pequeno questionário onde perguntámos, por exemplo: número de empregos e de companheiros que teve; idade e nome dos filhos; quantos teve e quantos queria ter; com que idade saiu de casa o próprio e o companheiro/a; qual o grande desgosto e qual a grande alegria que teve; se está desempregado e desde quando; e, finalmente, indicação de três ou quatro palavras para definir os filhos, o companheiro/a, a mãe, o pai, o sogro, a sogra e a si mesmo/a. Os dados recolhidos, depois de tratados contribuíram para alguma compreensão das famílias.

4. 5. 6 – Questionário de avaliação psico-sociobiográfico das crianças e jovens (Anexo III)

É um questionário no qual perguntámos aos sujeitos, por exemplo: com quem habita (designadamente, com o pai, mãe, avô, irmãos, etc.); a hora de deitar e de levantar; quem a/o acorda; com quem toma o pequeno almoço; a hora de jantar e com quem; quem ajuda mais e menos nos trabalhos escolares; quem o/a ouve com atenção quando tem qualquer problema; quem o/a critica mais e menos; quem o/a castiga quando se porta mal; com quem se diverte; quando brinca mais com o pai e quando brinca com a mãe, qual foi o pior castigo que teve

e qual foi o maior elogio que lhe deram. Os dados recolhidos, depois de tratados, contribuíram para alguma compreensão da família das crianças.

4. 5. 7 – Questionário a Informadores Qualificados (Anexo I)

É um questionário cuja finalidade é obter a opinião do pulsar social sobre o tema genérico dos maus-tratos. O questionário foi dirigido por carta e grande parte foi entregue em mão a informadores qualificados com as seguintes questões: como define violência? Que tipos de violência acha mais importantes ou lhe merecem realce? Seremos hoje mais violentos? Porquê? De um modo geral, quais serão as causas mais frequentes da violência? Como se explicarão os abusos sexuais de crianças? Que razões levarão a generalidade dos pais agressores a infligir maus-tratos às suas crianças? Como explicar a negligência e, por vezes o abandono, de crianças pelos seus próprios pais? Admitindo a existência de vários factores implicados nos maus-tratos a crianças, em que medida esses factores se devem predominantemente (foi apresentada uma grelha para pontuar as respostas de 1 a 5)? Que fazer para reduzir, se acabar não for possível, com os maus-tratos infantis? De um modo geral, os pais agressores de seus filhos serão pessoas perturbadas mentalmente (“doentes mentais”)? Tratadas as respostas as mesmas serão discutidas na parte final do presente estudo.

CAPÍTULO V

PEDAÇOS

DE

HISTÓRIAS DE VIDAS

Introdução

Os pedaços de histórias de vidas que se seguem não são mais que uma pequena amostra da casuística com que se depara a CPCJ de Torres Novas. Todos os nomes são fictícios, as idades não são exactas mas aproximadas das reais, as profissões e quaisquer outros elementos que poderiam ser identificativos, estão ficcionados. Os factos aconteceram.

O critério de selecção dos pedaços de histórias de vidas narrados foi o de apresentar alguns casos dos que vão para além dos maus-tratos físicos, da sinalização do absentismo escolar, do descuido dos progenitores com a alimentação, com a limpeza e higiene de seus filhos ou dos casos sinalizados devido ao consumo de drogas ou de álcool. Estes são casos graves, porventura dos mais conhecidos e tratados.

São pedaços de histórias de vidas que levantam sérios problemas às crianças mas também às famílias e à sociedade em que vivemos e que fazem antever com pessimismo o dia de amanhã, se o de hoje for de indiferença, de apatia ou de inacção de cada um de nós, perante uma tal situação.

Apresentamos casos de elevado nível de complexidade e emaranhamento:

- são processos de vidas que se foram construindo em família e que urge desenrolar para os compreender;

- são casos que se desenvolveram porventura tocando em questões de (i)responsabilidade, (i)maturidade, problemas de sexualidade, de filhos indesejados, da parentificação de crianças, do fusonamento de famílias, de personalidades doentias, de conflitos intergeracionais, da violência familiar e dos maus-tratos que desaguam em separações e divórcios;
- são casos de disputas entre pais pelos filhos e que utilizam estes como objectos de arremedo.

Por detrás da casuística narrada, está o sofrimento de cada uma das crianças, as suas lágrimas, a sua raiva, indignação, a injustiça, o medo de crescer, a ausência de um projecto de vida e de saúde, o desamparo, o desabrigo, o caminhar sem luz nem barreiras: eis o risco de cair em precipícios trágicos para o seu futuro.

Nos pedaços de histórias de vidas que apresentámos, não é a pobreza económica que causa os maus-tratos às crianças, pois em cerca de 30% delas não se verifica pobreza económica, mas outros tipos de pobreza.

Como fazer com que lares que recebem crianças possam cuidar delas até que se tornem indivíduos autónomos, conscientes e esclarecidos e que, entretanto ajudem efectivamente a preparar as respectivas famílias para, logo que possível, receberem no seu seio a criança até aí institucionalizada? Quantos técnicos, quantas “mães” e “pais” qualificados, preparados, modelares precisam de empregar?

Não é fácil defender os direitos da criança quando é concebida a contragosto ou para ser exibida socialmente como troféu da sexualidade da mãe ou do pai, ou ainda como escudo contra a solidão ou até como fonte de rendimento de um progenitor.

As histórias de vidas trazem à evidência a necessidade urgente de uma educação cívica, moral e social que faça de cada criança e jovem sujeitos, pessoas conscientes de si, dos seus direitos e dos seus deveres, dos direitos dos

outros. Para isso é imperioso que os cidadãos saibam exigir do estado leis, ou seja, meios facilitadores da efectivação daqueles direitos.

Os pedaços de histórias de vidas que apresentamos interrogam-nos como é possível que uma criança institucionalizada durante anos e anos chegue aos 16, seja entregue à mãe e semanas após surja grávida e aterrorizada, dizendo que não sabia que se engravidava “*logo da primeira vez*”?

Que defesa dos superiores interesses da criança assistem à reivindicação de uma mãe ou pai que não demonstrando capacidade nem outras condições de vida, reivindica com sucesso a posse da filha, retirando-a dos cuidados que estava tendo por parte de sua avó? Entretanto, a criança “aterroriza” a escola e quem se lhe oponha ao seu comportamento rebelde. Não será assim a rebeldia, o “mau comportamento” escolar e social, o sinal mais evidente da saúde mental da criança? Insana será essa criança não reagir às adversidades, ao estranho.

Que respeitáveis motivos tem uma mãe para negar ao filho quem é o seu pai ou dizer-lhe que o pai é quem de facto (sabe que) não é? Em que lugar ficam os direitos específicos da criança?

Que respeitáveis razões levam a que progenitores submetam suas crianças a tomas de medicamentos com o propósito de incriminar ou denegrir o outro progenitor para que daí resulte para si a atribuição do poder paternal?

Zelar pela defesa dos superiores interesses da criança, pelos seus direitos específicos, como sujeito desses direitos, não é fácil, quando pais, mães e avós, dizendo defender aqueles, com muito “amor e carinho”, põem os seus em primeiro lugar, degladeando-se nas malhas da lei para que se faça a “sua” justiça. Frequentemente se constata que é nesta espécie de “*parábola do homem, do rapaz e do burro*” que se urde a teia dos maus-tratos, enquanto subrepticiamente a síndrome da alienação paternal se consolida.

Os pedaços de histórias de vida que apresentamos são reais e foram recolhidos em entrevistas com os interenientes a quem prestamos acompanhamento psicológico, seguindo de perto o desenrolar do processo, após sinalização à CPCJ

5. 1 Paula da Caridade

“Quero ser cabeleireira”

O Tribunal solicitou a regularização da situação da Paula, menina de 16 anos, que há anos foi institucionalizada pela mãe, sem que tivessem sido definidas medidas de promoção e protecção.

A Paula queria sair do lar onde estava, há cerca de 13/14 anos: estava revoltada e contrariada, ameaçava fugir, não entendia por que é que ela não estava a viver com a mãe, tal como o seu irmão, que sempre viveu com ela.

A mãe que, volvidos aqueles anos, já reunia condições habitacionais suficientes para acolher a filha, também queria viver com ela: já tinha feito a vida, estava a viver com um companheiro mais novo do que ela cerca de 20 anos e mais velho do que a menina 10 anos.

Segundo a mãe, a Paula foi posta no lar porque, ao tempo, não tinha condições para a ter consigo: tinha-se separado do marido e pai da menina, devido a maus tratos/violência familiar. Durante o tempo de internamento a Paula era visitada e visitava a mãe.

O pai não a visitava no lar e tinha muito pouco contacto com ela, comportava-se como pai ausente e desinteressado. Confrontado com a situação da saída da menina do lar, não se mostrou receptivo, pois em sua opinião, a filha devia continuar no lar até atingir a maioridade e se autonomizar. Porquê? Por que sim, sem mais, respondera.

Os pais da menina tinham-se separado mas não tinha sido regulamentado o poder paternal: não se tinham importado com isso e com a tutela também não.

A Paula sempre quis ser cabeleireira e, em face disso, o lar encaminhou-a para um Centro de Formação Profissional, onde fez o curso que queria. O lar não se opunha à saída da menina uma vez que ela se revoltava e desestabilizava as outras crianças e, por outro lado, achava que se devia dar uma oportunidade à menor para ver como é que situação decorria.

Feito o acordo e regularizado o poder paternal, a Paula é entregue à mãe.

Pouco tempo depois da saída do lar a Paula engravidou, não se sabendo quem era o pai. A mãe, aflita e temendo problemas e desgraças futuras, decidiu que filha fizesse aborto. Procurou informar-se onde o fazer, reuniu o dinheiro e Paula, cheia de medo, assustada, foi fazer o aborto.

A história da gravidez, pareceu ter sido mal contada. A menina dava várias versões acerca do pai da criança, ora dizia que tinha sido um colega mas não dizia o nome, ora dizia que foi uma pessoa que não conhecia. Confrontados com a situação da gravidez da Paula, o padrasto disse nada saber do caso, mas que o que aconteceu à Paula acontece hoje a muita juventude. Para a mãe, duas coisas a preocupavam: o ter decidido o aborto, pelo remorso que lhe trazia e o não saber quem teria sido o pai, dando a entender suspeitar que tenha sido o seu companheiro.

Dias após o aborto, a Paula disse que não sabia que se engravidava logo na primeira vez e que namorava um colega de 15 anos (ela já com 17 anos) porque não gostava de homens com mais de 20 anos. Esta menina desde que saiu do lar passou a ser acompanhada por técnicos da Segurança Social. Neste momento está a trabalhar como cabeleireira, vive com a mãe e tem 18 anos.

5. 2 Cândida Beleza

*“Quero ser modelo e...
vou-vos fazer a vida negra”*

A denúncia dizia que a mãe de uma menina de 11 anos, vive com a filha, sai muito à noite e a filha fica sozinha em casa, quando não acompanha a mãe. Esta levava homens para casa, é muito permissiva e a menor não tem normas nem limites.

Entrevistadas mãe e filha, constatou-se que, mãe e filha mais pareciam ser irmãs do que mãe e filha, pelas atitudes, pela comunicação entre ambas e pela superficialidade e leveza que a mãe dava aos assuntos abordados. Em face da situação, foi tentado um acordo de acompanhamento da família e apoio psicológico para ambas, na expectativa de ajudar aquela mãe a tomar consciência da sua função e, paralelamente acompanhar a filha.

No entanto, cedo se constatou dessincronização entre ambas pois, marcadas as consultas através da mãe, esta não dizia à filha e, se avisadas ambas, ora comparecia uma e não a outra e vice-versa. Poucas foram as sessões de acompanhamento e de apoio, pelas razões expostas. Contactada a avó paterna da Cândida, avó que a criara desde os dois ou três anos até atingir a idade escolar, esta rejeitou assumir qualquer responsabilidade para com a neta, por lhe ter sido retirado, a favor da mãe, o poder paternal. *“Quando ela estava*

comigo corria tudo bem, agora que ela se porta mal... não aceito responsabilidades”.

As relações entre a sogra e a nora passaram a ser mais difíceis depois da saída da menina da casa da avó, sendo que já antes as intromissões da mãe, davam origem a discussões: ora porque a mãe dizia uma coisa e a avó dizia outra e, perante tais desentendimentos, a menina ora mentia a uma ora a outra, conforme o proveito que podia tirar da situação para seu proveito ou conveniência.

Enquanto se estava na fase das sessões de acompanhamento, chegaram da escola informações preocupantes: a menina faltava à escola, saltava as grades do recreio, no 1º trimestre teve cinco negativas e no 2º trimestre teve oito, reunida com os colegas subvertia o ambiente, dizia que tinha no seu cacifo uma tabela com um preço de todas as coisas que fazia aos rapazes, que já não era virgem e que as professoras lhe mandaram fazer o teste de gravidez.

A mãe negava tudo e revoltava-se contra a escola/professores, dizendo que não era como os professores diziam, sobre o comportamento da filha, também se desculpava com a sogra: *“ficou de tratar de uma consulta médica... em... e não o fez”.*

A menina esteve suspensa da escola por ter *“gozado o professor...”*; sabe que a mãe *“muitas vezes é chamada à escola, é posta ao corrente sobre o meu comportamento mas não me diz nada, não comenta o assunto”.* Quando tem um aborrecimento mais sério, disse, *“falo com uma pedra e desabafo para um diário”.* A forma mais antiga que tinha de roubar os trocos da mãe, era ir à carteira da mãe quando esta ia tomar banho, mas agora, quando precisa de o fazer, deixa que a mãe adormeça primeiro. Para a menina está tudo a correr bem, não precisa de ser melhorado nada, a não ser que *“os problemas só começaram a surgir desde que se mudou para a actual casa”.* Não gosta dos vizinhos que, por vezes, fazem barulho.

Por norma deita-se pelas 23h 30, mas às vezes é mais tarde. *“A mãe, quando lhe apetece vai-se divertir à noite e eu fico em casa”.* Já houve colegas, rapazes, da escola que a foram chamar a casa depois da meia noite. É com a mãe que... a menina se dá melhor (bem) e é com ela que quer viver. *“Há dias estava a tomar banho no rio, a divertir-me a atirar água umas às outras (colegas) e apareceu o meu pai que disse: quero-te em casa às 3 horas e quero falar com a tua mãe, mas eu não fiz caso. Ele disse à minha avó e esta começou a mandar vir*

com a minha mãe e a minha mãe bateu-me, atirou-me com a vassoura (mostrou o hematoma e um pequeno arranhão), mas depois fomos a casa da minha avó que explicou tudo. Depois a minha mãe pediu-me desculpa (eu gostei) e fomos para o café comer gelados”.

Dado ter falhado o acompanhamento e apoio acordado, a menina, contra sua vontade foi colocada num lar, localizado a menos de cem quilómetros da sua residência. Prometeu “*Vou-vos fazer a vida negra*”. No lar roubava o próprio lar, empregadas e colegas, jogava a bola, asneirava e despia-se para os rapazes verem, tirava bebidas da despensa, não ía à escola, saía sem autorização, subvertia qualquer ordem, usava e abusava em telefonemas pelo telemóvel, ía para a janela provocar os rapazes, roubava bebidas e às vezes ía para a escola alcoolizada. A menina tornou-se insuportável no lar que apresentou o problema à Comissão.

Quando duas técnicas se deslocaram ao lar para avaliar a situação, não puderam regressar porque tinham dois pneus do carro cortados. Por decisão do Tribunal, a menina está a viver com a mãe e está a ser acompanhada pelo Instituto de Reinserção Social. A mãe tem cerca de trinta anos, é apoiada com um subsídio e tem casa cedida pela autarquia. Teve uma vida de abandono, terá passado pela droga e teve uma doença grave, cancerígena. Não aceita qualquer emprego menos bem cotado socialmente e despede-se facilmente de “empregada de comércio”.

5. 3 Julião Perdido

“Quero ser mecânico”

Uma denúncia anónima dizia que este menino, de 12 anos, dormia com a mãe, mas a voz da denunciante parecia fazer crer que lá em casa havia promiscuidade.

Das várias sessões que houve com o Julião, com a sua mãe e com a avó, separada ou agrupadamente, realçam-se alguns factos preocupantes: O menino vivia com a mãe e com a avó materna. Esta por vezes ía para uma outra casa sua, em localidade próxima, onde passava umas temporadas, acossada que tinha sido pelas discussões entre mãe e filha.

Senhora septuagenária, fora mãe solteira, tal como a filha mãe do Julião. Pessoa adoentada, com défice de audição, era/é a fonte de sustento da família pois tem uma pequena reforma e recebe mais algum dinheiro após o companheiro

que fora emigrante, ter falecido, para grande desgosto do menino que o tomava como referência e que muito gostavam um do outro: *“era quem me ajudava nas coisas da escola”*, disse o Julião.

Esta avó era quem se mostrava mais preocupada com a vida e saúde do neto e da filha, de resto era quem transportava a família num pequeno carro que conduzia. Fora operária fabril na mesma empresa onde a filha também trabalhou: entraram para a empresa no mesmo dia, mas à filha *“foi-lhe dado um trabalho melhor, mais leve, superior e melhor pago, mas passado pouco tempo, começou a “andar” com “fulano”, despediu-se do emprego e nunca mais fez nada”*.

Viveu com o pai da filha muitos anos, até à sua morte. Queixa-se que a filha a trata mal. Está proibida pela filha de ir à escola e em face disso quando a filha lhe pediu o dinheiro para os livros, não o deu. Mais recentemente, marcou consultas de neurologia para a filha e para o neto.

Para esta avó, que repetidas vezes e na sequência de conflitos com a filha, se afasta e/ou é afastada da casa e vai para a sua casa, noutra localidade, a solução do problema é: *“ou vivermos os três – avó, filha e neto – na mesma casa para eu controlar a situação e educar o neto, ou então, a solução será pô-lo num colégio para aprender a ser homem. Ele parte tudo, estraga tudo, não tem regras, levanta-se tarde. Ela não é amiga de ninguém, não é meiga com ninguém, faz tudo aos repelões”*. Outro problema para esta avó é que a filha *“ainda deve cerca de 2000 contos, mas não quer que se saiba. Anda nua em casa e quando lhe chamo a atenção diz que isso era dantes e que ela é moderna. O Julião não tem regras, mas ela também as não tem para lhas dar, vêem TV até às tantas da noite. Levantam-se muito tarde. Ela toma os medicamentos do filho, sem ir ao médico. A minha filha não me ouve. Ele é um menino muito hiperactivo, não gosta da escola e quer uma escola profissional, ele dorme mal”*. *“Esta noite eu fui-me deitar e ele depois deitou-se junto a mim e mais tarde veio ela que resmungou com ele dizendo que a cama era dela, mas ele não fez caso, de maneira que ele ficou entre nós as duas”*.

Ao ser lembrada a esta avó que o neto, já tinha 13 anos que já era um adolescente, um rapagão, e às vezes poderá fingir que está a dormir, sorriu dando a entender que isso já terá acontecido.

A mãe do Julião, com quarenta anos de idade, parece ter um pequeno distúrbio mental. Maltrata a sua mãe na frente do filho, num tom de desdém e ridicularização da velha senhora. Diz-se doente dos nervos e manifesta uma total

incapacidade em assumir qualquer responsabilidade ou cumprir qualquer decisão que dizia ter tomado ou aceite.

Desempregada mostrava-se renitente em procurar emprego. Quando lhe foi proposto emprego pelo Centro de Emprego aonde se dirigiu depois de muita resistência, rejeitou-o, justificando a atitude com autênticas fantasias.

Não aceita intromissões da avó do menino, não ajuda o filho porque não sabe. O facto do menino não conhecer o pai é assunto que, disse, não a preocupa porque *“o pai é que não o quis conhecer”*, mas sabe que uma das filhas do pai conhece o Julião. Viveu com o pai do menino escassos meses. Diz-se uma pessoa moderna e critica a mãe porque não o é.

Quando em sessão conjunta, diversas vezes é corrigida pelo filho que se mostra conhecedor de tudo o que se passa em casa. Perante o filho, tem tendência a antecipar as respostas às perguntas feitas ao menino. *“Minha mãe quer mandar em tudo, não gosta de nenhum homem que eu tenha, nem gostava do pai do Julião. O menino pede-me um pai e eu digo-lhe que ele tem um pai, mas ele quer um pai lá em casa, mas já lhe disse que não vou arranjar nenhum, não quero saber”*, disse a mãe de Julião.

O Julião, quando tinha três ou quatro anos, dormia mal e por isso foi ao médico que lhe receitou medicamentos para dormir melhor.

Aos seis ou sete anos voltou a ser medicado e disse-lhe que a sua gordura era derivada aos medicamentos. Pesava entre 80 e 90 quilos e tinha cerca de 1,60 de altura.

Até aos sete anos viveu com a avó, numa casa que esta possui, em localidade próxima.

Quando tinha 10 anos sofreu um acidente de carro com sua mãe, tendo ele ficado em estado de coma.

Entre os seus 10/11 anos faleceu o companheiro da avó, com quem o menino se dava muito bem e que sua mãe odiava. O menino recorda a data precisa daquele falecimento.

Foi operado a um testículo quando tinha 11 anos. Quando tem problemas não desabafa com ninguém. Gosta da avó e, com a mãe *“não tenho problemas”*.

A avó é quem o critica menos e é com ela com quem gosta mais de se divertir e passear. Como defeito da avó aponta que *“ela tem dinheiro e não me dá muitas coisas”*. Este menino queixou-se que o pai não tem depositado na sua conta a pensão. O menino fez dieta e apresentou-se mais emagrecido. Disse que

“não brinco nos recreios nem me ligo abertamente com os outros colegas mas não me sinto marginalizado. Já saltei da escola para a rua com um colega porque ele também o fez, queria ir para a escola pré-profissional mas... fechou” Referindo-se às relações mãe/avó, *“elas ralham uma com a outra, mas passa”*.

Tendo feito um horário de estudo que cumpriu durante escassos dias, o menino desistiu de estudar, dizendo que não gosta da escola e que os colegas agora lhe chamam “ganzas”, mas que ele não se droga – só uma vez fumou um charro e não gostou, deu-lhe tosse. De vez em quando falta às aulas. Tem 3 cães mas apenas um dorme dentro de casa: *“antes a minha mãe acordava-me com o cão, mas agora sou eu quem a acorda com o cão que começa a saltar em cima dela para se levantar. Às vezes estamos a ver televisão e a minha mãe vai-se deitar e eu depois, às vezes vou-me deitar à beira dela porque está quentinho. Ela acorda sempre maldisposta. Está desempregada e retiraram-lhe o subsídio de desemprego”*.

Julião continua a dizer que quer ser engenheiro mecânico, mas que não gosta de estudar, que gosta mais de fazer coisas e em casa já fez uns muros de tijolo e cimento. Compareceu duas horas antes da hora marcada para a sessão, com uma câmara de ar de bicicleta para substituir a que se estragou. Disse *“não tenho namorada, mas já tive: Só namorava quando andava no colégio, mas acabou, nessa altura eu era bom aluno. Tenho medo de ter mais responsabilidades”*.

Interrogado perante o círculo vicioso do seu aproveitamento escolar disse que *“contrário os professores, revolto-me, não me apetece estudar, não estudo, aborreço-me, não gosto de mostrar que não sei, sinto-me infeliz, inferior aos outros; os outros não gostam de mim, eles são parvos, sinto-me magoado”*. (...) *“Os professores gostam de mim, penso que eles são amigos, são colegas”*. Terminadas as aulas, vai para casa e brinca com o amigo...a anda de moto.

Não tendo aproveitamento escolar, nem podendo frequentar a escola que ele queria, em virtude de ter fechado, procurou-se inscrevê-lo numa outra escola, a menos de cem quilómetros de sua residência, onde ele podia fazer uma preparação na área da agricultura e veterinária, com equivalência ao 9º ano de escolaridade, em regime de semi-internato, ou seja, podendo vir nos fins de semana a casa. Era também oportunidade para a mãe e a avó, se procurarem entender melhor, reverem o seu relacionamento.

Nesta escola, começou por não respeitar horários, não respeitava a hora de deitar nem de se levantar, maltratava os professores, dormia nas aulas, punha a sala de aulas “em pé de guerra”, não estudava, não comia a comida que era feita para todos, os outros comiam. Ía comer em tascas fora da escola e gastava o dinheiro que a avó e a mãe lhe davam para ele vir no transporte público a casa no fim de semana. Telefonava à mãe para o ir buscar e ela ía. Foi dito à mãe que ao ir buscá-lo, sistematicamente, era o mesmo que dizer-lhe que o dinheiro que lhe dava para vir no autocarro, o gastasse porque ela ía buscá-lo.

Ele sabe que a mãe e a avó, frequentemente não estão em sintonia com o que lhe dizem, que lhe dizem uma coisa e depois mudam, não fazem o que dizem, ele fica com o poder de fazer o que quiser e de controlar uma e outra e cada vez mais ele se convence disso. A mãe continuou com o mesmo comportamento. O Julião faz todas as diabruras na escola: deita-se na estrada para ser atropelado, foge dos trabalhos agrícolas que todos fazem, e a correr dizia que se ía matar.

Não se sabe com segurança se uma vez em que ele se vestiu de super-homem, andava a fingir que assaltava casas ou se assaltava mesmo. Sabe-se sim que esse seu comportamento assustou muita gente. O menino foi expulso da escola. Está integrado num projecto da Segurança Social e tem acompanhamento psicológico.

5. 4 Victor Avoenga *“Realizador de cinema”*

A denúncia da situação parte da avó paterna que, em vez de denunciar o caso à Comissão da sua localidade, não o fez. Disse que se tratava do neto Victor, de 3 anos de idade, que está a viver em muito más condições, que a casa não tem condições, que a mãe é negligente, etc..

Chamados os pais e os avós do Victor, para esclarecimento do que se passava, apurou-se o seguinte: o processo já não era novo e fora resolvido pelo tribunal de outra comarca que estipulou o poder paternal à mãe da criança.

Como a situação não agradou à avó paterna, esta tentou outra via.

Os pais do Victor divorciaram-se e a sogra da mãe da criança não digeriu o divórcio e muito menos a atribuição do poder paternal.

O pai do Victor faz viagens longas e a mãe trabalha em terra vizinha. Mostrou-se como sendo uma pessoa subjugada a sua mãe, sem ideias próprias, parecendo gostar do filho e que por sua iniciativa não levantaria o problema. Mostrou-se magoado pela mulher o ter deixado, mas gosta muito dela.

A avó paterna do Victor, pessoa absolutamente obsessiva, teceu mundos e fundos acerca de maus tratos ao neto pela mãe e avós maternos, o que na realidade não se verificou. Começou por entregar à Comissão uma carta com seis ou oito páginas escritas, com a sua versão da decisão do tribunal e comportamento da nora. Quis mostrar um vídeo que mostraria a nora a ter relações sexuais com outros homens num parque, vídeo que não foi visto.

Mostrou diversas fotografias do neto: numa a criança estava a chorar e a avó dizia que era ele que não queria ir para a mãe; outras fotografias mostravam o neto nu, em cima de um *maple*, nutrido e risonho e a avó dizia que eram fotografia de quando ele estava com ela; outras fotografias apresentavam a criança chorosa e emagrecida, dizendo a avó que eram fotos tiradas quando o neto vinha da casa da mãe para passar o fim de semana com o pai.

Esta avó, mostrava-se muito sensibilizada, irritada, exaltada, dizendo que o neto lhe disse que a mãe fazia (sexualmente) certas coisas ao namorado e que o namorado da mãe lhe mexeu na pilinha. A obsessão, ou “loucura”, mostrou-se tão grande que se dava ao cuidado de pesar a criança quando a vinha visitar no fim de semana e quando saía para a mãe: *“meu neto perdeu 300 gramas, engordou comigo 500 gramas*; Deu-se ao cuidado de todas as semanas ir fazer análises ao sangue da criança, repetidamente, para controlar os diversos componentes do sangue: tinha tanto de hemoglobina e agora só tem tanto.

A preocupação com a saúde do neto era extrema, exagerada – num fim de semana foi três vezes ao hospital. Entretanto, o Victor estava bem, não estava doente.

As fotografias eram tiradas de diferentes perspectivas.

O pai do Victor falava pela boca da sua mãe. A mãe da criança, que inicialmente se mostrou preocupada, negou as afirmações da sogra, rebateu aquelas afirmações e deu como explicação do caso o facto de que, enquanto vivia com o marido e o filho, era a sogra quem decidia tudo, contra sua vontade e agora não o pode fazer.

Quando foi marcada uma sessão a sós com o casal, para de algum modo se tentar ajudá-los a ter um relacionamento mínimo, pondo a tónica no interesse do

filho e nos seus direitos, ambos os elementos compareceram. A estratégia a adoptar seria a de estar primeiro com cada um deles separadamente e, depois, se possível, estar com ambos. Tendo-se falado com o pai, foi-lhe pedido que aguardasse um pouco na sala de espera. Quando a mãe foi chamada, apresentou-se com uma advogada e aqui terminou a sessão.

Foi colocado o caso ao tribunal que nomeou um perito pediatra e acompanhamento pela segurança social. Já depois desta última decisão do tribunal foram metidos recursos.

5. 5 Júlio Trovão

“Basta olhar para ele”

O Júlio não toma os medicamentos receitados pelo psiquiatra, tranca-se no quarto e é muito agressivo, na opinião da tia.

Trata-se de um adolescente de 14 anos, bem constituído, que vive com a avó materna, septuagenária e uma tia de 40 anos. No bilhete de identidade do Júlio não consta o nome do seu pai.

O avô materno faleceu há meses e o Júlio diz ter sentido a falta dele, mas não muito porque lhe batia.

A avó e o Júlio vieram à Comissão a pedido desta. A avó começou por dizer que o Júlio é muito agressivo, não faz o que lhe manda, fica muito irritado quando lhe falta tabaco, tranca-se no quarto e quer dinheiro. A tia do Júlio não dá qualquer apoio em casa, *“não quer saber”*.

O Júlio separou-se da mãe aos dois anos, quando ela foi para o estrangeiro, viveu sete anos com a avó materna, com quem ficou, e depois esteve sete anos no estrangeiro, onde tem a mãe. Está em Portugal há meses. Tem dois irmãos, o que está com ele e o mais novo que está com a mãe e o pai dele.

“Nasci contra vontade da minha mãe, ela tomou comprimidos para eu não nascer, mas nasci. Não conheço o meu pai, mas a minha mãe disse-me que era um senhor muito rico que tem um filho de vinte e tal anos”. (...) “Foi a minha mãe quem mo disse”, são palavras do Júlio Trovão, que frequenta o 2º ciclo. Tanto ele como os irmãos são filhos da mesma mãe mas de pais diferentes.

No estrangeiro foi maltratado pela mãe e pelo padrasto, viveu três meses na rua, dormia na rua porque o actual companheiro da mãe o punha fora de casa e a

mãe nada fazia para contrariar a decisão do padrasto. Chegou a cortar os pulsos e a tomar 40 comprimidos. Esteve preso, no estrangeiro, porque o meteram num hospital psiquiátrico e pegou-lhe fogo. No estrangeiro *“peguei três vezes fogo ao quarto porque estava fechado nele e não suporto isso”*, disse o Júlio que se sente muitas vezes só, desamparado, perdido.

Gosta da avó, mas às vezes é agressivo com ela e depois arrepende-se.

Continua a não gostar da escola e quer ser internado. Recorrentemente diz que quer saber quem é o pai dele. O Júlio gosta de trabalhar, de fazer paredes, de agricultura, de andar de mota e de ginásio.

A avó, continuamente, queixa-se que o Júlio é agressivo, quer tudo de marca e, diz que enquanto não tiver dinheiro na conta não pára.

Aconteceu que no fim de uma sessão com o Júlio este chegou a casa e recebeu um telefonema da mãe ou vice-versa, depois dirigiu-se sozinho a casa do pressuposto pai, bateu à porta e o homem que abriu a porta negou-lhe a paternidade.

Posteriormente, uma semana depois, o Júlio tentou suicidar-se em casa, razão pela qual foi para o Hospital onde esteve em tratamento e donde regressou a casa na companhia da avó. Está a ser medicado pela pedopsiquiatria. *“Fiz isso porque estava a ser rejeitado, outra vez. (...) Tinha-me portado mal na escola e a minha avó foi chamada lá e não me disse nada”*. Que fizeste na escola? *“Faltei à escola. O meu irmão mandou-me com um banco à cabeça e eu mandei-lhe com outro, fui para o quarto, parti a mesa de cabeceira, a minha avó estava na cozinha a fazer a comida”*.

O Júlio recebe da Segurança Social do estrangeiro onde esteve, cerca de 70 contos (em moeda antiga) e 30 que a mãe lhe manda. Ele sabe que quando fizer 16 anos a sua “pensão” será de 800 euros. Este dinheiro que vem do estrangeiro para o Júlio é creditado numa conta bancária aberta em nome da tia e da avó. Como a avó não sabe ler, o banco entregou à tia o cartão de débito Multibanco e o respectivo código, mas a tia que não ajuda, nem quer saber de nada, entregou à avó do Júlio o cartão e o código. Ingenuamente a avó pegou no cartão e pô-lo debaixo de uma toalha da mesa e entregou o código ao Júlio. É ele que gere a conta e não dá nada à avó.

A avó lamenta-se amargurada: *“Há anos ele saltou pela janela, mas a mãe dele também o fez... ela não cuidava dele (antes de ir para... estrangeiro) e era ele muito pequenino, metia-se no quarto com ele, e disse-me “ele é meu, posso*

matá-lo”. Esta avó está convencida que sabe quem é o pai do Júlio, mas como não tem provas não diz, mas refere :” *basta olhar para ele*”.

O Júlio, tendo continuado a fazer disparates, foi internado numa Instituição de Reinserção Social, onde passou meses e actualmente, tendo saído, está a ser acompanhado pelos técnicos da Segurança Social.

5. 6 Teresa da Cruz

Uma comunicação à polícia dá conta que em determinado apartamento, altas horas da noite, se ouvem crianças a chorar ou a gritar e muito barulho.

Deslocada ao local, a Comissão é recebida por uma empregada da casa que disse que estava a tomar conta de 4 crianças, filhas de Teresa e que esta fora trabalhar a Lisboa.

A profissão de Teresa trouxe à lembrança da Comissão o caso que havia sido tratado, meses antes: foi o caso do Tomás, criança que se portava mal, e sobre o qual, a determinada altura foi perguntado ao pai: então como vai o Tomás? “*Agora anda muito bem, está na casa da Teresa, está bem, mais calmo e tudo*”, disse o pai. Contudo, passados uns dias o Tomás deu entrada no hospital com uma intoxicação medicamentosa.

Um dos elementos da Comissão, conversando sobre os casos que tem em mãos, recordou-se de que, quando trabalhou no concelho X tomou conhecimento que Teresa também aí tinha exercido a sua profissão e que fora expulsa do serviço na sequência de um processo disciplinar e internada compulsivamente, em psiquiatria.

Contudo, o primeiro contacto da Comissão com Teresa foi cordato e com muitas explicações coerentes: uma mãe que trabalhava arduamente, fazia horas extraordinárias para melhorar os rendimentos, que tinha quatro filhos que andavam bem na escola, limpos, nutridos, que fazia parte da associação de pais onde era muito apreciada.

O contraste das informações que havia, com a observação directa e o discurso de Teresa, gerou perplexidade na Comissão e mais perplexidade surgiu quando um elemento da Segurança Social diz ter recebido um pedido de informação sobre Teresa porque ela se preparava para adoptar dois gémeos algures num concelho a sul do Tejo.

Como é que, tendo já 4 filhos, a seu cargo, trabalhando em Lisboa, vai adoptar dois gémeos? Algo está por explicar, e estava.

Instalou-se um alerta e fizeram-se diversas tentativas para visitar a casa de Teresa: algumas infrutíferas até que um dia quem abre a porta da casa é a filha mais velha de Teresa, que diz que a mãe não estava porque tinha ido despejar o lixo (o que dizia sempre). Esperou-se que o lixo pudesse ser despejado, mas entretanto a criança começou a ficar chorosa, aflita e disse que é ela que fica a tomar conta dos irmãos.

Concluiu-se que os empregados que Teresa tinha rodavam com demasiada frequência: não eram pagos, soube-se mais tarde.

Num Natal recente, o padrinho da filha mais velha de Teresa e seu irmão, foi buscar a afilhada para passar uns dias com ele. Quando foi entregar a afilhada de volta à mãe, na casa desta, deparou com uma casa em total desarrumo, suja em excesso, cheirando muito mal e Teresa não estava. Não deixou a afilhada e telefonou ao pai de outros dois filhos de Teresa, contando-lhe como viu a casa, com os seus filhos lá dentro e com mãe ausente. De imediato pegou nos filhos e levou-os para a sua casa e, no mesmo dia, instaurou processo de revisão do poder paternal no tribunal.

Dias mais tarde, os filhos estavam sozinhos em casa da mãe e, cheios de frio acenderam a lareira e o resultado foi pegarem o fogo, fumo pela chaminé e os bombeiros a apagar.

Nova ida à casa de Teresa para falar com ela. Atendeu um homem, conhecido drogado, a quem a Comissão tinha retirado, de urgência os sobrinhos, pois viviam numa barraca, em situação miserável, mas que, muito delicadamente, disse:

"Dona Teresa não está. Posso é telefonar, porque deve estar no café". Teresa apareceu acompanhada de uma outra mulher, conhecida "vidente", para testemunhar em como estava a fazer mudança de casa, que já não dormia naquela casa.

A Comissão, ao ver a chaminé toda queimada, confrontou Teresa com a situação das crianças estarem sós e os riscos que estavam a correr. A princípio contestou, negou, mas por fim passou a fazer o papel de vítima, dizendo que ninguém a apoiava, que estava em mudança e que se tinha de compreender a "bagunça" da casa.

Porque a situação não se podia manter e Teresa deu provas de que é mentirosa, foi-lhe proposto que, dado ter os avós maternos predispostos a receber temporariamente os seus filhos, por uma questão de estabilidade e até para que ela pudesse organizar melhor a sua vida e criar condições para ter consigo os filhos, que estes podiam ir já naquele dia (era 6ª feira) para os avós e, na 2ª feira, os avós vinham pôr as crianças à escola e, de caminho, passavam na Comissão todos (Teresa, os avós e a Comissão Restrita) para assinarem o acordo.

Teresa disse concordar, mas não só não compareceu como se tornou incontactável. A Comissão e os avós das crianças esperaram que ela aparecesse. Fizeram-se vários telefonemas e de um café disseram: *“Dona Teresa está muito mal no hospital em Lisboa e não pode falar, mas disse que trouxessem as crianças para aqui, para o café, porque já têm quem tome conta delas”*.

A Comissão ligou ao advogado de Teresa que face à situação disse que se trata de uma retirada ilegal. Foi-lhe dito que não é verdade e que pode tirar as dúvidas com uma advogada que faz parte da Comissão. Foi feita a retirada para acautelar as crianças: Teresa não estava para as receber; não havia outro local disponível nem mais acertado que os avós. O Tribunal concordou com a retirada.

Teresa vai buscar os filhos em fins de semana mas depois não os vai entregar conforme o que foi decidido pelo Tribunal.

Entretanto, Teresa ficou grávida. Encobriu a gravidez e ninguém deu conta.

Num fim de semana, os dois filhos mais novos, vieram do pai passar o fim de semana com ela: um deles, de 4 anos de idade, deu entrada no hospital com intoxicação medicamentosa e foi imediatamente de emergência para o Hospital D. Aí fizeram-lhe análises e encontraram elementos de um medicamento que é aplicado em doentes graves do foro psiquiátrico.

Face à intoxicação, o hospital perguntou a Teresa como é que aconteceu a intoxicação do filho. Teresa disse que não tinha esse medicamento em casa, que o miúdo foi entregue ao pai e, quando o pai lho trouxe para passar o fim de semana, já vinha assim e que na casa do pai sim há lá um doente que usa esses medicamentos que foram dados ao miúdo.

Pouco convencidos, os médicos insistem e contrapõem os argumentos de Teresa que, ao ver-se desmascarada, entra em trabalhos de parto. O parto correu bem. O hospital, estranhando ter uma mãe que visita um filho intoxicado e que depois de apertada pariu, por cautela, transferiu mãe e bebé para o Hospital Y

mais próximo da residência. Este hospital entrou em contacto com a Comissão e assim surgiu novo caso/processo para Teresa com os antecedentes descritos.

Chamada à Comissão disparata com tudo e furiosa diz "*o mal foi ter nascido no Hospital D, porque eu já tinha tudo combinado com a doutora Z, do Hospital M, que o dava para adopção*". Teresa está suspensa da actividade profissional por um ano, tem um processo disciplinar, está em dívida da hotelaria que teve a seu cargo, mas já contratou outro estabelecimento idêntico. O bebé está agora muito próximo dela. Tem-se mostrado muito cuidadosa com o bebé.

Entretanto, para ter mesmo o bebé consigo, foi-lhe proposto ela ir com o bebé para uma instituição para pacificar um pouco e pensar como recompor a sua vida, descansar. Concordou, rindo. Feitos os necessários contactos para concretizar aquela proposta, não se encontrou vaga em nenhuma instituição para o efeito. Ao ser-lhe dito o resultado voltou a sorrir dizendo que ela já sabia que não havia vagas. Em tais circunstâncias a lei obriga a remeter o processo a tribunal, o que foi feito.

5. 7 Eufémia e Sofia

O queixume é de que Sofia é maltratada.

Eufémia é uma bebé com um ano de idade aproximadamente, e Sofia é a irmã um pouco mais velhinha, com três anos de idade. A mãe das duas crianças é a mesma, mas os pais são distintos.

O pai da Sofia só a mãe sabe quem é.

Os pais da Eufémia vivem uma união de facto, há cerca de um ano, com ambas as crianças. O pai da Eufémia é um jovem adulto, que ainda não tem 30 anos, é bom trabalhador como operário, começou a trabalhar muito novo, tem o 6º ano de escolaridade e a mãe é uma jovem com os seus 20 anos, doméstica, espera "*fazer uns dias a ajudar num café*" e tem como escolaridade a 4ª classe ou seja o 4º ano.

Quanto aos maus tratos a Sofia, a mãe nega que lhos dê, reconhecendo porém que a criança é rebelde. O pai da Eufémia não é categórico em afirmar que a companheira maltrata a Sofia, mas dá a entender que o faz.

Ao tentar-se compreender a história desta família, um facto inusitado aconteceu: a mãe das crianças, Aninha, mostrando-se muito irritada, agressiva,

sem motivo (aparente) pois falava-se dos ferimentos de Sofia, do relacionamento familiar, levantou-se e saiu batendo a porta da sala onde decorria a entrevista, o que levou o companheiro, Afonso, a pedir desculpa da atitude dela, acabando por dizer *“Já lhe tenho dito que se ela tivesse levado umas chapadas não era assim”*.

Pareceu pois importante conhecer as histórias destes pais:

Mãe de Aninha faleceu há 13 anos. De uma fratria de seis, Aninha é a mais nova dos filhos. O pai de Aninha refez novamente a sua vida e vive uma união de facto com uma mulher de 34 anos, de quem tem uma filha deficiente com cerca da 12 anos e está a aguardar mais uma bebé. Na opinião de Aninha, o pai, depois do falecimento da mãe *“foi um ver se te avias, quanto a mulheres”*.

Aninha, filha mais nova, só teve a mãe cerca de seis ou sete anos ou seja, na idade escolar ficou sem ela. Com quem se dá melhor é com a irmã mais velha da fratria, que tem trinta e alguns anos e, o seu “ódio de estimação” é a irmã mais nova porque *“roubou-me o namorado e quer tudo o que tenho”*.

A Sofia foi retirada da mãe e quando, há cerca de um ano, Aninha a foi buscar levou toda a família, o companheiro, os avós e muitas outras pessoas.

Sofia chorou longamente e rejeitou a mãe.

A enurese de Sofia começa a preocupar Afonso que reconhece que a companheira discrimina a Sofia em favor da Eufémia.

Dos pais de Afonso sabe-se que:

Afonso é o filho sobrevivente de uma fratria de dois. Os pais de Afonso são já sexagenários: a mãe é doméstica e o pai empresário e têm um nível de vida que não sendo rico, é bom. Afonso trabalha na empresa do pai. O desgosto desta família é ter perdido um filho que tinha uma diferença de idade de Afonso, de cerca de 4 anos.

Quando exaltados os pais de Afonso, culpam-no pela morte do irmão e Afonso sente-se muito magoado e injustiçado, porque não tinha qualquer possibilidade de salvar o irmão.

Tanto Afonso como os seus pais parecem pessoas sérias, confiáveis. Afonso contudo frequentou a noite e aí enamorou-se de Aninha, donde não será de excluir uma certa boémia e alguma passagem ligeira pela droga.

Os pais de Afonso, reconhecem e afirmam que Aninha trata mal e de forma muito diferente a Sofia. *“Só dá mimo à Eufémia e rejeita a Sofia e eu não gosto. Diz que é muito rebelde mas eu acho que as crianças são assim, que são vivas”*,

disse o avô de Eufémia. A mãe de Afonso dá pormenores da discriminação mas se diz qualquer coisa à Aninha, esta irrita-se, levanta-se, dá uma volta e sai.

Parecendo idóneos, capazes e afectivos para eventualmente servirem de rede de suporte à família do filho e de Sofia, colocada a hipótese, foram peremptórios: Protegem e protegerão sempre e enquanto puderem e se precisarem, o filho e a Eufémia, pois *“nunca lhes há-de faltar nada”*. Quanto à Aninha e à Sofia, não se dispõem a nada.

A explicação foi a de que o Afonso é filho e a Eufémia é neta e, por outro lado, aguardam que a relação Afonso/Aninha acabe qualquer dia, *“ porque ela não é mulher para ele... ele agora anda embeijado, mas isso há-de passar-lhe porque ele não quer aquela vida dela, ele tem outros princípios. Nada faremos para que se separem mas... hão-de separar-se. Se déssemos apoio ou os trouxéssemos para casa, quando isso se desse nunca mais nos víamos livres dela. Dantes iam todos lá jantar a casa, mas quando se diz qualquer coisa a ela, irrita-se logo, maltrata a Sofia, não colabora em nada e a mãe de Afonso não é criada dela para continuar a lavar-lhe a roupa, a lavar a louça e ela, que não faz nada, dorme até às tantas.... Ficou amuada, deixou de lá ir. O Afonso vai, leva a filha e às vezes a Sofia e eu gosto disso, não faço discriminação das crianças quando estamos com elas. Não assumimos é responsabilidade pela criança nem pela mãe”*.

Face à situação, está a ser feito acompanhamento da família e a ser dado apoio formativo a Aninha.

5. 8 Brites de Almeida e Bartolomeu

A sinalização apontava como facto que duas filhas deste casal, crianças de 12 e 13 anos, no verão, altas horas da noite, terão sido vistas com rapazes, mostrando o sexo e tendo um vocabulário chocante.

Da entrevista com o casal, a impressão que ficou mais vincada foi a de que a denúncia não correspondia completamente à verdade, a fazer fé nas declarações de Brites de Almeida. Verdade é que o casal e os 5 filhos estiveram na entrevista. Estes têm idades entre os 7 e os 13 anos, o seu aproveitamento escolar é regular pois só uma filha chumbou no 5º ano, uma vez.

Todos praticam um desporto com bola e têm outras actividades extra-escolares. São crianças normalmente nutridas e alegres. Brites não gosta da gente do bairro onde mora (devido ao falatório) e, para afastar as filhas do ambiente (mora perto de uma escola), matriculou-as numa escola mais distante.

A comunicação de Brites com Bartolomeu é má desde há 3 anos. Brites de Almeida é a líder da família. É ela quem manda, põe e dispõe em casa. Bartolomeu dá cerca de 50 euros por mês para as filhas.

Brites é solteira, doméstica, trabalha a dias a fazer limpezas e Bartolomeu é operário, divorciado. Vivem em união de facto há cerca de 20 anos.

Durante os primeiros anos, Bartolomeu quando se aborrecia agredia fisicamente Brites e as filhas até que, desde que Brites começou a responder-lhe às agressões, ele deixou de agredir fisicamente a companheira e as filhas e passou a utilizar a agressão verbal.

O casal tem um mau relacionamento, praticamente não falam. Bartolomeu só vai a casa dormir e nem sempre e, na expressão de Brites, “ *não come em casa porque criticava a comida que eu fazia*”. Quando Bartolomeu dorme em casa, Brites dorme no sofá com as filhas. Uma das filhas que estava presente disse mesmo que uma coisa boa que podia acontecer era o pai deixar a casa.

Foram feitas algumas sessões com este casal no sentido de melhorar o relacionamento e foi-lhe dado um tempo para que, para bem das crianças e de cada um, tomassem uma resolução firme e clara.

Não chegando a acordo o casal, Brites, um dia, trocou a fechadura da porta e Bartolomeu não mais entrou em casa. Brites e as filhas dizem estar bem.

Contudo, uma filha de Brites, muito mais velha do que as filhas de Bartolomeu, tem um companheiro e um filho de meses e foram viver com Brites. O companheiro desta filha foi iniciado em droga.

Existem todas as razões para se estar vigilante em relação à família Brites porque esta mãe não parece ter possibilidade para controlar tantos filhos.

5. 9 Túlio e Paquito da Adelina

Túlio é um septuagenário, reformado, que tem dois filhos de quarenta anos, fruto do seu casamento. Está divorciado há cerca de trinta anos e vive em união

de facto com Adelina, mulher com cerca de quarenta anos, sensivelmente há 12 anos. Desta relação nasceu o seu terceiro filho, Paquito, criança de 7/8 anos.

Túlio, aos cinco anos de idade foi abandonado pela mãe e separado das suas três irmãs.

Adelina também tem toda uma história de vida de abandono e de separações. Quando era ainda de menor idade, teve um filho, fruto de uma situação incestuosa que manteve com seu pai. Mais tarde, Adelina vem a ter mais dois filhos de outras relações. Posteriormente, abandonando os filhos de tenra idade, fez um percurso de prostituição, não só no país mas também no estrangeiro.

Há cerca de doze anos, recebeu uma carta de Túlio propondo-lhe uma vida a dois e alguma segurança económica, inclusive, colocando no banco e em nome dela uma quantia ligeiramente superior a dez salários mínimos nacionais.

Adelina aceitou a proposta e regressou ao país e para casa de Túlio, iniciando assim uma vida a dois. Posteriormente, Túlio propôs a Adelina que o filho mais velho dela passasse a viver consigo e com ela/mãe.

As relações entre o casal, cedo começaram a ser conflituosas, e, entretanto, nasceu, a contragosto de Angelina, o Paquito.

Logo no início da gravidez Angelina tentou abortar, mas Túlio impediu que o aborto fosse feito. Mais tarde, Angelina tentou afogar o bebé na banheira, contudo o acto não foi conseguido, mais uma vez, por intervenção de Túlio. Este pai, pensando na idade que tinha e na responsabilidade assumida, doou a casa de habitação ao Paquito que, na linguagem do pai, é o seu orgulho.

Na sequência de um desentendimento, há cerca de quatro anos, a mãe saiu de casa, levou o Paquito consigo e, entretanto, foi-lhe atribuído o poder paternal.

O filho mais velho de Adelina também deixou a família. Escassos dias após a saída da casa, mãe e filho, regressam à antiga habitação, co-habitando novamente, pai, mãe e filho.

Coincidentemente ou não com os graves desentendimentos de seus pais, esta criança, Paquito, está a ser medicada há cerca de quatro anos e, a enurese que se suporia extinta aos dois/três anos, perdura.

Repetidamente e na presença de Adelina, Túlio disse ao filho que a mãe não queria que ele nascesse e que, posteriormente, o tentou afogar na banheira e a mãe não negou estes factos ao filho. A rebeldia desta criança chega a pontos

de “tourear” – fazer o gesto de toureiro – a mãe, quando esta se aproxima dele, por exemplo na rua, no supermercado, etc.

O pai mostrou-se cuidador do filho enurético pois é quem lhe vai mudar a roupa da cama quando faz xixi, enquanto que a mãe insulta o filho de mijão.

Pai e filho parece darem-se bem, entre ambos parece haver dedicação e amor o que entre mãe e filho parece ser duvidoso existir.

Com a idade que Túlio já tem, apesar do amor pelo filho, por quanto tempo terá condições para continuar a cuidar da criança?

Adelina está em vias de casar ou de viver em união de facto, agora também com um homem bastante mais velho que ela, solteiro e filho único, que vive com os pais.

Perante a situação, foi proposto aos pais de Paquito que ele fosse colocado num colégio particular da zona de residência (o melhor da região) como aluno interno. Os pais concordaram e a mãe disse que pagava uma parte das mensalidades e o pai a parte restante, a maior parte, para o filho estudar e criar algumas regras de convivência, ficando os pais com total liberdade de visitar o filho sempre que queiram e sempre que o filho o deseje.

Apesar de tudo, existem dúvidas de que a mãe cumpra com o pagamento acordado ou até com o abono de família.

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS E DAS ESCALAS

6. 1 – Estatística Descritiva

Em termos de estatística descritiva apresentam-se, para as variáveis de caracterização, as tabelas de frequências e gráficos ilustrativos das distribuições de valores verificadas e, para as variáveis quantitativas, também as tabelas de frequências e as estatísticas relevantes.

As variáveis da escala de medida foram analisadas através das categorias apresentadas. Para as variáveis das escalas de medida, apresentam-se alguns dados significantes, como:

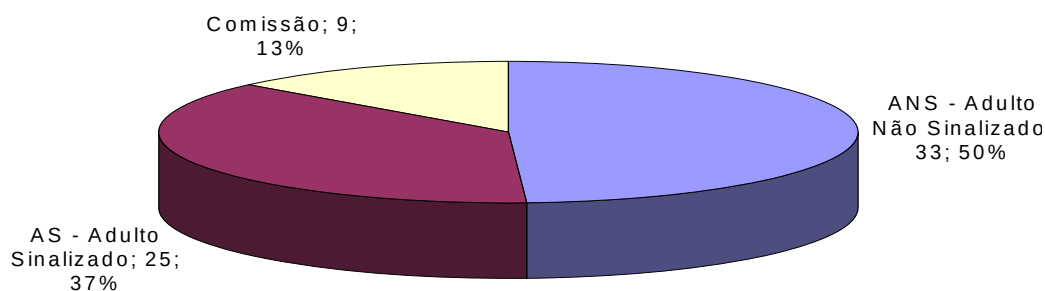
- Os valores médios obtidos.
- Os valores do desvio padrão associados a cada escala, que representam a dispersão absoluta de respostas certa para cada questão.
- O coeficiente de variação, que ilustra a dispersão relativa das respostas: quanto maior, maior é a dispersão de respostas.
- Os valores mínimos e máximos observados.
- Gráficos ilustrativos dos valores médios das escalas.

6.1. 1 – Adultos

Subamostras

	Frequência	Porcentagem
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	49.3
AS – Adulto Sinalizado	25	37.3
Comissão	9	13.4
Total	67	100.0

Subamostras



A amostra é constituída por 33 adultos não sinalizados, 25 sinalizados e 9 elementos da comissão, que a partir daqui serão analisadas como subamostras independentes.

6. 1.1.1. Caracterização das subamostras

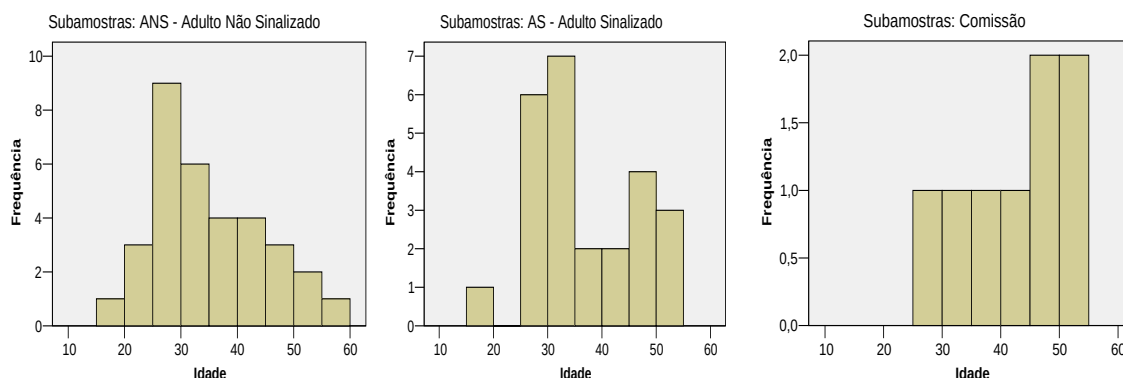
Idade

Estatísticas:

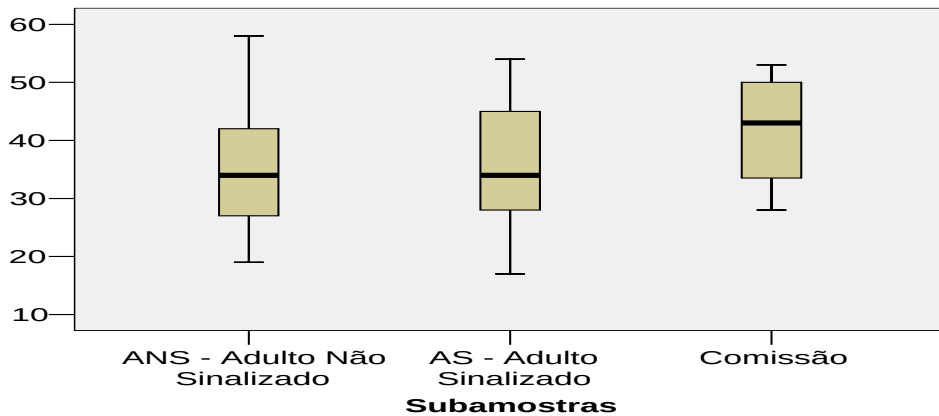
	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	34.4	10.1	29%	19	58
AS – Adulto Sinalizado	36.3	10.0	28%	17	54
Comissão	41.8	9.5	23%	28	53

Na amostra, a média das idades aumenta dos Adultos Não Sinalizados (mais novos) para os elementos da Comissão (mais velhos).

A distribuição de idades ilustra-se pelos histogramas:



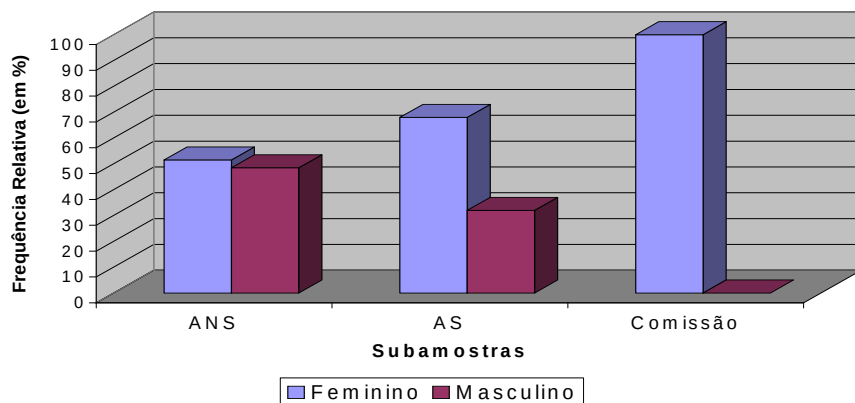
E pelo diagrama tipo caixa:



Na amostra, verifica-se que a distribuição das idades é semelhante para os Adultos Sinalizados (AS) e Adultos Não Sinalizados (ANS), apresentando valores superiores para os elementos da Comissão (C).

Sexo

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Feminino	17	51.5	17	68.0	9	100.0
Masculino	16	48.5	8	32.0	0	0
Total	33	100.0	25	100.0	9	100.0

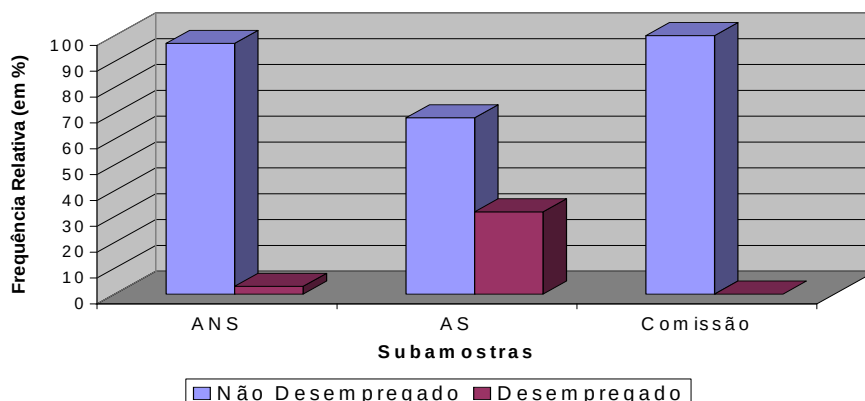


Na amostra, a percentagem de ambos os sexos é semelhante para os ANS; nos AS aumenta a percentagem do sexo feminino e na Comissão apenas há elementos do sexo feminino.

Desemprego

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Não	32	97.0	15	68.2	9	100.0
Sim	1	3.0	7	31.8	0	0
Total	33	100.0	22	100.0	9	100.0
Não respostas			3	12.0		
Total			25			

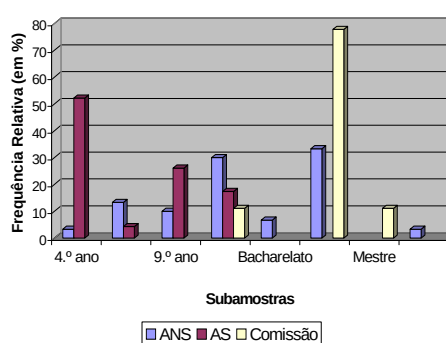
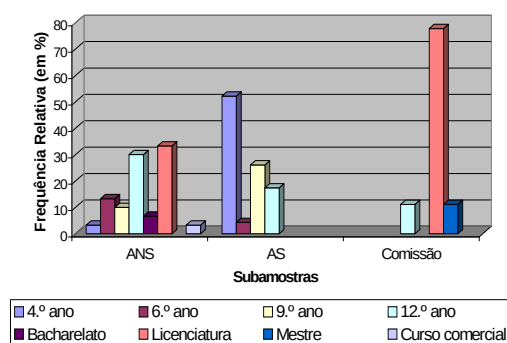
NOTA: As percentagens são calculadas para as respostas válidas, regra que será sempre seguida. Apresentam-se também as não respostas e a sua percentagem no total da amostra.



Na amostra, a percentagem de desempregados apenas é significativa para os AS; nos ANS apenas há um desempregado e na Comissão não há desempregados.

Escolaridade

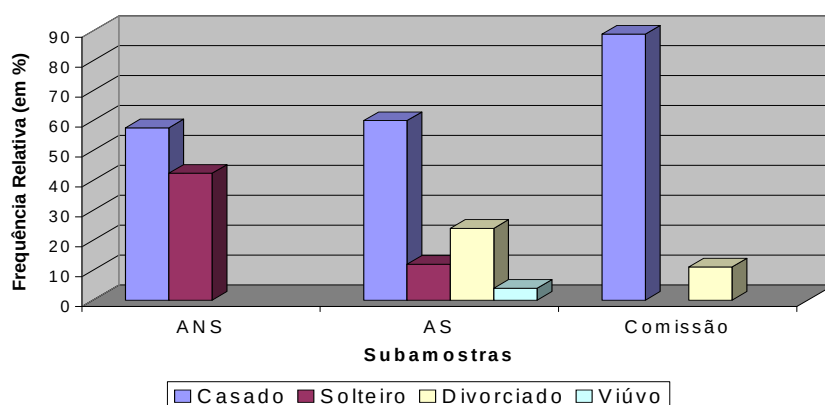
	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
4.º ano	1	3.3	12	52.2		
6.º ano	4	13.3	1	4.3		
9.º ano	3	10.0	6	26.1		
12.º ano	9	30.0	4	17.4	1	11.1
Bacharelato	2	6.7				
Licenciatura	10	33.3			7	77.8
Mestre					1	11.1
Curso comercial	1	3.3				
Total	30	100.0	23	100.0	9	100.0
Não respondeu	3	9.1	2	8.0		
Total	33	100.0	25	100.0		



Na amostra, a menor escolaridade predomina nos AS, nos ANS há uma maior dispersão de escolaridades (superiores às dos AS) e na Comissão apenas um elemento não tem ensino superior.

Estado Civil

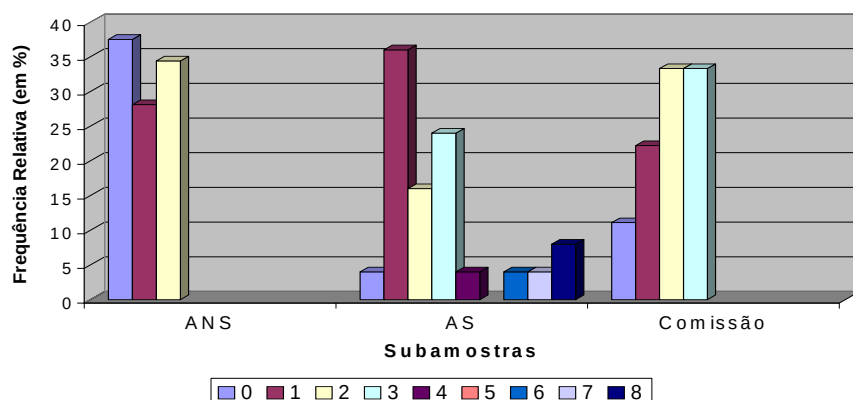
	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Casado	19	57.6	15	60.0	8	88.9
Solteiro	14	42.4	3	12.0		
Divorciado			6	24.0	1	11.1
Viúvo			1	4.0		
Total	33	100.0	25	100.0	9	100.0
Não respondeu						
Total						



Na amostra, os ANS distribuem-se por casados e solteiros, nos AS observam-se todos os estados civis, e na Comissão apenas um elemento não é casado, sendo divorciado.

N.º de Filhos

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
0	12	37.5	1	4.0	1	11.1
1	9	28.1	9	36.0	2	22.2
2	11	34.4	4	16.0	3	33.3
3			6	24.0	3	33.3
4			1	4.0		
5						
6			1	4.0		
7			1	4.0		
8			2	8.0		
Total	32	100.0	25	100.0	9	100.0
Não respondeu	1	3.0				
Total	33	100.0				



Na amostra, os ANS têm entre 0 e 2 filhos, os AS têm entre 0 e 8 filhos e na Comissão têm entre 0 e 3 filhos.

Estatísticas para o n.º de filhos:

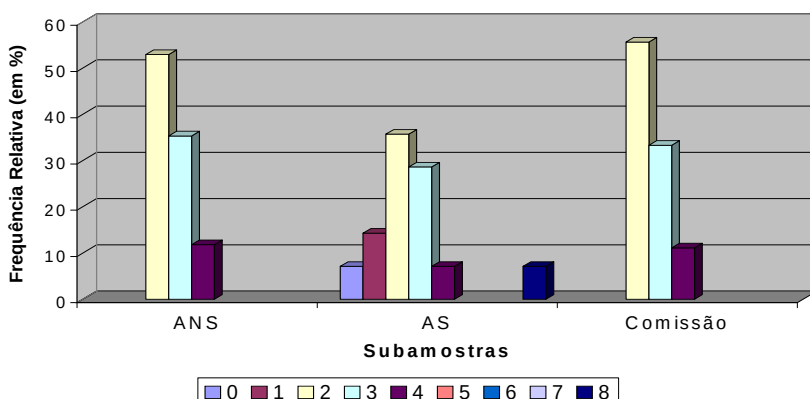
	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	32	1.0	0.9	89%	0	2
AS – Adulto Sinalizado	25	2.7	2.3	83%	0	8
Comissão	9	1.9	1.1	56%	0	3

O n.º de filhos, em média, é inferior para os ANS e superior para os AS.

N.º de Filhos que queria

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
0			1	7.1		
1			2	14.3		
2	9	52.9	5	35.7	5	55.6
3	6	35.3	4	28.6	3	33.3
4	2	11.8	1	7.1	1	11.1
5						
6						
7						
8			1	7.1		
Total	17	100.0	14	100.0	9	100.0
Não foi perguntado	15	45.5				
Não respondeu	1	3.0	11	44.0		
Total	33	100.0	25	100.0		

O n.º de não respostas é relevante, perto dos 50%, nos ANS e nos AS.



Na amostra, os ANS desejavam ter entre 2 e 4 filhos, os AS entre 0 e 4 filhos, com um deles a referir 8 filhos e na Comissão queriam também entre 2 e 4 filhos.

Estatísticas para o n.º de filhos que desejavam:

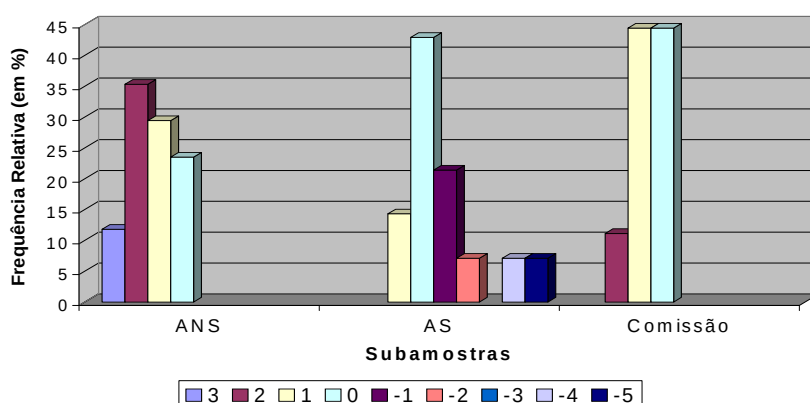
	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	17	2.6	0.7	28%	2	4
AS – Adulto Sinalizado	14	2.6	1.9	73%	0	8
Comissão	9	2.6	0.7	28%	2	4

O n.º de filhos que queriam ter, é igual, em média, para as três subamostras.

Diferenças entre o n.º de Filhos que queriam ter e os que têm

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
3	2	11.8				
2	6	35.3			1	11.1
1	5	29.4	2	14.3	4	44.4
0	4	23.5	6	42.9	4	44.4
-1			3	21.4		
-2			1	7.1		
-3						
-4			1	7.1		
-5			1	7.1		
Total	17	100.0	14	100.0	9	100.0
Não foi perguntado	15	45.5				
Não respondeu	1	3.0	11	44.0		
Total	33	100.0	25	100.0		

O n.º de não respostas é relevante, perto dos 50%, nos ANS e nos AS.



Na amostra, os ANS queriam ter mais filhos do que aqueles que têm (entre 0 e 3 filhos menos do que os que queriam ter); os AS queriam, na sua maioria, ter menos filhos do que os que têm, embora exista mais de 40% dos AS que considera que o n.º de filhos que queriam ter é igual ao n.º de filhos que têm; na

Comissão queriam ter mais filhos do que os que têm (entre 0 e 2 filhos a menos do que os que queriam ter).

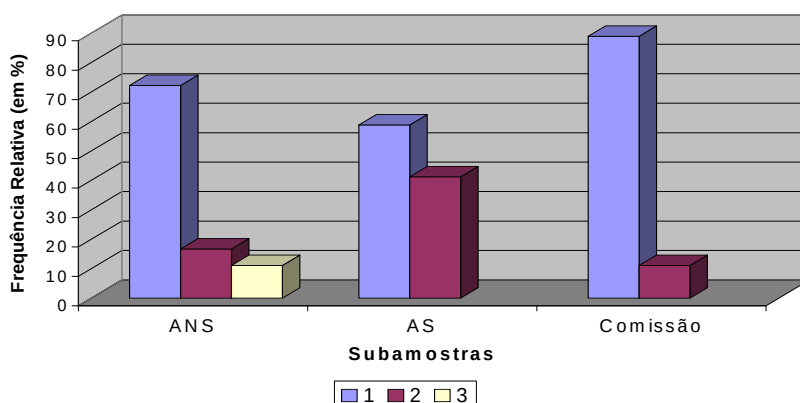
Estatísticas para a diferença entre o n.º de Filhos que queriam ter e os que têm:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	17	+1.4	1.0	74%	0	3
AS – Adulto Sinalizado	14	-0.9	1.7	204%	-5	1
Comissão	9	+0.7	0.7	106%	0	2

Os ANS e a Comissão, em média, queriam ter mais filhos do que aqueles que têm e os AS queriam ter menos filhos do que têm.

N.º de Companheiros que teve

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
1	13	72.2	10	58.8	8	88.9
2	3	16.7	7	41.2	1	11.1
3	2	11.1				
Total	18	100.0	17	100.0	9	100.0
Não foi perguntado	14	42.4				
Não respondeu	1	3.0	8	32.0		
Total	33	100.0	25	100.0		



Na amostra, a maioria dos ANS e da Comissão apenas tiveram um companheiro, embora se observem casos com 2 e 3 companheiros, nos AS há uma percentagem superior que já teve 2 companheiros. Os AS, em média, têm mais companheiros que as outras subamostras.

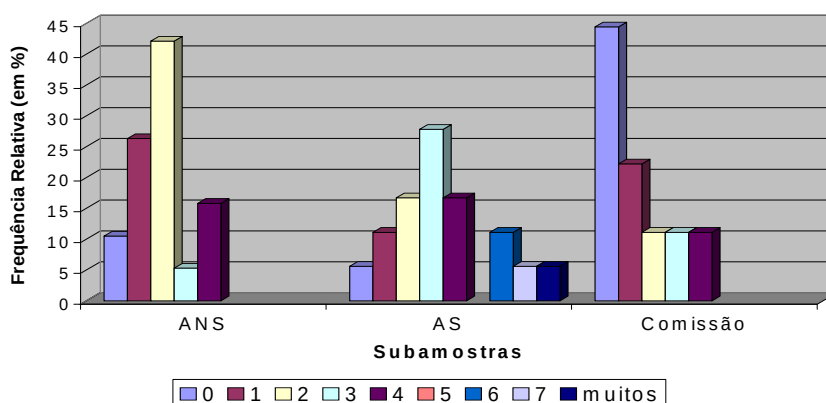
Estatísticas para o n.º de companheiros que teve:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	18	1.4	0.7	50%	1	3
AS – Adulto Sinalizado	17	1.4	0.5	36%	1	2
Comissão	9	1.1	0.3	30%	1	2

O n.º de companheiros que teve, em média, é inferior para os elementos da Comissão e igual para os ANS e os AS.

N.º de empregos que teve

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
0	2	10.5	1	5.6	4	44.4
1	5	26.3	2	11.1	2	22.2
2	8	42.1	3	16.7	1	11.1
3	1	5.3	5	27.8	1	11.1
4	3	15.8	3	16.7	1	11.1
5						
6			2	11.1		
7			1	5.6		
Muitos			1	5.6		
Total	19	100.0	18	100.0	9	100.0
Não foi perguntado	14	42.4				
Não respondeu			7	28.0		
Total	33	100.0	25	100.0		



Na amostra, a maioria dos ANS teve entre 1 e 2 empregos, os AS entre 0 e mais de 7 empregos na Comissão a maioria teve entre 1 e 2 empregos.

Estatísticas para o n.º de empregos que teve:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	19	1.9	1.2	63%	0	4
AS – Adulto Sinalizado	18	3.6	2.4	68%	0	10
Comissão	9	2.2	1.5	67%	1	5

O n.º de empregos que teve, em média, é inferior para os ANS e superior para os AS.

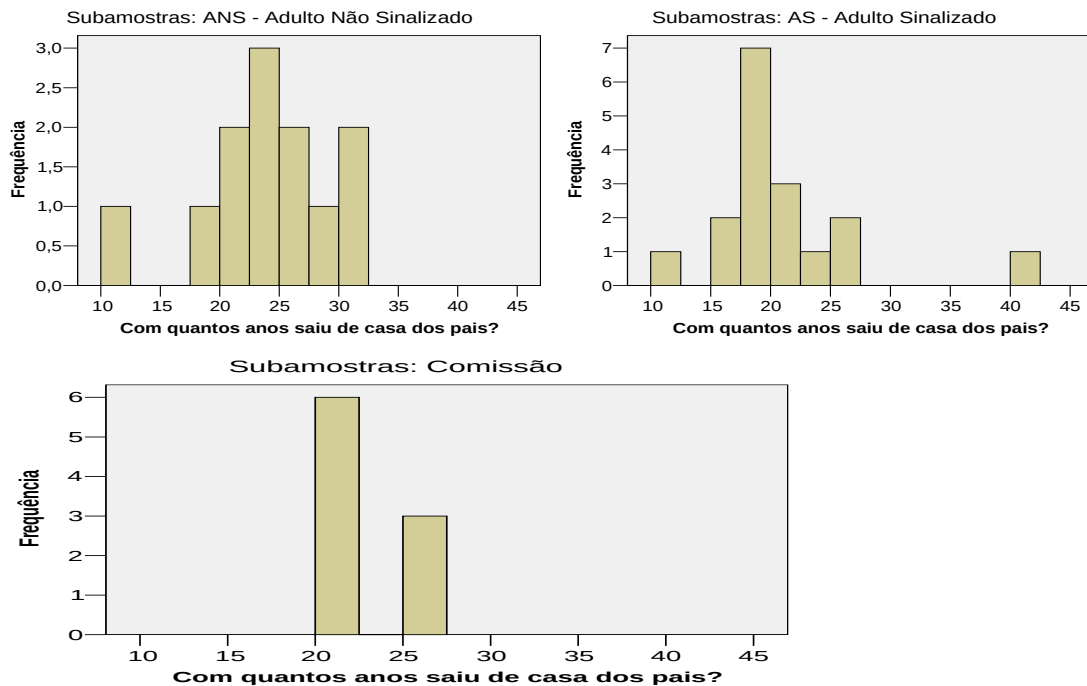
Com quantos anos saiu de casa dos pais

Estatísticas:

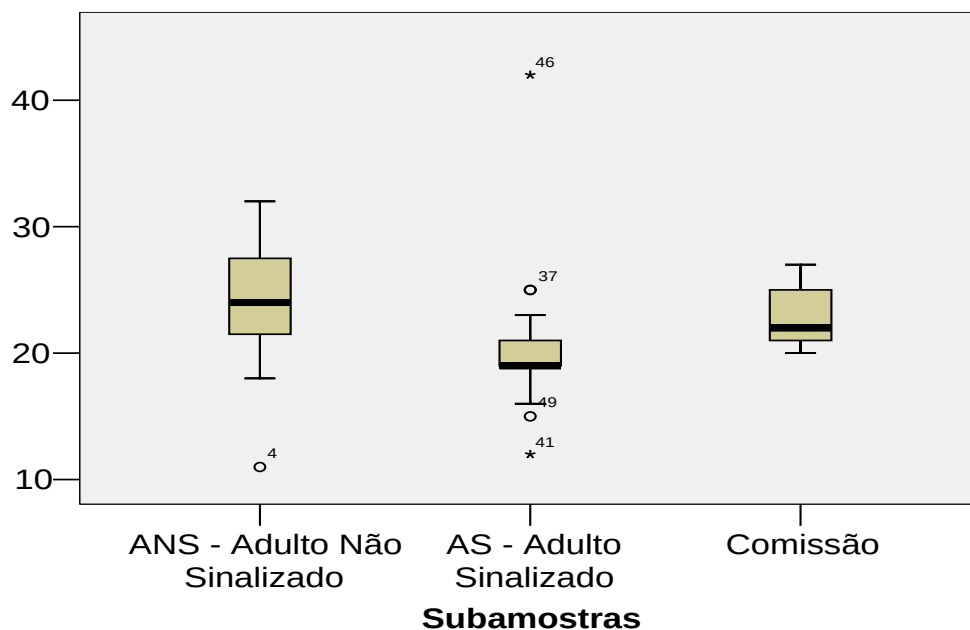
	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	23.8	5.7	24%	11	32
AS – Adulto Sinalizado	20.7	6.4	31%	12	42
Comissão	22.9	2.8	12%	20	27

Na amostra, a média das idades com que saíram de casa aumenta dos AS (mais novos) para os ANS (mais velhos). Os elementos da Comissão apresentam menores variações nas idades.

A distribuição de idades ilustra-se pelos histogramas:



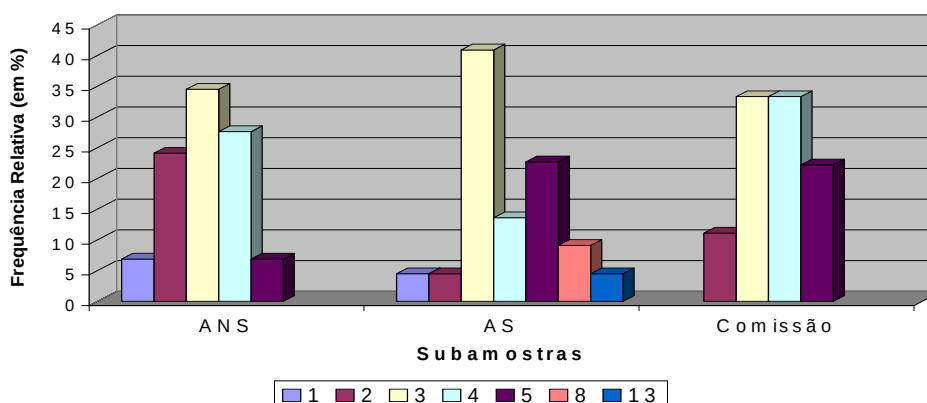
E pelo diagrama tipo caixa:



Na amostra, verifica-se que a distribuição das idades é inferior para os AS, apresentando valores superiores para os ANS. Nos AS, a dispersão é superior, apresentando mesmo vários *outliers*.

N.º de habitações que já utilizou

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
1	2	6.9	1	4.5		
2	7	24.1	1	4.5	1	11.1
3	10	34.5	9	40.9	3	33.3
4	8	27.6	3	13.6	3	33.3
5	2	6.9	5	22.7	2	22.2
8			2	9.1		
13			1	4.5		
Total	29	100.0	22	100.0	9	100.0
Não respondeu	4	12.1	3	12.0		
Total	33	100.0	25	100.0		



Na amostra, a maioria dos ANS já utilizou entre 2 e 4 habitações, os AS entre 3 e 5 habitações e na Comissão a maioria já utilizou entre 2 e 4 habitações.

Estatísticas para o n.º de habitações que já utilizou:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	29	3.0	1.1	35%	1	5
AS - Adulto Sinalizado	22	4.4	2.6	59%	1	13
Comissão	9	3.7	1.0	27%	2	5

O n.º de habitações que já utilizou, em média, é inferior para os ANS e superior para os AS.

6. 1.1.2. Companheiro

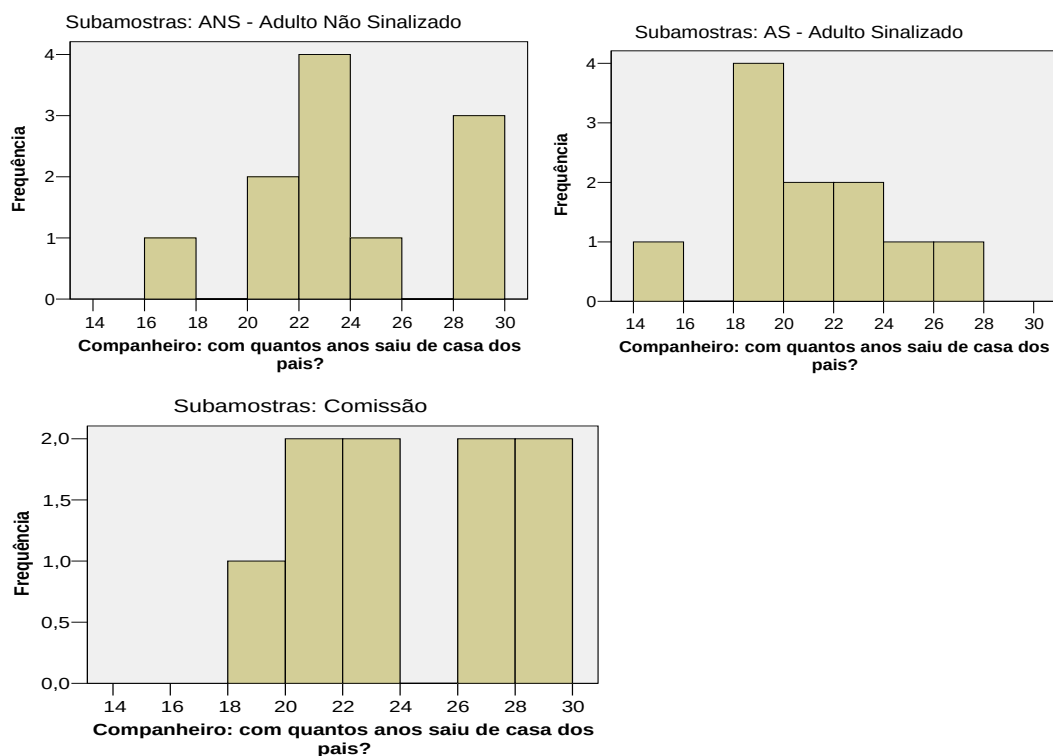
Companheiro: Com quantos anos saiu de casa dos pais

Estatísticas:

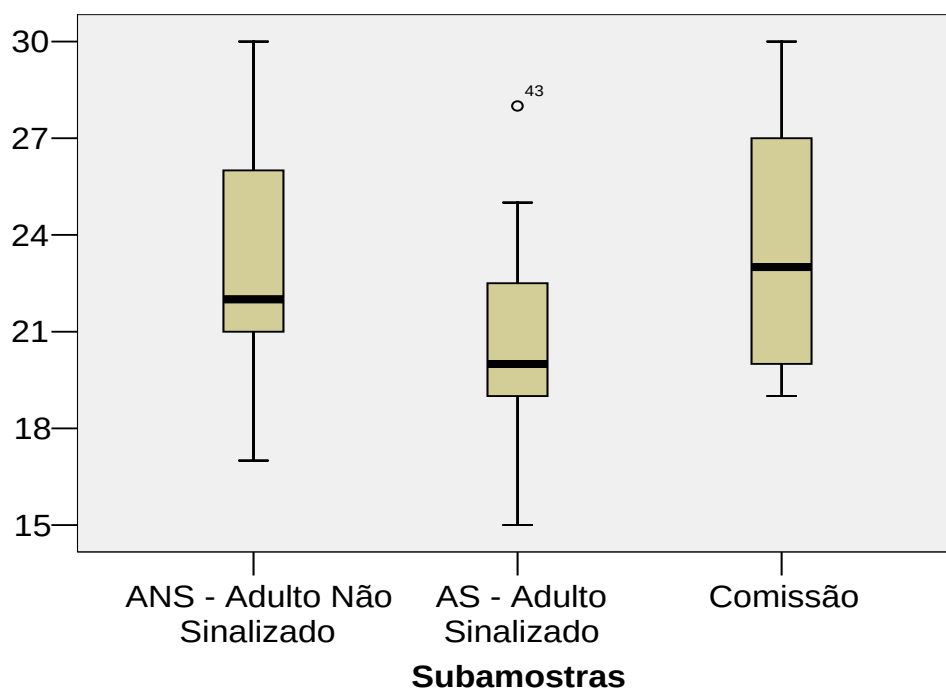
	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	23.4	4.1	17%	17	30
AS - Adulto Sinalizado	20.9	3.5	17%	15	28
Comissão	24.0	3.9	16%	19	30

Na amostra, a média das idades com que os companheiros saíram de casa aumenta dos AS (mais novos) para os elementos da Comissão (mais velhos).

A distribuição de idades ilustra-se pelos histogramas:



E pelo diagrama tipo caixa:



Na amostra, verifica-se que a distribuição das idades é inferior para os companheiros dos AS, apresentando valores superiores para os companheiros dos elementos da Comissão, próximos dos ANS.

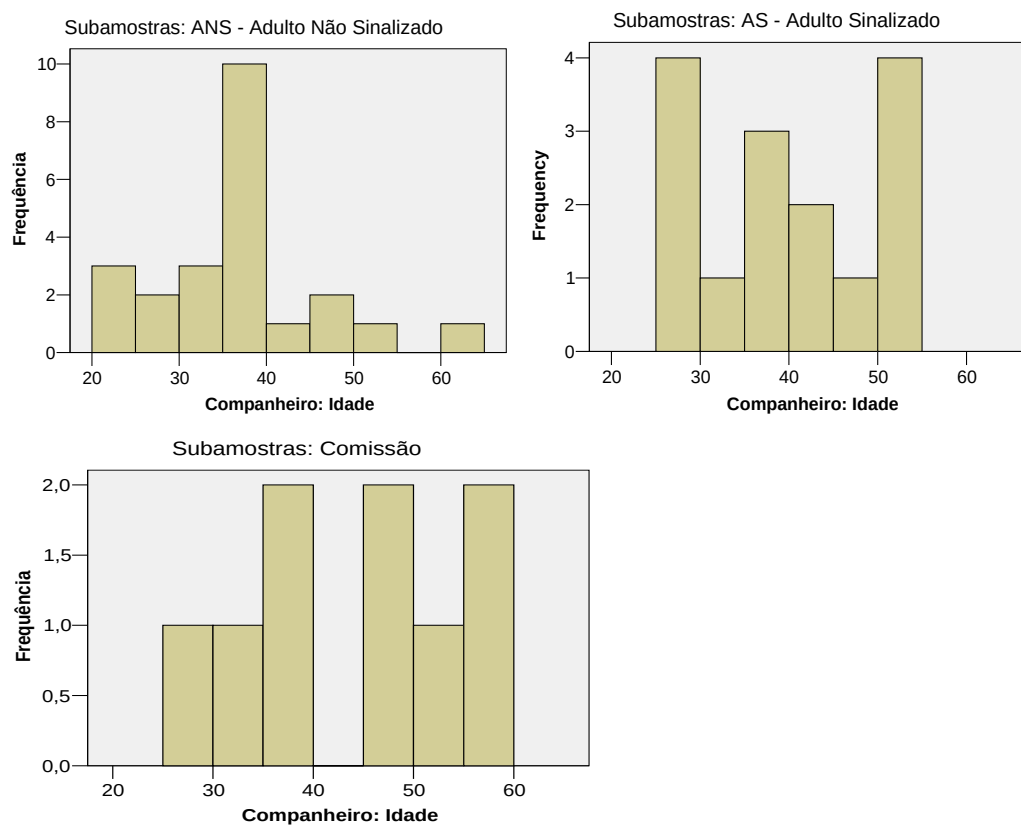
Companheiro: Idade

Estatísticas:

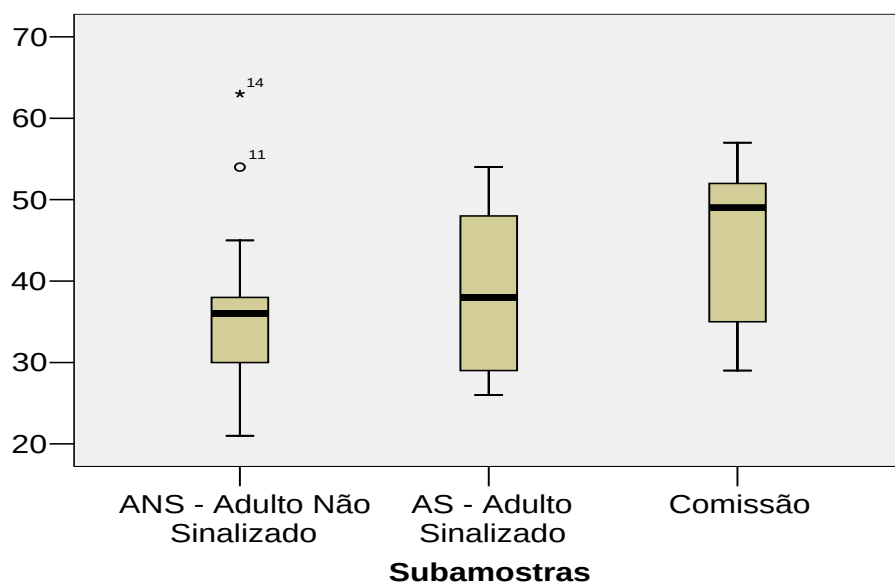
	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	36.0	10.0	28%	21	63
AS – Adulto Sinalizado	39.1	10.4	27%	26	54
Comissão	44.0	10.5	24%	29	57

Na amostra, a média das idades dos companheiros aumenta dos ANS (mais novos) para os elementos da Comissão (mais velhos).

A distribuição de idades ilustra-se pelos histogramas:



E pelo diagrama tipo caixa:

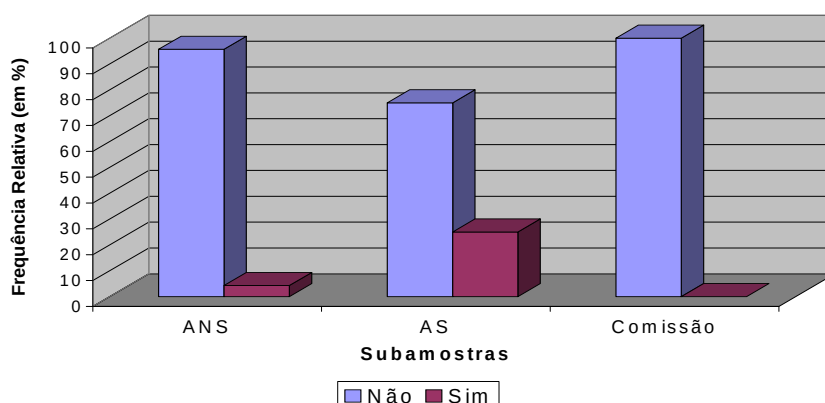


Na amostra, verifica-se que a distribuição das idades é inferior para os companheiros dos ANS, apresentando valores superiores para os companheiros dos elementos da Comissão.

Companheiro: Desemprego

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Não	22	95.7	6	75.0	9	100.0
Sim	1	4.3	2	25.0	0	0
Total	23	100.0	8	100.0	9	100.0
Não respostas	10	30.3	17	68.0		
Total	33	100.0	25	100.0		

Note-se o grande n.º de não respostas nos AS.

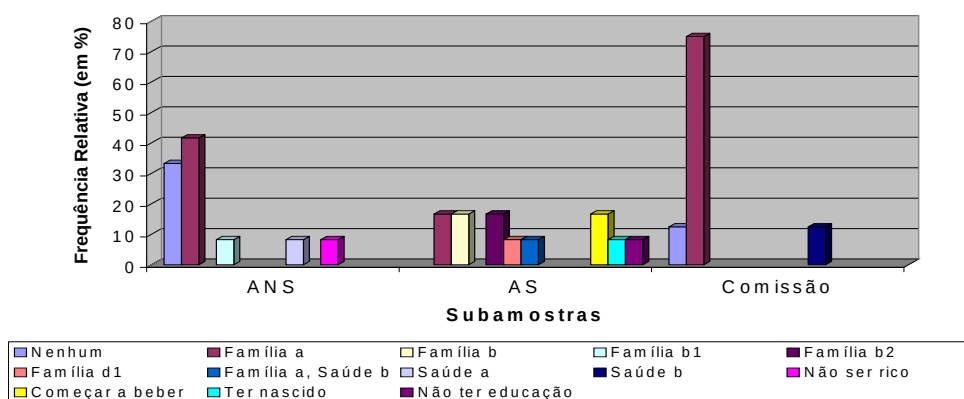


Na amostra, a percentagem de companheiros desempregados apenas é significativa para os AS, nos ANS apenas há um companheiro desempregado e na Comissão não há companheiros desempregados.

6. 1.1.3. Maior desgosto e maior alegria

Qual o maior desgosto

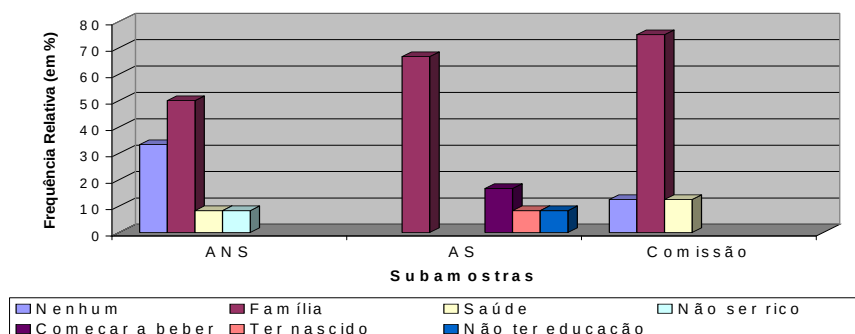
	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Nenhum	4	33.3			1	12.5
Família a	5	41.7	2	16.7	6	75.0
Família b			2	16.7		
Família b1	1	8.3				
Família b2			2	16.7		
Família d1			1	8.3		
Família a, Saúde b			1	8.3		
Saúde a	1	8.3				
Saúde b					1	12.5
Não ser rico	1	8.3				
Começar a beber			2	16.7		
Ter nascido			1	8.3		
Não ter educação			1	8.3		
Total	12	100.0	12	100	9	100.0
Não foi perguntado	15	45.5				
Não respondeu	6	18.2	13	52.0		
Total	33	100.0	25	100.0		



Observam-se as diferenças nos maiores desgostos para as três subamostras.

Se agruparmos as observações relativas a família e saúde, obtém-se:

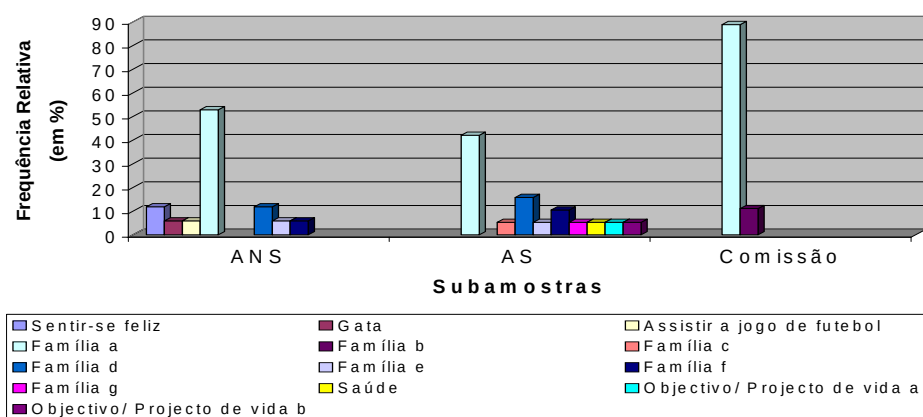
	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Nenhum	4	33.3			1	12.5
Família	6	50	8	66.7	6	75
Saúde	1	8.3			1	12.5
Não ser rico	1	8.3				
Começar a beber			2	16.7		
Ter nascido			1	8.3		
Não ter educação			1	8.3		
Total	12	100.0	12	100	9	100.0



Na amostra, a maioria dos desgostos são relativos a “família” para as três subamostras, surgindo alguns casos particulares nos ANS.

Qual a maior alegria

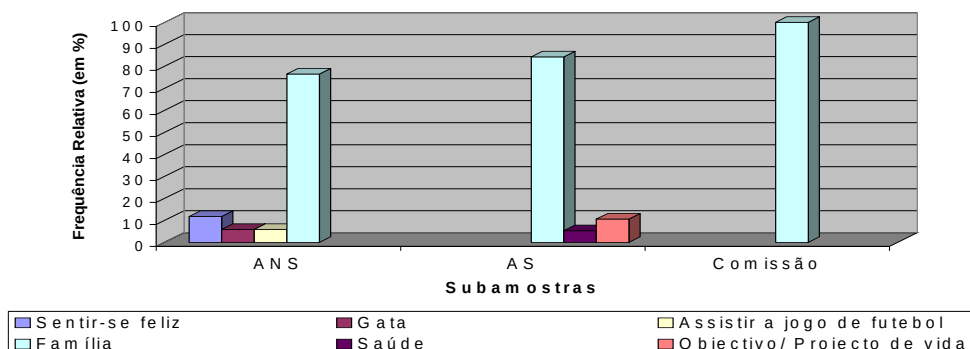
	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Sentir-se feliz	2	11.8				
Gata	1	5.9				
Assistir a jogo de futebol	1	5.9				
Família a	9	52.9	8	42.1	8	88.9
Família b					1	11.1
Família c			1	5.3		
Família d	2	11.8	3	15.8		
Família e	1	5.9	1	5.3		
Família f	1	5.9	2	10.5		
Família g			1	5.3		
Saúde			1	5.3		
Objectivo/ Projecto de vida a			1	5.3		
Objectivo/ Projecto de vida b			1	5.3		
Total	17	100.0	19	100	9	100.0
Não foi perguntado	15	45.5				
Não respondeu	1	3.0	6	24.0	1	11.1
Total	33	100.0	25	100.0	9	100.0



Observam-se as diferenças nas maiores alegrias para as três subamostras.

Se agruparmos as observações relativas a família e objectivo / projecto de vida, obtém-se:

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Sentir-se feliz	2	11.8				
Gata	1	5.9				
Assistir a jogo de futebol	1	5.9				
Família	13	76.5	16	84.3	9	100
Saúde			1	5.3		
Objectivo/ Projecto de vida			2	10.6		
Total	17	100.0	19	100	9	100.0



Na amostra, a maioria das alegrias são relativos a “família” para as três subamostras, surgindo alguns outros motivos nos ANS e nos AS.

6. 1.1.4. Definições de filho, companheiro, mãe, pai, sogro, sogra e si mesmo

Apresenta-se, em primeiro lugar, o n.º de frases dadas pelos elementos de cada subamostra.

ANS	N.º de afirmações:									
	0		1		2		3		4	
	Freq.	%	Count	%	Count	%	Count	%	Count	%
Filhos	20	60.6%					2	6.1%	11	33.3%
Companheiro	17	51.5%			1	3.0%	7	21.2%	8	24.2%
Mãe	16	48.5%			1	3.0%	7	21.2%	9	27.3%
Pai	16	48.5%	1	3.0%	1	3.0%	4	12.1%	11	33.3%
Sogra	23	69.7%	2	6.1%	1	3.0%	7	21.2%		
Sogra	23	69.7%	1	3.0%	3	9.1%	6	18.2%		
Si mesmo	16	48.5%					10	30.3%	7	21.2%

AS	N.º de afirmações:									
	0		1		2		3		4	
	Freq.	%	Count	%	Count	%	Count	%	Count	%
Filhos	7	28.0%	6	24.0%	2	8.0%	7	28.0%	3	12.0%
Companheiro	11	44.0%	7	28.0%	2	8.0%	4	16.0%	1	4.0%
Mãe	5	20.0%	11	44.0%	2	8.0%	5	20.0%	2	8.0%
Pai	11	44.0%	7	28.0%	2	8.0%	3	12.0%	2	8.0%
Sogra	15	60.0%	7	28.0%	2	8.0%	1	4.0%		
Sogra	11	44.0%	9	36.0%	3	12.0%	1	4.0%	1	4.0%
Si mesmo	9	36.0%	6	24.0%	2	8.0%	4	16.0%	4	16.0%

Comissão	N.º de afirmações:									
	0		1		2		3		4	
	Freq.	%	Count	%	Count	%	Count	%	Count	%
Filhos	1	11.1%					3	33.3%	5	55.6%
Companheiro							5	55.6%	4	44.4%
Mãe			1	11.1%	1	11.1%	3	33.3%	4	44.4%
Pai			1	11.1%	1	11.1%	4	44.4%	3	33.3%
Sogro	2	22.2%	1	11.1%			5	55.6%	1	11.1%
Sogra			1	11.1%	3	33.3%	2	22.2%	3	33.3%
Si mesmo	1	11.1%					3	33.3%	5	55.6%

Para os ANS, predominam as não respostas, embora tal se deva ao facto de não ter sido perguntada esta questão a alguns deles, para os restantes, predominam as 3 e 4 afirmações.

Para os AS, predominam também as não respostas, para os restantes, predominam apenas 1 ou 3 afirmações.

Para os elementos da Comissão, predominam as 3 e 4 afirmações.

Nota: colocamos em anexos as tabelas de frequência abaixo referidas como forma de facilitar a leitura do presente capítulo, não dificultando uma análise cuidada das mesmas.

6. 1.1.4.1. Definições de filho, (Anexo V)

6. 1.1.4.2. Definições do companheiro (Anexo VI)

6. 1.1.4.3. Definição da mãe (Anexo VII)

6. 1.1.4.4. Definição do pai (Anexo VIII)

6.1.1.4.5. Definição do sogro (Anexo IX)

6. 1.1.4.6. Definição da sogra (Anexo X)

6. 1.1.4.7. Si mesmo (Anexo XI)

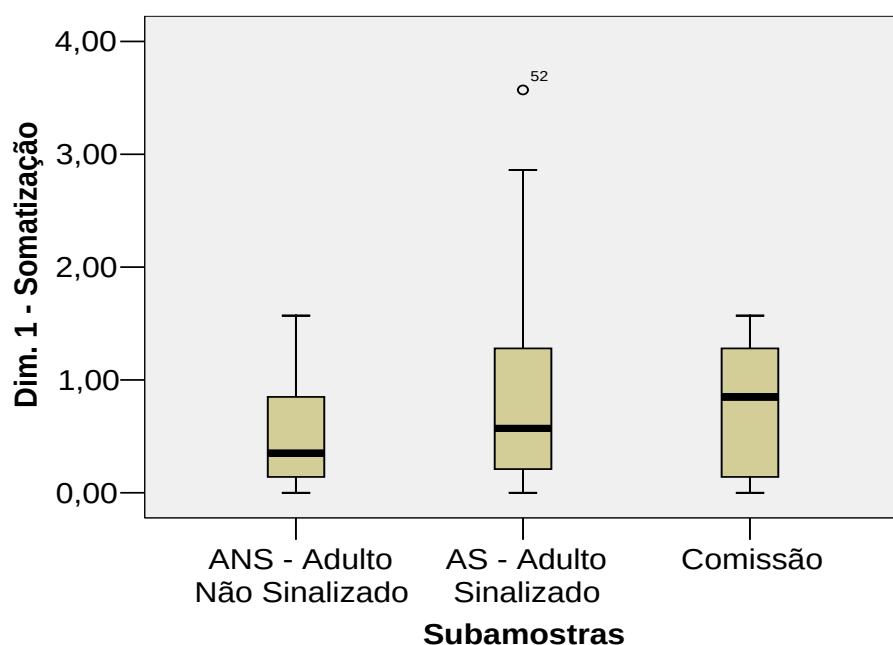
6. 1.1.5. Dimensões

Dim. 1 - Somatização

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	0.46	0.39	86%	0	1.57
AS - Adulto Sinalizado	24	0.98	1.00	102%	0	3.57
Comissão	9	0.79	0.61	78%	0	1.57

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

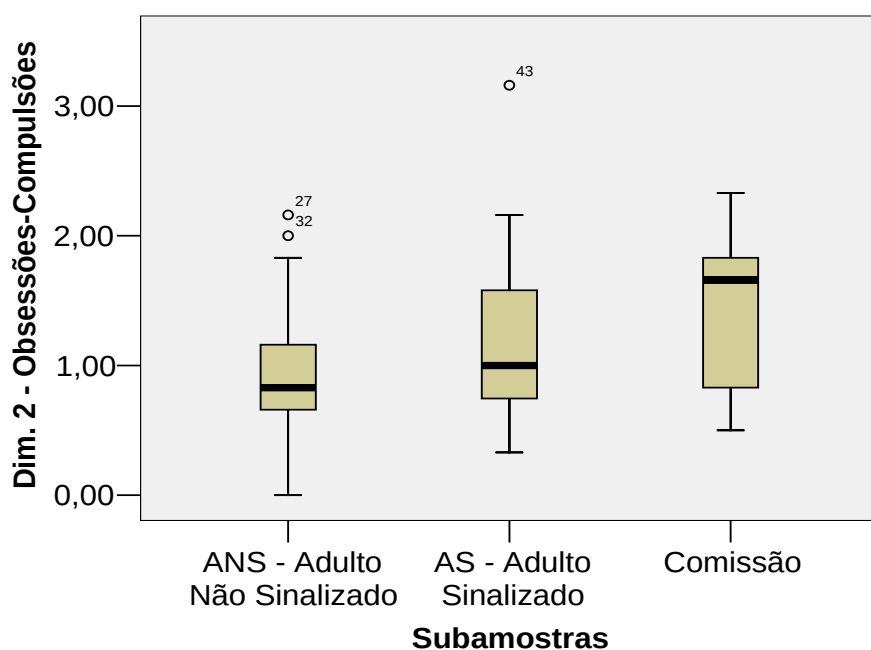


Dim. 2 - Obsessões-Compulsões

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	32	0.92	0.54	58%	0	2.16
AS - Adulto Sinalizado	24	1.17	0.70	60%	0.33	3.16
Comissão	9	1.40	0.66	47%	0.5	2.33

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os elementos da Comissão, tendo os AS um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

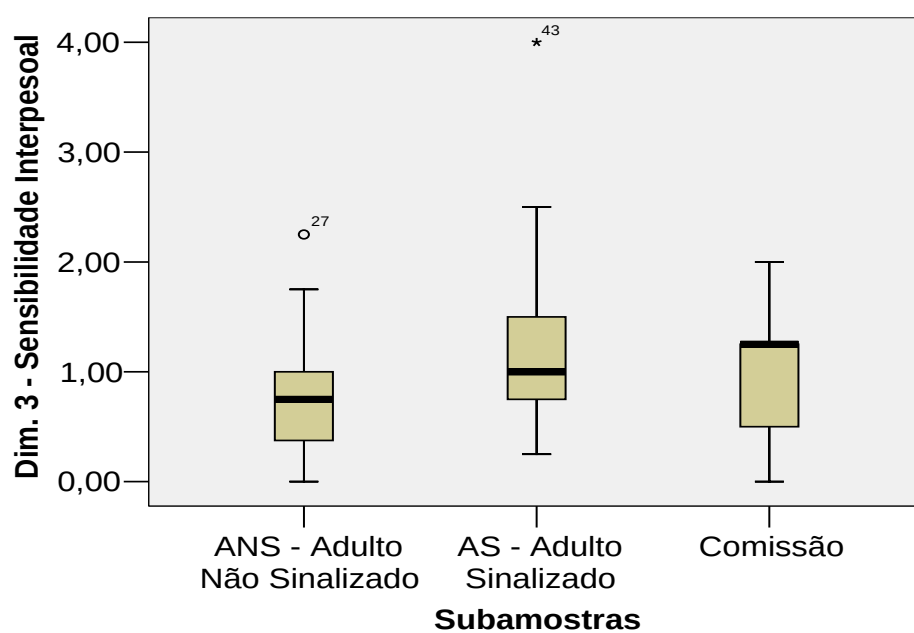


Dim. 3 - Sensibilidade Interpessoal

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	0.73	0.52	72%	0	2.25
AS - Adulto Sinalizado	24	1.19	0.86	72%	0.25	4
Comissão	9	1.03	0.67	65%	0	2

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

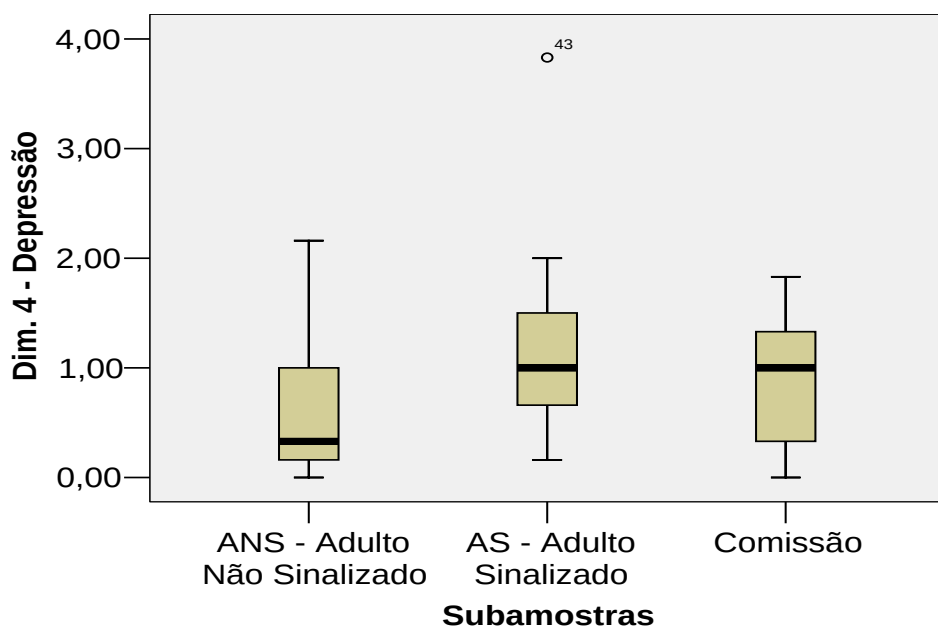


Dim. 4 – Depressão

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	32	0.62	0.60	97%	0	2.16
AS - Adulto Sinalizado	25	1.07	0.77	72%	0.16	3.83
Comissão	9	0.85	0.63	74%	0	1.83

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

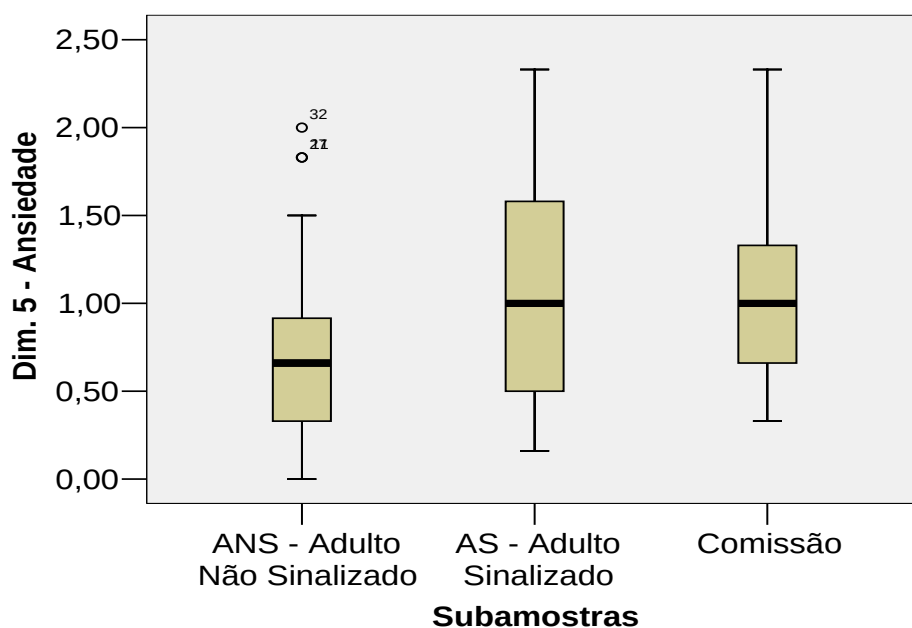


Dim. 5 - Ansiedade

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	32	0.69	0.53	76%	0	2
AS - Adulto Sinalizado	25	1.10	0.61	55%	0.16	2.33
Comissão	9	1.05	0.66	62%	0.33	2.33

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor próximo dos AS, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

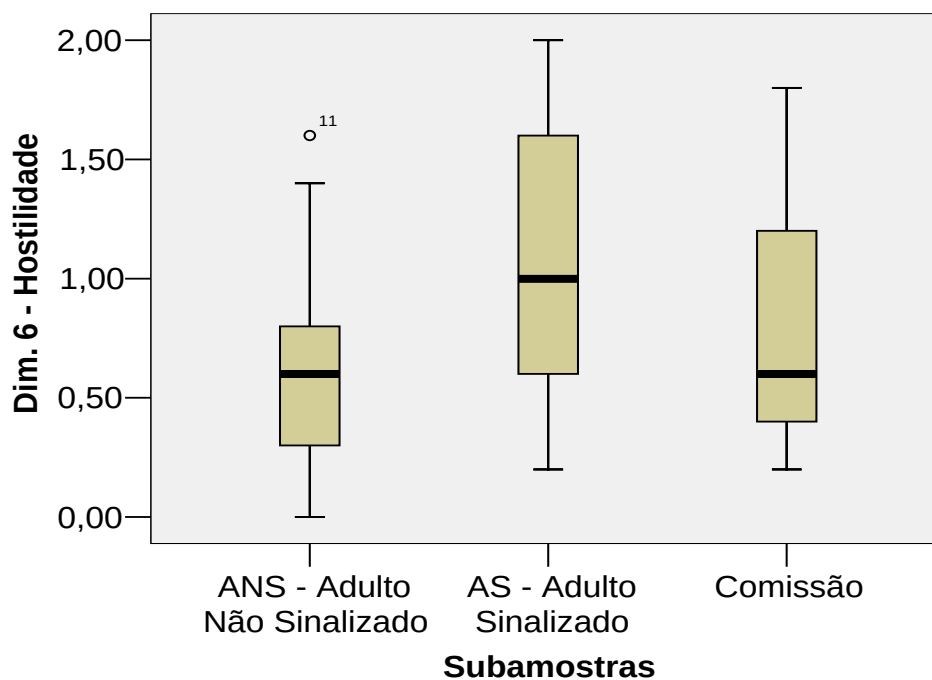


Dim. 6 - Hostilidade

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	0.58	0.43	75%	0	1.6
AS - Adulto Sinalizado	25	1.08	0.59	55%	0.2	2
Comissão	9	0.84	0.62	74%	0.2	1.8

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

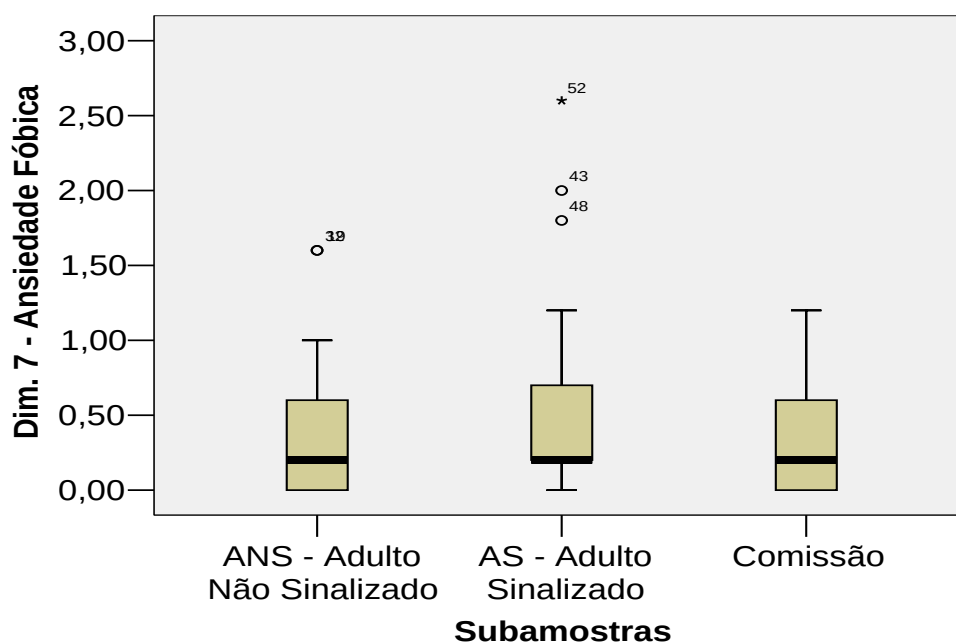


Dim. 7 - Ansiedade Fóbica

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	0.36	0.45	124%	0	1.6
AS - Adulto Sinalizado	25	0.56	0.69	123%	0	2.6
Comissão	9	0.40	0.49	122%	0	1.2

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

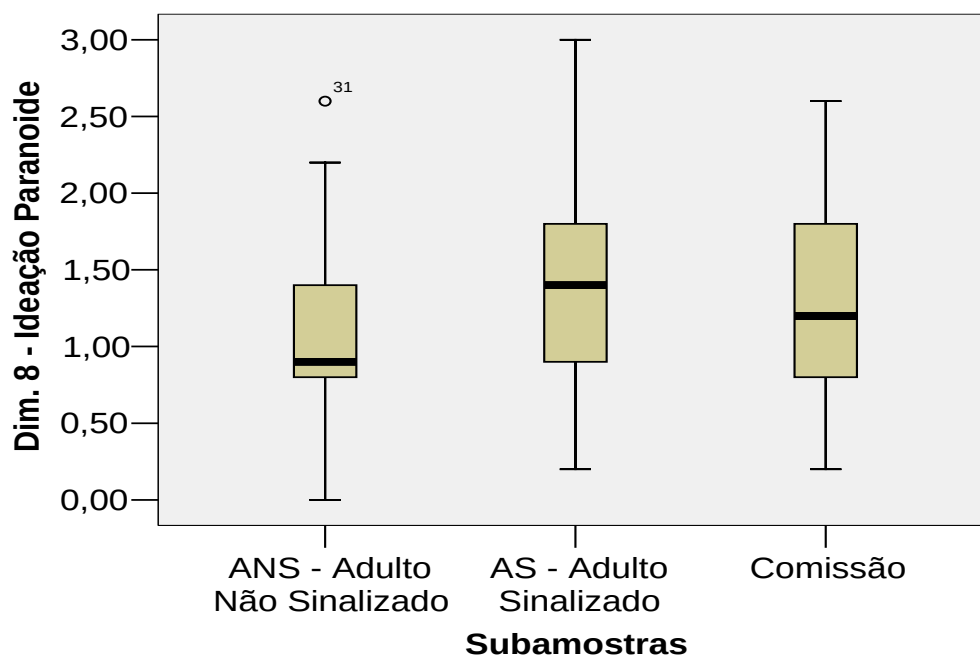


Dim. 8 - Ideação Paranoide

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	1.09	0.59	54%	0	2.6
AS - Adulto Sinalizado	25	1.37	0.76	56%	0.2	3
Comissão	9	1.22	0.80	66%	0.2	2.6

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

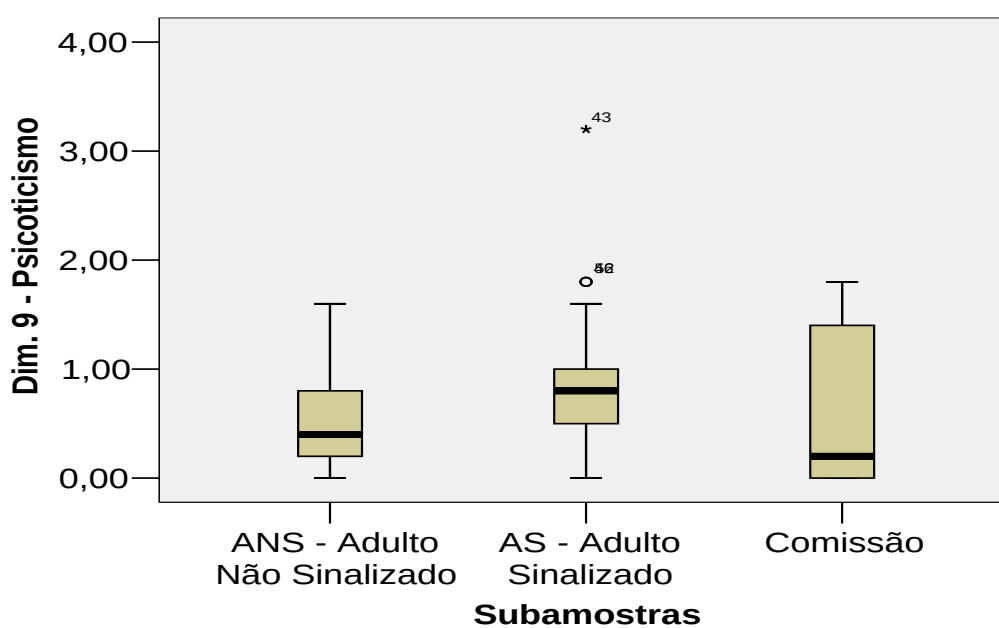


Dim. 9 - Psicoticismo

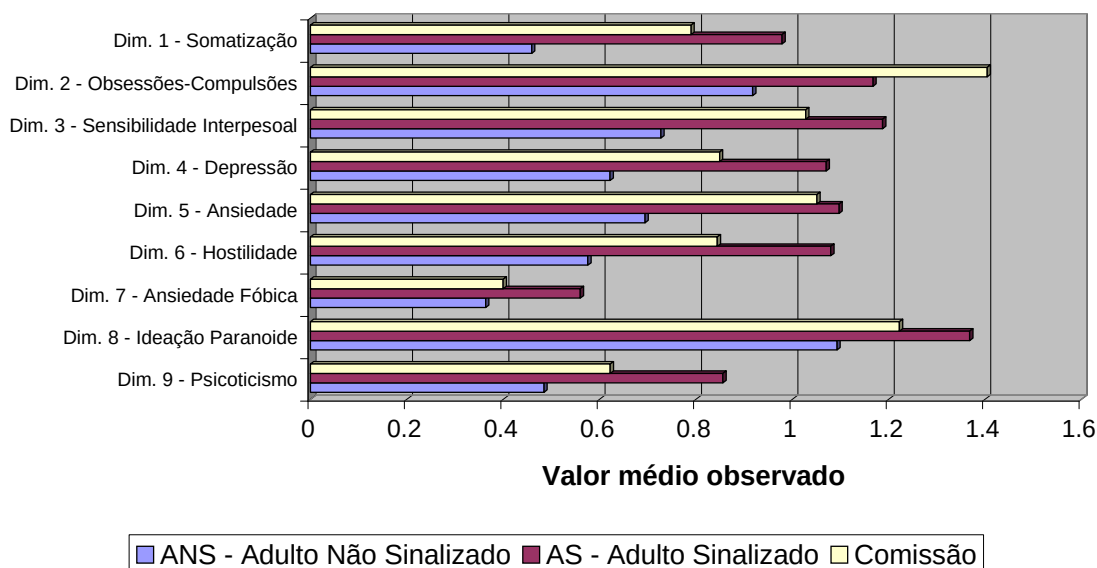
Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	0.48	0.42	86%	0	1.6
AS - Adulto Sinalizado	25	0.86	0.69	81%	0	3.2
Comissão	9	0.62	0.75	121%	0	1.8

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:



Todas estas variações nas dimensões podem ser representadas em conjunto, a partir dos seus valores médios.

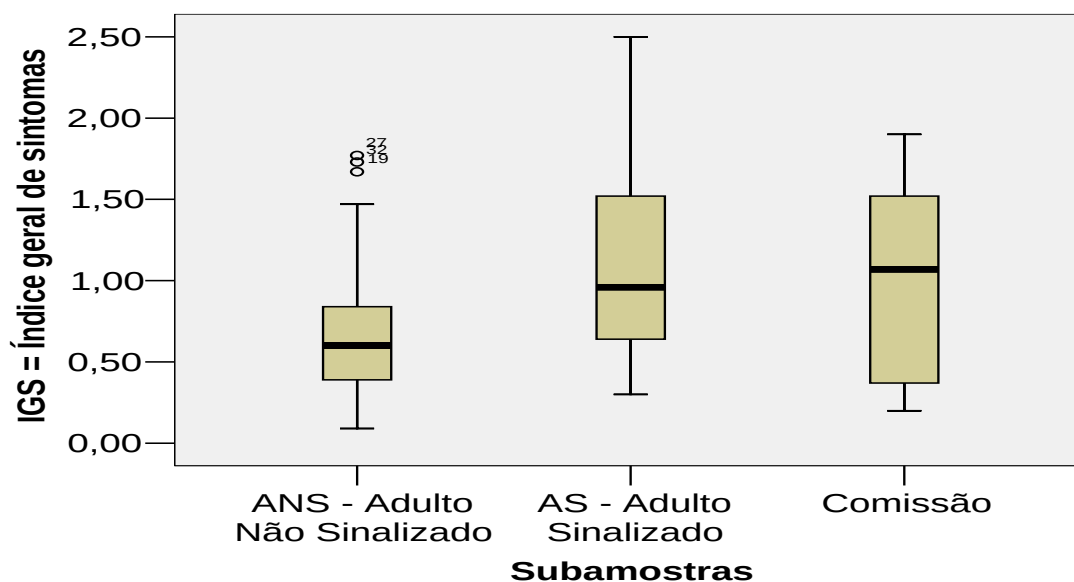


6. 1.1.6. ISG – Índice Geral de Sintomas

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	0.69	0.46	66%	0.09	1.77
AS - Adulto Sinalizado	25	1.12	0.60	54%	0.3	2.5
Comissão	9	1.00	0.63	63%	0.2	1.9

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

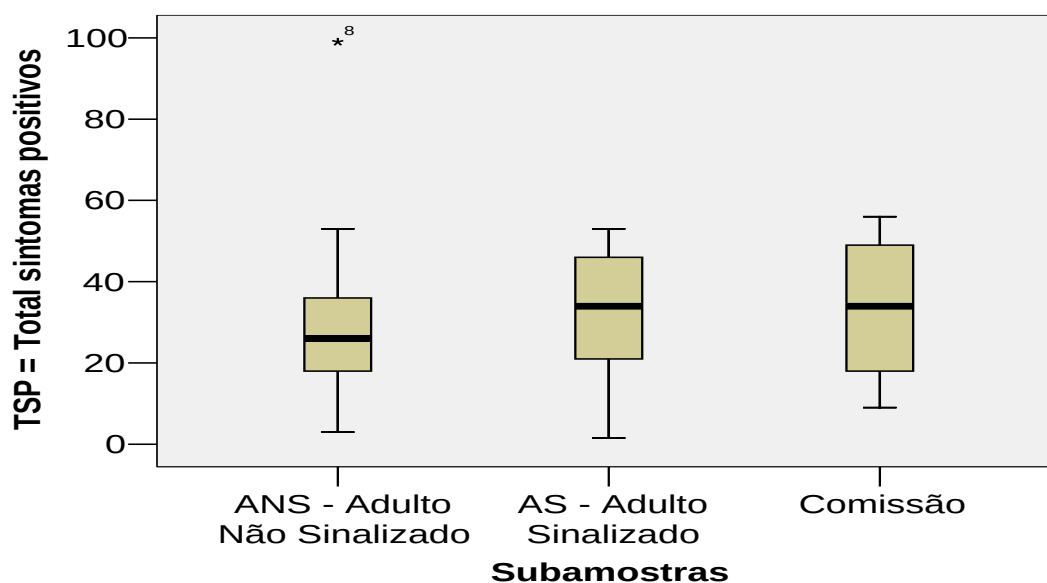


6. 1.1.7. TSP - Total sintomas positivos

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	28.48	18.32	64%	3	99
AS - Adulto Sinalizado	25	33.14	13.85	42%	1.53	53
Comissão	9	33.33	17.34	52%	9	56

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS e elementos da Comissão, que têm valores semelhantes, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

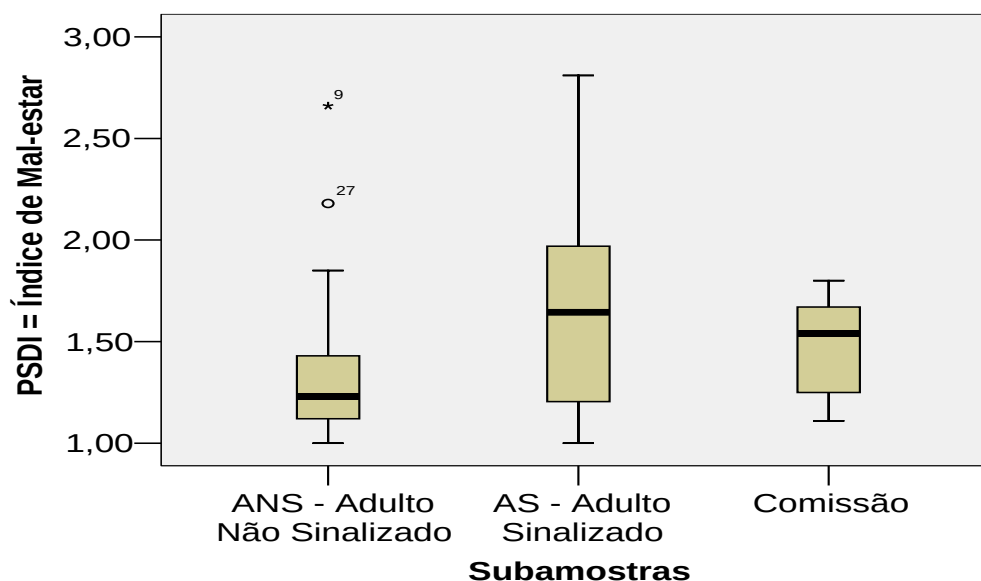


6. 1.1.8. PSDI - Índice de Mal-estar

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	1.35	0.36	27%	1	2.66
AS - Adulto Sinalizado	24	1.67	0.48	29%	1	2.81
Comissão	9	1.48	0.26	17%	1.11	1.8

Na amostra, a média aumenta dos ANS para os AS, tendo os elementos da Comissão um valor intermédio, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

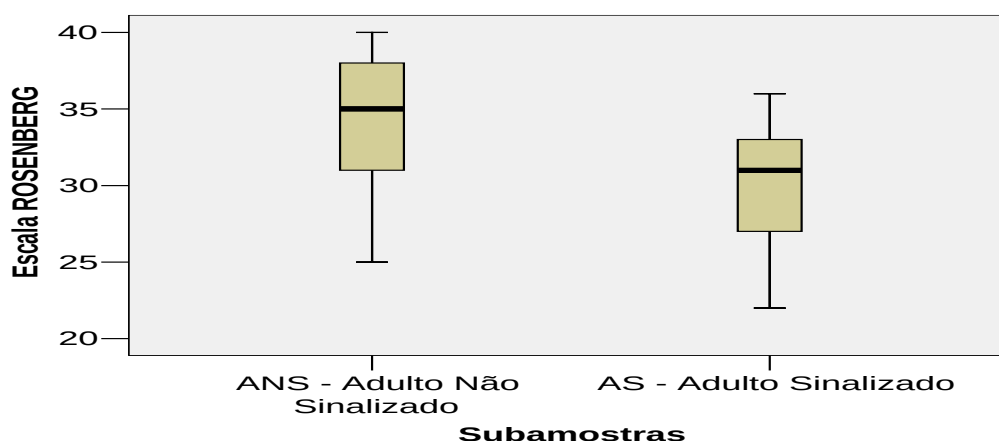


6. 1.1.9. Escala ROSENBERG

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
ANS - Adulto Não Sinalizado	33	34.58	4.11	12%	25	40
AS - Adulto Sinalizado	24	30.13	3.76	12%	22	36

Na amostra, a média é superior para os ANS, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:



6. 2 – Adultos – variáveis em estudo:Índice Geral de Sintomas (ISG), Total de Sintomas Positivos (TSP), Índice de Mal-estar(PSDI) e Rosenberg.

Pretende averiguar-se da existência de diferenças significativas entre as três subamostras para as quatro variáveis em estudo.

6. 2.1. Relação das variáveis ISG (Índice Geral e Sintomas), TSP (Total de Sintomas Positivo), PSDI (Índice de Mal-estar)) com as subamostras

Variáveis ISG, TSP, PSDI – Variável quantitativas

Subamostras – variável nominal, com 3 categorias.

As variáveis traduzem-se em variável quantitativa, cuja relação se pretende estudar com a variável subamostra, qualitativa e nominal com três categorias.

Os testes estatísticos servem para averiguar se as diferenças observadas na amostra são estatisticamente significantes, ou seja, se as conclusões da amostra se podem inferir para a população.

Para realizar o cruzamento entre as variáveis qualitativas e a variável quantitativa, estas podem ser determinadas pelos valores médios obtidos para cada classe da variável qualitativa, sendo o teste de hipóteses adequado a ANOVA, que não é mais do que uma extensão do teste t de Student, para variáveis com mais do que duas classes, quando se cumpre o pressuposto da normalidade ou para amostras de grande dimensão.

A questão central reside em saber se as populações têm, ou não, médias iguais, ou seja, se a variável quantitativa apresenta os mesmos valores médios para as várias categorias da variável qualitativa.

A ANOVA, sendo um teste paramétrico, exige que as variáveis em estudo provenham de amostras grandes ou, caso contrário, que apresentem uma distribuição normal, o que será verificado posteriormente.

O teste ANOVA reside em:

- H_0 : As médias da variável quantitativa nas categorias da variável qualitativa são iguais.

- H_1 : As médias da variável quantitativa nas categorias da variável qualitativa são diferentes.

O resultado do teste à homogeneidade de variâncias é extremamente importante no procedimento da ANOVA, uma vez que permite verificar um pressuposto (igualdade de variâncias nas categorias da variável qualitativa) que tem de ser cumprido para validar a análise subsequente. Este teste consiste em verificar se as variâncias podem ser consideradas iguais nas várias categorias do factor, colocando as seguintes hipóteses:

- H_0 : As variâncias da variável quantitativa são iguais nas categorias da variável qualitativa.
- H_1 : As variâncias da variável quantitativa são diferentes nas categorias da variável qualitativa.

	Levene Statistic	df1	df2	Sig.
IGS = Índice geral de sintomas	2.084	2	64	.133
TSP = Total sintomas positivos	.334	2	64	.717
PSDI = Índice de Mal-estar	3.242	2	63	.046

O valor de 5% é um valor de referência para o erro que estamos dispostos a assumir para a possibilidade de rejeitar H_0 , sendo H_0 verdadeira, pelo que:

Não se verifica o pressuposto da homogeneidade das variâncias (valor de prova inferior a 5%, o que implica rejeitar a hipótese nula) para a variável PSDI. Quando se verifica o pressuposto, a ANOVA é adequada, quando não se verifica, os seus resultados terão de ser confirmados pelo teste não paramétrico análogo.

A ANOVA permite verificar as hipóteses anteriormente definidas, para a idade.

- H_0 : As médias das variáveis são iguais para os três grupos.
- H_1 : As médias das variáveis são diferentes para os três grupos.

A ANOVA produz os seguintes resultados:

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
IGS = Índice geral de sintomas	Between Groups	2.648	2	1.324	4.555	.014
	Within Groups	18.599	64	.291		
	Total	21.246	66			
TSP = Total sintomas positivos	Between Groups	371.305	2	185.653	.670	.515
	Within Groups	17745.105	64	277.267		
	Total	18116.410	66			
PSDI = Índice de Mal-estar	Between Groups	1.413	2	.707	4.436	.016
	Within Groups	10.036	63	.159		
	Total	11.449	65			

Quando o valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese de que as médias dos itens sejam iguais para as várias categorias de actividade. Quando é superior a 5%, não se rejeita a hipótese nula.

O valor de prova é inferior a 5% para IGS e PSDI, rejeita-se a hipótese da média ser igual para todos os grupos: verificam-se diferenças significativas entre as subamostras.

O valor de prova é superior a 5% para TSP, aceita-se a hipótese da média ser igual para todos os grupos: não se verificam diferenças significativas entre as subamostras.

Para aplicar um teste estatístico paramétrico, é também necessário verificar o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, o que pode ser realizado com o teste K-S (Kolmogorov-Smirnov com a correcção de Lilliefors), colocando a hipótese nula da variável seguir uma distribuição normal, pois para aplicar alguns dos testes estatísticos, nomeadamente os paramétricos, é necessário verificar este pressuposto.

O teste K-S coloca as seguintes hipóteses:

- o H_0 : As variáveis seguem uma distribuição normal para todas as classes da variável nominal.
- o H_1 : As variáveis não seguem uma distribuição normal para todas as classes da variável nominal.

Obtêm-se os seguintes resultados:

Subamostras		K-S (a)		
		Statistic	Df	Sig.
IGS = Índice geral de sintomas	ANS - Adulto Não Sinalizado	.149	33	.060
	AS – Adulto Sinalizado	.168	24	.077
	Comissão	.173	9	.200(*)
TSP = Total sintomas positivos	ANS - Adulto Não Sinalizado	.109	33	.200(*)
	AS – Adulto Sinalizado	.115	24	.200(*)
	Comissão	.150	9	.200(*)
PSDI = Índice de Mal-estar	ANS - Adulto Não Sinalizado	.230	33	.000
	AS – Adulto Sinalizado	.168	24	.078
	Comissão	.189	9	.200(*)

a Correcção de significância de Lilliefors

* Limite inferior da verdadeira significância.

Os valores da significância do teste (assinalados a negrito), também designada por valor de prova, permitem realizar inferências sobre o seu resultado. Se a significância for superior a 5% (0,05), não se rejeita a hipótese nula (H_0), se for inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula (H_0) e aceita-se a hipótese alternativa (H_1).

Para que se possa aplicar um teste paramétrico, tem que verificar-se H_0 para todas as classes da variável nominal o que, neste caso, não se verifica para o PSDI, pelo que se rejeita a hipótese nula. O teste paramétrico será confirmado pelo teste não paramétrico equivalente.

Quando não se verifica o pressuposto da homogeneidade de variâncias ou o pressuposto da normalidade, em vez da ANOVA tem de aplicar-se o teste não paramétrico: teste de Kruskal-Wallis, que testa a igualdade das medianas para todos os grupos.

O teste de Kruskal-Wallis coloca as seguintes hipóteses:

- o H_0 : Não existe diferença entre as medianas das variáveis, para cada um dos grupos.
- o H_1 : Existe diferença entre as medianas das variáveis, para cada um dos grupos.

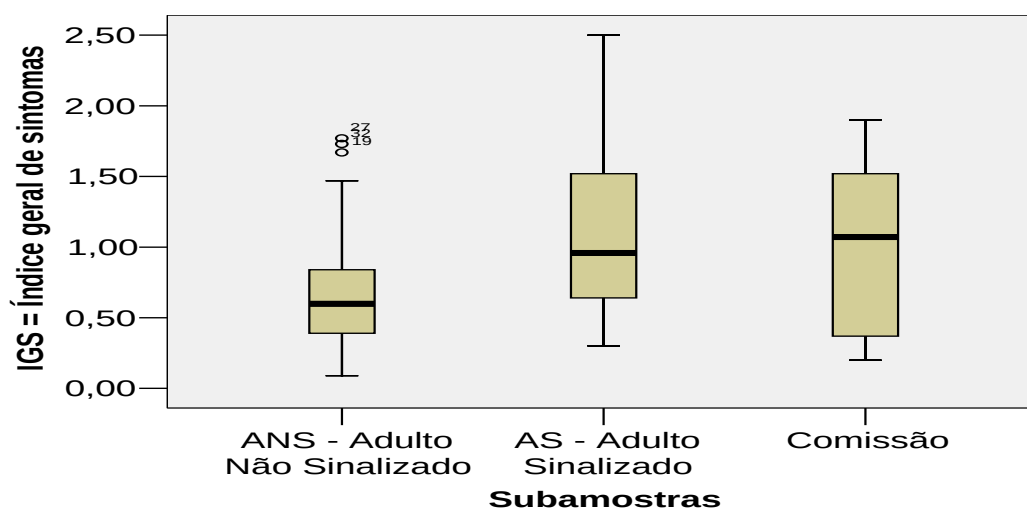
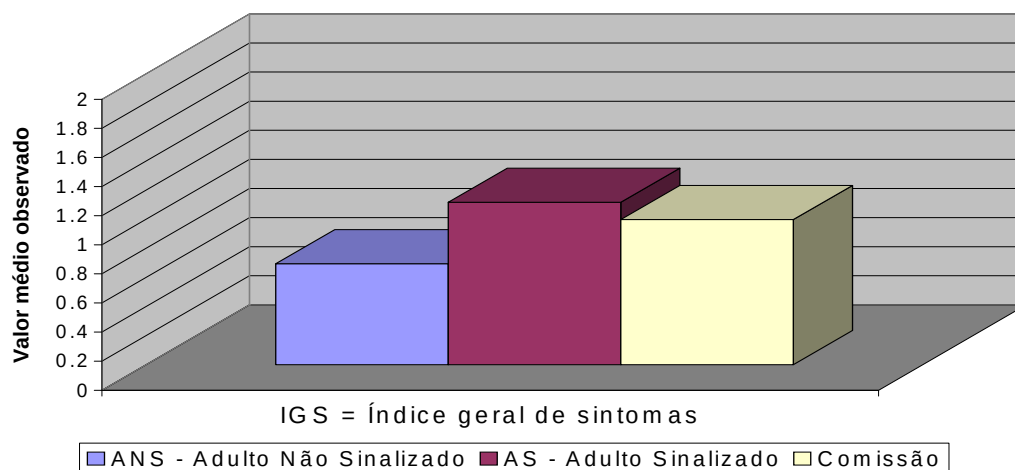
Quando o valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, não se rejeita a hipótese nula, caso contrário rejeita-se e aceita-se a hipótese alternativa.

Apresentam-se os resultados do teste de Kruskal-Wallis, assinalando-se a vermelho os itens que apresentam diferenças significantes para os vários grupos.

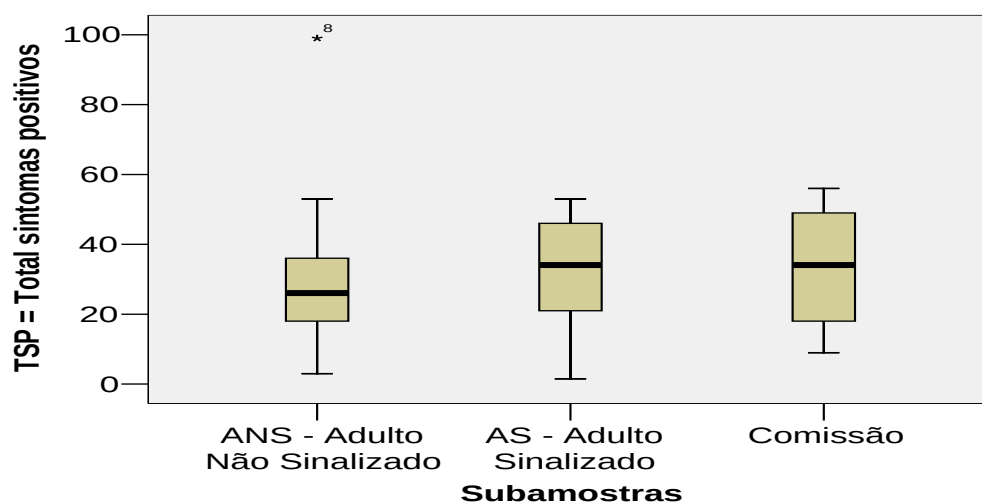
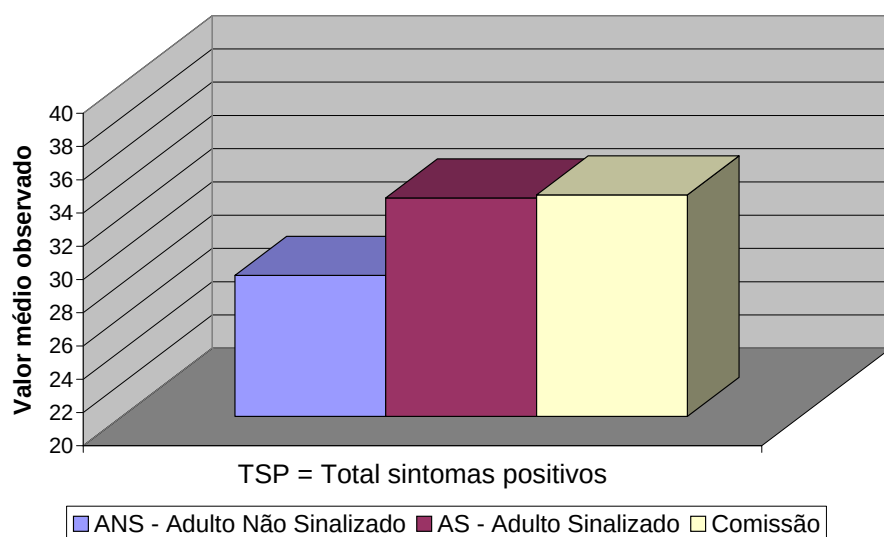
	Chi-Square	Df	Asymp. Sig.
PSDI = Índice de Mal-estar	8.106	2	0.017

Quando o valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese da mediana ser igual para todas as categorias de agrupamento: verificam-se diferenças significativas. Os resultados da ANOVA são confirmados.

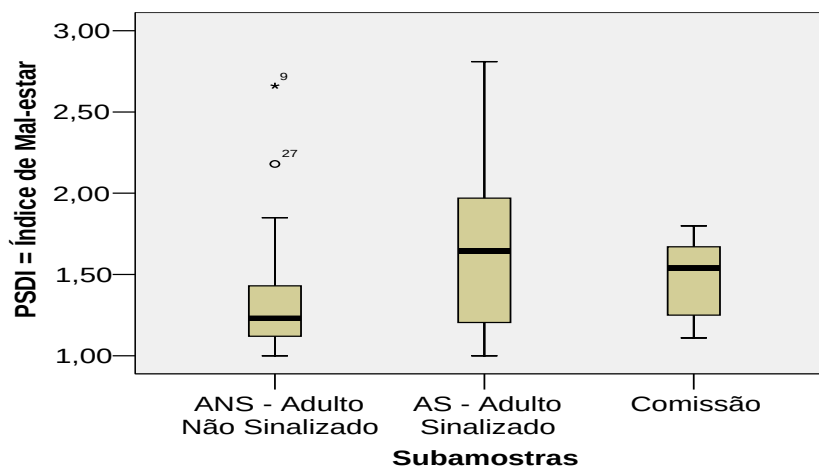
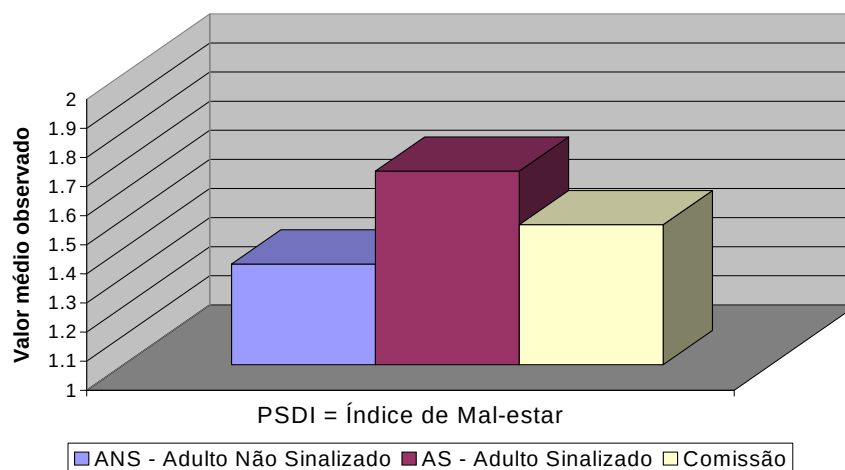
De seguida, ilustram-se as diferenças significativas e não significativas, através dos seus valores médios e do diagrama tipo caixa.



Conclusão: O IGS, em média, é inferior para os ANS e superior para os AS, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas entre os ANS e os AS, de acordo com a aplicação adicional do teste de Scheffe, complementar da ANOVA que nos dispensamos apresentar.



Conclusão: Na amostra, o TSP, em média, é inferior para os ANS e superior para a os AS e a Comissão, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.



Conclusão: O PSDI, em média, é inferior para os ANS e superior para os AS, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas entre os ANS e os AS, de acordo com a aplicação adicional do teste de Scheffe. Que nos dispensamos apresentar.

6. 2. 2. Relação da variável Rosenberg com as subamostras

Variável Rosenberg – Variável quantitativa

Subamostras – variável nominal dicotômica (apenas existem valores para os ANS e os AS)

Para realizar o cruzamento entre a variável Rosenberg e as subamostras, pode utilizar-se o teste paramétrico *t de Student*, por forma a verificar a

significância das diferenças entre os valores médios observadas para ambos os grupos, que produz os seguintes resultados (resumidos):

		Levene's Test		t-test for Equality of Means		
		F	Sig.	t	Df	Sig.
Escala ROSENBERG	Equal variances assumed	.279	.599	4.184	55	.000
	Equal variances not assumed			4.245	52.085	.000

Explicação do teste: O teste t é antecedido por um teste de hipóteses à igualdade das variâncias em cada um dos grupos, que é o teste de Levene:

- o H_0 : A variância (desvio padrão) é igual para ambos os grupos.
- o H_1 : A variância (desvio padrão) é diferente para os dois grupos.

Quando o valor de prova deste teste é superior ao valor de referência de 5%, não se rejeita a hipótese nula, caso contrário rejeita-se e aceita-se a hipótese alternativa.

Quando o valor de prova é superior a 5% (a verde) não se rejeita H_0 e consideram-se as variâncias iguais para os dois grupos (*equal variances assumed =igualdade da variância é assumida*).

Quando o valor de prova é inferior a 5% (a azul, quando acontecer) não se rejeita H_0 e consideram-se as variâncias iguais para os dois grupos.

Estes resultados são considerados para a análise do teste t: considera-se a linha superior ou a linha inferior, consoante as variâncias se consideram iguais ou não, respectivamente. No presente caso, considera-se a linha superior para *equal variances assumed* (assinalada a negrito).

O teste t coloca as seguintes hipóteses:

- o H_0 : Não existe diferença entre as médias da variável Rosenberg, para cada um dos grupos.
- o H_1 : Existe diferença entre as médias da variável Rosenberg, para cada um dos grupos.

Quando o valor de prova do teste t é superior a 5%, aceita-se a hipótese nula, ou seja, não há diferenças entre os dois grupos. Quando o valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula, de a média ser igual para os dois grupos, ou seja, há diferenças entre os dois grupos.

O valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se H_0 e aceita-se H_1 : considera-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos relativamente à variável Rosenberg.

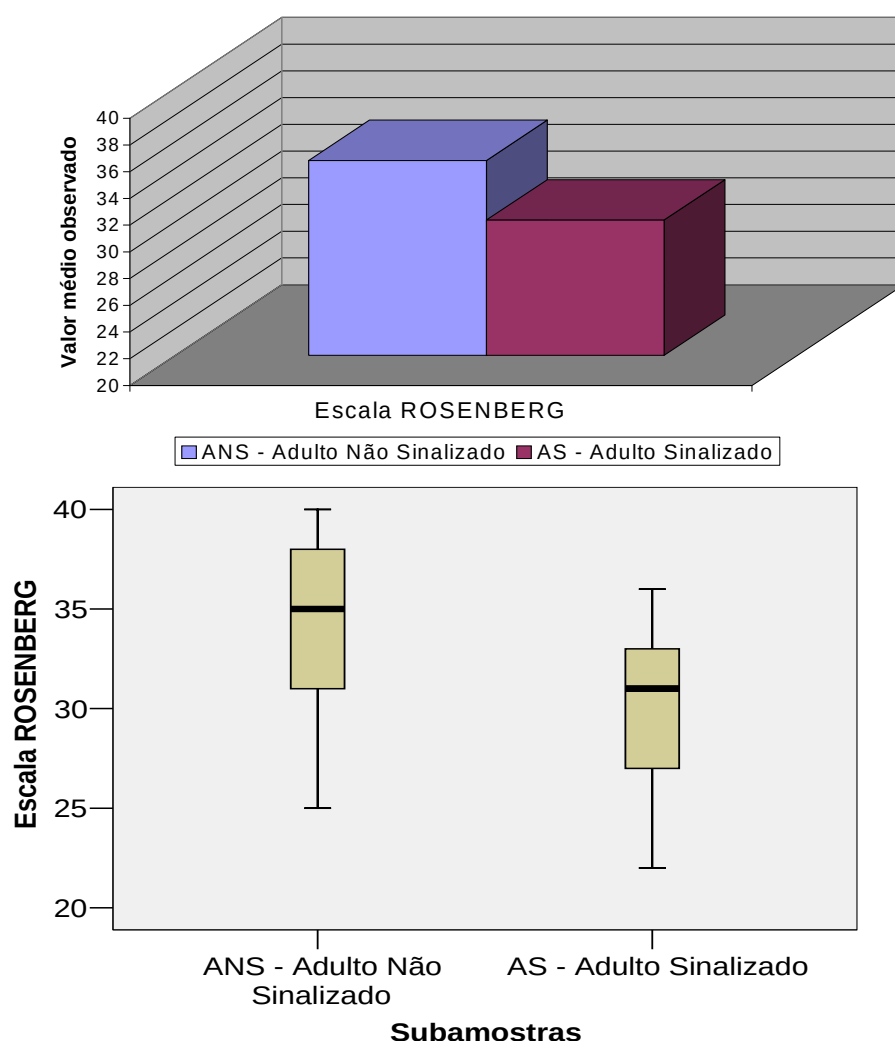
Para aplicar um teste estatístico paramétrico, é necessário verificar o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, com o teste K-S, já explicado.

Obtêm-se os seguintes resultados:

		K-S (a)		
		Statistic	Df	Sig.
Escala ROSENBERG	ANS - Adulto Não Sinalizado	.131	33	.162
	AS - Adulto Sinalizado	.175	24	.054

Para que se possa aplicar um teste paramétrico, tem que verificar-se H_0 para ambas as classes da variável dicotômica o que, neste caso, se verifica, o valor de prova é superior a 5% para ambas, pelo que se aceita para todos a hipótese nula. O teste paramétrico não precisa de ser confirmado pelo teste não paramétrico equivalente (teste de Mann-Whitney).

De seguida, ilustram-se as diferenças significativas, através dos seus valores médios e dos diagramas tipo caixa.



Conclusão: O valor da variável Rosenberg, em média, é superior para os ANS, comparado com os AS, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Conclusão: A hipótese de que há diferenças significativas verifica-se para as variáveis ISG, PSDI e Rosenberg, não se verificando para TSP.

6. 3 – Compreensão dos fenómenos: Adultos

6. 3.1. Relação entre o n.º de filhos que têm e os que queriam ter

N.º de filhos – Variável quantitativa

Subamostra – variável nominal, com 3 categorias.

As variáveis quantitativas podem ser determinadas pelos valores médios obtidos para cada classe da variável qualitativa, sendo o teste de hipóteses adequado a ANOVA, já explicado.

Teste à homogeneidade de variâncias:

	Levene Statistic	Df1	df2	Sig.
N.º de filhos	7.130	2	63	.002
N.º de filhos que queria	2.293	2	37	.115

Verifica-se o pressuposto da homogeneidade das variâncias (valor de prova superior a 5%, o que implica não rejeitar a hipótese nula) para a variável n.º de filhos. Não se verifica o pressuposto para o n.º de filhos que queria ter. Quando se verifica o pressuposto, a ANOVA é adequada, caso contrário, os seus resultados têm que ser confirmados pelo teste não paramétrico equivalente.

Resultados da ANOVA:

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
N.º de filhos	Between Groups	43.224	2	21.612	8.790	.000
	Within Groups	154.898	63	2.459		
	Total	198.121	65			
N.º de filhos que queria	Between Groups	.007	2	.003	.002	.998
	Within Groups	57.768	37	1.561		
	Total	57.775	39			

O valor de prova é superior a 5% para o n.º de filhos que queria, aceita-se a hipótese da média ser igual para todas as subamostras: não se verificam diferenças significativas entre elas.

O valor de prova é inferior a 5% para o n.º de filhos, rejeita-se a hipótese da média ser igual para todas as subamostras: verificam-se diferenças significativas entre elas.

Para aplicar um teste estatístico paramétrico, é também necessário verificar o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, com o teste K-S:

Subamostras		K-S (a)		
		Statistic	Df	Sig.
N.º de filhos	ANS - Adulto Não Sinalizado	.292	17	.000
	AS - Adulto Sinalizado	.286	14	.003
	Comissão	.209	9	.200(*)
N.º de filhos que queria	ANS - Adulto Não Sinalizado	.325	17	.000
	AS - Adulto Sinalizado	.266	14	.008
	Comissão	.333	9	.005

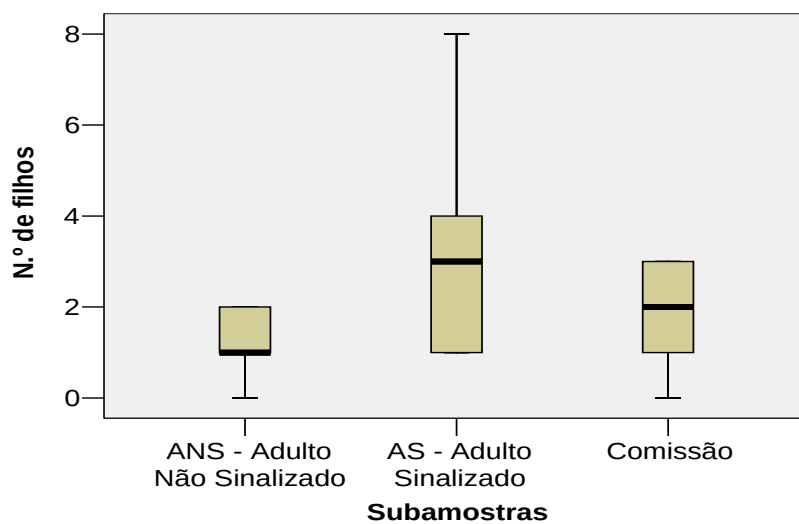
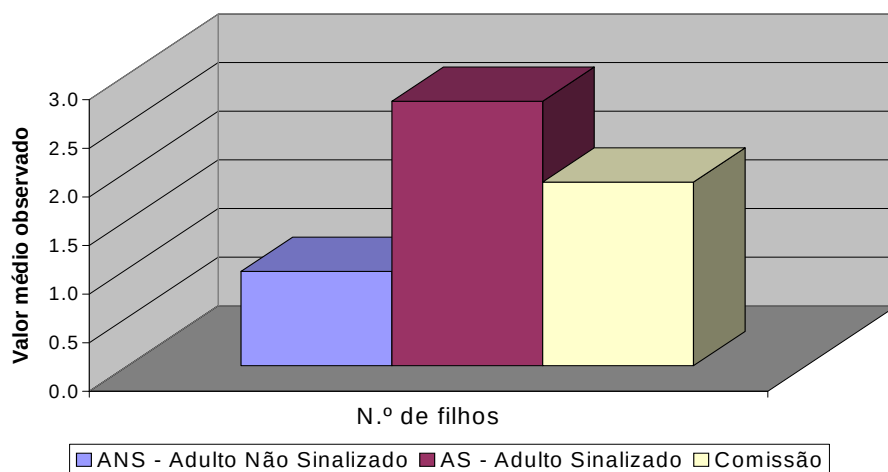
a Correção de significância de Lilliefors

H_0 não se verifica para várias das categorias, o valor de prova é inferior a 5%, pelo que se rejeita a hipótese nula. O teste paramétrico será confirmado pelo teste não paramétrico equivalente: teste de Kruskal-Wallis:

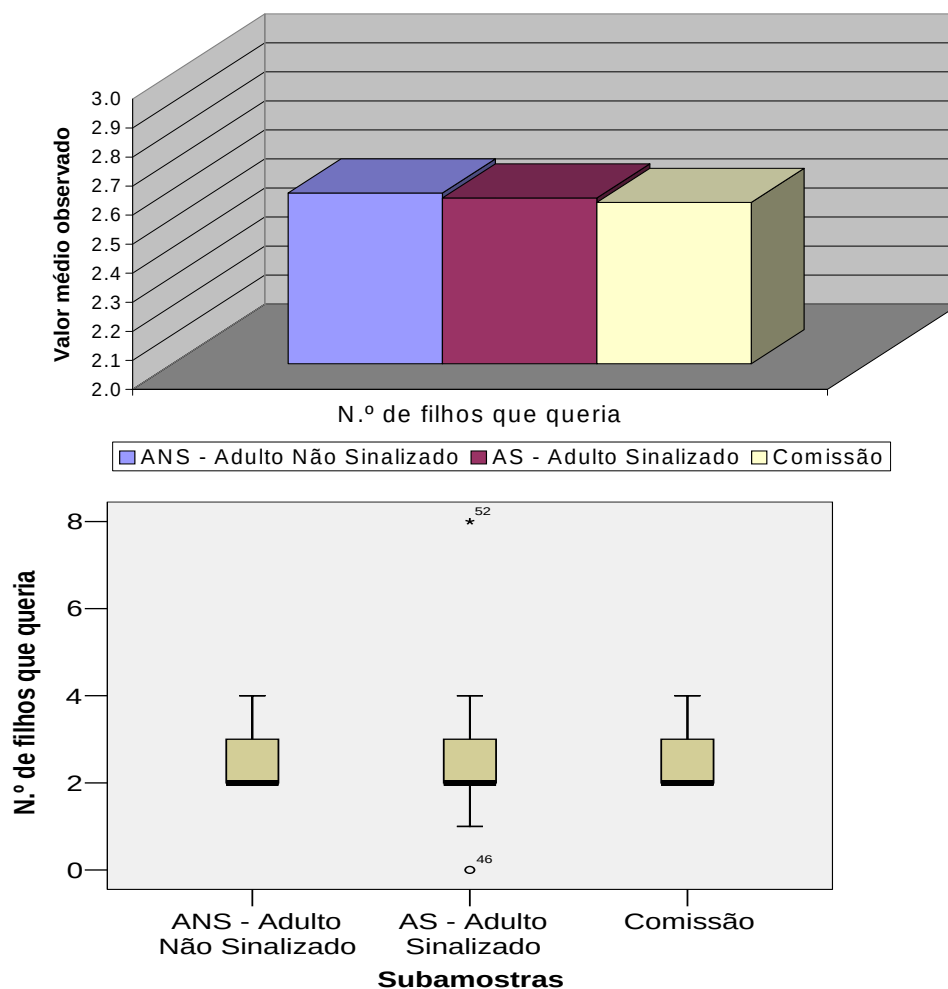
	Chi-Square	Df	Asymp. Sig.
N.º de filhos	14.17	2	.001
N.º de filhos que queria	0.49	2	.784

O valor de prova é superior a 5% para o n.º de filhos que queria, e inferior a 5% para o n.º de filhos. Os resultados da ANOVA são confirmados.

De seguida, ilustram-se as diferenças não significativas e significativas, através dos seus valores médios e do diagrama tipo caixa.



Conclusão: Os valores médios do n.º de filhos são inferiores para os ANS e superiores para os AS, sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas entre os ANS e os AS, conforme verificado pelo teste de Scheffe.



Conclusão: Na amostra, o n.º de filhos que queriam, em média, é muito semelhante para as três subamostras, as ligeiras diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

6. 3. 2. Relação entre o n.º de filhos que têm e os que queriam ter para cada subamostra

Para avaliar as diferenças entre o n.º de filhos e o n.º de filhos que queria, dentro de cada subamostra, pode utilizar-se o teste t para amostras emparelhadas, pois pretende comparar-se as diferenças entre as respostas dadas às duas, o que permite colocar as seguintes hipóteses:

- o H_0 : A média das diferenças entre as respostas às duas questões é nula (igual a zero).
- o H_1 : A média das diferenças entre as respostas às duas questões não é nula (é diferente de zero).

Os resultados para a diferença entre cada par de questões são:

		Média	Desvio padrão	Erro Padrão	IC a 95%		T	df	Sig. (2- tailed)
					LI	LS			
ANS	N.º de filhos - N.º de filhos que queria	-1.353	.996	.242	-1.865	-.841	-5.599	16	.000
AS	N.º de filhos - N.º de filhos que queria	.857	1.748	.467	-.152	1.866	1.835	13	.089
Com.	N.º de filhos - N.º de filhos que queria	-.667	.707	.236	-1.210	-.123	-2.828	8	.022

IC=Intervalo de Confiança LI=Limite Inferior LS=Limite Superior Sig.=Significância ou Valor de prova df=graus de liberdade

O valor de 5% é um valor de referência para o erro que estamos dispostos a assumir para a possibilidade de rejeitar H_0 , sendo H_0 verdadeira, pelo que:

Quando o valor de prova do teste t é superior a 5%, não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre as respostas às duas questões.

Quando o valor de prova do teste t é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, ou seja, existem diferenças estatisticamente significativas entre as respostas às duas questões.

Para os AS, o valor de prova do teste t é superior a 5%, não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre o n.º de filhos e o n.º de filhos que queriam ter.

Para os AS e Comissão, o valor de prova do teste t é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, há diferenças estatisticamente significativas entre o n.º de filhos e o n.º de filhos que queriam ter.

A aplicação do teste t, que é um teste paramétrico, exige que as variáveis apresentem distribuição normal. Já se verificou anteriormente que, para cada par de variáveis comparada, pelo menos uma delas não cumpre o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis. O teste paramétrico será confirmado pelo teste não paramétrico equivalente.

O teste não paramétrico, estritamente mais válido que o teste t, é o teste do sinal de Wilcoxon para amostras emparelhadas, que coloca as hipóteses:

- o H_0 : A mediana das diferenças entre as respostas a duas questões é nula (igual a zero).
- o H_1 : A mediana das diferenças entre as respostas a duas questões não é nula (é diferente de zero).

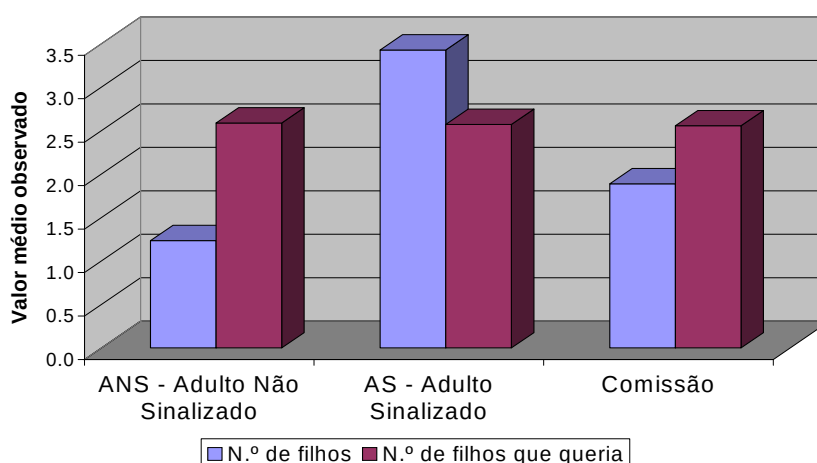
Obtêm-se os seguintes resultados:

N.º de filhos - N.º de filhos que queria	Z	Sig. (2-tailed)
ANS	-3.236	0.001
AS	-1.723	0.085
Comissão	-2.121	0.034

Quando o valor de prova é superior a 5%, não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre as respostas às duas questões comparadas, caso contrário, quando o valor de prova é inferior a 5%, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, ou seja, existem diferenças estatisticamente significativas entre as respostas às duas questões consideradas (assinaladas a vermelho).

Como o valor de prova é superior a 5% para os AS, para estas não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre as respostas às duas questões, o valor de prova é inferior a 5% para os ANS e Comissão, para estes rejeita-se a hipótese nula. Confirmam-se as conclusões do teste t para amostras emparelhadas.

Os resultados ilustram-se graficamente:



Para os ANS e Comissão, o número médio de filhos é inferior ao número médio de filhos que queriam ter, sendo as diferenças estatisticamente significativas. Na amostra, para os AS, o número médio de filhos é superior ao número médio de filhos que queriam ter, no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas.

6. 3. 3. Relação entre o grande desgosto e a grande alegria e as subamostras

Nota: os valores de prova relevantes são assinalados a negrito. O valor de 5% é um valor de referência utilizado nas Ciências Sociais para testar hipóteses, significa que estabelecemos a inferência com uma probabilidade de erro inferior a 5%.

Quando o valor de prova for inferior a 5% (0,05), rejeita-se a Hipótese Nula, concluindo-se que as duas variáveis estão relacionadas.

Quando o valor de prova do teste for superior ao valor de referência de 5%, não podemos rejeitar a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que elas não estão relacionadas.

Por forma a possibilitar uma análise mais efectiva, as subcategorias de cada desgosto e de cada alegria foram agrupadas apenas numa categoria principal, de acordo com:

Qual o maior desgosto

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Família	6	50.0	8	66.7	6	75.0
Nenhum	4	33.3			1	12.5
Não ser rico	1	8.3				
Saúde	1	8.3			1	12.5
Começar a beber			2	16.7		
Ter nascido			1	8.3		
Não ter educação			1	8.3		
Total	12	100.0	12	100.0	8	100.0

Qual a maior alegria

	ANS		AS		Comissão	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Família	13	76.5	16	84.2	9	100.0
Sentir-se feliz	2	11.8				
Gata	1	5.9				
Assistir a jogo de futebol	1	5.9				
Objectivo/ Projecto de vida			2	10.5		
Saúde	1	5.3				
Total	17	51.5	19	76.0	9	100.0

Desgostos e Alegrias – Variáveis nominais.

Subamostra –

Variável Nominal.

Quando estamos perante variáveis deste tipo e queremos testar se existe alguma relação entre elas, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, em que temos as hipóteses:

- H_0 : As duas variáveis são independentes, ou seja, não existe relação entre as categorias de uma variável e as categorias da outra;
- H_1 : As duas variáveis apresentam uma relação entre si, ou seja, existe relação entre as categorias de uma variável e as categorias da outra;

Para este caso concreto, pretende testar-se a hipótese de cada par de duas variáveis estarem relacionadas.

- H_0 : As variáveis desgosto e alegria são independentes das subamostras.
- H_1 : As variáveis desgosto e alegria estão relacionadas com as subamostras.

Seleccionando o teste Qui-quadrado (*Qui-Square*), obtêm-se os resultados para o teste do qui-quadrado de Pearson, cujos valores importa analisar.

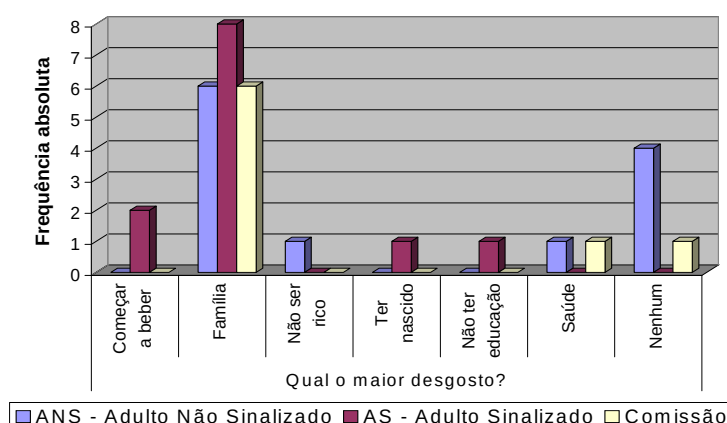
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Qual o maior desgosto	14.533(a)	12	.268	.217
Qual a maior alegria	11.080(b)	10	.351	.321

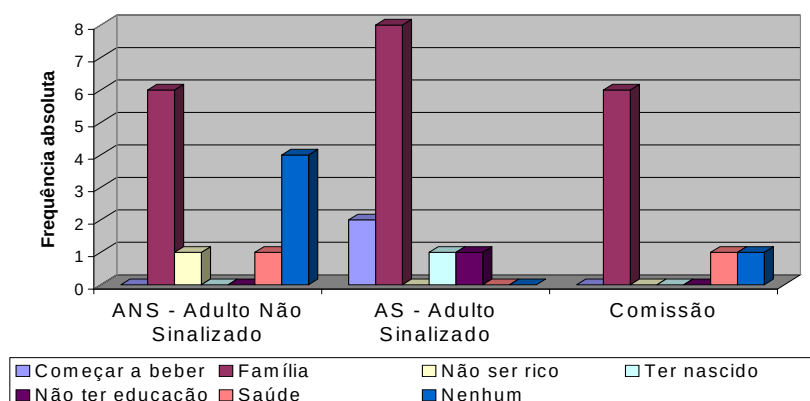
a 18 células (85,7%) apresentam valor esperado inferior a 5. A frequência mínima esperada é de 25).

b 15 células (83,3%) apresentam valor esperado inferior a 5. A frequência mínima esperada é de 20).

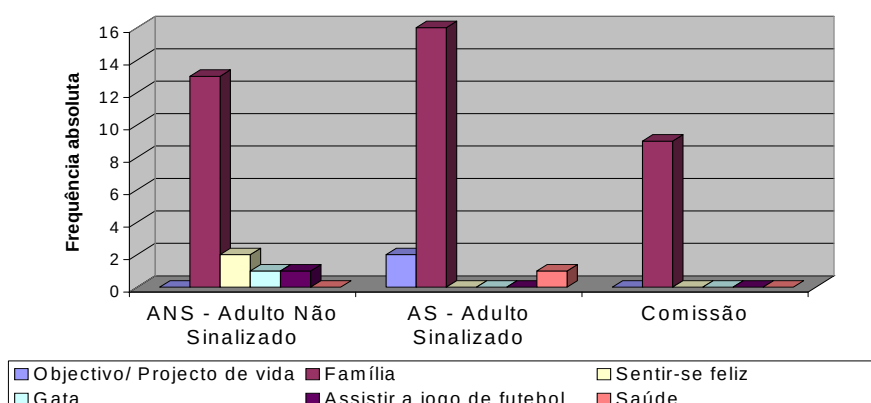
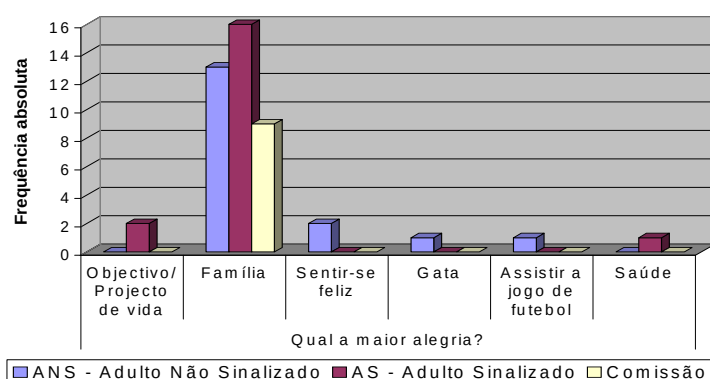
Importa analisar os resultados: o primeiro valor é a estatística do teste qui-quadrado, o segundo valor são os graus de liberdade. O resultado relevante é significância.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:





Conclusão: Na amostra, o desgosto predominante é relacionado com a família, os restantes são residuais, exceptuando nenhum, que surge com alguma frequência nos ANS. No entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas, ou seja, não existem diferenças significativas entre as (sub)amostras, quanto a grandes desgostos.



Conclusão: Na amostra, a alegria predominante é relacionada com a família (ainda mais que os desgostos), os restantes são residuais. As pequenas diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

6. 3. 4. Definição das pessoas próximas

6. 3. 4. 1. Frequências, na totalidade, de cada sigla, nas várias pessoas próximas

	Filho		Companheiro		Mãe	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	36	29.5	21	18.6	22	17.6
A1B - Afecto Positivo na relação	14	11.5	26	23.0	46	36.8
A2 - Afecto Negativo			2	1.8		
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	9	7.4	5	4.4	3	2.4
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	8	6.6	12	10.6	13	10.4
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	4	3.3			3	2.4
B2C2 -Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	5	4.1	2	1.8	1	.8
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	13	10.7	6	5.3	4	3.2
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido					1	.8
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	.8	2	1.8		
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. Instável	1	.8	1	.9	1	.8
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	6	4.9	8	7.1	3	2.4
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros			4	3.5	6	4.8
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	5	4.1	10	8.8	7	5.6
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	12	9.8	1	.9		
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	6	4.9	6	5.3	12	9.6
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	.8	4	3.5	2	1.6
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	.8	3	2.7	1	.8
Total	122	100.0	113	100.0	125	100.0

	Pai		Sogro		Sogra	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	7	6.1	2	3.4	1	1.4
A1B - Afecto Positivo na relação	31	27.2	15	25.4	23	31.9
A2 - Afecto Negativo	2	1.8	2	3.4	6	8.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	7	6.1	14	23.7	9	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	16	14.0	9	15.3	7	9.7
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	.9	2	3.4	2	2.8
B2C2 -Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	.9				
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	3	2.6	1	1.7	2	2.8
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	4	3.5	2	3.4	2	2.8
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	4	3.5	1	1.7	2	2.8
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. Instável	2	1.8			1	1.4
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	5	4.4	1	1.7		
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	5	4.4	1	1.7	7	9.7
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	12	10.5	1	1.7		
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	.9	1	1.7	1	1.4
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	7	6.1	1	1.7	4	5.6
D1 - Papel / Relação adequada na família	2	1.8	4	6.8	4	5.6
D2 - Papel / Relação inadequada na família	4	3.5	2	3.4	1	1.4
Total	114	100.0	59	100.0	72	100.0

	Si mesmo	
	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	8	6.4
A1B - Afecto Positivo na relação	21	16.8
A2 - Afecto Negativo	2	1.6
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	15	12.0
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	23	18.4
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	3	2.4
B2C2 -Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)		
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	10	8.0
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	2	1.6
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	2	1.6
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. Instável	3	2.4
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	3	2.4
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	4	3.2
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	12	9.6
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	7	5.6
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	6	4.8
D1 - Papel / Relação adequada na família	2	1.6
D2 - Papel / Relação inadequada na família	2	1.6
Total	114	100.0

6. 3. 4. 2. Frequências e diferenças dentro de cada subamostra

Os dados obtidos, relacionados com estas questões, para serem tratados, foram todos contabilizados em conjunto para cada subamostra, tendo-se obtido os seguintes resultados.

Como define o seu filho

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	17	34.0	14	32.6	5	17.2
A1B - Afecto Positivo na relação	3	6.0	10	23.3	1	3.4
A2 - Afecto Negativo						
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	4	8.0	3	7.0	2	6.9
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	4	8.0	1	2.3	3	10.3
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	2.0	1	2.3	2	6.9
B2C2 -Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	3	6.0			2	6.9
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	7	14.0	1	2.3	5	17.2
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	2.0				
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. Instável			1	2.3		
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	2	4.0	4	9.3		
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	4	8.0			1	3.4
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros						
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	4	8.0	4	9.3	4	13.8
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições			2	4.7	4	13.8
D1 - Papel / Relação adequada na família			1	2.3		
D2 - Papel / Relação inadequada na família			1	2.3		
Total	50	100.0	43	100.0	29	100.0

Definição– Variável nominal. Subamostra – Variável Nominal.

Quando estamos perante variáveis deste tipo e queremos testar se existe alguma relação entre elas, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

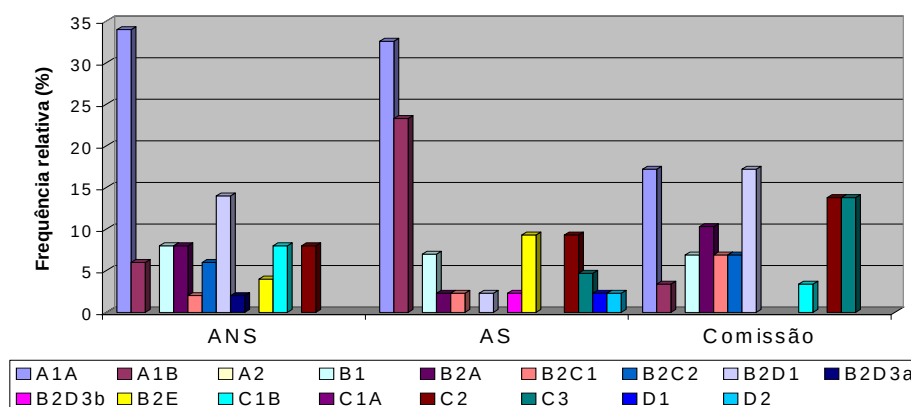
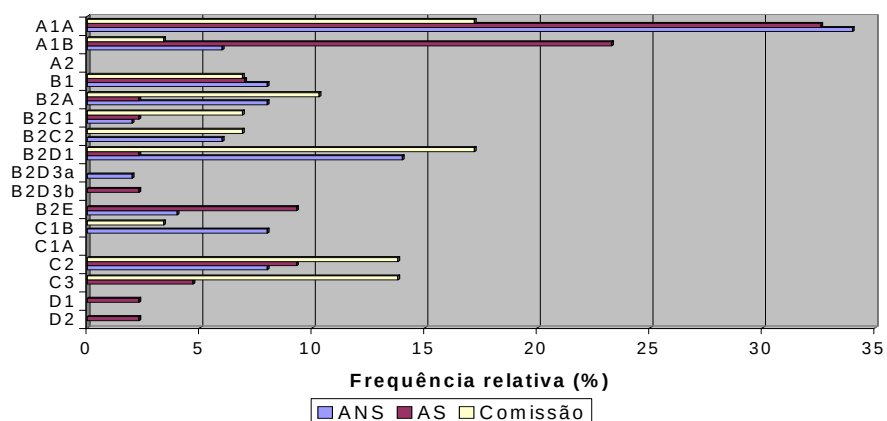
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o filho	42.441(a)	28	.039	.019

a. 40 cells (88.9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

Como existem mais de um quinto de células com frequência esperada inferior a 5, cujo valor máximo pode ser de 20%, é preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que elas estão relacionadas, a definição do filho está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Na definição do filho as subamostras diferem significativamente.

Como define o seu companheiro

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio	8	14.5	7	25.9	6	19.4
A1B – Afecto Positivo na relação	14	25.5	9	33.3	3	9.7
A2 - Afecto Negativo			1	3.7	1	3.2
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	3.6			3	9.7
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	7	12.7			5	16.1
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)						
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	1.8			1	3.2
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	5	9.1	1	3.7		
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	2	3.6				
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável					1	3.2
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	6	10.9			2	6.5
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	3.6	1	3.7	1	3.2
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	5	9.1			5	16.1
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	1.8				
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	1.8	4	14.8	1	3.2
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	1.8	2	7.4	1	3.2
D2 - Papel / Relação inadequada na família			2	7.4	1	3.2
Total	55	100.0	27	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

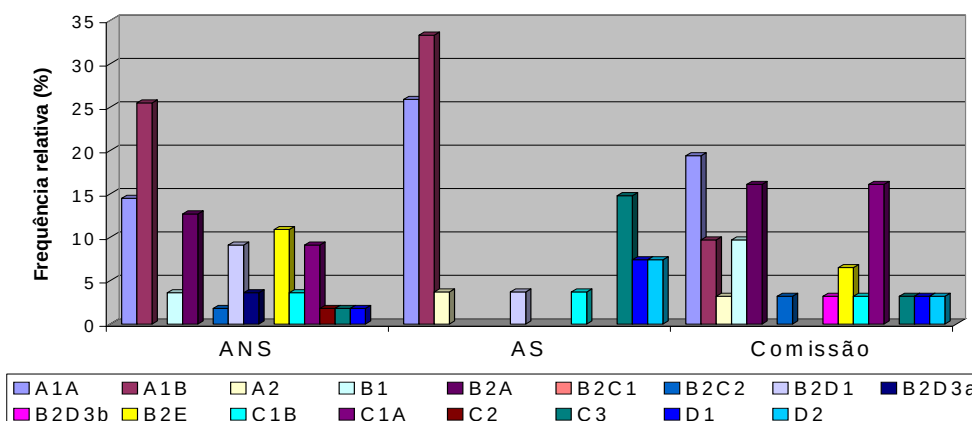
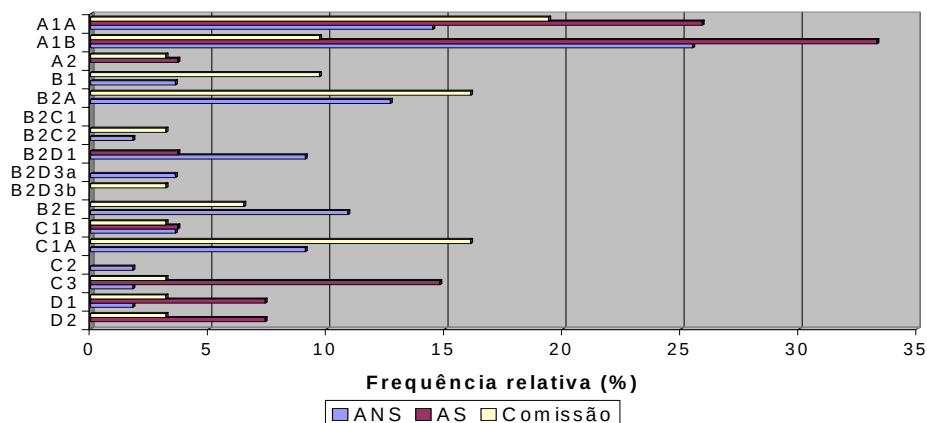
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o companheiro	42.930(a)	30	.059	.038

a 41 cells (85.4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição do companheiro está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Podemos observar diferenças na definição do companheiro entre as subamostras, tal como vamos analisar seguidamente.

Como define a sua mãe

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio	9	15.3	6	15.8	7	25.0
A1B – Afecto Positivo na relação	19	32.2	20	52.6	7	25.0
A2 - Afecto Negativo						
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	3.4			1	3.6
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	9	15.3			4	14.3
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	2	3.4			1	3.6
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)					1	3.6
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	1.7	3	7.9		
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido			1	2.6		
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável						
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável			1	2.6		
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	2	3.4			1	3.6
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	3	5.1	2	5.3	1	3.6
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	4	6.8			3	10.7
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos						
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	7	11.9	3	7.9	2	7.1
D1 - Papel / Relação adequada na família			2	5.3		
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	1.7				
Total	59	100.0	38	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

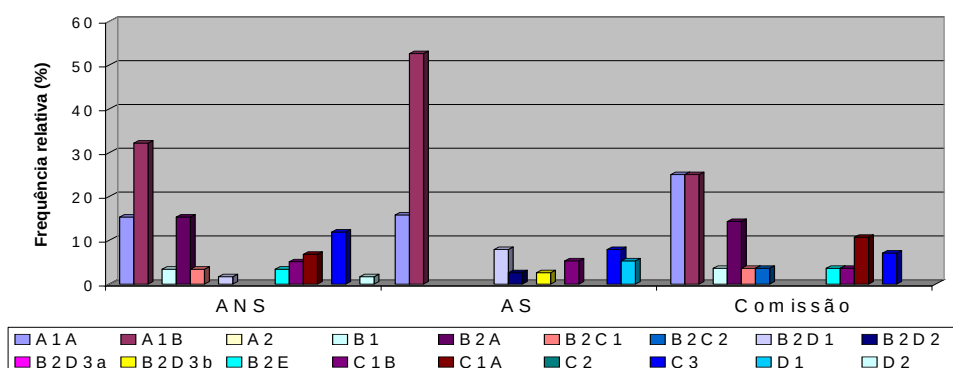
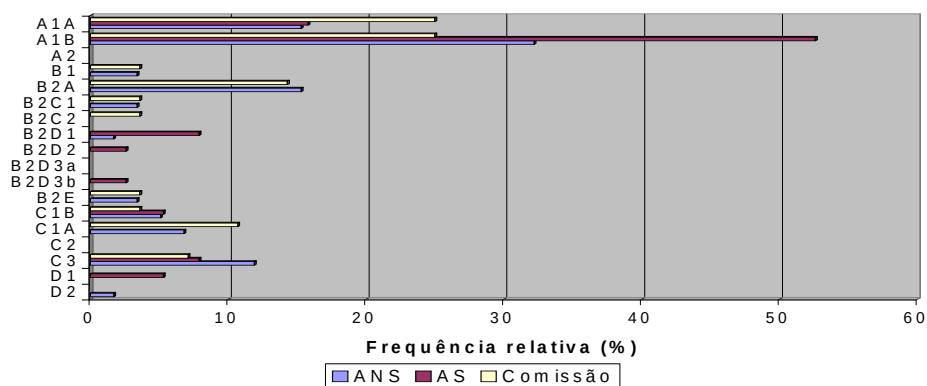
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define a sua mãe	36.722(a)	28	.125	.091

a. 38 cells (84.4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .22.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição da mãe não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Não existem diferenças estatisticamente significativas entre as subamostras na definição da mãe.

Como define o seu pai

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio	5	8.5	1	3.6	1	3.7
A1B – Afecto Positivo na relação	14	23.7	12	42.9	5	18.5
A2 - Afecto Negativo			1	3.6	1	3.7
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	4	6.8	1	3.6	2	7.4
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	10	16.9			6	22.2
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	1.7				
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)					1	3.7
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	1.7	2	7.1		
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	2	3.4			2	7.4
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	2	3.4	1	3.6	1	3.7
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	2	3.4				
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	4	6.8	1	3.6		
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	3	5.1	2	7.1		
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	7	11.9	1	3.6	4	14.8
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	1.7				
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	1.7	4	14.3	2	7.4
D1 - Papel / Relação adequada na família			2	7.1		
D2 - Papel / Relação inadequada na família	2	3.4			2	7.4
Total	59	100.0	28	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

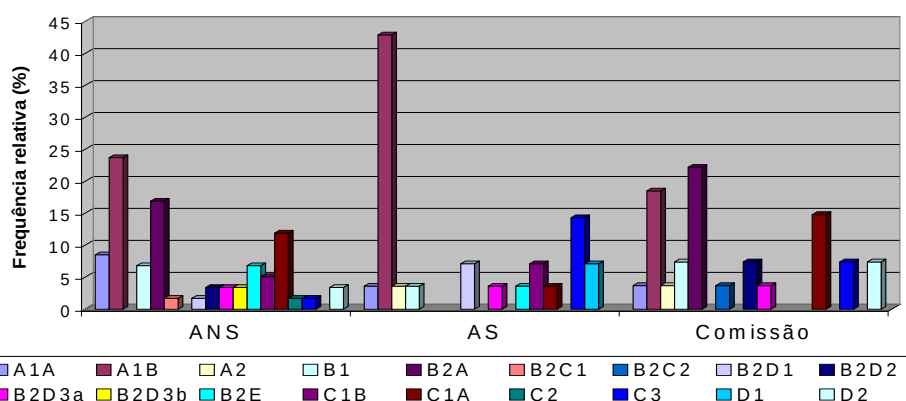
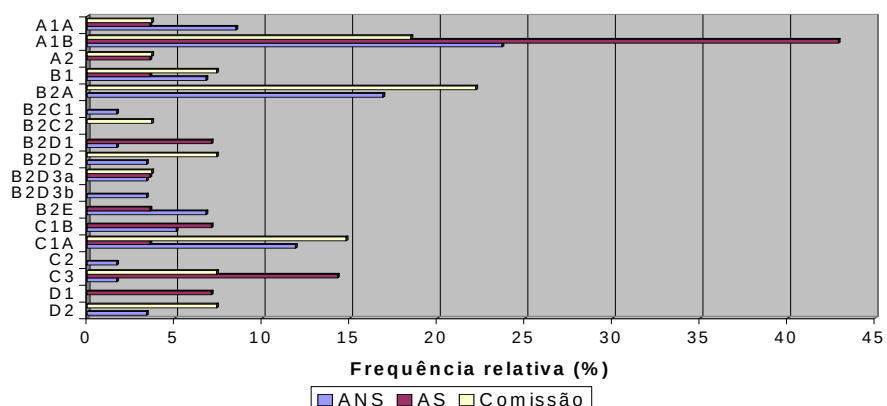
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o seu pai	43.820(a)	34	.121	.092

a. 49 cells (90.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição do pai não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Podemos observar as diferenças na amostra na definição de pai, no entanto, estas diferenças não são estatisticamente significativas entre as subamostras.

Como define o seu sogro

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio			1	7.1	1	5.0
A1B – Afecto Positivo na relação	9	36.0	4	28.6	2	10.0
A2 - Afecto Negativo			2	14.3		
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	4	16.0	1	7.1	9	45.0
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	5	20.0	1	7.1	3	15.0
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	4.0	1	7.1		
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)						
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0				
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido					2	10.0
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável					1	5.0
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável						
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0				
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	1	4.0				
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio					1	5.0
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	4.0				
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições			1	7.1		
D1 - Papel / Relação adequada na família	2	8.0	2	14.3		
D2 - Papel / Relação inadequada na família			1	7.1	1	5.0
Total	25	100.0	14	100.0	20	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

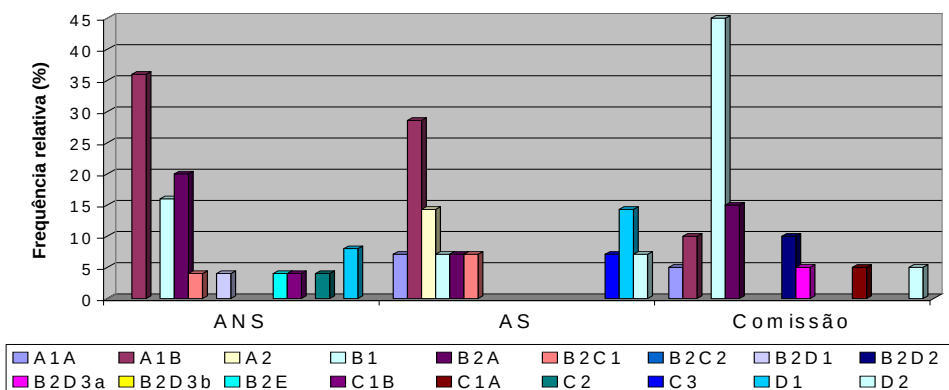
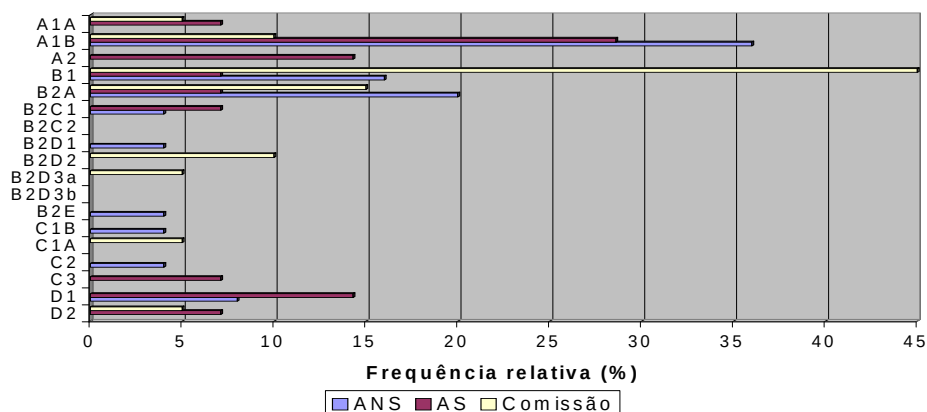
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o seu sogro	39.974(a)	30	.105	.042

a. 49 cells (90.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição do sogro difere entre as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Existem diferenças estatisticamente significativas entre as subamostras quanto à definição de sogro.

Como define a sua sogra

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio			1	4.5		
A1B - Afecto Positivo na relação	8	32.0	10	45.5	5	20.0
A2 - Afecto Negativo	2	8.0	2	9.1	2	8.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	5	20.0			4	16.0
B2A - Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	3	12.0			4	16.0
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)			1	4.5	1	4.0
B2C2 -Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)						
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido					2	8.0
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido					2	8.0
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	4.0			1	4.0
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	4.0				
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual						
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	8.0	4	18.2	1	4.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio						
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos					1	4.0
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	4.0	1	4.5	2	8.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	3	13.6		
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	4.0				
Total	25	100.0	22	100.0	25	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

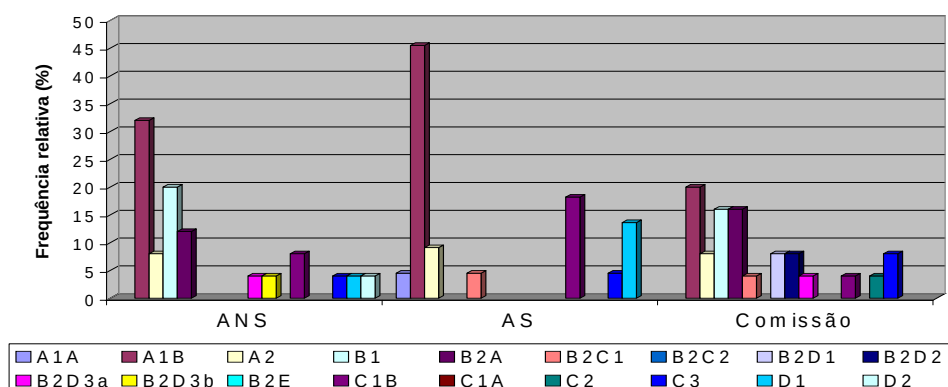
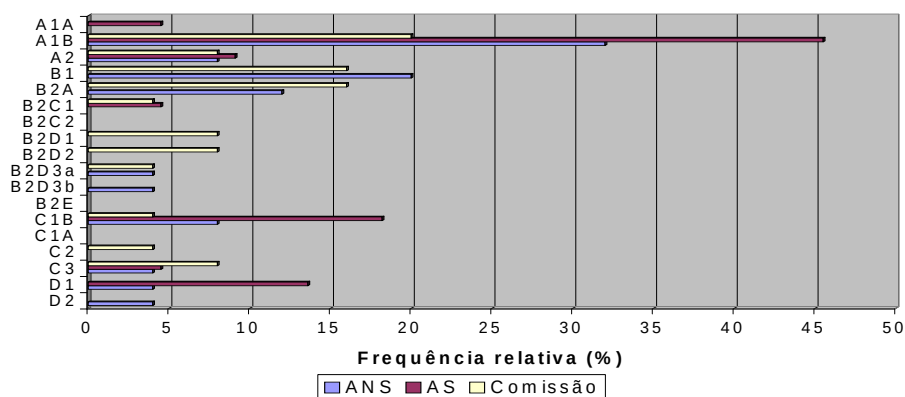
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define a sua sogra	34.230(a)	28	.193	.148

a. 42 cells (93.3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .31.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição da sogra não difere nas subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Não há diferenças estatisticamente significativas, entre as subamostras, quanto à definição de sogra.

Como se define a si mesmo

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio			5	13.2	3	10.3
A1B - Afecto Positivo na relação	11	19.0	6	15.8	4	13.8
A2 - Afecto Negativo	1	1.7	1	2.6		
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	9	15.5	2	5.3	4	13.8
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	13	22.4	4	10.5	6	20.7
B2C1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	1.7	1	2.6	1	3.4
B2C2 -Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)						
B2D1 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	5	8.6	3	7.9	2	6.9
B2D2 - Comp. Obs. Social/ elogioso r/ temperam/ introvertido			1	2.6	1	3.4
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. Estável	1	1.7	1	2.6		
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. Instável	2	3.4	1	2.6		
B2E -Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	1.7	2	5.3		
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	2	3.4	1	2.6	1	3.4
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	7	12.1	3	7.9	2	6.9
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	3	5.2	3	7.9	1	3.4
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	1.7	1	2.6	4	13.8
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	1.7	1	2.6		
D2 - Papel / Relação inadequada na família			2	5.3		
Total	58	100.0	38	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

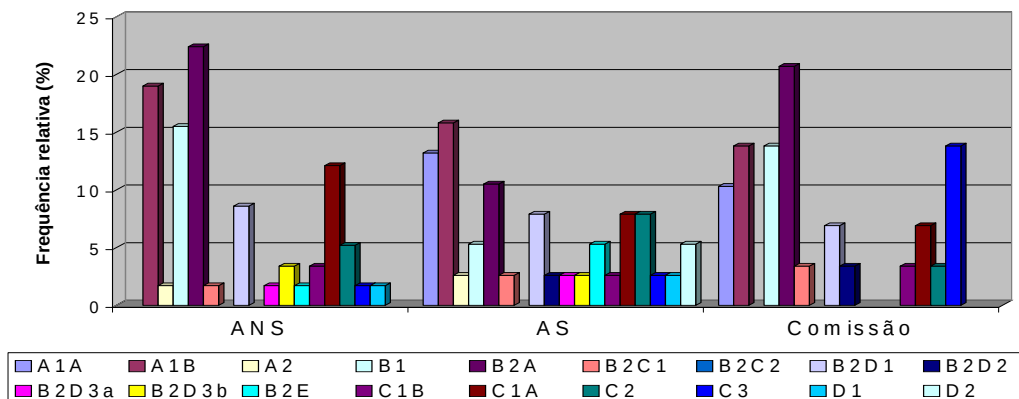
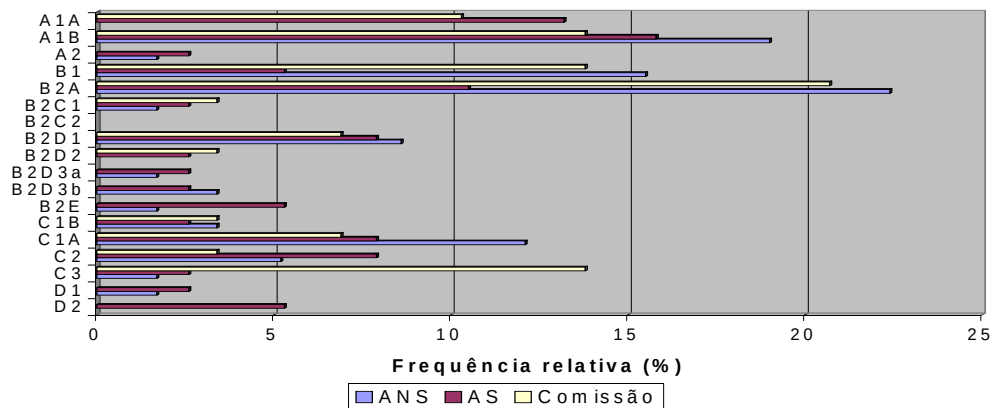
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define a sua sogra	31.175(a)	32	.508	.533

a. 44 cells (86.3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .46.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição de si mesmo difere entre as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Não há diferenças estatisticamente significativas entre as subamostras, quanto `definição de si mesmo.

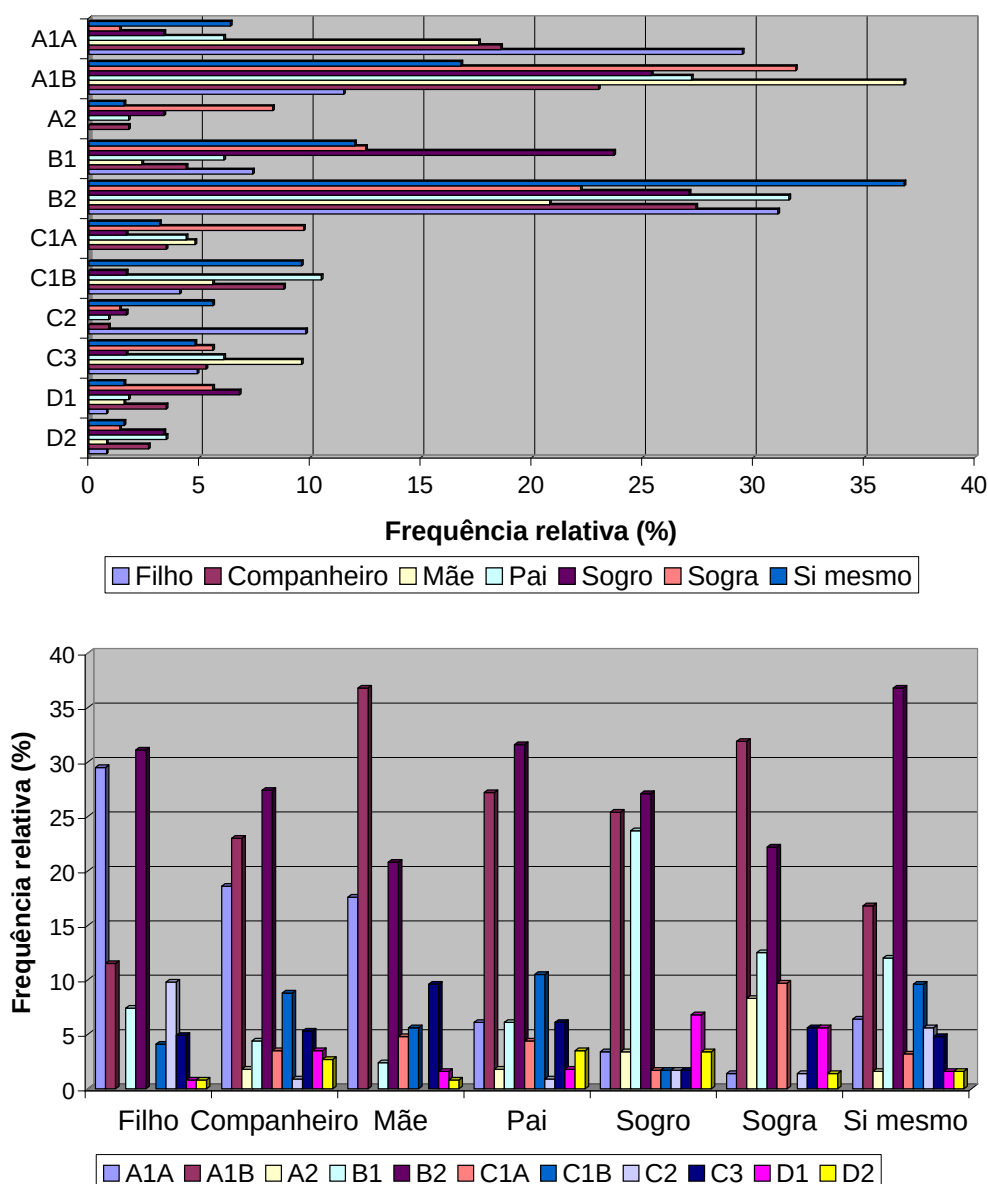
6. 3. 4. 3. Frequências, na totalidade, por grupos de siglas, nas várias pessoas próximas

	Filho		Companheiro		Mãe	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio	36	29.5	21	18.6	22	17.6
A1B – Afecto Positivo na relação	14	11.5	26	23.0	46	36.8
A2 - Afecto Negativo			2	1.8		
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	9	7.4	5	4.4	3	2.4
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	38	31.1	31	27.4	26	20.8
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros			4	3.5	6	4.8
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	5	4.1	10	8.8	7	5.6
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	12	9.8	1	.9		
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	6	4.9	6	5.3	12	9.6
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	.8	4	3.5	2	1.6
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	.8	3	2.7	1	.8
Total	122	100.0	113	100.0	125	100.0

	Pai		Sogro		Sogra	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio	7	6.1	2	3.4	1	1.4
A1B – Afecto Positivo na relação	31	27.2	15	25.4	23	31.9
A2 - Afecto Negativo	2	1.8	2	3.4	6	8.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	7	6.1	14	23.7	9	12.5
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	36	31.6	16	27.1	16	22.2
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	5	4.4	1	1.7	7	9.7
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	12	10.5	1	1.7		
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	.9	1	1.7	1	1.4
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	7	6.1	1	1.7	4	5.6
D1 - Papel / Relação adequada na família	2	1.8	4	6.8	4	5.6
D2 - Papel / Relação inadequada na família	4	3.5	2	3.4	1	1.4
Total	114	100.0	59	100.0	72	100.0

	Si mesmo	
	Freq.	%
A1A – Afecto Positivo sentido pelo próprio	8	6.4
A1B – Afecto Positivo na relação	21	16.8
A2 - Afecto Negativo	2	1.6
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	15	12.0
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	46	36.8
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	4	3.2
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	12	9.6
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	7	5.6
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	6	4.8
D1 - Papel / Relação adequada na família	2	1.6
D2 - Papel / Relação inadequada na família	2	1.6
Total	125	100.0

Ilustração gráfica das diferenças de frequências relativas entre as definições das pessoas próximas:



6. 3. 4. 3. 1. Determinação de diferenças significativas

Para analisar a relação entre estas variáveis, pode ser utilizado o coeficiente de correlação de Pearson R, que é uma medida da associação linear entre variáveis quantitativas e varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver dos valores extremos, tanto maior é a associação entre as variáveis.

Na tabela seguinte, em cada célula, que relaciona as variáveis que nela se cruzam, apresenta-se o valor do coeficiente de correlação de Pearson e o valor da significância ou valor de prova do teste.

As correlações são assinaladas com (*) se forem significantes para um valor de referência de 5%, sendo correlações normais e com (**) se forem significantes para um valor de referência de 1%, sendo correlações fortes.

Aqui, duas variáveis estarem correlacionadas significa que há uma relação entre elas, ou seja, não podemos afirmar que existam diferenças entre as frequências relativas das suas categorias. Assim sendo, quando duas variáveis não estão correlacionadas significa que não há uma relação entre elas, ou seja, podemos afirmar que existem diferenças entre as frequências relativas das suas categorias. Portanto, quando duas variáveis não estão correlacionadas significa que existem diferenças significantes entre as frequências das siglas nesse par de variáveis.

Correlations

		Filhos	Compan.	mãe	Pai	sogro	Sogra	si mesmo
Filhos	Pearson Correlation	1	.258(*)	.067	.100	-.185	-.009	.250(*)
	Sig. (2-tailed)		.011	.507	.350	.182	.945	.012
	N	122	97	101	89	54	67	99
Companheiro	Pearson Correlation	.258(*)	1	.047	.187	.186	.097	.072
	Sig. (2-tailed)	.011		.636	.066	.170	.431	.477
	N	97	113	104	97	56	68	101
Mãe	Pearson Correlation	.067	.047	1	.507(**)	.228	.220	.074
	Sig. (2-tailed)	.507	.636		.000	.087	.066	.435
	N	101	104	125	110	57	71	112
Pai	Pearson Correlation	.100	.187	.507(**)	1	.139	.328(**)	.012
	Sig. (2-tailed)	.350	.066	.000		.321	.008	.903
	N	89	97	110	114	53	65	101
Sogro	Pearson Correlation	-.185	.186	.228	.139	1	.516(**)	-.096
	Sig. (2-tailed)	.182	.170	.087	.321		.000	.484
	N	54	56	57	53	59	52	55
Sogra	Pearson Correlation	-.009	.097	.220	.328(**)	.516(**)	1	-.091
	Sig. (2-tailed)	.945	.431	.066	.008	.000		.469
	N	67	68	71	65	52	72	65
a si mesmo	Pearson Correlation	.250(*)	.072	.074	.012	-.096	-.091	1
	Sig. (2-tailed)	.012	.477	.435	.903	.484	.469	
	N	99	101	112	101	55	65	125

* Correlação significativa para um nível de significância de 0.05.

** Correlação significativa para um nível de significância de 0.01.

Embora tenha reduzido interesse para o nosso estudo, pela tabela supra constatamos que existem diferenças significantes nas frequências das siglas e noutras não.

6. 3. 4. 4. Frequências e diferenças, por grupos de siglas, dentro de cada subamostra

Os dados obtidos, relacionados com estas questões, para serem tratados, foram todos contabilizados em conjunto por grupos de siglas, para cada subamostra, tendo-se obtido os seguintes resultados.

Como define o seu filho

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	17	34.0	14	32.6	5	17.2
A1B - Afecto Positivo na relação	3	6.0	10	23.3	1	3.4
A2 – Afecto Negativo						
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	4	8.0	3	7.0	2	6.9
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	18	36.0	8	18.6	12	41.4
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros						
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	4	8.0			1	3.4
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	4	8.0	4	9.3	4	13.8
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições			2	4.7	4	13.8
D1 – Papel / Relação adequada na família			1	2.3		
D2 – Papel / Relação inadequada na família			1	2.3		
Total	50	100.0	43	100.0	29	100.0

Quando estamos perante variáveis deste tipo e queremos testar se existe alguma relação entre elas, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

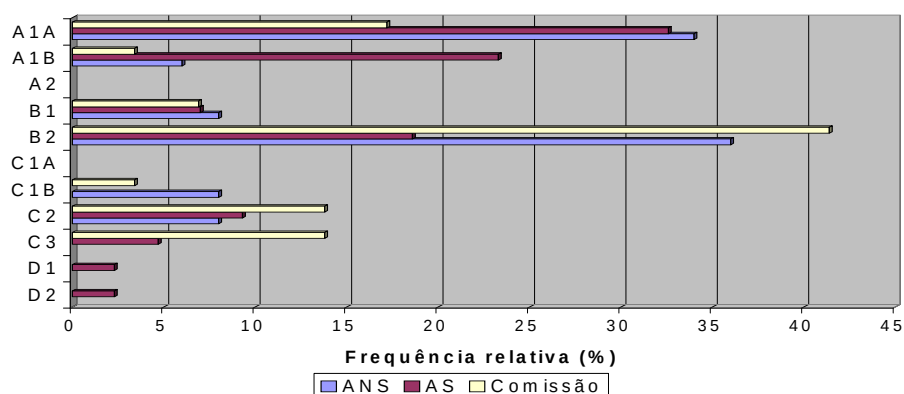
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o filho	28.740(a)	16	.026	.013

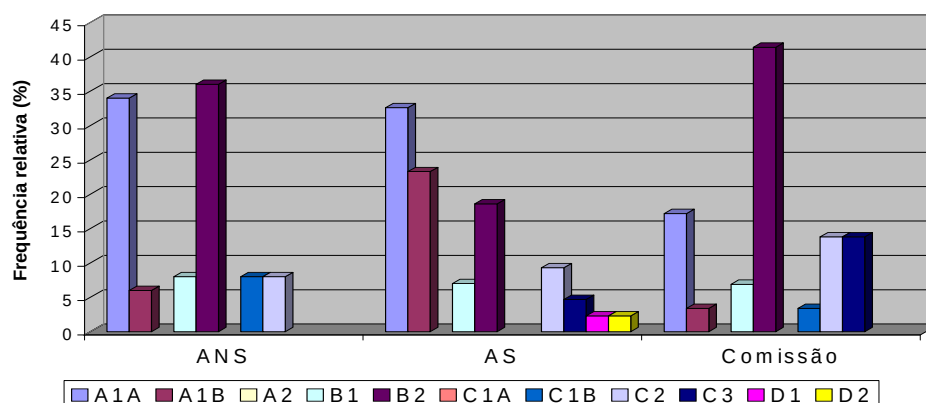
a. 20 cells (74.1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

Como existem mais de um quinto de células com frequência esperada inferior a 5, cujo valor máximo pode ser de 20%, é preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que elas estão relacionadas, a definição do filho está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:





Conclusão: Podemos observar as diferenças na definição do filho entre as subamostras. Nos ANS predomina A1A e B2, nos AS predomina A1A, A1B e B2, na Comissão predomina B2.

Como define o seu companheiro

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	8	14.5	7	25.9	6	19.4
A1B - Afecto Positivo na relação	14	25.5	9	33.3	3	9.7
A2 – Afecto Negativo			1	3.7	1	3.2
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	3.6			3	9.7
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	21	38.2	1	3.7	9	29.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	3.6	1	3.7	1	3.2
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	5	9.1			5	16.1
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	1.8				
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	1.8	4	14.8	1	3.2
D1 – Papel / Relação adequada na família	1	1.8	2	7.4	1	3.2
D2 – Papel / Relação inadequada na família			2	7.4	1	3.2
Total	55	100.0	27	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

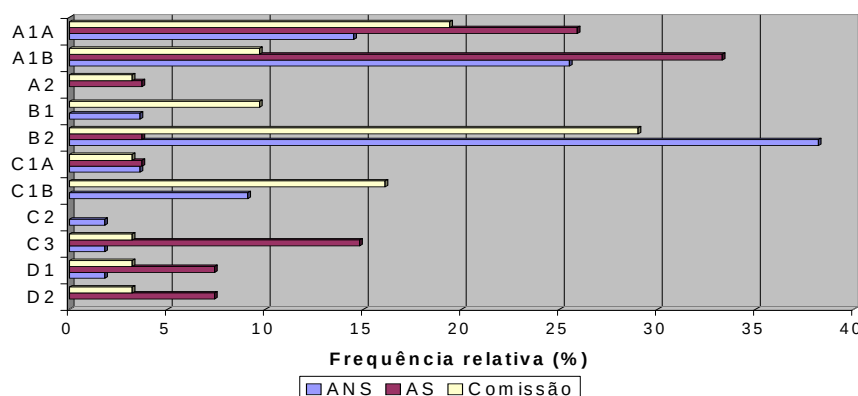
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o companheiro	34.903(a)	20	.021	.011

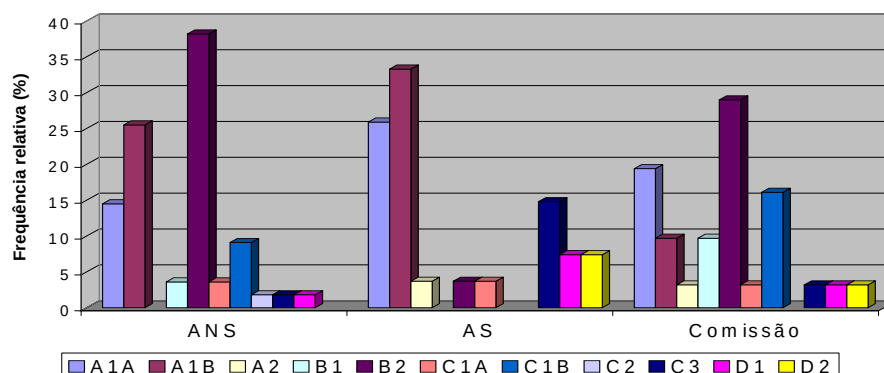
a. 24 cells (72.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição do companheiro está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:





Conclusão: Podemos observar as diferenças na definição do companheiro entre as subamostras. Nos ANS predomina B2 e A1B, nos AS predomina A1B e A1A, na Comissão predomina B2, seguido de A1A e C1B.

Como define a sua mãe

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	9	15.3	6	15.8	7	25.0
A1B - Afecto Positivo na relação	19	32.2	20	52.6	7	25.0
A2 – Afecto Negativo						
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	3.4			1	3.6
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	14	23.7	5	13.2	7	25.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	3	5.1	2	5.3	1	3.6
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	4	6.8			3	10.7
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos						
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	7	11.9	3	7.9	2	7.1
D1 – Papel / Relação adequada na família			2	5.3		
D2 – Papel / Relação inadequada na família	1	1.7				
Total	59	100.0	38	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

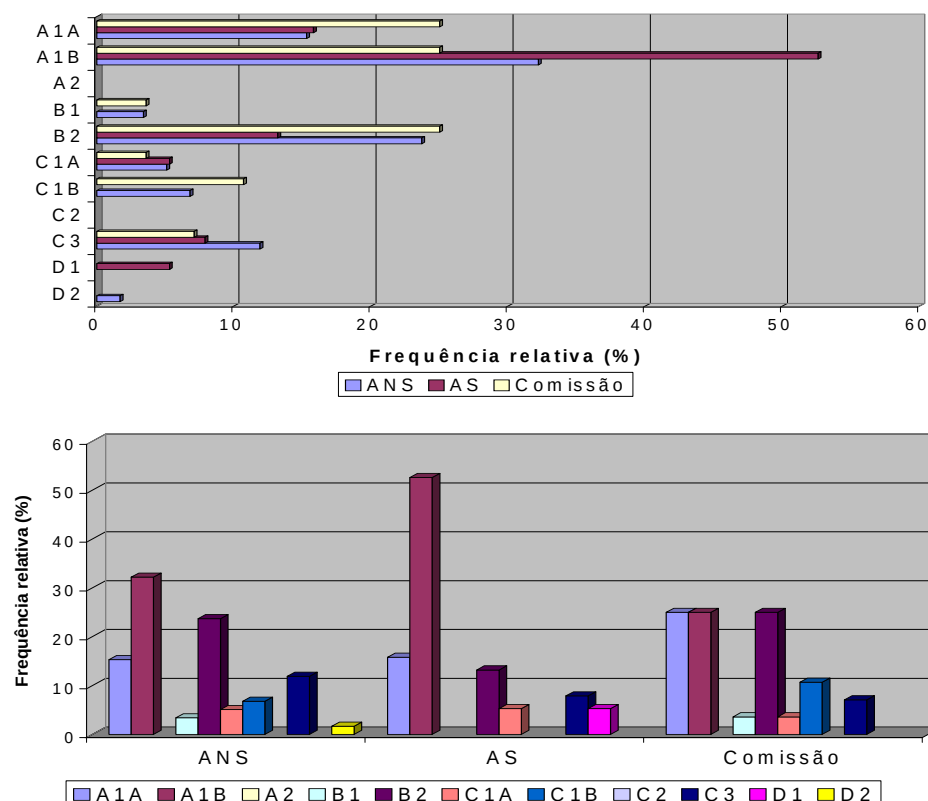
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define a sua mãe	17.975(a)	16	.325	.317

a. 18 cells (66.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .22.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição da mãe não está relacionada com as subamostras

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Podemos observar as diferenças na amostra na definição de mãe, no entanto, estas diferenças não são estatisticamente significativas entre as subamostras. Na amostra, nos ANS predomina A1B e B2, nos AS predomina A1B, na Comissão predomina A1A, A2 e B2.

Como define o seu pai

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	5	8.5	1	3.6	1	3.7
A1B - Afecto Positivo na relação	14	23.7	12	42.9	5	18.5
A2 – Afecto Negativo			1	3.6	1	3.7
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	4	6.8	1	3.6	2	7.4
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	22	37.3	4	14.3	10	37.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	3	5.1	2	7.1		
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	7	11.9	1	3.6	4	14.8
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	1.7				
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	1.7	4	14.3	2	7.4
D1 – Papel / Relação adequada na família			2	7.1		
D2 – Papel / Relação inadequada na família	2	3.4			2	7.4
Total	59	100.0	28	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

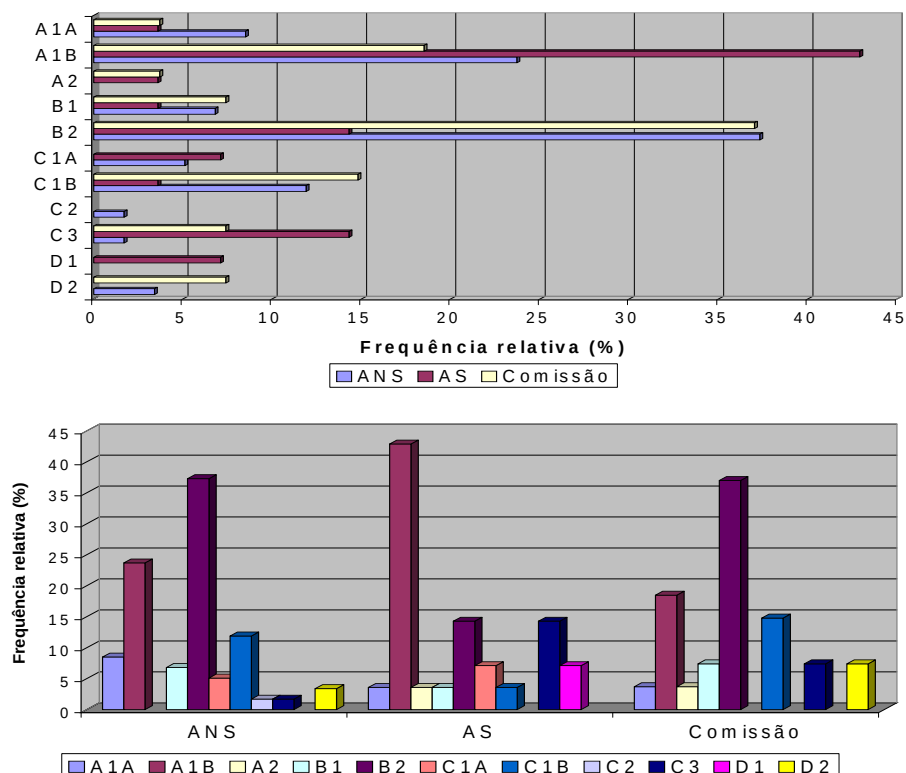
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o seu pai	28.511(a)	20	.098	.077

a. 26 cells (78.8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição do pai não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Podemos observar as diferenças na amostra na definição de pai, no entanto, estas diferenças não são estatisticamente significativas entre as subamostras. Na amostra, nos ANS predomina B2 e A1B, nos AS predomina A1B, na Comissão predomina B2.

Como define o seu sogro

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio			1	7.1	1	5.0
A1B - Afecto Positivo na relação	9	36.0	4	28.6	2	10.0
A2 – Afecto Negativo	4	16.0	2	14.3		
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	8	32.0	1	7.1	9	45.0
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	1	4.0	2	14.3	6	30.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros						
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio					1	5.0
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	1	4.0				
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições			1	7.1		
D1 – Papel / Relação adequada na família	2	8.0	2	14.3		
D2 – Papel / Relação inadequada na família			1	7.1	1	5.0
Total	25	100.0	14	100.0	20	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

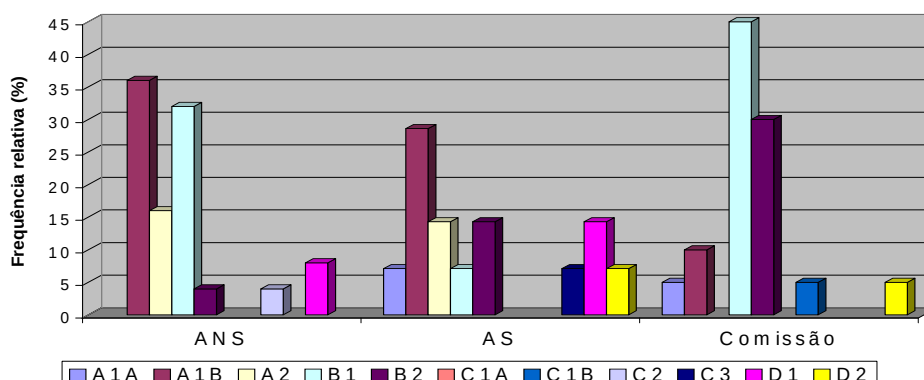
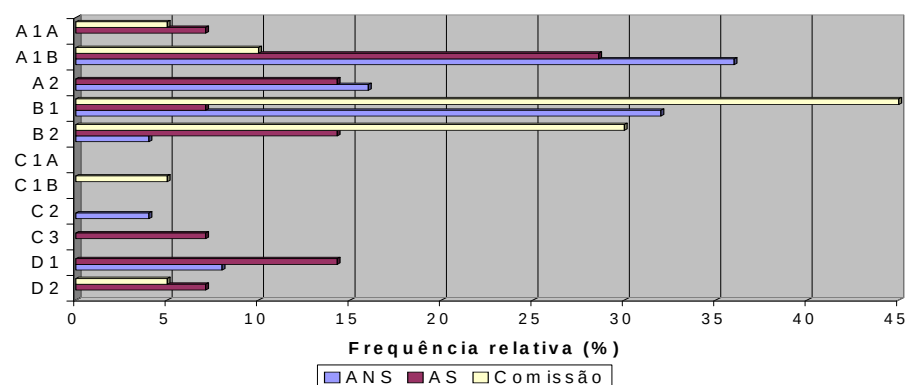
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define o seu sogro	30.274(a)	20	.066	.024

a. 28 cells (84.8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .24.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição do sogro está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Podemos observar as diferenças na definição do sogro entre as subamostras. Nos ANS predomina A1B e B1, nos AS predomina A1B, na Comissão predomina B1 e B2.

Como define a sua sogra

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio			1	4.5		
A1B - Afecto Positivo na relação	8	32.0	10	45.5	5	20.0
A2 – Afecto Negativo	2	8.0	2	9.1	2	8.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	5	20.0			4	16.0
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	5	20.0	1	4.5	10	40.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	8.0	4	18.2	1	4.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio						
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos					1	4.0
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	4.0			2	8.0
D1 – Papel / Relação adequada na família	1	4.0	1	4.5		
D2 – Papel / Relação inadequada na família	1	4.0	3	13.6		
Total	25	100.0	22	100.0	25	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

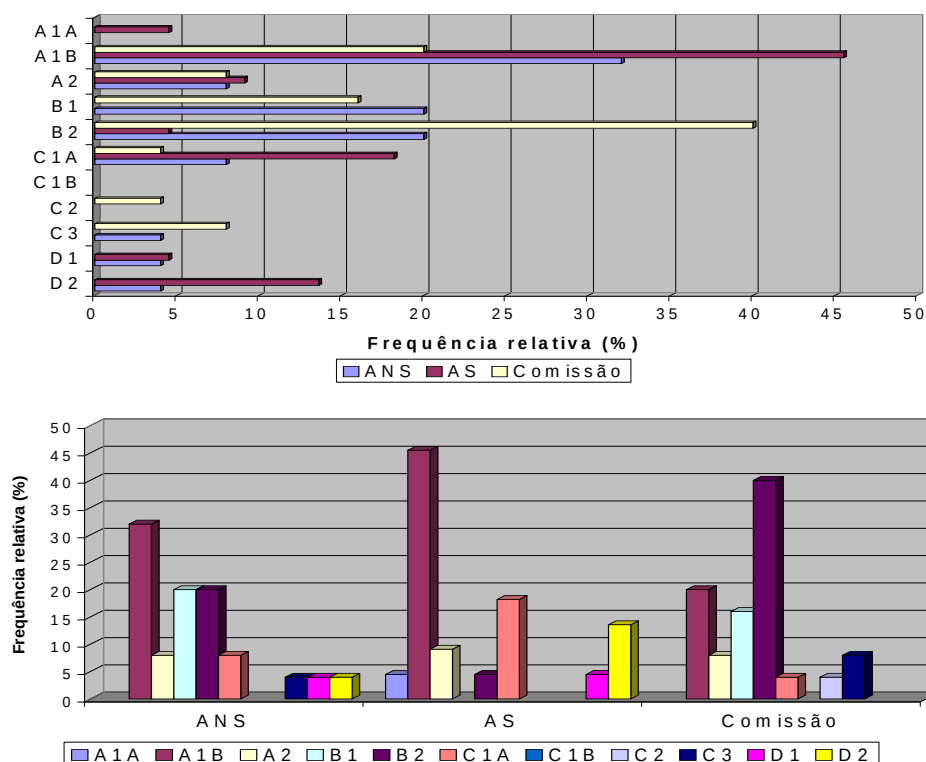
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define a sua sogra	26.292(a)	18	.093	.054

a. 25 cells (83.3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .31.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição da sogra não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:



Conclusão: Podemos observar as diferenças na amostra na definição de sogra, no entanto, estas diferenças não são estatisticamente significativas entre as subamostras. Na amostra, nos ANS predomina A1B, B1 e B2, nos AS predomina A1B, seguido de C1A, na Comissão predomina B2, seguido de A1B e B1.

Como se define a si mesmo

	ANS		AS		Comissão	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio			5	13.2	3	10.3
A1B - Afecto Positivo na relação	11	19.0	6	15.8	4	13.8
A2 – Afecto Negativo	1	1.7	1	2.6		
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	9	15.5	2	5.3	4	13.8
B2 - Comportamento Observável socialmente elogioso	23	39.7	13	34.2	10	34.5
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	3.4	1	2.6	1	3.4
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	7	12.1	3	7.9	2	6.9
C2 - Comportamento Não Observável – Sentimentos	3	5.2	3	7.9	1	3.4
C3 - Comportamento Não Observável – Disposições	1	1.7	1	2.6	4	13.8
D1 – Papel / Relação adequada na família	1	1.7	1	2.6		
D2 – Papel / Relação inadequada na família			2	5.3		
Total	58	100.0	38	100.0	29	100.0

Como anteriormente, utiliza-se o teste do Qui-Quadrado, já explicado, com os resultados:

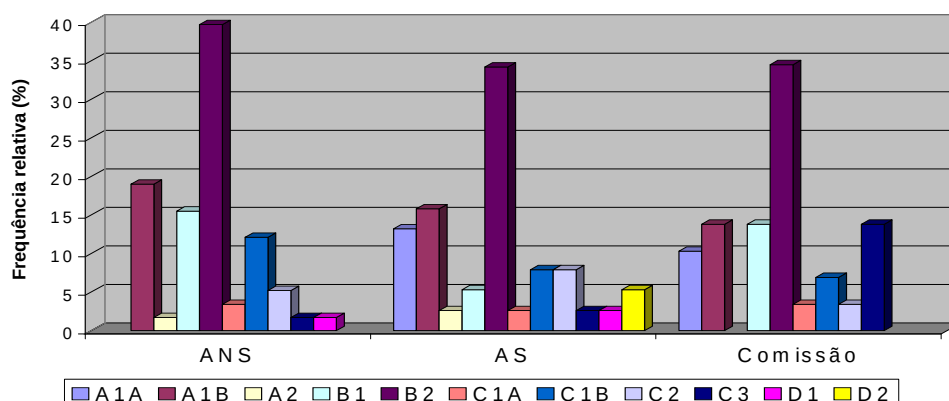
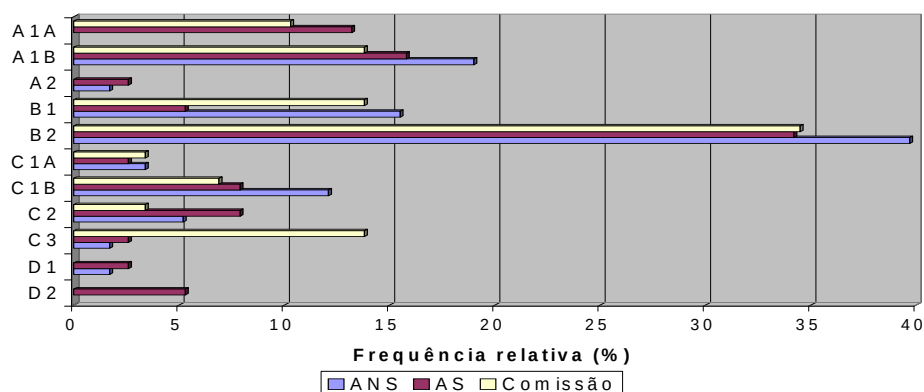
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Como define a sua sogra	23.623(a)	20	.259	.253

a. 26 cells (78.8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .46.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a definição de si mesmo não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelos gráficos:

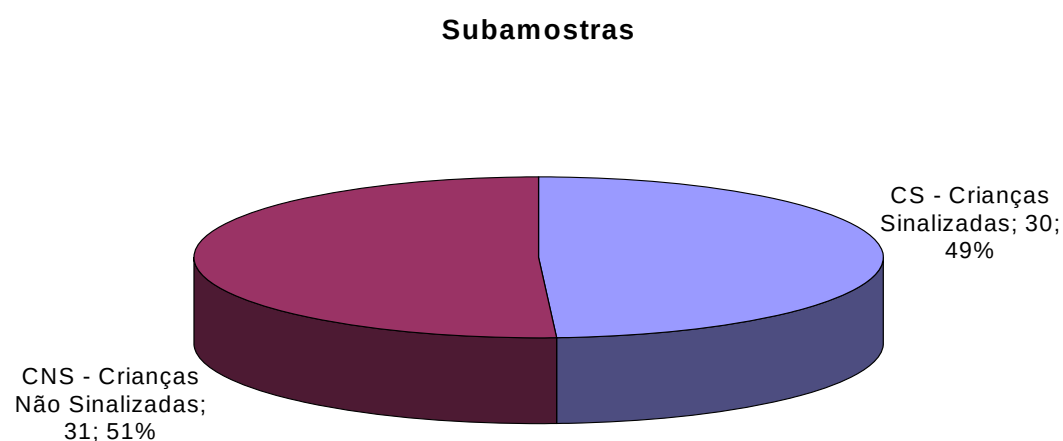


Conclusão: Podemos observar as diferenças na amostra na definição de si mesmo, no entanto, estas diferenças não são estatisticamente significativas entre as subamostras. Nas subamostras, predomina sempre B2.

6.4. – Crianças

Subamostras

	Frequência	Porcentagem
CS - Crianças Sinalizadas	30	49.2
CNS - Crianças Não Sinalizadas	31	50.8
Total	61	100.0



A amostra é constituída por 30 crianças não sinalizadas (CNS) e 31 crianças sinalizadas (CS), que a partir daqui serão analisadas como subamostras independentes.

6.4.1. Caracterização das subamostras

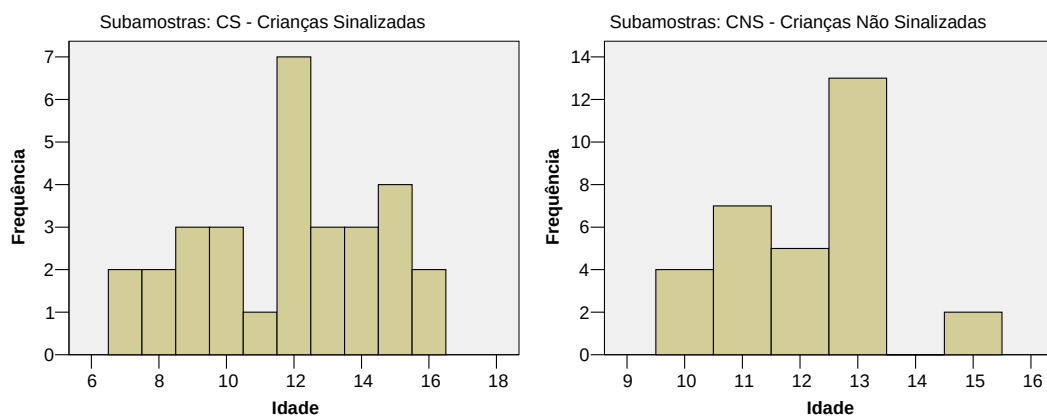
Idade

Estatísticas:

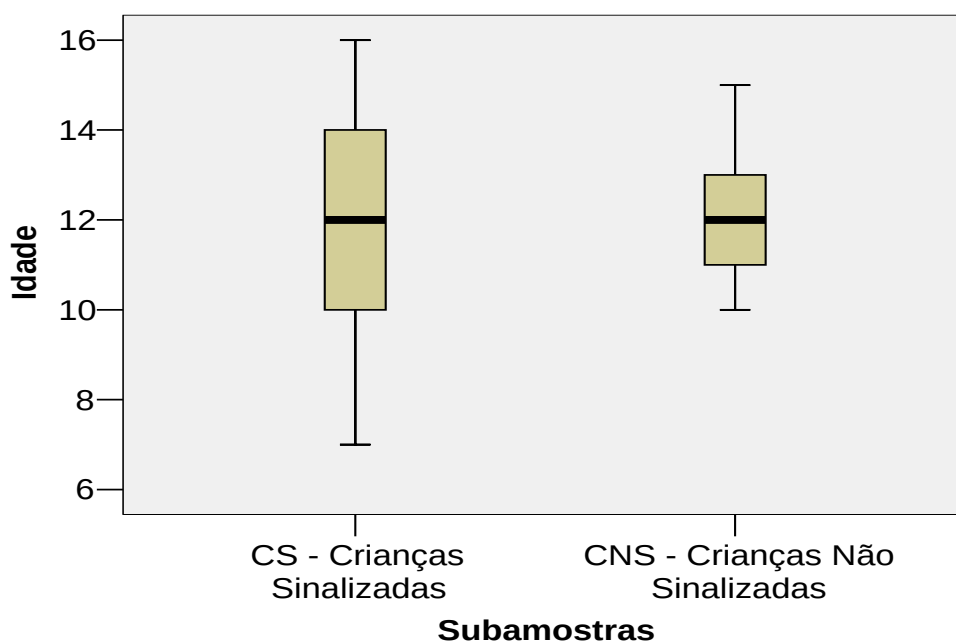
	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
CS - Crianças Sinalizadas	11.83	2.65	22%	7	16
CNS - Crianças Não Sinalizadas	12.13	1.34	11%	10	15

Na amostra, a média das idades é ligeiramente superior para as CNS.

A distribuição de idades ilustra-se pelos histogramas:



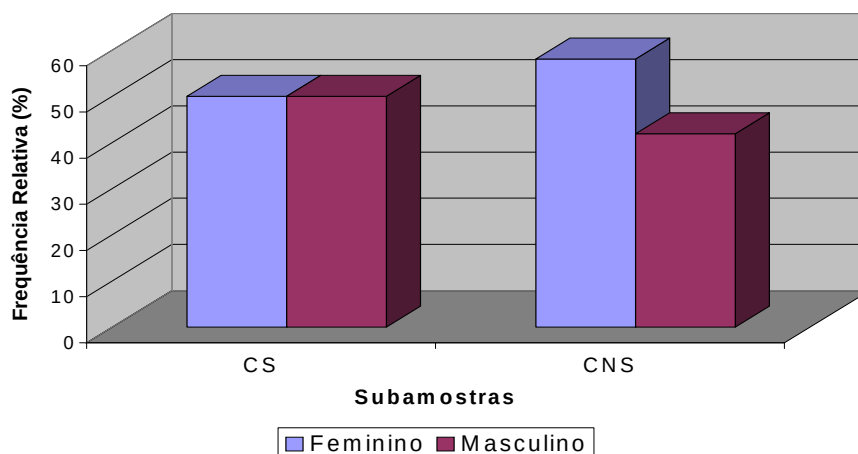
E pelo diagrama tipo caixa:



Na amostra, verifica-se que a distribuição das idades apresenta mais dispersão para as CS.

Sexo

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Feminino	15	50.0	18	58.1
Masculino	15	50.0	13	41.9
Total	30	100.0	31	100.0

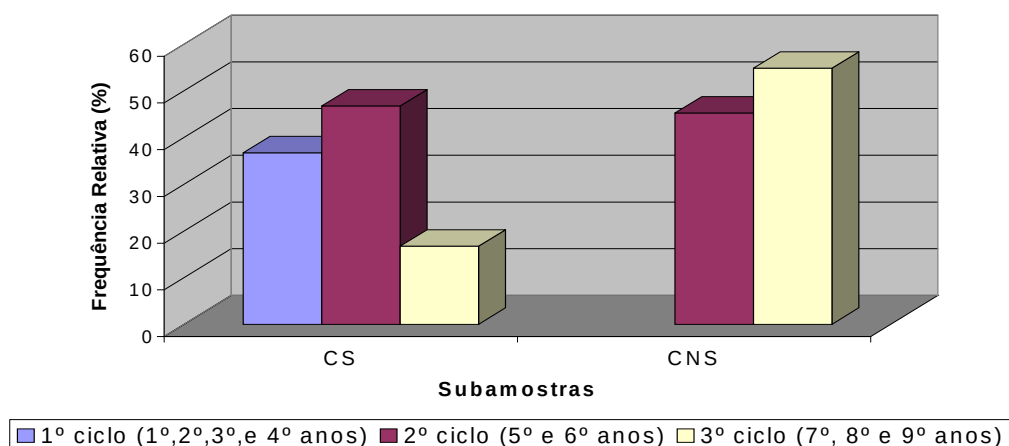


Na amostra, a percentagem de ambos os sexos é igual para as CS, nas CNS a percentagem do sexo feminino é superior.

Ano de escolaridade

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
1º ciclo (1º,2º,3º,e 4º anos)	11	36.7		
2º ciclo (5º e 6º anos)	14	46.7	14	45.2
3º ciclo (7º, 8º e 9º anos)	5	16.7	17	54.8
Total	30	100.0	31	100.0

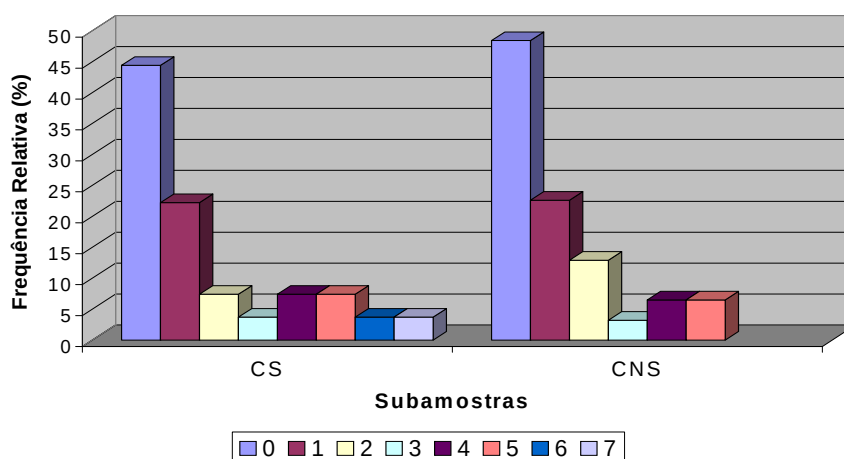
6.4.2. Agregado familiar



Na amostra, a percentagem do 3.º ciclo é superior para as CNS, o 1.º ciclo apenas surge nas CS.

N.º de irmãos mais velhos

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
0	12	44.4	15	48.4
1	6	22.2	7	22.6
2	2	7.4	4	12.9
3	1	3.7	1	3.2
4	2	7.4	2	6.5
5	2	7.4	2	6.5
6	1	3.7		
7	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, as distribuições do n.º de irmãos mais velhos são semelhantes para as duas amostras, embora apenas nas CS se observem mais de 5 irmãos.

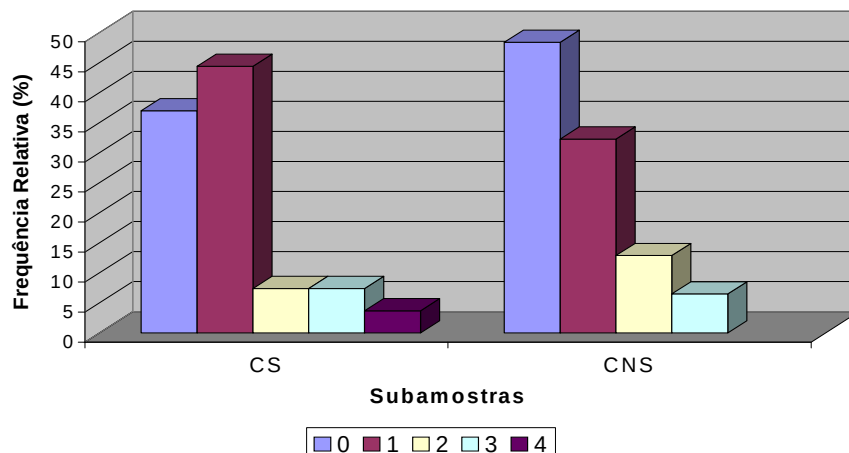
Estatísticas para o n.º de irmãos mais velhos:

	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
CS - Crianças Sinalizadas	1.63	2.13	131%	0	7
CNS - Crianças Não Sinalizadas	1.16	1.55	134%	0	5

O n.º de irmãos mais velhos, em média, é superior para as CS.

N.º de irmãos mais novos

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
0	10	37.0	15	48.4
1	12	44.4	10	32.3
2	2	7.4	4	12.9
3	2	7.4	2	6.5
4	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, as distribuições do n.º de irmãos mais novos são semelhantes para as duas amostras, embora apenas nas CS se observem 5 irmãos e zero irmãos é superior para as CNS.

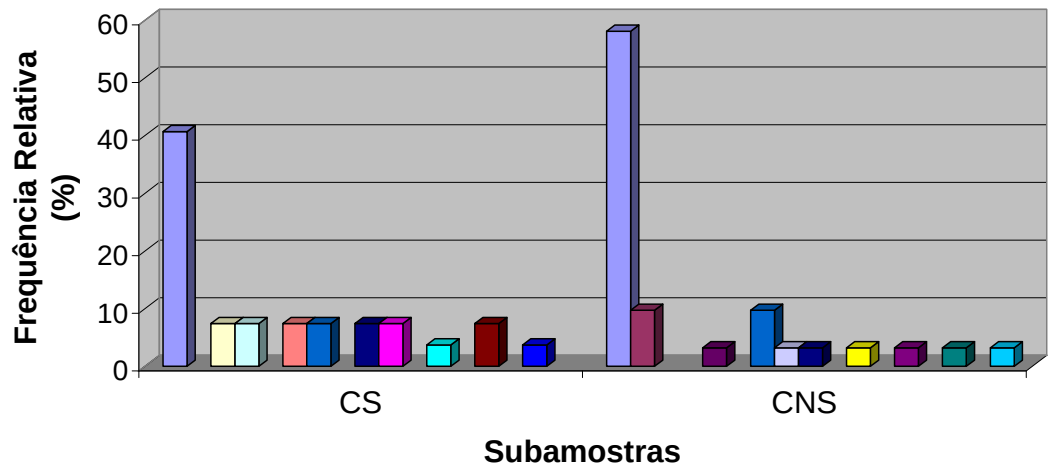
Estatísticas para o n.º de irmãos mais velhos:

	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
CS - Crianças Sinalizadas	0.96	1.06	110%	0	4
CNS - Crianças Não Sinalizadas	0.77	0.92	119%	0	3

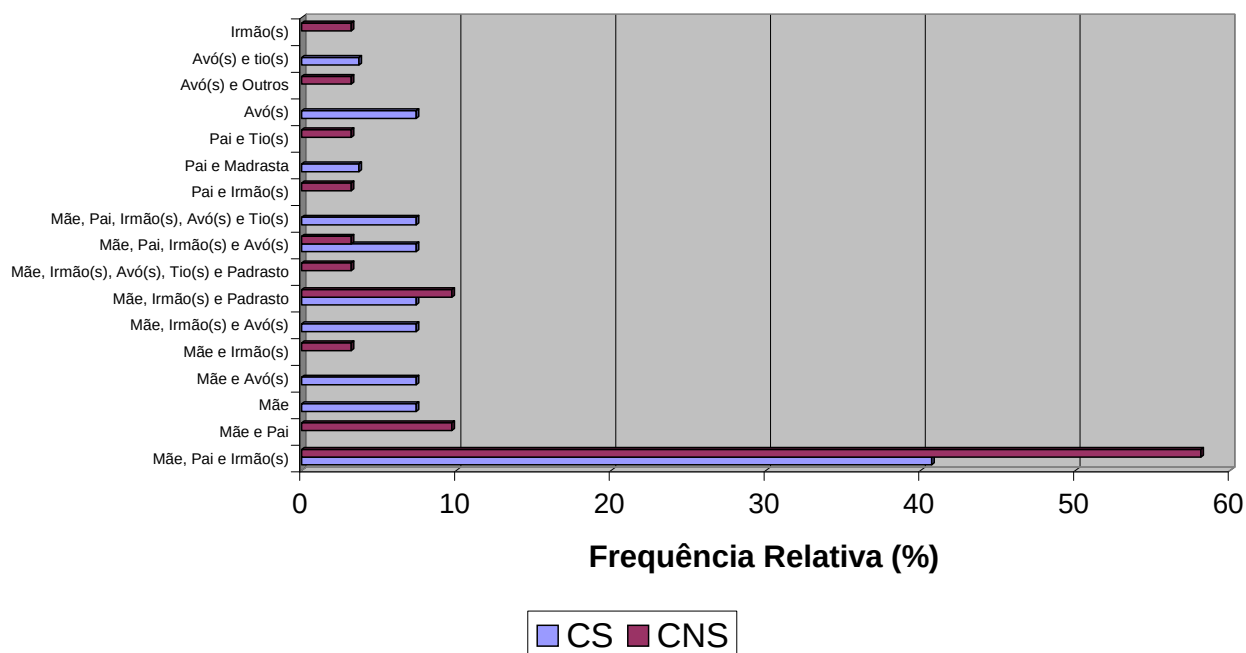
O n.º de irmãos mais novos, em média, é superior para as CS.

Com quem habita

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe, Pai e Irmão(s)	11	40.7	18	58.1
Mãe e Pai			3	9.7
Mãe	2	7.4		
Mãe e Avó(s)	2	7.4		
Mãe e Irmão(s)			1	3.2
Mãe, Irmão(s) e Avó(s)	2	7.4		
Mãe, Irmão(s) e Padrasto	2	7.4	3	9.7
Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto			1	3.2
Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)	2	7.4	1	3.2
Mãe, Pai, Irmão(s), Avó(s) e Tio(s)	2	7.4		
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Pai e Madrasta	1	3.7		
Pai e Tio(s)			1	3.2
Avó(s)	2	7.4		
Avó(s) e Outros			1	3.2
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Irmão(s)			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



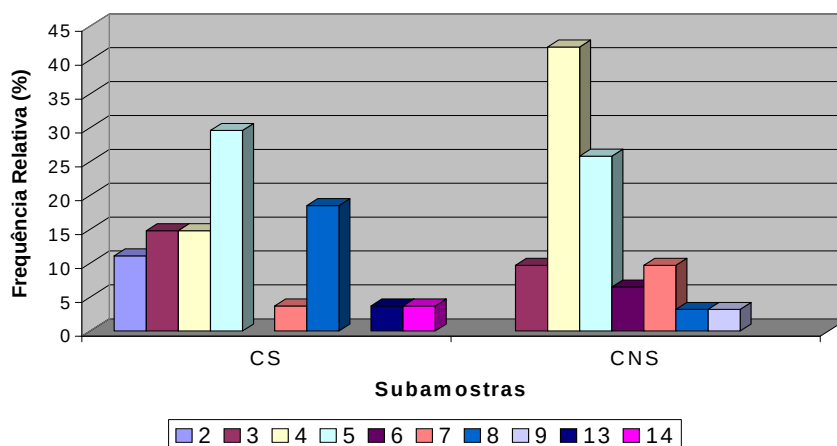
■ Mãe, Pai e Irmão(s)	■ Mãe e Pai	■ Mãe
■ Mãe e Avó(s)	■ Mãe e Irmão(s)	■ Mãe, Irmão(s) e Avó(s)
■ Mãe, Irmão(s) e Padrasto	■ Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto	■ Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)
■ Mãe, Pai, Irmão(s), Avó(s) e Tio(s)	■ Pai e Irmão(s)	■ Pai e Madrasta
■ Pai e Tio(s)	■ Avó(s)	■ Avó(s) e Outros
■ Avó(s) e tio(s)	■ Irmão(s)	



Na amostra, a situação predominante é mãe, pai e irmão(s). Para os restantes, observam-se grandes variações em ambas as subamostras.

N.º de elementos do agregado familiar

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
2	3	11.1		
3	4	14.8	3	9.7
4	4	14.8	13	41.9
5	8	29.6	8	25.8
6			2	6.5
7	1	3.7	3	9.7
8	5	18.5	1	3.2
9			1	3.2
13	1	3.7		
14	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, as distribuições do n.º de elementos é menos dispersa para as CNS.

Estatísticas para o n.º de elementos do agregado familiar:

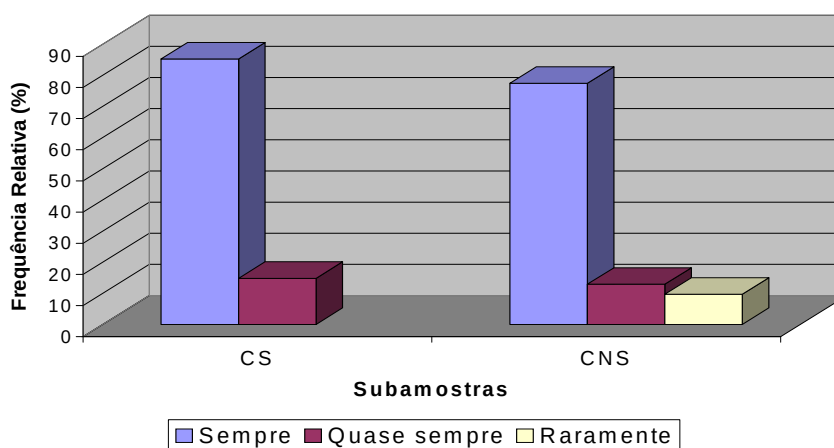
	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
CS - Crianças Sinalizadas	5.48	3.00	55%	2	14
CNS - Crianças Não Sinalizadas	4.87	1.45	30%	3	9

O n.º de elementos do agregado familiar, em média, é superior para as CS.

6.4.3. Refeições e hábitos

Toma o pequeno almoço em casa

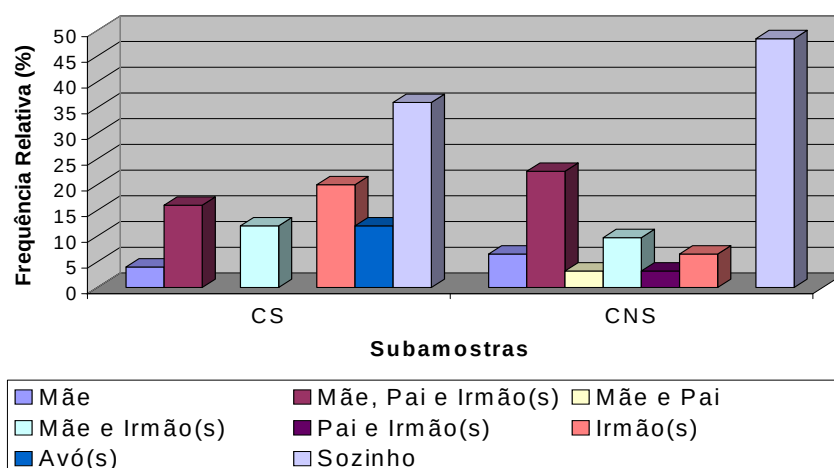
	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Sempre	23	85.2	24	77.4
Quase sempre	4	14.8	4	12.9
Raramente			3	9.7
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, a distribuição de percentagem das respostas é semelhante, embora apenas se verifique o “raramente” para as CNS.

Com quem toma o pequeno almoço

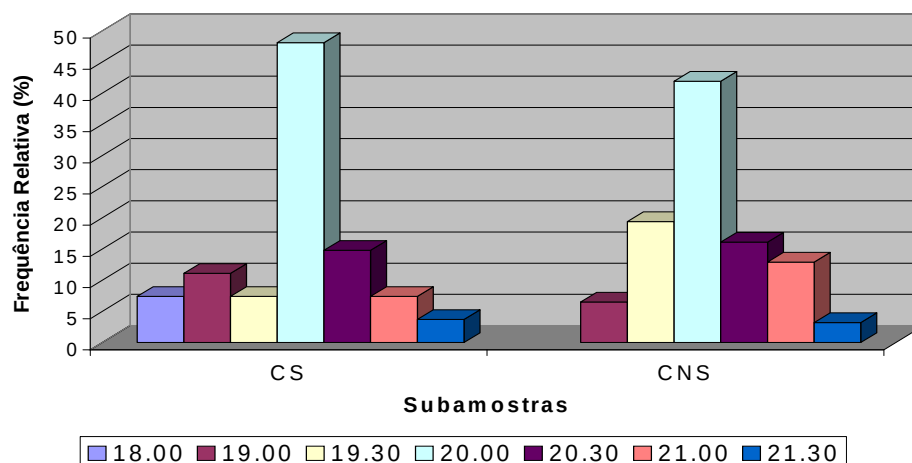
	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Mãe	1	4.0	2	6.5
Mãe, Pai e Irmão(s)	4	16.0	7	22.6
Mãe e Pai			1	3.2
Mãe e Irmão(s)	3	12.0	3	9.7
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Irmão(s)	5	20.0	2	6.5
Avó(s)	3	12.0		
Sozinho	9	36.0	15	48.4
Total	25	100.0	31	100.0
Não respondeu	5	16.7		
Total	30	100.0		



Na amostra, a situação predominante é sozinho, mais para as CNS, seguido nas CS por irmão(s) e mãe, pai e irmão(s) e nas CNS por mãe, pai e irmão(s).

A que horas janta

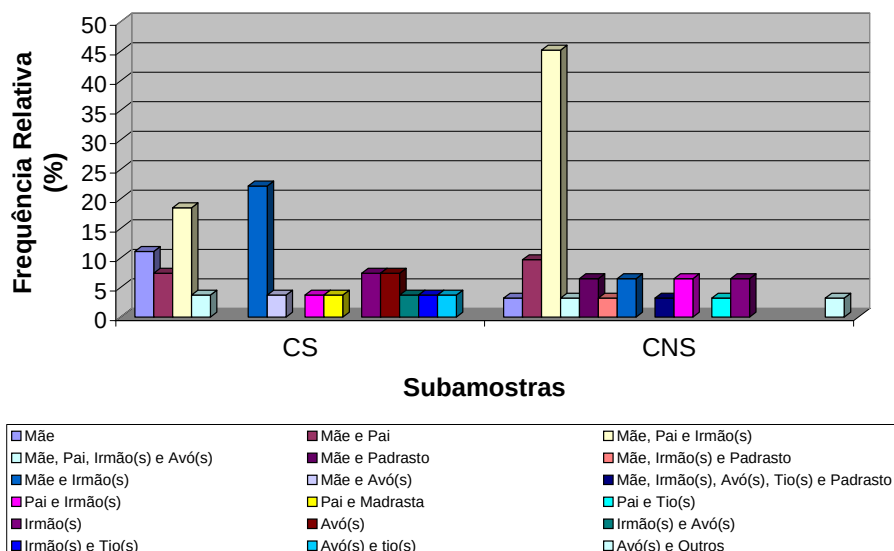
	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
18.00	2	7.4		
19.00	3	11.1	2	6.5
19.30	2	7.4	6	19.4
20.00	13	48.1	13	41.9
20.30	4	14.8	5	16.1
21.00	2	7.4	4	12.9
21.30	1	3.7	1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, a hora predominante é 20.00, verificando-se maior dispersão nas CS.

Com quem janta

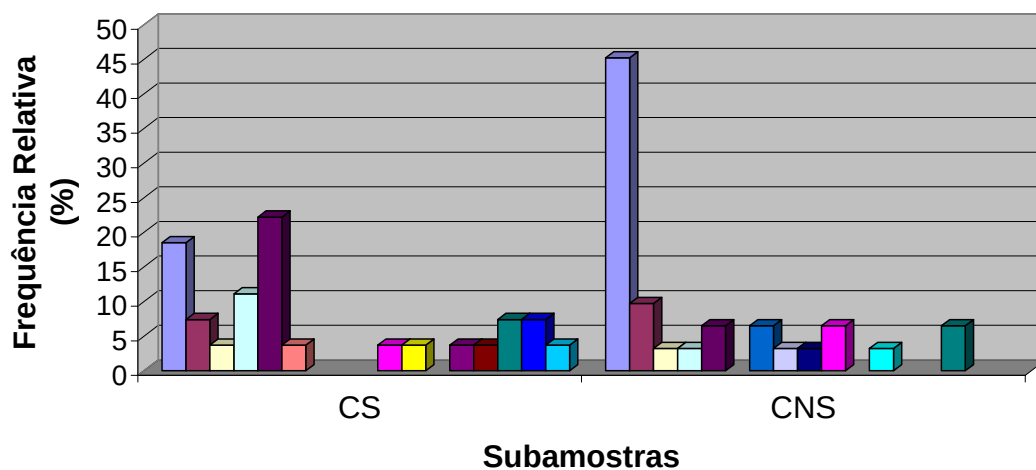
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	3	11.1	1	3.2
Mãe e Pai	2	7.4	3	9.7
Mãe, Pai e Irmão(s)	5	18.5	14	45.2
Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe e Padrasto			2	6.5
Mãe, Irmão(s) e Padrasto			1	3.2
Mãe e Irmão(s)	6	22.2	2	6.5
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto			1	3.2
Pai e Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Pai e Madrasta	1	3.7		
Pai e Tio(s)			1	3.2
Irmão(s)	2	7.4	2	6.5
Avó(s)	2	7.4		
Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Tio(s)	1	3.7		
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Avó(s) e Outros			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



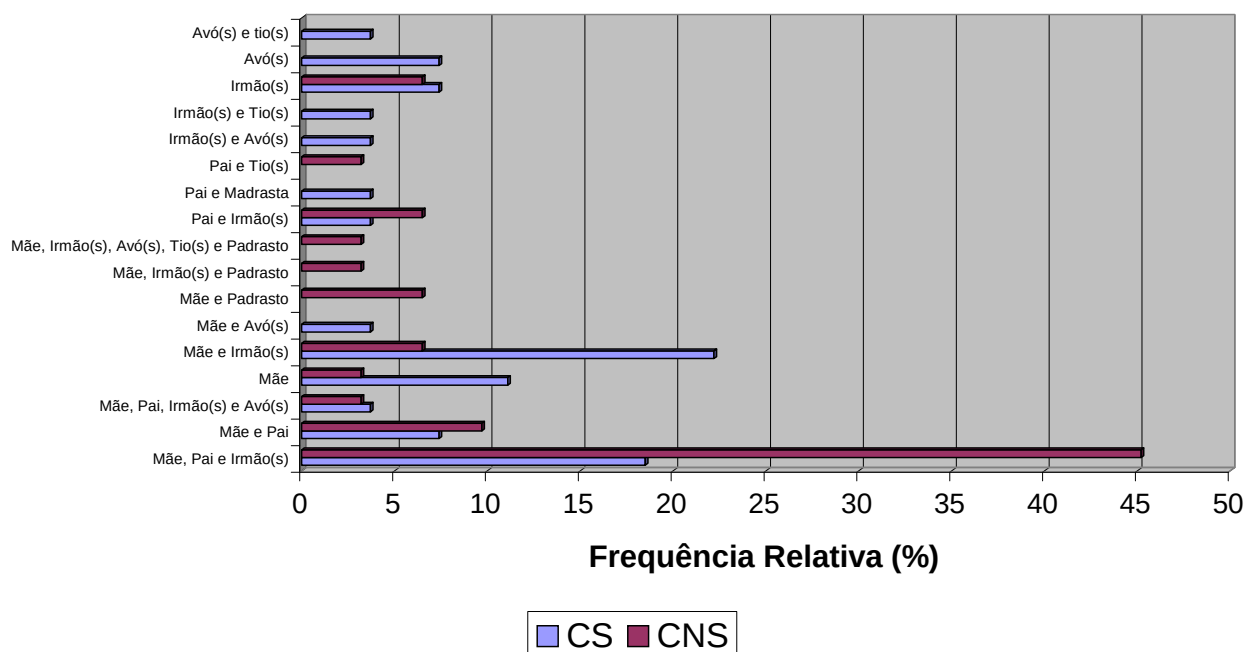
Na amostra, predomina mãe e irmão(s), mãe, pai e irmão(s) nas CS e mãe, pai e irmão(s) nas CS

Com quem habita

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe, Pai e Irmão(s)	5	18.5	14	45.2
Mãe e Pai	2	7.4	3	9.7
Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe	3	11.1	1	3.2
Mãe e Irmão(s)	6	22.2	2	6.5
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe e Padrasto			2	6.5
Mãe, Irmão(s) e Padrasto			1	3.2
Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto			1	3.2
Pai e Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Pai e Madrasta	1	3.7		
Pai e Tio(s)			1	3.2
Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Tio(s)	1	3.7		
Irmão(s)	2	7.4	2	6.5
Avó(s)	2	7.4		
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



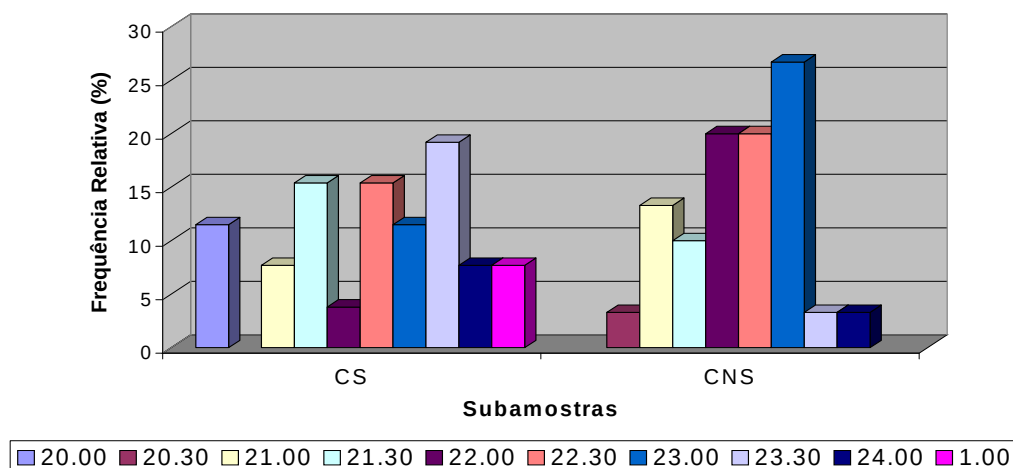
Mãe, Pai e Irmão(s)	Mãe e Pai	Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)
Mãe	Mãe e Irmão(s)	Mãe e Avó(s)
Mãe e Padrasto	Mãe, Irmão(s) e Padrasto	Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto
Pai e Irmão(s)	Pai e Madrasta	Pai e Tio(s)
Irmão(s) e Avó(s)	Irmão(s) e Tio(s)	Irmão(s)
Avó(s)	Avó(s) e tio(s)	



Na amostra, a situação predominante é mãe, pai e irmão(s) para as CNS e mãe e irmão(s) , seguida de mãe, pai e irmão(s) para os CS. Observam-se outras variações em ambas as subamostras.

A que horas se deita

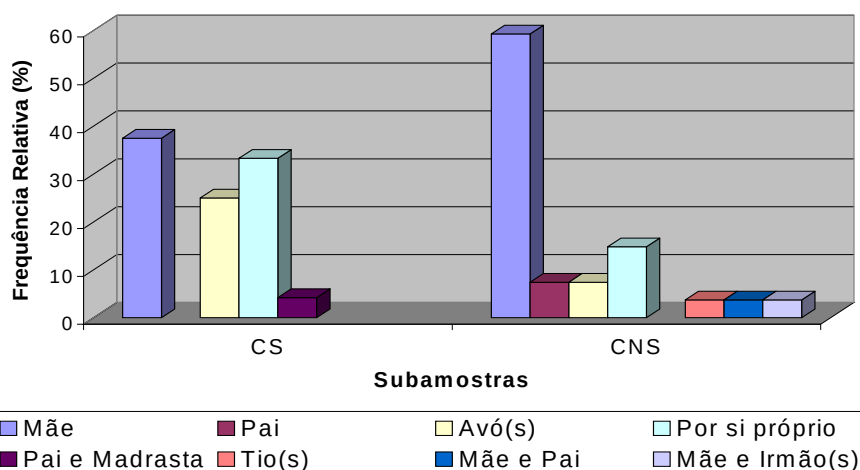
	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
20.00	2	11.5		
20.30			1	3.3
21.00	4	7.7	4	13.3
21.30	1	15.4	3	10.0
22.00	4	3.8	6	20.0
22.30	3	15.4	6	20.0
23.00	5	11.5	8	26.7
23.30	2	19.2	1	3.3
24.00	2	7.7	1	3.3
1.00	3	7.7		
Total	26	100.0	30	100.0
Não respondeu	4	13.3	1	3.2
Total	30	100.0	31	100.0



Na amostra, a hora de deitar apresenta grandes variações para ambas as subamostras, no entanto, é superior para as CNS.

Quem acorda

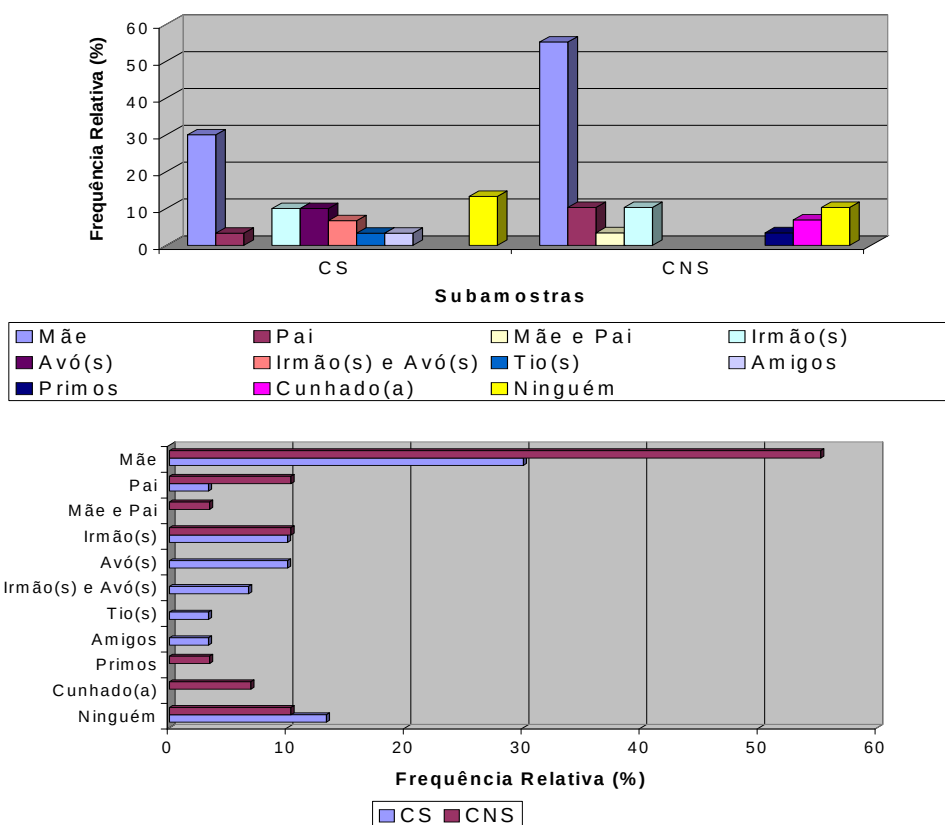
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	9	37.5	16	59.3
Pai			2	7.4
Avó(s)	6	25.0	2	7.4
Por si próprio	8	33.3	4	14.8
Pai e Madrasta	1	4.2		
Tio(s)			1	3.7
Mãe e Pai			1	3.7
Mãe e Irmão(s)			1	3.7
Total	24	100.0	27	100.0
Não respondeu	6	20.0	4	12.9
Total	30	100.0	31	100.0



Na amostra, quem acorda é mãe, avó(s) ou por si próprio nas CS, com valores semelhantes, enquanto nas CNS quem acorda é predominantemente a mãe.

TPC: Quem ajuda mais

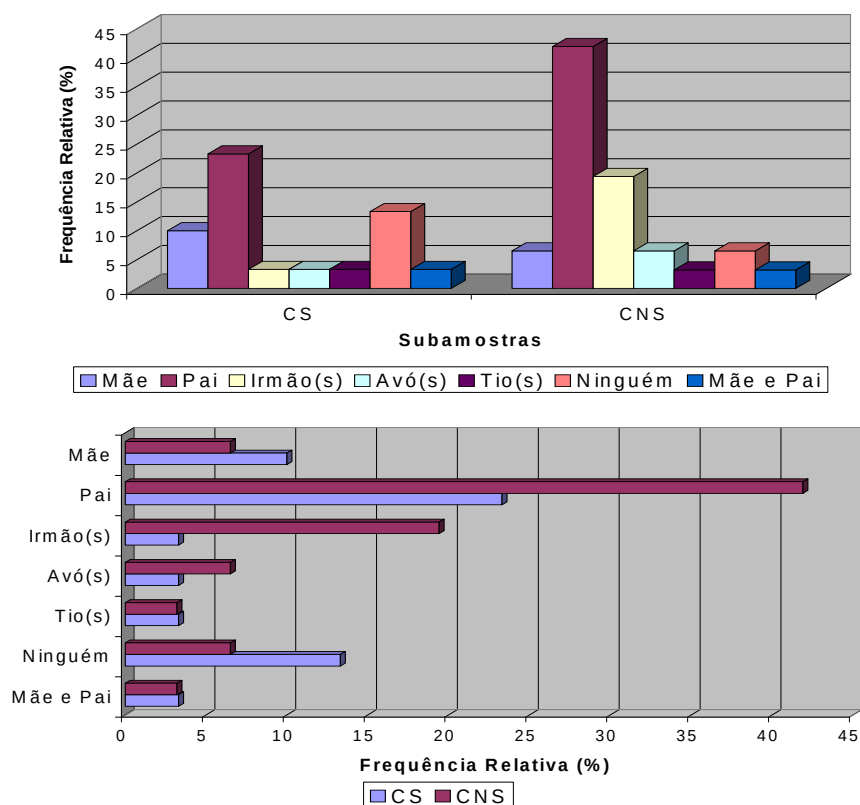
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	9	30.0	16	55.2
Pai	1	3.3	3	10.3
Mãe e Pai			1	3.4
Irmão(s)	3	10.0	3	10.3
Avó(s)	3	10.0		
Irmão(s) e Avó(s)	2	6.7		
Tio(s)	1	3.3		
Amigos	1	3.3		
Primos			1	3.4
Cunhado(a)			2	6.9
Ninguém	4	13.3	3	10.3
Total	24	100.0	29	100.0
Não respondeu	6	20.0	2	6.5
Total	30	100.0	31	100.0



Na amostra, quem ajuda mais é a mãe, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por ninguém, pai e irmão(s) e nas CS é seguida por ninguém, irmão(s) e avó(s).

TPC: Quem ajuda menos

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Mãe	3	10.0	2	6.5
Pai	7	23.3	13	41.9
Irmão(s)	1	3.3	6	19.4
Avó(s)	1	3.3	2	6.5
Tio(s)	1	3.3	1	3.2
Ninguém	4	13.3	2	6.5
Mãe e Pai	1	3.3	1	3.2
Total	18	100.0	27	100.0
Não respondeu	12	40.0	4	12.9
Total	30	100.0	31	100.0

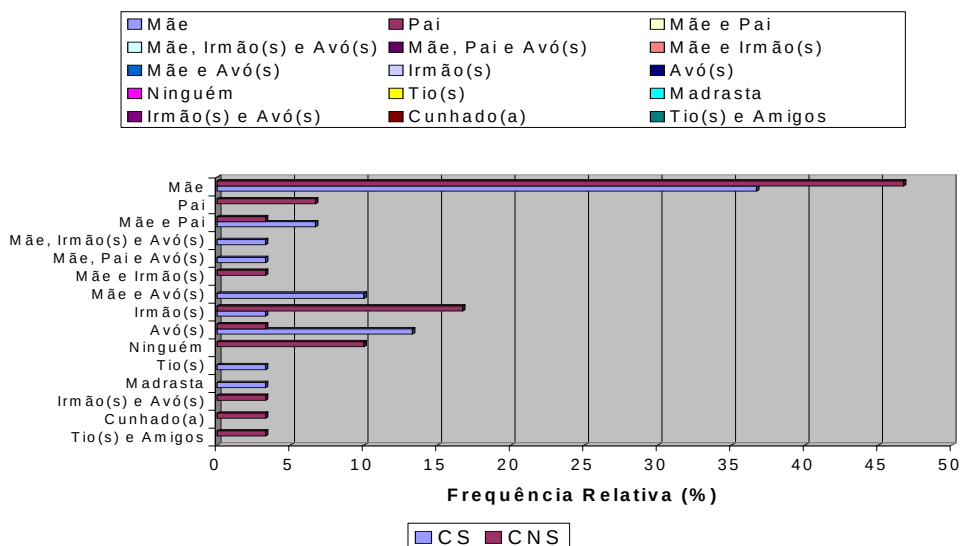
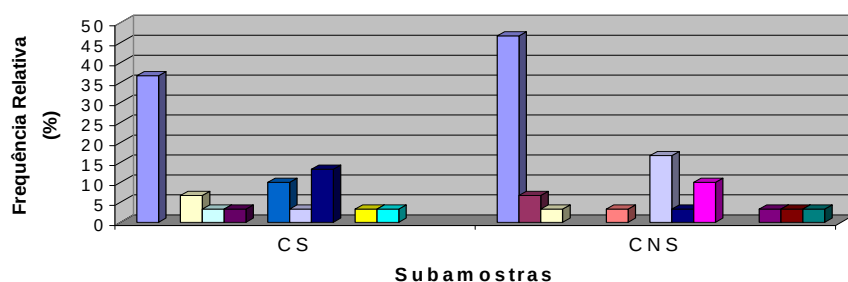


Na amostra, quem ajuda menos é o pai, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por irmão(s) e nas CS é seguida por ninguém e mãe.

6.4.4. Afectos

Quem dá colo

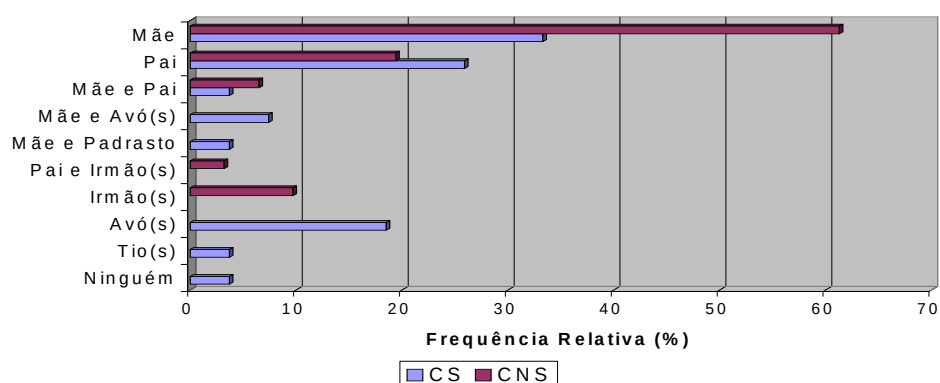
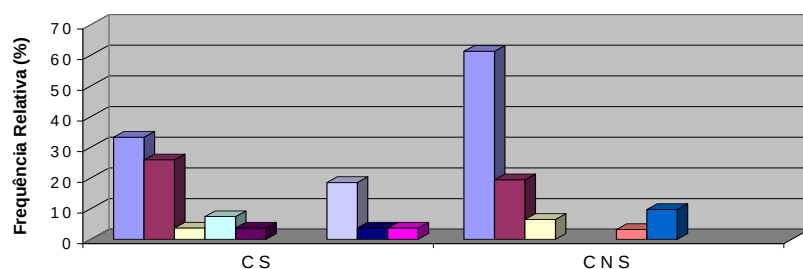
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	11	36.7	14	46.7
Pai			2	6.7
Mãe e Pai	2	6.7	1	3.3
Mãe, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.3		
Mãe, Pai e Avó(s)	1	3.3		
Mãe e Irmão(s)			1	3.3
Mãe e Avó(s)	3	10.0		
Irmão(s)	1	3.3	5	16.7
Avó(s)	4	13.3	1	3.3
Ninguém			3	10.0
Tio(s)	1	3.3		
Madrasta	1	3.3		
Irmão(s) e Avó(s)			1	3.3
Cunhado(a)			1	3.3
Tio(s) e Amigos			1	3.3
Total	25	100.0	30	100.0
Não respondeu	12	40.0	1	3.2
Total	30	100.0	31	100.0



Na amostra, quem dá colo é mais a mãe, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por irmão(s) e ninguém nas CS é seguida por avó(s) e mãe e avó(s).

Quem pune

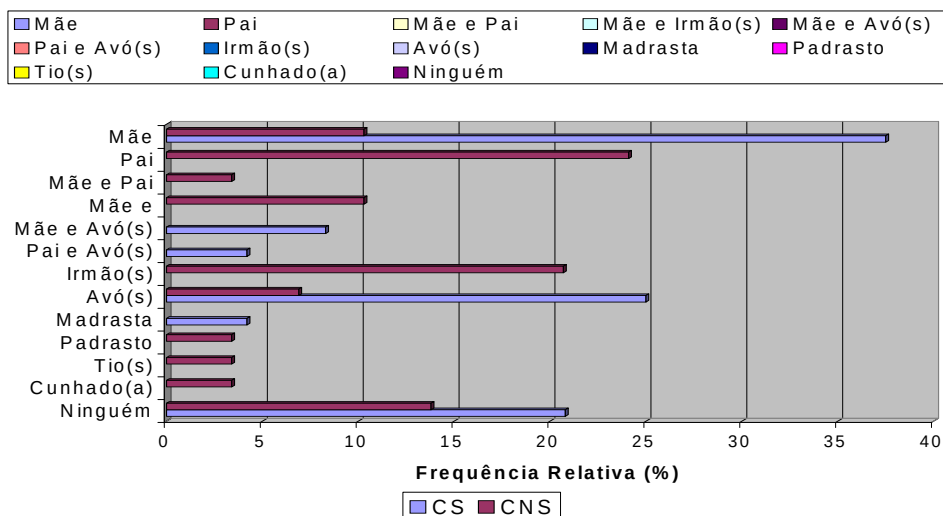
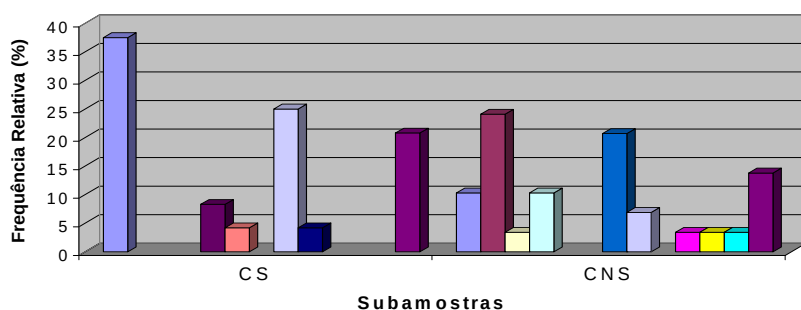
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	9	33.3	19	61.3
Pai	7	25.9	6	19.4
Mãe e Pai	1	3.7	2	6.5
Mãe e Avó(s)	2	7.4		
Mãe e Padrasto	1	3.7		
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Irmão(s)			3	9.7
Avó(s)	5	18.5		
Tio(s)	1	3.7		
Ninguém	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, quem pune é mais a mãe, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por pai e nas CS é seguida por pai e avó(s).

Quem critica

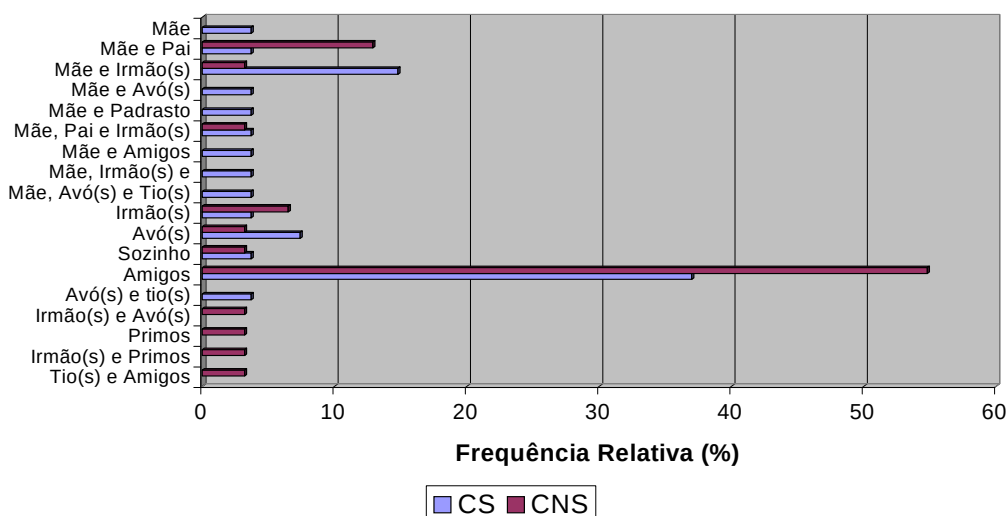
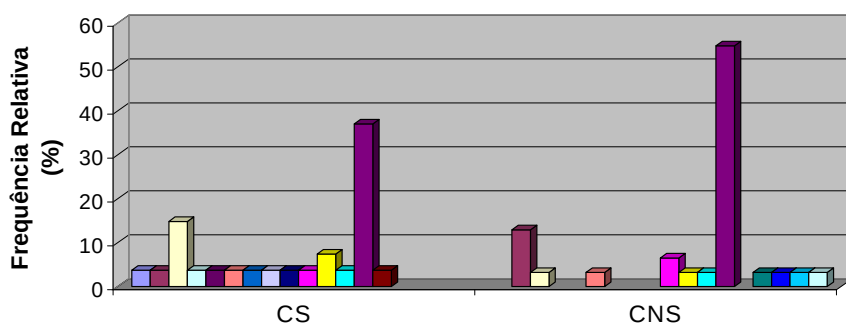
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	9	37.5	3	10.3
Pai			7	24.1
Mãe e Pai			1	3.4
Mãe e Irmão(s)			3	10.3
Mãe e Avó(s)	2	8.3		
Pai e Avó(s)	1	4.2		
Irmão(s)			6	20.7
Avó(s)	6	25.0	2	6.9
Madrasta	1	4.2		
Padrasto			1	3.4
Tio(s)			1	3.4
Cunhado(a)			1	3.4
Ninguém	5	20.8	4	13.8
Total	24	100.0	29	100.0
Não respondeu	6	20.0	2	6.5
Total	30	100.0	31	100.0



Na amostra, quem critica é mais a mãe nas CS e o pai nas CNS. Nas CNS é seguida por irmão(s) e ninguém e nas CS é seguido por avó(s) e ninguém.

Com quem brinca

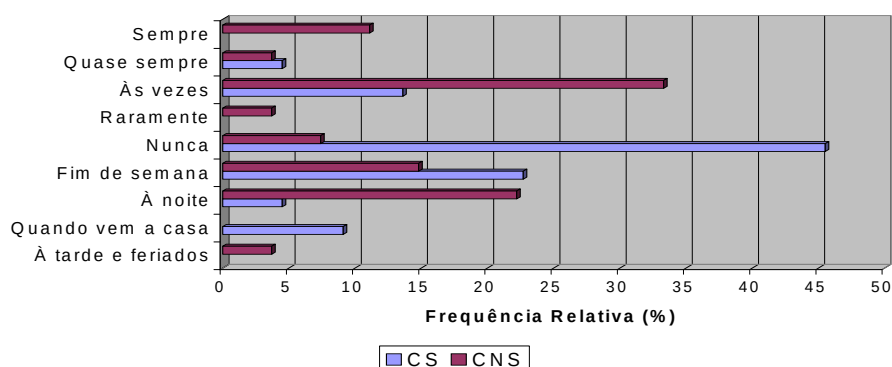
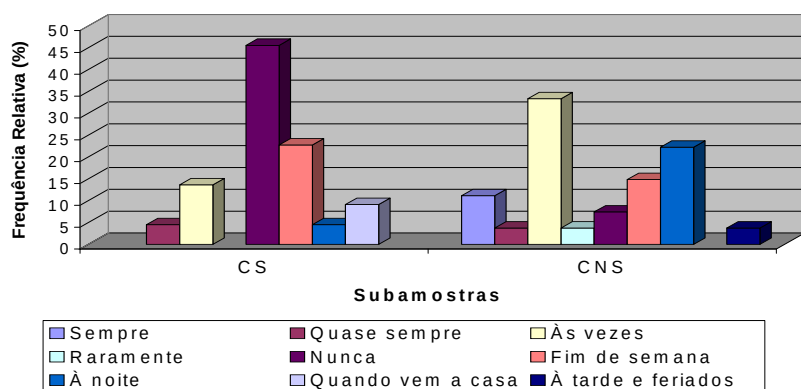
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	1	3.7		
Mãe e Pai	1	3.7	4	12.9
Mãe e Irmão(s)	4	14.8	1	3.2
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe e Padrasto	1	3.7		
Mãe, Pai e Irmão(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe e Amigos	1	3.7		
Mãe, Irmão(s) e Padrasto	1	3.7		
Mãe, Avó(s) e Tio(s)	1	3.7		
Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Avó(s)	2	7.4	1	3.2
Sozinho	1	3.7	1	3.2
Amigos	10	37.0	17	54.8
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Avó(s)			1	3.2
Primos			1	3.2
Irmão(s) e Primos			1	3.2
Tio(s) e Amigos			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0
Não respondeu	3	10.0		
Total	30	100.0		



Na amostra, quem brinca mais é amigos, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por mãe e pai e nas CS é seguida por mãe e irmão(s).

Brinca com o pai

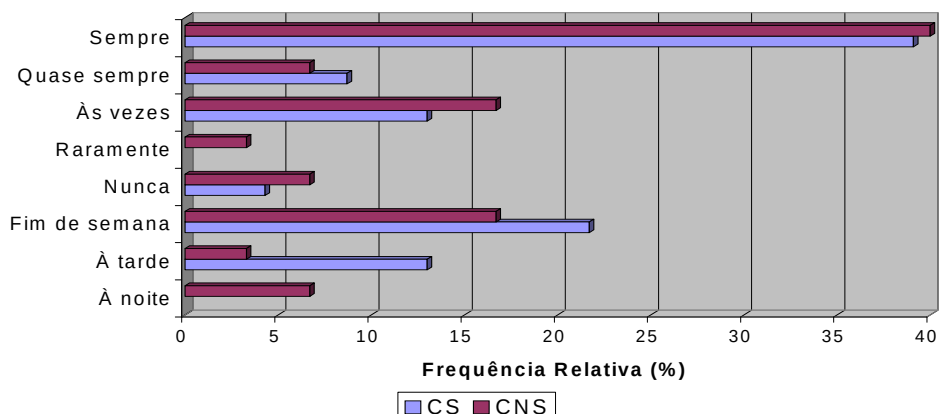
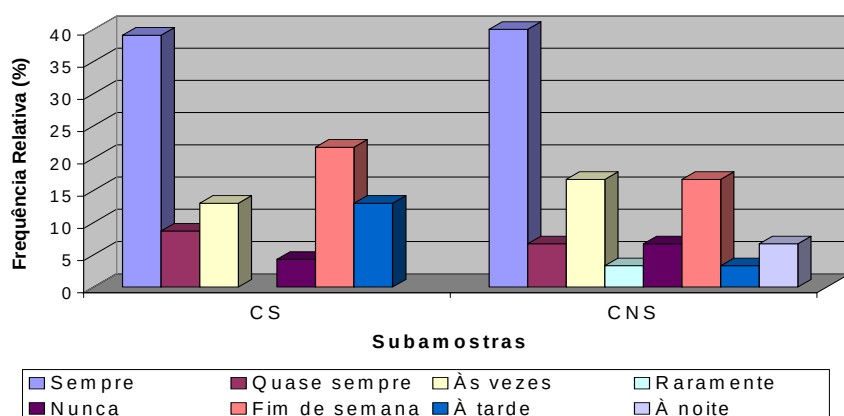
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sempre			3	11.1
Quase sempre	1	4.5	1	3.7
Às vezes	3	13.6	9	33.3
Raramente			1	3.7
Nunca	10	45.5	2	7.4
Fim de semana	5	22.7	4	14.8
À noite	1	4.5	6	22.2
Quando vem a casa	2	9.1		
À tarde e feriados			1	3.7
Total	22	100.0	27	100.0
Não respondeu	8	26.7	2	6.5
Falecido			2	6.5
Total	30	100.0	31	100.0



Na amostra, nas CNS a resposta predominante é às vezes, seguida por à noite, fim de semana e sempre; nas CS a resposta predominante é nunca, seguida por fim de semana e às vezes.

Brinca com a mãe

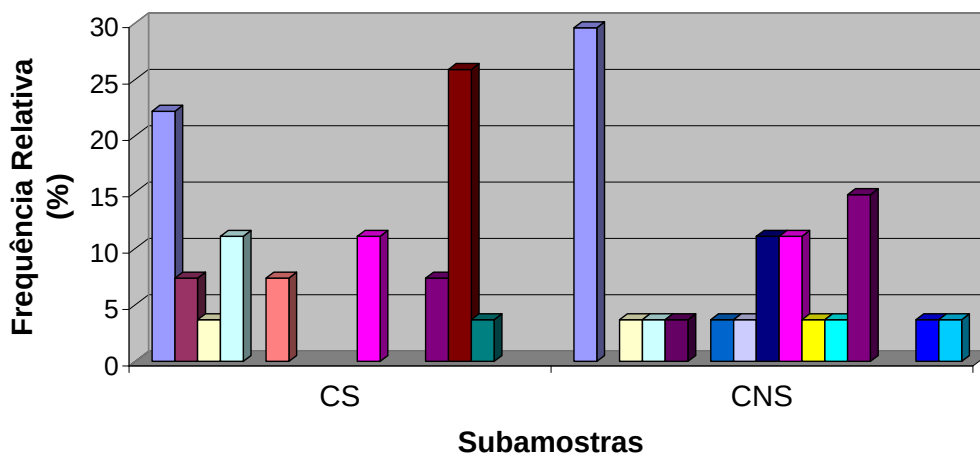
	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Sempre	9	39.1	12	40.0
Quase sempre	2	8.7	2	6.7
Às vezes	3	13.0	5	16.7
Raramente			1	3.3
Nunca	1	4.3	2	6.7
Fim de semana	5	21.7	5	16.7
À tarde	3	13.0	1	3.3
À noite			2	6.7
Total	23	100.0	30	100.0
Não respondeu	7	23.3	1	3.2
Total	30	100.0	31	100.0



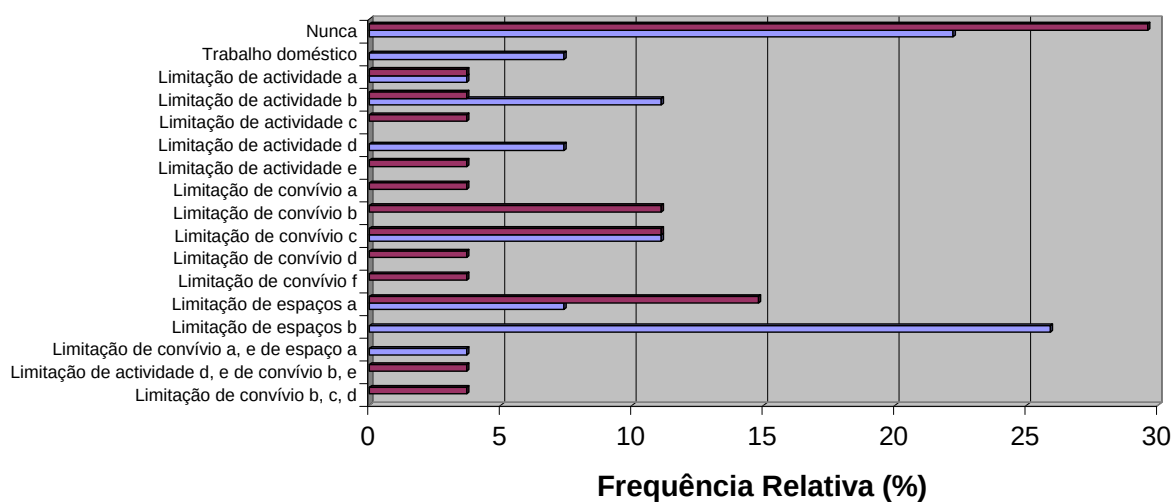
Na amostra, a distribuição de respostas é semelhante para as duas subamostras, predominando a resposta sempre, seguida por fim de semana e às vezes.

Castigo

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Nunca	6	22.2	8	29.6
Trabalho doméstico	2	7.4		
Limitação de actividade a	1	3.7	1	3.7
Limitação de actividade b	3	11.1	1	3.7
Limitação de actividade c			1	3.7
Limitação de actividade d	2	7.4		
Limitação de actividade e			1	3.7
Limitação de convívio a			1	3.7
Limitação de convívio b			3	11.1
Limitação de convívio c	3	11.1	3	11.1
Limitação de convívio d			1	3.7
Limitação de convívio f			1	3.7
Limitação de espaços a	2	7.4	4	14.8
Limitação de espaços b	7	25.9		
Limitação de convívio a, e de espaço a	1	3.7		
Limitação de actividade d, e de convívio b, e			1	3.7
Limitação de convívio b, c, d			1	3.7
Total	27	100.0	27	100.0
Não respondeu	3	10.0	4	12.9
Total	30	100.0	31	100.0



Nunca	Trabalho doméstico	Limitação de actividade a
Limitação de actividade b	Limitação de actividade c	Limitação de actividade d
Limitação de actividade e	Limitação de convívio a	Limitação de convívio b
Limitação de convívio c	Limitação de convívio d	Limitação de convívio f
Limitação de espaços a	Limitação de espaços b	Limitação de convívio a, e de espaço a
Limitação de actividade d, e de convívio b, e	Limitação de convívio b, c, d	

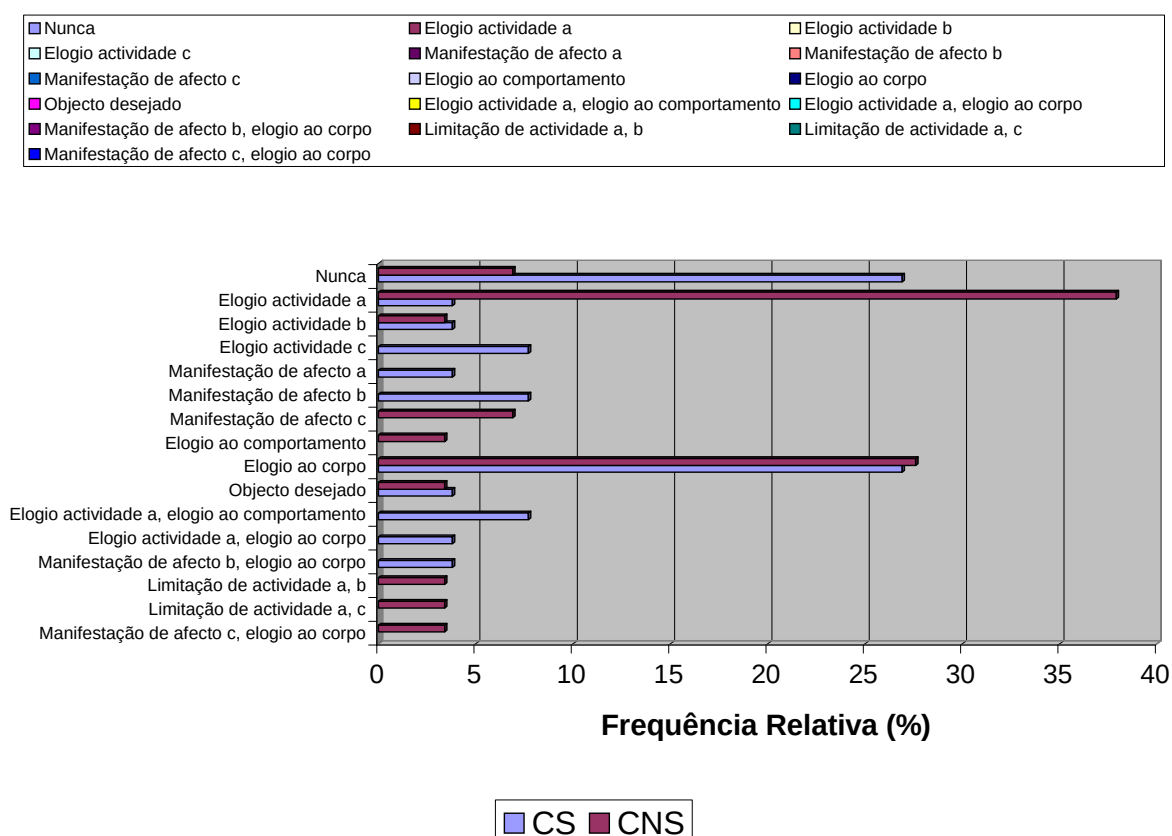
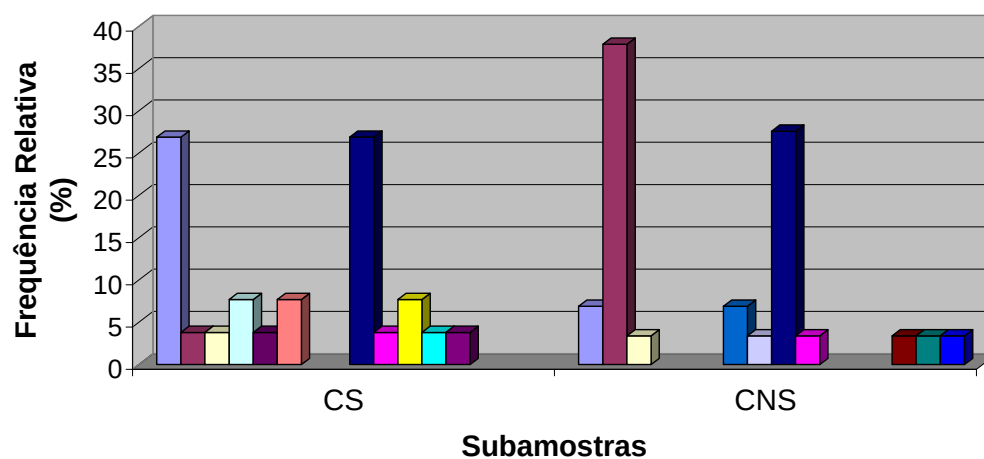


■ CS ■ CNS

Na amostra, nas CNS predomina a resposta nunca, seguida pela limitação de espaços a, nas CS predomina a limitação de espaços b, seguida pela resposta nunca.

Elogio

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Nunca	7	26.9	2	6.9
Elogio actividade a	1	3.8	11	37.9
Elogio actividade b	1	3.8	1	3.4
Elogio actividade c	2	7.7		
Manifestação de afecto a	1	3.8		
Manifestação de afecto b	2	7.7		
Manifestação de afecto c			2	6.9
Elogio ao comportamento			1	3.4
Elogio ao corpo	7	26.9	8	27.6
Objecto desejado	1	3.8	1	3.4
Elogio actividade a, elogio ao comportamento	2	7.7		
Elogio actividade a, elogio ao corpo	1	3.8		
Manifestação de afecto b, elogio ao corpo	1	3.8		
Limitação de actividade a, b			1	3.4
Limitação de actividade a, c			1	3.4
Manifestação de afecto c, elogio ao corpo			1	3.4
Total	26	100.0	29	100.0
Não respondeu	4	13.3	2	6.5
Total	30	100.0	31	100.0



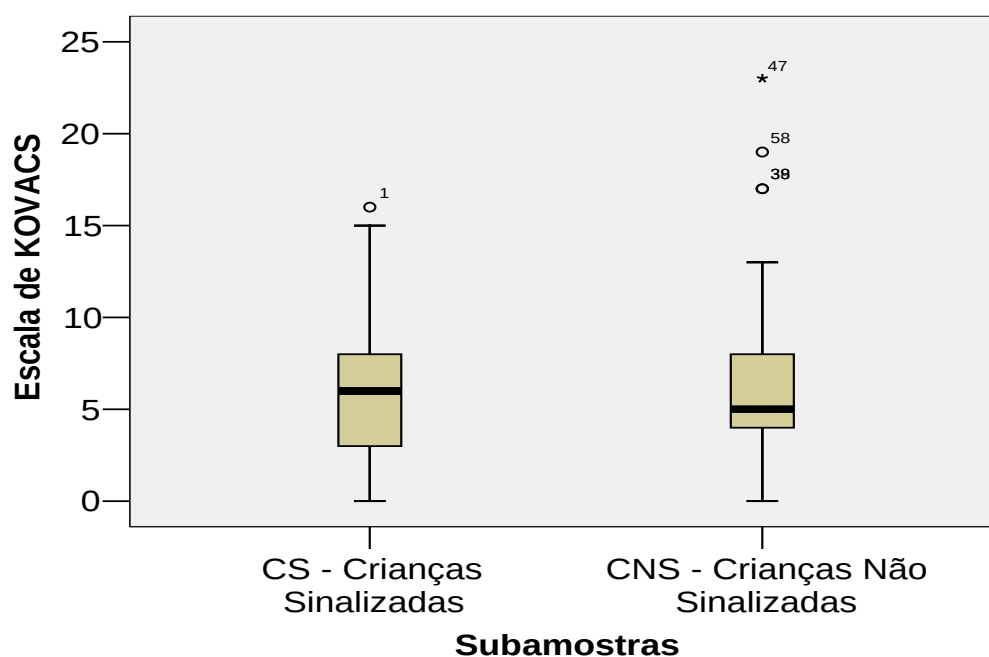
Na amostra, nas CNS predomina a resposta elogio à actividade a, seguida por elogio ao corpo, nas CS predomina a resposta elogio ao corpo, seguida por nunca.

6. 4. 5. Escala de Kovacs

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
CS - Crianças Sinalizadas	30	6.33	4.34	69%	0	16
CNS - Crianças Não Sinalizadas	31	7.03	5.49	78%	0	23

Na amostra, a média aumenta ligeiramente das CS para os CNS, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:

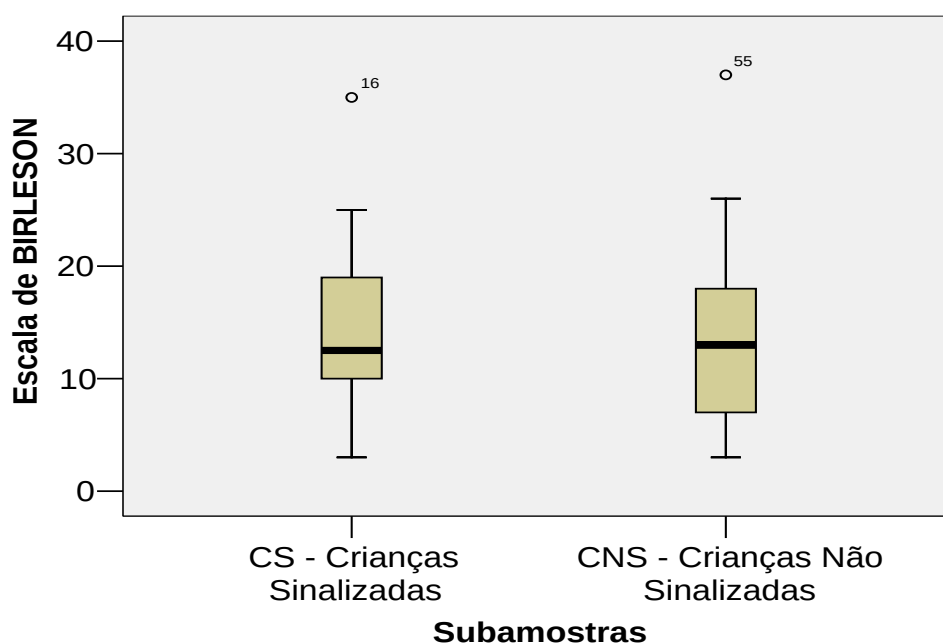


6. 4. 6. Escala de Birleson

Estatísticas:

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
CS - Crianças Sinalizadas	30	14.23	7.10	50%	3	35
CNS - Crianças Não Sinalizadas	31	13.55	7.58	56%	3	37

Na amostra, a média aumenta ligeiramente das CNS para os CS, o mesmo se observa quanto à distribuição de valores ilustrada pelo diagrama tipo caixa:



6. 5 – Crianças –variáveis em estudo (Kovacs e Birleson)

Pretende averiguar-se da existência de diferenças significativas entre as três subamostras para as duas variáveis em estudo.

6.5.1. Relação das variáveis Kovacs e Birleson com as subamostras

Para realizar o cruzamento entre as variáveis Kovacs e Birleson e as subamostras, utiliza-se o teste t, já explicado anteriormente:

		Levene's Test		t-test for Equality of Means		
		F	Sig.	t	Df	Sig.
Escala de KOVACS	Equal variances assumed	.542	.465	-.551	59	.584
	Equal variances not assumed			-.553		
Escala de BIRLESON	Equal variances assumed	.031	.862	.364	59	.717
	Equal variances not assumed			.365		

Teste de hipóteses de Levene: à igualdade das variâncias em cada um dos grupos:

O valor de prova é superior a 5% (a verde) não se rejeita H_0 e consideram-se as variâncias iguais para os dois grupos (*equal variances assumed*): considera-se a linha superior.

O valor de prova do teste t é superior a 5%, aceita-se H_0 : considera-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as duas subamostras para as duas variáveis.

Para aplicar um teste estatístico paramétrico, é necessário verificar o pressuposto da normalidade das distribuições das variáveis, com o teste K-S:

		K-S (a)		
		Statistic	Df	Sig.
Escala de KOVACS	CS - Crianças Sinalizadas	.164	30	.039
	CNS - Crianças Não Sinalizadas	.204	31	.002
Escala de BIRLESON	CS - Crianças Sinalizadas	.142	30	.124
	CNS - Crianças Não Sinalizadas	.129	31	.200(*)

a Correção de significância de Lilliefors

O teste t, sendo um teste paramétrico, exige que se cumpra o pressuposto da normalidade, o que não sucede para a escala de Kovacs. Por esse motivo, deve ser aplicado o teste de Mann-Whitney, que é o teste não paramétrico equivalente, que testa a igualdade das medianas em ambos os grupos.

Para realizar o cruzamento entre estas variáveis, recorre-se então ao teste de Mann-Whitney, que permite comparar os valores medianos da escala em cada um dos grupos.

O teste de Mann-Whitney coloca as seguintes hipóteses:

- o H_0 : Não existe diferença entre a mediana da escala de KOVACS, para cada um dos grupos.
- o H_1 : Existe diferença entre a mediana da escala de KOVACS, para cada um dos grupos.

Quando o valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, não se rejeita a hipótese nula, caso contrário rejeita-se e aceita-se a hipótese alternativa.

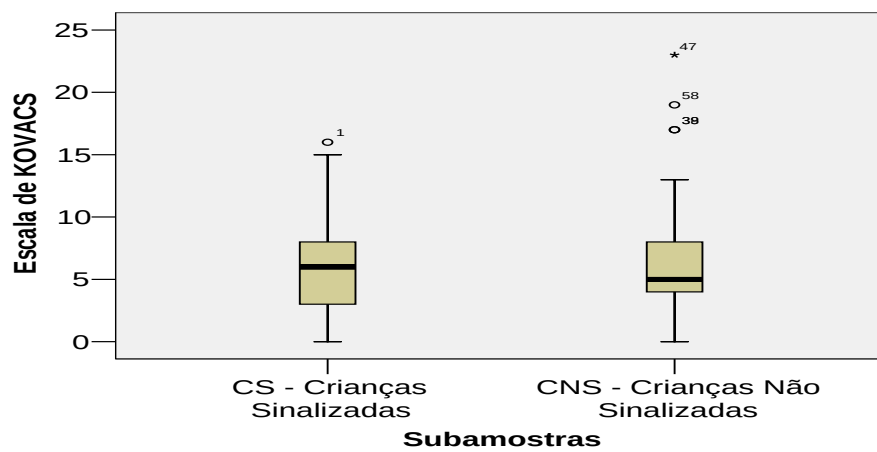
Apresentam-se os resultados do teste de Mann-Whitney, assinalando-se a negrito os valores de prova.

	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
Escala de KOVACS	450	915	-0.217	0.828

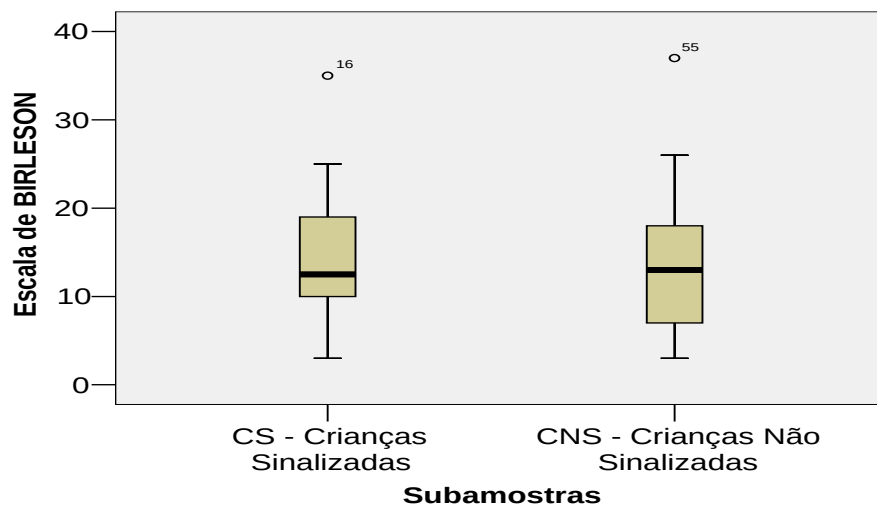
Os três primeiros valores são estatísticas do teste. O valor que importa analisar é a significância do teste (assinalado a negrito), também designada por valor de prova. Quando este valor é inferior ao valor de referência de 5%, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, existem diferenças na mediana da escala para os dois grupos. Quando é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, ou seja, as medianas das escalas são iguais para os dois grupos.

O valor de prova é superior a 5% (0,05), conclui-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos. Confirmam-se os resultados do teste t.

De seguida, ilustram-se as diferenças não significativas, através dos seus valores médios e dos diagramas tipo caixa.



Conclusão: Na amostra, a escala Kovacs, em média, é ligeiramente inferior para as CS, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.



Conclusão: Quanto à escala de Dirleson, não há diferenças estatisticamente significativas.

6. 6 – Compreensão dos fenómenos: Crianças

6.6.1. Relação entre com quem tomam o pequeno almoço, com quem jantam e quem acorda com as subamostras

Com quem toma o pequeno almoço

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Mãe	1	4.0	2	6.5
Mãe, Pai e Irmão(s)	4	16.0	7	22.6
Mãe e Pai			1	3.2
Mãe e Irmão(s)	3	12.0	3	9.7
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Irmão(s)	5	20.0	2	6.5
Avó(s)	3	12.0		
Sozinho	9	36.0	15	48.4
Total	25	100.0	31	100.0

Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

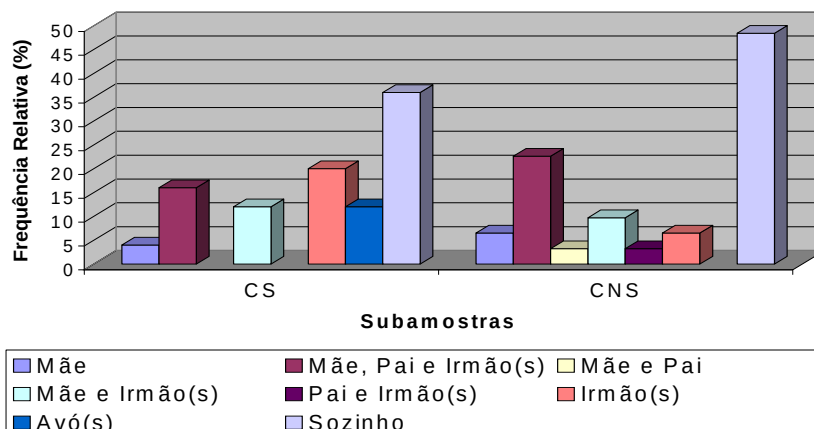
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Com quem toma o pequeno almoço	8.391(a)	7	.299	.294

a. 13 cells (81.3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .45.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que com quem toma o pequeno almoço não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelo gráfico:



Na amostra, a situação predominante é sozinho, não sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Com quem janta

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	3	11.1	1	3.2
Mãe e Pai	2	7.4	3	9.7
Mãe, Pai e Irmão(s)	5	18.5	14	45.2
Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe e Padrasto			2	6.5
Mãe, Irmão(s) e Padrasto			1	3.2
Mãe e Irmão(s)	6	22.2	2	6.5
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto			1	3.2
Pai e Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Pai e Madrasta	1	3.7		
Pai e Tio(s)			1	3.2
Irmão(s)	2	7.4	2	6.5
Avó(s)	2	7.4		
Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Tio(s)	1	3.7		
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Avó(s) e Outros			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0

Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

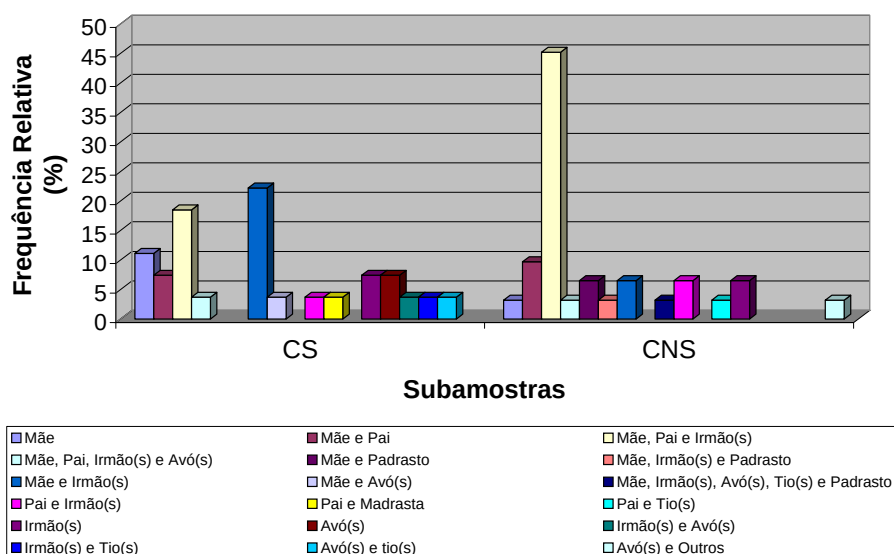
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Com quem janta	20.619(a)	17	.244	.166

a. 34 cells (94.4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .47.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que com quem janta não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelo gráfico:



Na amostra, predomina mãe e irmão(s), mãe, pai e irmão(s) nas CS e mãe, pai e irmão(s) nas CS, não sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

Quem acorda

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Mãe	9	37.5	16	59.3
Pai			2	7.4
Avó(s)	6	25.0	2	7.4
Por si próprio	8	33.3	4	14.8
Pai e Madrasta	1	4.2		
Tio(s)			1	3.7
Mãe e Pai			1	3.7
Mãe e Irmão(s)			1	3.7
Total	24	100.0	27	100.0

Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

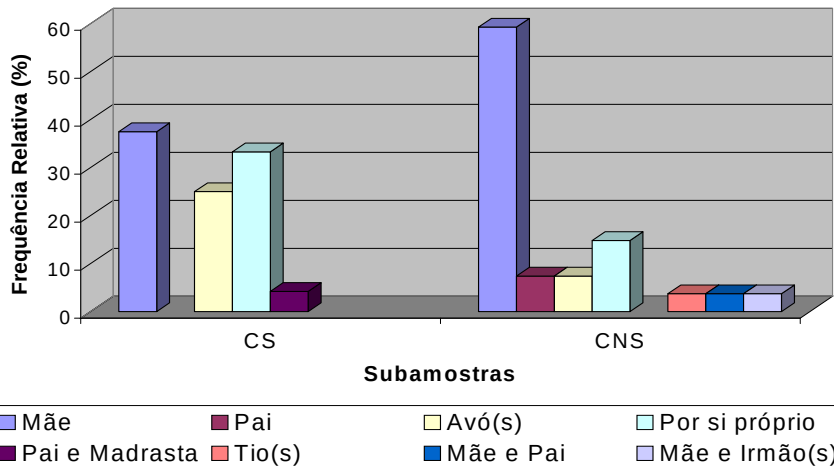
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Quem acorda	11.155(a)	7	.132	.059

a. 12 cells (75.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .47.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que quem acorda não está relacionada com as subamostras, embora o valor de prova esteja perto de se tornar significativo.

Os resultados são ilustrados pelo gráfico:



Na amostra, quem acorda é mãe, avó(s) ou por si próprio nas CS, com valores semelhantes, enquanto nas CNS quem acorda é predominantemente a mãe, não sendo as diferenças observadas estatisticamente significativas.

6.6.2. Relação entre quem ajuda nos TPC, quem dá colo, quem pune e quem critica com as subamostras

TPC: Quem ajuda mais

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Mãe	9	30.0	16	55.2
Pai	1	3.3	3	10.3
Mãe e Pai			1	3.4
Irmão(s)	3	10.0	3	10.3
Avó(s)	3	10.0		
Irmão(s) e Avó(s)	2	6.7		
Tio(s)	1	3.3		
Amigos	1	3.3		
Primos			1	3.4
Cunhado(a)			2	6.9
Ninguém	4	13.3	3	10.3
Total	24	100.0	29	100.0

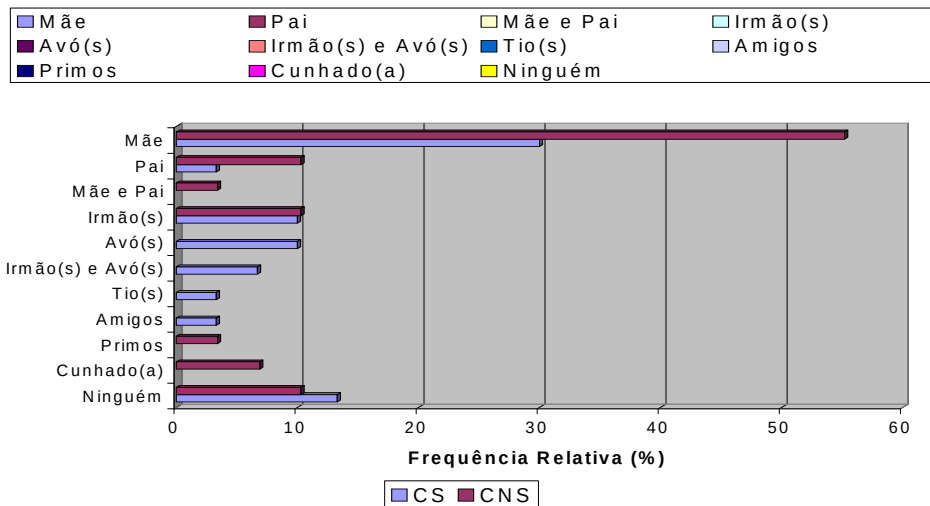
Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
TPC: quem ajuda mais	13.754(a)	10	.185	.124

a. 20 cells (90.9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .45.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que a ajuda nos TPC não está relacionada com as subamostras.

Subamostra	CS (%)	CNS (%)
1	32	14
2	4	58
3	11	11
4	8	4
5	4	11
6	4	0

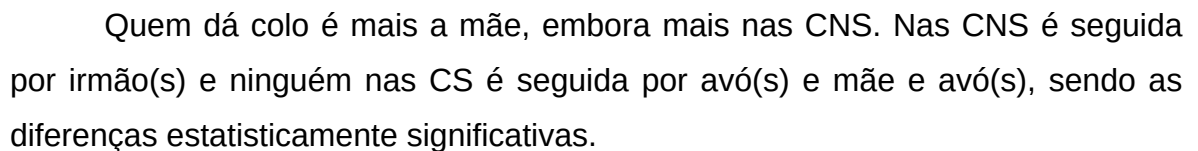


	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	11	36.7	14	46.7
Pai			2	6.7
Mãe e Pai	2	6.7	1	3.3
Mãe, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.3		
Mãe, Pai e Avó(s)	1	3.3		
Mãe e Irmão(s)			1	3.3
Mãe e Avó(s)	3	10.0		
Irmão(s)	1	3.3	5	16.7
Avó(s)	4	13.3	1	3.3
Ninguém			3	10.0
Tio(s)	1	3.3		
Madrasta	1	3.3		
Irmão(s) e Avó(s)			1	3.3
Cunhado(a)			1	3.3
Tio(s) e Amigos			1	3.3
Total	25	100.0	30	100.0

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Quem dá colo	20.878(a)	14	.105	.031

a. 28 cells (93.3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .45.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que quem dá colo está relacionada com as subamostras.



Quem pune

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	9	33.3	19	61.3
Pai	7	25.9	6	19.4
Mãe e Pai	1	3.7	2	6.5
Mãe e Avó(s)	2	7.4		
Mãe e Padrasto	1	3.7		
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Irmão(s)			3	9.7
Avó(s)	5	18.5		
Tio(s)	1	3.7		
Ninguém	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0

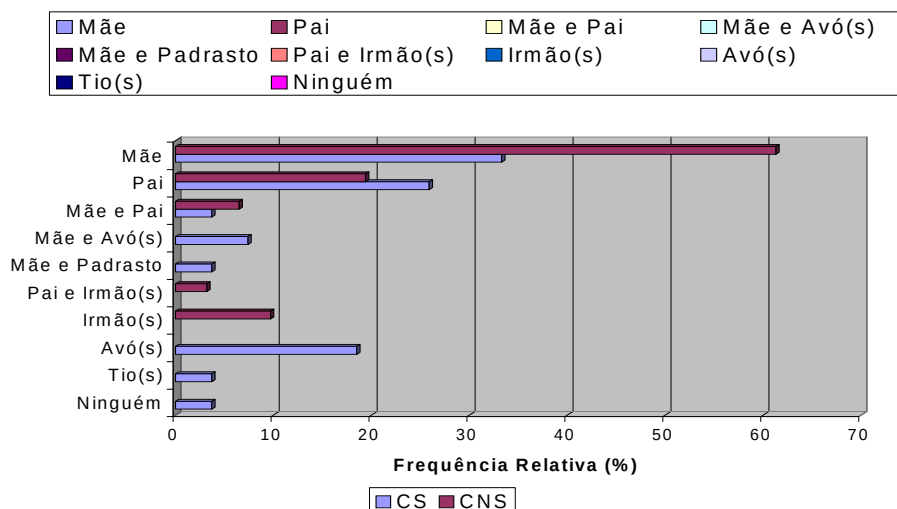
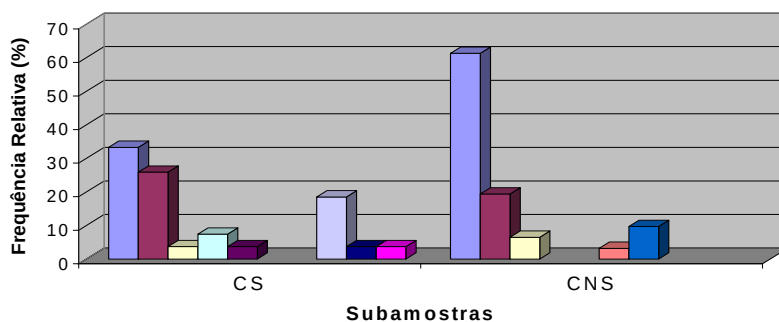
Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Quem pune	17.790(a)	9	.038	.008

a. 16 cells (80.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .47.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que quem pune está relacionada com as subamostras.



Quem pune é mais a mãe, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por pai e nas CS é seguida por pai e avó(s), sendo as diferenças estatisticamente significativas.

Quem critica

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	9	37.5	3	10.3
Pai			7	24.1
Mãe e Pai			1	3.4
Mãe e Irmão(s)			3	10.3
Mãe e Avó(s)	2	8.3		
Pai e Avó(s)	1	4.2		
Irmão(s)			6	20.7
Avó(s)	6	25.0	2	6.9
Madrasta	1	4.2		
Padrasto			1	3.4
Tio(s)			1	3.4
Cunhado(a)			1	3.4
Ninguém	5	20.8	4	13.8
Total	24	100.0	29	100.0

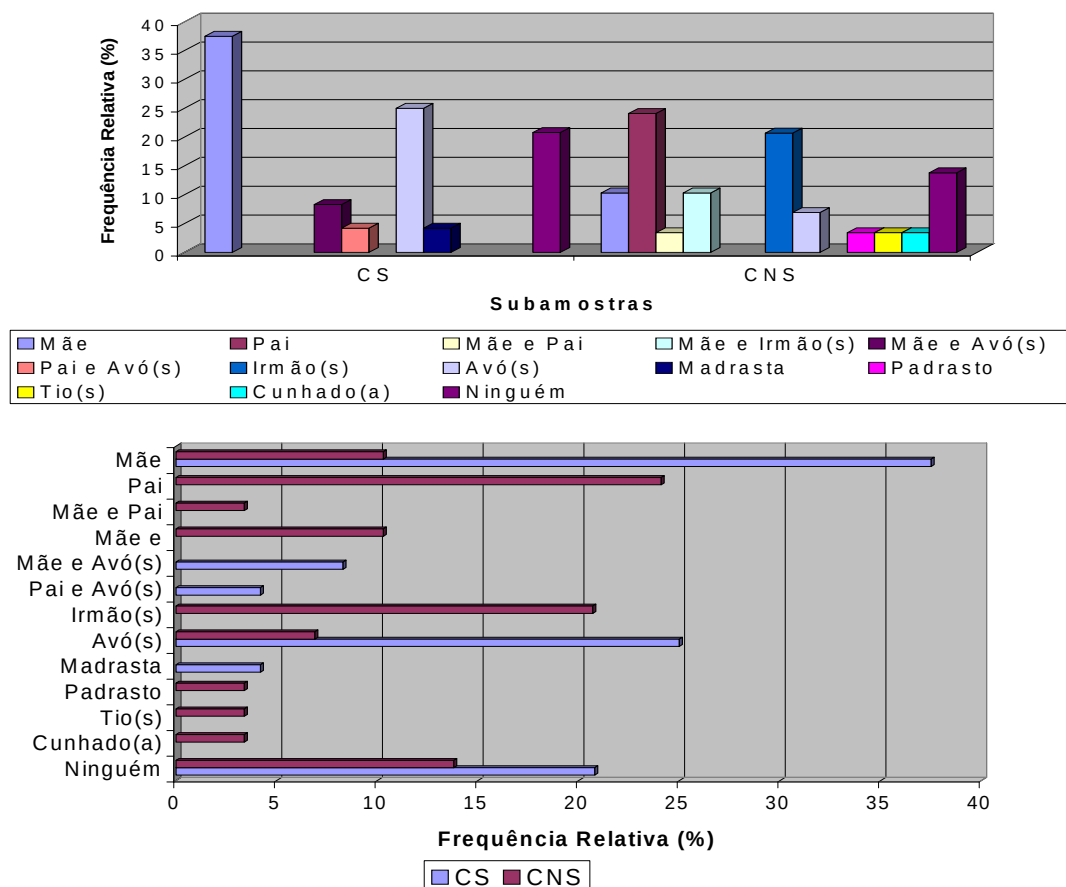
Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Quem critica	28.897(a)	12	.004	.000

a. 24 cells (92.3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .45.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que quem critica está relacionada com as subamostras.



Quem critica é mais a mãe nas CNS e o pai nas CS. Nas CNS é seguida por irmão(s) e ninguém e nas CS é seguido por avó(s) e ninguém, sendo as diferenças estatisticamente significativas.

6.6.3. Relação entre com quem brinca e as subamostras

Com quem brinca

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Mãe	1	3.7		
Mãe e Pai	1	3.7	4	12.9
Mãe e Irmão(s)	4	14.8	1	3.2
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe e Padrasto	1	3.7		
Mãe, Pai e Irmão(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe e Amigos	1	3.7		
Mãe, Irmão(s) e Padrasto	1	3.7		
Mãe, Avó(s) e Tio(s)	1	3.7		
Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Avó(s)	2	7.4	1	3.2
Sozinho	1	3.7	1	3.2
Amigos	10	37.0	17	54.8
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Avó(s)			1	3.2
Primos			1	3.2
Irmão(s) e Primos			1	3.2
Tio(s) e Amigos			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0

Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

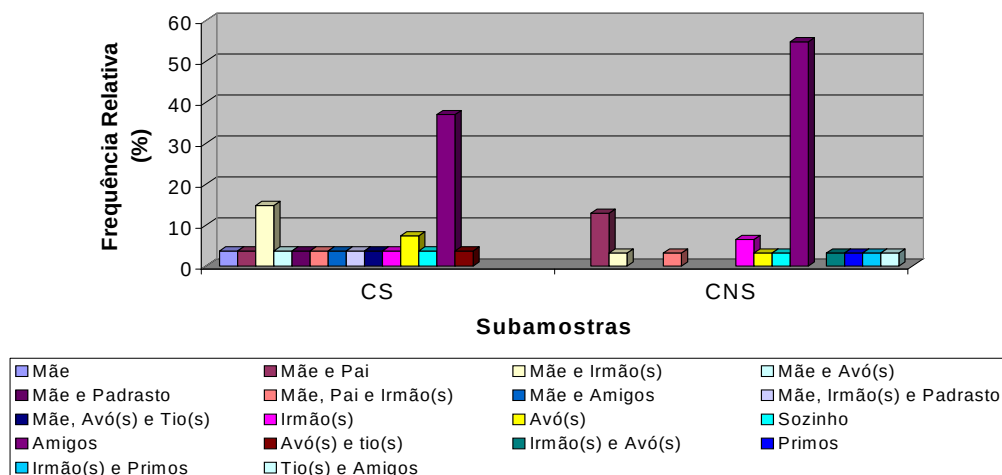
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Com quem brinca	18.895(a)	18	.398	.363

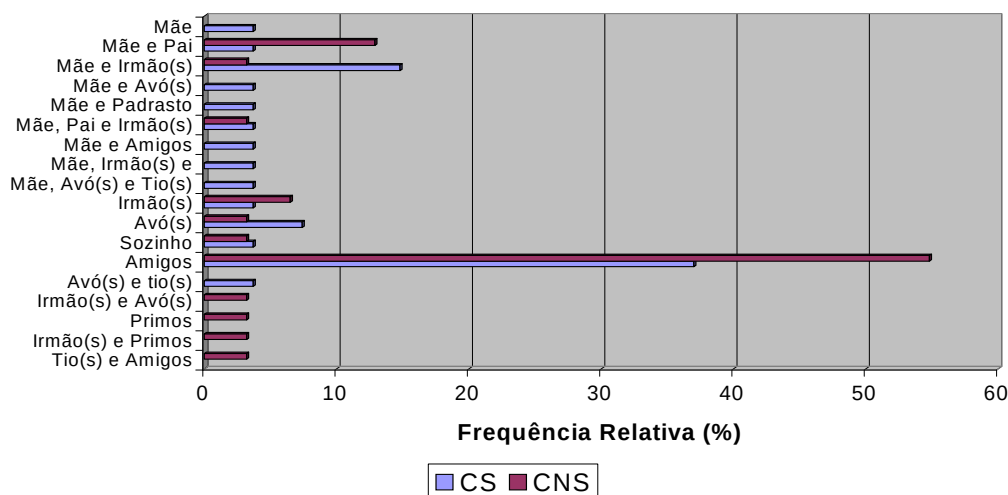
a. 36 cells (94.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .47.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que com quem brinca não está relacionada com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelo gráfico:





Na amostra, com quem brinca mais é amigos, embora mais nas CNS. Nas CNS é seguida por mãe e pai e nas CS é seguida por mãe e irmão(s), no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas.

6.6.4. Posição / Frequência do pai e da mãe nos itens supra

Serão agrupados todos os itens que referem a mãe e todos os itens que referem o pai, para determinar a sua posição / frequência nos vários aspectos estudados.

Com quem toma o pequeno almoço

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Frequência total de mãe	8	32.0	13	42.0
Frequência total de pai	4	16.0	9	29.0
Mãe	1	4.0	2	6.5
Mãe, Pai e Irmão(s)	4	16.0	7	22.6
Mãe e Pai			1	3.2
Mãe e Irmão(s)	3	12.0	3	9.7
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Irmão(s)	5	20.0	2	6.5
Avó(s)	3	12.0		
Sozinho	9	36.0	15	48.4
Total	25	100.0	31	100.0

Com quem janta

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	18	66.6	25	80.7
Frequência total de pai	10	37.0	21	67.8
Mãe	3	11.1	1	3.2
Mãe e Pai	2	7.4	3	9.7
Mãe, Pai e Irmão(s)	5	18.5	14	45.2
Mãe, Pai, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe e Padrasto			2	6.5
Mãe, Irmão(s) e Padrasto			1	3.2
Mãe e Irmão(s)	6	22.2	2	6.5
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe, Irmão(s), Avó(s), Tio(s) e Padrasto			1	3.2
Pai e Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Pai e Madrasta	1	3.7		
Pai e Tio(s)			1	3.2
Irmão(s)	2	7.4	2	6.5
Avó(s)	2	7.4		
Irmão(s) e Avó(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Tio(s)	1	3.7		
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Avó(s) e Outros			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0

Quem acorda

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	9	37.5	18	66.7
Frequência total de pai	1	4.2	3	11.1
Mãe	9	37.5	16	59.3
Pai			2	7.4
Avó(s)	6	25.0	2	7.4
Por si próprio	8	33.3	4	14.8
Pai e Madrasta	1	4.2		
Tio(s)			1	3.7
Mãe e Pai			1	3.7
Mãe e Irmão(s)			1	3.7
Total	24	100.0	27	100.0

TPC: Quem ajuda mais

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	9	30.0	17	58.6
Frequência total de pai	1	3.3	4	13.7
Mãe	9	30.0	16	55.2
Pai	1	3.3	3	10.3
Mãe e Pai			1	3.4
Irmão(s)	3	10.0	3	10.3
Avó(s)	3	10.0		
Irmão(s) e Avó(s)	2	6.7		
Tio(s)	1	3.3		
Amigos	1	3.3		
Primos			1	3.4
Cunhado(a)			2	6.9
Ninguém	4	13.3	3	10.3
Total	24	100.0	29	100.0

Quem dá colo

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	18	60.0	16	53.3
Frequência total de pai	3	10.0	3	10.0
Mãe	11	36.7	14	46.7
Pai			2	6.7
Mãe e Pai	2	6.7	1	3.3
Mãe, Irmão(s) e Avó(s)	1	3.3		
Mãe, Pai e Avó(s)	1	3.3		
Mãe e Irmão(s)			1	3.3
Mãe e Avó(s)	3	10.0		
Irmão(s)	1	3.3	5	16.7
Avó(s)	4	13.3	1	3.3
Ninguém			3	10.0
Tio(s)	1	3.3		
Madrasta	1	3.3		
Irmão(s) e Avó(s)			1	3.3
Cunhado(a)			1	3.3
Tio(s) e Amigos			1	3.3
Total	25	100.0	30	100.0

Quem pune

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	13	48.1	21	67.8
Frequência total de pai	8	29.6	9	29.1
Mãe	9	33.3	19	61.3
Pai	7	25.9	6	19.4
Mãe e Pai	1	3.7	2	6.5
Mãe e Avó(s)	2	7.4		
Mãe e Padrasto	1	3.7		
Pai e Irmão(s)			1	3.2
Irmão(s)			3	9.7
Avó(s)	5	18.5		
Tio(s)	1	3.7		
Ninguém	1	3.7		
Total	27	100.0	31	100.0

Quem critica

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	11	45.8	7	24
Frequência total de pai	1	4.2	8	27.5
Mãe	9	37.5	3	10.3
Pai			7	24.1
Mãe e Pai			1	3.4
Mãe e Irmão(s)			3	10.3
Mãe e Avó(s)	2	8.3		
Pai e Avó(s)	1	4.2		
Irmão(s)			6	20.7
Avó(s)	6	25.0	2	6.9
Madrasta	1	4.2		
Padrasto			1	3.4
Tio(s)			1	3.4
Cunhado(a)			1	3.4
Ninguém	5	20.8	4	13.8
Total	24	100.0	29	100.0

Com quem brinca

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Frequência total de mãe	12	44.4	6	19.3
Frequência total de pai	2	7.4	5	16.1
Mãe	1	3.7		
Mãe e Pai	1	3.7	4	12.9
Mãe e Irmão(s)	4	14.8	1	3.2
Mãe e Avó(s)	1	3.7		
Mãe e Padrasto	1	3.7		
Mãe, Pai e Irmão(s)	1	3.7	1	3.2
Mãe e Amigos	1	3.7		
Mãe, Irmão(s) e Padrasto	1	3.7		
Mãe, Avó(s) e Tio(s)	1	3.7		
Irmão(s)	1	3.7	2	6.5
Avó(s)	2	7.4	1	3.2
Sozinho	1	3.7	1	3.2
Amigos	10	37.0	17	54.8
Avó(s) e tio(s)	1	3.7		
Irmão(s) e Avó(s)			1	3.2
Primos			1	3.2
Irmão(s) e Primos			1	3.2
Tio(s) e Amigos			1	3.2
Total	27	100.0	31	100.0

6.6.5. Relação entre castigos e elogios com as subamostras

Os dados obtidos, relacionados com estas questões, para serem tratados, foram todos contabilizados em conjunto por grupos de siglas, para cada subamostra, tendo-se obtido os seguintes resultados.

Castigo

	CS		CNS	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Limitação de actividade	6	23.1	4	14.8
Limitação de convívio	3	11.5	11	40.7
Limitação de espaços	9	34.6	4	14.8
Trabalho doméstico	2	7.7		
Nunca	6	23.1	8	29.6
Total	26	100.0	27	100.0

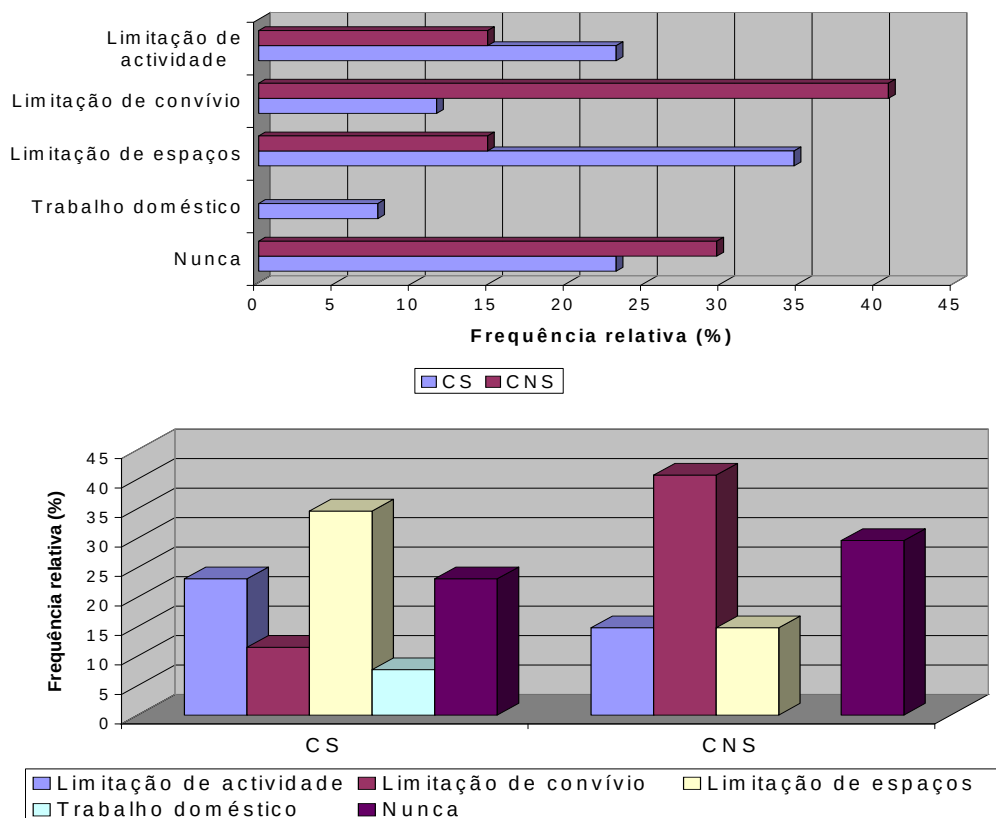
Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Castigo	9.165(a)	4	.057	.044

a. 3 cells (30.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .98.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é inferior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que o castigo está relacionado com as subamostras.



Nas CNS predomina a limitação do convívio, seguida pela resposta nunca, nas CS predomina a limitação de espaços, seguida por limitação de actividade e pela resposta nunca, sendo as diferenças estatisticamente significativas.

Elogio

	CS		CNS	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Elogio actividade	4	15.4	14	48.3
Manifestação de afecto	3	11.5	2	6.9
Elogio ao comportamento			1	3.4
Elogio ao corpo	7	26.9	8	27.6
Objecto desejado	1	3.8	1	3.4
Nunca	7	26.9	2	6.9
Elogio actividade e ao comportamento	2	7.7		
Elogio actividade e ao corpo	1	3.8		
Manifestação de afecto e elogio ao corpo	1	3.8	1	3.4
Total	26	100.0	29	100.0

Utiliza-se o teste do Qui-Quadrado para estudar a relação entre as variáveis nominais:

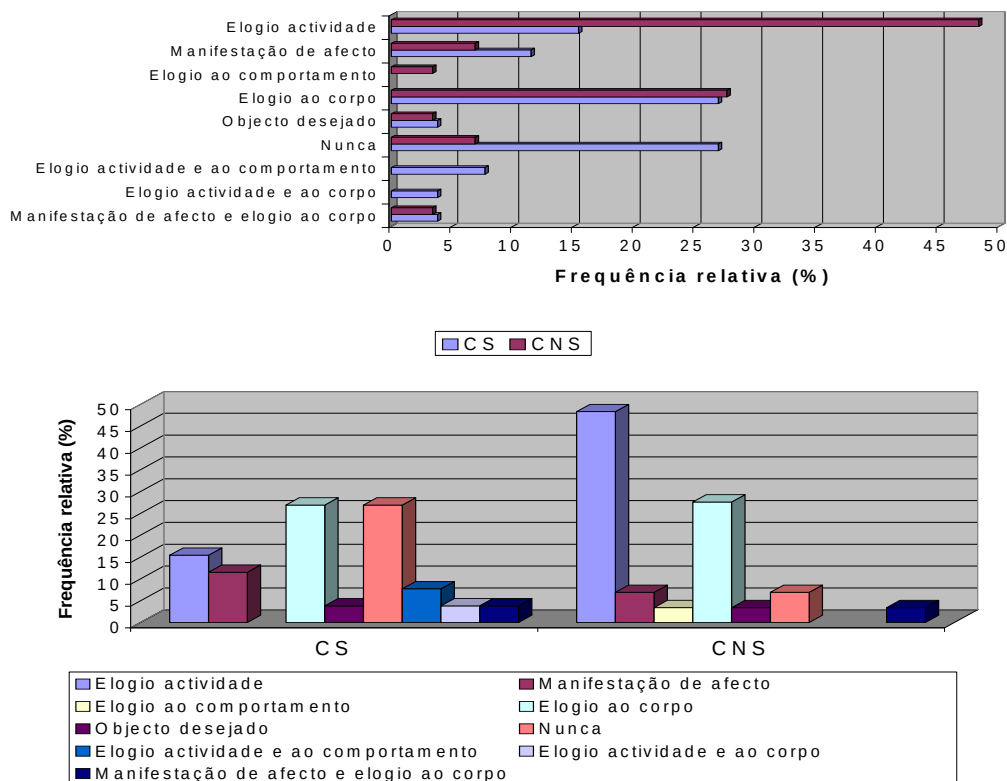
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-sided)
Elogio	12.473(a)	8	.131	.089

a. 14 cells (77.8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .47.

É preciso aplicar o teste do qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

O valor de prova é superior ao valor de referência de 5%, aceita-se a hipótese nula, de que as duas variáveis são independentes, ou seja, conclui-se que o elogio não está relacionado com as subamostras.

Os resultados são ilustrados pelo gráfico:



Na amostra, nas CNS predomina a resposta elogio à actividade, seguida por elogio ao corpo, nas CS predomina a resposta elogio ao corpo, seguida por nunca, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

6.7 – Questionário aos informadores qualificados

Este questionário foi apresentado a 23 Informadores Qualificados que responderam às questões formuladas de forma aberta e mista. Procedemos à análise do seu conteúdo e categorização. As questões formuladas foram as seguintes:

1 . Como define violência?

Foram agrupadas as respostas dadas, em torno dos três conceitos a seguir indicados:

Quadro 6 – Conceitos na definição de Violência

Conceito implicado	Sujeitos (nº de ordem)	Número de respostas
Agressão	1,2,3,4,5,19	6
Força	6,7,8,9,10,11	6
Acto/acção	12,1,3,14,15,16,17,18	7

2 – Tipos de violência

Quadro 7 - Tipos de Violência

Maus-tratos	Nº respostas
Psicológicos	10
Físicos	8
Negligência	1
Abuso sexual	4

Agrupados os tipos de violência, enquanto maus-tratos, em psicológicos, físicos, negligência e abuso sexual, supra referidos, os mesmos maus-tratos incidem fundamentalmente sobre crianças, idosos, deficientes, violência doméstica e pessoas em geral. Quer o tipo de maus-tratos quer a sua incidência são coincidentes com as classificações, geralmente usada na literatura, excepto o abandono, enquanto tipo de mau-trato.

Quadro 8 – Incidência da Violência

Sobre	Nº respostas
Crianças	11
Idosos	2
Deficientes	1
Doméstica	7
Pessoas	2

3 e 4 – Seremos , hoje, mais violentos ?

Recolhemos de entre as respostas abertas dadas à questão o facto de serem afirmativas, negativas ou prováveis, agrupando-as como segue:

Sim	9
Não	10
Talvez	4

5 – De um modo geral, as causas mais frequentes da violência são:

Analisado o conteúdo das respostas agrupámo-las nas três categorias que seguem:

Quadro 9 – Causas da Violência

Causas	Nºrespostas
Internas	14
Externas	10
Mistas	3

6 – Como se explicará o abuso sexual em crianças

Agrupadas as respostas nas categorias:

- Problemas psicosociais:
 - Problemas de educação
 - Problemas de instrução
 - Relação de poder
 - O abusador foi abusado
- Relação com o corpo
 - Disfunção glandular
 - Disfunção Neurológica
 - Prazer – gratificação sexual
 - prazer a qualquer preço/custo
- Problemas psíquico do proprio
 - Distúrbios de Personalidade
 - Desequilíbrio Psíquico
 - Perturbação mental
 - Patologia
 - Sadismo
 - Falta de controlo emocional e instintos
 - Tara
 - Não sofrem ao ver sofrer
- Sem explicação

Encontrámos a causalidade questionada, conforme segue:

Quadros 10 – Causas do abuso sexual

Causalidade	Nº respostas
Psicossocial	5
Biológica	2
Psicológica	20
Sem explicação	3

7 – Razões dos pais para maltratar/agredir suas crianças

Analizadas as respostas, agrupámo-las nas seguintes categorias de causalidade:

Quadro 11 – Motivos dos pais maltratantes

Causalidade	Nº respostas
Interna	27
Externa	4
Mista (ext. e interna)	1

8 – Como explicar a negligência/abandono dos pais para com suas crianças

Analizadas as respostas, agrupámo-las nas seguintes categorias de causalidade:

Quadro 12 – Motivos da negligência dos pais

Causalidade	Nº respostas
Interna	18
Externa	8
Mista (ext. e interna)	4

9 – Factores implicados nos maus-tratos às crianças

As respostas foram dadas atribuindo a cada um dos factores, um a cinco pontos. Assim cada factor foi valorizado com a pontuação que segue:

Quadro 13 – Factores dos Maus-tratos

Factores	Nº de pontos
Indole do agressor	19
Próprias famílias	11
Sociedade	9
Tradição	7

10 – Que fazer para reduzir, se acabar não for possível, com os maus-tratos infantis

Analizado o conteúdo das respostas agrupámo-las nas três categorias que seguem:

Quadro 14 – Redução dos Maus-tratos

Propostas de acção sobre	Nº respostas
Sociedade	16
Famílias	7
Crianças	2
Pais	2
Técnicos	1

De todas as respostas, oito (8) referem a necessidade de Formação e três (3) referem a necessidade de aumentar as penas aos infractores.

11- Serão os pais agressores pessoas mentalmente perturbadas?

As respostas recolhidas são 17 afirmativas ou seja que os pais agressores são pessoas mentalmente perturbadas e 6 são respostas negativas.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE, DISCUSSÃO E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Introdução

No capítulo anterior não comentámos nem discutimos os resultados obtidos. Reservamos para o presente capítulo algumas considerações sobre a metodologia utilizada e a análise e discussão dos resultados na sua globalidade.

Ao pretendermos conhecer algumas características, eventualmente psicopatológicas dos sujeitos adultos do nosso estudo e simultaneamente colher informação através dos dados referentes à sua auto-estima e à forma habitual de se comportar em família, nas suas interacções e desempenho de funções, tínhamos de, necessariamente, abordar áreas que implicavam metodologias diferentes. Assim, procedemos, utilizando os métodos quantitativo e o qualitativo.

Fizemos também um levantamento de dados de sintomas de depressão nas crianças em estudo e um levantamento de dados respeitantes às suas actividades e vida em família, utilizando igualmente aqueles métodos.

Uma das preocupações fundamentais do estudo desde o seu início, foi a do controlo adequado dos dados obtidos. A opção por um segundo grupo de controlo, através da subamostra Elementos da Comissão (COM) permite não só identificar melhor factores de vulnerabilidade devido às diferentes idades, à escolaridade e profissão/trabalho específico, entre Adultos Sinalizados (AS), Adultos não Sinalizados (ANS) e COM, mas também porque o segundo grupo de controlo, no seu dia-a-dia profissional, corre o risco de se influenciar até ao envolvimento emocional, nos problemas que tenta resolver e resolve.

A opção de inclusão do inquérito a informadores qualificados fundamenta-se no facto de pretendermos confrontar o que pensa a sociedade com a realidade mostrada no estudo.

Vamos analisar dados que apresentam diferenças significativas entre as subamostras e outros sem significância estatística das diferenças. Serão discutidos uns e outros na busca da sua compreensão. Na discussão serão levantadas hipóteses de explicação sempre que não haja evidência para afirmações sustentadas.

Deste modo, serão analisados e discutidos os resultados referentes aos adultos, às crianças e aos informadores qualificados.

Sempre que nos referirmos a diferença significativa, deve inferir-se a significância estatística. Para um maior destaque colocamos as variáveis em itálico.

7. 1 Sujeitos adultos

- As subamostras são pequenas, mas apresentam homogeneidade na sua *composição, idades e género*:
 - o número de sujeitos adultos, é de 33 ANS, 25 AS e 9 COM, e a média de idades é de 34,4 para os ANS, 36,3 para os AS e 41,8 para os COM;
 - no que diz respeito ao género temos nos ANS 17mulheres e 16 homens, nos AS temos 17 mulheres e 8 homens e nos COM só temos mulheres visto que as mulheres ocupam cerca de 95% da CR da CPCJ-TN.

Até que ponto a disparidade de género nas Comissões Restritas (CRs) das CPCJs não enviesam os nossos resultados? Admite-se que, eventualmente, possam ser enviesadas por tal motivo as múltiplas análises das situações dos maus-tratos sinalizados, quando discutidos por um só género: é assunto lateral ao nosso estudo mas que merecerá alguma atenção porquanto a síntese do seu trabalho instrui as redacções enviadas a Tribunal para decisão, quando e sempre que o assunto o exija. A constituição mista das CPCJ poderia arredar eventuais ligeiras distorções de análise dos casos sinalizados às referidas comissões.

- A *não resposta a itens dos questionários*, ocupa um lugar de destaque que reduz o desejado rigor na compreensão do trabalho.

Muitas perguntas não foram feitas aos COM porque foi entendido pelo investigador não as fazer, já que a nível de relacionamento pessoal e profissional,

poderia ser julgado intromissão indevida e por outro lado o próprio tempo disponível o tornava difícil de fazer.

– Quanto à *escolaridade*:

A escolaridade dos ANS é mais elevada do que a dos AS e menos elevado do que a dos COM. Na escolaridade destes sujeitos cerca de 89% tem cursos superiores. Nos ANS há 33,3% com curso superior e 30% com o 12º ano de escolaridade enquanto que nos AS há 52,2% de sujeitos têm o 4º ano/classe.

Embora inúmeros casos provem o contrário, parece que a baixa escolaridade é um dos muitos factores predisposicionais mas não determinantes para o baixo nível social de vida e um dos factores associados a grande parte dos agressores.

A menor escolaridade dos AS é um facto cuja razão de ser radica em múltiplos factores, não sendo certo que a baixa escolaridade dos pais seja causa determinante da reduzida escolaridade dos filhos – inúmeros casos demonstram o contrário. Admite-se sim que muitos pais com baixa escolaridade se sintam bem sucedidos na vida e não valorizem ou até desvalorizem a escolaridade dos filhos; outros, perante o desemprego de pessoas academicamente qualificadas relativizam a importância da escolaridade, porventura esquecidos de que, por regra, a mais elevada taxa de desemprego atinge sobretudo quem tem menor escolaridade e qualificação profissional. Assim sendo, não é estranho o absentismo escolar, nem os comportamentos de revolta, de risco e de marginalização dos filhos, no pressuposto lógico de que, se os pais não valorizam o seu próprio aproveitamento escolar, por que há-de os filhos valorizar o que a si diz respeito e respeitar a escola e os seus agentes? Pelo contrário, verifica-se que, à maior escolaridade dos pais corresponde, frequentemente, idêntica escolaridade dos filhos, mais interesse dos pais em participar e colaborar com a escola e um maior cuidado e zelo na ajuda aos filhos.

A baixa escolaridade, não raro contribui também para ampliar as dificuldades produtivas pela não qualificação pessoal e profissional e a exclusão social, tornando o relacionamento interpessoal mais difícil.

No estudo verifica-se que os AS reúnem um conjunto mais agravado de sintomas do adoecer psicológico. Contudo, também se verifica que a subamostra

com mais elevada escolaridade apresenta sintomas intermédios, ou seja, entre os que mais se aproximam de “doença” e os que mais distam dela, os ANS.

Confirma-se, pois, que não é em função do nível de escolaridade que os maus-tratos acontecem.

– Quanto ao *desemprego*:

No nosso estudo, o desemprego é um dado estatisticamente significativo nos AS (31,8%) e 25% nos seus companheiros/as.

Fonte de angústia, de desespero pessoal e familiar, de vergonha, o desemprego é uma chaga social que concorre para o descontrolo da impulsividade, da agressividade, da autodestruição e dos maus-tratos.

O desemprego contribui para a instabilidade pessoal, social e económica das famílias, para a impossibilidades várias, entre as quais a de poder planear o futuro e construir um projecto de vida, com objectivos. Sem estes, reduz-se a possibilidade de cada um e de cada família construir a sua forma de viver, limitada que está às reacções de sobrevivência, à mercê dos outros. O desemprego impede a realização pessoal e revela também o grau de irresponsabilidade social.

Não seria correcto generalizar para além dos limites da amostra, mas o desemprego é outro fenómeno social que se agrava quando, entre outras circunstâncias, acontece haver inovação mais ou menos generalizada de novos meios de produção mais rápidos e mais baratos, no médio e longo prazo, conforme a história o narra.

Comparada a taxa de desemprego do país, taxa que nos últimos dois/três anos tem oscilado entre seis e oito por cento, como é do conhecimento geral, o desemprego verificado no nosso estudo respeitante aos AS e seus companheiros, é estatisticamente significativo e cerca de cinco vezes mais elevado.

- Quanto à *estabilidade v.s. volatilidade/mobilidade* no emprego, encontramos no nosso estudo dados com as seguintes médias:

Os ANS tiveram um a dois empregos, tal como os COM mas os AS já tiveram entre zero e sete empregos.

As mudanças de emprego evidenciam instabilidade de múltiplas origens que a economia, a gestão de empresas, a sociologia, a psicologia organizacional explicam dentro de diversos quadros politico-culturais.

A mobilidade do emprego, um pouco à semelhança do desemprego, é desorganizador de muitas famílias, podendo ser até impeditivo da própria constituição de família. Contudo, a flexissegurança está na ordem do dia empresarial. É um novo conceito de gestão económica e social que, na actual fase do mundo laboral se apresenta como um conceito vazio, tantos são os motivos para se positivar, dadas as dificuldades que a segurança social atravessa. Por outro lado, surge numa época de desemprego como “salva-vidas” ao largo, no mar da instabilidade pelas mudanças rápidas e profundas da globalização.

A volatilidade e mobilidade no emprego concorrem para se viver uma vida sem vislumbrar rumo nem futuro mas instabilidade e perda de qualidade de vida, mais e mais agravada pela substituição do valor da solidariedade pelo da competitividade num “mundo de adversários”.

– No nosso estudo não houve grande preocupação com as *profissões* dos adultos, dado as subamostras serem pequenas e, em tais circunstâncias, a pulverização profissional, levar-nos-ia a dados sem interesse e insignificantes.

– O *número de filhos* é um dado que concorre para a dimensão das famílias.

No nosso estudo: os AS têm entre 0 e 8 filhos,
os ANS têm entre 0 e 2 filhos e
os COM têm entre 0 e 3 filhos.

Estes dados parecem contradizer a ideia vulgarizada, do senso comum, de que as pessoas com mais escolaridade são as que têm menos filhos.

Com efeito, no nosso estudo os COM, os mais escolarizados têm mais filhos do que os ANS e, por outro lado, o estudo confirma que, na generalidade, as famílias mais pobres e de baixa escolaridade têm mais filhos.

Encontram-se no estudo índices curiosos como por exemplo:

- nas famílias dos ANS o índice é 0,62 filhos por casal (20/32),
- nas famílias AS o índice por casal é 2,72 (68/25) e
- nas famílias COM 1,88 correspondendo a 17 filhos para 9 sujeitos.

Verifica-se nas famílias dos ANS, um índice de 0,62, que está muito abaixo do índice nacional de 1,2, segundo dados do INE; enquanto que o índice das famílias dos AS excede o dobro da verificado a nível do nosso país.

Será devido à média da idade dos ANS, 34,4 anos, geração coeva da democracia no país e que tendo sido caldeada em valores sociais diversos, condicionam actualmente a prole familiar? Será devido à prática efectiva dos métodos anticonceptivos e do planeamento familiar. O índice de filhos dos COM tem uma expressão que apenas foi atingida, no país, há mais de quatro décadas.

O número de filhos por família leva-nos a classificá-la como família mais ou menos numerosa. A média do número de filhos, dentro de cada subamostra revela que o valor médio do número de filhos é superior para a subamostra AS e inferior para a ANS sendo as diferenças estatisticamente significativas.

- Por outro lado, o *número de filhos que queriam ter*, em média, é muito semelhante nas três subamostras:

- O número de filhos que os ANS e os COM têm é inferior aos que queriam ter e a diferença é estatisticamente significativa;
- O número de filhos que os AS têm é superior aos que queriam ter, sendo que neste caso a diferença não é significativa.

Ora, das condições geradoras da agressividade encontradas e referidas na revisão da literatura, segundo Coimbra de Matos, a agressividade depende, de entre outras condições, enquanto comportamento, da densidade populacional, da proximidade e do sentir-se bem com as condições de vida que se têm. Logo, o nosso estudo parece confirmar que famílias numerosas, com elevado desemprego, reúnem condições para expressar agressividade no seu meio, violência familiar e maus-tratos.

Os dados apurados pelo nosso estudo merecem reflexão sobre o fenómeno, até porque

- os ANS queriam ter mais filhos do que os que têm (0 a 3),
- os AS queriam ter menos filhos do que os que têm, embora 40%, queira ter os que de facto têm, e finalmente,
- os COM queriam ter mais filhos (0 a 2).

Não querer ter os filhos que se tem, parece transformar a missão parental, na obrigação, “*no trabalho forçado*” de educar quem não se deseja(va), os filhos indesejados.

Como será que estes filhos percebem o sentir de seus pais na interação para consigo mesmo? Que relação de confiança e de segurança se estabelecerá, ou é possível estabelecer, entre pais e filhos, em tais circunstâncias de desejabilidade, mesmo que sejam excluídas outras condicionantes da vida?

A vinculação por certo não pode ser perfeita e a vida da criança, o seu comportamento, será perturbado. Muitas destas mães mostram-se excessivas no seu cuidar dos filhos, procurando compensar aquela falha na vinculação, como que desculpabilizando-se do seu sentir, agora ambíguo ou mesmo negativo. Do comportamento de muitas destas mães se diz que só quiseram os filhos para os exibir socialmente e, em sociedade, se mostrarem mães cuidadosas, carinhosas enquanto que, na privacidade familiar, têm um comportamento abandonico para com as mesmas crianças. Por certo que são mães que, por razões diversas, inclusive por descuido, inconsciência, perturbação, sofrimento ou eventual outra impossibilidade, se vêem forçadas a criar tais defesas psicológicas e sociais.

O número de filhos e o amor repetidamente expresso, sempre repetido até à exaustão não será “amor” como forma de desculpabilização pelo facto do filho não ter sido desejado, nem “amor” para “prender” a relação com o companheiro, nem para cumprir o “castigo divino” de o ter gerado contra vontade, nem para “afirmar” sua fecundidade. Se fosse esse o amor confesso, seria porventura amor excessivo ou seja, um eufemismo de mau-trato, pois quem nasce para cumprir tais funções pode não resistir saudavelmente ao peso da responsabilidade que lhe é atribuído e sentir-se-á porventura dependente da mãe, vida fora, em permanente dívida afectiva. Seria amor-prisão e não amor puro, livre, sem peias. Curiosamente, são os AS que, ao contrário dos ANS e dos COM, definem os filhos pelos afectos de relação o que equivale dizer que sabem e que sentem que os filhos os amam, ou seja: os AS definem os filhos pelos afectos positivos (os pais amam os filhos), pelos afectos de relação (os pais sentem que são amados pelos filhos). É relativamente frequente nas audições na CPCJ-TN ouvirem-se mães, sinalizados por maus-tratos a seus filhos e que por vezes exteriorizam sinais de alguma debilidade mental e, outras vezes apresentam apenas

incapacidade de cuidar dos filhos, dizerem que os amam, que os filhos são tudo para elas e que não querem que os filhos lhes sejam retirados. Ninguém ousa duvidar do amor dessas mães pelos filhos, mas o superior interesse das crianças obriga a ponderar, aturada e cuidadosamente, a solução a adoptar. Perante uma vinculação deficitária e uma hipotética resolução de ser feito um acompanhamento psicológico e de apoiar socialmente essas mães, uma outra dificuldade surge que é a de que, quando as pessoas não reconhecem a sua falha ou incapacidade ou necessidade de ajuda, o resultado do acompanhamento é nulo já que, não é possível ajudar psicologicamente ninguém contra a sua vontade. Quem se apresenta numa consulta, não porque sinta necessidade mas, contrariado, de forma “imposta”, cede apenas para iludir os técnicos e influenciar os seus pareceres e, deste modo, não perder apoios sociais. A nobreza do sentimento amoroso por vezes encobre outros interesses, porventura de natureza duvidosa, enganadora.

Há estudos que apontam, como factores concorrentes para o surgimento de algumas bulimias e anorexias nervosas, as vinculações deficitárias, as interacções perturbadas entre mães e, nomeadamente, as filhas. Assim, as mães excessivas potenciam anorexias nervosas e mães abandonicas potenciam bulimias (Olivier, 2001). Um estudo, feito no hospital pediátrico de Coimbra, revela que mães que assiduamente se dirigem àquele hospital para visitarem suas crianças aí internadas, se mostram por vezes mais preocupadas em exhibir a sua presença perante o pessoal hospitalar do que no contacto com as suas crianças (Canha, 2003).

A depressão pos-parto de muitas mães, não raro, é conducente a comportamentos quer de dedicação excessiva, absorvente de seus filhos, quer de negligência, e/ou abandono.

- Os motivos pelos quais as *famílias mudam de habitação* são múltiplos mas, simultaneamente, indiciam que não se está bem onde ou como se está, pessoal ou socialmente. As mudanças acontecem e exigem capacidade adaptativa ao novo meio e arrastam muitas vezes consigo medos, instabilidade alteração de planos/projectos de vida.

No nosso estudo, 59% dos AS mudaram de uma a treze vezes de casa de habitação, enquanto que 35% dos ANS mudaram

entre uma a cinco vezes e 27% dos COM mudaram entre duas a cinco vezes.

Assim, o nosso estudo revela maior mobilidade e instabilidade da subamostra AS e porventura a sua dificuldade de estabilização de vínculos sociais e afectivos.

– Quanto à *idade da saída da casa* dos pais o estudo indica que:

- OS AS saíram de casa dos pais entre os 12 e os 42 anos, numa média ponderada de 20,7 anos (com vários *outliers*);
- os ANS deixaram a casa dos pais entre os 11 e os 32 anos, numa média de 23,8 anos (também com vários *outliers*) e
- os COM saíram da casa dos pais entre os 20 e os 27 anos, numa média de 22,9 anos

Importa realçar que a média não é uma medida que permita fazer juízos rigorosos, pois é frequentemente enganadora. Os vários *outliers*, nomeadamente, concorrem para ficcionar as médias. No entanto, sair de casa dos pais com 11 e 12 anos revela que, algo eventualmente negativo ou até trágico, aconteceu naquelas famílias. Os 11 ou 12 anos são, desde há algumas dezenas de anos até à actualidade, a época do despertar para adolescência das, então, crianças. Como compreender o fenómeno?

Os COM saíram de casa a partir dos 20 anos e esta subamostra caracteriza-se por ter maior estabilidade, mais escolaridade e ser mais velha. Pode-se, então, colocar a questão de saber se para além da maior estabilidade familiar não está em causa a alteração de valores sociais e familiares da época em que aquelas idades mínimas, dos 11 e 12 anos dos AS e ANS ocorreram, nomeadamente no que diz respeito à coesão familiar, à autoridade na família, à responsabilização gradual e proporcional dos seus elementos, entre outros aspectos ou factores.

Possivelmente saíram para trabalhar na agricultura ou em oficinas, ajudando pais e parentes e desse modo contribuir para a economia familiar. Se nos lembrarmos de que empregadores de então, quer particulares quer públicos, tinham como indicador de “ser bom trabalhador” quem começava a trabalhar cedo, em idade – o que se verificava em entrevistas de emprego e nas cartas de recomendação que se faziam a fim o conseguir – não será ilógico afirmar que

muitas dessas saídas em tão tenra idade se ficaram devendo provavelmente à necessidade de contribuir para a economia da família.

Seria interessante saber das razões efectivas que levaram aquelas crianças a saírem de casa de seus pais e em que condições se autonomizaram, se foram ou não sujeitas a exploração infantil, se foram ou não abandonadas, etc.

Sair cedo da casa dos pais, do meio familiar por exelência, como geralmente é tido, significa afastar-se ou ser afastado dos cuidados parentais numa época da vida que, desde há 20 ou 30 anos se constata que, de um modo geral, os jovens permanecem em casa dos pais para além da sua maioridade. Afastar-se ou ser afastado cedo dos cuidados parentais pode significar instabilidade familiar e pessoal, fuga a mau-trato, desespero, aventura, desilusão e grande sofrimento para o próprio já que para a família é sempre um problema novo de adaptação e mudança comunicacional, pela alteração dos subsistemas familiares. Como podem, por outro lado, estes jovens de então e actuais AS, portadores da amarga experiência de vida mas sobreviventes, ser melhores pais do que os pais que eles tiveram? Sair cedo de casa ou das instituições são factos que arrastam consigo todo um conjunto de factores predisponentes para gravidezes adolescentes (in)conscientemente (in)desejadas e conducentes à prostituição feminina e à delinquência masculina e ou feminina, pelo desamparo a que foram lançados ou ousaram desafiar. Sobreviventes em circunstâncias adversas percepcionam os maus-tratos que prestam aos filhos com a lógica de que a vida com eles próprios foi mais difícil do que a que dão aos filhos.

– Quanto à *saída dos companheiros da casa dos pais*, verificamos:

- Curiosa coincidência ou não, os companheiros/as dos AS também saíram cedo de casa de seus pais, entre os 15 e os 28 anos numa média de 20,9 anos;
- os companheiros/as dos ANS saíram entre os 17 e os 30 anos, numa média de 23,4 anos e
- os companheiros/as dos COM saíram de casa de seus pais entre os 19 e os 30 anos, numa média de 24 anos.

Como explicar que os sujeitos das subamostras tenham seduzido, ou tenham sido seduzidos, por companheiros com idênticas circunstâncias de vida para uma vivência em comum, sem admitir que, de facto, o amor é selectivo?

Compreendemos o fenómeno através do facto de que nas relações amorosas as pessoas geralmente eram, ontem mais do que hoje, classicistas, ou seja, “encantavam e encantavam-se” com parceiro de sexo oposto com idêntico nível cultural, económico e social, negando o dito popular português de que “o amor é cego” e fazendo *jus* à expressão latina “*abissus, abissus invocat*” ou o seu contrário.

“A intolerância, a frustração, a violência vividas por um elemento da família na sua história particular podem romper barreiras, perpassam as fronteiras e vão perpetuar-se na história da sua nova família, à busca de parceiros violentos para perpetuar a história individual na construção de novas relações. Então instaura-se uma herança maldita de componentes destrutivos. A ausência de vínculos na relação familiar inscreve a desordem, a ausência de autonomia e da referência do ser individual no contexto do grupo social (Melo, 2002, pp. 3 e 4).

Skynner e Cleese (1983) explicam a empatia através da atracção v.s. repulsa de uma pessoa por outra através da leitura da linguagem analógica que é feita de forma inconsciente, pela imago que temos em nós, ou seja, gostamos de alguém, achamo-la simpática, se apresenta traços ou sinais na sua imagem ou expressividade que na nossa imago são queridos. Assim sendo, o amor seria cego se não fosse selectivo, ou seja, se para além da simples atracção outros valores não obstassem, como é o facto de também sermos racionais e inteligentes, com valores e interesses, os mais diversos, tantas vezes frustrantes de impulsos.

- Quanto ao *maior desgosto* sofrido pelos adultos do nosso estudo:

Quanto ao maior desgosto sofrido, os dados do nosso estudo revelam que 33,3% dos ANS e 12,5% dos COM não sofreram qualquer desgosto considerado relevante;

– O *maior desgosto* sofrido e *relacionado com a família*, quer por morte de familiares, quer por separações apresenta os seguintes dados:

Ocorreu em 50% dos ANS, 66% dos AS e em 75% dos COM

– O *maior desgosto relacionado com a saúde*

Ocorreu em 8.3% dos ANS e em 12% dos COM

- O *maior desgosto* sofrido e *relacionado com diversos* outros acontecimentos ocorreram nos AS :

por terem começado a “beber”, em 16,7% ;
por terem nascido, em 8,1%,
por não terem educação, em 6,1%.

Os desgostos trazem sempre sofrimento quando e sempre que acontecem: uns porém esquecem enquanto que outros, de forma mais ou menos leve, permanecem e vão perdendo força. Da sua lembrança, a memória encarrega-se de introduzir ligeiras alterações.

Os lutos pelas perdas, pelas separações, por vezes perduram por incapacidade do sujeito investir noutra objecto, pessoa, relação, coisa ou actividade, tornando-se patológicos. Estes lutos, mais que os lutos ditos normais e que até atestam a sanidade mental de quem os sofre – não reagir ao luto revelaria carência ou privação afectiva – carecem, frequentemente de ajuda psicológica.

Por outro lado, os desgostos sendo resultantes de frustrações, arrastam consigo uma tomada de consciência, mais clara, embora amarga, das circunstâncias da vida, da existência do próprio e dos outros, da (in)capacidade que se tem ou pensava ter, ou seja os desgostos também contribuem para a clarificação da realidade em que nos movemos.

Não ter sofrido de uma forma geral, qualquer desgosto ou não ter dele lembrança, como é o caso verificado no nosso estudo no que diz respeito aos AS, por certo que é indicativo de que não existe sofrimento traumático. Ao tomar como verídica tal afirmação, dir-se-ia que a inexistência de qualquer sofrimento relevante só poderia ter lugar admitindo como hipóteses: os acontecimentos da vida configuram monotonia na sua repetição ou os sujeitos nunca tendo nada de valioso a vivenciar, susceptível de perda ou de inutilização, conservam-na. Por tais motivos, 66% dos AS dizem que o seu grande desgosto se relaciona com a família, morte ou separação, embora contraditoriamente, de forma não relevante no seu todo.

Ora, sabendo-se, por exemplo, que quando ocorrem distúrbios depressivos, o sujeito “olha” para a sua vida “com óculos escuros”, como diria Vaz Serra, como “verá” o seu passado o indivíduo que efectivamente o reconhece como monótono e enfadioso e que em nada o ajuda a “ver” o presente nem o futuro com optimismo? Mais grave, porventura, seria se “visse” o seu passado acentuadamente negativo, sendo que 8,3% dos AS lamentam ter nascido, 16,7% terem começado a beber (bebidas alcoólicas por sistema e em excesso) e 6,1% não ter educação.

O lamento de ter nascido constitui sinal de alerta e merece acompanhamento e apoio psicológico. Também o desgosto de ter começado a beber, tal como o não ter educação, configuram um pedido de ajuda indirecto e a predisposição para aquisição de formas de vida socialmente bem aceites ou mais valorizadas.

Os eventuais problemas relacionados com a saúde não merecem nota relevante para os AS como desgosto sofrido, pois não é assinalado como tal. Como explicar o facto? Porque não existiu ou porque, tendo existido, não foi valorizada a sua importância? Porque tendo sido de insuportável contenção não pode ser lembrado?

Quanto ao *maior desgosto genérico*, 33,3% dos ANS e 12,5% dos COM reconhecem que não têm consciência de tais desgostos, o que equivale a atribuir a *contrário* que 66,6% dos ANS e 87,5% dos COM têm tais desgostos e, efectivamente, quanto a problemas relacionados com a família, metade da subamostra dos ANS e 75% dos COM declaram ter sofrido tais desgostos.

Quanto ao maior desgosto relacionado com a saúde que é a área menos valorizada, 8,3% dos ANS e 12% dos COM afirmam-na como área de seus desgostos.

Constata-se que, em todas as subamostras, o grande desgosto está relacionado com a família e é mais acentuado nos COM e menos referido nos ANS.

Ser capaz de resolver problemas ou ultrapassá-los afectivamente, é prova de capacidade e reflecte-se positivamente no auto-conceito e auto-estima do próprio, pois são as dificuldades vencidas que dão valor e sabor às vitórias. Como diria Nietzsche, que cito de cor, “*ao meu verdadeiro amigo, desejo-lhe todas as*

vicissitudes da vida, todas as adversidades porque é nelas que, vencendo-as, ele se torna ou prova que é homem.”

Da mesma forma como o passado difícil se pode constituir como prova de capacidade para resolver problemas, também esse mesmo passado pode servir de prova amarga de vida e colocar a questão existencial no centro do indivíduo e a vida em questão. Por isso, importa analisar já não os desgostos mas as grandes alegrias vivenciadas pelos adultos do nosso estudo.

- Quanto às *maiores alegrias*

- Para 76,5% dos ANS a maior alegria está relacionada com a família e, em segundo lugar, alegria de sentir-se feliz, para 11,8% da subamostra
- Para 84,2% dos AS a maior alegria está também relacionada com a família e, em segundo lugar, para 10,5% da subamostra, a maior alegria está relacionada com o facto de ter um objectivo / projecto de vida.
- Para a subamostra dos COM, a maior alegria está também relacionada com a Família.

A família aparece em primeiro lugar nas três subamostras, tendo maior expressão nos AS do que nos ANS, tal como aconteceu com os desgostos.

Positivo para os AS parece ser o facto de 10,5% dos seus sujeitos tomarem como maior alegria o ter objectivos/projectos de vida. Positivo, pelo facto de os objectivos de vida permitirem concebê-la e organizá-la de forma dinâmica, ou seja, os objectivos/projectos de vida desempenham, na generalidade dos casos e situações, uma orientação, um norte, um sentido a percorrer. Os objectivos de vida, para além de valorizar a existência, pessoal e socialmente, concorrem para o aumento do auto-conceito e auto-estima e, em situações adversas, depressivas, permitem olhar o passado como realização conseguida e relativizar desânimos, aumentando a confiança em si próprio, na própria capacidade de acção.

Dado positivo, porque defende a dignidade da pessoa fazendo dela obreira do seu projecto e construtora da sua independência e liberdade.

Os projectos de vida, como em qualquer outro projecto, para ser viável, realizável tem de ter em consideração vários quesitos que nos dispensamos de expor. Realça-se sim a positividade da pró-actividade de o ter concebido.

Para a subamostra dos ANS, além da grande alegria ser maioritariamente a família, 11,8% dos seus sujeitos realçam o *sentir-se feliz*.

O conceito de felicidade, de sentir-se feliz é no mínimo extremamente complexo.

- é feliz o bebé após a mamada do leite materno? Ele manifesta-se satisfeito (de *satis + fatio = fazer o bastante*), não ficou com fome mas também não mamou demais;

- é feliz a criança de 3 ou 4 anos que acabou de receber o carrinho para brincar? Ele ficou contente, eventualmente surpreso;

- é feliz o jovem que recebeu a motorizada por que há meses ansiava? Ele ficou contente porque a motorizada é linda e vai poder distanciar-se para além dos olhos dos pais, mas também porque se pode exhibir perante as raparigas e fazer inveja aos rapazes e ainda porque reconhece que os pais gostam dele;

- é feliz o jovem-adulto que no fim do 1º mês de trabalho recebe o 1º salário? Sim transborda de alegria, de entusiasmo, já não precisa de se submeter às mesadas ou semanadas, sempre escassas e controladas que os pais lhe davam, exigindo que ele tirasse boas notas, etc. Contente sim porque é autónomo, porque conseguiu pelo seu próprio esforço a sua independência.

Por certo que o conceito de felicidade, de sentir-se feliz, enquanto maior alegria dos 11,8% dos ANS poderá ter o conteúdo de satisfação, surpresa agradável, poder exhibir-se socialmente, reconhecer-se amado, realização pessoal e liberdade.

Curiosamente, constata-se que a família é ainda e de forma concreta no nosso estudo, o lugar predominante dos afectos, como se verifica quer no que diz respeito aos grandes desgostos quer no respeitante às grandes alegrias.

As maiores alegrias são relacionadas com a família e predominam sobre os maiores desgostos familiares, em todas as subamostras, não havendo diferenças significativas.

Perante os dados recolhidos a vida individual e familiar destes AS não é fácil ou seja, é *“Um contexto familiar difícil, com carências, rupturas e violência, pode influenciar as condições de passagem à idade adulta do (filhos) adolescente, comprometendo a sua inserção social, relacional e profissional, como evidenciam diversos estudos”*(Ramos,2004 p.185).

– Tendo sido passado o questionário a todos os adultos do nosso estudo em que se lhes pedia que *definissem os seus familiares e a si próprios*, com 3 ou 4 palavras, obtivemos os resultados seguintes...

A capacidade v.s. dificuldade nas definições pedidas e dadas pelas subamostras foi a seguinte:

- a subamostra AS forneceu 212 palavras, do máximo de 732 que poderia fornecer, isto é, do número possível, forneceu 30%;
- a subamostra ANS forneceu 331 palavras das 924 possíveis de fornecer, ou seja, 36% ;
- a subamostra COM forneceu 189 palavras das 252 possíveis de fornecer, ou seja 75%.

A capacidade v.s. dificuldade de expressar ideias e sentimentos sobre as pessoas que nos são mais próximas, requer da nossa parte a seguinte reflexão:

É saudável que as pessoas não exponham coisas relacionadas com a sua intimidade a estranhos antes de os conhecer e de estes, por qualquer motivo, merecerem o respectivo grau de confiança. A defesa da vida familiar ainda é uma atitude e valor muito prezado na nossa cultura. Estranho, e porventura sintomático, seria as pessoas falarem ou escreverem para estranhos lerem sobre as suas intimidades, já que denotariam não distinguir a vida interior da exterior, o familiar do não familiar, o amigo do inimigo, etc. ou então, denotaria um narcisismo despudorado.

Não sendo nós familiar dos sujeitos em estudo, admitimos por diversas razões, que estes não se terão sentido condicionados em expressar o seu sentir e pensar sobre os seus familiares: as respostas tinham necessariamente de ser abertas, dado o tipo de perguntas feito e por isso cada um disse o que queria dizer.

Por outro lado, a formação académica, os contactos sociais e as relações interpessoais, mais diversificadas ou não, reflectem o estado evolutivo, cognitivo e afectivo do sujeito em questão quando se expressa.

Que significado pode ter *o número de palavras atribuídas* para as definições que solicitamos? Entende-se que o número de palavras é importante e não indica

apenas a versatilidade verbal da pessoa, mas também e sobretudo o seu acentuar afectivo da ideia a expressar.

Assim sendo, a primeira observação que se regista é que, no nosso estudo, os AS utilizaram a menor percentagem de palavras (30%) para definir seus familiares, verificando-se o contrário com os COM (75%), enquanto que os ANS se expressam com cerca de (36%), concretamente com 35,82%.

Postos de parte casos de alexitimia e de eventuais variáveis parasitas, temos para nós que um reduzido número de palavras traduz um menor desenvolvimento cognitivo e afectivo, uma sensibilidade menos rica na atribuição de significados e isso é revelado na riqueza ou pobreza das projecções que a pessoa faz. Curioso é constatar-se, frequentemente, que muitas das insolências e carências de princípios de civilidade, muitas grosserias não o são para quem as profere mas tão só para quem delas é alvo.

Assim sendo, o menor número de palavras atribuído pelos AS a seus familiares talvez se deva ao facto de serem pessoas com grau inferior de desenvolvimento cognitivo, aliás como se comprova também pelo menor grau de escolaridade, quando em confronto as com outras subamostras.

- Salvaguardados estes factos sobre o número de respostas fornecidas, *apresentamos o número de palavras* e respectiva percentagem com que cada subamostra definiu seus familiares e a si mesmo, por ordem decrescente e, seguidamente, o número de palavras atribuído pelo conjunto das três subamostras a cada elemento de suas famílias. Eventualmente importará prestar atenção à ordem pela qual surgem as referências aos elementos familiares.

No respeitante à subamostra dos AS, *o número e percentagem das palavras definidoras dos seus familiares* constatamos que:

- os AS referiram os filhos com 45 palavras (21,2% do total de palavras utilizadas),
- a mãe com 38 palavras (17,9%),
- a si mesmos com 38 palavras (17,9%),
- o pai com 28 palavras (13,2%),
- o companheiro com 27 palavras (a que corresponde 12,7% da sua atribuição),

- a sogra com 22 palavras (10,3%) e
- o sogro com 14 palavras (correspondendo a 6,6% da sua atribuição para definir seus familiares).

A ordem dada pelos AS aos seus familiares é pois a seguinte: filhos/as, mãe e si próprios “ex aequo”, pai, companheiro/a, sogro e sogra.

No que diz respeito à subamostra dos ANS, temos:

- os ANS referiram a mãe com 59 palavras (18,1%) da sua atribuição,
- o pai igualmente com 59 palavras (18,1%),
- a si mesmo com 58 palavras 17,5%),
- o companheiro/a com 55 palavras que correspondem a 16,6%) do total de palavras atribuídas,
- os filhos com 50 palavras (15,1%),
- o sogro com 25 palavras ou (7,5%) e
- a sogra igualmente com 25 palavras ou seja, (7,5%) das suas atribuições.

A ordem resultante da atribuição de palavras dadas para os ANS definirem os seus familiares foi a seguinte: pai e mãe “ex aequo”, si próprio, companheiro/a, filhos/as, sogro e sogra “ex aequo”.

Quanto à subamostra dos COM temos que:

- os COM referiram o companheiro com 31 palavras (16,4%) do total de palavras utilizadas,
- os filhos e a si mesmos com 29 (15,3%) cada ,
- a mãe com 28 ou seja 14,8%) das palavras,
- o pai com 27 (14,2%) das palavras utilizadas;
- a sogra com 25 a que corresponde 13,2% das palavras e
- o sogro foi definido com 20 palavras a que corresponde (10,5%) das palavras utilizadas pela subamostra.

A ordem pela qual os COM distribuíram as palavras definidoras dos seus familiares, dado o número de palavras expressas foi a seguinte: companheiro/a, si próprias e filhos/as “ex aequo”, mãe, pai, sogra e sogro.

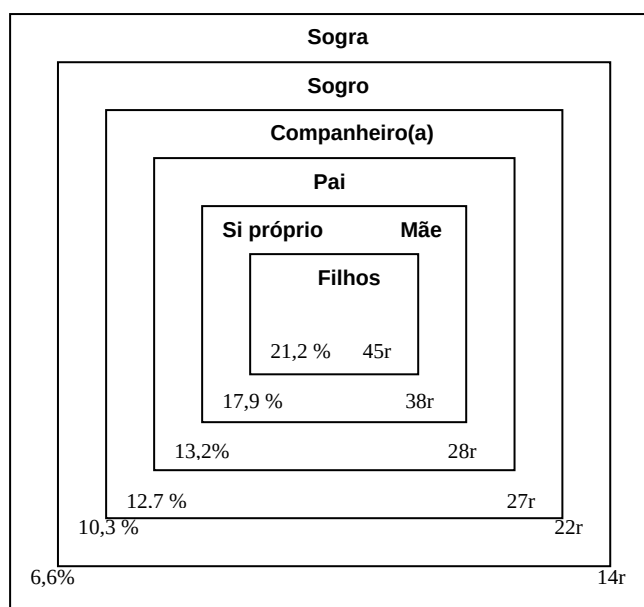
Considerando que no estudo, as palavras foram escritas e não verbalizadas oralmente, circunstância em que a forma e o tom da sua dicção poderiam deturpar e até inverter o sentido das mesmas, assumimos que elas reflectem as emoções,

sentimentos e pensamentos de quem as expressa como definidoras dos familiares.

Assim sendo, ao maior número de palavras corresponde maior densidade afectiva, maior valor ou seja, corresponde ao núcleo familiar das atenções, cuidados e preocupações, de autoridade, enquanto importância atribuída e de controlo.

Importa referir que as subamostras são desiguais quanto ao número de sujeitos e por esse facto, salientamos os dados em percentagens, ao compará-los, evitando o enviesamento da análise e sua discussão.

**QUADRO 15 – Representação afectiva das famílias dos AS
(r=palavras/resposta)**



O quadro sugere que neste tipo de família, o centro das atenções são os filhos/as, que não foram desejados mas são controlados sobretudo pela progenitor/a e pela mãe desta e, vice-versa, mãe e progenitora são controlados pelos filhos.

Os filhos detêm, afectivamente a autoridade que, em termos globais desta, pertencem à progenitora e à mãe. A posição da sogra é residual.

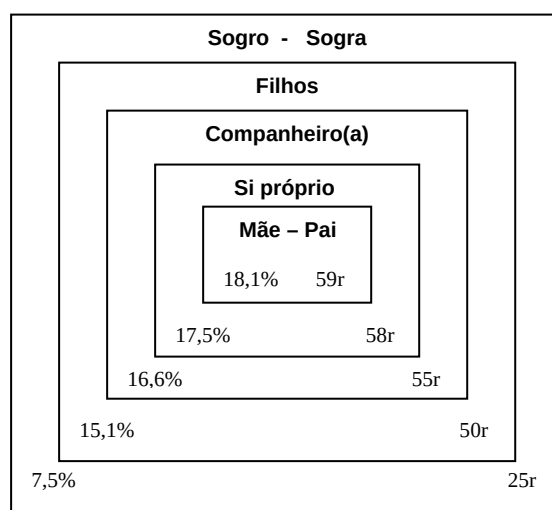
De uma forma mais ampla, o poder está nas mulheres já que os homens se encontram distantes, apagados, sendo a posição do pai mais poderosa do que a

do companheiro. Contudo a distância percentual entre as posições do si próprio e da mãe para a posição do pai tem um desnível mais acentuado de 4,7% revelando o afastamento do pai. Do mesmo modo constata-se um salto percentual entre a posição do filho e, o si próprio e a mãe, o que revela como que um endeusamento do filho pois tem mais 3,7% da pontuação.

Este dado corrobora o facto do progenitor ser figura mais ausente, ficando-se contudo sem saber se a ausência do companheiro se deve à luta pelo poder entre progenitores já que o pai, acentuadamente afastado, encontra-se menos afastado do centro das decisões e afectos.

Tratando-se de um estudo com amostras pequenas e que por isso os seus resultados não podem ser extrapolados, os mesmos indiciam que, face ao exposto parece ser recomendável que nos trabalhos e intervenções das CPCJs deve ser tido em conta o poder das mães dos AS sobre eles, quer no que diz respeito ao papel de controlo, quer no assumir de responsabilidades face aos maus-tratos das crianças das respectivas famílias. O mesmo deverá ser levado em conta quando da decisão jurídica quer em relação ao poder paternal quer, no caso de divórcio, à guarda dos menores.

QUADRO 16 – Representação afectiva das famílias dos ANS



Os dados do quadro do tipo de família dos ANS apresenta uma configuração diferente da dos AS.

O centro das atenções, da representação mais destacada, das preocupações, cuidados, gostos e desgostos, formas de estar e pensar, é do pai e da mãe, ou seja, as palavras destes pais por certo têm fortes repercussões na família. É o centro protector do si próprio/progenitor que se encontra entre o pai e mãe, por um lado e, por outro pelo companheiro/a.

É um tipo de família em que parece que as gerações se sucedem ordenadas. Pai e mãe aparecem unidos e esse facto eventualmente, ao servir de modelo, corrobora outros dados, como por exemplo a maior estabilidade familiar dos ANS. Curiosa é a posição dos filhos neste tipo de família pois ocupam um lugar entre o companheiro/a e os sogros.

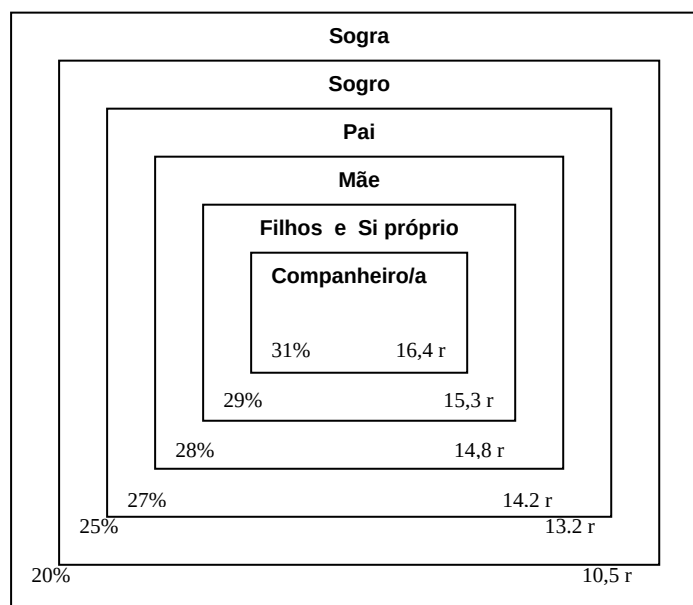
Uma explicação poderá ser a resultante de uma excessiva disciplina implementada pelos pais de um progenitor sobre este e o companheiro e, estes projectam nos filhos o afastamento, a permissividade ou a autonomia filial que, por qualquer razão, eles mesmo não tiveram ou têm de seus pais que ocupam a posição central.

Colocados os filhos entre o companheiro/a e os pais deste/a, parece que estes netos serão mais influenciados e protegidos, mais por uns avós do que por outros. De um lado, no centro, pai e mãe e, no lado oposto e mais distante, os sogros, demonstra as distâncias de entendimento entre as famílias de origem do casal. O desnível percentual de 7,6% que distancia os sogros da posição ocupada pelo filho, revela marginalização dos ou pelos sogros, da vida familiar. O afastamento existente entre as famílias de origem do casal parece incontestável, nesta subamostra. O controlo dos filhos parece pertencer ao companheiro/a e aos sogros pois são quem se apresenta mais próximos dos filhos.

Muitos conflitos entre casais surgem devido ao demasiado afastamento ou demasiada proximidade das suas famílias de origem, por vezes a partir de uma crítica ao sogro ou à sogra. São conflitos que fazem emergir os laços de lealdade dos filhos para com os pais e vice-versa, por vezes capazes de estilhaçar a coesão familiar.

Tais conflitos seriam evitáveis se a comunicação, em tais circunstâncias, fosse respeitosa e assertiva.

QUADRO 17 – Representação afectiva das famílias dos COM



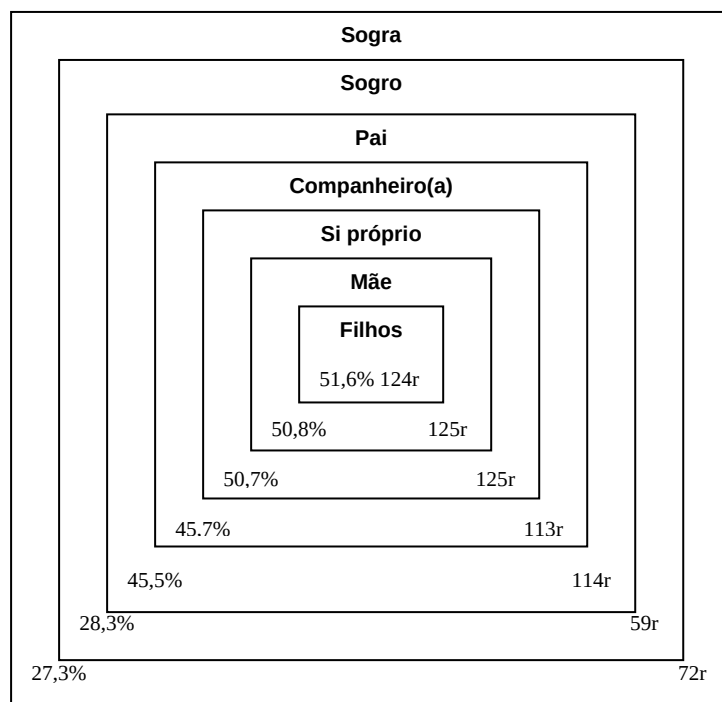
A configuração das famílias dos COM apresenta as seguintes características em relação às outras subamostras:

O centro é ocupado pelo companheiro do sexo masculino já que toda a subamostra é feminina; o companheiro ocupa uma posição que é alvo das atenções, de críticas e de elogios, que controla e é controlada pelo si próprio e pelos filhos e é centro da autoridade. É uma família tipo nuclear tradicional portuguesa. A mãe e o pai ocupam lugares contíguos. A sua proximidade, como que defende ou suporta o si próprio e os filhos (que no caso são netos); os sogros também são contíguos embora na posição mais distante do centro o que demonstra, tal como no caso anterior, o tipo de entendimento entre famílias de origem do casal. Ao contrário do caso anterior, aqui os sogros não protegem facilmente os filhos, o mesmo se verificando com os AS. Nesta representação afectiva, parece haver uma separação de gerações . o sogro, a sogra, o pai e a mãe, que no caso são os avós das crianças, encontram-se nas margens mais afastadas do centro.

– Após termos constatado as diferentes formas de definição/valorização atribuídas pelos sujeitos de cada uma das subamostras e a concomitante

ordenação dos seus familiares, é pertinente saber-se qual o *modelo familiar* que se encontra no conjunto das subamostras, ou seja, da amostra em estudo, como extrato da sociedade mais ampla. Vejamos o quadro seguinte:

QUADRO 18 – Representação afectiva da amostra, sujeitos adultos



A diferença entre o quadro supra e o quadro respeitante à subamostra AS é bastante reduzida pois fundamentalmente consiste na troca do lugar atribuído ao pai pelo do companheiro. Os filhos ocupam a posição central, posição mais valorizada e protegida pela posição da mãe, que é seguida pela posição do si próprio. As diferenças entre estas posições é muito reduzida percentualmente. Dir-se-ia que as crianças são aqui protegidas pelas avós, seguindo-se-lhe a mãe. Os resultados para a população em estudo são diferenciados e apresentam uma distribuição harmoniosa com três desníveis acentuados.

A diferença de posições dos familiares no quadro dos COM com a deste quadro parece residir na diferença de valores, formação académica e situação económica e social.

Um desnível de 5% separa as posição do si próprio, do companheiro e do pai, que é seguido pela posição ocupada pelo sogro. Aqueles 5% desempenham como que uma barreira que distancia mulheres de homens nas famílias em

questão, no que diz respeito aos afectos, aos cuidados, à protecção, ao controlo e importância familiar. Constatase ainda um desnível acentuado de 11,2%, da posição do pai para a do sogro e da sogra. A posição atribuída à sogra é a mais afastada.

Enquanto nos AS a segunda posição *ex-aequo* pertence à mãe e a si próprio; nos ANS a primeira e a última posições pertencem, respectivamente a mãe e pai e a sogro e sogra; nos COM a segunda posição pertencem ao filho e a si próprio.

Constata-se que, ao contrário do que se verifica nas subamostras quando consideradas separadamente, aqui, no conjunto das subamostras, não existem pontuações comuns a dois familiares pois a todos os elementos da família foi atribuída percentagem diferenciada.

– Associadas, não as percentagens das respostas de cada sujeito mas, numericamente as respostas de todas subamostras em função dos familiares, encontramos a seguinte distribuição acumulativa: a mãe e si mesmos com 125 palavras cada, os filhos com 124, o pai com 114, o companheiro com 113, a sogra com 72 e o sogro com 59 palavras, ou seja por ordem decrescente, si próprio, mãe, filho, pai, companheiro sogra e sogro. No entanto, estes dados seriam interessantes se a quantidade das não respostas e a desigualdade numérica das subamostras, não enviesasse as conclusões a tirar.

Dentro de cada subamostra realça-se, por ordem decrescente as referências que tiveram os familiares:

- na AS, os filhos - com maior número relativo de palavras significando que estes são alvo das suas inquietações, cuidados e afecto positivo e/ou negativo, segue-se a mãe o o si próprio, com o mesmo número de referencias, o pai, o companheiro, a sogra e o sogro;
- na ANS apresenta em primeiro lugar *ex-aequo* a mãe e o pai, si próprio, o companheiro, os filhos, o sogro e a sogra também *ex-aequo*;
- na COM apresenta em primeiro lugar o companheiro, seguido de

filhos e do si próprio, a mãe, o pai, a sogra e em último lugar o sogro.

O significado desta ordem por certo fará *jus* à velha frase latina de que “*a boca fala da abundância do coração*”, ou seja, dos valores que consciente ou inconscientemente nos são mais caros, resultantes da nossa análise e eventual projecção.

- Podemos observar as diferenças nas definições das subamostras no respeitante aos companheiros, filhos, mães, pais, sogros, sogras e aos próprios sujeitos adultos, contudo, tais diferenças não são estatisticamente significativas.

Importa analisar e discutir agora os termos que foram atribuídos nas definições.

Foram atribuídas de forma predominante, aos filhos:

- pelos ANS palavras como (A1A e B2), respectivamente expressando:
 - a) - afectivo positivo, amor, amoroso, carinho, luz da vida, meiguice, paixão, ternura, tudo e vida;
 - b) - comportamentos socialmente elogiosos como respeitoso, trabalhador, cumpridor, estudioso, perfeccionista, paciente, persistente, responsável, credível, lutadora, próspero, organizado definido, mulher como deve ser, independente.
- pelos AS, palavras como (A1A, A1B, B2), dando a A1B o significado de: Afectos positivos na relação ou interrelação como por exemplo: amante, amigo, bom, excelente, camarada, companheiro, doce, ídolo, íntimo, meus meninos, simpático, sensual, interessante, mulher (mãe), o bem que tenho, etc.
- pelos COM, palavras como (B2) designando comportamentos socialmente elogiosos, como: respeitoso, trabalhador, cumpridor, estudioso, perfeccionista, paciente, persistente, responsável, credível, lutadora, próspero, organizado, definido, mulher como deve ser, independente.

É de salientar que, enquanto os ANS declaram, fundamentalmente, os afectos positivos, no sentido de revelarem o que sentem pela pessoa que, no caso, são os filhos e não propriamente a relação que com eles mantêm e, por outro lado, salientam o comportamento socialmente elogioso dos seus filhos, tal como os COM o fazem, denotando o impacto social gratificante.

Quanto ao AS, estes acrescentam ao expresso por aquelas subamostras, os afectos positivos na relação/interrelação que têm com eles, ou seja como os “vêem”, como os consideram, como eles cumprem a sua “função”, o que eles, filhos, são significativos para os sujeitos AS.

Dito de outro modo: enquanto que os ANS ao definirem os filhos se expõem a si mesmos, dizem o que sentem e acrescentam o que observam e que socialmente é elogioso, os AS vão além disso carregando, para o efeito, a contrapartida que os filhos lhe dão, fundamentando a relação, a troca afectiva em alternância.

Foram atribuídas de forma predominante, aos companheiros/as:

- pelos ANS, palavras como (B2 e A1B) designando idem supra;
 - pelos AS, palavras como (A1B e A1A) respectivamente designando idem supra;
 - pelos COM, palavras como (B2, A1A e C1B), respectivamente conforme o exposto supra e (C1B), enquanto qualidades perante si próprio, designando, por exemplo: atenciosa, sincero, confiança, educada, gratidão, honestidade, honrada, humilde, simples, tolerante, segurança, não vingativo, fidelidade.
- Para os AS, o companheiro é referido pelos afectos, em “si mesmo” e na relação;
- os ANS, referem-no pelos afectos na relação e pelo comportamento socialmente elogioso, mas já não pelo “comportamento elogioso pela sociedade”, o que quer dizer que não se “envaidecem” pelo companheiro que têm;
- os COM, revelam afecto e enaltecem os comportamentos observados e socialmente elogiosos dele e as suas qualidades, razão pela qual os companheiros ocupam o lugar central na família.

Foram atribuídas de forma predominante, às mães:

- pelos ANS, palavras como (A1B e B2), designando idem supra;
- pelos AS, palavras como (A1B), designando idem supra;
- pelos COM, palavras como (A1A, A2 e B2), designando A2, afectos negativos como antipático, egoísta, insensível, ruim, rejeição, etc.

Enquanto que os AS e os ANS revelam aspectos afectivos da interrelação com suas mães, os COM revelam afectos positivos sentidos em “si mesmo” e também afectos negativos.

Tanto os ANS como os COM mostram o seu agrado pelo comportamento observável e bem aceite pela sociedade, de suas mães, mas tal não acontece com os AS.

Foram atribuídas de forma predominante aos pais:

- Pelos ANS, palavras como (B2 e A1B) idem supra;
- Pelos AS, palavras como (A1B) idem supra;
- Pelos COM, palavra como (B2) idem supra.

Tanto os AS como os ANS atribuem afecto positivo relacional com seus pais.

Por outro lado, os ANS e os COM revelam o reflexo social do comportamento deles.

Regista-se que os AS não referem orgulho ou vaidade no comportamento observável dos pais.

Assim sendo, encontramos aspectos justificativos para que o pai e a mãe ocupem posição central nas famílias dos ANS.

Foram atribuídas, de forma predominante, aos sogros:

- pelos ANS, palavras A1B e B1. As A1B, conforme supra e B1 designando antiquado, autoritário, bêbedo, chato, desarrumado, desobediente, difícil, exigente, experiente, forreta, frio, incoerente, infantil, intragável, etc.;
- pelos AS, palavras como A1B conforme supra;
- pelos COM, palavras como B1 e B2, idem supra;

Realça-se o afecto positivo relacional dos ANS e dos AS em relação aos seus sogros e os comportamentos censuráveis dos ANS e dos COM aos mesmos familiares, sendo que os COM atribuem-lhes também comportamentos socialmente elogiosos.

Foram atribuídas de forma predominante às sogras:

- pelos ANS, palavras como (A1B, B1 e B2) idem supra;
- pelos AS, palavras como (A1B e C1A) respectivamente, idem supra e (C1A), como ajuda no que pode, apoia os netos, bom coração, bondade, colaboração, delicada, generosa, justa, paciente, sabe partilhar, solidária, segredeira, conselheira;
- pelos COM, palavras como (B2, A1B, e B1) idem supra.

As atribuições feitas às sogras são mais extensas do que as atribuídas aos sogros:

- Constatamos que, em relação às sogras, em todas as subamostras se encontram expressões de afecto positivo relacional atribuído e que este afecto também foi expresso, em relação aos sogros pelos AS e ANS;
- Os ANS, para além de atribuírem às sogras o que referiram para os sogros, atribuem-lhes também comportamentos socialmente elogiosos;
- Do mesmo modo, os AS para além de atribuírem às sogras o que referiram para os sogros, atribuem-lhes também comportamentos qualidades como por exemplo: tem bom coração, ajuda no que pode, apoia os netos, é solidária, segredeira, generosa, justa, etc.;
- Os COM, acrescentam ao expresso atribuído aos sogros, o afecto positivo.

Foram atribuídas de forma predominante, a si próprio:

em todas as subamostras palavras B2 idem supra.

Constata-se que todos os adultos do nosso estudo têm de si mesmos um auto-conceito positivo mas pouco diferenciado, já que todos se referem a comportar-se de forma socialmente elogiosa.

Se não fosse excessiva esta atribuição, por certo seria excessiva e injusta a designação de Adultos Sinalizados, expressão que traduz e refere pessoas que são ou foram sinalizadas às CPCJs como maltratantes.

É também de realçar que a atribuição que é feita revela um aspecto funcional das pessoas. Assim sendo, dir-se-ia que o seu locus de controlo, que a sua consciência, reside no seu exterior, na sociedade. Não que a sociedade não seja um factor importante na constituição da identidade pessoal, porque o é. Contudo, em termos de fases de desenvolvimento, a assertiva exposta levar-nos-ia a enquadrá-la no início da adolescência, nas projeções típicas da “idade do armário” e isso seria uma regressão, por certo injusta.

Constata-se que:

- a subamostra que mais designações afectivas atribuiu aos seus familiares foi a dos AS : 9 atribuições;
- a subamostra que menos designações afectivas atribuiu a seus familiares foi a dos COM, com 3 atribuições;
- a subamostra que mais atribuições de comportamentos expressou referentes a

seus familiares foi a dos COM, com 9 atribuições, duas das quais referentes a comportamentos sensuráveis (aos sogros e às sogras);

- Também os ANS fizeram 8 atribuições sobre o comportamento dos familiares, sendo duas delas de comportamentos sensuráveis (aos sogros e às sogras):
- Curiosamente, os AS apenas referiram por duas vezes comportamentos elogiosos: uma vez referente aos filhos e outra vez referindo-se si próprios.

De um modo geral, quando a sociedade elogia alguém, este sente-se reconhecido na sua adaptação e valia social, sente-se querido e valorizado, ou seja, damos importância aos valores sociais quer estes nos sejam favoráveis, positivos, quer sejam desfavoráveis, negativos: os primeiros dão-nos alegria e os segundos entristecem-nos. Neste quadro, os AS nada de positivo nem de negativos, referem como atribuição para a definição dos seus familiares e, assim sendo, somos levados a pensar que, para esta subamostra a nossa sociedade não tem eco. Vivem então noutro “mundo” social, desenraizados. Sem etnocentrismos dir-se-ia que os AS, são ou estão marginalizados.

- Perante todas as palavras com que os sujeitos das subamostras identificaram seus familiares e a si mesmos, convém declarar que os termos expressos são de uso corrente na nossa sociedade, sem nenhuma especificidade de nichos culturais.
- Há diferenças entre as subamostras, quer nas palavras com que fizeram as definições, quer na ordem pela qual as expressaram. Contudo, importa assinalar que tais diferenças não são estatisticamente significativas.
- Não sendo conhecidos estudos sobre esta matéria, sugerimos que outros estudos aprofundem o tema para que seja possível alguma inovação na prevenção dos maus-tratos, eventualmente com uma aposta política efectiva e intensiva na educação e educação para a cidadania.

Da avaliação dos eventuais sintomas psicopatológicos:

- Os AS apresentam dados mais elevados do que os ANS.
- Por sua vez, os ANS, apresentam os dados menos elevados nos seguintes sintomas: somatização, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranóide, psicoticismo, assim como quanto ao índice geral de sintomas e índice de mal-estar.

- Os COM que, quanto aos sintomas acima referidos, ocupam um lugar intermédio, entre os AS e os ANS, ocupam o primeiro lugar quanto ao sintoma obsessões-compulsões e os ANS ocupam o último lugar com menos sintomas obsessivos-compulsivos.

- Também no que diz respeito ao total de sintomas positivos, os COM apresentam um índice maior e os ANS o índice menor. Pela posição intermédia da generalidade dos sintomas dos COM e pela sua primeira posição quanto ao total de sintomas positivos e primeiro lugar quanto a obsessões-compulsões temos de aceitar que os COM manifestam controlo emocional, por vezes fazendo disso uma obsessão e defesa.

Por diversas razões, admite-se que os AS não manifestam idêntica capacidade de controlo que os COM evidenciam e sobretudo, menos capacidade que os ANS, quer pelas circunstâncias de vida, que pela capacidade de resiliência manifesta.

- Efectivamente, constata-se através dos resultados obtidos no Inventário de Sintomas Psicopatológicos – B.S.I. – que:

- 1 - quanto ao Índice Geral de Sintomas, a média é inferior para os sujeitos da subamostra ANS e superior para os AS, sendo a diferença estatisticamente significativa entre os ANS e os AS.

- 2 - quanto ao Total de Sintomas Positivos, a média é inferior nos ANS e superior para os AS e os COM, contudo, as diferenças não são estatisticamente significativas;

- 3 - quanto ao PSDI (Índice de Mal-estar ou Índice de Sintomas Positivos), a média é inferior nos ANS e superior para os AS e as diferenças são estatisticamente significativas.

Os dados demonstram que os Adultos Sinalizados sofrem mais, e de forma significativa, de Mal-estar que as restantes subamostras.

Por certo que os motivos do Mal-estar dos AS se deve a factores múltiplos e complexos, ao que não será estranho todo o seu passado de aprendizagens e circunstâncias envolventes que continuam no presente rumo a um futuro sombrio.

Mesmo não estando em causa tirar outras ilações dos dados agregados às subamostras, pode-se dizer que através de uma análise dos dados, sujeito a sujeito, encontramos resultados acima do ponto de corte (1,7), significando isso que é provável encontrar pessoas perturbadas emocionalmente. Encontrámos:

- nos ANS, 5 sujeitos em 33 da subamostra, (15%);
- nos AS, 10 sujeitos em 25 da subamostra, (40%) e
- nos COM, 3 sujeitos em 9, (33%).

Como explicar que nos COM haja 33% de pessoas perturbadas?

- Também os resultados obtidos pela Escala de Auto-Estima de Rosenberg vão ao encontro dos anteriores, porquanto revelam que a auto-estima é superior para os ANS e inferior para os AS, sendo a diferença significativa estatisticamente.

São resultados de vidas atribuladas de AS maltratantes de seus filhos e geradores de violência familiar. Por isso se compreende e confirma que, *“Como referimos esse tipo de violência tem como consequências lesões e traumatismos físicos, conduzindo mesmo, por vezes, à morte, e provocando, igualmente sintomas de stress pós-traumático e perturbações psicológicas graves, das quais destacámos: depressão, isolamento, ansiedade generalizada, baixa auto-estima, auto-confiança, culpabilidade, ideias de suicídio, problemas de sono, auto-mutilação, abuso de álcool e drogas, comportamentos anti-sociais e violentos, problemas sexuais, abandono escolar e deterioração dos resultados escolares, vitimização e maus-tratos e violência a longo prazo”*(Ramos, 2004, p.69).

Temos estado a analisar e a comentar dados relacionados com Adultos Sinalizados, com Adultos não Sinalizados e com a subamostra de elementos da CPCJ. O nosso estudo pretende atingir os objectivos a que nos propusemos e com os dados obtidos tentar caracterizar famílias maltratantes e compará-las com famílias não sinalizadas, tendo como 2ª subamostra de controlo os COM.

Por um lado, temos adultos sinalizados que não sendo, em rigor, os pais das crianças sinalizadas no nosso estudo, são pais de crianças maltratadas e que por isso vão ser assumidos pelo seu comportamento e interacção familiar como se fossem pais das CS no presente estudo.

Não está em questão avaliar os pais e os filhos da família A ou B mas sim a de avaliar pais/adultos maltratantes e filhos vítimas de maus-tratos.

7. 2 Crianças

- A amostra constituída por crianças, do concelho de Torres Novas, foi dividida em duas subamostras: uma, com 30 crianças que foram sinalizadas à CPCJ por serem vítima de maus-tratos; a outra, por 31 crianças que não foram sinalizadas como vítimas de Maus-tratos.

- da primeira, (CS) crianças sinalizadas, 15 sujeitos são do sexo masculino e igual número do sexo feminino e com a idade média de 11, 83, entre os 7 e os 16 anos;
- da segunda, (CNS) crianças não sinalizadas, 13 do sexo masculino e 18 do sexo feminino e com a media de idades de 12,13, entre os 10 e os 15 anos.

- *A escolaridade:*

- das CS, 11 frequentam o 1º ciclo, 14 frequentam o 2º ciclo e 5 frequentam o 3º ciclo;
- das CNS, 14 frequentam o 2º ciclo e 17 frequentam o 3º ciclo.

- Quer o *número de irmãos* mais velhos, quer o número de irmãos mais novos, é superior nas CS, no entanto, são muito semelhantes as subamostras embora se observem 5 irmãos e zero irmãos como superior para as CNS, significando isto que as CS têm mais irmãos ou seja os AS têm mais filhos.

- Observando-se grandes variações em ambas as subamostras, as crianças da amostra habitam de forma predominante com “mãe, pai e irmão(s)”:

- para as CNS a sequência é “mãe, pai e irmão(s)” seguida de “mãe e pai”, e,
- para as CS a sequencia é “mãe e irmãos”, “mãe, pai e irmão(s)” e “mãe”.

Realçando as presenças ou ausências do pai e ou da mãe, temos:

- Com a presença do pai e da mãe, 55,5% das CS e 71% das CNS;
- Com presença da mãe e ausência do pai. 29,6% das CS e 16,1% das CNS;
- Com presença do pai e ausência da Mãe, 3,7% da CS e 6,4% das CNS e
- Com ausência do pai e da mãe, 11,1% da CS e 6,4% das CNS.

Verifica-se uma certa homogeneidade das subamostras quanto à idade, sexo, escolaridade e semelhança quanto ao número de irmãos mais velhos e mais novos. No entanto, a composição dos agregados familiares revelam que cerca de metade das CS vive na companhia do pai e da mãe, e a outra metade vive sem a companhia de ambos os progenitores, enquanto que cerca de três quartos das CNS usufruem da vivência de ambos os pais.

A ausência do pai verifica-se em cerca de 40,7% na CS e em 22,7% das CNS, ou seja, os dados demonstram que o pai é o grande ausente no seio familiar das CS. A notória ausência do pai nas CS pode ser devida a separação ou divórcio e também por essa razão de ausência, os companheiros nos AS ocupem o 5º lugar a partir do núcleo dos afectos familiares.

Sendo muito importante para o desenvolvimento das crianças o seu agregado familiar pois é, no seu seio que elas, maioritariamente fazem as suas primeiras aprendizagens, modos de estar e de se relacionarem, procuramos conhecer um pouco da sua dinâmica, quanto a aspectos que tomamos como indicadores dos cuidados a ter com as crianças.

- Quanto a refeições e hábitos, constata-se que as CS tomam sempre ou quase sempre o pequeno almoço em casa enquanto que uma minoria de 9,7% das CNS raramente o faz em casa.

- Cerca de 36% das CS e 48,4% das CNS tomam o pequeno-almoço sozinhas.
- Tomar o pequeno-almoço com a presença simultânea do pai e da mãe, é um facto para 16% das CS e 25,8% das CNS.
- Com a presença da mãe, 32% das CS e 42% das CNS têm esse privilégio.

As diferenças observadas na amostra, sendo embora a situação predominante a tomada do pequeno-almoço sozinhas, não são estatisticamente significativas.

Agrupados todos os itens onde cada um dos progenitores são referidos como presentes no pequeno-almoço das crianças, constata-se:

- nas CS a mãe com 32% de presenças e o pai com 16%;
- nas CNS, a mãe com 42% de presenças e o pai com 29%.

Tomar o pequeno almoço em casa e em família, sugere a existência de uma certa organização, uma certa ordem que permite controlar, entre outros aspectos, a higiene matinal, a alimentação das crianças, o vestuário adequado ao tempo e época do ano, a preparação das mochilas escolares, as lembranças ou recomendações para o dia, etc.

Por outro lado, no pressuposto que os familiares ausentes no pequeno-almoço das crianças não ficam na cama a descansar porque foram mais cedo para o trabalho, ter-se-á de admitir a hipótese de que: não fizeram aquele controlo matinal e as recomendações para o dia de seus filhos; os cuidados com a limpeza e ordem nas coisas de casa é tarefa a levar a cabo depois do regresso do trabalho.

- No que diz respeito à companhia que as crianças têm ao jantar, verifica-se:

- 29,6% das CS jantam com o pai e a mãe, em simultâneo, enquanto
- 58,1% das CNS desfrutam de semelhante companhia.

Têm a presença do pai ao jantar

- 37% das CS e
- 67,8% das CNS e,

Com a presença da mãe jantam

- 66,6% das CS e
- 80,75 % das CNS.

Cerca de um terço dos pais das CNS e um terço das mães das CS não jantam com os filhos. Com quem jantam? Que ocupações os impedem? Que outros valores os impedem de jantar em família?

Se agrupados todos os itens que referem a presença de cada um dos progenitores ao jantar dos filhos, temos os seguintes dados:

- nas CS, a mãe com 66,6% de presenças e o pai com 37%;
- nas CNS, a mãe com 80,7% de presenças e o pai com 67,8%.

Sendo actualmente um hábito muito generalizado das famílias tomarem as principais refeições vendo e ouvindo televisão, ou seja, perdido que está, de um modo geral, o hábito de se tomar as refeições em família, conversando amavelmente sobre tudo e sobre os nada da vida, à volta de uma mesa, lugar

onde se transmitiam histórias de família, se trocavam ideias e se falava de normas de conduta etc, constata-se no estudo, já não só a toma de refeições prestando atenção à televisão, mas a ausência de pais e de mães em momentos privilegiados para a intercomunicação familiar e conhecimento mútuo.

Não sendo observadas diferenças estatisticamente significativas na amostra, predominam ao jantar:

- nas CS, as presenças da mãe e dos irmãos, mãe, pai e irmãos;
- nas CNS, as presenças da mãe, pai e irmãos.

A questão de fundo que se pode levantar é a de saber que tipo de valores orientam as famílias para que, coerentemente, se possa criticar estes modos de ser família, tão actual e frequente.

Numerosas pessoas preocupadas com a sua profissão e carreira profissional e outros aliciantes da vida moderna, duvidam da importância que pode ter, quer em vantagens ou em desvantagens para uma família, tomar ou não tomar as refeições com todo o seu agregado familiar.

- Quanto à hora habitual de deitar, os resultados mostram que há uma grande variação entre as subamostras CS e CNS, sendo que nestas a variação é superior.

Se a família não toma o pequeno-almoço nem janta junta, será que tem organização bastante para acordar as suas crianças e estas se levantarem de manhã, fazerem a sua higiene, tomarem o pequeno-almoço e irem para a escola e, com essa atitude, mostrar e demonstrar à criança que a escola é importante para ela e para os pais? Ou será que a família já deu autonomia e correspondente (ir)responsabilidade à criança, de ser ela quem assume tal responsabilidade?

– Embora o nosso estudo revele que na amostra as diferenças não são estatisticamente significativas, quem acorda de manhã as crianças é predominantemente a mãe, nas CNS e nas CS é, por ordem decrescente, a mãe, a avó e as crianças por si próprias.

A mãe é portanto a grande figura na tarefa.

A frequência da mãe no desempenho dessa função é de 37,5% nas CS e de 59,3% nas CNS, ou seja, mais de metade das CNS são despertadas pela mãe.

Nenhum pai das CS desempenha a tarefa de as acordar e apenas 7,4% dos pais das CNS têm aquela tarefa. Se nesta subamostra a maior parte dos pais terá, ao tempo, já saído de casa para o trabalho, este não será o motivo para grande parte dos pais das CS se furtarem à tarefa, porquanto estará desempregada. Motivos outros explicarão a atitude.

A avó, pessoa bastante presente nas famílias dos AS, desempenha importante papel no apoio familiar e por isso se verifica que a tarefa de acordar os netos seja de 25% das situações, enquanto que as avós das CNS só em 7,4% têm aquela preocupação.

Dado curioso é o de 33,3% das CS e 14,8% das CNS acordarem por si mesmas. Os dados não permitem saber se tal facto se deve ao desleixo dos pais sobre o assunto e, por outro lado, não foram apuradas as idades das respectivas crianças para se colocar a questão da responsabilização ou não das mesmas. Sabe-se sim, é que a responsabilização adequada e progressiva dos filhos pode ser uma atitude positiva dos pais no desenvolvimento dos filhos.

Se agruparmos todos os itens que referem o pai e todos os itens que referem a mãe com a incumbência de acordar seus filhos, os dados dizem-nos que:

- nas CS, a mãe está presente em 37,5% dos casos e o pai 4,2%;
- nas CNS, a mãe está presente em 66,7% dos casos e o pai 11,1%.

Se acordar o filho de tenra idade pode significar de algum modo, dar relevo à sua vida escolar e controlo da situação, sem o infantilizar mas ajudar a crescer, por certo uma tal atitude prolongar-se-á quando, ao fim da tarde ou princípio da noite, ele precisa de ajuda e de condições para estudar e preparar seus TPCs.

Que se passa com as famílias do nosso estudo?

– Não são significativas as diferenças na amostra, contudo, quem ajuda mais é a mãe, quer nas CS quer nas CNS.

Mais de metade destas (55,2%), têm a ajuda da mãe, enquanto que cerca de um terço das CS (30%) têm ajuda materna. A ajuda dos irmãos é idêntica em ambas as subamostras (10%), sendo de realçar, com igual percentagem a ajuda

da avó nas CS. Mais uma vez se verifica a importância da presença das avós nas famílias dos AS.

Se agruparmos todos os itens referentes a cada um dos progenitores, no que diz respeito a ajudar mais os filhos, os dados indicam-nos que:

- nas CS, a presença da mãe é de 30% e a do pai 3,3%,
- nas CNS, a presença da mãe é de 58,6% e a do pai 13,7%.

Não recebem ajuda de ninguém 13,3% da CS e 10,3% das CNS. De quem quererão ou gostariam de ter ajuda estas crianças? Dado o nível de instrução de muitos pais, face às matérias que os filhos estudam, não os podem ajudar e nem têm possibilidades económicas para pagar explicações. Noutros casos é a falta de tempo e de disponibilidade que os priva de dar ajuda, sabendo no entanto que, ajudar um filho, uma criança, nomeadamente a estudar e nos TPCs é, por certo, uma atitude dos pais que a criança não esquecerá. Porém, a ajuda não consiste em substituir-se ao filho, fazendo os pais os trabalhos que àquele compete fazer, mas sim ensinar-lhe a estudar, como se estuda, ou pode estudar, e de forma sistemática. Tal atitude, se expressa de forma entusiasmante, otimista, irá ao encontro do desenvolvimento, da curiosidade e objectivos do filho. Ajudar a estudar aproxima os pais dos filhos.

Sendo certo e saudável que é brincando que mais facilmente se aprende, situações surgem que exigem trabalho mais cuidadoso e exigente. A Internet tem já imensas possibilidades de ajuda, mas a informação que permite recolher não dispensa um trabalho de reflexão e de religação, para uma visão ponderada do conjunto.

Se os filhos aprendem a ser filhos com os pais, estes aprendem a ser pais com os filhos e a ajuda nos TPCs é uma oportunidade para ambas as partes, quer no plano intercomunicacional e afectivo, quer no plano do conhecimento: muitos pais aprendem ou actualizam seus conhecimentos com os filhos e vice-versa.

- A mãe é quem mais ajuda e é também quem mais colo dá aos filhos em ambas as subamostras, embora tal aconteça mais nas CNS (46,7) do que nas CS (36,7%). Segue-se, mais uma vez a avó a dar colo a 13,3% das CS e, os irmãos das CNS que dão colo a 16% destas.

No entanto se adicionarmos as percentagens em que a mãe surge isoladamente com as que aparece agrupada a outros elementos, os dados revelam que em 60% o colo é da mãe nas CS e 53,3% nas CNS. A mãe é quem mais colo dá, mas dá mais colo nas CS, enquanto que o pai aparece com 10% em ambas as subamostras a dar colo.

Registam-se diferenças estatisticamente significativas entre as subamostras no item quem dá colo.

Colo é carinho, afecto, segurança, apoio, apego, confiança, aconchego, nutriente psicológico, tónico do Ego. Tais manifestações afectivas têm na mãe a expressão mais proeminente em frequência e, eventualmente, qualidade mas, no dia-a-dia, é frequente constatar que ao lado do colo surgem muitas vezes as punições. Estas porém, nem sempre adequadas, justas, pedagógicas e oportunas: são exercidas pelos pais (pai e mãe) mas, uns excedem-se gravosa e criminalmente, enquanto que outros se demitem transformando a sua demissão em abandono, desorientação e mau-trato por omissão do bom-trato de seus filhos.

- Na amostra do nosso estudo é a mãe, em ambas as subamostras, quem mais pune, embora mais nas CNS (61,3%), do que nas CS (33,3%).

Sendo as mães quem mais pune nas duas subamostras, verifica-se também que em ambas as subamostras os pais surgem como punidores e com percentagens curiosas: os das CS, com 25,9% dos casos e os das CNS, com 19,4%. A curiosidade aludida está no facto do pai nas CS se ter mostrado tão ausente nos itens anteriores e, neste caso marcar presença com 25,9%, enquanto que, no que diz respeito às CNS, as punições do pai são de 19,4%. Contudo, perante os dados, podemos de algum modo rectificar a avaliação das punições.

Se agruparmos todos os itens que referem cada um dos progenitores, sobre o assunto, constatamos que:

- nas CS, a mãe pune em 48,1% das situações e o pai em 29,6%;
- nas CNS, a mãe pune em 67,8% das situações e o pai em 29,1%

Uma vez mais se realça intervenção das avós nas famílias dos AS, dado que elas punem em 18,5% das ocorrências de punições.

As diferenças entre as subamostras, quanto a punições são estatisticamente significativas.

Quanto a punições, quer as mães quer os pais, parecem obedecer ao provérbio popular português que se diz: “*quem dá o pão, dá a criação*”.

- Ser objecto de crítica por ter um mau comportamento, por não fazer bem o que é pressuposto saber e ser capaz de fazer, merece alguma reflexão.

A crítica, é por vezes, uma arma para a chantagem e sadismo perante pessoas inseguras, dependentes, masoquistas e não assertivas ou seja, neste sentido a crítica é feita por alguém que se coloca numa posição superior, de poder e perfeição, fazendo emergir no criticado a sua pequenez, ignorância, imperfeição e inferioridade que, por esse facto, mais se apegam e dependentes se torna da pessoa que critica.

O conceito de crítica, não no sentido da lógica maior ou filosofia do conhecimento, mas no sentido da linguagem corrente, é associado a algo desagradável. É frequente a injúria, o palavrão, o sinismo, a difamação e as comparações impróprias e abusivas da dignidade humana. Neste sentido, as críticas familiares são uma forma de mau-trato psicológicos.

Frequentemente, fazem-se críticas às pessoas e menos aos seus actos praticados, o que as torna por isso injustas e susceptíveis de gerar conflitos que se expressam, ou não, em veladas revoltas.

Sendo as críticas (ou crises), em geral, momentos óptimos não só para se constatar e corrigir o que foi feito a contragosto de outrem e, tantas vezes do próprio, mas também momentos óptimos para a aprendizagem, dependendo do seu conteúdo, de quem e como a faz, da relação entre criticado e crítico, da plateia que a ela assiste, do sentido de oportunidade e adequação que tem. Se inadequada e injusta é geradora de revolta, de indignação e é perdida a oportunidade de ser pedagógica. Por outro lado, se a crítica não permite abrir novos caminhos será cega e não construtiva, podendo-se, nesse caso, levantar a hipótese da sua legitimidade.

De qualquer modo, a crítica leva a pensar na pessoa que a faz, na forma como a expressa e na sua adequação ou não, ao acto que a suscitou. A crítica, de um modo geral, obriga a reflectir, a consciencializar o nosso procedimento e o dos outros.

Por isso a crítica justa e legítima é ajuda mas, se injusta revolta e destrói, se omissa em casos sensuráveis é abandono e pode levar à desorientação.

Criticar, nomeadamente os filhos, pressupõe que previamente estes terão sido esclarecidos do procedimento correcto.

Na amostra do nosso estudo, as diferenças encontradas são estatisticamente significativas.

- Nas famílias das CS é a mãe, seguida da avó, quem mais critica: a mãe em 37,5% dos casos e a avó em 25%. Revela tal facto que nas famílias dos AS o poder, a importância, a autoridade é das mulheres pois nestas famílias o pai não critica os filhos mostrando nesta omissão a sua ausência educativa, o seu alheamento do ambiente familiar. Segue-se que 20,8% das crianças destas famílias não são criticadas por ninguém o que mostra ou um exemplar comportamento ou um “abandono” acentuado. Provavelmente mais este do que aquele.

- É o pai quem mais critica, na subamostra das CNS (24,1%), seguindo-se-lhe os irmãos com 20,7% dos casos e a mãe em 10,3% das situações. Parece que a relação percentual das críticas feitas pelo pai e pelos irmãos revela parentificação dos irmãos como cuidadores e avaliadores, funções geralmente atribuídas aos pais. Por outro lado, talvez que assim não seja, se tivermos em conta que muitas críticas entre irmãos têm a ver com pequenas disputas e chamadas de atenção entre si e não no que diz respeito a críticas comportamentais socialmente valorizadas por infringirem valores, princípios e deveres. As críticas entre irmãos são frequentemente uma forma dos mais velhos, na adolescência, se evidenciarem, crescerem e se afastarem dos comportamentos infantis, afirmando-se “adultos”.

Se agruparmos todos os itens que referem o pai e todos os que referem a mãe enquanto críticas de seus filhos, encontramos os dados seguintes:

- nas CS, a mãe é referida em 45,8% dos casos e o pai 4,2%;
- nas CNS, a mãe é referida em 24% dos casos e o pai 27,5%.

- Quanto à curiosidade e ao jogo, quanto ao brincar e querer conhecer, que é tão próprio da espécie animal e por isso é também próprio dos humanos, como brincam e com quem brincam as crianças do nosso estudo? Que lugar ocupam os

pais nas brincadeiras dos filhos? Nessa troca lúdica de ideias, gestos e emoções, modos de fazer, de estar e de ser, onde se aprende muito do sentido de justiça e dos mais diversos sentimentos e outros valores de forma agradável, ainda que por vezes esforçada, daí se dizer que o jogo é uma escola de virtudes, que oportunidades são dadas às crianças para o convívio alegre e sadio, para o desenvolvimento físico e mental?

Perguntámos às crianças do nosso estudo, com quem brincam mais e as respostas dadas não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre as subamostras.

Os amigos são, em ambas as subamostras, as preferências das crianças em estudo, sobretudo para as CNS (54,8%), mas também para 37% das CS. Embora sem grande expressão percentual, de um modo geral, todas as crianças revelam brincar com os seus familiares. No entanto, 12,9% das CNS têm como parceiros de brincadeira a mãe e o pai e, 14,8% das CS disseram brincar com a mãe e irmãos. Nota-se que nesta subamostra o pai, por sistema, não brinca com os filhos.

Passear, correr, saltar, cair e levantar-se, jogar, contar histórias e adivinhas, imitar, fingir de ou de, rir com o pai e/ou com a mãe é sempre uma alegria para todos; é a alegria de viver e o lugar onde se solidifica a confiança, a segurança, se aprende lealdade, se afastam medos e relativizam riscos e neutraliza a timidez da exposição social. Brincar com o pai e/ou com a mãe parece ser um privilégio, cada vez mais raro, mais escasso para as crianças actuais da nossa sociedade e famílias; este privilégio têm-no 12,9% das CNS. Brincar com o pai e a mãe é ter acesso desmitificado e protegido pela adultez e é uma demonstração de afecto que nem todos os pais têm capacidade, e/ou oportunidade e disponibilidade de o demonstrar.

É a brincar com os amigos, reais (ou imaginários), que as crianças expandem as suas fantasias, imaginação e inteligência emocional: põem à prova as suas forças e destrezas físicas entre pares, criam lideranças, comparam tamanhos e fazem descobertas, apuram o sentido crítico, fazem amizades, organizam-se em grupos de solidariedades, comentam os pais e os irmãos, criam rivalidades, riem-se dos outros e aprendem a resolver os seus conflitos, redescobrem a sexualidade, iniciam “namoros e paixões” e socializam-se. Exibem

suas tendências artísticas e outras, inventam histórias que assumem como verdadeiras. Para mais de metade da CNS e para cerca de um terço da CS, brincar com os amigos é a actividade apreciada.

Se agruparmos todos os itens que referem a mãe e todos os que referem o pai quanto ao brincar com os filhos, temos os seguintes dados:

- nas CS, a mãe é referida em 44,4% dos casos e o pai em 7,4%;
- nas CNS, a mãe é referida em 19,3% dos casos e o pai em 16,1%.

– É frequente os filhos contrariarem normas, valores, costumes e opiniões dos pais e não cumprirem nem se responsabilizarem pelos comportamentos que têm, por aquilo que fazem. Excedem-se, podendo parecer, por vezes, querer desafiar os próprios pais ou os seus limites de tolerância e paciência. Se alguns pais, perante a situação criada, são permissivos até à indiferença e nada fazem para que os filhos cumpram as normas estabelecidas e assim contribuam para um ambiente familiar pacífico e cordato, outros pais manifestam-se, em tais circunstâncias, autoritários e cruéis nos castigos que aplicam aos filhos. Pais há que sabem ser tolerantes e demarcam limites de actuação dos filhos, não sem antecipadamente os elucidar das razões e dos comportamentos e acções a adoptar e, quando o comportamento dos filhos excede o estabelecido, aplicam-lhes o castigo adequado à gravidade da situação.

Se os castigos desproporcionados revelam a crueldade e perturbação dos pais, a permissividade ou a indiferença destes perante a situação revela indiferença ou abandono dos filhos, como se estes não existissem, ou mostram a incapacidade de exercer autoridade, sendo que, por vezes, alegam não castigar os filhos porque os amam, os adoram e fazê-lo, castigá-los, dizem, é crime de maus-tratos

Acontece que, o castigo adequado e oportuno é uma chamada de atenção que conduz à tomada de consciência da realidade e dos limites da liberdade pessoal face à liberdade dos outros. Permitir que o sentimento de onipotência dos filhos se desenvolva até à utopia, por certo que é nefasto, cria desorientação, agrava o sentimento de solidão existencial e de abandono e fundamenta em grande parte a delinquência e o suicídio.

Quanto ao nosso estudo, salienta-se que as diferenças encontradas entre as subamostra são estatisticamente significativas.

Os resultados apurados quanto a castigos dos filhos, eles repartem-se por diversas limitações e actividades:

- Nas CNS, o castigo mais relevante consiste em 40% dos casos, na limitação do convívio dos filhos, não os deixando contactar com colegas, na retirada do telemóvel, não os deixar navegar na Internet, não os deixar ir ver determinado jogo de futebol ao estádio, etc.; Acontece que cerca de 30% destas CNS não sofrem qualquer castigo, não se sabendo se o facto se deve ao seu exemplar comportamento ou se, pelo contrário se deve ao *laissez-faire* dos pais. A parte restante da subamostra é dividida em partes iguais, de 15% cada: uma, é castigada com a limitação de espaço – não sair de casa, não sair do quarto – e a outra, com a limitação de actividades como, não poder andar de bicicleta, não praticar desporto, não brincar com o cão, não ir às aulas de dança, de música, etc.

- nas CS, observa-se que para 34,6% das crianças o castigo é a limitação do espaço e segue-se-lhe a limitação de actividades, para 23% das crianças. Também cerca de uma quarta parte destas CS dizem não sofrer qualquer castigo. Curioso, embora algo residual é o trabalho doméstico ser aplicado como castigo para 7,7% destas crianças. O trabalho doméstico como castigo sugere-nos ser tido pelas crianças como trabalho forçado e, se é forçado é (ou será) odiado.

Partindo da hipótese de que os castigos utilizados de algum modo revelam a privação ou limitação daquilo que as crianças mais gostam, podemos deduzir que as CNS são mais sociáveis (40,7%) do que as CS (11,5%). Com a mesma hipótese, dir-se-á que as CS apreciam mais os espaços (34,6%) que as CNS (15%), ou então, que os ANS apreciam mais o convívio e os AS valorizam mais os espaços, razão pela qual seleccionam, consciente ou inconscientemente, por projecção, a limitação a impor aos filhos como castigo.

Porque nos convívios se aprende a conhecer os outros e a nós mesmos, pois trocam-se conhecimentos, emoções e sentimentos e porque nas actividades embora se conviva, fundamentalmente age-se e executa-se, ou seja, privilegia-se a acção, põe-se a questão de saber se a distinção daqueles termos legitima

pensar-se que numa subamostra há mais tendência para agir primeiro e pensar depois e, na outra subamostra há mais a tendência oposta.

Os castigos encontrados e aplicados às crianças, por certo que, consciente e/ou inconscientemente, são os recursos que os adultos em questão seleccionaram como os mais adequados para as castigarem por serem os mais valorizados por elas.

Ao longo da vida todas as pessoas têm experiências que são resultantes da interacção e dinâmica que estabelecem com outras pessoas. São experiências adquiridas com todo o equipamento genético, de temperamento, de relações precoces e de socialização que de forma consciente ou inconsciente nos permite construir processos de significação e de atribuição de valores.

Estes valores, por um lado podem-nos advir de um amigo, de um pai, de um professor, de um padre, etc., que para nós é garantia do que deve ser, do que é importante, do que, se é bom para os outros é bom para mim, do que, se toda a gente gosta/valora é porque vale mesmo, é porque é bom; mas, por outro lado, podem-nos advir de valores já consagrados ou institucionalizados como crenças religiosas ou até como filosofias de vida. Acontece que a autoridade que cada um possui não nega os valores que professa.

Assim sendo, a selecção dos tipos de castigo que os adultos da nossa amostra fazem, tem a ver com os valores que adquiriram em suas experiências, pelo seu passado, ou seja, projectam nas suas crianças as eventuais formas de castigo que, em idênticas circunstâncias, eles mesmo sofreram ou viram sofrer, produzindo os resultados desejados.

No desenvolvimento humano, tanto ou mais que as punições ou castigos, são importantes os reforços positivos do comportamento das crianças. O elogio adequado e sincero acrescenta energia, produz alegria, entusiasmo e prazer a quem o recebe: é um tónico anímico e tanto mais importante é, quanto mais próxima e amigável (importante para o elogiado) é a pessoa que elogia, que, no nosso estudo, são os pais. Possivelmente, 23,1% das CS e 30% das CNS terão beneficiado de reforços positivos (que são mais eficazes que as punições) para não merecerem castigos.

É frequente, contudo, que grande parte dos pais parece estarem mais preparados e aptos a criticar, a censurar os filhos pelo que fazem de mal feito, do que a elogiar o seu comportamento sem reparos, comportamento que, às vezes até é exemplar.

– Quanto aos elogios às crianças, os dados do estudo permitem-nos afirmar que não há diferenças significativas entre as subamostras e foram os seguintes:

- nas CNS, predomina o elogio à actividade (48,3%) e é seguido pelo elogio ao corpo em 27,6% das crianças;
- nas CS, predomina as respostas do elogio ao corpo (com 26,9%) e, com igual entagem, o facto de que nunca foram elogiadas;
- A resposta nunca, nas CNS é de 6,9% e nas CS é de 26,9%;
- É de salientar que dos 48,3% do elogio à actividade dos ANS, 37,9% dizem respeito a elogios dados pelo desempenho da actividade escolar e, sobre a mesma actividade escolar, apenas 3,8% das CS recebem elogios.

Perante os dados acima apresentados, compreende-se um dos motivos pelos quais são frequentes as sinalizações de absentismo escolar das CS: os AS não valorizam a aprendizagem escolar e, por isso também não manifestam interesse nem entusiasmo contagiante que os leve a entusiasmar e elogiar seus filhos, pois apenas 3,8% o recebem e, nunca o receberam 26,9% das CS.

Paradoxalmente, as provas de afecto expressas em elogios pela capacidade, pelo querer ou vontade, pelo orgulho no filho, como prova de confiança e de amor são traduzidas na prática através, por exemplo, de mensagens que as crianças recebem dos pais e, os resultados são os seguintes: nas CS, 11,5% e, nas CNS, 6,9%.

Na subcategoria amor, curiosamente só nas CS é que aparece valorização em 7,7% (e zero nas CNS).

Partindo do princípio de que quem ama deseja para o seu amado o melhor da vida em todos os aspectos que a esta associa, não se compreende,

actualmente, que a escola não seja um valor relevante para os AS e, consequentemente para as CS.

Não é crível que os ANS não amem seus filhos: porventura não terão necessidade de os elogiar expressando-se de forma declarativa e directa, mas também não é crível que os AS não amem seus filhos. Contudo, os dados revelam esse amor como elogio.

Uma hipótese de explicação poderá passar pelo acima constatado na diferença significativa encontrada entre os filhos que os AS têm, e os que queriam ter menos. Põe-se então a questão da possibilidade de algumas mães AS, terem sofrido depressão pós-parto, por exemplo e, na ambivalência psicológica, sentirem necessidade de manifestar de forma directa e repetida o amor que sentem, o que, eventualmente será apaziguador da sua culpabilidade.

Outra hipótese, será admitir que se trata de respostas dadas em circunstância reactiva de conflito familiar nas CNS e, nas CS a resposta ser dada como necessidade de afirmar que tudo decorre bem.

- Finalmente, sobre o objectivo primeiro do nosso trabalho no respeitante às crianças, que era o de saber se há diferenças significativas entre as subamostras quanto á depressão, os resultados do teste Escala de Kovacs e da Escala de Bilerson, não apresentam diferenças estatisticamente significativas.

a) – Na amostra e na Escala de Kovacs, a média aumenta ligeiramente das CS para as CNS, mas é ligeiramente inferior, tal como a distribuição de valores e as diferenças não são significativas;

b) - Na amostra, a Escala Bilerson, em média, é ligeiramente inferior para as CNS, no entanto, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas.

Estes resultados levam-nos a concluir que, apesar das CS terem sido maltratadas e de viverem em famílias que lhes dão maus-tratos, estes parece não serem percebidos por elas como demasiado gravosos ou excessivos para causarem depressão ou, graças à sua capacidade de resiliência, ultrapassam a situação.

Entretanto, levanta-se-nos um problema que é o de que, na literatura parece haver um largo consenso entre os investigadores, de entre os quais (Ramos 2004) de que os maus-tratos, nomeadamente infantis, provocam perturbações nas crianças vítimas e, o nosso estudo prova que as crianças estudadas, maltratadas, crianças sinalizadas à CPCJ-TN, não apresentam sinais significativos de que tal tenha acontecido com elas.

Por outro lado, diversos autores, entre os quais, (Edleson et al.1991), afirmam que as perturbações psicopatológicas graves são pouco comuns entre os pais que maltratam os filhos e que o mesmo acontece com a associação entre perturbações psiquiátricas e o abuso conjugal.No nosso estudo porém,os adultos maltratantes revelam perturbações psicopatologias. Ramos (2004), referindo (Kaslow et al.) escreve *“um meio familiar perturbado, desentendimento conjugal, monoparentalidade, desemprego, nível educativo baixo, relações pais-filhos conflituosas, incapacidade de dar apoio emocional à criança e ausência de implicações dos pais na educação ou estilo autoritário, contribuem para o aumento de risco de depressão e suicídio e de patologias posteriores na criança e no adolescente”*(Ramos,2004.p.122-123)

Perante a dissonância cognitiva dos resultados com aquelas conclusões, exaradas na literatura sobre o tema, admitimos que, sem determinismos conclusivos, a razão daquelas dissonâncias radica no facto do conceito de maus-tratos englobar um conjunto de tipos de maus-tratos que não são especificados nos estudos - excepção feita ao abuso sexual.Não é provável, ainda que possível, que, o crime de abandono e o de negligência provoquem na criança as mesmas perturbações ou perturbações do mesmo tipo, por exemplo, que o abuso sexual, qualquer que seja o contexto cultural do acontecimento. Admite-se que, muitas vezes, o abandono por exemplo, seja percepcionado pela criança de uma forma mais gravosa do que o mau-trato físico moderado.Na negligência e no abandono é negado à criança a sua existência, o que não acontece no mau-trato físico.

Acontece que no nosso estudo, as mães maltratantes (AS) de seus filhos são também mães que dão mais colo aos mesmos e, provavelmente sejam o adulto de referência para a resiliência dos mesmos, corroborando assim a tese de (Canha,2003).

Os resultados do nosso estudo, não podendo ser generalizados para além da população em estudo, parece indiciar que, quando merecida e dada, não sistematicamente, mas em tempo oportuno e proporcionada à idade e

crescimento da criança, uma palmada, com a intenção de corrigir um mau-comportamento, não será traumática nem crime de maus-tratos.

Parece-nos pois, que o crime consistirá nos fundamentalismos dos castigos ou punições, em que para umas famílias os pais não podem dar uma merecida palmada no filho, enquanto que outras se permitem descarregar nos filhos, a coberto de lhes dar educação, todas as suas frustrações e sadismos.

7. 3 Informadores Qualificados

- De entre as várias definições de violência dadas pelos informadores qualificados que abordamos em inquérito, encontramos a ideia comum que é a de que a violência implica a intencionalidade de molestar, impôr ou controlar alguém. Assim sendo, há coincidência em aspectos fundamentais com as definições encontradas na literatura.

A partir das definições de violência dadas pelos informadores qualificados, podemos expressar aquele conceito como:

- Agressão, força física ou psicológica exercida sobre alguém, com intenção de o magoar ou de lhe deixar marcas, sem que se possa defender ou, por omissão, ser privado de bens essenciais que lhe sejam devidos;

- Acto/acção descontrolada com o intuito de molestar e criar dor ou sofrimento a terceiros ou omissão com intenção de influenciar negativamente o bem estar físico ou psicológico de outrem;

- Força, física ou psicológica imposta contra o direito, para contrariar as propensões ou necessidades de outrem e exercer o seu controlo.

– Quanto aos tipos de violência, aqueles informadores forneceram-nos os dados relativos a maus-tratos e as categorizações mais frequentes na literatura, os quais, por ordem decrescente de pontuação são:

- os maus-tratos psicológicos (10 respostas),
- os maus-tratos físicos (8 respostas),
- os maus-tratos negligência (uma resposta)
- abuso sexual (4 respostas).

Curiosamente os informadores:

- a) não referem como maus-tratos o abandono; e
- b) referem de forma residual a negligência.

Sendo certo e consentâneo com a literatura que os maus-tratos psicológicos estão presentes, porventura em graus diferentes, em todos os outros tipos de maus-tratos, não se nos afigura de fácil explicação a omissão do mau-trato abandono, ainda que este possa estar de alguma forma implícito no mau-trato negligência.

A negligência, ao ser referida de forma residual pelos informadores, contrasta de forma assinalável com todos os dados recolhidos pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens e pela CPCJ de Torres Novas, pois são precisamente aqueles maus-tratos os mais denunciados às Comissões.

Põe-se então a questão de saber se os motivos que estão na génese de tal discrepância são o desconhecimento e ou desvalorização daqueles maus-tratos:

- se se trata de desconhecimento, impõe-se que seja ampliada e reformulada a forma e os suportes de divulgação daqueles dados junto da população alvo;
- se se trata de desvalorização, a questão passa pela tolerância excessiva e perigosa, não só porque afronta os direitos da criança, mas também pelas incalculáveis e incontroláveis consequências nefastas para a saúde global da criança na actualidade e risco no seu futuro.

A incidência dos maus-tratos, segundo os informadores qualificados no nosso estudo é predominante como se segue por ordem decrescente: sobre crianças; violência doméstica; sobre idosos e, de forma residual, sobre deficientes.

Admite-se que a divulgação social sobre os maus-tratos infantis tem vindo a permitir uma mais clara e ampla consciencialização do fenómeno, fruto da acção das CPCJs, pela APAV, pelo IAC e outras organizações, pela acção da comunicação social e o mesmo tem acontecido com a denúncia dos actos de violência doméstica sobre as mulheres e idosos. No entanto, para além dos progressos relativos alcançados, as falhas na consciencialização, na denúncia e no apuramento dos respectivos dados, são muitas e tantas quantas a suspeição da extensão do problema e as dificuldades em recolhê-las:

- a) na consciencialização, como vimos ao reportarmo-nos à negligência e ao abandono, impõe-se reformular a sua divulgação e promover a formação das pessoas;

b) na denúncia e no apuramento dos dados, as dificuldades são múltiplas, como vimos na literatura, em que as famílias preservam a sua intimidade perante o estranho, por medo de represálias do agressor, por esperança de que a crise passe e as pessoas se adaptem, por vergonha familiar e social, por considerarem ter fracassado no seu projecto, entre outros motivos.

As respostas à questão colocada aos informadores no nosso estudo vão no sentido de corroborar os aspectos teóricos com o sentir de grande parte da realidade.

– Quanto à questão de sermos ou não mais violentos hoje, do que no passado, as respostas não apresentam grandes diferenças na pontuação:

- sensivelmente 43% dos informadores valorizam o não;
- 39% valorizam o sim e
- 17% valorizam o talvez.

Admitindo que os respondentes não tenham expandido o conceito de forma a englobar nele as diversas guerras, nem os actos de terrorismo, nem os tráfegos de mulheres e de crianças, que frequentemente são notícia que vem até nós, nem tão pouco seus *ratios* populacionais, tempos de duração e a quantidade e qualidade dos meios envolvidos, cuja quantificação não é conhecida, constatamos que as respostas, de um modo geral, revelam o sentimento generalizado e porventura, generalizável dos cidadãos.

As respostas dadas revestem-se de moderado grau de optimismo do sentir dos respondentes sem deixar de nos preocupar com as consequências negativas físicas, psicológicas e sociais que a violência traz às pessoas e bens.

– Quanto às causas da violência, as respostas apresentam a seguinte categorização :

- causas internos dos agressores 14 respostas,
- causas externas 10 respostas e
- causas mistas nternas e externas) 3 respostas.

Ou seja, predominam os motivos intrínsecos dos agressores, a sua índole, sobre os motivos extrínsecos da violência o que é um dado curioso a reflectir.

Perante os dados, parece haver na violência uma pró-actividade dos indivíduos ou seja, que os indivíduos são violentos não só porque reagem e dão

resposta violenta a afrontas, reais ou imaginárias, ou a desafios sofridos, mas também porque violentam sem aquele pretexto ou justificação. De facto, diversos argumentos corroboram esta ideia, entre os quais, a violência gratuita e sem sentido com que a sociedade por vezes se defronta, em que indivíduos entram numa sala de aulas de escolas e universidades e descarregam metralhadoras sobre pessoas indefesas. Este tipo de violência gratuita levanta problemas relacionados não só com a psicopatologia mas também com a educação sem valores e sem limites que lhe abriu caminho, no seu desenvolvimento. Será pois uma violência resultante, no mínimo, dos maus-tratos por negligência paternal, familiar e da sociedade, perante a onipotência do sujeito.

De facto, o fenómeno da violência tem de ser estudado na sua globalidade e não nas suas manifestações mais visíveis e socialmente incómodas, como violência doméstica, violência sobre idosos, sobre as crianças, sob o risco de se fazer a prevenção ao nível daquelas suas manifestações, como quem poda ramos de uma árvore sem cuidar de secar a raiz principal do seu tronco. No estudo da violência não deve ser esquecido que ela acontece e pertence a uma sociedade em mudança imparável e que a luta para a estancar, esta mesma é violenta.

- Tendo sido perguntado como se explicará o abuso sexual de crianças,

- 20 informadores qualificados atribuem aquele crime a motivos psicológicos do abusador;
- 5 informadores atribuem o crime a problemas sociais,
- 2 a problemas do foro biológico e
- 3 informadores não têm explicação para o fenómeno.

Um dado curioso é que, tal como na questão anterior sobre as causas da violência, também sobre a causalidade do abuso sexual, são realçadas causas internas dos abusadores. Os motivos psicológicos do abusador não foram especificados pelo que nos permitimos pensar: na vontade e/ou no prazer que o abusador tem ou procura ter, abusando, na perturbação e fixação mental do abusador pedófilo; a atribuição do abuso sexual a problemas sociais do abusador, remete-nos para o abusador que se explica como ter sido tentado, provocado para o abuso pela própria criança que, exibindo-se não resistiu e abusou; problemas do foro biológico será uma anomalia hormonal, mas se o é, fica-se sem saber por que razão o abuso é sobre crianças.

Temos para nós que o abusador infantil é sempre uma pessoa perturbada que deve ser responsabilizada, mas que regride à sua infância para anular a diferença de idade entre ele e a vítima. Adulto, infantilizado em seu íntimo, encontra no crime de abuso sexual a manifestação do seu ilusório poder e energia sobre a vítima. Entendemos que não é desculpável nem passivo de atenuantes o abuso sexual infantil. Sendo o tipo de mau-trato mais sigiloso, sobre ele deve recair toda a atenção, vigilância e denúncia. O excesso de zelo pode transformar-se também numa certa paranóia colectiva, capaz de retrair algumas manifestações de afecto de adultos pelas crianças. Aqui e ali já por vezes se ouve expressões do tipo: *“às vezes tenho receio de acariciar os meus netos porque nunca se sabe se isso não é visto como um acto de sedução de cariz pedófilo”*.

– A resposta dada à questão, que razões levarão a generalidade dos pais agressores a infligir maus-tratos a suas crianças apresenta os resultados seguintes:

- 27 respostas indicam causalidade interna dos pais;
- 4 respostas, causalidade externa e
- 1 resposta causalidade mista.

Mais uma vez a causalidade interna é maioritária, o que nos remete para a fonte da violência.

- As respostas a como explicar a negligência e por vezes o abandono de crianças pelos seus próprios pais, apresentam os dados seguintes:

- 18 respostas indicam: causalidade interna;
- 8 respostas indicam a causalidade externa e
- 4 respostas indicam causalidade mista.

– Quanto à questão da existência de vários factores implicados nos maus-tratos a crianças, em que medida esses factores se devem predominantemente:

- à sociedade em que vivemos,
- às próprias famílias das crianças,
- à índole do agressor,
- a atitudes e tradições enraizadas,

as respostas dadas pelos informadores qualificados foram as seguintes:

- 18 indicam o factor índole do agressor;
- 11 indicam a família;
- 9 indicam a sociedade e
- 7 indicam que tal se deve à tradição.

– À pergunta, que fazer para reduzir, se acabar não for possível, com os maus-tratos infantis, os informadores qualificados sugerem que se deve actuar, prioritariamente sobre:

- a sociedade – 16 respostas
- as famílias – 7 respostas,
- as crianças – 2 respostas,
- os pais das crianças – 2 respostas,
- os técnicos das CPCJs – uma resposta.

Pelas respostas obtidas às questões 5, a 9 todas elas atribuem como causa da violência, dos maus-tratos dos pais agressores a suas crianças, como causa da negligência, de abuso sexual e como factor implicado nos maus-tratos, prioritariamente, a índole do agressor ou seja a causalidade interna, ao mesmo tempo que as respostas à 10ª pergunta, os mesmos informadores qualificados sugerem que se deve actuar, não sobre o agressor mas prioritariamente sobre a sociedade e sobre as famílias, as crianças, os pais e sobre os técnicos das CPCJs.

É de salientar que:

- 8 das respostas referem a necessidade de formação e
- 7 das respostas referem a necessidade de aumentar as penas para os respectivos crimes.

O facto dos informadores darem repetidamente, como motivo dos maus-tratos a índole dos criminosos e, por outro lado sugerirem que se actue sobre a sociedade, parece manifestar alguma falta de coerência já que, lógico nos parece ser actuar sobre as causas, sobre o núcleo ou centro, ou âmago do problema e não sobre a folhagem que o envolve.

Parece-nos que a causalidade do problema é múltipla e complexa – nem toda a fruta apodrece a partir do caroço, do seu interior mas muitas vezes, a partir da pancada que leva, dos traumas que sofre.

De facto, subjacente à sugestão para agir sobre a sociedade está o reconhecimento de que os maus-tratos são também um problema social, com raízes na ausência da solidariedade, no incremento do individualismo, do salve-se quem puder, na “educação para a competição”, no desrespeito pelo ser humano e na irresponsabilidade e irresponsabilização individual e colectiva.

- A derradeira questão colocada aos informadores qualificados, na qual se perguntava se os pais agressores serão pessoas mentalmente perturbada, responde à questão central do nosso estudo quanto aos adultos da subamostra, AS, com os seguintes dados:

- 17 ou 73% das respostas foi sim;
- 6 ou 27% das respostas foi não.

Curiosamente, tais respostas corroboram o nosso primeiro objectivo do presente estudo.

- Resta referir que, as respostas dadas ao questionário pelos informadores qualificados revelam e de alguma forma retratam, a realidade social em que nos movemos, tantas vezes contraditória e sem certezas. Por outro lado e perante os dados, a realidade, a extensão e gravidade do problema da violência e dos maus-tratos, imperioso se torna preveni-lo de forma rápida e objectiva, actuando simultaneamente em todas as frentes: sobre a sociedade e suas organizações, sobre as famílias, sobre as vítimas e sobre os agressores, respeitando os Direitos Humanos e os superiores interesses das crianças de forma efectiva, eficaz e não cega, na convicção de que as crianças e jovens de hoje vão ser, já amanhã, os nossos dirigentes políticos, os nossos governantes, os nossos intelectuais, quadros de empresas e gestores da nossa terra e planeta.

Cerca de 35% dos informadores qualificados sugerem a formação como alavanca para a resolução do problema, enquanto que 30% dos informadores sugerem o aumento de penas para os autores da violência e dos crimes. Se estes 30% de informadores, pelo que expressaram, se tivessem poder para tal, parece que metade da população estaria presa e a outra metade em liberdade. O aumento de penas, dentro da razoabilidade e devidamente ponderada, para os autores da violência poderá contribuir para a sua não expansão se acompanhada de outras iniciativas, a partir das famílias, dos infantários, das escolas e da cultura da solidariedade e não da competição onde só há adversários.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que os principais objectivos do nosso estudo foram alcançados.

Quanto à significância estatística, verifica-se:

- Os Adultos sinalizados apresentam Índices de *Sintomas de Mal-estar* psicopatológico estatisticamente diferentes dos Adultos não sinalizados e dos elementos da CPCJ, o mesmo se verificando quanto ao *Índice Geral de Sintomas*. Perante os dados, permitimo-nos referir que há distúrbios psicopatológicos nos AS. Numa análise pormenorizada dos dados encontramos cerca de 20% de sujeitos com uma pontuação superior ao ponto de corte (1.7) no Índice Geral de Sintomas e, em cerca de 40% dos sujeitos o Mal-estar é acentuado. Face ao exposto, é provável encontrar pessoas perturbadas emocionalmente nos AS.
- Os Adultos sinalizados, em relação às outras subamostras, apresentam também uma *redução de Auto-estima*, redução essa consubstanciada em diferença estatística significativa.
- Os Adultos sinalizados, em relação aos ANS, percebem e definem seus familiares de forma estatística e significativamente diferente: na *definição dos filhos*, na *definição do companheiro/a* e na *definição do sogro..*
- Também o *desemprego* dos Adultos sinalizados é estatisticamente significativo quando em relação com os ANS. O mesmo se verifica no que diz respeito ao desemprego dos companheiros/as dos AS.
- O valor médio do *número de filhos* da amostra, é inferior para os ANS, diferença essa que é significativa estatisticamente.
- Quanto à *depressão*, as Crianças sinalizadas, embora apresentem dados diferentes relativamente às crianças não sinalizadas, tais diferenças não são estatisticamente significativas, pelo que não é possível afirmar-se que sofram especificamente de depressão.
- As Crianças sinalizadas apresentam diferenças estatisticamente diferentes das CNS na *percepção dos cuidados e apoios dos Adultos*:
- há diferenças estatisticamente significativas na percepção de *quem dá colo* e 36,7% delas queixam-se de não terem colo;
- há diferenças estatisticamente significativas na percepção de *quem pune* e é a mãe quem mais pune, seguida da avó;

- há ainda diferenças significativas estatisticamente na percepção de *quem critica* mais – é a mãe;
- Quanto aos *castigos*, as diferenças entre as subamostras são estatisticamente significativas, sendo elevada a percentagem na amostra o não sofrer castigos, as CS queixam-se da *limitação do espaço* e as CNS da *limitação do convívio*.

Outras diferenças, estas não significativas estatisticamente, foram constatadas entre as subamostras dos adultos, as quais nos permitem de algum modo compreender o meio intrafamiliar das respectivas famílias. Assim os adultos sinalizados:

- têm *mais filhos* e queriam ter menos do que os que têm, significando isto que o planeamento familiar por alguma razão não foi feito, por desconhecimento ou por desleixo.
- têm de um modo geral *mais companheiros*, significando isso instabilidade afectiva acompanhada de sedução expressiva, quando não necessidade de protecção ou de escudo contra a solidão;
- têm *nível mais baixo de escolaridade* que as outras subamostras;
- têm no seu *curriculum* um *maior número de empregos* o que não facilita a realização pessoal, nem a profissional e arrata consigo a impossibilidade de planear qualquer futuro, gerando a intranquilidade e a precaridade económica;
- *mudam mais vezes de habitação*, porventura devido a dificuldades em pagar rendas de casa e dificuldades no acesso ao crédito para habitação;
- *saem mais cedo de casa* eventualmente para trabalhar e auxiliar a família ou autonomizar-se, podendo isso significar a procura de melhores condições de vida;
- apresentam mais sinais de perturbação de ansiedade, ou seja mais nervosismo, sentem-se mais atemorizados, aflitos e desassossegados;
- apresentam *mais sinais de sensibilidade interpessoal*, mais embaraço junto de outras pessoas, sentem-se inferiorizados e mais facilmente ofendidos e que as pessoas não gostam deles;
- apresentam *mais sinais de hostilidade*, pois aborrecem-se facilmente e têm impulsos que não se podem controlar, vontade de bater, de ofender, de ferir, de destruir, de partir coisas, vontade de entrar em discussão;
- apresentam um predomínio na *arribuição da culpa aos outros* pela maioria dos seus problemas, e por sentirem que não podem confiar na maioria das pessoas; sentem-se objecto da observação e de conversas dos outros e que não dão

valor ao seu trabalho nem às suas capacidades e que, se deixasse os outros se aproveitavam de si, ou seja, apresentam *sinais de ideação paranóide*;

- revelam *mais sinais de obsessão-compulsão* tais como dificuldade em lembrarem-se de coisas passadas ou recentes, em fazerem quaisquer trabalhos e tomarem decisões, em concentrarem-se; têm necessidade de verificar várias vezes o que fazem.
- apresentam *mais sinais de somatização*, sinais de mal-estar corporal, tais como tonturas, dores de peito, mal-estar estomacal, afrontamentos, faltas de ar e de forças;
- mais do que os sujeitos das outras subamostras, os AS revelam *mais sinais de depressão*, isto é, sentem-se sós, tristes, sem interesse por nada, sem valor, sem futuro e com pensamentos de acabar com a vida;
- quanto aos sintomas de *ansiedade fóbica* e de *psicoticismo* os dados revelam que eles são mais acentuados nos AS do que nas outras subamostras, contudo, sem significância estatística.
- o seu *maior desgosto* relaciona-se com acontecimentos familiares, numa percentagem superior à dos ANS, mas inferior às dos COM;
- a sua *maior alegria* relaciona-se também com acontecimentos familiares e numa percentagem superior à dos ANS e inferior à dos COM;
- são *mais reservados*, desconfiados ou incapazes de expressar opinião acerca dos familiares, pois só utilizaram 30% das palavras para definirem os seus, enquanto que os ANS utilizaram 36% e os COM 75%;
- *privilegiaram* expressar-se mais em relação aos *filhos*, a suas *mães* e a si próprios, enquanto que os ANS expressaram-se mais em relação a suas mães, seus pais e a si próprios e, os COM privilegiaram expressar-se sobre os companheiros, os seus filhos e sobre si mesmos.;
- fizeram *mais atribuições afectivas* do que as outras subamostras, sendo que os COM foram quem menos as fez;
- quanto a *atribuições comportamentais* expressaram *menos* do que qualquer das outras duas subamostras;

Sendo um facto que as CS da nossa subamostra não são, em rigor e na sua totalidade, filhas dos AS do nosso estudo, assumimos considerá-las filhas de adultos sinalizados denunciados à mesma CPCJ, tendo o acaso permitido não serem sujeitos da presente investigação. Assim sendo, as percepções das

crianças sinalizadas são feitas sobre seus pais sinalizados. Temos pois famílias sinalizadas, sempre que um adulto ou criança é sinalizada, e famílias não sinalizadas, para além das COM. Eis alguns hábitos familiares:

- nas famílias sinalizadas, a *presença* do pai e da mãe no *pequeno almoço* familiar é menor do que nas famílias não sinalizadas, respectivamente, 16% e 25,8%;
- nas famílias sinalizadas, a presença do pai e da mãe *no jantar* da família é menor do que nas famílias não sinalizadas, respectivamente, 29,6% e 58,1%.
- um terço das mães de famílias sinalizadas não jantam com os filhos;
- um terço dos pais de famílias não sinalizadas não jantam com os filhos
- *as crianças são acordadas* predominantemente pelas mães em ambas as subamostras, contudo, nas famílias sinalizadas só 37,5% das mães o fazem e, nas famílias não sinalizadas 59,3% fazem-no;
- um terço das CS acordam por si mesmas, enquanto que 14,8% das CNS
- *Quem ajuda mais as crianças* nos seus trabalhos escolares, estudo e TPC, de um modo geral são as mães em ambas as subamostras, contudo, nas famílias sinalizadas a ajuda é inferior (33%) à verificada nas famílias não sinalizadas (55,2%);
- as CS que não recebem ajuda de ninguém são mais do que as CNS que não têm ajuda
- é a *mãe*, em ambas as subamostras quem *mais colo* dá às crianças mas nos AS a mãe dá menos colo do que nos ANS, respectivamente 36% e 46%;
- *quem pune* as crianças, de um modo geral é também a *mãe*, em ambas as subamostras, mas as mães das CS punem menos do que as das CNS; respectivamente 33% e 61%)
- nas famílias sinalizadas *quem critica mais* os filhos é a mãe e a avó e, nas famílias não sinalizadas a crítica é feita predominantemente pelo pai;
- As CS *brincam mais com os amigos* do que as CNS, respectivamente 54,85 e 37%. É maior a percentagem das CS que brincam com a mãe (14,8%) do que as CNS que brincam com o pai e com a mãe (12,9%);
- nas famílias sinalizadas os *castigos* predominantes são a *limitação dos espaços/actividades* dos filhos, enquanto que nas famílias não sinalizadas os castigos consistem na limitação de convívios.
- nas famílias sinalizadas, os *elogios aos filhos* são *menos* do que nas famílias não sinalizadas e, além disso divergem quanto ao objecto elogiado. nas famílias sinalizadas os elogios são feitos predominantemente ao corpo do filho/a (26,9%)

e nenhum elogio (26,9%), enquanto que nas famílias não sinalizadas, os elogios são maioritariamente à actividade (comportamento) em 48,3% - sendo 38% destes sobre actividade escolar- e ao corpo (27,6%).

O sentimento que paira na nossa sociedade em geral, segundo os informadores qualificados que foram ouvidos na investigação, é o de que, *actualmente não somos mais violentos* do que no passado e que as causas da violência residem no âmago do agressor e nos pais das crianças vítimas - pais perturbados mentalmente. O mau-trato mais referido é o psicológico. Quanto às acções destinadas a reduzir a violência elas devem ser orientadas em acções sociais privilegiando mais a formação e apoio psicoterapêutico das pessoas do que o aumento das penas.

Em resumo, constatamos que os adultos sinalizados, em relação aos não sinalizados, apresentam cerca de dez diferenças estatisticamente significativas em:

- Índice de Mal-estar psicopatológico e Índice Geral de Sintomas, baixa Auto-estima, desemprego dos próprios e dos companheiros/as, no número de filhos, na definição dos filhos, do companheiro/a e dos sogros;
- as crianças sinalizadas não diferem estatisticamente das não sinalizadas, em depressão.

Outras diferenças são encontradas, cerca de trinta, que concorrem para a compreensão das famílias onde acontecem maus-tratos *versus* famílias não sinalizadas. Nas famílias maltratantes verifica-se que são famílias com:

- mais filhos, que tiveram mais companheiros/as, com menor escolaridade, que tiveram maior número de empregos, mudaram mais vezes de habitação, saíram mais cedo de casa dos pais, tal como os seus companheiros/as;
- mais acentuada sintomatologia de ansiedade, sensibilidade interpessoal, hostilidade, ideação paranóide, obsessão-compulsão, somatização, depressão, ansiedade fóbica e psicoticismo;
- mais acentuados desgosto e alegrias, com mais acontecimentos ao mesmo tempo positivos e negativos, são mais reservadas a definir seus familiares: a excepção que fazem é ao definirem seus filhos, suas mães e a si mesmas. São pródigas em atribuições de afectos e parcias nas atribuições comportamentais;

- mais reduzida a presença dos pais ao pequeno-almoço e jantar familiar; são mais reduzidos os cuidados/tarefas de acordar de manhã os seus filhos; estes são menos ajudados nos trabalhos escolares; dão-lhes menos colo, menos punições e, os castigos que dão aos filhos consistem predominantemente na limitação de espaços/actividades; elogiam menos os filhos e quando o fazem é para elogiar o seu corpo e não a actividade escolar, nem o convívio, como acontece nas famílias não sinalizadas.

Em relação às limitações do nosso estudo, estamos conscientes de várias limitações da presente investigação:

- as amostras são pequenas e de conveniência o que limita a possibilidade de generalização e significância dos resultados; estes apresentam-se, de algum modo fragilizados já que se fica sem saber se eles estão ou não feridos, entre outras variáveis parasitas, pelas disposições circunstanciais dos sujeitos ao responderem aos testes.;
- o estudo ficaria necessariamente mais completo e rigoroso se, em tempo oportuno tivéssemos decidido passar um teste de avaliação da personalidade, porventura o NEO-PI-R, aferido por Margarida Pedroso Lima, para a população estudada, antes da recolha dos dados do referido estudo. Haveria, porventura, um melhor enquadramento dos dados e seria aumentada a possibilidade de compreensão do fenómeno em estudo, porquanto eliminar-se-iam eventualmente algumas variáveis parasitas, como por exemplo, a disposição ou estado de espírito dos sujeitos ao responder aos testes, etc.
- não foram explorados dados mais concretos referentes ao aspecto económico dos sujeitos e, o facto do número das não respostas ser, por vezes elevado, não enriquece a leitura dos dados, não deixando contudo, de ter significado clínico a investigar.
- Finalmente, não foram investigadas as estruturas familiares das famílias de origens dos adultos estudados, nem as profissões destes devido à pequenez da amostra dos adultos..

No que respeita ao contributo do nosso estudo para o estado da arte, as limitações do presente estudo não lhe retiram o carácter inovador que contém. Diversos estudos meritórios têm investigado, em amostras grandes, todo um conjunto de psicopatologias em crianças e jovens maltratados por seus familiares;

outros, têm analisado a evolução da legislação ao longo do tempo, as dificuldades de investigação, os maus-tratos em crianças institucionalizadas, em crianças vítimas de maus-tratos hospitalizadas, em crianças vítimas de trabalho infantil; outros sobre crianças que vivem abandonadas na rua. O abuso sexual de crianças tem sido tema de trabalho de vários investigadores, tanto portugueses como estrangeiros, etc. São múltiplos os trabalhos que se debruçam sobre os conteúdos dos maus-tratos, a tipificação do agressor e da vítima.

O nosso trabalho apresenta-se, de alguma forma como um pequeno complemento indiciador de futuras investigações sobre a temática, porque se inscreve na tipificação da violência da e na sociedade actual, na evolução do viver familiar onde os maus-tratos acontecem.

É inovador e complementar dos estudos feitos, porque nele se investigam psicopatologias de pais maltratantes, dos filhos vítimas e busca-se a compreensão e a diferenciação de costumes e atitudes relacionais do dia-a-dia, circunstâncias de vida e valores de famílias violentas, na perspectiva da civilização ocidental, dos Direitos Humanos, da Convenção dos Direitos da Criança, da Constituição da República Portuguesa e legislação complementar, nomeadamente Lei 147/99.

O nosso estudo acrescenta ao estado da arte uma abordagem tipificadora dos usos, costumes e valores que são expressos e demonstrativos dos cuidados educacionais das famílias sinalizadas como sendo maltatantes de seus filhos, porventura constituindo um nicho cultural marginalizado e marginalizante sobre o qual urge intervir, desenvolver e integrar, numa perspectiva ecológica, da nossa cultura e sociedade.

Algumas iniciativas sociais, legislativas e organizacionais poderiam concorrer para otimizar a intervenção:

- que na circunstância de ter de haver separação habitacional entre o agressor e a vítima, seja aquele a deixar o meio habitacional e não a vítima;
- que a síndrome da alienação parental não se desenvolva com a prevista alteração do poder paternal;

- que sejam criadas escolas de pais, não para ministrar moralismos, nem para aulas de sexualidades, mas escolas de pais, desburocratizadas, onde os pais aprendam diversas competências inclusivamente a responsabilizar-se e a responsabilizar as suas crianças a fazerem por merecer o que recebem e não a dar-lhes o que não precisam, para se “afastarem” delas e pasmarem diante da TV, escola essa, obrigatória para todas as famílias sinalizadas e facultativa para as outras famílias;

-incluir nos *curricula* escolares a educação para a assertividade, para a civilidade, para a autonomia responsiva, para os valores e cidadania (não necessariamente mais escola mas melhor escola);

-que as Comissões Restritas das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco sejam compostas, predominantemente, por técnicos de ambos os sexos, com preparação em diversos domínios, nomeadamente, psicólogos da área clínica e juristas.

- que o acompanhamento psicológico proporcionado pelas CPCJ a famílias, crianças e jovens seja feito por psicólogos da área clínica mas que não façam parte da Comissão Restrita daquelas comissões a fim de evitar constrangimentos éticos e deontológicos.

Factores concorrentes para a tipificação das famílias:

De um modo geral, concorrem para a caracterização das famílias sinalizadas como famílias maltratantes de seus filhos, um conjunto de factores sociais, económicos, culturais e individuais que, associados das mais variadas formas e combinações entre si, produzem dinâmicas familiares geradoras de violência e maus-tratos.

Abordados que foram, neste estudo, diversos aspectos da actual sociedade, da família e da violência, pano de fundo sobre o qual reflectimos os maus-tratos e que envolve as famílias, detemo-nos agora sem o esquecer, sobre factos e atitudes do cuidar das famílias sinalizadas v.s. famílias não sinalizadas, realçando alguns aspectos das suas características, resultantes da interacção daqueles factores, num quadro síntese, conforme segue.

Quadro 19 - Caracterização das famílias sinalizadas (FS) e famílias não sinalizadas (FNS)

Factores caracterizadores	FS	FNS
Sentimento de mal-estar psicopatológico	Elevado	Não elevado
Grau de ansiedade, instabilidade, hostilidade, sensibilidade interpessoal, propensão para a violência e descontrolo emocional	Elevado	Não elevado
Auto-estima	Baixa acentuada	Não baixa
Nível de escolaridade	Baixo	Baixo e médio
Desemprego	Acentuado	Não existente
Grau de mobilidade/volatilidade de emprego	Elevado	Não elevado
Número de companheiros	Mais elevado	Menos elevado
Nº de empregos	Elevado	Não elevado
Desemprego do companheiro/a	Acentuado	Não acentuado
Nº de filhos	Além do desejado	Aquém desejado
Nº de mudanças de habitação	Elevado	Não elevado
Saída do próprio da casa dos pais	Cedo	Na idade usual
Saída do companheiro da casa dos pais	Cedo	Na idade usual
Grau de mobilidade de emprego do companheiro	Elevado	Não elevado
Nível de escolaridade do companheiro/a	Baixo	Médio
O grande desgosto é relacionado com	Família	Saúde e família
A grande alegria é relacionada com	Família	Família
Desgostos residuais relacionados com	Droga, alcoolismo Não ter educação, Ter nascido	Não referido
No centro afectivo estão	Os filhos	O pai e a mãe
Rodeiam imediatamente o centro afectivo	O próprio e a mãe	O próprio
Penúltimo lugar de afecto pertence ao	Sogro	Filhos
Antepenúltimo lugar de afecto pertence ao	Companheiro/a	Companheiro/a
A presença mais constante na família é	A mãe	A mãe
A ausência mais constante, sentida pelos filhos é	O pai	Não referido
Adulto mais presente no peq.almoço dos filhos	Mãe	Mãe (+) vezes
Adulto mais presente no jantar dos filhos	Mãe	Mãe (+) vezes
Quem acorda os filhos de manhã	Mãe	Mãe (+) vezes
Quem ajuda mais os filhos	Mãe	Mãe (+) vezes
Quem dá mais colo aos filhos	Mãe (+) vezes	Mãe
Quem pune mais os filhos	Mãe	Mãe (+) vezes
Quem critica mais os filhos	Mãe (+) vezes	Mãe
Quem brinca mais com os filhos	Mãe (+) vezes	Mãe
Quem elogia mais os filhos	Mãe	Mãe (+) vezes
Os elogios referem-se	Ao corpo	À actividade
Domínio dos castigos	Limite do espaço	Limita convívio

Sendo importante compreender o que distingue as famílias maltratantes das que o não são, quanto à sua dinâmica familiar e modos de ser família, impõe-se desenvolver mais investigações nesta área e noutros extractos sócio-económicos. O problema das crianças maltratadas e suas famílias exige uma reflexão profunda das suas causas remotas. A urgência de mais investigações deve-se ao facto de cada vez mais ser necessário dar respostas fundamentadas aos efeitos negativos da globalização os quais se fazem sentir ao nível individual, familiar e social. Homem, mulher ou criança têm direitos que lhes são próprios. Urge defendê-los pela educação para a cidadania e solidariedade, proactivamente.

BIBLIOGRAFIA

- Abbagnano, N. (1970). *Dicionário de Filosofia*. S.Paulo, Meste Jou.
- Abreu, J. L. P. (2006). *Como tornar-se doente mental*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Abreu, J. L. P. (2007). *Quem nos faz como somos*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Abreu, J.L.P. (2008). *Em nome da criança*. w.w.w.Destak.pt. 2008-04-04.
- Abreu, M. V. (1998). *Cinco ensaios sobre a motivação*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Agra, C. (1993). *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto, Radicário – Instituto de Ciências do Comportamento Desviante.
- Agra, C. (1998). *Entre droga e crime – Actores, espaços, trajectórias*. Lisboa, Notícias Editorial.
- Aguilar, J.M. (2008). *Síndrome de alienação Parental*. Casal de Cambra,ed,Caleidoscópio.
- Aguilar, R. J. e Nightingale, N. N. (1994). The impact of specific battering experiences on the self-esteem of abused women. *Journal of Family Violence*, 9, pp. 35-45.
- Ahumada, J. L. (1999). *Descobertas e refutações: A lógica do método psicanalítico*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Ajuriaguerra, J. (1980). *Manual de psiquiatria infantil*.. Rio de Janeiro, Editora Masson.
- Ajuriaguerra & Marcelli (1991). *Manual de psicopatologia infantil*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Alameda, A. (2001). *Os sete pecados da família*. Porto, Editorial Âmbar.
- Alarcão, M. e Relvas, A. P. (1992). A família e a escola. *Ceasura*, 1, pp. 51-60. Canoas,Brasil.
- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra Quarteto Editora.
- Alberto, I. M. M. (2000). As consequências do abuso sexual infantil: Contributo dos estudos longitudinais. *Psychologica*, 24, pp. 119-127.
- Alberto, I. M. M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra, Livraria Almedina.

- Albuquerque, C. (2005). As Nações Unidas e a protecção das crianças contra a violência. Texto apresentado na Conferência sobre “*A protecção dos direitos da criança, em particular contra o tráfico e a violência*” Lisboa.
- Albuquerque, M. C. P.; Fonseca, A. C.; Simões, M. M.; Pereira, M. A.; Rebelo, J. A. (1999). O inventário de comportamentos da criança para professores. Estudos com uma amostra clínica. *Psychologica*, 21, pp. 113-128.
- Alexander, T. S. (1998). *Enfrentar o lobo*. Lisboa, Paz Editora.
- Almeida, A. N.; André, I. M. e Almeida, H. N. (1997). *Os maus tratos às crianças, em Portugal. Relatório final preliminar*. Lisboa: CEJ/Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, A. N.; André, I. M. e Almeida, H. N. (2001). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Lisboa, Assembleia da República.
- Almeida, A.N., André, I. M., Almeida, H. N. (2005). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, vol. XXXIV, pp. 91-121.
- Almeida, L. S. e Roazzi, A. (1988). Inteligência: A necessidade de uma definição e avaliação contextualizadas. *Psychologica*, 1, pp, 93-104.
- Almeida, L. S.; Araújo, M. S.; Vila-Chã, M. C. e Oliveira, M. H. (org) (1995). *Áreas de intervenção de compromissos sociais do psicólogo*. Lisboa, APPORT.
- Almeida, L. S.; Araújo, S.; Gonçalves, M. M.; Machado, C. e Simões, M. R. (1996). Avaliação psicológica: *Formas e contextos*. (Vol. IV). Braga, APPORT.
- Almeida, L.S. e Ribeiro, I.S.(org.) (1994). *Família e desenvolvimento*. Portalegre, APPORT.
- Alves, C. e Quintela, S. (1997). Mal tratadas ou mal amadas?. *Comunicação, Instituto de Reinserção Social*, 19, pp. 52-59.
- Amaro, F. (1986). Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância (I). Lisboa, *Cadernos do CEJ*, Gabinete de Estudos jurídico-sociais, Ministério da Justiça.
- Amaro, F. (1988). Aspectos socioculturais dos maus tratos e negligência de crianças em Portugal. *Revista do Ministério Público*, 35/36, pp. 85-90.
- Amaro, F.; Gersão, E. e Leandro, A. (1988). Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância (II). Lisboa, *Cadernos do CEJ*, Gabinete de estudos Jurídico-Sociais, Ministério da Justiça.
- American Psychiatric Association (1996). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (3th ed.). Washington DC. Author.
- Anderson, R. e Dartington, A. (2003). *Olhar de frente*. Lisboa, Assírio & Alvim.

- Andolfi, M. e Ângelo, C. (1989). *Tempo e mito em psicoterapia familiar*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Andolfi, M. e tal. (1995). As armadilhas das instituições. In *Interacções*, N.º 2 , ISSN, Coimbra.
- Andolfi, M.; Ângelo, C. e Saccu, C. (1995). *O casal em crise*. São Paulo, Summus Editorial.
- Andolfi, M.; Angelo, C., Menghi, P. e Nicolo-Corigliano, A. M. (1989). *Por trás da máscara familiar: Um novo enfoque em terapia da família* (3ª reedição). Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- André, C. e Lelord, F. (2000). *A auto-estima – Aprender a gostar de si para melhor viver com os outros*. Lisboa, Editorial Presença.
- Anzieu, D.; Gibello, B.; Gori, R.; Enzieu, A.; Barrau, B.; Mathieu, M. e Bion, W. R. (1979). *Psicanálise e linguagem – Do corpo à palavra*. Lisboa, Moraes Editores.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). *Estatísticas Violência Doméstica*, 2006. Lisboa.
- Araújo, A. (2005). *Crimes sexuais contra menores – Entre o direito penal e a constituição*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Araújo, H. (1997). *Síndrome do segredo: Criança/adolescente abusado e adulto abusador*. Abusos sexuais em crianças e adolescentes, Contributos do 1º Seminário Nacional, Lisboa, Associação para o Planeamento da família.
- Arfouilloux, J. C. (1975). *A entrevista com a criança – A abordagem da criança através do diálogo, do brinquedo e do desenho*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Ariés, F. (1981). *História social da criança e da família*, 2ª edição. Porto, Zahar Editores.
- Ariés, P. (1990). *História da vida privada* (5 volumes). Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Aron, R. (1991). *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, *Estatística de violência – 2006*.
- Athayde, J. S. (1987). *Elementos de psicopatologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias – Tempo, caos, processo*. Lisboa, Climepsi Editores.

- Ausloos, M. (1991). Collaborer c'est travailler ensemble. *Revue de Thérapie Familiale*, Gêneve, Vol. 12, 3.
- Azevedo, M. C. (2005). *Mau trato infantil – Causas, consequências e estratégias de prevenção*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Azevedo, M. C. e Maia, A. C. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Azevedo, M. J. M. (2003). Crianças em risco: Elas e nós. *Revista Cidade Solitária*, Pp. 74-79.
- Babcoch, J. C.; Wattz, J.; Jacobson, N. S. e Gottman, J. M. (1993). *Power and violence: The relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence*. Special section: Couples and couple therapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 1, pp. 40-50.
- Badinter, E. (1991). *O amor incerto*. Lisboa, Relógio D'água
- Badinter, E. (1992). *Um é o outro*. Lisboa, Relógio D'água.
- Badinter, E. (1997). *XY – A identidade masculina*. Lisboa, edições Asa
- Badinter, E. (2005). *Caminho errado*. Lisboa, edições Asa.
- Balint, E. & Norell, J. S. (1995). *Seis minutos para o doente: Interações na consulta de clínica geral*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Balint, M. (1993). *A falha básica: Aspectos terapêuticos da regressão*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Barbosa, M. (2005). *Comunidade educativa e participação democrática*. Comunicação proferida no Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da terapia familiar*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Barreiros, J. C. (1993). *Comunicação interpares na sala de aula: A turma como grupo e sistema de interação*. (dissertação de mestrado). Coimbra.
- Barros, J. H. e Barros, A. M. (1993). *Raciocínio, locus de controle e desempenho escolar – Perspectiva diferencial*. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 29, pp. 81-95.
- Barros, J. H.; Barros, A. M. e Neto, F. (1988). Locus de controlo e motivação para a realização. *Psychologica*, 1, pp. 57-69.
- Barros, J. H.; Neto, F. e Barros, A. M. (1992). Inteligência, locus de controlo e realização escolar. *Psychologica*, 7, pp. 85- 94.

- Barros, L. (1999). *Psicologia pediátrica: perspectivas desenvolvimentalista*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Barroso, Z. (2004). *Contribuição para uma tipologia de maus tratos infantis: Síntese dos resultados obtidos num hospital público de Lisboa*. Comunicação proferida no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milénio, Coimbra.
- Barudy, J. (1992). La violence comme organisatrice de la subjectivité individuelle, familiale et sociale. *Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence*, 40, 7, pp. 363-377.
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia. Una lectura ecosistémica del mau trato infantil*. Barcelona, Paidós Ibérica.
- Bateman, A. e Holmes, J. (1982). *Introdução à psicanálise – Teoria e prática contemporânea*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Bateson, G. (1996). *Metadiálogos*. Lisboa, Grádiva.
- Beá, E. T. (1999). *Entrevista e diagnóstico em psiquiatria e psicologia infantil*. Lisboa, Fim de Século Editores.
- Bech, A.; Freeman, A. e colab. (1993). *Terapia cognitiva dos transtornos de personalidade*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Beck, A. T.; Rush, A. J.; Shaw, B. F. e Emery, G. (1982). *Terapia cognitiva da depressão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: Teoria e prática*. Porto Alegre. Editora Artes Médicas.
- Bégoin, J. (2005). *La violence du desespoir*. Texto apresentado ao XVIII Simpósio da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Lisboa.
- Belo, M. (2007). *Filhos da mãe*. Lisboa, Edeline.
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment. An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 4, pp. 320-335.
- Benoit, J. (2004). *Tratamento das perturbações familiares*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Benoit, J.; Malarewicz, J.; Beaujean, J; Colas, Y. e Kannas, S. (1988). *Dictionnaire clinique des thérapies familiales systémiques*. Paris, Éditions ESF.
- Bento, A. e Barreto, E. (2002). *Sem-amor, sem-abrigo*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Béresniak, A. e Duru, G. (1999). *Economia da saúde*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Berger, M. (1998). *A criança e o sofrimento da separação*. Lisboa, Climepsi Editores.

- Bergeret, J. (1991). *Personalidade normal e patológica*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Bergeret, J. (2000). *La violence fondamentale*. Paris, Dunod.
- Bergman, B. e Brismar, B. (1993). Assailants and victims: A comparative study of male wife-beaters and battered males. *Journal of Addictive Diseases*, 12, 4, pp. 1-10.
- Bernard, R. (1980). Une therapie de réseau a l'ecole. *Cahiers Critiques de Therapie Familiale et de Pratiques de Reseaux*, 2.
- Bettelheim, B. (1984). *Psicanálise dos contos de fadas*. Lisboa, Livraria Bertrand.
- Bettelheim, B. (1986). *Só amor não basta*. Lisboa, Moraes Editores.
- Bettelheim, B. (1987). *A fortaleza vazia*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- Bindé, J. (2006). *Para onde vão os valores?*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Bion, W. R. (1991). *A atenção e interpretação: Acesso científico à intuição em psicanálise e grupos*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Bion, W. R. (1991). *Elementos em psicanálise*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Bion, W. R. (1991). *A atenção e interpretação: Acesso científico à intuição em psicanálise e grupos*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Biscaia, J. e Negrão, F. (1999). As crianças e os maus tratos. *Brotéria Revista de Cultura*, 4, pp. 433-352.
- Blanck, G. & Rubin (1983). *Psicologia do Ego: Teoria e prática*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Blander, R. e Grinder, J. (1982). *Resignificando – Programação neurolingüística e a transformação do significado*. São Paulo, Summus Editorial.
- Bloch, S. (1999). *Uma introdução às psicoterapias*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Bloom, A. (1988). *A cultura inculta*. Lisboa, Europa-américa.
- Bockus, F. (1988). *Terapia do casal*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Boekholt, M. (2000). *Provas temáticas na clínica infantil*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Boimare, S. (2001). *A criança e o medo de aprender*. Lisboa Climepsi.
- Boletim da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, Ano 3, Nº 4, Abril 1996.

- Bolieiro, H. I. D. (2005). *A criança e os seus direitos*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Bollas, C. (1992). *A sombra do objecto; Psicanálise do conhecido não-pensado*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Booker, M.J. et al. (1991). Hostility and stress as mediators of aggression in violent men. *Journal of family violence*, 6,3, pp217 -241.
- Bornstein, P. E Bornstein, M. (1992). *Terapia de pareja*. Madrid, Ediciones Pirámide.
- Boscolo, L.; Cecchin, G.; Hoffman, L. e Penn, P. (1993). *A Terapia familiar sistémica de Milão – Conversações sobre teoria e prática*, Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Boscolo, L.; Cecchin, G.; Hoffman, L e Penn, P. (1993). *A terapia familiar de Milão*. Porto Alegre, Artes Médicas Editora.
- Bourgeois, M. (2001). *Anedonia – O não prazer e a psicopatologia*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Braconnier, A. (1996). *O sexo das emoções*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Braconnier, A. (2000). *Psicologia dinâmica e psicanálise*. Lisboa Climepsi Editores.
- Bracons, M. (2005). *O direito ao afecto*. Conferência da CPCJ, Alcanena.
- Branco, M. S. C. (2007). *Histórias vividas e narradas no feminismo*. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Lisboa, Univ, Aberta.
- Braudel, F. (1982). *História e ciências sociais* (4ª edição). Lisboa, Editorial Presença.
- Brazelton, T. B. e Cramer, B. G. (2001). *A relação mais precoce, os bebés e a interacção precoce*. Lisboa, Terramar.
- Brisset, C. (2005). *Um mundo que devora as suas crianças*. Porto, Campo das Letras Editores.
- Brito, J.M.B. (coord.) (2001). *O país em revolução*. Lisboa, Notícias Editorial.
- Brockman, R. (2001). *Um mapa da mente – Para uma ciência da psicoterapia*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Bronfenbrenner, V. (1979). *The Ecology of human development*. Cambridge, Havard University Press.
- Brouet, O. et Michard, P. (1988). Communiquer a l'école: L'approche de l'analyse systémiques. *Cahiers pédagogiques*, Nº 268, pag. 7, Paris.

- Brouet, O. et Pierrelée, M. (1988). Pour une réforme de la pensée. *Cahiers pédagogiques*, N° 268, pp. 29-32, Paris.
- Brown, D. e Pedder, J. (1997). *Princípios e prática das psicoterapias*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Brown, D. P. e Fromm, E. (1986). *Hypnosetherapy and hypnoanalyses*. London, Lawrence Erlbaum Assoc.
- Bruner, J. (1977). *O processo da educação*. Lisboa, Edições 70.
- Bruner, J. (1997). *Actos de significado*. Lisboa, Edições 70.
- Burkert, W. (1991). *Mito e mitologia*. Lisboa, Edições 70.
- Caballo, V. E. (1996). *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento*. São Paulo, Livraria Santos Editora.
- Cabral, M. F. S. (1998). *Pensar a emoção*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Cadernos de Bio-Ética* 5 (1993). Coimbra, Edição CEB.
- Cadernos de Bio-Ética* 7 (1994). Coimbra, Edição CEB.
- Caillé, P. (1991). *Un et un font trois*. Paris, ESF.
- Calheiros, M. (1997). *Caracterização das crianças em risco no concelho de Vila Franca de Xira*. Departamento de Acção sócio-Cultural/Gabinete de Estudos Câmara municipal de Vila Franca de Xira.
- Calil, V. L. L. (1987). *Terapia familiar e de casal* (2ª edição). São Paulo, Summus Editorial.
- Canavarro, J. M. (2000). *O que se pensa sobre a ciência*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Canha, J. (2003). *Criança maltratada. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos*. (2ª Edição) Coimbra, Quarteto Editora.
- Cánton, D. e Cortés, A. (1997). *Malos tratos y abuso sexual infantil*. Madrid, Siglo XXI de España Editores.
- Caplan, G. (1980). *Princípios de psiquiatria preventiva*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Cardoso, R. M. (coord.) (1998). *A outra metade da medicina*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Carmo, R.; Guerra, P. e Alberto, I. (2002). *O abuso sexual de menores. Uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia*. Coimbra, Almedina.

- Carneiro, R. e colaboradores (2005). *Casa Pia de Lisboa: Um projecto de esperança – As estratégias de acolhimento das crianças em risco*. Cascais, Principia.
- Carrilho, L (1995). *Meia laranja – O que os jovens dizem da toxicodependência*. Porto, Edições Afrontamento.
- Carrilho, M. M. (direc.) (1991). *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Casey, J. (1996). *História da Família*. Lisboa, Circulo dos Leitores
- Chabert, C. (1998). *O Rorschach na clínica do adulto*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Chabert, C. (2000). *A psicopatologia à prova no Rorschach*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Chaumier, S. (2002). *A (des)ligação amorosa*. Porto, Âmbar.
- Chauvin, R. (2002). *O homem, o símio e a ave*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Chbani, H e Pérez-Sánchez, M. (1998). *O quotidiano e o inconsciente – O que se observa torna-se mente*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Cirillo, S. e Blasio, P. (1991). *Niños maltratados - Diagnóstico y terapia familiar*. Barcelona, Ediciones Paidós.
- Clara, R. (1991). *Crianças vítimas de sevícias ou de negligências: Diagnóstico e tratamento – Dez anos de experiência no “Centro médico confidente” de Antuérpia*. Lisboa. *Infância e Juventude*, (91.2), p. 9 – 30.
- Clegg, F. (1995). *Estatística para todos*. Lisboa, Gradiva.
- Clemente, R. (1989). Famílias de transição. Uma resposta possível à criança privada de meio familiar normal. *Infância e Juventude*, 1, pp. 33-48.
- Cloninger, S.C. (2003). *Teorias da Personalidade*. S. Paulo, Martins Fontes
- CNPCJR. (2000). *Tipologia das situações de perigo para a criança/jovem*. Documentos enviados às CPCJ.s.
- Coelho, E. (1995). *Sonho e razão: Ao lado do artificial*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Coelho, R. (2004). *Depressão – Perspectiva psicodinâmica*. Lisboa, Lidel Edições.
- Cohen, D. (1977). *Os psicólogos e a psicologia*. Lisboa, Edições 70.

- Cóias, J. (1987). Programa de controlo de comportamentos numa perspectiva cognitivo-comportamental, aplicada em meio institucional. Lisboa *Infância e Juventude*, 87.1 p. 23 -37.
- Coimbra, A.; Faria, A. e Montano, T. (1990). ANOVA: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus tratos. *Análise Psicológica*, 2 (VIII), pp. 193-201.
- Coniam, S. W. e Diamond, A. W. (1997). *Controlo da dor*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Convenção sobre os Direitos da Criança* (2004), Lisboa, Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança
- Cooper, D..(1971). A decadência da família.Queluz de Baixo, Portugaláia.
- Cooper, D. (1979). *Gramática da vida*. Lisboa, Editorial Presença.
- Cooper, D. (1983). *A Linguagem da loucura*. Lisboa, Editorial Presença.
- Coppolillo, H. (1990). *Psicoterapia psicodinâmica de crianças – Uma introdução à teoria e às técnicas*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Cordeiro, J. C. D. (2000). *Viver feliz*. Lisboa, Bertrand Editora.
- Cordeiro, J. D. (1987). *A saúde mental e a vida*. Lisboa, Edições Salamandra.
- Cordeiro, M. (1997). *Quebrar o silêncio: Indicadores de verbalização*. Abusos sexuais em crianças e adolescentes, Contributos do 1º Seminário Nacional, Lisboa, Associação para o Planeamento da família.
- Cordeiro, Mário (2002). Maus tratos a crianças e adolescentes – Chegou o momento de dizer “basta”!. Lisboa, *Revista Portuguesa de Clínica Geral*.
- Cordioli, A. V. (1998). *Psicoterapias – Abordagens actuais*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Corney, R. (edição) (1996). *O desenvolvimento das perícias de comunicação e aconselhamento na medicina*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Correia L. (2003). *Inclusão e necessidades educativas especiais. Um guia para Educadores e professores*. Porto, Porto Editora.
- Corte-Real, I. (2005). *Administração pública: Direitos e responsabilidades*. Comunicação proferida no Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Costa, J. M. B. (2003). *Sexo, nexo e crime*. Lisboa, Edições Colibri.
- Costa, J. P. (2004). *Ao sabor do tempo*. Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições.

- Costa, J. S.; Vicente, R. G. e Prado, R.M.R. (1994). *Mitos, casamentos, ditos e não ditos*. Texto sobre o mito familiar, apresentado na Universidade de S. Paulo.
- Costa, M. E. (1994). *Divórcio, monoparentalidade e recasamento – intervenção psicológica em transições familiares*. Lisboa, Edições Asa.
- Costa, M. E. e Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto, Âmbar.
- Côté, R. (1997). *Droga: A guerra quimérica*. Lisboa, Ulmeiro.
- Craig, R. J. (1991). *Entrevista clínica e diagnóstica*. Porto Alegre. Editora Artes Médicas.
- Crepet, P. (2004). *Não somos capazes de os ouvir – O que é ser pai ou mãe num mundo em transformação, potenciador de perigos e enormes desafios?*. Porto, Âmbar.
- Csikszentmihalyi, M. (1998). *Novas atitudes mentais*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Cyrułnik, B. (2003). *Resiliência – Essa inaudita capacidade de construção humana*. Lisboa, Instituto Piaget.
- D' Oliveira, T. (2002). *Teses e dissertações – Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. Lisboa, Editora RH.
- Damásio, A. R. (1995). *O erro de Descartes: Emoção, razão e cérebro humano*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Damásio, A. (2000). *O sentimento de si: O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Damásio, A. (2003). *Ao encontro de Espinosa: As emoções sociais e a neurologia do sentir*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Danziger, C. (coord.) (2002). *Violência das famílias – Mal de amor*. Lisboa Climepsi Editores.
- De Paúl, J. e Arruabarrena, M. (1996). *Manual de protección infantil*. Barcelona, Masson.
- Decobert, S. e Sacco, F. (2000). *O desenho no trabalho psicanalítico com a criança*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Delaroche, P. (2001). *Aprender a dizer não*. Lisboa, Terramar Editores.
- Deleuse, G. e Guattari, F. (1996). *O anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Deteção de Drogas*, 2ª Edição, (1998). Presidência do Conselho de Ministros (Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga).

- Devlin, K. (1999). *Adeus Descartes – O fim da lógica e a procura de uma nova cosmologia do pensamento*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Dewald, P. (1989). *Psicoterapia – Uma abordagem dinâmica*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas..
- Dias, C. A. (1979). *O que se mexe a parar: Estudos sobre a droga*. Porto, Edições Afrontamento.
- Dias, C. A. (1983). *Espaço e relação terapêutica*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Dias, C. A. (1988). *Para uma psicanálise da relação*. Porto, Edições Afrontamento
- Dias, C. A. (1988). *A bondade e o perdão: Ensaio psicanalítico sobre algumas qualidades do bom objecto interno*. Coimbra, Escher.
- Dias, C. A. (1991). *Ali Babá – Droga: uma neurose diabólica do século vinte*. Coimbra, Escher.
- Dias, C. A. (1992). *Aventuras de Ali-Babá nos túmulos de Ur – Ensaio psicanalítico sobre a somatopsicose*. Lisboa, Fenda Edições.
- Dias, C. A. (1993). *Palcos do imaginário: Textos psicodramáticos*. Lisboa, Fenda.
- Dias, C. A. (1994). *Só Deus em mim se opõe a Deus: Um seminário de psicanálise*. Lisboa, Fenda.
- Dias, C. A. (1995). *(A) Re-pensar*. Porto, Edições Afrontamento.
- Dias, C. A. (1997). *Tabela para uma nebulosa – Desenvolvimentos a partir de Wilfred R. Bion*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Dias, C. A. (1999). *O negativo ou o retorno a Freud*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Dias, C. A. (2000). *Falas públicas do inconsciente*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Dias, C. A. (2000). *Freud para além de Freud*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Dias, C. A. (2000). *Volto já: Ensaio sobre o real*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Dias, C. A. (2003). *Modelos de interpretação em psicanálise*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Dias, C. A. (2004). *Costurando as linhas da psicopatologia borderland (Estados limite)*. Lisboa, Climepsi Editores.

- Dias, C. A. e Alves, F. (1995). *Avenida de Ceuta nº 1*. Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Dias, C. A. e Fleming M. (1998). *A psicanálise em tempo de mudança*. Porto, Edições Afrontamento.
- Dias, C. A. e Monteiro, J. S. (1989). *Eu já posso imaginar que faço*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Dias, C. A. e Ribeiro L. S. (coord.) (1994). *Caos & meta-psicologia*. Lisboa, Fenda.
- Dias, M. O. (2000). A família numa sociedade em mudança: Problemas e influências recíprocas. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp. 81-102.
- Diatkine, R. (1990). Développement psychique et transmission culturel. *Enfance*, 43 (1-2); págs 25-32.
- Diatkine, R. (1996). *A criança no adulto ou a eterna capacidade de sonhar*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Dietrich, G. e Walter, H. (1978). *Vocabulário fundamental de psicologia*. Lisboa, Edições 70.
- Dinis, S. (1993). A criança maltratada – Um ponto de vista. *Nascer e Crescer*, 2, 3 pp. 163-164.
- Diniz, A. M. (2004). *Sobre essas coisas a que chamamos crenças*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Diniz, J. S. (1993). *Este meu filho que eu não tive – A adopção e os seus problemas*. Porto, Edições Afrontamento.
- Doerner W. G. e Lab, S.P. (1995). *Victimology*. Cincinnati: Anderson Publishing Co.
- Doise, W. e Mugny, G. (2002). *Psicologia social & desenvolvimento cognitivo*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Dorozynski, Al. e colab. (1982). *A manipulação dos espíritos*. Lisboa, Assírio a Alvim.
- Dorsch, F.; Hächer, H. e Stapf, K. (editores) (2001). *Dicionário de psicologia Dorsch*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Drake, B. e Pandey, S. (1996). Understanding the relationship between neighborhood poverty and specific types of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, (20.11), pp. 1003-1018.
- Duarte-Fonseca, A. C. (2005). *Internamento de menores delinquentes – A lei portuguesa e os seus modelos: Um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição*. Coimbra, Coimbra Editora.

- Duarte, A.P. & Lima, M.L. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações da namoro de jovens estudantes portugueses. Coimbra, *Psychologica*, 43, p.105-124.
- Dutton, D. G.; Saunders, K.; Starzomski, A. & Bartholomew, K. (1994). Intimacy-anger and insecure attachment as precursors of abuse in intimate relationships. *Journal of Applied Social Psychology*, 24, 15, pp. 1367-1368.
- Dutton, M. A. (1996). *Battered women's strategic response to violence: The role of context*. In Edleson, J. L. & Eisikovits, Z. C. (Eds). *Future interventions with battered women and their families*. London: Sage Publications.
- Eco, U. (1982). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa, Editorial Presença.
- Edleson, J. L.; Eisikovits, Z. C.; Guttman, E. e Sela-Amit, M. (1991). Cognitive and interpersonal factors in women abuse. *Journal of Family Violence*, vol. 6, 2, pp. 167-181.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1987). *Amor e ódio*. Lisboa, Teorema.
- Eiguer, A. (1981). Les organisateurs inconscients de la famille. *Cahiers critiques de thérapie familiale et de pratiques de réseaux*, N° 45, pp. 33-49. Paris, Editions Universitaires.
- Eiguer, A. (1999). *Pequeno tratado das perversões morais*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Eiguer, A. (2006). Entrevista com o prof. Alberto Eiguer, *Interacções*, vol. XI, 21, pp. 167-172.
- Eliade, M. *Aspectos do Mito*. Lisboa, Edições 70.
- Elkaïm, M. (1981). Non-équilibre, hasard et changement en thérapie familiale. *Cahiers critiques de thérapie familiale et de pratiques de réseaux*, N° 45, pp. 55-61. Paris, Editions Universitaires.
- Elkaïm, M. (1988). *Formações e práticas em terapia familiar*. Porto Alegre, Artes Médicas Editora.
- Elkaïm, M. (organizador); (1988). *Formações e práticas em terapia familiar*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Eribon, D. (1990). *Michel Foucault*. Lisboa, Edição Livros do Brasil Lisboa.
- Eribon, D. (1996). *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor..
- Estratégias de combate à violência doméstica – Manual de Recursos*. Lisboa 2003, Gabinete das Nações Unidas de Viena/ Ministério da Saúde.

- Evequoz, G. (1987). *Le contexte scolaire et ses otages*. (2ª edição). Paris, ESF.
- Eysenck, H. J. (1957). *Verdades e mentiras da psicologia*. Lisboa, Editora Ulisseia.
- Fábregas, J. L. e Calafat, A. (1978). *Política da psiquiatria – Conversando com Laing*. Lisboa, Moraes Editores.
- Falardeau, G. (1999). *As crianças hiperactivas*. Mem Martins, Edições Cetop.
- Fávero, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Fédida, P. (1978). *O conceito e a violência*. Lisboa, Socicultur.
- Feixo, M. J. (2006). *Teorias e modelos de comunicação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Fernandes, A. T. (2005). *Para uma sociedade inclusiva no exercício da plena cidadania*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Fernandes, L. (1997). *Etnografia urbana das drogas e do crime*, Lisboa. Gabinete do Planeamento e de coordenação do combate à droga - Ministério da Justiça.
- Fernandes, L. (1998). *O Sítio das drogas*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, P. (2000). *A depressão no idoso*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Ferraz de Abreu, P. (2001). *II Encontro de Investigadores Portugueses*, Ponta Delgada, Açores
- Ferreira da Silva, L. (1995). *Entre marido e mulher alguém meta a colher*. À Bolina Editores, Lda.
- Ferreira Marques, J. H. (1970). *Manual da escala de inteligência de Wechsler para crianças (WISC). Adaptação e aferição para Portugal*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- Ferreira Marques, J. H. (1975). *A diferença entre o QI verbal e o QI de realização nas escalas de Wechsler*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, pp. 159-171.
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, pp. 5-20.
- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacte desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, pp. 19-45.

- Figueiredo, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: teoria, Investigação e Prática*, 3, pp. 197-216.
- Figueiredo, B.; Fernandes, E.; Matos, R. e Maia, A. (2001). *Violência e vítimas de crimes*, Vol. 1. Coimbra, Quarteto Editora.
- Figueiredo, B.; Paiva, C.; Maia, A.; Fernandes, E. e Matos, R. (2004). História de abuso durante a infância em pais na comunidade. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp. 197-216.
- Figueiredo, E. (1985). *No Reino de Xantum – Os jovens e o conflito de gerações*. Porto, Edições Afrontamento.
- Figueiredo, E. (1991). *Psicanálise da saudade*. Lisboa, Edições O Jornal.
- Filliozat, I. (1998). *A inteligência do coração*. Lisboa, Editora Pergaminho.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse. New theory and research*. New York: The Free Press.
- Fischer, G. (1992). *A dinâmica social: Violência, poder, mudança*. Lisboa, Planeta Editora/ISPA.
- Fisher, H. E. (1994). *Anatomia do amor*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Fleming, A.; Ruble, D. N.; Flett, G. L. e Shaul, D. L. (1988). Postpartum adjustment in first-time mothers: Relations between mood, maternal attitudes, and mothers-infant interactions. *Developmental Psychology*, 24 (1), pp.71-81.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e autonomia*. Porto, Edições Afrontamento.
- Fleming, M. (1995). *Família e toxicodependência*. Porto, Edições Afrontamento.
- Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer – Psicologia da adolescência*. Porto, Edições Afrontamento.
- Fonseca, A. C. e Campos, I. (1990). Um inventário de percepção de si próprio para crianças e adolescentes: Um estudo exploratório. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, pp. 289-302.
- Fonseca, A. C. (1992). Escala de ansiedade manifesta. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, pp. 141-156.
- Fonseca, A. C.; Simões, A.; Rebelo, J. A.; Ferreira, J. A. e Cardoso, F. (1995). O inventário de comportamentos da criança para professores – Teachers Report Form (TRF). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, pp. 81-102.
- Fonseca, A. C. (1998). A avaliação psicológica da ansiedade em crianças e adolescentes: Uma revisão de métodos e instrumentos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, pp. 59-95.

- Fonseca, A. C. (1998). Problemas de ansiedade em crianças e adolescentes. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, pp. 7-33.
- Fonseca, A. C.; Rebelo, J. A.; Ferreira, J. A.; Pires, C. L.; Formosinho, M. D.; Silva, T. e Gregório, M. H. (1999). Uma nova escala de ansiedade para crianças: A escala de Spence. *Psychologica*, 21, pp. 97-111.
- Fonseca, A.C., Ferreira, A.G., Rebelo, J.A., Simões, M.D.F., Pires, C.L. & Gregório, M.H. (2002). O estudo da depressão em crianças: A escala de auto-avaliação da depressão de Birlson. Coimbra. *Psychologica*, 29, pp. 113 -122.
- Fonseca, A.C. e tal. (2004). *Crianças e jovens em risco*. Coimbra, Almedina.
- Fonseca, M.J. (1997). Ciências da Educação e Filosofia da Educação. *Revista Millenium on line*, 6.
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Forest-Divonne, A. (1988). *Fragments d'analyse systématique*. Cahiers pédagogiques, 268, pp. 10-12, Paris.
- Fortuna, C. (2005). *Cidade e cidadania: perspectivas sobre os espaços públicos urbanos*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Foucault, M. (1997). *História da loucura*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- Foucault, M. (1998). *As palavras e as coisas*. Lisboa, Edições 70.
- Foucault, M. (2005). *Vigiar e punir – História da violência nas prisões*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Foulkes, S. H. (1970). *Grupo – Análise terapêutica*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Francês, A. e Ross, R. (1999). *DSM-IV – Casos clínicos. Guia para o diagnóstico diferencial*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Francis, R. D. (2004). *Ética para psicólogos*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Freud, A. (1987). *Infância normal e patológica: Determinantes do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Freud, S. (1999). *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Fromm, E. (1983). *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan
- Gabinete das Nações Unidas de Viena/Ministério da Saúde,(2003). *Estratégias de combate à violência doméstica – Manual de Recursos*. Lisboa.
- Gallagher, L. J. (2004). *Cultura y Valores, Instituto de Ciencias, Artes y Literatura Alexandre Lipschutz* Buenos Aires. I

In www.icalquinta.cl/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=.

Gallardo, J.A. (1994). *Maus tratos à criança*. Porto, Porto Editora.

Galvão-Teles, A. (1989). *A obesidade – Comportamentos, alimentação e saúde*. Lisboa, Texto Editora.

Gameiro, A. (1989). *Manual de saúde mental e psicopatologia*, (4ª edição). Porto, Edições Salesianas.

Gameiro, J. (1992). *Voando sobre a psiquiatria – Análise epistemológica da psiquiatria contemporânea*. Porto, Edições Afrontamento.

Gameiro, J. (1994). *Quem sai aos seus....* Porto, Edições Afrontamento.

Gameiro, J. (1997). *Os meus, os teus e os nossos – Novas formas de família*. Lisboa, Terramar Editores.

Gameiro, J. (2004). *Nem contigo nem sem ti*. Lisboa, Terramar Editores.

Gameiro, J. e Sampaio, D. (1992). *Terapia familiar*. Porto, Edições Afrontamento.

Garcia, C. I. e Conesa, J. M. (1986). Niños maltratados: Sistemas de detección. *Revista ROL de Enfermaria*, 98, pp. 54-57.

Garcia, M. G. D. (2005). *Poder e direito no feminino ou simplesmente poder e direito?*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.

Garrett, H. E. (1979). *Grandes experimentos da psicologia* (4ª edição). São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Geismar-Wieviorka, S. (1999). *Nem todos os toxicómanos são incuráveis*. Lisboa, Terramar Editores.

Gelles, R. J. (1993). Constraints against family violence: how well do they work? Special issue: The impact of attachment and caregiving. *Child Abuse & Neglect*, 20; pp. 575-586.

Gelles, R. J. (1994) Research and advocacy: can one wear two hats? *Family Process*, 33 pp 93-95.

Gerber, G.L. (1991). Gender stereotypes and power: perceptions of the roles in violent marriages. *Sex roles*, 24, pp. 439-458.

Gerlinghoff, M. e Backmund, H. (1997). *Anorexia e bulimia*. Lisboa, Editorial Presença.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (2001). *O inquérito – Teoria e prática*. Oeiras, Celta Editora.

Gibello, B. (1998). *A criança com perturbações da inteligência*. Lisboa, Climepsi Editores.

- Gibello, B. (1999). *O pensamento incontido*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Giddens, A. (1997). *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (1999). *O mundo na era da globalização*. Lisboa, ed. Presença.
- Gleitman, H. (1993). *Psicologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilliéron, E. (1997). *Manual de psicoterapias breves*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Gilliéron, E. (2001). *A primeira entrevista em psicoterapia*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Goffman, E. (1988). *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Editora Ganabara.
- Goldberg, D. e Huxley, P. (1996). *Perturbações mentais comuns – um modelo bio-social*. Lisboa Climepsi Editores.
- Goldstein, S. e Goldstein M. (2003). *Hiperactividade como desenvolver a capacidade de atenção da criança*. São Paulo, Papirus Editora.
- Goleman, D. (1996). *Inteligência emocional*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Goleman, D. (1999). *Trabalhar com inteligência emocional*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Goleman, D. (2006). *Inteligência social: A nova ciência do relacionamento humano*. Lisboa, Temas e Debates – Actividades Editoriais.
- Gomes-Pedro, J. (2005). *Para um sentido de coerência na criança*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Gomes-Pedro, J.; Nugent, J. K.; Young, J. G. e Brazelton, T. B. (2005). *A criança e a família no século XXI*. Lisboa, Dinalivro.
- Gonçalves, M. E. (2005). *Democracia e cidadania na sociedade de informação*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Gottman, J. e Declaire, J. (1999). *A inteligência emocional na educação*. Lisboa, Pergaminho.
- Gouveia, J. A. V. P. (1990). *Factores cognitivos de vulnerabilidade para a depressão (estudos da sua interacção com os acontecimentos de vida)*. Coimbra
- Grande Enciclopédia Universal. 2004. Lisboa, ed. Durclub, S.A.
- Green, A. (2000). *As cadeias de Eros*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Grinberg, L. (2000). *Culpa e depressão*. Lisboa, Climepsi Editores.

- Grinberg, L. e Grinberg, R. (1998). *Identidade e mudança*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Grinberg, L.; Sor, D. e Bianchedi, E. T. (1991). *Nueva introduccion a las ideas de Bion*. Madrid, Tecnipublicaciones.
- Grotstein, J. S. (1999). *O buraco negro*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Gruen. A. (1995). *A loucura da normalidade*. Lisboa, Assírio & Alvim
- Gruen, A. (1996). *A traição do eu*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Gruen, A. (1997). *Falsos deuses*. Lisboa. Editora Paz
- Guedeney, N. e Guedeney, A. (2004). *Vinculação – Conceitos e aplicações*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Guénard, T. (2005). *Mais forte que ódio*. Lisboa, Editora Livros do Brasil.
- Gurvitch, G. (1968). *A vocação actual da sociologia* (Vol. 1). Lisboa, Edições Cosmos.
- Habib, M. (2000). *Bases neurológicas dos comportamentos*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Hackler, J. (1991). The reduction of violent crime through economic equality for women. *Journal of Family Violence*, 6, 2, pp. 199-215.
- Haley, J. (1980). *Terapia para resolver problemas – Nuevas estratégias para una terapia familiar eficaz*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- Hall, C. S.; Lindzey, G. e Campbell, J. B. (2000). *Teorias da personalidade* (4ª edição). Porto Alegre, Artes Médicas Editora.
- Hall, E. T. (1986). *A dimensão oculta*. Lisboa, Relógios d'Água Editores.
- Hallstrom, C e McClure, N. (2000). *Ansiedade e depressão – Perguntas e respostas*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Hamon, H. (1988). Os aspectos jurídicos da violência contra as crianças. *Infância e juventude*, 88.1, p. 29 -49, Lisboa.
- Handy, C. (2006). *O meu eu e outros temas importantes*. Lisboa, Actual Editora.
- Harlow, H. (1976). *A natureza do amor*. In D. W. Rajecki e al. As ligações infantis, pág.s79-104. Amadora: Bertrand (tradução de Soczka,L.).
- Harry, K. e Donahue, E. (1995). *Conheça-se a si próprio*. Lisboa, Círculo dos Leitores.

- Hartmann-Petersen, P. e Pigford, J. N. (1991). *Dicionário de Ciência*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Haynal, A.,; Pasini, W. e Archinard, M. (1998). *Medicina psicossomática – Perspectivas psicossociais*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Heatherington, L. y Friedlander, M. (1993). La pragmática de la comunicación en terapia familiar. *Cuadernos de terapia familiar*, N.º 23-24, pp. 59-78. Madrid.
- Holtzworth, M. A.; Jacobson, N. S.; Fehrenbach, P. A e Fruzzetti, A. (1992). Violent married couples attributions for violent and non-violent self and partner behaviours. *Behavioral Assessment*, 14,1, págs 53-64.
- Horowitz, A. (1991). *Mitos e lendas*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Hout, R. (2002). *Métodos quantitativos para as ciências humanas*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Huerre, P.; Pagan-Reymond, M. e Reymond, J. (2000). *A adolescência não existe – História das tribulações de um artifício*. Lisboa, Terramar.
- Hurlbert, D.F. et al. (1991), Etiological characteristics of abusive husbands. *Military Medicine*, 156, 12, pp. 670-675.
- Imber-Black, E. e colaboradores (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Inaba, B. S e Chen, W. E. (1994). *Drogas: Estimulantes, depressores e alucinógenos – Efeitos físicos e mentais das drogas psicoactivas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Infância e Juventude (1968). *Os maus tratos e os actos de crueldade de que são vítimas as crianças*. 54, pp. 7-15.
- Infância e Juventude (1970). *O drama das crianças maltratadas*, 61, pp. 5-9.
- Infância e Juventude (1985). Recomendação nº R (85), do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados membros sobre *a violência no seio da família*, 4, pp. 27-30.
- Infância e Juventude (1986). *Violência na família*. 3 pp. 59-62.
- Infância e Juventude (1992). *Estatística*. 3, pp. 83-90.
- IPSS. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e Juventude*. Lisboa, ISCTE.
- Iturra, R. (2001). *O caos da criança: Ensaio de antropologia da educação*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Jacquey, X. (1988). Retrouver le chemin de l'école. *Cahiers pédagogiques*, Nº 268, pp. 16-17, Paris.

- James, W. (1973). *Experiências de um psiquista*. Lisboa, Moraes Editores.
- Jeammet, N. (1990). *O ódio necessário*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Jenkins, R.; Newton, J. e Young R. (1996). *A prevenção da depressão e da ansiedade*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Jenson, J. (1998). *Reclamar a vida*. Lisboa, Paz Editora.
- Jesi, F. (s/d) *O mito*. Editorial Presença.
- Jesus, S. N. (1996). *A motivação para a profissão docente. Contributo para a clarificação de situações de mal-estar e para a fundamentação de estratégias de formação de professores*. Lisboa, Estante Editora.
- Jones, E. (1999). *Terapia dos sistemas familiares*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Jouvet, M. (1992). *O sono e o sonho*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Jouvet, M. (2001). *Porque sonhamos? Porque dormimos?* .Lisboa, Instituto Piaget.
- Joyce-Moniz, L. (1992). *Psicopatologia do desenvolvimento do adolescente e do adulto*. Alfragide, Editora McGraw-Hill de Portugal.
- Karli, P. (1995). *O cérebro e a liberdade*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Karp, D. A. (2002). *Diz-me: porque estás tão triste?*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Kaufmann, J. (2001). *Ego – Para uma sociologia do indivíduo*.Lisboa. Instituto Piaget.
- Kempe, S. e Kempe, H. (1985). *Niños maltratados*. Madrid, Edições Morata.
- Kemper, W. (s/d). *O sonho esse desconhecido*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Kennedy, L. W.; Forde, d. R.; Smith, M. D. e Dutton, D. G. (1991). Knowledge of spouse abuse in the community: A comparison across locations. *Journal of Family Violence*, 6, 3, pp. 303-318.
- Kernberg, O. F. (1995). *Agressão nos transtornos de personalidade e nas perversões*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Klein, L. (1964). *Fontes do inconsciente*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Klein, M. (1991). *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Volume III das obras completas de Melanie Klein. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Kleinmuntz, B. (1982). *Personality and psychological assessment*. New York, St. Marint's Press.

- Knoke, A.; Figueiredo, E.; Tajfel, H.; Leyens, J. P.; Jesuíno, J.C.; Caeiro, L.; Bonami, M.; Crozier, M.; Stoer, S. e Doise, W. (1982). *Mudança social e psicologia social*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Kohut, H. (1988). *Psicologia do self e a cultura humana – Reflexões sobre uma nova abordagem psicanalítica*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Kruttschnitt, C. e Dornfeld, M. (1993). Exposure to family violence: A partial explanation for initial and subsequent levels of delinquency? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 3, 2, pp. 61-75.
- Lacan, J. (1987). *A família*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Laing, R. D. (1979). *A psiquiatria em questão*. Lisboa, Editorial Presença.
- Lapidus, I. M. e Khosrokhavar, F. (1998). *Religião, estado e martírio no Islão*. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Laplanche, J. e Pontalis, J.B. (1970) *Vocabulário da Psicanálise*, Lisboa, Moraes editores
- Lara, A. (1997). *Deficiências psíquicas provocadas por carência de cuidados familiares*. Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga.
- Leal, I. (1999). *Entrevista clínica e psicoterapia de apoio*. Lisboa, ISPA.
- Leal, I. (1999). *Dia-a-dia*, Lisboa. Paz Editora
- Leal, I. (2001). *Gostar de quem não gosta de nós e outras crónicas*. Lisboa, Editora Areia Branca.
- Leal, I. (2005). *Guia de Sentimentos prováveis*. Lisboa, Casa das Letras
- Leal, M. R. M. e Garcia, R. M. B. (1977). *O processo de homonização – Bios transforma-se em psyche*. Lisboa, Associação de Pedagogia Infantil (Escola Superior de Educadores da Infância Maria Ulrich).
- Leal, M. R. M. (1997). *A grupanálise: Processo dinâmico de aprendizagem*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Leal, M. R. M. (1999). *A psicoterapia como aprendizagem – Um processo dinâmico de transformação*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Leandro, A. (1988). A problemática da criança maltratada em Portugal. Alguns aspectos jurídicos e judiciais. *Revista do Ministério Público*, 35/36, pp. 55-84.
- Leandro, A. (2005). *A criança e os seus direitos*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Leandro, A. (2006). Entrevista. *Noticias Magazine* de 12 de Março, p. 33-38.

- Le Doux, J. (2000). *O cérebro emocional: As misteriosas estruturas da vida emocional*. Cascais, Editora Pergaminho.
- Levy-Basse, R. et Michard, P. (1988). La vision systémique de la relation pédagogique. Cahiers pedagogiques, N° 268, pp.8-9, Paris.
- Lewin, Kurt (1964). *Psychologie dynamique* (2ª ed.). Paris, Presses Universitaires de France.
- Leyens, J. Ph. (1985). *Teorias da personalidade na dinâmica social*. Lisboa, Verbo.
- Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio*. Lisboa, Relógio d'Água Editores.
- Lipovetsky, G. (2004). *Metamorfoses da Cultura Liberal*, Sulima, Porto Alegre.
- Lloyd, S. A. (1990). Conflict types strategies in violent marriages. *Journal of Family Violence*, 5, 4, pp. 269-284.
- Loew, C. A.; Grayson, H e Loew, G. H. (1984). *Três abordagens em psicoterapia: Uma comparação clínica*. São Paulo, Summus Editorial.
- Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia (1992).Lisboa, Editorial Verbo.
- Lopes, S. (1996). Delinquência: Privações psicossociais na primeira e segunda infâncias. *Interações*, 3, pp. 147-160.
- Lopes,M.A. (2004).Crianças e Jovens em Risco nos séculos XVIII e XIX.o caso português no contexto europeu.*Crianças e Jovens em Risco*.Coimbra, Almedina,pp 37-63
- Lopez, F. (1995). *Prevención de los abusos sexuales de menores y educación sexual*. Salamanca, Amarú Ediciones.
- Lopez, F. e Fuertes, A. (1999). *Para compreender a sexualidade*. Lisboa, Associação para o Planeamento da Família.
- Lorenz, K. (1992). *A agressão. Uma história natural do mal*. Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Loureiro.M.J. (1999). Tratamento da depressão em crianças e adolescentes (aspectos gerais).Coimbra. *Psychologica*, 21. pp.65 – 78.
- Luft, L. (2004). *Pensar é transgredir*. Lisboa, editorial Presença
- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas: Um estudo representativo na região Norte. *Psychologica*, 40, p. 173-194.
- Machado, C. (1996). Maus tratos de menores, vitimização e poder:Proposta de um modelo integrado de análise. Braga. *Psicologia – Teoria, investigação e prática*, 1, p.133 – 148.

- Machado, C. e Gonçalves R. A. (2002). *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 1 - Adultos). Coimbra, Quarteto Editora.
- Machado, C. e Abrunhosa, R. (2003). *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 2 – Crianças). Coimbra, Quarteto Editora.
- Magalhães, R. (1999). *Paixões e singularidades*. Lisboa, Angelus novus.
- Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra, Quarteto.
- Mahler, M. (1989). *As psicoses infantis e outros estudos*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Malpique, C. (1984). *A ausência do pai*. Porto, Edições Afrontamento.
- Malpique, C. (1999). *Pais/Filhos em consulta psicoterapêutica*. Porto, Edições Afrontamento.
- Mancia, M. (1990). *No olhar de Narciso – Ensaio sobre a memória, o afecto e a criatividade*. Lisboa, Escher.
- Mancia, M. (1991). *O Sonho como religião da mente*. Coimbra, Escher.
- Marcelli & Braconnier (1989). *Manual de psicopatologia do adolescente*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Marcelli, D e Braconnier, A. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Margolin, G. e Fernandez, V. (1985). *Marital dysfunction*. In Bellack, A. S. and Hersen, M. (eds), *Handbook of clinical behavior therapy with adults*. New York, Plenum Press.
- Margolin, G.; John, R. S. e Gleberman, L. (1988). Affective responses to conflictual discussion in violent and non-violent couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, pp. 23-37.
- Marie-Aimée e Guilhot, J. (1980). *Psychothérapie de groupe pour les couples*. Paris, Les Editions ESF.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística – Com utilização do SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Marques, R. A. e colaboradores, (1991). *Reacções emocionais à doença grave: Como lidar....* Coimbra, Edição Psiquiatria Clínica.
- Marshall, L. L. (1993). Development of the severity of violence against women scales. *Journal of Family Violence*, 7, 2, pp. 103-121.
- Martcelli, D. (1998). *Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra*. Porto Alegre, Artes Médicas.

- Martin, D. e Boeck, K. (1997). *O que é a inteligência emocional*. Lisboa, Editora Pergaminho.
- Martin, H. e Schumann (2000). *A armadilha da globalização*. Lisboa, Terramar.
- Martineaud, S. e Engelhart, D. (1998). *Teste a sua inteligência emocional*. Lisboa, Editora Pergaminho.
- Martinez Roig, A. e Paul Ochotorena, J. (1993). *Mau trato y abandono en la infancia*. Barcelona, Martinez Roca.
- Martinho, J. (1990). *O que é um pai?*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Martinho, J. (1999). *Ditos – Conferências psicanalíticas*. Lisboa, Fim de Século, Edições.
- Martinho, J. (2000). *A minha psicanálise*. Lisboa, Fim de Século
- Marujo, H. Á., Neto, L. M. e Perloiro, M. de F. (2001). *Educar para o optimismo*. Lisboa, Editorial Presença.
- Matos, A. C. (1996). Percursos da identidade: Processos transformadores. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, Nº 11, p. 23-33.
- Matos, A. C. (1999). *António Coimbra de Matos – Escritos (1959-1977)*. Lisboa, Laboratórios Bial.
- Matos, A. C. (2001). *A depressão*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002). *Adolescência: O triunfo do pensamento e a descoberta do amor*, Lisboa, Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002). *O desespero*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2002). *Psicanálise e psicoterapia psicanalítica*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2003). *Mais amor – menos doença. A psicossomática revisitada*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2004). *A saúde mental*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Matos, A. C. (2005). *Violência e medo*. Texto apresentado ao XVIII Simpósio da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Lisboa.
- Matos, M. e Gonçalves, M. (2002), *Espaços identitários na vitimação conjugal: de narrativa problemática à narrativa preferencial*. Coimbra, *Psychologica*, 29, pp. 53 -70.
- Matos, M. (2005). *Adolescência, representação e psicanálise*. Lisboa, Climepsi Editores.

- May, R. (1995). *O homem à procura de si mesmo*. Petrópolis, Editora Vozes.
- McGoldrick, M e Gerson, R. (1987). *Genogramas en la evaluacion familiar*. Barcelona, Gedisa Editorial.
- Mcintyre, T. M. (editor) (1994). *Psicologia da saúde: Áreas de intervenção e perspectivas futuras*. Braga, Edição A.P.P..
- Medeiros, O. (2005). *A família, a sociedade e o estado*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Melo, E. (1995). A solidão e a violência no crescimento das crianças. *Interacções*, 3, pp. 129-134.
- Melo, R. (1981). *Reflexões: Política, Filosofia, Sociologia, Antropologia*. Lisboa, Editora Arcádia.
- Melo, Z. M. (2002). *Família e cultura – uma reflexão*. VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, Brasil.
- Mendonça, H. (1994). *Retratos de vidas em mudança*. Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias.
- Menezes, M. (2005). *Ultrapериферia e diversidade: Do pensamento global à acção local*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Merino, A. P. e Díaz, M. Á. R. (2005). *Análisis de datos com SPSS 13 Base*. Madrid, McGraw-Hill.
- Mesure, S. e Renaut, A. (2001). *Alter ego – Os paradoxos da identidade democrática*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Miernnont, J e col. (1994). *Dicionário de terapias familiares: Teoria e prática*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Milheiro, J. (2000). *Loucos são os outros*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Miller, A. (1986). *L'enfant sous terreur – L'ignorance de l'adulte et son prix*. France, Aubier.
- Miller, A. (1998). *O drama de ser criança*. Lisboa, Paz Editora.
- Miller, A. (1998). *O drama de ser uma criança e a busca do verdadeiro Eu*. Lisboa, Paz Editora.
- Miller, B. A. (1990). The interrelationships between alcohol and drugs and family violence. *National Institute on Drug Abuse Research Monograph Series*, 103, pp. 117-207.
- Miller, J. (direc.) (1989). *Estados de espírito – Diálogos com investigadores de psicologia*. Lisboa, Editorial Presença.

- Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, (2004). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Lisboa, Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Minois, G. (1999). *História do suicídio*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Minuchin, P.; Colapinto, L. e Minuchim, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre, Artes Médicas Editora.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias – Funcionamento & tratamento*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Minuchin, S. e Nichols, M. P. (1995). *A cura da família – histórias de esperança e renovação contadas pela terapia familiar*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Mitscherlich, A. (1971). *A ideia de paz e a agressividade humana*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Montagner, H. (2004). *A criança e o animal – as emoções que libertam a inteligência*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Monteiro, J. S. (1983). *Tire a mãe da boca*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- Montgomery, S. A. (1995). *Ansiedade e depressão*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Morais, M. T. (2007). *Violência doméstica e responsabilidade comunitária*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Morin, E. (1973). *O paradigma perdido: A natureza humana*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Morin, E. (2001). *O desafio do século XX: Religar os conhecimentos*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Morin, E. (2002). *Os sete saberes para a educação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Morin, E.; Motta, R. e Ciurana, E. R. (2004). *Educar para a era planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humanos*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Morris, D. (s/d). *O casal a nú*. Rio de Janeiro, Portugália Editora.
- Moscovici, S. (1976). *Homens domésticos e homens selvagens*. Lisboa, Livraria Bertrand.
- Moscovici, S. (1977). *A sociedade contranatura*. Lisboa, Livraria Bertrand.
- Muldorf, B. (1978). *Freud*. Lisboa, Moraes Editores.
- Naouri, A. (2000). *O casal e a criança*. Cascais, Editora Pergaminho.

- Neill, J. R. e Kniskern, D. P. (1990). *Da psique ao sistema – A evolução da terapia de Carl Wtaker*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Neto, D. (2000). *Ecologias e relações humanas – Ensaio sobre o poder superior, ecologia e espírito humano*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Neto, F. (1992). *Solidão, embaraço e amor*. Porto, Centro de Psicologia Social.
- Neto, L. M. e Azevedo, I. (2003). *A nossa vida emocional*. Lisboa, Editorial Presença.
- Neto, L. M. e Marujo, H. Á. (2001). *Optimismo e inteligência emocional – Guia para educadores e líderes*. Lisboa, Editorial Presença.
- Neves, O. (2001). *Dicionário da origem das palavras*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Nye, R. D. (2002). *Três psicologias*. Lisboa, Dinterna
- Oatley, K. e Jenkins, J. M. (2002). *Compreender as emoções*. Lisboa, Instituto Piaget
- Obler, L. K. e Gjerlow (2002). *A linguagem e o cérebro*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Odriozola; E. E. (2001). *Perturbações da ansiedade na infância*. Lisboa, Editora McGraw-Hill.
- Ogden, J. (1999). *Psicologia da saúde*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Olds, D. L.; Henderson, C. R. Kitzman, H e Cole, R. (1995). Effects of prenatal and infancy nurse home visitation on surveillance of child maltreatment. *Pediatrics*, 95, pág.s 365-372.
- Olievenstein C. (1996). *O homem paranóide*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Oliveira, C. (1998). O trabalho infantil e a ética do consumo. *Dirigir*, 5, pp. 16-24.
- Oliveira, C.; Pedrosa, A. A. e Canavarro, M. C. (2005). Gravidez, parentalidade e mudança. Stress e adaptação nos processos de transição para a parentalidade. in *Stress e bem-estar*, p. 43-58, Lisboa, Climepsi Editores.
- Oliveira, J. H. B. (2001). *Freud e Piaget – Afectividade e inteligência*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Oliveira, J. H. B. (2004). *Psicologia positiva; Amor – felicidade – alegria – optimismo – esperança – perdão – sabedoria – beleza – sentido da vida*. Porto, Asa Editores.
- Olivier, C. (2001). *Violência pessoal e familiar – suas origens*. Lisboa, Prefácio

- Onnis, L.. La renovacion espistemologica actual de la psicoterapia sistémica: Repercusiones en la teoria y en la practica: *Revista de Psicoterapia*, Vol. II. Nº 6-7.
- Ottavi, D. (2004). *De Darwin a Piaget – Para uma história da psicologia da criança*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Outeiral, J. O. (org) (1993). *O adolescente borderline*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Pacheco, J. e Gamito, L. (1993). *O sexo é de todas as idades*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Pais, J. M. e Cabral, M. V. (coords); Ferreira, P. M; Ferreira, V. S. e Gomes, R. T. (2003). *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo – Resultados de um inquérito aos jovens portugueses*. Oeiras, Celta Editora.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2003, 4(2), p. 165-184.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. Coimbra. *Psychologica*, 36, pp.75 – 107.
- Paixão, M.L.L. (2000). *Educar para a cidadania*. Lisboa, Lisboa Editora.
- Paixão, R. (1992). As síndromes reativas. *Caesura*, 1, pp. 70-73. Canoas, Brasil,
- Paixão, R. (1992). Os grupos e os indivíduos. *Caesura*, pp. 39-50. Canoas, Brasil.
- Pankov, G. (1975). *O homem e a sua psicose*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Parseval, G. D. (1986). *A parte do pai*. Porto Alegre, L&PM Editores.
- Pasini, W. (1994). *A qualidade dos sentimentos*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Paúl, M. C. (1996). *Psicologia dos idosos – O envelhecimento em meios urbanos*. Braga, S.O.H..
- Peck, M. S. (2001). *Gente da mentira, a esperança para curar a maldade humana*. Cascais, Sinais de Fogo Publicações.
- Pereira, A. (2004). *Guia prático de utilização do SPSS – Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Pereira, A. e Poupá, C. (2003). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Pereira, D. & Canavarro, M. C. (2004). Uma perspectiva ecológica sobre o comportamento parental em situação de maus-tratos na infância: Implicações para a intervenção. *Psychologica*, 36, pp. 131-148.

- Pereira, F. (1999). *Finalmente chegou a Primavera – ou uma história de Penélope*. Lisboa, ISPA.
- Pereira, F. (1999). *Sonhar ainda – Do sonho-desejo-realizado ao sonho emblemático*. Lisboa, ISPA.
- Pereira, O. e Jesuíno, J. C. (org.) (1985). *Psicologia do desenvolvimento*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Pereira, P. N. (1998). *O espaço e o tempo: Intraligações*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Perez-Sánchez, M. (1998). *Segundo ano de vida – Uma compreensão psicanalítica*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Person.E.S. (1996). *Pela força da fantasia*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Peterson, P. D. (2003). *O professor do ensino básico – Perfil e formação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Piaget, J (1990). *Seis estudos de psicologia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Piaget, J (1991). *Psicologia e epistemologia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Piaget, J. e Inhelder, B. (1993). *A Psicologia da criança*. Lisboa, Asa.
- Piaget, J. (2000). *Biologia e conhecimento*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Pimentel, L. (2001). *O lugar do idoso na família: Contextos e trajetórias*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Pincus, L. e Dare, C. (1987). *Psicodinâmica da família*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Pinto, A. M. (2001). *Envelhecer vivendo*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Pinto, A. M. e Raimundo, R. (2007). Conflito entre pares, estratégias de coping e agressividade nas crianças e adolescentes. Coimbra Psychologica, 44, pp.135-156.
- Pinto, M.C. (2001). *Crianças em perigo e em situação de rua – Histórias de vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional – Ministério da Educação.
- Pinto, V. F. (2005). *A família, a sociedade e o estado*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.

- Pires, A. (2001). *Crianças (e pais) em risco*. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA).
- Pires, C. M. L. (2002). *A Depressão não é uma doença*. Leiria, Editorial Diferença.
- Pires, C. M. L. (2002). *Compreendendo a enxaqueca*. Leiria, Editorial Diferença.
- Pires, C. M. L. (2003). *E quando o rei vai nu – Os problemas e as vítimas das drogas psiquiátricas*. Leiria, Editorial Diferença.
- Pires, C. M. L. (2003). *Manual de psicopatologia: Uma abordagem biopsicossocial*. Leiria, Editorial Diferença. (2ª Edição revista).
- Pires, C. M. L. (2004). *A depressão e o seu tratamento psicológico*. Leiria, Editorial Diferença.
- Pires, C. M. L.; Costa, J. P.; Brites, S. e Ferreira, S.(org.) (2003). *Psicologia, sociedade & bem-estar*. Leiria, Editorial Diferença.
- Pistole, M. e Tarrant, N. (1993). Attachment styles and aggression in male batterers. *Family Therapy*, 20, 3, pág.s 165-173.
- Pontalis, J. – B. (2001). *Entre o sonho e a dor*. Lisboa, Fenda Edições.
- Pontalis, J. -B (1972). *A psicanálise depois de Freud*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Porot, A. e Porot, M. (1989). *Os toxicómanos*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Poussin, G. (2001). *A criança e o psicólogo em 40 perguntas*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Pacana, C. (2001). *O líder sedutor*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Presidência do Conselho de Ministros (Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga), (1998). *Detecção de Drogas*. 2ª Edição.
- Prieur, B. (coord.) (1999). *As heranças familiares*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Prigogine, I. (1996). *O fim das certezas*. Lisboa, Gradiva.
- Pritchard-Evans, E. E. (1985). *Antropologia social*. Lisboa, Edições 70.
- Prochiantz, A. (2002). *As anatomias do pensamento*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Puget, J. e Berenstein, I. (1994). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Quelhas, A. C. (1996). *Raciocínio condicional: Modelos mentais e esquemas pragmáticos*. Lisboa, ISPA.

- Quintela, S. C. (2004). *Sentidos para o agir: Contributos para a compreensão das perturbações de comportamento*. Oeiras, Celta Editora.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva.
- Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35. 2 p. 155-178.
- Ramos, N. (2002). Educação, saúde e culturas – Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 36, Nº 1,2 e 3, pp.. 463-487.
- Ramos, N. (2003). Etnoteorias do desenvolvimento e educação da criança. Uma perspectiva intercultural e preventiva. In *Psicologia, Sociedade & Bem Estar*, coord. Pires, C. et al, Leiria, Editorial Diferença, p. 161 – 177.
- Ramos, N. (2004). *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Ramos, N.; Cova, A. e Joaquim, T. (org) (2004). *Desafios da comparação – Famílias, mulheres e género em Portugal e no Brasil*, Oeiras, Celta Editora
- Ramos, N. (2005).Relações e solidariedades intergeracionais na família – Dos avós aos netos.*Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39, 1, pp.195-216.
- Ramos, N. (2005). Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica*, 38, p.241-263.
- Ramos, N. (2006). A saúde da criança em contexto de pobreza e de exclusão – Novos desafios de política de inclusão. *Revista Diálogo Educacional*, Vol 6, p. 65-83, Curitiba.
- Ramos, N. (2006). Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. *Psychologica*, 41, p. 329-350.
- Ramos, N. (2007). Comunicação e interculturalidade:nos cuidados de saúde. Coimbra, *Psychologica*, Nº 45, pp. 147-169.
- Rawson, B.(2003).*Children and childhood in roman Italy*..New York.Oxford University Press.
- Redl, F. e Wineman, D. (1985). *A criança agressiva*. São Paulo, Martins Fontes Editora.
- Rego,A, (1999). *Agressividade*.Trabalho final da cadeira Psicologia Clínica e Psicopatologia do Desenvolvimento do curso de Mestrado.Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA.

- Rego, A. (1998). *Do Behaviorismo ao Campo de Estudo e de Investigação em Psicologia Cognitiva*. Trabalho final da cadeira Psicologia e Psicoterapia Cognitiva, do curso de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA.
- Rego, A. (1998). *Supervisão em Terapia Familiar*. Trabalho final da cadeira Psicoterapia e Estruturas Familiares do curso de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA.
- Rego, A. (1999). *Uma Leitura de “História da Loucura (Círculo Antropológico)” de Michel Foucault*. Trabalho final da cadeira História e Antropologia da Psicoterapia do curso de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA.
- Rego, A. (1999). *Uma Leitura de “As Palavras e as Coisas – uma arqueologia das Ciências Sociais”, de Michel Foucault*. Trabalho final da cadeira Lógica de Investigação Científica, do curso de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA.
- Rego, A. (2000). *Aspectos da Personalidade, Identidade e Experiência Profissional – Considerações à volta de um caso peculiar de Polícia*. Dissertação de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica. Lisboa, ISPA..
- Reguera, E. M. (2005). *Crianças de ninguém, crianças de rua – Psicologia da infância explorada*. Porto Alegre, Artes Médicas Editora.
- Reich, W. (1988). *As origens da moral sexual*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Reichert, E. (1991). *Perceptions of domestic violence against women: A cross-cultural survey of international students. Response to the Victimization of Women and Children*, 14,1, pp. 13-18.
- Reis, C. F. (1993). A criança maltratada. Algumas considerações gerais sobre o problema. *Nascer e Crescer*, 2 (3), pp. 155-161.
- Relatório do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento dos delinquentes, (1990). Infância e Juventude*, 91.2, p. 31-40.
- Relvas, A. P. (1992). *Enurese – Da criança à família*. Lisboa, Edição Escher.
- Relvas, A. P. e Alarcão, M. (1992). A família e a escola. *Caesura*, Nº 1, Ulbra, Canoas, Brasil.
- Relvas, A. P. (1993). *A co-construção da hipótese sistémica em terapia familiar*. Coimbra.
- Relvas, A. P. (1993). *Relatório – Uma aula teórico-prática da disciplina de psicopatologia infantil e juvenil: Terapia familiar centrada nas tarefas*. Coimbra.
- Relvas, A. P. (1995). *A família, desenvolvimento numa perspectiva sistémica*. Coimbra, Edição do autor.

- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família – Perspectiva sistémica*. Porto, Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (1999). *Conversas com a família. Discursos e perspectivas em terapia familiar*. Porto, Afrontamento..
- Relvas, A. P. (2000). *Por detrás do espelho – Da teoria à terapia com a família*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Relvas, A. P. e Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra, Quarteto
- Relvas, A. P. (2005). Família e stress: das crises normativas às crises inesperadas. Como intervir numa perspectiva sistémica. In *Stress e bem-estar*, p. 43-58, Lisboa, Climepsi Editores.
- Resende, M. B. (2005). *Conhecimento, opinião e comunicação social*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Rezende, A. M. (1994). *A metapsicanálise de Bion: Além dos modelos*. São Paulo, Papyrus Editora.
- Rezende, A. M. (1995). *Wilfred R. Bion: Uma psicanálise do pensamento*. São Paulo, Papyrus Editora.
- Rezende, A. M. (1999). *A questão da verdade na investigação psicanalítica*. São Paulo, Papyrus Editora.
- Rezende, A. M.; Dias C. A. e Zimerman, D. E. (1996). *Bion hoje*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Ribeiro, A. (2003). *O corpo que somos: Aparência, sensualidade, comunicação*. Lisboa, Notícias Editorial.
- Ribeiro, J. L. (editor). *Actas do 2º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*. Lisboa, ISPA.
- Ribeiro, J. L. P. (1998). *Psicologia e saúde*. Lisboa, ISPA.
- Ribeiro, J. L. P. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Ribeiro, M. S. P.; Sampaio, D.; Amaral, J. A. P. (1992). *Que divórcio? Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Lisboa, Edições 70.
- Rodrigues, A. (1992). O psicólogo, a comunidade e a criança. Lisboa, *Infância e Juventude*, 92.3, p. 59 – 65.
- Rodrigues, A. (1994). Direitos da criança: o legislado e o vivido. Lisboa, *Infância e Juventude*, 94.3 p. 37-63.

- Roig, M. e De Paul, O. (1993). *Mau trato y abandono en la infancia*. Barcelona, Ediciones Martínez Roca.
- Rojas-Bermúdez, J. (1980). *Introdução ao Psicodrama*, (3ª edição). São Paulo, Editora Mestre Jou.
- Romaña, M. A. (1987). *Psicodrama pedagógico: Método educacional psicodramático*. Campinas, Papirus Editora.
- Rosa, C. (2006). *O perigo anda à solta*. Notícias Magazine de 12 de Março, p. 40-46.
- Roudinesco, E. e Plon, M. (2000). *Dicionário de psicanálise*. Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Rufo, M. (2002). *Édipo és tu – Experiências pedopsiquiátricas*. Cascais, Editora Pergaminho.
- Sá, E. (1988). *Íntima idade*. Coimbra, Escher.
- Sá, E. (1992). O vazio e a eternidade. *Caesura*, N.º 1, pp. 33-38. Canoas.
- Sá, E. (1993). *Psicologia dos pais e do brincar*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Sá, E. (1995). *Más maneiras de sermos bons pais: As crianças, o pensamento e a família*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- Sá, E. (1996). A solidão e a violência no crescimento das crianças. *Interacções*, 3, pp. 129-134.
- Sá, E. (2001). *Psicologia do feto e do bebé*. Lisboa, Fim de Século.
- Sá, E. (2002). *Adolescentes somos nós*. Lisboa, Fim de Século.
- Sá, E. (2003). *Textos com psicanálise*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Sá, E. (2005). *Chega-te a mim e deixa-te estar*. Dafundo, Oficina do Livro.
- Sá, E. (org.) (1997). *A maternidade e o bebé*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Sá, E. e Cunha, M. J. (1996). *Abandono e adopção – O nascimento da família*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Salgueiro, E. (1996). *Crianças inquietas*. Lisboa, ISPA.
- Sami-Ali; Cady, S.; Froli, G.; Gauthier, M.; Gorot, J.; Pedro, A.M. e Robert, M. (2001). *Sonho e psicossomática*. Lisboa, Dinalivro.
- Sami-Ali. (1987). *Pensar o somático – Imaginário e patologia*. Lisboa, ISPA.
- Sampaio, D. (1993). *Inventem-se novos pais*. Lisboa, Editorial Caminho.

- Sampaio, D. (1997). *A cinza do tempo*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Sampaio, D. (1999). *A arte da fuga*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Sampaio, D. (2000). *Tudo o que temos cá dentro*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Sampaio, D. (2006). *Lavar o mar – Um novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Sampaio, D. e Gameiro (1985). *Terapia familiar*. Porto, Edições Afrontamento.
- Sanchez, A. M. T. e colaboradores (1982). *Drogas e drogados – O indivíduo, a família, a sociedade*. São Paulo, EPU.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças – Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. S. Paulo, M. Books.
- Sani, A. I. (2002). *As crianças e a violência – Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2004). O discurso de crianças expostas à violência interparental: Estudo qualitativo. *Psychologica*, 36, p. 109-130.
- Sani, A. I. & Gonçalves, R. A. (2007). As crenças e as percepções das crianças sobre a violência: conceptualização de um estudo empírico. *Coimbra. Psychologica*, 44, pp.79 – 96.
- Santos, M. R. (2004). Violêncis(s) na escola.Coimbra. *Psychologica*, 36, pp.163 - 174.
- Santos, L. (2000). Um quarto que seja o mundo. Aproximação a uma educação para a saúde das mulheres. In A. da Veiga e J, Magalhães (coord.), *Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho*, pp. 263-274.
- Santos, F. (1998). *Comunicar, entrevistar, conduzir reuniões*. Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Santos, A. M. (1991). *Símbolos – Realidade do imaginal e Sociedade – Realidade do cultural: Para uma perspectiva psicossociológica da expressividade*. Coimbra.
- Santos,M.J. (1991).Criminalidade e Comportamentos Marginais no Porto em meados do séc.XIX. *Revista História*, 11, pp173-184
- Santos, J. (1988). *Se não sabe porque é que pergunta?*. Lisboa, Assírio & Alvim
- Sartre; Merleau-Ponty; Barthes; Foucault; Derrida, etc. (1980), *Os deuses na cozinha*, Lisboa, Editora Arcádia.
- Savater, F. (2004). *Os dez mandamentos do século XXI*.Lisboa, Don Quixote.

- Scharfetter, C. (1997). *Introdução à psicopatologia geral*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Schultz, S.E. e Schultz, D.P. (2002). *Teorias da Personalidade*. S. Paulo, Thomson
- Scott, J.; Williams, J. M. G. e Beck, A. T. (1994). *Terapia cognitiva na prática clínica – Um manual prático*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Screvens, R. (1987). O juiz face à toxicomania repressão e/ou tratamento? Lisboa *Infância e Juventude*, 87.1, p. 39-49.
- Sebastião, J. (1998). *Crianças de rua. Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras, Celta Editora.
- Segal, H. (1875). *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Serra, A. V. (1999). *O Stress na vida de todos os dias*. Coimbra, Edição do Autor.
- Shentoub, V. e colab. (1999). *Manual de utilização do TAT*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Sifneos, P. (1993). *Psicoterapia breve provocadora de ansiedade*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Silva, A. S. e Pinto, J. M. (org.s) (1999). *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, L. (1995). Os jovens e a aprendizagem da violência na família: Filho de peixe sabe nadar. *Análise Psicológica*, 1,2 (XIII), pp 157-162.
- Silva, M. C. (2005). *Globalização, informação e direitos de escolha*. Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Silva, P.N. (2004). Aprender com a Comunidade, Infância e educação, 6, pp. 127-133, Gedei, Lisboa.
- Simões, A. (2007). *Castigos Físicos em contexto familiar. A dimensão científica do debate*. Coimbra. *Psychologica*, 44, pp.111 – 134.
- Simões, M. R. (1994). Notas em torno da arquitectura da avaliação psicológica. *Psychologica*, 11, pág.s 7-44.
- Simões, R. R. (1999). A depressão em crianças e adolescentes: Elementos para a sua avaliação e diagnóstico. *Psychologica*, 21, pág.s 27-64.
- Simões, M. R. e Albuquerque, C. P. (1989). *Avaliação psicológica da criança e do adolescente: Escalas, questionários e inventários (I)*. Colecção textos de apoio do serviço de Defectologia. Série A: testes, 9.

- Simões, M. R. e Vaz Serra, A. (1987). A importância do auto-conceito na aprendizagem escolar. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, pp. 233-249.
- Simões, M. R. (1986). *Métodos de avaliação comportamental em crianças*. Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Simon, R. (1986). *Introdução à psicanálise: Melanie Klein*. São Paulo, EPU.
- Siptz, C. (1994). *Tudo o que os adolescentes querem saber*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Siqueira, H.S.G. (2001). *Seminários avançados: curso de mestrado em extensão rural*. UFSM - Brasil
- Skinner, Q. e colab. (1992). *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Skygger, R. e Cleese, J. (1983). *Famílias... e como (sobre)viver com elas*. Porto, Edições Afrontamento.
- Slepoj, V. (1998). *Compreender os sentimentos*. Lisboa, Editorial Presença.
- Slepoj, V. (2000). *As relações de família*. Lisboa, Editorial Presença.
- Soares, I. (1996). *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência*. Braga, Universidade do Minho.
- Soares, I. (2000). Introdução à psicopatologia do desenvolvimento: Questões teóricas e de investigação. In I. Soares (coord.), *Psicopatologia do Desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida*. Coimbra, Quarteto Editores, pp. 11-42.
- Soares, I. (coord.) (2000). *Psicopatologia do desenvolvimento*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Soares, N. (1997). Crianças em risco: Passado e presente. Alguns contributos para a compreensão histórico-social da problemática das crianças maltratadas e negligenciadas. *Infância e Juventude*, Revista do Instituto de Reinserção Social, 1, pp. 35-51.
- Soczka, L. (1994). *Ensaio sobre etologia social*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- Soeiro, A. C. (1990). *O instinto de plateia*. Porto, Edições Afrontamento.
- Sonuga-Barke, E. J. S.; Harrison, C. & Hart, N. (2000). Expectativas parentais, características da criança e desenvolvimento: Um estudo exploratório com dados longitudinais. *Psychologica*, 24, p. 129-141.
- Sousa, A. B. (2003). *Educação pela arte e artes na educação (1º Volume – Bases psicopedagógicas)*. Lisboa, Instituto Piaget.

- Sousa, A. B. (2003). *Educação pela arte e artes na educação (2º Volume – Drama e Dança)*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Sousa, E. (1996). Minorias vulneráveis: o caso das crianças maltratadas. *Análise Psicológica*, 4, pp. 489-495.
- Sousa, E.; Martins, A. e Fonseca, A. (1993). A construção social dos maus tratos (I). *Análise Psicológica*, 1 (XI), pp. 75-86.
- Sousa, L.; Pires, S. & Galante, H. (2005). Crescer em famílias de acolhimento: Padrões de vinculação, psicopatologia e influência dos estilos educativos parentais. *Psychologica*, 40, p. 279-303.
- Sousa, R. F. (1987). Criança: O bode expiatório da família em crise. *O jornal*, 626, Suple., pp. 10-13.
- Spadone, C. (1998). *A doença mental – Pesquisas e teorias*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Spitz, R. A. (1996). *O não e o sim – A génese da comunicação humana*. São Paulo, Martins Fontes Editora.
- Spitz, R. A. (1996). *O Primeiro ano de vida*. São Paulo, Martins Fontes Editora.
- Sprenkle, D. H. (Ed.) (1992). Violence: The dark side of the family (special issue). *Journal of Marital and Family Therapy*, 18, pp. 36-49.
- Stern, D. (1992). *Bebé Mãe – Primeira relação humana*. Lisboa, Edições Salamandra.
- Straus, M. A. (1993). Identifying offenders in criminal justice research on domestic assault. Special issue: *The impact of arrest in domestic assault*. *American Behavioral Scientist*, 36, 5, pp. 587-600.
- Strechet, P. (1998). *Crescer vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa, Assírio & Alvim
- Strechet, P. (1999). *Preciso de ti; Perturbações psicossociais em crianças e adolescentes*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2001). *Interiores*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2003). *À margem do amor*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2006). *Uma ferida no coração – Abuso sexual de rapazes*. Lisboa, Assiro & Alvim.
- Strongman, K. T. (1998). *A psicologia da emoção*. Lisboa, Climepsi Editores.

- Strube, M. J. (1991). A rational decision making approach to abusive relationship. *Revista Intercontinental de Psicología y Educacion*, 4, 1, pp. 105-120.
- Sullivan, C.M. et al. (1992). After the crisis. *Violence and victims*, 7,3 pp 267-275
- Supino-Viterbo, V. (2005). *A criança mal-amada*. Lisboa, Nova Veja.
- Suplicy, M. (1995). *Sexo para adolescentes*. Porto, Edições Afrontamento.
- Symington, J. e Symington, N.(1999). *O pensamento clínico de Wilfred Bion*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Symington, N. (1999). *A experiência analítica*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais – I*. Lisboa, Livros Horizontes.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais – II*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Tavares, F. (1995). *O mundo da família*. Porto, Bial.
- Técnicas Expressivas na Consulta Psicológica Infantil (seminário) – O Adolescente (colóquio) – Actas de Psicologia Clínica 1990 (1991)*. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica.
- Teixeira, J. A. C. (1993). *Psicologia da saúde e sida*. Lisboa, ISPA.
- Tenenbaum, S. (2000). *Viver bem a vida de casal*, Porto, Editorial Âmbar.
- Teubal, R. e colaboradoras (2001). *Violência familiar, trabajo social e instituciones*. Barcelona, Ediciones Paidós.
- Tilwell, I. (2000). Inspeção Geral da Segurança Social inspecciona 17 lares: maus tratos, abusos sexuais e fome!. *Notícias Magazine, Público*, Fevereiro de 2000.
- Toffler, A. (1970). *Choque do futuro*. Lisboa, Edição Livros do Brasil.
- Toffler, A. (1984). *A terceira vaga*. Lisboa, Edição Livros do Brasil.
- Toffler, A. (1992). *Os novos poderes*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Tolman, R. M. e Bennett, L. W. (1990). A review of quantitative research on men who batter. *Journal of Interpersonal Violence*, 5, 1, págs 87-118.
- Tran-Thong (1983). *Estádios e conceito de estágio de desenvolvimento da criança na psicologia contemporânea, 1º Vol.*. Porto, Edições Afrontamento.

- Tran-Thong (1987). *Estádios e conceito de estágio de desenvolvimento da criança na psicologia contemporânea*, 2º Vol. Porto, Edições Afrontamento.
- Traubenberg, N. R. e Boizou, M. (1999). *O Rorschach na clínica infantil*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Trzepacz, P. T. e Baker, R.W. (2001). *Exame psiquiátrico do estado mental*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Twycross, R. (2001). *Cuidados paliativos*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Urra, Javier (2007). *O pequeno ditador*. Lisboa. A Esfera Dos Livros.
- Vale, D. e Costa, M. E. (1994). A violência nos jovens contextualizada nas escolas. *Inovação*, 7, pp. 255-288.
- Varela, P. (2006). *Ansiosa-mente – Chaves para reconhecer e desafiar a ansiedade*. Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Vauclair, J. (2002). *O homem e o macaco – Psicologia comparada*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Vayer, P.; Maigre, A.; Coelho, M. (2003). *O jardim-escola*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Vaz Serra, A. (1979). A importância de não ser rejeitado. *Biblos*, pp. 611-623.
- Vaz Serra, A. (1988). Atribuição e auto-conceito. *Psychologica*, 1, pp. 127-141.
- Vaz, M. (1997). Aspectos psicológicos na violência infantil. *Comunicação*, 19, pp. 45-51.
- Veiga, M. (2005). *Cidadania e sociedade de valores*. Comunicação proferida no Congresso da Cidadania, Lajes do Pico, Açores.
- Vella. C. G. (1983). *Los centros de orientacion familiar (carácter, formación y técnicas operativas de los asesores familiares)*. Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca.
- Vidigal, M. (1998). Reflectindo sobre a saúde mental infantil. Prevenção de maus tratos, abuso sexual e disfunções comportamentais. *Revista Sinais Vitais*, 20, pp. 41-44.
- Vieira, A. B. (1983). *Etologia e ciências humanas*. Lisboa, Estudos Gerais, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Walker, L. E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper & Row.
- Watzlawick, P. (1991). *A realidade é real ?*. Lisboa, Relógio D'Água.
- Watzlawick, P. et al (1967). *Pragmática da comunicação*. São Paulo, Cultrix.

- Whitaker, C. e Bumbery, W. (1990). *Dançando com a família*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Widlöcher, D. (2001). *As lógicas da depressão*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Willis, C. E.; Hallinan, M. N. e Melby, J. (1996). Effects of sex role stereotyping among european and american students on domestic violence culpability attributions. *Sex Roles*, 34, pp. 475-491.
- Winnicott, D. W. (1971). *De la pédiatrie a la psychanalyse*. Paris, Payot.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Winnicott, D. W. (1987). *The Piggie: relato do tratamento psicanalítico de uma menina*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Winnicott, D. W. (1993). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- Winnicott, D. W. (1993). *Conversando com os pais*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Wolf, M. (1995). *Teorias da comunicação* (4ª edição). Lisboa, Editorial Presença.
- Xiberras, M. (1996). *As teorias da exclusão – Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Young, G. e Gerson, S. (1991). New psychoanalytic perspectives on masochism and spouse abuse. *Psychotherapy*, 28, 1 pp. 31-37.
- Zagalo-Cardoso, A. e Jenner, F. A.(1992). *Esquizofrenia*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Zazzo, R. (1990). Quelques découvertes récentes qui ont transformé notre image de l'enfant. *Enfance*, 43 (1-2), pp. 15-19.
- Zeldin, T. (1997). *História íntima da humanidade*. Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Zimerman, D. E. (1995). *Bion – Da teoria à prática*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.
- Zimerman, D. E. (1999). *Fundamentos psicanalíticos*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas.

Legislação:

Declaração dos Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1959

Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989 e ratificada por Portugal em 12/09/90 – Resolução da Assembleia da República – 20/90

Lei 147/99 que regula as CPCJ

Constituição da República portuguesa

Diário da República, I Série-A, Nº 240, de 17 de Outubro de 2000.

.

ANEXOS

ANEXO I

>>>>>>>>>>>>>>> <<<<<<<<<<<<<<<

(Obrigado)

Questionário feito aos Adultos

ANEXO II

Data,---/---/---

Nome.....Morada..... Tlm.....

Local de Trabalho.....Desempregado...N,...S Desde---/--/--

Idade..... Estado civil.....Nº de filhos....., idades.....

Nº de companheiros que teve... Quantos filhos queria ter... Quantos empregos já teve

Já consumiu drogas..... e álcool.....Está a ser medicado.....com.....

Com que idade saiu de casa de seus pais.....e o seu companheiro/a?.....

Seu companheiro/a nasceu em---/---/--- Seu companheiro/a esta desempregado....N....S...

São dependente a seu cargo;paissogros----- Filhos/enteados---Genros/noras-----

Irmãos/cunhados ----- Netos---- Outros----- Total de pessoas que vivem consigo-----

O seu grande desgosto foi/é.....
.....

A sua grande alegria foi/é.....
.....

Indique 3 ou 4 palavras que se ajustem ou definam:

--Seus filhos-----

--Seu companheiro/^a-----

--Sua mãe-----

--Seu pai-----

--Seu sogro-----

--Sua sogra -----

--A si mesmo-----

--Acredita que vai melhorar a sua vida?-----

(Muito obrigado)

Questionário feitos às Crianças e Jovens

ANEXO III

Data,---/---/---

Nome.....Idade..... Sexo ...M...F....

Ano de escolaridade..... turma..... Escola.....

Nº de irmãos mais velhos.....Nº de irmãos mais novos.....

Habitas com: Pai...,Mãe...,Irmãos....Avô.... Avó.... Tio....Tia.... Primos.... Outros.....

Em casa, à noite, a que horas te deitas.....Quem te acorda de manhã?.....

Tomas o pequeno-almoço em casa: sempre....., quase sempre raramente.....

Com o pai..... mãe.....irmãos.....sozinho.....

Normalmente a que horas jantas?..... Com quem jantas?.....

Em casa, quem te ajuda mais vezes nas tuas coisas da escola..... E menos?.....

Quem te ouve com mais atenção, quando tens qualquer problema?.....

Quem se irrita/zanga mais contigo, quando te portas mal?.....

Nessas ocasiões quem te defende mais vezes ou critica menos?.....

Com quem gostas mais de te divertir/ brincar/ passear?.....

Quando é que falas ou brincas mais com o teu pai?.....e com tua mãe?.....

Qual foi o pior castigo que te deram?.....

Qual foi o maior elogio que te deram e gostaste de ouvir?.....

(Obrigado)

Categorização / Análise temática / Definições dos familiares pelos adultos***A1A - AFECTOS POSITIVOS - Eu Sinto***

Afecto (afectivo, gosto dele)
 Amor (amoroso)
 Carinho
 Luz da vida
 Meiguice
 Paixão
 Razão de vida
 Ternura
 Tudo
 Vida

A1B - AFECTOS POSITIVOS – Na relação / Interrelação - Vejo-o como, considero-o como A função dele é ser---para mim

Amante
 Amigo (amizade)
 Bom (melhor, ótimo, bondoso, excelente)
 Camarada
 Companheiro
 Deus
 Gosto dele
 Ídolo
 Interessante
 Íntimo,
 Mãe
 Meus meninos
 Minhas companhias
 Mulher(mãe)
 O mais importante da vida
 O Bem que tenho (o)
 Simpático.

A2 - AFECTOS NEGATIVOS

Ambicioso
 Antipático
 Egoísta
 Falo quando se precisa
 Insensível
 Má formação
 Rejeição
 Ruim

B1--COMPORTAMENTOS SENSURÁVEIS / ATRIBUÍDOS

Antiquado
Anti-social
Autoritário
Bêbedo
Beber muito
Chato (temperamento)
Desarrumado
Desobediente
Difícil
Exasperante “
Exigente
Forreta
Frio
Incoerente
Intragável (temperamento)
Introvertido
Irritante (temperamento)
Não lutador
Pestinha “”
Preguiçoso
Prepotente
Rebelde
Resmungão
Rigor
Rude
Sovina
Teimoso
Velho

B2A-1- COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS

- Do Trabalho / Perante o Trabalho

Activo
Bom Profissional
Competente
Cumpridor
Eficiente
Estudioso
Habilidoso
Lutador
Organizado
Perfeccionista
Persistente
Trabalho

B2A-2 - COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS - do Ser /Estar Pessoal

Ambicioso
Credível
Definido

Independente
Mulher como deve ser
Paciente
Respeitosos
Responsável

B2A-3- COMPORTAMENTOS SOCIAL/ELOGIOSOS – Perante os outros

Admiração
Procura da felicidade
Próspero

B2C1 - COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS - do Corpo Físico

Alto
Doente
Doente do coração
Forte
Juventude
Resistente
Robusto
Saudável

B2C2 - COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS – do Corpo estético

Bonita
Charmoso
Lindo
Sedutora
Sensual

***B2D1- COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS- do Temperamento
Extrovertido***

Alegre
Bem disposto
Boa vida
Brincalhão
Divertido
Espectáculo
Sociável
Sonhadora

***B2D2 - COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS- do Temperamento
Introvertido***

Calada
Pouco fala
Reservada
Seca
Tímida

B2D3a - COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS-
do Temperamento – Equilíbrio Estável

Calma
Estabilidade

B2D3b
COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS-
do Temperamento – Equilíbrio Instável

Audaz (Temperamento?)
Nervosa

B2E - COMPORTAMENTOS SOCIAL/ ELOGIOSOS - Cognições /Intelectuais

Astuto
Compreensivo
Confuso
Conhecedor
Esperto
Inteligente
Mestre
Vivaço

C1A - C's NÃO OBSERVÁVEIS – Qualidades /Perante os outros

Ajuda no que pode
Apoia netos
Bom coração
Colaboração
Dedicada
Generosa
Justa
Participativa
Sabe Partilhar
Solidária

C1B - C's NÃO OBSERVÁVEIS – Qualidades /Perante si próprio

Atenciosamente, Sincera
Confiança
Educada
Felicidade
Gratidão (Afecto?)
Honestidade
Honrada
Humilde
Simples
Tolerante

C2 - C's NÃO OBSERVÁVEIS – Sentimentos

Alegria de viver
Satisfação
Orgulho
Futuro (Optimismo)
Felicidade
Tranquilidade
Preenchimento
Não sou fracasso (confiança, auto-estima, optimismo)
Gratidão (afecto')

C3 - C's NÃO OBSERVÁVEIS – Disposições

(Dês)preocupada
Alegria de Viver
Ansiedade
Cruz
Difícil falar
Dor
Inquietação
Memória
Pena de mim
Saudade
Sofredor
Stressada

D1 - PAPEL FAMILIAR / RELAÇÃO NA FAMÍLIA - Adequado

Avô
Boa mãe/ 2ª e 3ª mãe
Bom pai
Bom sogro
Cuidadoso
Debatem assuntos
Homem
Liberdade
Tudo

D2 - PAPEL FAMILIAR / RELAÇÃO NA FAMÍLIA - Inadequado

Apaziguador da casa
Ausente
Desgosto
Desilusão
Desligada
Nada
Sogra
Terror

6 .1.1.4.1. *Definições de filho***ANS - Adulto Não Sinalizado****Define os seus filhos como: frase 1:**

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	7	21.2	53.8
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	7.7
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	7.7
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	6.1	15.4
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	7.7
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	7.7
Total	13	39.4	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	5	15.2	
Total	20	60.6	
Total	33	100.0	

Define os seus filhos como: frase 2:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	7	21.2	53.8
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	7.7
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	7.7
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	2	6.1	15.4
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	7.7
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	3.0	7.7
Total	13	39.4	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	5	15.2	
Total	20	60.6	
Total	33	100.0	

Define os seus filhos como: frase 3:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	6.1	15.4
A1B - Afecto Positivo na relação	2	6.1	15.4
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	15.4
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	7.7
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	3	9.1	23.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	7.7
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	2	6.1	15.4
Total	13	39.4	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	5	15.2	
Total	20	60.6	
Total	33	100.0	

Define os seus filhos como: frase 4:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	3.0	9.1
A1B - Afecto Positivo na relação	1	3.0	9.1
B2A - Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	9.1
B2C1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	3.0	9.1
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	3.0	9.1
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	9.1
B2D3a –Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. estável	1	3.0	9.1
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	9.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	18.2
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	3.0	9.1
Total	11	33.3	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	7	21.3	
Total	22	66.7	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define os seus filhos como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	8	32.0	44.4
A1B - Afecto Positivo na relação	6	24.0	33.3
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	5.6
B2D3b –Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	4.0	5.6
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	5.6
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	5.6
Total	18	72.0	100.0
Não respondeu	7	28.0	
Total	25	100.0	

Define os seus filhos como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	12.0	25.0
A1B - Afecto Positivo na relação	4	16.0	33.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	4.0	8.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	4.0	8.3
B2C1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	4.0	8.3
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	8.3
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	8.3
Total	12	48.0	100.0
Não respondeu	13	52.0	
Total	25	100.0	

Define os seus filhos como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	12.0	30.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	8.0	20.0
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	10.0
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	3	12.0	30.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	10.0
Total	10	40.0	100.0
Não respondeu	15	60.0	
Total	25	100.0	

Define os seus filhos como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	33.3
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	4.0	33.3
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	4.0	33.3
Total	3	12.0	100.0
Não respondeu	22	88.0	
Total	25	100.0	

Comissão

Define os seus filhos como: frase 1:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	33.3	37.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	12.5
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	11.1	12.5
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	11.1	12.5
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	11.1	12.5
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	12.5
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define os seus filhos como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	12.5
A1B - Afecto Positivo na relação	1	11.1	12.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	11.1	12.5
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	22.2	25.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	22.2	25.0
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define os seus filhos como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	12.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	12.5
B2C1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	2	22.2	25.0
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	11.1	12.5
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	2	22.2	25.0
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define os seus filhos como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	20.0
B2D1 – Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	11.1	20.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	11.1	20.0
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	11.1	20.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	20.0
Total	5	55.6	100.0
Não respondeu	4	44.4	
Total	4	44.4	
Total	33	100.0	

6 . 1.1.4.2. *Definições de companheiro***ANS - Adulto Não Sinalizado****Define o seu companheiro como: frase 1:**

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	7	21.2	43.8
A1B - Afecto Positivo na relação	4	12.1	25.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	6.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	6.3
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	3.0	6.3
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	6.3
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	6.3
Total	16	48.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	2	6.1	
Total	17	51.5	
Total	33	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 2:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	3.0	6.3
A1B - Afecto Positivo na relação	6	18.2	37.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	6.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	6.1	12.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	6.3
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	2	6.1	12.5
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	3.0	6.3
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	12.5
Total	16	48.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	2	6.1	
Total	17	51.5	
Total	33	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 3:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	6.1	13.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	4	12.1	26.7
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	6.1	13.3
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	3.0	6.7
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	2	6.1	13.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	3.0	6.7
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	6.7
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	3.0	6.7
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	3.0	6.7
Total	15	45.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	3	9.1	
Total	18	54.5	
Total	33	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 4:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	6.1	25.0
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	12.5
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	3.0	12.5
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	2	6.1	25.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	12.5
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	3.0	12.5
Total	8	24.2	100.0
Não foi perguntado	17	51.6	
Não respondeu	2	6.1	
Total	25	75.8	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define o seu companheiro como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	8.0	14.3
A1B - Afecto Positivo na relação	6	24.0	42.9
A2 - Afecto Negativo	1	4.0	7.1
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	8.0	14.3
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	7.1
D2 - Papel / Relação inadequada na família	2	8.0	14.3
Total	14	56.0	100.0
Não sabe	2	8.0	
Não respondeu	9	36.0	
Total	11	44.0	
Total	25	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	12.0	42.9
A1B - Afecto Positivo na relação	2	8.0	28.6
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	14.3
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	14.3
Total	7	28.0	100.0
Não sabe	2	8.0	
Não respondeu	16	64.0	
Total	18	72.0	
Total	25	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	8.0	40.0
A1B - Afecto Positivo na relação	1	4.0	20.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	20.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	20.0
Total	5	20.0	100.0
Não sabe	2	8.0	
Não respondeu	18	72.0	
Total	20	80.0	
Total	25	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	100.0
Total	1	4.0	100.0
Não sabe	2	8.0	
Não respondeu	22	88.0	
Total	24	96.0	
Total	25	100.0	

Comissão**Define o seu companheiro como: frase 1:**

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	22.2	22.2
A1B - Afecto Positivo na relação	1	11.1	11.1
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	11.1
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	22.2	22.2
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	11.1	11.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	11.1	11.1
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	11.1
Total	9	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	11.1
A1B - Afecto Positivo na relação	2	22.2	22.2
A2 - Afecto Negativo	1	11.1	11.1
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	22.2	22.2
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	11.1	11.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	22.2	22.2
Total	9	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	22.2	22.2
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	22.2	22.2
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	11.1
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	11.1	11.1
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	11.1	11.1
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	11.1	11.1
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	11.1	11.1
Total	9	100.0	

Define o seu companheiro como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	25.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	22.2	50.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	11.1	25.0
Total	4	44.4	100.0
Não respondeu	5	55.6	
Total	9	100.0	

Tabelas de frequências

ANEXO VII

1.1.4.3. Definições de mãe

ANS - Adulto Não Sinalizado

Define a sua mãe como: frase 1:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	9.1	17.6
A1B - Afecto Positivo na relação	7	21.2	41.2
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	6.1	11.8
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	3.0	5.9
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	5.9
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	6.1	11.8
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	3.0	5.9
Total	17	51.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	1	3.0	
Total	16	48.5	
Total	33	100.0	

Define a sua mãe como: frase 2:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	9.1	17.6
A1B - Afecto Positivo na relação	4	12.1	23.5
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	4	12.1	23.5
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	5.9
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	6.1	11.8
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	5.9
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	6.1	11.8
Total	17	51.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	1	3.0	
Total	16	48.5	
Total	33	100.0	

Define a sua mãe como: frase 3:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	3.0	6.3
A1B - Afecto Positivo na relação	6	18.2	37.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	12.5
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	6.1	12.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	6.3
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	6.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	3.0	6.3
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	6.1	12.5
Total	16	48.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	2	6.0	
Total	17	51.5	
Total	33	100.0	

Define a sua mãe como: frase 4:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	6.1	22.2
A1B - Afecto Positivo na relação	2	6.1	22.2
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	11.1
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	3.0	11.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	22.2
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	3.0	11.1
Total	9	27.3	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	9	27.2	
Total	24	72.7	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define a sua mãe como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	12.0	15.0
A1B - Afecto Positivo na relação	14	56.0	70.0
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	5.0
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	4.0	5.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	5.0
Total	20	80.0	100.0
Não respondeu	5	20.0	
Total	25	100.0	

Define a sua mãe como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	3	12.0	33.3
A1B - Afecto Positivo na relação	2	8.0	22.2
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	11.1
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	3	12.0	33.3
Total	9	36.0	100.0
Não respondeu	16	64.0	
Total	25	100.0	

Define a sua mãe como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	3	12.0	42.9
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	14.3
B2D3b - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	4.0	14.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	14.3
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	14.3
Total	7	28.0	100.0
Não respondeu	18	72.0	
Total	25	100.0	

Define a sua mãe como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	4.0	50.0
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	50.0
Total	2	8.0	100.0
Não respondeu	23	92.0	
Total	25	100.0	

Comissão**Define a sua mãe como: frase 1:**

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	22.2	22.2
A1B - Afecto Positivo na relação	3	33.3	33.3
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	11.1
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	11.1	11.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	11.1	11.1
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	11.1
Total	9	100.0	100.0

Define a sua mãe como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	22.2	25.0
A1B - Afecto Positivo na relação	1	11.1	12.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	12.5
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	11.1	12.5
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	22.2	25.0
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define a sua mãe como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	22.2	28.6
A1B - Afecto Positivo na relação	3	33.3	42.9
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	14.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	11.1	14.3
Total	7	77.8	100.0
Não respondeu	2	22.2	
Total	9	100.0	

Define a sua mãe como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	25.0
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	25.0
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	11.1	25.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	25.0
Total	4	44.4	100.0
Não respondeu	5	55.6	
Total	9	100.0	

Tabelas de frequências

ANEXO VIII

6 . 1.1.4.4. Definições de pai

ANS - Adulto Não Sinalizado

Define o seu pai como: frase 1:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	6.1	11.8
A1B - Afecto Positivo na relação	5	15.2	29.4
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	3	9.1	17.6
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	5.9
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	3.0	5.9
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	5.9
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	11.8
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	3.0	5.9
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	3.0	5.9
Total	17	51.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	1	3.0	
Total	16	48.5	
Total	33	100.0	

Define o seu pai como: frase 2:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	3.0	6.3
A1B - Afecto Positivo na relação	3	9.1	18.8
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	5	15.2	31.3
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. estável	2	6.1	12.5
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	6.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	3.0	6.3
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	6.3
Total	16	48.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	2	6.0	
Total	17	51.5	
Total	33	100.0	

Define o seu pai como: frase 3:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	3.0	6.7
A1B - Afecto Positivo na relação	3	9.1	20.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	13.3
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	3.0	6.7
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	3.0	6.7
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	2	6.1	13.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	6.1	13.3
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	13.3
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	3.0	6.7
Total	15	45.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	3	9.1	
Total	18	54.5	
Total	33	100.0	

Define o seu pai como: frase 4:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	3.0	9.1
A1B - Afecto Positivo na relação	3	9.1	27.3
B2A - Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	6.1	18.2
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	3.0	9.1
B2D3b - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	3.0	9.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	18.2
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	3.0	9.1
Total	11	33.3	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	7	21.2	
Total	22	66.7	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define o seu pai como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	4.0	7.1
A1B - Afecto Positivo na relação	7	28.0	50.0
A2 - Afecto Negativo	1	4.0	7.1
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	4.0	7.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	4.0	7.1
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	8.0	14.3
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	7.1
Total	14	56.0	100.0
Não respondeu	11	44.0	
Total	25	100.0	

Define o seu pai como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	4.0	14.3
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	14.3
B2E - Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	14.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	14.3
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	8.0	28.6
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	14.3
Total	7	28.0	100.0
Não respondeu	18	72.0	
Total	25	100.0	

Define o seu pai como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	3	12.0	60.0
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	20.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	20.0
Total	5	20.0	100.0
Não respondeu	20	80.0	
Total	25	100.0	

Define o seu pai como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	4.0	50.0
B2D3a - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temp. equilíb. estável	1	4.0	50.0
Total	2	8.0	100.0
Não respondeu	23	92.0	
Total	25	100.0	

Comissão**Define o seu pai como: frase 1:**

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	22.2	22.2
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	11.1
B2C2 –Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp estético)	1	11.1	11.1
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	22.2	22.2
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	22.2	22.2
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	11.1	11.1
Total	9	100.0	100.0

Define o seu pai como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	3	33.3	37.5
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	12.5
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	22.2	25.0
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	11.1	12.5
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define o seu pai como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	3	33.3	42.9
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	14.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	14.3
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	14.3
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	11.1	14.3
Total	7	77.8	100.0
Não respondeu	2	22.2	
Total	9	100.0	

Define o seu pai como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	33.3
A2 - Afecto Negativo	1	11.1	33.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	33.3
Total	3	33.3	100.0
Não respondeu	6	66.7	
Total	9	100.0	

Tabelas de frequências

ANEXO IX

6 . 1.1.4.5. Definições de sogro

ANS - Adulto Não Sinalizado

Define o seu sogro como: frase 1:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	5	15.2	50.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	10.0
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	6.1	20.0
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	10.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	3.0	10.0
Total	10	30.3	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	8	24.2	
Total	23	69.7	
Total	33	100.0	

Define o seu sogro como: frase 2:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	6.1	25.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	12.5
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	3	9.1	37.5
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	12.5
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	1	3.0	12.5
Total	8	24.2	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	10	30.3	
Total	25	75.8	
Total	33	100.0	

Define o seu sogro como: frase 3:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	6.1	28.6
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	28.6
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	3.0	14.3
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	3.0	14.3
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	3.0	14.3
Total	7	21.2	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	11	33.3	
Total	26	78.8	
Total	33	100.0	

Define o seu sogro como: frase 4:

ANS – Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	18	54.5	
Total	33	100.0	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define o seu sogro como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	4.0	10.0
A1B - Afecto Positivo na relação	3	12.0	30.0
A2 - Afecto Negativo	2	8.0	20.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	4.0	10.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	2	8.0	20.0
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	4.0	10.0
Total	10	40.0	100.0
Não respondeu	15	60.0	
Total	25	100.0	

Define o seu sogro como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	4.0	33.3
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	4.0	33.3
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	33.3
Total	3	12.0	100.0
Não respondeu	22	88.0	
Total	25	100.0	

Define o seu sogro como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	4.0	100.0
Total	1	4.0	100.0
Não respondeu	24	96.0	
Total	25	100.0	

Define o seu sogro como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Não respondeu	25	100.0	
Total	25	100.0	

Comissão**Define o seu sogro como: frase 1:**

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	14.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	22.2	28.6
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	22.2	28.6
B2D3a –Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	11.1	14.3
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	11.1	14.3
Total	7	77.8	100.0
Não respondeu	2	22.2	
Total	9	100.0	

Define o seu sogro como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	22.2	33.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	3	33.3	50.0
B2A –Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	16.7
Total	6	66.7	100.0
Não respondeu	3	33.3	
Total	9	100.0	

Define o seu sogro como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	4	44.4	66.7
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	16.7
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	11.1	16.7
Total	6	66.7	100.0
Não respondeu	3	33.3	
Total	9	100.0	

Define o seu sogro como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	100.0
Total	1	11.1	100.0
Não respondeu	8	88.9	
Total	9	100.0	

Tabelas de frequências

ANEXO X

6 . 1.1.4.6. Definições de sogra

ANS - Adulto Não Sinalizado

Define a sua sogra como: frase 1:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	4	12.1	40.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	10.0
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	6.1	20.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	3.0	10.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	3.0	10.0
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	3.0	10.0
Total	10	30.3	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	8	24.2	
Total	23	69.7	
Total	33	100.0	

Define a sua sogra como: frase 2:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	3	9.1	33.3
A2 – Afecto Negativo	1	3.0	11.1
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	3	9.1	33.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	11.1
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	3.0	11.1
Total	9	27.3	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	9	27.2	
Total	24	72.7	
Total	33	100.0	

Define a sua sogra como: frase 3:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	3.0	16.7
A2 – Afecto Negativo	1	3.0	16.7
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	3.0	16.7
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	3.0	16.7
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. instável	1	3.0	16.7
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	3.0	16.7
Total	6	18.2	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	9	36.3	
Total	27	81.8	
Total	33	100.0	

Define a sua sogra como: frase 4:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	18	54.5	
Total	33	100.0	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define a sua sogra como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	4.0	7.1
A1B - Afecto Positivo na relação	7	28.0	50.0
A2 – Afecto Negativo	2	8.0	14.3
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	4.0	7.1
D1 - Papel / Relação adequada na família	3	12.0	21.4
Total	14	56.0	100.0
Não respondeu	11	44.0	
Total	25	100.0	

Define a sua sogra como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	8.0	40.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	2	8.0	40.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	20.0
Total	5	20.0	100.0
Não respondeu	20	80.0	
Total	25	100.0	

Define a sua sogra como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	4.0	50.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	50.0
Total	2	8.0	100.0
Não respondeu	23	92.0	
Total	25	100.0	

Define a sua sogra como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	100.0
Total	1	4.0	100.0
Não respondeu	24	96.0	
Total	25	100.0	

Comissão**Define a sua sogra como: frase 1:**

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	22.2	22.2
A2 – Afecto Negativo	1	11.1	11.1
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	11.1
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	22.2	22.2
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	11.1	11.1
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	11.1	11.1
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	1	11.1	11.1
Total	9	100.0	

Define a sua sogra como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	11.1	12.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	22.2	25.0
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	12.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	11.1	12.5
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	12.5
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	22.2	25.0
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define a sua sogra como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	2	22.2	40.0
A2 – Afecto Negativo	1	11.1	20.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	20.0
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	11.1	20.0
Total	5	55.6	100.0
Não respondeu	4	44.4	
Total	9	100.0	

Define a sua sogra como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	33.3
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	11.1	33.3
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	33.3
Total	3	33.3	100.0
Não respondeu	6	66.7	
Total	9	100.0	

Tabela de frequências

1.1.4.7. Definições de si mesmo

ANEXO XI

ANS - Adulto Não Sinalizado

Define-se a si mesmo como: frase 1:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	6	18.2	35.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	3	9.1	17.6
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	5.9
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	3.0	5.9
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	6.1	11.8
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	4	12.1	23.5
Total	17	51.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	1	3.0	
Total	16	48.5	
Total	33	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 2:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	1	3.0	5.9
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	11.8
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	7	21.2	41.2
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilibr. estável	1	3.0	5.9
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	3.0	5.9
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	1	3.0	5.9
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	3.0	5.9
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	2	6.1	11.8
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	3.0	5.9
Total	17	51.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	1	3.0	
Total	16	48.5	
Total	33	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 3:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	4	12.1	23.5
A2 - Afecto Negativo	1	3.0	5.9
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	11.8
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	4	12.1	23.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	3.0	5.9
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	3.0	5.9
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	6.1	11.8
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	3.0	5.9
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	3.0	5.9
Total	17	51.5	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	1	3.0	
Total	16	48.5	
Total	33	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 4:

ANS - Adulto Não Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	2	6.1	28.6
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	3.0	14.3
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	6.1	28.6
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	3.0	14.3
C1A - Comportamentos não observáveis, perantes os outros	1	3.0	14.3
Total	7	21.2	100.0
Não foi perguntado	15	45.5	
Não respondeu	11	33.3	
Total	26	78.8	
Total	33	100.0	

AS - Adulto Sinalizado**Define-se a si mesmo como: frase 1:**

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	8.0	12.5
A1B - Afecto Positivo na relação	2	8.0	12.5
A2 - Afecto Negativo	1	4.0	6.3
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	4.0	6.3
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	8.0	12.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	8.0	12.5
B2D3a -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. estável	1	4.0	6.3
B2D3b -Comp. Obs.social/ elogioso r/ temp. equilíb. instável	1	4.0	6.3
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	4.0	6.3
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	2	8.0	12.5
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	4.0	6.3
Total	16	64.0	100.0
Não respondeu	9	36.0	
Total	25	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 2:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	4.0	10.0
A1B - Afecto Positivo na relação	2	8.0	20.0
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	4.0	10.0
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	4.0	10.0
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	10.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	2	8.0	20.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	4.0	10.0
D2 - Papel / Relação inadequada na família	1	4.0	10.0
Total	10	40.0	100.0
Não respondeu	15	60.0	
Total	25	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 3:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	4.0	12.5
A1B - Afecto Positivo na relação	2	8.0	25.0
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	4.0	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	4.0	12.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	1	4.0	12.5
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	4.0	12.5
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	4.0	12.5
Total	8	32.0	100.0
Não respondeu	17	68.0	
Total	25	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 4:

AS - Adulto Sinalizado	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	4.0	25.0
B2E –Comp. Obs. social/ elogioso r. cognições/intelectual	1	4.0	25.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	4.0	25.0
D1 - Papel / Relação adequada na família	1	4.0	25.0
Total	4	16.0	100.0
Não respondeu	21	84.0	
Total	25	100.0	

Comissão**Define-se a si mesmo como: frase 1:**

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	2	22.2	25.0
A1B - Afecto Positivo na relação	1	11.1	12.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	12.5
B2D1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ extrovertido	2	22.2	25.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	11.1	12.5
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 2:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1B - Afecto Positivo na relação	3	33.3	37.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	22.2	25.0
B2D2 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ temperam/ introvertido	1	11.1	12.5
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	12.5
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 3:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
A1A - Afecto Positivo sentido pelo próprio	1	11.1	12.5
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	12.5
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	2	22.2	25.0
B2C1 - Comp. Obs. social/ elogioso r/ ao corpo (asp físico)	1	11.1	12.5
C2 - Comportamento Não Observável - Sentimentos	1	11.1	12.5
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	2	22.2	25.0
Total	8	88.9	100.0
Não respondeu	1	11.1	
Total	9	100.0	

Define-se a si mesmo como: frase 4:

Comissão	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
B1 - Comportamento Observável socialmente censurável	1	11.1	20.0
B2A -Comport. Observável social/ elogioso perante o trabalho	1	11.1	20.0
C1A - Comportamentos não observáveis, perante os outros	1	11.1	20.0
C1B - Comportamento Não Observável perante si próprio	1	11.1	20.0
C3 - Comportamento Não Observável - Disposições	1	11.1	20.0
Total	5	55.6	100.0
Não respondeu	4	44.4	
Total	9	100.0	